Organizadores:
Welington Junior Jorge e Izaque Pereira de Souza

Ciências Humanas, Sociais e suas Tecnologias: Percepções Teóricas e Aplicações

UNIEDUSUL
EDITORA
2021

WELINGTON JUNIOR JORGE
IZAQUE PEREIRA DE SOUZA
Organizadores

CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E SUAS TECNOLOGIAS: PERCEPÇÕES TEÓRICAS E APLICAÇÕES

Maringá – Paraná
2021

2021 Uniedusul Editora

Copyright da Uniedusul Editora
Editor Chefe: Prof. Me. Welington Junior Jorge
Diagramação e Edição de Arte: André Oliveira Vaz
Revisão: O/s autor/es

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva
Adriana Gava
Alexandre Azenha Alves de Rezende
Alexandre Matiello
Ana Júlia Lemos Alves Pedreira
Ana Paula Romero Bacri
Andre Contin
Andrea Boari Caraciola
Antonio Luiz Miranda
Campos Antônio Valmor de
Carlos Augusto de Assis
Christine da Silva Schröeder
Cíntia Beatriz Müller
Claudia Madruga Cunha
Claudia Padovesi Fonseca
Daniela de Melo e Silva
Daniela Franco Carvalho
Dhonatan Diego Pessi
Domingos Savio Barbosa
Fabiano Augusto Petean
Fabrízio Meller da Silva
Fernanda Paulini
Francielle Amâncio Pereira
Graciela Cristine Oyamada
Hélcio de Abreu Dallari Júnior
Helena Maura Torezan Silingardi
Izaque Pereira de Souza
Jaisson Teixeira Lino
Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt
Jessica da Silva Campos
Jéssica Rabito Chaves
John Edward Neira Villena
Jonas Bertholdi
Karine Rezende de Oliveira
Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad
Luciana Karen Calábria
Luciano Messina Pereira da Silva
Luiz Carlos Santos
Luiz F. do Vale de Almeida Guilherme
Marcelo de Macedo Brigido
Maurício José Siewerdt
Michelle Asato Junqueira
Nedilso Lauro Brugnera
Ng Haig They
Normandes Matos da Silva
Odair Neitzel
Olga Maria Coutinho Pépece
Pablo Cristini Guedes
Rafael Ademir Oliveira de Andrade
Regina Célia de Oliveira
Reinaldo Moreira Bruno
Renilda Vicenzi
Rita de Cassia Pereira Carvalho
Rivael Mateus Fabricio
Sarah Christina Caldas Oliveira
Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Viviane Rodrigues Alves de Moraes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências humanas, sociais e suas tecnologias [livro eletrônico] : percepções teóricas e aplicações / Organizadores Welington Junior Jorge, Izaque Pereira de Souza. – Maringá, PR: Uniedusul, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86010-71-8

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. 2. Humanidades. 3. Tecnologia. I. Jorge, Welington Junior. II. Souza, Izaque Pereira de.
CDD 306.45

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Permitido fazer download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.
www.uniedusul.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1 9
Covid 19 e Atividades em *Home Office* - Percepção de Usuários, Demandas Ergonômicas e Recomendações para o Design
Maiara Marinho
Flávia Heloisa Vizioli Libório
Luis Carlos Paschoarelli
DOI 10.51324/86010718.1

Capítulo 2 21
Tecnologias da Informação e da Comunicação: A Evolução Histórica e o Contexto Educacional Contemporâneo
Edilaine da Silva Freitas
Edma Regina Peixoto Barreto Caiafa Balbi
Eliana Crispim França Luquetti
Gerson Tavares do Carmo
Rhaísa Sampaio Bretas Barreto
Sinthia Moreira Silva Ribeiro
Sergio Arruda de Moura
Vanessa do Amaral Tinoco
DOI 10.51324/86010718.2

Capítulo 3 32
Desafios e Perspectivas Quanto à Fetividade do Acesso do Cidadão à Justiça na era do Processo Judicial Eletrônico
Ana Paula Silva Andrade
Carlos Henrique Medeiros de Souza
Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral
Larissa Nogueira Lellis
Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro
Nivea Faria Souza
Sinthia Moreira Silva
DOI 10.51324/86010718.3

Capítulo 4 48
“Nem Socialismo, Nem Barbárie”: Um “Outro Mundo Possível”, e Pós-Moderno, de Boaventura de Sousa Santos
Rodrigo Davi Almeida
DOI 10.51324/86010718.4

Capítulo 5 72
Memórias e História: Os Conflitos Judiciais e Socioambientais no PDS Osvaldo De Oliveira
Paulo Brasil Dill Soares
Andreza Aparecida Franco Câmara
Matheus Oliveira Machado
Alessandra Dale Giacomin Terra
DOI 10.51324/86010718.5

Capítulo 6 86
A Mulher Negra já Nasce Militando! Rede de Mulheres Negras do Paraná-RMN/PR - Movimento Social Presente na Fronteira
Fernando José Martins
Enaide Severo Araujo
Adriana Figueiredo Moyano
Luciani Heindrickson da Silva
DOI 10.51324/86010718.6

Capítulo 7 101
Do “Lockdown” à “Live”: Implicações Ideológicas dos Estrangeirismos na Língua Portuguesa em Tempos de Pandemia à Luz da Análise do Discurso
Amanda Farias Teski de Oliveira
Taíse Maria Marchiori Soares
DOI 10.51324/86010718.7

Capítulo 8 116
Santa Dulce: Superdotação na História de uma Mulher Santificada
Ana Beatriz Furtini Guiduci da Silva
Tamires Gabriela Eugênio Squizato
Verônica Lima dos Reis
Carina Rondini
DOI 10.51324/86010718.8

Capítulo 9 128
Saúde e Doença na era do Algoritmo: O caso dos Medicamentos Nootrópicos
Rafael Perricone Fischer
Thais Cossetti
DOI 10.51324/86010718.9

Capítulo 10 143
O Patrimônio Religioso de Monte Athos
Andrei Roberto da Silva
Greice Maiara Denker
DOI 10.51324/86010718.10

Capítulo 11 155
João Sebastião: Natureza/Pintura no Contínuo da Vida
Tereza Ramalho de Azevedo Cunha
DOI 10.51324/86010718.11

Capítulo 12 167
“Ginástica para Todos” e sua Contribuição Formativa para o ser Social na Educação Profissional e Tecnológica
Gislane Nunes Leitão
José Augusto Ferreira da Silva
DOI 10.51324/86010718.12

Capítulo 13 180
O Conceito de Hegemonia em Gramsci: Da Tática da Frente Única ao Americanismo e Fordismo
Karine Martins Sobral
Ellen Cristine dos Santos Ribeiro
Raquel Dias Araújo
DOI 10.51324/86010718.13

Capítulo 14 196
Marx e Vigotski: Perspectivas da Práxis na Construção de uma Psicologia da Inclusão
Dâmaris Alcídia da Costa Melgaço
DOI 10.51324/86010718.14

Capítulo 15 211
A Indústria de Alimentação e o Patrimônio Cultural em Pelotas
Bruno de Souza Corrêa
Gerson Machado Rosa
DOI 10.51324/86010718.15

Capítulo 16 223
Os Antigos se Preservam: Técnicas de Embalsamamento e Práticas Religiosas na Antiguidade
Eduardo Mangolim Brandani da Silva
Christian Fausto Moraes dos Santos
DOI 10.51324/86010718.16

Capítulo 17 238
Do Colonialismo à Decolonialidade: Uma Análise da Compreensão dos Direitos do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku pela Corte Interamericana de Direitos Humanos
Julia Dambrós Marçal
Aloma Natalia da Silva
DOI 10.51324/86010718.17

Capítulo 18 254
O Papel do Estado e seus Delinemantos no Campo Educacional: Uma Análise Crítica
Daniela Glicea Oliveira da Silva
Sirneto Vicente da Silva
Maria das Dores Mendes Segundo
Josefa Jackline Rabelo
José Eudes Baima Bezerra
DOI 10.51324/86010718.18

Capítulo 19 268
Corpo e Afetividade da Mulher Negra: Processo de Coisificação do ser Político
Paula Fernanda Savitras dos Santos
Ma. Denise de Fátima Kurpel
DOI 10.51324/86010718.19

Capítulo 20 273
Apontamentos para uma Reflexão sobre a Dimensão Discursiva da Sexualização dos Corpos
Isadora Luiza Francisca Alves Flores
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
DOI 10.51324/86010718.20

Capítulo 21 284
Artes e Espaços não Formais de Ensino: O Ensino de Ciências e as Novas Proposições Metodológicas
Ana Maria Haddad Bernardino de Amorim
Valter Machado da Fonseca
Inácio Alves de Amorim Júnior
DOI 10.51324/86010718.21

Capítulo 22 294
O Início da (Re)ocupação do Oeste do Paraná após a Revolução Tenentísta
Alfeo Seibert Filho
DOI 10.51324/86010718.22

Capítulo 23 304
O Tubarão que queria ser Golfinho: Questões de Gênero e Sexualidade na Animação “O Espanta Tubarões”
Jorge Lucas Franco dos Santos
DOI 10.51324/86010718.23

Capítulo 24 316
A Evolução do Trabalho: Da Pré-História até ao Teletrabalho
Clarissa Peres Fontana
DOI 10.51324/86010718.24

Capítulo 25 326
A Prática da “Medicina Ilegal” na Região de Mallet-PR: O caso das “Irmãs do Colégio” (1939-1940)
Henrique Alexandro Senderski
DOI 10.51324/86010718.25

Capítulo 26 337
Espaço e Região: Uma Discussão Inicial para o Estudo dos Relatos dos Viajantes e Exploradores do Séc. XIX-XX
Taiane Muller da Silva
Oséias de Oliveira
DOI 10.51324/86010718.26

Capítulo 27 346
Juventudes Negras no Brasil e o Mercado de Trabalho: Um Olhar Geográfico
Diomario da Silva Junior
Vinícius de Luna Chagas Costa
Marcus Vinícius Castro Faria
DOI 10.51324/86010718.27

Capítulo 28 359
Pornografia: Influências e Consequências na Vivência Da Sexualidade
Heloísa Leal Carvalho Muller
Lisandra Marques de Oliveira
Cláudia Ramos de Souza Bonfim
DOI 10.51324/86010718.28

Capítulo 29 369
Ausência que Revela: Arquivos Pessoais de Mulheres em Instituições Arquivísticas Públicas no Rio de Janeiro
Patricia Ladeira Penna Macêdo
Rafaella de Souza Serafim
Kalila de Oliveira Bassanetti
DOI 10.51324/86010718.29

Capítulo 30 384
A Constituição do Campo da Ciência Política: Um Breve Histórico
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Idiane Mânica Radaelli
Zenicléia Angelita Deggerone
DOI 10.51324/86010718.30

Capítulo 31 393
O Ensino de História e Gênero em Sala de Aula
Anna Carolina Torezani Ronda Gianluppi
Airton Volnei Prochnow
André Haiske
Arioli Domingos dos Reis Helfer
Cleber Augusto A’costa de Lima
Laionel Mattos da Silva
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
DOI 10.51324/86010718.31

Capítulo 32 402
Psicologia Organizacional e do Trabalho: Humanização, Gestão de Pessoas e Processos
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak
DOI 10.51324/86010718.32

Capítulo 33 408
Trabalho Remoto e Qualidade de Vida dos Trabalhadores
Vivien Mariane Massaneiro Kaniak
DOI 10.51324/86010718.33

CAPÍTULO 1

COVID 19 E ATIVIDADES EM *HOME OFFICE* - PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS, DEMANDAS ERGONÔMICAS E RECOMENDAÇÕES PARA O DESIGN

MAIARA MARINHO
Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru

FLÁVIA HELOISA VIZIOLI LIBÓRIO
Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru

LUIS CARLOS PASCHOARELLI
Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru

RESUMO: A pandemia de COVID-19 alterou profundamente o modo de vida contemporâneo, incluindo o *modus operandi* nas atividades ocupacionais. Uma mudança que estava ocorrendo nos últimos anos, mas que em poucas semanas teve que se estabelecer é o modo de trabalho em *home office*. Diferentes estudos indicam que este tipo de trabalho pode proporcionar condições positivas e negativas ao trabalhador, mas não se sabe como esta nova condição e os respectivos espaços de trabalho alteraram a percepção dos usuários. O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos usuários de *home office* quanto às suas demandas imediatas, visando apresentar recomendações gerais para prevenir problemas de interação, saúde física e emocional. Participaram do estudo 100 indivíduos jovens e adultos (19-59 anos), os quais responderam questões sobre a percepção de uso de seus ambientes de trabalho e outros espaços. Os resultados apontam que as demandas são de ordem física e cognitiva; e podem variar de acordo com o gênero e idade dos usuários. A partir destes resultados foi possível traçar algumas recomendações que podem guiar ergonomistas, designers, outros profissionais e os próprios usuários nos projetos de seus espaços de trabalho.

PALAVRA-CHAVE: *Home Office*. COVID-19. Percepção. Design Ergonômico.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has profoundly altered the contemporary way of life, including the *modus operandi* of occupational activities. A change that has been taking place in recent years, but that in a few weeks has had to be established is the way of working by *home office*. Different studies indicate that this type of work can provide positive and negative conditions to worker, but it is not known how this new condition and the respective workspaces changed the users' perception. The objective of this study was to analyze the perception of *home office* users regarding their immediate demands, aiming to present general recommendations to prevent interaction problems, physical and emotional health. 100 young and adult individuals (19-59 years old) participated in the study, who answered questions about the perception of use of their work environments and other spaces. The results show that the demands are physical and cognitive and can vary according to the users' gender and age. From these results it was possible to draw some recommendations that can guide ergonomists, designers, other professionals and the users themselves in the design of their workspaces.

KEYWORDS: Home office. COVID-19. Perception. Ergonomic Design.

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2019 será marcado na História pela pandemia de COVID-19 (2019-nCoV), que é causada pelo Coronavírus 2 (SARS-CoV-2). A situação de pandemia foi declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde e após 10 meses, a OMS já contabilizou mais de 86.000.000 de casos confirmados e mais de 1.800.000 de mortes confirmadas em todo o mundo (OPAS-OMS, 2021). Esta pandemia trouxe severas alterações no modo de vida da sociedade contemporânea, sendo as relações e os modos de trabalho profundamente alterados. Com as medidas de isolamento e consequentemente a necessidade de segurança, as atividades realizadas no mundo físico foram transferidas de modo intenso para o mundo virtual, e espaços dentro das residências, organizados de forma improvisada, tomaram corpo, utilizando artefatos projetados para outros fins ou inadequados para o número de horas de trabalho (DAVIS *et al.*, 2020).

Um exemplo clássico está nas atividades ocupacionais realizadas de modo *home office*, na qual as pessoas realizam essas atividades de modo remoto, habitualmente utilizando um espaço estruturado dentro do ambiente residencial. De acordo com Hill e Martinson (2003), o uso de ferramentas eletrônicas favorece a realização do trabalho de forma remota; e este é um dos fatores que tornaram o *home office* uma alternativa muito oportuna com a pandemia de COVID-19.

Algumas empresas apresentam questionamentos quanto ao trabalho remoto e a influência entre a vida pessoal e familiar do colaborador. O sistema *home office* pode ser classificado como positivo segundo alguns pontos de vista, entretanto fatores como a interação colaborador e família, o espaço destinado ou compartilhado dentro da residência para o trabalho, o número de habitantes, filhos, entre outros merecem uma análise mais rigorosa (HILL,*et al.* 2003).

A adaptação de um espaço para o trabalho dentro da residência pode gerar desconforto, especialmente se o espaço residencial for limitado, fato que virou tendência nos tempos atuais em razão do alto custo de vida e da praticidade de serviços. Alguns desconfortos físicos podem acarretar em lesões decorrentes da má postura e perda de produtividade, além de acarretar para as empresas custos financeiros de indenização e de tratamento (DAVIS *et al.*, 2020). Neste contexto, a ergonomia apresenta importante contribuição com estudos para esta adaptação, de forma que a percepção do usuário, de acordo com suas necessidades funcionais, auxilia na elaboração ou remodelação de espaços *home office*, evitando dessa forma problemas emocionais, diminuição na qualidade do trabalho e favorecendo o conforto, bem-estar e a autoestima (CASTAÑON, *et al.* 2016). E, neste caso, especialmente a ergonomia cognitiva, a qual se relaciona aos aspectos mentais, em que se encaixam a percepção, os processos mentais e a interação do ambiente com o homem (LENTS e SANTOS, 2012), repercutindo diretamente na ação ou resposta.

De acordo com Iida e Buarque (2016), um bom rendimento nas atividades realizadas remotamente, com foco no ser humano, depende de fatores relacionados à percepção, à concentração e à absorção de informações pelo usuário, somadas à diversidade pessoal, mediante ao fato de que as atividades realizadas em *home office* são diversas e que a sua maioria requer atividades cognitivas.

Ao desenvolver seus afazeres em *home office*, os usuários podem contar com uma maior flexibilidade de horário, podendo atender às necessidades familiares e adequar o trabalho à melhor hora de produtividade pessoal. Da mesma forma, a obrigação em estar à disposição da empresa ou cliente, 24 horas por dia, pode causar danos à saúde do usuário ocasionando esgotamento físico e exaustão extrema, de forma a vincular-se ao insucesso e à ineficiência do trabalho, ignorando os padrões humanos que exigem uma transformação na forma de pensar o trabalho e considerar o indivíduo com foco no desenvolvimento e na valorização pessoal (GUERIN,1997).

Dentro deste contexto o objetivo do presente estudo foi realizar uma abordagem exploratória sobre a percepção dos usuários de *home office* quanto ao seu espaço de trabalho, suas demandas imediatas e sua percepção quando comparado com outros modelos de ambiente.

2. METODOLOGIA

O presente estudo se caracterizou como exploratório e transversal. A metodologia adotada para a obtenção de dados relativos à percepção dos usuários de *home office* partiu da elaboração de um questionário eletrônico, usando a plataforma Google Forms, disponibilizado via internet. O questionário contou com questões descritivas sobre o *home office*, nas quais cada participante pôde caracterizar de forma livre e aberta seu espaço de trabalho, questões de múltipla escolha e questões utilizando a escala Likert, em que 10 imagens foram apresentadas para que os indivíduos as analisassem, utilizando critérios próprios, considerando sete níveis identificados pelas expressões “não utilizaria” (1) e “utilizaria plenamente” (7).

O estudo contou com a participação de 100 pessoas de 19 a 59 anos, com amplas faixas de escolaridade e renda. O perfil majoritário, segundo a idade, foi de mulher adulta (31-59 anos), totalizando 35%. Mulheres jovens e adultas somam, no total, 64% dos participantes. No quesito renda, os perfis predominantes foram de mulheres que recebem de 2 a 4 salários mínimos (22%) e jovens, homens e mulheres, com a mesma medida percentual correspondente à mesma faixa salarial. Segundo a escolaridade, a maioria dos participantes (37%) se concentra em jovens com ensino superior. Do total, 53% residem em apartamentos, apresentando pouca diferença daqueles que moram em casa (47%). Quanto à ocupação, 43% dos indivíduos declararam-se designers, os docentes são 23%, profissionais da área de marketing são 7% e os demais somam 27%.

3. RESULTADOS

Através dos dados sobre o tempo despendido no exercício de *home office*, pode-se observar que 78% dos participantes passam mais de 6 horas nesta atividade. Dessa porcentagem, 35% gastam mais de 8 horas. Estes dados podem ser relacionados às declarações de aumento da jornada de trabalho já descritos por Guerin no final do Século XX (Guerin, 1997) e uma maior fusão entre vida pessoal e profissional, pois a ideia de "maior disponibilidade" que o *home office* pode sugerir faz com que empregadores e clientes mantenham as atividades remotas em horários não comerciais.

Segundo a percepção quanto ao ambiente de trabalho, 77% dos participantes disseram que utilizavam uma escrivaninha para o trabalho, seguido por uma quantidade menor de pessoas (8%) que utilizam a mesa de jantar para desenvolver suas atividades, a maioria deste público sendo composta por jovens.

Já a quantidade de participantes que afirmaram utilizar cadeira de escritório ou ergonômica é expressamente menor (20%) do que a soma daqueles que citaram em sua área de trabalho apenas "cadeira" (42%), cadeira de jantar (4%) e cadeira de plástico (2%), que não são cadeiras ergonomicamente adequadas para trabalhar por longas horas.

Apenas 5 participantes manifestaram terem recebido móveis e equipamentos da empresa em que trabalham, indicando ainda um esforço e atenção insuficientes por parte das empresas para prover uma estrutura que permita a execução adequada do ofício. Outros dados, embora numericamente menores, trazem informações interessantes: apenas uma pessoa afirmou utilizar apoio ergonômico para os pés e 7 participantes afirmaram possuir um suporte para ajuste de altura de notebook e monitor, enquanto 3 pessoas afirmaram utilizar livros para nivelar esses equipamentos ao nível dos olhos. Isso mostra que essas questões mais específicas da ergonomia ainda são pouco aplicadas nos espaços de trabalho dentro das residências, mas que algumas pessoas procuram adaptar seu ambiente utilizando elementos alternativos na ausência de um suporte próprio. Também são poucas as pessoas que declararam integrar plantas em seu ambiente de *home office*, mas as que o fizeram afirmaram que são componentes fundamentais para a promoção do bem-estar durante o período de trabalho.

Quanto aos pontos positivos (Tab. 1) e negativos (Tab. 2) da área de trabalho dos participantes, pode-se perceber a importância dos mobiliários nesta atividade, uma vez que cadeiras e mesas estão entre os mais citados, tanto para o âmbito positivo (se forem confortáveis e de dimensões adequadas) quanto para o negativo (se causarem dores e forem inadequados para a função).

Tabela 1. Pontos positivos destacados pelos participantes do estudo.

Pontos positivos na área de trabalho	Feminino	Masculino	Jovens	Adultos	Total
Boa iluminação/ Iluminação natural	19	9	24	5	28
Mesa espaçosa/ adequada	18	4	16	6	22
Cadeira confortável/ adequada	11	5	9	7	16
Ventilação	11	4	4	6	15
Conforto	5	10	7	8	15
Ambiente espaçoso	6	3	6	3	9
Privacidade	6	2	4	4	8
Qualidade dos equipamentos e internet	7	0	4	3	7
Conforto térmico	5	1	3	3	6
Ambiente silencioso	5	0	2	3	5
Funcionalidade e praticidade	3	2	2	3	5
Espairecer através de vistas e janelas	4	1	2	3	5
Organização	2	2	2	2	4
Autonomia	3	1	3	1	4

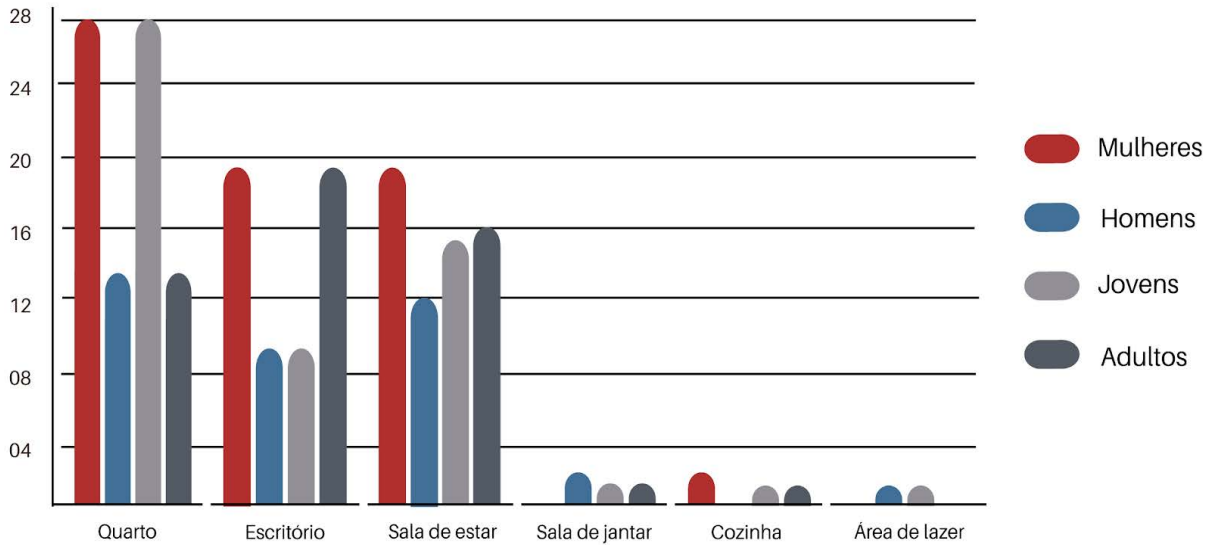
Tabela 2. Pontos negativos destacados pelos participantes do estudo

Pontos negativos na área de trabalho	Feminino	Masculino	Jovens	Adultos	Total
Móveis desconfortáveis/ inapropriados	27	11	20	18	38
Ausência de ambiente exclusivo para o home office	12	6	14	4	18
Incômodo sonoro (excesso de ruídos iinternos/externos)	11	7	5	13	18
Iluminação inadequada	9	4	7	6	13
Distrações/ falta de foco	6	6	5	7	12
Desconforto térmico (ausência de climatização)	6	3	4	5	9
Ambiente pouco espaçoso	6	2	3	5	8
Insuficiência de tomadas	2	2	4	0	4
Ausência de privacidade	3	0	2	1	3
Altura de monitores	3	0	1	2	3
Ausência de armazenamento	2	0	1	1	2

Também, pode-se perceber que a iluminação é um elemento fundamental no *home office*, principalmente a presença de luz natural, que além de iluminar o ambiente traz também alívio visual e conforto físico e psicológico, desde que não incida diretamente ou de forma muito intensa sobre a estação de trabalho (Iida e Buarque, 2016). Ainda em relação aos pontos positivos, 24% dos jovens consideram que seu ambiente possui uma boa iluminação, seja artificial ou natural, em contraste ao número de adultos (5%), o que pode demonstrar que o avanço da idade requer maiores cuidados com a iluminação do ambiente de trabalho.

Por meio desses dados pode-se inferir que mulheres percebem mais pontos específicos positivos em seus ambientes de trabalho em comparação aos homens, principalmente no que diz respeito aos móveis e equipamentos. Os homens apresentam “conforto” de modo mais geral para indicar o que lhes agrada em seu *home office*. Da mesma forma que as mulheres são as que mais apreciam seu mobiliário quando este é apropriado, elas também foram as que mais relataram incômodo com móveis desconfortáveis e inadequados, contabilizando 27 respostas em contraposição a 11 respostas de homens. Utilizar um ambiente que não é exclusivamente destinado à execução do trabalho remoto (Fig. 1) é outro grande ponto levantado pelos participantes, principalmente pelos jovens, pois a sobreposição de tarefas pode levar ao estresse e perda de foco (da Silva et all, 2020). Já o grupo de adultos se queixa principalmente de incômodo sonoro, tanto de dentro da residência quanto sons externos.

Figura 1. Áreas correspondentes à localização do *home office* dos participantes.



A maioria dos participantes (78%) não realizou nenhum estudo prévio ao montar seu *home office*, principalmente aqueles que precisaram mudar o formato de trabalho com o surgimento da pandemia da COVID-19. Os demais participantes apontaram terem usado apenas as condições que já possuíam e se organizam da melhor forma que encontraram, muitas vezes limitados ao espaço disponível, ou foram montando aos poucos devido ao

preço elevado e pouca qualidade dos móveis disponíveis (o que acarretou em diversas substituições).

Quanto à possibilidade de continuar a trabalhar remotamente (utilizando seu próprio espaço), a maioria (40%) respondeu “talvez”. Ainda que isto possa sugerir uma incerteza sobre os rumos do trabalho após essa condição de isolamento, quando somado ao número de respostas positivas à manutenção do *home office*, mostra um grande potencial de continuidade deste formato de trabalho (74%).

Os pontos mais valorizados durante a realização do trabalho remoto são concentração, foco, tranquilidade e organização. Sobre a questão do que mais agrada no “trabalho em casa”, o tópico mais apontado, sendo contemplado por todos os grupos dos participantes deste estudo, é o fato de não precisar se deslocar para o trabalho (34%). Entre as justificativas presentes está a economia de tempo que seria destinado ao transporte, poupando energia física e mental, além de proporcionar mais tempo livre para a realização de outras atividades pessoais. Autonomia para gerir a própria rotina (16%), maior flexibilidade de horários (15%), liberdade para utilizar vestimentas mais confortáveis (13%) e realizar as refeições em casa (11%) foram outros aspectos amplamente mencionados.

Dentre os participantes que não se sentem confortáveis exercendo o trabalho remoto, as maiores queixas referem-se à: falta de móveis ergonômicos e/ou apropriados; falta de contato com outras pessoas e profissionais; incômodos sonoros; ausência de aparelhos para regular a sensação térmica (ventilador e ar-condicionado); e a dificuldade em manter se focado no trabalho.

Quanto à avaliação visual da percepção de uso de diferentes ambientes de trabalho (Fig. 2), os resultados indicam - de modo geral - que os aspectos funcionais e práticos (destacados pelo interesse ao minimalismo) são os preferidos.

O Ambiente 1 obteve mediana 5 e apresenta uma estação de trabalho com cor vibrante amarela, composto por cadeira em material rígido e sem apoio para braços, uma mesa média de cavaletes e prateleiras.

Já o Ambiente 2 obteve a menor mediana (3) e caracteriza-se por um ambiente de trabalho mais compacto, mesa retrátil fixada na parede, de aparência frágil, tamanho pequeno e pouco espaço para organizar papéis e materiais (pontos que foram reprovados pelos usuários ao longo da pesquisa), além da cadeira modelo Eames DCM, com interfaces de madeira, as quais não aparentam ser adequadas para comportar uma jornada mais longa de trabalho por conta de suas dimensões, encosto curto e ausência de apoio para os braços. O Ambiente 3 alcançou mediana 4 e apresenta uma escrivaninha com estante acoplada e duas gavetas em MDP de cor escura, comercializada pela loja virtual “Madeira Madeira”; cadeira Eames Eiffel Wood em acrílico transparente sem apoio para os braços e parede escura na cor cinza.

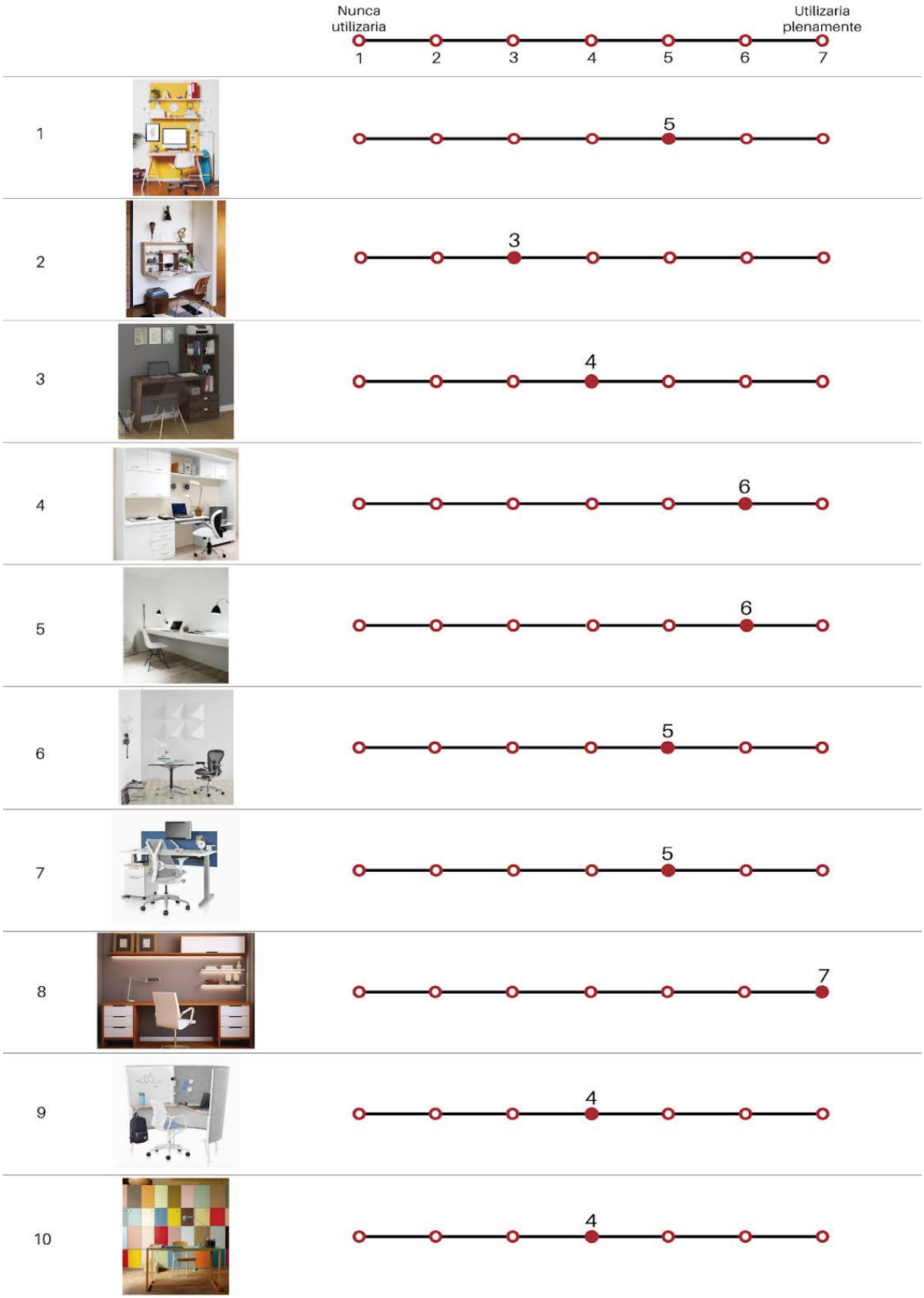
O Ambiente 4 obteve mediana 6 e mostra uma estação bem ampla e com bastante espaço para armazenamento, com gavetas, portas e nichos, na cor branca; bancada longa, porém estreita, com espaço dedicado para teclado; cadeira de escritório estofada, com rodízios e apoio para braços. O Ambiente 5 também alcançou mediana 6 e configura-se como o mais minimalista entre todas as alternativas, contendo apenas uma longa bancada branca sem espaço para armazenamento, uma cadeira Eames Eiffel sem apoio para braços e duas luminárias sobre a estação. Mesmo que apresente elementos considerados negativos em outros ambientes, este acaba por agradar os usuários devido à sua proposta mais clean e por ser um espaço sem interferências visuais e mais tranquilo para a prática do *home office*.

O Ambiente 6 também é uma proposta minimalista, porém obteve mediana 5, apesar de possuir cadeira ergonômica Aeron, da marca Herman Miller; uma mesa média de base metálica e tampo de vidro, sem espaço para armazenamento e uma luminária de mesa. O Ambiente 7 é uma proposta da Herman Miller e teve mediana 5; possui cadeira ergonômica Herman Miller Sayl; mesa média com unidade de armazenamento independente com rodízios e monitor com suporte ajustável. Essa proposta de ambiente foi inserida principalmente para avaliar a opinião dos usuários quanto ao painel acoplado para bloqueio visual.

O Ambiente 8 foi o que obteve a maior mediana (7), e apresenta uma estação de trabalho aconchegante em tons neutros e madeira, com uma bancada longa, bastante espaço para acomodação das pernas, uma cadeira de escritório branca, estofada, com rodízios e apoio para braços, vários tipos de espaço para armazenamento definidos (gaveteiros, armário aéreo e prateleiras), iluminação mais concentrada de LED embutida nas prateleiras e luminária de mesa. Já o Ambiente 9 - assim como o Ambiente 7 - foi idealizado pela Herman Miller e obteve mediana 4. É uma unidade de trabalho menos comum, feita em formato arredondado, com painéis para bloqueio visual e almofadas acústicas para isolamento sonoro; possui também cadeira ergonômica e quadro para anotações.

O Ambiente 10 também obteve mediana 4 e representa um espaço mais descontraído por conta do armário amplo com portas multicoloridas; possui mesa média simples e cadeira de madeira inadequada ao escritório, sem suporte para braços e lombar; e com encosto curto.

Figura 2. Resultados das questões de Escala Likert



4. DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *home office* é uma prática que já vem sendo desenvolvida e aplicada há algumas décadas e que, com os avanços da tecnologia e o cenário atual, vem tomando força e se popularizando entre trabalhadores e empresas de diversas áreas. De fato, a pandemia da COVID-19 apenas foi o disparo para este modo de trabalho tornar-se amplamente aplicado.

Conhecer a percepção dos usuários de *home office* quanto ao seu espaço de trabalho, suas demandas imediatas e sua comparação com outros modelos de ambiente parece ser algo exploratório e superficial, porém é uma primeira alternativa para uma análise ergonômica mais ampla e intensiva.

Os resultados do presente estudo apontam que a prática do *home office* ainda possui alguns obstáculos a serem superados e aperfeiçoados, principalmente quando a adoção do trabalho remoto não foi devidamente planejada pelo usuário.

A pesquisa aqui apresentada evidencia de forma clara as dificuldades para quem precisou adaptar sua residência para o exercício de sua profissão. Móveis inadequados, espaços compartilhados com outros moradores, excesso de ruídos e iluminação ineficiente são só algumas das adversidades que surgem frequentemente dessa prática e que podem acarretar em problemas a curto e longo prazos, como aumento do estresse, dores físicas, inseguranças no âmbito profissional, entre outros, além da necessidade de ajustar seu espaço de acordo com suas necessidades, de forma a acompanhar as regras ergonômicas, organizar horários e tecnologia apropriada para o trabalho e para comunicação com a empresa e interessados no trabalho desenvolvido (REIS, 2020). Essas questões podem ser melhor trabalhadas através de estudos ergonômicos que apliquem os conceitos em mobiliários e estruturas para *home office*, aperfeiçoando medidas, uso de materiais de qualidade, inserindo elementos que controlem questões de isolamento acústico, térmico e promovam foco, organização e tranquilidade, servindo como diretrizes para que designers, arquitetos, decoradores e outros profissionais pensem em projetos mais aderentes às necessidades dos usuários, integrados ao ambiente doméstico. O trabalho remoto pode ser influenciado de forma positiva contando com uma maior difusão de informações sobre ergonomia e saúde do trabalho à sociedade em geral. Além disso, cabe à empresa fornecer suporte para a elaboração de um ambiente voltado para o bem-estar do funcionário, além de avaliar se as estruturas implementadas seguem as normas ergonômicas estabelecidas (SITTA PRETO, 2018).

Diante do encontrado no presente estudos, algumas recomendações podem contribuir para que as pessoas possam instalar ambientes mais adequados para *home office*:

- Espaços com sistemas de iluminação geral, associados a um sistema de iluminação direcionada, que possa criar um ambiente de concentração sobre a área de trabalho;

- Instalação de aparelhos que possam proporcionar conforto térmico, como ar condicionado e ventiladores;

- Instalação de revestimentos para isolamento acústico no ambiente, assim como reforços para esta função em portas e janelas. Caso não sejam possíveis essas modificações, o uso de materiais e tecidos que absorvam ruídos em outros elementos do *home office* pode ajudar a reduzir o impacto sonoro;

- A criação de um espaço bem definido para o *home office* dentro da residência, seja através do uso de cores, móveis, divisórias móveis, biombos e outros elementos visuais ajuda na distinção de tarefas e afirmação da posição de trabalho, deixando claro tanto para o usuário quanto para outros moradores o limite entre o ambiente pessoal e o de trabalho;

- Inserção de espaços e móveis bem definidos para armazenamento, segundo a necessidade do usuário, que promovam uma organização intuitiva de forma a facilitar o desempenho do ofício;

- Incorporação, sempre que possível, de elementos de ajuste de ergonomia, como suportes ajustáveis para notebooks e monitores, apoio para pés, apoio para punho e cadeiras e mesas com regulagem de altura. O uso de teclado e mouse independentes também auxilia na manutenção da boa postura;

- Considerar a integração com projetos arquitetônicos e de interiores; e que preferencialmente estejam alinhados às diretrizes da NR17 - Norma Regulamentadora Ergonomia.

Segundo Davis et al. (2020), algumas adaptações podem ser feitas, se necessário, nos móveis que são encontrados nas residências e que não são tão adequados, como por exemplo: apoiar uma almofada no assento para elevar sua altura; colocar uma almofada ou toalha enrolada atrás das costas para fornecer apoio para a lombar; apoiar uma caixa sob o monitor ou uso de tábuas de passar e balcões para poder trocar eventualmente para posição em pé, entre outros.

Mesmo com todas essas questões a serem resolvidas, o *home office* já é uma realidade para muitas pessoas e apresenta também muitos benefícios, tanto para empregadores quanto para funcionários, mas ainda apresenta muitos obstáculos como falta de limite de horas dedicadas ao trabalho, falta de comunicação entre a equipe e isolamento (NASCIUTTI, 2020). Foi apontado previamente que uma maior autonomia, mais tempo livre, mais energia decorrente da retirada da locomoção e do trânsito no dia a dia e um maior contato com família e amigos próximos afeta positivamente os usuários. O ambiente residencial pode sim ser um lugar confortável e adequado para o trabalho, desde que sejam tomados os devidos cuidados para preservar a integridade física e psicológica daqueles que usufruem da prática, e o Design e a Ergonomia têm esta função.

5. RESPONSABILIDADE

A responsabilidade do artigo, imagens e gráficos é exclusivo dos autores.

6. REFERÊNCIAS

CASTAÑON, José; CRUZ, Tairine, CARVALHO, Juliana; RAGONE, Guilherme (2016). O home office e a ergonomia nas condições de trabalho e saúde de arquitetos e engenheiros. Blucher Engineering Proceedings, v. 3, n. 3, p. 643-654, 2016.

DAVIS, Kermit G. et al. The home office: ergonomic Lessons From the “new normal”. Ergonomics in Design, v. 28, n. 4, p. 4-10, 2020.

DOS REIS, Túlio Baita et al. A PRÁTICA DO HOME OFFICE EM PERÍODOS DE ISOLAMENTO SOCIAL. Boletim P&D, v. 3, n. 5, p. 10-12, 2020.

GUÉRIN, François; LAVILLE, Antoine; DANIELLOU, François. Comprendre le travail pour le transformer: la pratique de l’ergonomie. 1997.

HILL, E. Jeffrey; FERRIS, Maria; MÄRTINSON, Vjollca. Faz diferença onde você trabalha? Uma comparação de como três locais de trabalho (escritório tradicional, escritório virtual e escritório em casa) influenciam os aspectos do trabalho e da vida pessoal / familiar. Journal of Vocational Behavior , v. 63, n. 2, pág. 220-241, 2003.

IIDA, Itiro; BUARQUE, L. I. A. Ergonomia: projeto e produção. Editora Blucher, 2016.

LENTS, Juceli; SANTOS, Maryele Freire. Ergonomia Cognitiva mediante as necessidades organizacionais. VI Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”. São Cristovão, 2012.

NASCIUTTI, Jacyara Rochael. PANDEMIA E PERSPECTIVAS NO MUNDO DO TRABALHO. Caderno De Administração, v. 28, n. Edição E, p. 82-88, 2020.

OPAS/OMS Brasil-Folha informativa–COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)| In: https://www.paho.org/pt/covid19. OPAS/OMS. JAN. 2021.

SITTA PRETO, Seila Cibele. Modelo de inovação organizacional aplicado à economia solidária: uma contribuição do design tendo como referência a cidade de Londrina-PR. 2018.

CAPÍTULO 2

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E O CONTEXTO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO

EDILAINE DA SILVA FREITAS
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

EDMA REGINA PEIXOTO BARRETO CAIAFA BALBI
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

ELIANA CRISPIM FRANÇA LUQUETTI
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

GERSON TAVARES DO CARMO
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

RHAÍSA SAMPAIO BRETAS BARRETO
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

SINTHIA MOREIRA SILVA RIBEIRO
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

SERGIO ARRUDA DE MOURA
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

VANESSA DO AMARAL TINOCO
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

RESUMO: O homem, desde a sua origem, visa aprender ou trabalhar com alguma habilidade para sobreviver e se comunicar. Desde a descoberta do fogo, a expressão pela arte rupestre, passando pela escrita cuneiforme, e pela prensa de Gutemberg até chegarmos ao ciberespaço, nos dias atuais, as técnicas e tecnologias mudaram e foram evoluindo para melhorar a qualidade de vida do homem e da sociedade em que vive. Assim, é visível que mudanças aconteceram e continuam acontecendo, constantemente, em diversas áreas. As tecnologias foram se transformando e, como grande elemento motivador, aliada a elas, estava a comunicação, que visa a troca de informações entre os indivíduos. Este trabalho propõe uma reflexão em torno de alguns conceitos e discussões que envolvem as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Objetiva-se trazer um breve histórico da evolução das TICs ao longo do tempo e apresentar uma relação dessa trajetória com o contexto educacional que a sociedade contemporânea está vivendo (pandemia, home office, ensino remoto). A metodologia utilizada na produção deste artigo foi a pesquisa bibliográfica, revisando literaturas sobre o assunto e investigando as discussões atuais que envolvem o tema. O texto foi produzido em coautoria, por meio da ferramenta de texto do documento do Google Drive - dentro do ambiente virtual e de forma remota, marcando a importância das TICs na contemporaneidade, tanto para a pesquisa quanto para a educação. Considera-se, portanto, que as tecnologias estão em constante evolução, o que era impensável, considerado impossível de acontecer está sendo visto no presente e, para o futuro, muito ainda há por vir graças às mudanças geradas pelas tecnologias.

PALAVRA-CHAVE: TICs, Evolução histórica, Linguagem.

ABSTRACT: Man, since its origin, aims to learn or work with some ability to survive and communicate. Since the discovery of fire, expression through rock art, through cuneiform writing, and through the Gutemberg press until we reach cyberspace, today, techniques and technologies have changed and evolved to improve the quality of life for man and society where you live. Thus, it is visible that changes have happened and continue to happen, constantly, in several areas. Technologies were changing and, as a great motivating element, allied to them, was communication, which aims at the exchange of information between individuals. This work proposes a reflection around some concepts and discussions that involve information and communication technologies (ICTs). The objective is to bring a brief history of the evolution of ICTs over time and to present a relationship of this trajectory with the educational context that contemporary society is experiencing (pandemic, home office, remote education). The methodology used in the production of this article was bibliographic research, reviewing literature on the subject and investigating the current discussions involving the theme. The text was co-authored, using the Google Drive document text tool - within the virtual environment and remotely, marking the importance of ICTs in contemporary times, both for research and for education. Therefore, it is considered that technologies are in constant evolution, what was unthinkable, considered impossible to happen is being seen in the present and, for the future, much remains to come thanks to the changes generated by the technologies.

KEYWORDS: ICTs, Historical evolution, Language.

1. INTRODUÇÃO

Não faz muito tempo que o telegrama, o jornal e a revista impressos e o livro físico, apareciam como textos tecnológicos por excelência e permitiam, com maestria, a comunicação e a divulgação das informações através da linguagem oral e escrita. Isso, resultado de um avanço ocorrido ao longo de séculos. O que era inimaginável, tornou-se real e, hoje, esses suportes já não têm mais tanto espaço nas mídias; o que prevalece são as publicações digitais por meio dos notebooks, smartphones, tablets, ipads, entre outros suportes. As ferramentas utilizadas, em diversas áreas da sociedade, cada vez mais se evoluem, se aprimoram para atender às necessidades atuais. Caixas eletrônicos, e-bankings, sites de buscas, uma infinidade de aplicativos para diversas atividades, fast-foods, equipamentos que permitem cirurgias menos invasivas e com precisões milimétricas, dentre outros mecanismos muitos tecnológicos.

Para chegar a esta era digital contemporânea, entretanto, muito se caminhou. Assim, faz-se necessário perpassar por alguns caminhos que contam a história da evolução das tecnologias da informação e da comunicação. Antes, ainda, explica-se e discute-se os termos tecnologia, informação e comunicação para avançar até chegar ao ensino remoto – “imposto” por uma pandemia – na atualidade.

O objetivo é mostrar que a tecnologia e o avanço dela de forma progressiva influenciaram e ainda vêm influenciando a vida das pessoas, transformando a humanidade e suas relações culturais e sociais. Dessa forma, a educação não ficaria de fora. No documento oficial que traça as diretrizes para a educação em nosso país, a Base Nacional Comum

Curricular (BNCC-2017), já estava prevista a necessidade de atrelar as ações educacionais às tecnologias da educação e da informação. Como quinta competência geral para a Educação Básica no país esse documento apresenta:

> Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2017, p. 11).

É preciso, então, reconhecer a importância que as TICs têm em nossa sociedade. Impossível pensar em qualquer área que não se utilize delas em vista a um melhor resultado. Por isso, a pesquisa bibliográfica em tela, revisa literaturas sobre o assunto e investiga as discussões atuais que envolvem o tema.

TECNOLOGIAS, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: QUE TERMOS SÃO ESSES?

Discorrer sobre as TICs implica conceituar cada um dos termos que formam esse acrônimo. Entendemos que falar sobre o conceito de “Tecnologias” não é algo inovador, há tempos pesquisadores e teóricos expõem pensamentos sobre o assunto, pois faz parte do entendimento maior de conhecimentos ligados a sociais e humanidades.

Como aborda Gebran (2009) “A história da tecnologia acompanha a história da humanidade, desde quando o homem começou a usar ferramentas de caça e de proteção (GEBRAN, 2009, p. 10)”. O termo tecnologia surge a partir da revolução industrial, mas a sua significação vem de tempos remotos. Como não pensar na descoberta do fogo como uma técnica avançada em seu tempo? A palavra tecnologia vem de radicais gregos: tekhne (técnica, arte, ofício) e logos (conjunto dos saberes).

Assim, conceitualmente, trazemos a definição de Gebran (2009) que conversa com a sua fala anterior: “Tecnologia é a ciência aplicada na busca de soluções para os problemas e necessidades humanas, o homem sempre procura soluções para velhos problemas (GEBRAN, 2009, p. 9)”. A tecnologia é o desenvolvimento do conhecimento para manipular a natureza a fim de atender às necessidades humanas, visando à sobrevivência e ao bem-estar.

Ainda para trabalhar esse conceito, há Castells (1999) que entende a tecnologia como aplicação de conhecimentos da ciência para apontar as maneiras de se fazerem as coisas e, posteriormente, reproduzi-las. Posto isso, é válido dizer que o conceito está bem atrelado às atividades práticas do homem para melhorar ou possibilitar suas condições de vida e que as mudanças tecnológicas vão provocar revoluções na forma de viver, pensar, agir, relacionar, trabalhar, estudar.

Muitas mudanças foram feitas, em um cenário mundial, graças às tecnologias “descobertas”, estudadas e criadas pelo homem, hoje, é uma realidade aquilo que Castells já dizia:

> A integração crescente entre homens e máquinas, inclusive a máquina de DNA, alterando fundamentalmente o modo pelo qual nascemos, vivemos aprendemos, trabalhamos, produzimos, consumimos, sonhamos lutamos ou morremos. Com certeza, os contextos culturais/institucionais e a ação social intencional interagem de forma decisiva com o novo sistema tecnológico. (CASTELLS, 1999, p. 69).

Para o autor citado acima, esse novo sistema tecnológico tem a capacidade de processar as informações com um custo cada vez mais reduzido e em uma rede de recuperação e distribuição ubíqua. Dessa forma, entender tecnologia é assimilar todas as transformações que ela, desde os primórdios, trouxe, traz e trará para a humanidade.

Partindo do conceito de tecnologias, caminha-se para a discussão e apresentação dos conceitos dos demais termos da sigla TICs. A informação pode ter o sentido de um conhecimento comunicado. Os conceitos de informação e de conhecimento são trabalhados, muitas vezes, por áreas distintas do conhecimento. O primeiro, normalmente, é usado nas ciências exatas e o outro nas humanas. Levy (2005), afirma que a informação é a comunicação de um conhecimento e faz um elo entre essas concepções, mostrando que ao utilizar a informação interpretando-a, faz-se uma ligação com outras informações em busca de atribuir-lhe sentido. Já o conhecimento é fruto de uma aprendizagem que é resultado de uma virtualização da experiência ocorrida imediatamente. Inversamente, este conhecimento pode ser atualizado em outras situações (Lévy, 2005).

Por certo, então, que informar seria comunicar um conhecimento, a linguagem tem o papel de protagonista em todo esse cenário das TICs. Entendendo esse protagonismo, é importante ressaltar que a linguagem é a capacidade que o ser humano tem que o difere dos outros seres. A partir do momento em que o homem passa a viver em sociedade, ele necessita de se comunicar com seus pares. A inteligência humana é singular e permite que a comunicação aconteça de diversas formas e vá evoluindo à medida em que haja necessidade. A princípio, por gestos, sinais apresentados pelo corpo e linguagem verbal, posteriormente, novas formas foram utilizadas.

Ainda sobre a linguagem, Fiorin (2013) destaca que responde a uma necessidade natural da espécie humana, a de se comunicar. Para ele, entre as ferramentas culturais do ser humano, a linguagem ocupa um lugar à parte, porque o homem não está programado para aprender física ou matemática, mas está programado para falar, para aprender línguas, quaisquer que elas sejam. Chomky completa que ao estudarmos a linguagem humana aproximamo-nos do que se poderia chamar a “essência humana”, as qualidades distintivas da mente que são, tanto quanto sabemos, exclusivas do homem (CHOMKY, apud FROMKIN; RODMAN, 1993, p.3).

Assim, depois da compilação dos conceitos ligados às TICs, Gebran (2009) acrescenta que:

> As tecnologias da informação e da comunicação, além de veículos de informação, possibilitam novas formas de ordenação da experiência humana, com múltiplos reflexos, particularmente no meio educacional, gerando com isso novas formas de produzir e transmitir o conhecimento. A aprendizagem colaborativa vem ocupando espaço no panorama educacional, utilizando ferramentas que aproximam as pessoas e, consequentemente, oportunizando a troca de experiências. (GEBRAN, 2009, p. 14).

Dessa maneira, corroborando com o processo de coautoria na produção do trabalho, por meio da ferramenta de texto do documento do Google Drive – dentro do ambiente virtual e de forma remota, ratifica-se que as TICs têm um papel importantíssimo nas possibilidades de produzir o conhecimento e que elas estão em constante mudança. As tecnologias foram evoluindo ao longo dos anos e faz-se relevante investigar o percurso dessa evolução.

Evolução das tecnologias: da arte rupestre à escrita coletiva no Google Docs

O homem se encontra em constante evolução e desde o seu surgimento manipula a natureza com o intuito de atender às suas necessidades. É possível perceber as mudanças ocorridas ao longo tempo. Para isso, basta olhar para o passado e observar como tudo evoluiu. O século XX foi marcado por grandes evoluções tecnológicas, mas elas ocorreram gradativamente durante todos os séculos anteriores. Visto que a tecnologia não pode ser definida apenas a partir do surgimento de aparelhos eletrônicos, faz-se necessário enfatizar que apesar de haver uma ligação direta da tecnologia à informática e a meios digitais, reitera-se que sua definição é mais ampla, como foi visto na seção anterior.

A descoberta do fogo, a confecção de utensílios e ferramentas com matéria bruta, a comunicação por meio de desenhos e escritos, assim como o computador, o celular e a internet são avanços tecnológicos pertencentes a tempos diferentes, mas que foram de suma importância para os viventes daquele momento. A tecnologia da informação e da comunicação evoluiu progressivamente ao longo da história. Muitos foram os passos e as transformações até aqui. As necessidades apresentadas a cada momento eram supridas por meio da inteligência humana capaz de aperfeiçoar as técnicas.

A comunicação gestual e oral foi suficiente até dado momento, mas as informações não eram registradas, apenas passadas oralmente de um para o outro, de geração para geração. Surge, então, a necessidade de registro, inicialmente, na pré-história, com as pinturas rupestres e, enfim, a escrita entra em cena, iniciando com uma simples representação pictórica e evoluindo até chegar ao alfabeto.

As primeiras manifestações desses registros, denominadas escrita cuneiforme, ocorreram na antiga civilização mesopotâmia, pelos povos sumérios, por volta de 4.000 a. C, mas outros estilos de escrita foram elaborados nas civilizações do Egito e da China. Os egípcios, ao criarem sua escrita, dividiram-na em duas configurações: uma mais simples, que foi denominada demótica; e outra, mais complexa, a que chamaram de hieroglífica. A China também criou o seu próprio sistema de escrita ao qual batizaram de ideográfico.

Dentre as grandes conquistas desse processo de evolução, alguns eventos merecem destaque: a escrita, a prensa de Gutemberg e a internet. A primeira delas, consiste em uma importante fase para a propagação do conhecimento, pois as informações passam a ser registradas para serem acessadas no momento oportuno. Por anos, a forma arcaica de reprodução dos escritos (livros) foi suficiente, mas verificou-se que as cópias apresentavam versões diferentes, pois tinham como base a interpretação do copista (responsável por reproduzir os livros). Além disso, a reprodução por ser manual era lenta e de difícil transporte.

O outro momento de destaque foi a criação de Gutemberg, em 1450, a inauguração da prensa, que acelera o processo de divulgação da informação, acrescentando-lhe o caráter de fidelidade à matriz. Colaborando ainda para a popularização dos livros e de maior acessibilidade a eles. Essa técnica foi inovadora, porém não é pioneira.

A partir daí, foram surgindo outras formas de comunicação, técnicas inovadoras mostrando-se cada vez mais ágeis e amplas na transmissão da informação. O jornal, o telégrafo, o telefone, o rádio e a televisão são algumas delas.

No século XX, o surgimento dos satélites de telecomunicações foi destaque na evolução tecnológica. Neste mesmo século, por volta da década de 40, os computadores começaram a ser desenhados, mas em versões bem distantes das atuais, eram máquinas enormes, com valores altíssimos e alto consumo de energia. Só quase meio século depois, os primeiros computadores pessoais foram criados. Ademais, a velocidade de informação também ocorre nesse século. A internet proporciona isso e, mesmo antes do computador se popularizar, a comunicação em rede já ocorria, pois, nos anos 60, surge a ARPANET (precursora da internet), resultado do impulsionamento no desenvolvimento tecnológico e da criação da ARPA (Advanced Research Projects Agency). Alves (2013) apresenta algumas etapas da evolução da internet:

· 1969: a ARPANET começa a funcionar efetivamente;

· 1970: Vinton Cerf utilizou a palavra internet pela primeira vez;

· 1971: criação do correio eletrônico;

· 1979: é criada a USENET, uma rede de grupos de usuários para discutir determinados temas específicos;

· 1983: o TCP/IP é definido como o protocolo padrão para que as redes de computadores se conectem a internet;

· 1988: é criado o IRC (Internet Relay Chat) que permite conversas “ao vivo” pela internet;

· 1990: surgem os primeiros sistemas de busca;

> · 1991: é criado o hipertexto, que permite saltar entre textos ou páginas;
>
> · 1993: surge o primeiro navegador gráfico (Mosaic);
>
> · 1995: Surge o primeiro grande sistema de busca (Yahoo);
>
> · 1995: até então estritamente acadêmica, é liberado o acesso a rede de forma comercial para qualquer pessoa que queira se conectar. Surgem os provedores de internet;
>
> · 1995: começam os leilões pela rede com a criação do Ebay;
>
> · 1996: É lançado o primeiro serviço de e-mail baseado em web, o Hotmail;
>
> · 1998: lançamento do Google;
>
> · 2004: lançamento do Facebook; e
>
> · 2005: lançamento do Youtube (ALVES, 2013, p.31).

Como foi visto, essa evolução da tecnologia da internet não foi feita com um simples processo e, certamente, não parou, visto que os passos antigos serviram de suportes para os atuais e os atuais servirão para os novos que virão. Sobre isso, Ernesto (2018) acrescenta

> Tanto quanto a história da humanidade, nada do que passou é tão antigo que não sirva de referencial e projeção de transformação das ações humanas, e nada é tão novo que não possa trazer segurança, benfeitorias e inovação na forma de pensar e agir. Assim também aconteceu com os meios de comunicação: estiveram sempre em mutação e aperfeiçoamento (ERNESTO, 2018, p.26).

Sendo assim, percebe-se que as tecnologias da comunicação e informação estão em constante evolução. O que parecia impossível acontecer está sendo visto no presente e, para o futuro, ainda se projeta muito mais avanço tecnológico. Com a contribuição delas, o ser humano vai se adaptando ao meio e às demandas que o seu contexto de vida apresenta. Quando precisa, elabora, (re) arranja técnicas que contribuam para um desenvolvimento social e cultural. Este trabalho, por exemplo, apresenta-se como uma amostra dessa adaptação. Em um contexto pandêmico e de distanciamento social, a escrita coletiva – por meio do Google Docs – foi uma experiência possível e que provou o papel da tecnologia: um meio de oferecer condições para que o homem possa sobreviver, trabalhar, estudar, interagir.

Certo é que a tecnologia da internet é uma grande evolução para a humanidade, mas também é preciso evidenciar a exclusão que ela pode promover, nem todos conseguiram continuar seus estudos neste período de ensino remoto, por exemplo. Bom seria se todos tivessem acesso igualmente a essa gama de informação a qual circula com extrema velocidade.

A atenção também, neste contexto, precisa ser voltada para o excesso de informação e de uso dessas tecnologias, pois tornam-se prejudiciais, resultando em problemas físicos e psíquicos, à medida em que o usuário se torna escravo. O novo traz benefícios, mas se não for apreciado com moderação acarreta danos. A utilização da tecnologia é, certamente, válida, mas deve ser ponderada pelo bom-senso.

CIBERESPAÇO E ENSINO

Um dos atributos da sociedade contemporânea é a crescente presença das tecnologias no cotidiano das pessoas. Nós, seres humanos, estamos em contato com a informação a todo tempo, seja por jornais, revistas, televisão e outros. E o que existe de novidade, hoje, é que a informação ganhou uma rapidez incrível através das novas tecnologias digitais. Com isso, vive-se um processo de imersão tecnológica, no qual inúmeras ações humanas contemporâneas são suportadas pela tecnologia, aparatos que transformam a vida de cada indivíduo nas mais diversas áreas e das mais variadas formas, impulsionando o processo de desenvolvimento social. O ciberespaço e a cibercultura são as grandes novidades.

O ciberespaço é o espaço virtual que conecta cada máquina ao seu usuário e a todas as outras máquinas através de uma rede mundial de computadores: a web. Esse termo foi idealizado por Willian Gibson, em 1984, no livro “Neuromancer”. Referindo-se a um espaço virtual composto por cada computador e usuário conectados em uma rede mundial que possibilita a livre articulação entre os sujeitos e tudo o que dele faz parte, é possível afirmar que consiste em um espaço essencialmente democrático e aberto a permanentes, renovadas e inacabadas formas de apropriação.

É notória essa velocidade da internet, à medida em que se buscam informações e elas são encontradas. Surge assim um novo mundo do qual fazemos parte enquanto estamos conectados, um espaço dinâmico e compartilhado, rico de informação, o ciberespaço, que é assim definido por Lévy:

> O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p.13)

É possível fazer-se presente mesmo estando fisicamente em outro local. A comunicação tornou-se mais fácil e rápida. A informação passou a circular amplamente, chegando a todos os lugares em uma velocidade assustadora. Nesse novo contexto, é possível destacar uma divisão em dois públicos diferentes e ainda observar a perda da necessidade de ter a informação retida, pois esta pode ser encontrada a qualquer momento por meio de uma conexão imediata, a que o usuário se conectar. Identifica-se assim os imigrantes digitais (indivíduos que nasceram antes dos anos 90, passaram pela necessidade de reter o conhecimento e, hoje, buscam letrar-se em meio às inovações tecnológicas) e os nativos digitais (nascidos a partir dos anos 90 – com fácil acesso às tecnologias digitais – e que não têm necessidade de reter o conhecimento e estão íntimos e familiarizados com a tecnologia atual).

Lévy aponta a necessidade de atualizações em busca do conhecimento:

> Devemos construir novos modelos do espaço de conhecimentos. No lugar de uma representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em “níveis”, organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes “superiores”, a partir de agora devemos preferir a imagem de espaços de conhecimentos emergentes, abertos contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular evolutiva (LÉVY, 1999, p.158).

Esta retratação favorece um novo estilo de pedagogia, que ampara o ensino em rede. Desta forma, o professor é desafiado a envolver os alunos nesta nova configuração de aprendizado, na qual os alunos se tornam corresponsáveis na construção e disseminação do conhecimento. Envolvendo esta temática da importância do envolvimento do aluno no processo de aprendizagem, Silva (2004) apresenta ideia do ensino como ação dinâmica, temporal, intencional, planejada e complexa, em que programas de intervenção são desenvolvidos em estudantes e professores para que comportamentos sejam atribuídos na elaboração destes programas.

Nesse sentido, a perspectiva de virtualização da aprendizagem pode ser destacada, porque a partir do potencial do educando, supõe-se que as tecnologias digitais viabilizam que o processo de construção do conhecimento ocorra. Entretanto, é de fundamental importância que os agentes desse processo, professor e aluno, assumam posturas distintas e reconheçam nas tecnologias de rede o verdadeiro espaço para construção do conhecimento. À vista disso, Veen (2009) qualifica as crianças do mundo atual como “nativos digitais”, uma vez que elas possuem “estratégias e habilidades de aprendizagem que são fundamentais para dar significado às informações, as quais são vitais na aprendizagem futura em uma economia baseada no conhecimento”. Dialogando com o autor acima, trazemos Perrenoudt (2000, p.125) que destaca que “as crianças nascem em uma cultura na qual se clica [...] e que a escola não pode fechar os olhos para o que se passa no mundo”. A escola que não entende que está diante de um novo público está fadada a oferecer uma educação não atraente e, consequentemente, não significativa.

Em um lado estão os nativos digitais; e no outro, os imigrantes. Os primeiros, no manuseio das tecnologias, não precisam gastar esforços, uma vez que elas fazem parte de sua constituição sociocultural. Já os outros, visto que não são contemporâneos das tecnologias digitais em rede, por mais que empreguem esforços para tal conhecimento, para aprender as técnicas de manejo dos recursos tecnológicos, na sua grande maioria, têm dificuldades para desenvolver de forma fluente e com naturalidade esses atributos dessa nova geração.

Sendo assim, é necessário assumir que nesse processo, tem-se a certeza do ponto de partida, e o ponto de chegada passa a ser uma construção criativa e colaborativa entre alunos e professores, desenvolvendo reflexões que abordem as incoerências dessa ideia de distância, em se tratando de processos educacionais. Barreto apresenta que

> A concepção do “novo ensino”, em oposição ao “velho”, não deixa de circunscrever um jogo de presença/ausência, no qual a “distância” pode ser um eufemismo para ausência. Presentes, sem dúvida, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC), indissociáveis das diferentes concepções e propostas de educação a distância. (BARRETO, 2001, p.26).

Esse novo processo de ensino rompe com os limites físicos e geográficos da escola e legitima a presença de múltiplos parceiros, os quais são agentes de aprendizagem, proporcionando a proximidade pela mediação tecnológica. É nesse contexto de possibilidade de redução da distância, por essa aproximação e pelo atendimento aos interesses dos aprendizes e da grande comunidade de ensino e aprendizagem, que as TICs possuem grande prestígio.

Sendo assim, o fazer educacional precisa ser repensado, uma vez que essa dinâmica de acesso e troca de informações tomam uma grande dimensão no mundo atual. Um novo olhar educacional deve ser caracterizado com os processos comunicativos que instituem essa proximidade na qual todos podem e devem ser ativos em rede frente a essas novas tecnologias, que levam a todos para esse novo contexto. E essa nova pedagogia, ainda sem denominação, poderá se apropriar dessas peculiaridades e interações que as redes potencializam, de forma multidirecional e com dinamicidade, na busca de estabelecer processos plenos de aprendizagem, considerando as tecnologias em rede como ambientes para interação e colaboração, os quais aproximam os grupos e as pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem, ser pensante, busca evoluir por meio de suas experiências. Sua evolução ocorre gradativamente, à medida em que se depara, em seu cotidiano, com situações que exijam soluções que o leve a uma condição de vida melhor. Sendo assim, desde o seu surgimento, o homem cria meios de manipular a natureza a fim de atender às suas necessidades de sobrevivência.

Ao longo dos tempos, com a evolução da sociedade, o ser humano busca ampliar seus conhecimentos para acompanhar a rápida transformação tecnológica. A recomendação para o uso da tecnologia na educação já vem de algum tempo, mas poucos a usavam, possivelmente por serem, em sua maioria, docentes imigrantes digitais.

O contexto atual forçou a mudança do paradigma da educação e evidenciou que o ciberespaço é um ambiente virtual, que possibilita romper a distância e proporcionar uma interação no processo educacional e que dispõe de ferramentas capazes de contribuir para um aprendizado mais dinâmico e efetivo.

Dessa forma, não é possível considerar a possibilidade de um retorno ao estado anterior da forma de atuação docente em sala de aula, pois as tecnologias adentraram os muros das escolas e as escolas invadiram os lares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Antônio Dias. **Tecnologias e Novos Modos de Comunicação: A (RE) Invenção do Conhecimento no Ciberespaço na Percepção dos Docentes Imigrantes Digitais de uma Universidade Pública.** Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) – UENF. Campos dos Goytacazes, RJ, 2013.

BARRETO, Raquel Goulart. **As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância.** In: BARRETO, R.G. (org.) Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF: 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: novembro/2020.

CASTILHO, Luciane Barbosa. **O uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem em cursos superiores.** Dissertação (Mestrado em Gestão de sistemas de informação) – UFUMEC. Belo Horizonte, MG, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

ERNESTO, Talita da Silva. **Tecnologia na Formação Docente: Uma análise curricular do PPC de Pedagogia Presencial da UENF**. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Talita da Silva Ernesto. UENF. Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

FROMKIN, Victória; RODMAN, Robert. **Introdução à Linguagem***.* Tradução: Isabel Casanova. Coimbra: Almedina, 1993.

FIORIN, José Luiz (org**.) Linguística?! Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

GEBRAN, Maurício Pessoa. **Tecnologias Educacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

LEVY. Pierre. **Cibercultura.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

_____. **O Que é o Virtual?** Tradução de Paulo Neves. 7. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

PERRENOUDT, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Adelina Lopes de. **A Autorregulação da Aprendizagem: A demarcação de um campo de estudos e de intervenção.** In: LOPES DA SILVA, A; DUARTE, A. M.; SÁ, I; VEIGA SIMÃO, A. M. Aprendizagem autorregulada pelo estudante perspectivas psicológicas e educacionais. Porto: Porto Editora, 2004, Cap. 1, págs. 18-39.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de e CARDOSO, Carla. **As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação.** Agenda Social. V. 5, nº. 1, pp. 65-78 jan-abr/2011.

VEEN, Wim; VRAKKING, Ben. **Homo zappiens: educando na era digital**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS E PERSPECTIVAS QUANTO À FETIVIDADE DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA NA ERA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

ANA PAULA SILVA ANDRADE
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG

CARLOS HENRIQUE MEDEIROS DE SOUZA
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

HILDELIZA LACERDA TINOCO BOECHAT CABRAL
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG

LARISSA NOGUEIRA LELLIS
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG

LEILA MARIA TINOCO BOECHAT RIBEIRO
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

NIVEA FARIA SOUZA
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG

SINTHIA MOREIRA SILVA
Universidade Iguaçu – Campus V – UNIG
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

RESUMO: O acesso à Justiça, direito humano e fundamental consagrado em diplomas internacionais e na Constituição da Federativa do República do Brasil, há muito desafia a doutrina na busca de meios para sua efetividade. Importante marco, no Brasil, foi a criação dos Juizados Especiais, que permitem efetivar esse direito por parte do cidadão, de forma direta, gratuita, célere e informal. Não obstante, a implantação dos sistemas de processamento eletrônico pelo Judiciário, como via exclusiva de acesso à Justiça, parece comprometer a efetividade do exercício desse direito, ao menos para significativa parcela da população brasileira que, segundo dados da pesquisa TIC Domicílios, não dispõe de acesso à internet. A pesquisa objetiva, portanto, analisar a efetividade do direito humano/fundamental de acesso à Justiça, via processo eletrônico, por parte do cidadão bem como coletar dados que subsidiem o aprimoramento desse acesso pela via eletrônica. Justifica-se o estudo por sua relevância acadêmica e social, à medida que, evidenciado por pesquisa do CETIC.br (2019), que significativo percentual da população brasileira não dispõe de acesso a computadores e/ou à internet, a utilização do processo eletrônico como via exclusiva de acesso à Justiça pode comprometer a efetividade do exercício desse direito humano/fundamental. Pretende-se utilizar metodologia qualitativa exploratória e quantitativa, em material bibliográfico e eletrônico, estatísticas do CETIC.br, dados coletados mediante pesquisa de campo no Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário de Itaperuna. Espera-se que, mediante a identificação de eventuais limitações detectadas na utilização do processo eletrônico por parte do cidadão, possa-se contribuir para o aprimoramento desse acesso à Justiça com vistas à efetividade do direito humano/fundamental de envergadura constitucional.

PALAVRA-CHAVE: Acesso à Justiça. Processo eletrônico. Direito humano/fundamental. Efetividade. Tecnologia.

ABSTRACT: Access to Justice, a human right and fundamentally enshrined in international diplomas and in the Constitution of the Federative of the Republic of Brazil, has long challenged the doctrine in the search for means for its effectiveness. An important milestone in Brazil was the creation of Special Courts, which allows citizens to enforce this right, directly, free of charge, quickly and informally. Nevertheless, the implementation of electronic processing systems by the Judiciary, as the exclusive means of access to Justice, seems to compromise the effectiveness of the exercise of this right, at least to reduce the portion of the Brazilian population that, according to data from the ICT Domicilies survey, does not Internet access. The objective research, therefore, analyzes the effectiveness of the human / fundamental right of access to Justice, via electronic process, by the citizen as well as to collect data that support the improvement of this access by electronic means. The study is justified by its academic and social education, as evidenced by research by CETIC.br (2019), that a significant percentage of the Brazilian population does not have access to computers and / or the internet, the use of the electronic process as an exclusive way of accessing Justice can compromise the effectiveness of the exercise of this human / fundamental right. It is intended to use qualitative exploratory and quantitative methodology, in bibliographic and electronic material, statistics from CETIC.br, data collected through field research in the Special Federal Civil and Social Security Court of Itaperuna. It is hoped that, through the identification of limitations detected in the use of the electronic process by the citizen, one can contribute to the improvement of this access to Justice with a view to the effectiveness of the human / fundamental right of constitutional scope.

KEYWORDS: Access to justice. Electronic process. Human / fundamental right. Effectiveness. Technology.

INTRODUÇÃO

O acesso à Justiça, direito humano social, à luz de tratados internacionais de Direitos Humanos e, também, direito fundamental da pessoa humana, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil, há muito tem sido questão tormentosa na doutrina nacional e internacional que se debruça por longos anos buscando meios adequados para sua efetivação.

Nesse contexto, surge, no âmbito internacional, a obra clássica Acesso à Justiça, de Cappelletti e Garth (1988), que enuncia ondas renovatórias do processo que visem à efetivação desse direito, dentre outras formas, pela instituição dos Juizados Especiais, que propiciam acesso ao cidadão, de forma direta, gratuita, célere e informal, na proteção de seus direitos. Essa contribuição encontra reflexo na Constituição e legislação pátrias, com a instituição dos Juizados Especiais (Leis nº 9.099/95 e nº 10.259/01).

Não obstante, com a recente modernização do Judiciário através da implantação das novas tecnologias de informação e comunicação, nesse contexto, caracterizadas pelos sites, videoconferências, e-mails, WhatsApp, e também, principalmente, pelos sistemas de processamento eletrônico, hoje via exclusiva de acesso à Justiça, problematiza-se a seguinte questão: de que modo a utilização do processo eletrônico, como via exclusiva de acesso à Justiça, impacta o exercício desse direito fundamental do cidadão brasileiro? A fim

de investigar este problema, este estudo de natureza interdisciplinar considera a hipótese de que há uma relação entre o direito de acesso à Justiça e o processo eletrônico de tal forma que o acesso às novas tecnologias e o desenvolvimento de habilidades específicas para o processo eletrônico sejam imprescindíveis à efetividade do exercício desse direito fundamental.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar a efetividade do direito humano/fundamental de acesso à Justiça, via processo eletrônico, por parte do cidadão usuário/potencial usuário bem como coletar dados que subsidiem o aprimoramento desse acesso e viabilizem a efetividade desse direito.

Os objetivos específicos são: (1) conceituar acesso à Justiça, identificando-o como direito humano/fundamental em âmbito internacional/nacional; (2) identificar obstáculos e soluções de acesso, bem como o *locus* característico de amplo acesso à Justiça e da pesquisa de campo; (3) apresentar o processo eletrônico como tecnologia digital de acesso à Justiça, bem como vantagens e desvantagens de sua utilização à luz da legislação de regência e do perfil socioeconômico e educacional da população brasileira; (4) identificar eventuais limitações dos cidadãos usuários/potenciais usuários na utilização do processo eletrônico como via exclusiva de acesso à Justiça; (5) indicar contribuições para o aperfeiçoamento da utilização do processo eletrônico pelo usuário cidadão.

Justifica-se o estudo por sua relevância científica e social, à medida que, evidenciado pelo CETIC.br, em pesquisas realizadas em 2019/2020, que significativo percentual da população brasileira não dispõe de acesso à internet computadores e/ou à internet, a utilização do processo eletrônico como via exclusiva de acesso à Justiça pode comprometer a efetividade do exercício desse direito humano/fundamental.

Pretende-se utilizar metodologia qualitativa exploratória e quantitativa, em material bibliográfico e eletrônico, estatísticas do CETIC.br, dados coletados mediante pesquisa de campo no Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário de Itaperuna, *locus* da pesquisa de campo.

Espera-se que, mediante a identificação de eventuais limitações detectadas na utilização do processo eletrônico por parte do cidadão, possa-se contribuir para o aprimoramento desse acesso à Justiça com vistas à efetividade do direito humano/fundamental de envergadura constitucional.

1 ACESSO À JUSTIÇA: DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL SOCIAL

À luz da doutrina clássica de Cappelletti e Garth (1988), o acesso à Justiça serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico, o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado,

devendo o sistema ser igualmente acessível a todos e produzir resultados que sejam individual e socialmente justos. Observam os autores que ater-se-ão, em sua análise, ao primeiro aspecto (acessibilidade) sem descuidar do segundo, pois a justiça social como desejada pressupõe o acesso efetivo.

Esse acesso à Justiça é entendido tanto enquanto direito humano, protegido como tal no âmbito de tratados internacionais, como no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966 e na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, quanto direito fundamental da pessoa humana, previsto no texto da Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 5º, inciso XXXV (BRASIL. CF, 1988).

A relevância desse direito é tal que Barcellos (2008) afirma ser ele um dos elementos instrumentais que compõem o núcleo da própria dignidade humana:

> Dizer que o acesso à Justiça é um dos componentes do núcleo da dignidade humana significa dizer que todas as pessoas devem ter acesso a tal autoridade: o Judiciário", isso porque '[...] o acesso à Justiça é um meio, um instrumento para os demais direitos, mas não há um outro meio que viabilize o próprio acesso à Justiça' (BARCELLOS, 2008, p. 325).

No entanto, o acesso há Justiça está longe de ser pleno e efetivo, uma vez que existem muitas barreiras de ordem econômica, cultural e temporal que precisam ser transpostas a fim de que possa garantir o direito a todos. E para que ocorra essa concretização, Cappelletti e Garth (1988, p.15) asseveram que:

> A efetividade perfeita, contexto de um dado direito substantivo, poderia ser expressa como a completa "igualdade de armas" – a garantia de que a conclusão final depende apenas dos méritos jurídicos relativos das partes antagônicas, sem relação com diferenças que sejam estranhas ao Direito e que, no entanto, afetam a afirmação e reivindicação dos direitos. Essa perfeita igualdade, naturalmente, é utópica. As diferenças entre as partes não podem jamais ser completamente erradicadas. A questão é saber até onde avançar na direção do objetivo utópico e a que custo. Em outras palavras, quantos dos obstáculos ao acesso efetivo à justiça podem e devem ser atacados? A identificação desses obstáculos, consequentemente, é a primeira tarefa a ser cumprida.

Pode-se dizer que existem inúmeros obstáculos a serem vencidos na busca pelo acesso efetivo à Justiça. Cappelletti e Garth (1988, p.12) relatam que esse acesso está ligado ao binômio "possibilidade-viabilidade de acessar o sistema jurídico em igualdade de condições, conquistada pelos cidadãos como o mais básico dos direitos humanos". Para tanto, o importante é abordar obstáculos mais relevantes como custas judiciais, insuficiência financeira, desconhecimento e falta de informação no que tange à legislação e aos meios na busca dos direitos tutelados, morosidade processual, interesses difusos, além da falta servidores, entre outros.

Como possíveis soluções a esses impasses, foram apresentados por Cappelletti e Gath (1988), as três ondas renovatórias do processo, quais sejam: a) assistência judiciária aos pobres (Lei nº 1060/50, institucionalização das defensorias públicas); b) representa-

ção dos interesses supraindividuais (Lei nº 8.078/90, Lei nº 7.347/85); c) novo enfoque de acesso à Justiça (Lei dos Juizados Especiais) – acessível indistintamente a todos, célere e informal.

Mais modernamente, com a implantação dos sistemas de processamento eletrônico e a intensificação da utilização das novas tecnologias da informação e comunicação pelo Judiciário, mormente no período da pandemia, como bem analisam Souza, Lellis, Ribeiro e Souza (2020), essa via eletrônica tem sido a forma exclusiva de acesso à Justiça, o que se apresenta como um novo obstáculo ao acesso à Justiça, de ordem tecnológica. Isso porque, considerando o perfil socioeconômico e educacional da população brasileira e também de acesso às novas tecnologias (melhor analisado na seguinte subseção), devido inclusive aos elevados custos de acesso à internet, constata-se que muitos cidadãos não possuem acesso às tecnologias (equipamentos/internet) e/ou não dispõem de habilidades para utilizar as tecnologias para o fim de acessar a Justiça.

Tal fato pode comprometer, portanto, o acesso do cidadão à Justiça que, pela Constituição e pelas Leis dos Juizados Especiais (Lei nº 9099/95 e nº 10.259/01) pode ser, nas hipóteses de suas competências, exercido de forma gratuita e direta pelo cidadão brasileiro, sendo, por esses motivos, esses Juizados, informados pelos princípios da simplicidade, economia processual, informalidade e oralidade, aqui entendidos *locus* característico desse amplo acesso do cidadão à Justiça.

Não obstante, destaca-se que o acesso à Justiça é mais que a simples possibilidade de peticionamento ao Juízo, que se pode fazer sem advogado, no âmbito dos Juizados, mas alcança também a necessidade de apresentar defesa, tomar ciência dos atos processuais, em especial, do teor de despachos e decisões cujas comunicações (citações, notificações, intimações etc), ainda que físicas, via de regra, mencionam apenas a chave de acesso ao processo eletrônico, sem acompanhar contrafés. Por esse motivo, a pesquisa de campo realizada, cujos resultados se apresentam na terceira subseção, não se restringiram a jurisdicionados dos Juizados Especiais, mas estenderam-se a todos os usuários e potenciais usuários do processo eletrônico que dela se dispuseram a participar.

2 A EFETIVIDADE DO ACESSO DO CIDADÃO À JUSTIÇA NA ERA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A jurisdição sempre foi considerada como uma função estatal de declarar e realizar o direito; função pública, portanto, a cargo do Estado-juiz. O processo, por sua vez, é o instrumento utilizado pelo Estado-Juiz para a realização do direito, para prestação da tutela jurisdicional a partir de um conflito de interesse (potencial ou existente) entre duas ou mais pessoas (BUENO, 2016).

Ocorre que esse instrumento não utiliza mais a via física, o papel, mas sim a via eletrônica, sendo, para tanto, implementados sistemas de processamento eletrônico pelo Judiciário nacional, antes mesmo de sua regulamentação, pela Lei nº 11.419/06. Assim, o acesso à Justiça se dá, atualmente, via novas tecnologias da informação e comunicação que são aquelas que não prescindem da internet para sua utilização (SOUZA, 2003).

Essa lei, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, altera o Código de Processo Civil, estabelecendo, dentre outras normas, que o Diário da Justiça eletrônico passou a ser o instrumento oficial de publicação dos atos processuais.

Com isso, pode-se observar que o processo eletrônico possui muitas vantagens, dentre as quais, podem-se citar: a não utilização de papel, a desnecessidade de deslocamento dos advogados e partes para protocolo de petições e de assinatura física nesses documentos, a diminuição de riscos de danos, de extravio de documentos e processos, a maior agilidade no despacho de processos para a 2ª instância e economia quanto às custas do porte de remessa e retorno, a otimização do espaço físico que não será ocupado por pilhas de processos, a preservação ambiental mediante a economia de papel e outros acessórios, como a tinta de impressora. (MILBRADT, 2010)

Para tanto, apesar da grande perspectiva com relação às melhorias, existem algumas desvantagens que merecem ser ressaltadas, como a impossibilidade de transmissão da petição eletrônica, devido as falhas no sistema, como também, em relação aos atos em passo de precluir. Neste caso, terá o prazo prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, conforme consta no §2° do art. 10 da lei 11.419/06.

Devem-se considerar também como desvantagens os danos à saúde daqueles que se expõem de modo excessivo à tela do computador e seu manuseio, como também, a insegurança gerada pela possiblidade de invasão do sistema bem como a falta de unificação dos sistemas de processo eletrônico em todo o Judiciário brasileiro. (PALHARES, 2020)

Abrão (2013, p.58-60) busca sintetizar as principais vantagens processo eletrônico e desvantagens ou desafios a serem transpostos pelo Judiciário, assim os apresentando:

> Vantagens: a) encerramento do processo papel; b) agilidade na tramitação; c) custo-benefício do procedimento; d) tráfego e trânsito do informe, sem congestionamento; e) redução do número de incidentes; f) consubstanciação dos elementos probatórios indispensáveis; g) redução do número de recursos; h) harmonia entre as instâncias e do judiciário como um todo; i) redução do custo de transporte e deslocamento de pessoal. [...]
>
> Desvantagens/desafios: a) segurança do sistema sob a ótica da invasão; b) demora na alimentação e sistematização do processo eletrônico; c) modificação e adulteração do armazenamento; d) leitura de sistemas inviabilizada pelo servidor ou gerenciador; e) elevado custo para consolidar o processo eletrônico; f) nulidades alegadas, notadamente no processo criminal; g) dificuldade da assimilação pela população desse instrumento de justiça; h) congestionamento do sistema e frequente perda de sinal, inibindo o acesso dos interessados.

No contexto do processo eletrônico, no tocante ao acesso direto à Justiça pelo cidadão, nas hipóteses consagradas pela legislação, grande desafio se coloca, não apenas pela possível dificuldade de assimilação pela população desse instrumento de Justiça, como realçado por Abrão, mas também e talvez principalmente, pelo perfil da população brasileira relativo ao acesso às tecnologias e à internet, tendo em vista que a via de acesso é hoje exclusivamente eletrônica.

Isso porque há uma parcela considerável da população brasileira que não dispõe de acesso à internet, conforme revela a Pesquisa TIC Domicílios 2019 – o mais importante levantamento sobre acesso às tecnologias da informação e comunicação, realizado pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (CETIC.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil.

A pesquisa, realizada em 23.490 domicílios em todo o território nacional entre outubro de 2019 e março de 2020, registrou que o Brasil conta com 134 milhões de usuários de internet, o que representa 74% da população com 10 anos ou mais e que apesar do aumento significativo nos últimos anos na proporção da população brasileira que usa a Internet. Cerca de um quarto dos indivíduos (47 milhões de pessoas) seguem desconectados, persistindo diferenças de acesso por renda, gênero, raça e regiões (BRASIL. CETIC, 2020).

Tais dados, por si sós, demonstram que essa parcela de cidadãos brasileiros encontra-se por razões econômicas, regionais ou mesmo educacionais, à margem do acesso à Justiça pela via exclusiva eletrônica e portanto impossibilitada de exercer seu direito humano/fundamental de acesso à Justiça de forma direta, gratuita, informal nos termos da ampla e igualitária acessibilidade assegurada pela Constituição e legislações pátrias já mencionadas como preconizado nas ondas cappellettianas de renovação do processo.

Sob essa perspectiva, há que se considerar como salutar a adoção de medidas que efetivem os comandos legais já existentes: a manutenção de equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais, pelos órgãos jurisdicionais (art. 10, § 3º, da Lei nº 11.419/06) e a promoção da inclusão digital, a partir do fomento à cultura digital e promoção da internet como ferramenta social (art. 27, inciso I, da Lei nº 12.965/14) (RIBEIRO; SOUZA, 2018). Aliás,

> A análise de tais legislações, permite concluir que o legislador pátrio se preocupou em cuidar que a implementação do processo eletrônico e utilização da internet se fizessem, no âmbito das atividades desempenhadas pelo Poder Público, em especial, do Poder Judiciário – de que aqui se trata –, de forma humanizada, compatível com a observância dos direitos e garantias constitucionais assegurados à pessoa humana. (RIBEIRO; PEREIRA; ROCHA; SOUZA, 2020)

Assim, será possível viabilizar, ainda que minimamente, o acesso desses cidadãos às novas tecnologias (equipamentos e internet) e oportunidades de desenvolverem habilidades para utilização do processo eletrônico para acessar a Justiça, por meio de um programa de inclusão digital no âmbito do Judiciário, sendo essa a principal sugestão trazida

por essa pesquisa para o aperfeiçoamento do acesso à Justiça diretamente pelo cidadão no contexto do processo eletrônico para efetividade ao seu direito humano/fundamental de acesso à Justiça.

3 O PANORAMA DO ACESSO À JUSTIÇA VIA PROCESSO ELETRÔNICO NA VARA FEDERAL DE ITAPERUNA

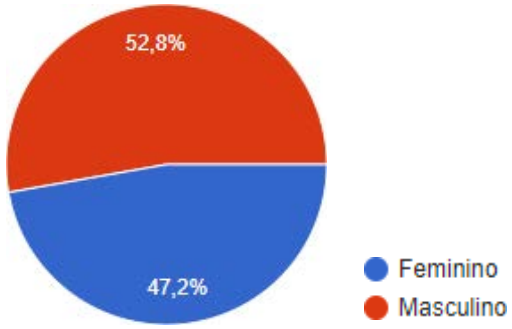
A presente subseção retrata pesquisa de campo “E-Proc: Acesso Cidadão”, realizada no período compreendido entre 18 de outubro de 2019 e 16 de março de 2020, na sede da Subseção Judiciária de Itaperuna, durante audiências e perícias, sob a orientação da Professora Drnda. Leila Maria Tinoco Boechat Ribeiro, pela equipe de pesquisadores do PIC - UNIG/Direito intitulado “A Efetividade do Acesso do Cidadão à Justiça na Era do Processo Judicial Eletrônico: Desafios e perspectivas (2019/2020)”: docente assistente Dra. Hildeliza Lacerda Tinoco Boechat Cabral (UNIG/RJ), docente voluntário/convidado Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza (UENF/RJ) e discentes Gabriel Dutra Cunha Pereira, Ana Paula Silva Andrade, Daniel Alves da Costa, Marcelly Agrelos Rocha, Larissa Nogueira Lellis, Nivea Faria Souza e Sinthia Moreira Silva.

A escolha do *locus* deveu-se ao fato de tratar-se da subseção de maior extensão dentre as subseções do interior do Estado do Rio de Janeiro, totalizando 4.379,57 km2 de área, e que possui competência territorial sobre o maior número de municípios do interior do Estado, onze dos treze municípios que compõem a Região Noroeste Fluminense, quais sejam: Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai.

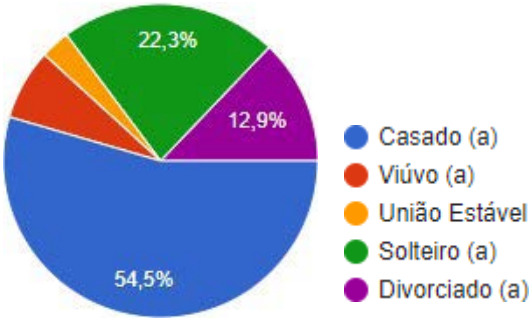
A pesquisa, de cunho quantitativo, cujos resultados aqui se apresentam, teve por objetivo analisar a efetividade do direito humano/fundamental de acesso à Justiça por parte dos cidadãos usuários/potenciais usuários do processo eletrônico no *locus* escolhido, bem como coletar dados que subsidiem o aprimoramento desse acesso e viabilizem a efetividade desse direito. Ao todo, foram coletadas 233 respostas, sobre as questões formuladas relativas ao perfil pessoal, socioeconômico e educacional e também ao perfil de acesso às novas tecnologias e ao processo eletrônico, abaixo apresentadas na forma de gráficos, todos eles, tendo como fonte o Formulário intitulado “E-Proc: Acesso Cidadão”, na Plataforma *Google Forms*.

3.1 Perfil pessoal, socioeconômico e educacional dos entrevistados:

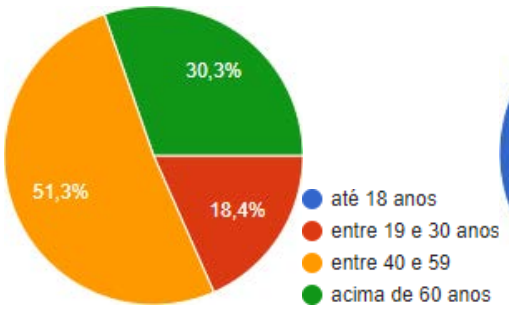
3.1.1 Sexo (233)



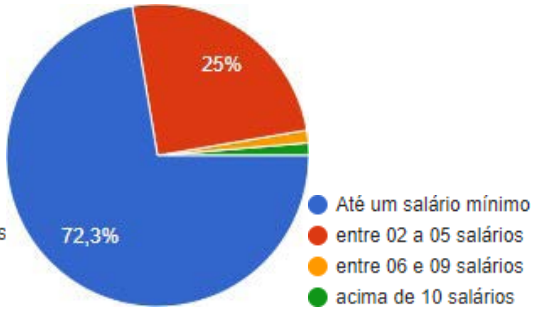
3.1.2 Estado civil (233)



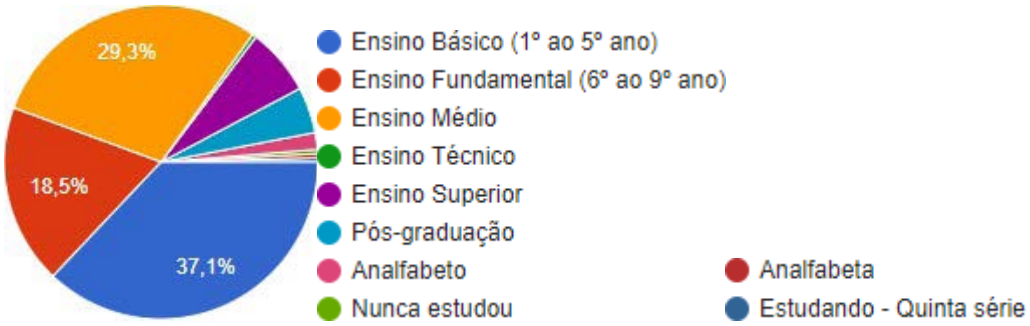
3.1.3 Idade (233)



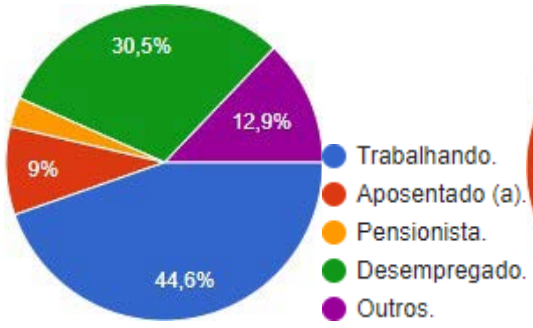
3.1.4 Renda (224)



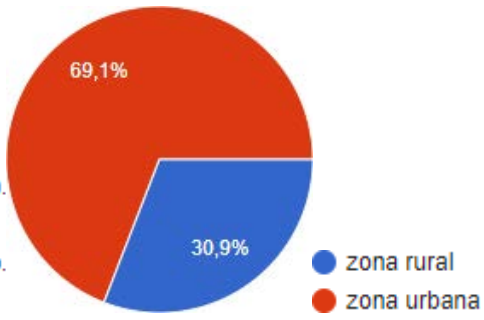
3.1.5 Nível mais alto de escolaridade alcançado (232)



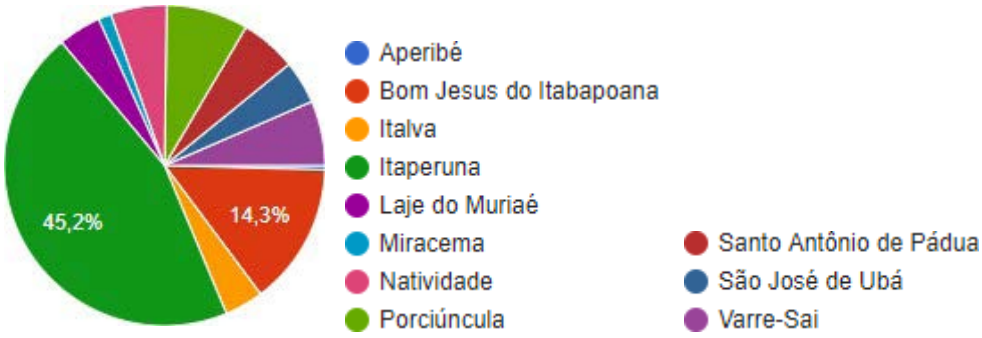
3.1.6 Ocupação atual (233)



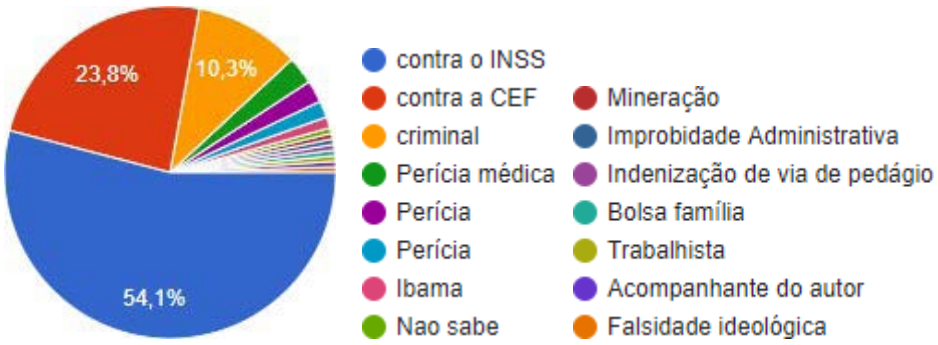
3.1.7 Residência (zona) (233)



3.1.8 Município de Residência (230)



3.1.9 Sobre ser autor/réu na Justiça Federal em ação (185)



Fonte: Formulário *Google Forms*

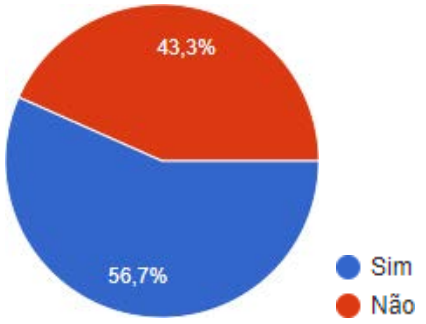
A análise dos gráficos acima permite constatar que, do total de respondentes a cada subitem (apresentado entre parênteses), assim se desenha o perfil pessoal, socioeconômico e educacional da maioria dos entrevistados: sexo masculino (52,5%); casado (54,5%); entre 40 e 59 anos (51,3%); renda de um salário mínimo (72,3%). Quanto ao grau de escolarização, a maioria cursou até o ensino básico (37,1%) ou ensino fundamental (18,5%). Dentre os demais, 29,3% concluíram o ensino médio, 6,9% o ensino superior (Letras, Administração, Contabilidade, História, Matemática, Medicina, Psicologia e Filosofia), 4,7% pós-graduação e 2,5% se declararam analfabetos.

Quanto à ocupação atual, 44,6% se encontra trabalhando (dos 74 que identificaram suas funções, 25,67% trabalham na agropecuária e os demais em diversas outras profissões como professores, funcionários públicos, auxiliares de serviços gerais, técnicos de enfermagem, domésticas, cabeleireiras, motoristas, vendedores entre outras), sendo que 30,5% declararam-se desempregados, 9% aposentados e 3% pensionistas. A grande maioria (69,1%) reside em zona urbana (69,1%), no Município de Itaperuna (45,2%) ou em Bom Jesus do Itabapoana (14,3%) e litiga na Justiça Federal contra o INSS (54,1%), autarquia federal responsável pela implementação de benefícios previdenciários e assistenciais ou a Caixa Econômica Federal (23,8%), empresa pública federal. Como se pode perceber, algumas das respostas, talvez pelo grau de escolaridade dos respondentes, não foram muito precisas como pretendido pelo formulário, como por exemplo, a do item 3.1.5 que apresen-

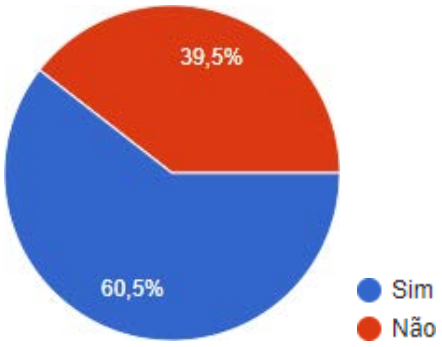
tou como resposta “nunca estudou” havendo no formulário a opção “analfabeto”. Contudo, em nada foi comprometida a análise aqui realizada.

3.2. Perfil relativo ao acesso às tecnologias e ao processo eletrônico:

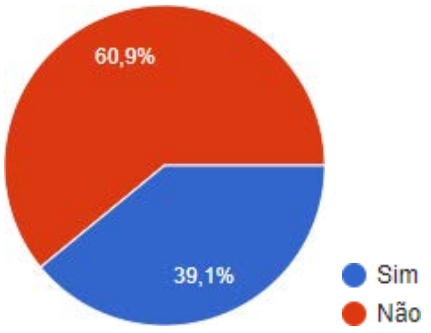
3.2.1 Sobre ter acesso a computador ou smartphone/celular com internet (233)



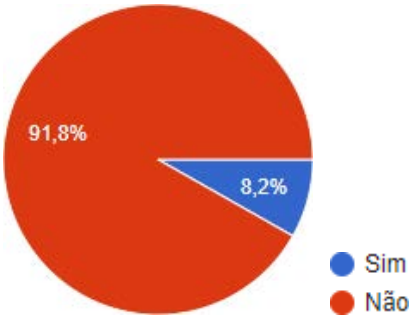
3.2.2. Sobre se utiliza a internet (233)



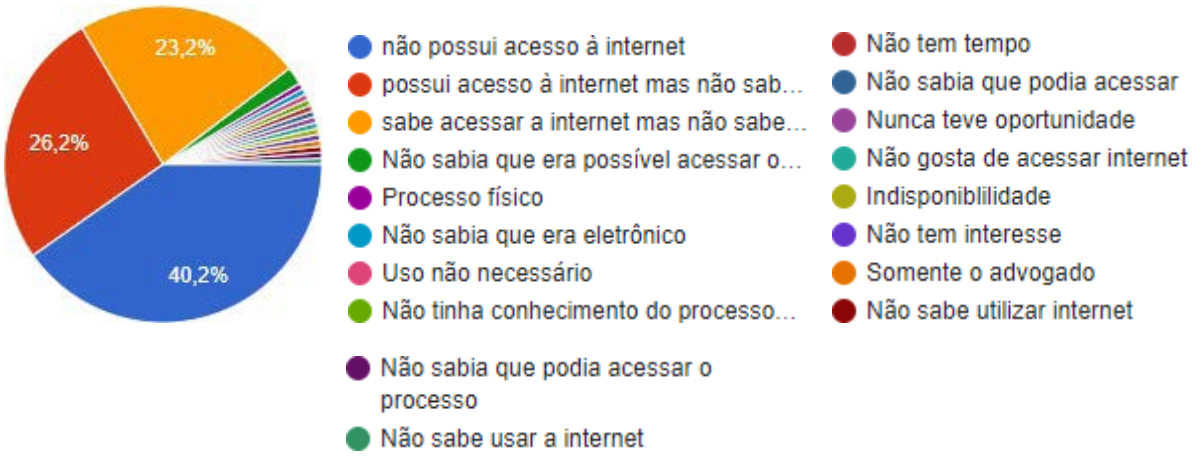
3.2.3. Sobre se possui e-mail (233)



3.2.4. Se acessa o processo eletrônico (232)



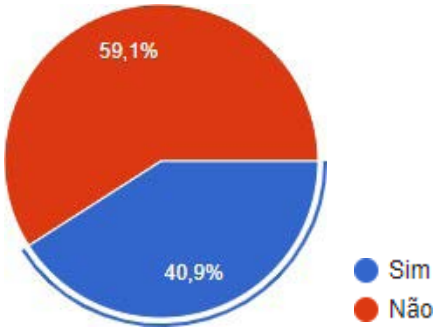
3.2.5. Sobre os motivos pelos quais não acessa o processo eletrônico (164)



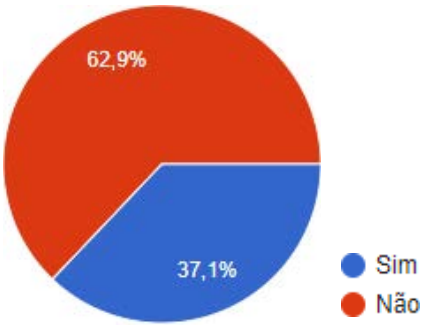
3.2.6. Sobre com que finalidade acessa o processo eletrônico (29)

3.2.7. Sobre se possui dificuldade(s) em acessar o processo eletrônico (34)

3.2.8 Sobre saber que o processo agora é eletrônico e não mais de papel (232)



3.2.9. Sobre se gostaria de aprender a acessar o processo eletrônico (221)



Fonte: Formulário *Google Forms*

Em linhas gerais, dos entrevistados, 60,5% têm acesso a computador ou smartphone com internet; 56,7% utilizam a internet (dessas 132 pessoas que afirmam utilizar a internet, a maioria o faz em casa e pelo celular); 60,9% não possuem endereço eletrônico (e-mail); 91,8% não acessam o processo eletrônico, a maior parte delas porque não possui acesso à internet (40,2%) ou porque não sabe utilizá-la (26,2%) ou, ainda, apesar de saber utilizá-la, não sabe acessar o processo eletrônico (23,2%). Dentre os que acessam o processo eletrônico, a maioria dos respondentes o faz para acompanhar o processo (58,6%)

e apresenta como dificuldade em fazê-lo devido à falta de conhecimento específico sobre como utilizar o processo eletrônico (58,8%). Um percentual de 59,1% dos respondentes sequer sabe que o processo atualmente é eletrônico e não mais de papel. Porém, dos 221 respondentes à pergunta sobre se gostaria de aprender a acessar o processo eletrônico, 37,1% responderam afirmativamente.

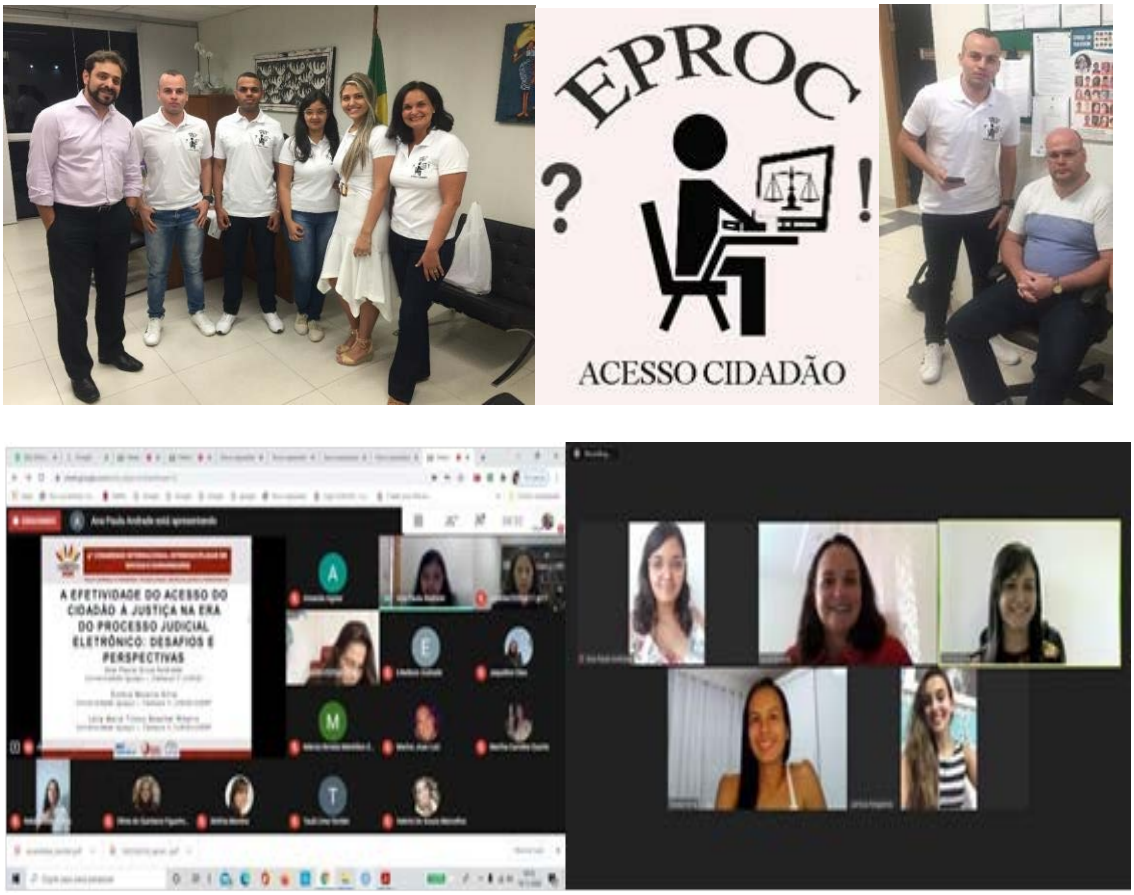
3.2.10. Sobre sugestões para o aprimoramento do acesso à Justiça via processo eletrônico:

Dentre os 19 (dezenove) respondentes a essa questão, as principais sugestões foram: “melhorando rede de atendimento, internet”, “treinamento”, “alguém para ensinar”, “com cursos”, “uma oficina que ensinasse, por ter muitos detalhes o sistema”, “outras pessoas auxiliando”, “haver nos fóruns computador e alguém para auxiliar”.

Como sugerido pelos próprios cidadãos usuários e potenciais usuários do processo eletrônico, a principal contribuição que a pesquisa realizada apresenta, para que se aprimore o acesso à Justiça de forma direta e gratuita pelo cidadão, a fim de que esse direito humano/ fundamental alcance efetividade no contexto do processo eletrônico, é a criação de políticas públicas que cumpram os comandos legais já existentes, apontadas por Ribeiro e Souza (2018), proporcionando a este não apenas acesso às novas tecnologias (equipamentos e internet) mas também um programa de inclusão digital, no âmbito do Judiciário, para a utilização do processo eletrônico como via exclusiva que é do acesso à Justiça.

A análise dos dados apresentados nos itens 3.1 e 3.2 permite concluir que o perfil pessoal, socioeconômico e educacional e o perfil relativo ao acesso às tecnologias e ao processo eletrônico dos cidadãos usuários e potenciais usuários do processo eletrônico no *locus* da pesquisa se compatibiliza com os dados apresentados pela Pesquisa TIC Domicílios 2019 pois também se verifica um percentual considerável de pessoas que não tem acesso à internet (3.2.1), nesse caso, chegando a quase 40% dos entrevistados. Importa destacar que, dentre os respondentes à pesquisa, 60 pessoas forneceram telefone, e-mail e/ou endereço para contato, caso o Judiciário venha a lhes proporcionar a oportunidade de aprender a utilizar o processo eletrônico para o fim de acessar a Justiça, dados esses aqui não divulgados em razão do sigilo.

Registram-se, pelas fotos abaixo, os principais momentos do desenvolvimento da pesquisa: a) recepção da equipe do PIC pelo Dr. Rodrigo Reiff Botelho, Juiz Titular do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário de Itaperuna e Vara Federal de Itaperuna (outubro/2019); b) logomarca da pesquisa (uniforme); c) realização da pesquisa; d) apresentação da pesquisa (9º CONINTER – novembro/2020); e) encerramento das atividades do PIC (reunião realizada na plataforma Zoom – dezembro/2020).



Fonte: Acervo pessoal dos autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do processo eletrônico, como via exclusiva de acesso à Justiça, impacta o exercício desse direito humano/fundamental do cidadão em se considerando as limitações de ordem tecnológica experimentadas por parcela significativa da população brasileira, à luz dos dados apresentados pela Pesquisa TIC Domicílios 2019 e pela pesquisa de campo aqui realizada, que constatam que muitos cidadãos ainda se encontram à margem das novas tecnologias e/ou não possuem habilidades para delas se utilizarem, em especial, para acessar a Justiça via processo eletrônico.

Entende-se que esse é um possível obstáculo que, à luz dos ensinamentos de Cappelletti e Garth, uma vez identificado, não só pode como deve ser atacado, a um custo possível e passível de produzir resultados que contribuam para a efetividade desse direito de acesso à Justiça, o que, se de um lado pode parecer utópico sob a perspectiva de efetividade perfeita, de outro, não nos priva de avançar em sua proteção, dando concreção aos comandos legais previstos, pois, nesse caso, é sim, possível que relações estranhas ao Direito, de ordem relativa ao acesso às novas tecnologias, não se coloquem como impeditivas ou comprometedoras da efetividade do acesso à Justiça e de todos os demais direitos que por meio dele se buscam proteger.

Essa realidade demanda, assim, urgente e inevitavelmente, a realização de políticas públicas por parte do Poder Público, em especial, do Judiciário que sejam hábeis a prover para esse cidadão o acesso, quer aos equipamentos dos quais necessita para o acesso à Justiça eletrônica, quer a ações de capacitação e inclusão digital no âmbito do Judiciário, já asseguradas pela legislação pátria, com vistas à efetividade desse direito humano/fundamental de envergadura constitucional.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico**. In Revista Eletrônica. Janeiro/Fevereiro 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/97236/2013_abrao_carlos_p rocesso_eletronico.pdf?sequence=>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais. O princípio da dignidade da humana.** – 2ª Ed. Amplamente revista e atualizada. – Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL. CETIC.br. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). **Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019**. Disponível em: < https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet-aponta-pesquisa-tic-domicilios-2019/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CF. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2020.

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2020.

Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001. **Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: em 01 nov. 2020.

Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a informatização do processo judicial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece normas, princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil: inteiramente estruturado à luz do novo CPC, de acordo com a Lei nº 13.256, de 4-2-2016**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à Justiça**. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.

MILBRADT, Patrícia Amaral. **A efetividade do acesso à justiça por meio do processo eletrônico.** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/27084>. Acesso em: 09 dez. 2020.

PALHARES, Laisa Cristina Mundim Gonçalves. **O acesso à justiça como princípio: Obstáculos e possíveis soluções para seu efetivo exercício**. Disponível em:<https://bit.ly/3nt0VIT>. Acesso em: 05 dez. 2020.

RIBEIRO, Leila Maria Tinoco Boechat; PEREIRA, Gabriel Dutra Cunha; ROCHA, Marcelly Agrelos; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de Souza. **Reflexões sobre o Processo Eletrônico: tecnolatria x humanização sob o viés jurídico**. In Revista Transformar. Itaperuna-RJ: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE), v. 14, n. 1, jan./jul. 2020.

RIBEIRO, Leila Maria Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Acessibilidade: NTICs como "instrumento ao quadrado" no âmbito do processo judicial eletrônico**. Altus Ciência: Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP, v. 07, p. 410-427, Jan-Dez 2018.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **Comunicação, educação e novas tecnologias**. Campos dos Goytacazes, RJ: Editora FAFIC, 2003.

SOUZA, Nívea Faria; LELLIS, Larissa Nogueira; RIBEIRO, Leila Maria Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. **O Sistema de Processamento Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região e o Direito Fundamental de Acesso do Cidadão à Justiça em Tempos de Pandemia**. In Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2020.

CAPÍTULO 4

“NEM SOCIALISMO, NEM BARBÁRIE”: UM “OUTRO MUNDO POSSÍVEL”, E PÓS-MODERNO, DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

RODRIGO DAVI ALMEIDA
Departamento de História - UFMT/Cuiabá

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é analisar criticamente determinadas concepções e posições políticas de Boaventura de Sousa Santos acerca das problemáticas da *modernidade ocidental* e da *pós-modernidade*. Para o sociólogo português, a *modernidade ocidental* passa por uma crise civilizatória sem precedentes que pode ser identificada a partir de três dimensões fundamentais: a dimensão epistemológica (o problema do conhecimento científico ocidental), a dimensão teórica (o problema da teoria marxista da emancipação social) e a dimensão política (os problemas do contrato social liberal, do fascismo social e da desunidade das forças de esquerda). A *pós-modernidade*, no entanto, representa as possibilidades e oportunidades para a superação daquela crise tendo em vista as renovações epistemológica (a *ecologia de saberes*), teórica (a *nova cultura política emancipatória*) e política (a *democracia de alta intensidade*) que estão em curso. Para a consecução da proposta, serão consideradas as principais ideias e propostas contidas nos seguintes textos do iminente intelectual de Coimbra: “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social” (2006), “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007), “A difícil democracia: reinventar as esquerdas” (2016), “Esquerda do mundo, uni-vos” (2018). A hipótese principal a ser apresentada é que as concepções e posições políticas de Boaventura Santos – paralelamente à sua compreensão limitada do marxismo, aliás, o principal interlocutor e alvo das suas críticas, não raras vezes equivocadas – expressam uma *ideologia pós-moderna* caracterizada pelos: *ceticismo epistemológico*, *desprezo pela história* e *derrotismo político*. O referencial teórico-metodológico adotado provém, necessariamente, do marxismo, entendido, de acordo com Michael Löwy, como *visão social de mundo*, isto é, um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas sobre o homem em sua relação com a natureza, a sociedade e a história, internamente unificado por uma perspectiva determinada e por um certo ponto de vista socialmente condicionado.

PALAVRAS-CHAVE: Boaventura de Sousa Santos; crise da modernidade ocidental; ideologia pós-moderna; marxismo; esquerdas.

ABSTRACT: The main objective of the presente work is to critically analyze certain Boaventura de Sousa Santos’s conceptions and political positions about the problems of *western modernity* and *postmodernity*. According to the portuguese sociologist, the *western postmodernity* goes through an unprecedented civilization crisis which can be identified based on three fundamental dimensions: the epistemiological dimension (the western cientific knowledge’s issue), the theoretical dimension (the marxist theory of social emancipation) and the political dimension (the problems of liberal social contract,

of social fascism and of the left-wing forces' disunity). Nevertheless, the *postmodernity*, represents possibilities and opportunities to overcome that crisis, considering the epistemiological renewals (*the ecology of knowledges*), theoretical (*the new political emancipatory culture*) and political (*the high intensity democracy*) that are already in course. In order to accomplish the proposal, it will be considered the main ideas and proposals contained in the following texts from the Coimbra's imminent intelectual: "A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social" (2006), "Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social" (2007), "A difícil democracia: reinventar as esquerdas" (2016), "Esquerda do mundo, uni-vos" (2018). The leading hypothesis to be presented is that Boaventura Santos's concepts and political positions – in parallel to his limited understanding of maxism, in fact, the main interlocutor and target of his criticism, often mistaken – express a *postmodern ideology* characterized by: *epistemiological skepticism, contempt for history and political defeatism*. The theoretical and methodological framework adopted comes, necessarily, from marxism, which is understood, acordding to Michael Löwy, as a *social view of the world*, that is, an organic whole, articulated and structured of values, representations, ideas and cognitive orientations about the man in his relationship with the nature, society and history, internally unified by a certain perspective and a socially conditioned point of view.

KEYWORDS: Boaventura de Sousa Santos; crisis of western modernity; postmodern ideology; marxism; Lefts.

1. INTRODUÇÃO

> A crítica do capitalismo saiu de moda – e nisso se observa uma convergência curiosa, um tipo de aliança profana, entre o triunfalismo capitalista e o pessimismo socialista. O triunfo da direita reflete-se na esquerda através de um radical encolhimento das aspirações socialistas. Os intelectuais da esquerda, se é que não estão realmente aceitando o capitalismo como o melhor dos mundos possíveis, pouca esperança têm de qualquer outra coisa além de um pouco mais de espaço entre os interstícios do capitalismo e esperam, na melhor das hipóteses, apenas as resistências mais locais e particulares (WOOD, 1999, pp. 20-21).

Boaventura de Sousa Santos é doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale desde 1973. Professor Catedrático da Faculdade de Economia de Coimbra, cidade portuguesa onde nasceu em 1940, têm se dedicado ao estudo de questões – de uma atualidade impressionante – relacionados à Epistemologia, à Teoria Social, à Teoria Política, à Sociologia do Direito e, ainda, à Educação Superior. Seu público principal, no entanto, têm sido o latino-americano, sobretudo, o brasileiro, como pode ser verificado pelo conjunto extenso das suas obras publicadas – ensaios, artigos, livros e capítulos – bem como pela participação ativa e intervenção política em congressos e fóruns realizados por todo o país, especialmente, nos encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

O objetivo geral deste artigo[1], no entanto, é analisar criticamente determinadas ideias de Boaventura de Sousa Santos acerca da problemática da *crise da modernidade ocidental* que, de acordo com o sociólogo português, apresenta três dimensões fundamentais: a dimensão epistemológica (ou o problema do conhecimento científico ocidental), a dimensão

1 Este trabalho decorre da pesquisa intitulada "Sartre e as Esquerdas francesas", desenvolvida no Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá.

teórica (ou o problema da teoria marxista da emancipação social) e a dimensão política (ou os problemas do contrato social liberal, do fascismo social e da desunidade das esquerdas).

Para a consecução da proposta, serão considerados os seguintes textos: “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social” (2006)[2], “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007), “A difícil democracia: reinventar as esquerdas” (2016) e “Esquerda do mundo, uni-vos” (2018). A hipótese principal a ser apresentada é que Boaventura Santos – paralelamente à sua compreensão limitada do marxismo[3], aliás, um dos principais interlocutores e alvo das suas críticas, não raras vezes equivocadas – expressa um conjunto de concepções e posições políticas tipicamente *pós-modernas*.

Necessariamente, portanto, o referencial teórico-metodológico aqui adotado provém do marxismo entendido como *visão social de mundo*, isto é, um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem em sua relação com a natureza, a sociedade, a história, e que, por sua vez, está ligado a certas posições sociais ou aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais (LÖWY, 2009, p. 16).

Na acepção marxista, à qual nos vinculamos, o denominado *pós-modernismo* “é a expressão teórica das profundas formas de alienação às quais estão submetidos os indivíduos na sociedade capitalista contemporânea” que, por seu turno, levou “às últimas consequências as tendências irracionalistas que já se vinham fazendo presentes no pensamento burguês desde o século XIX e que se acentuaram imensamente no século XX” (DUARTE, 2012, p. 199), ou, em outras palavras,

> uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades (EAGLETON, 1998, p. 7).

Essa “linha de pensamento”, não é, no entanto, uma “visão social de mundo”, tal como a definimos acima. Muito pelo contrário. De acordo com Maria Marcondes de Moraes, “o discurso pós-moderno e as teorias que o compõem não expressam, por certo, um corpo conceitual coerente e unificado. Ao contrário, quando se quer delimitar o seu sentido, nos deparamos com uma pluralidade de propostas e interpretações, muitas vezes conflitantes entre si” (MORAES, 1996, p. 46). Nessa esteira, “o discurso” ou “a linha de pensamento pós-moderna” é uma *ideologia* defendida e propalada por muitos intelectuais no contexto

2 O texto “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social” foi publicado, originalmente, em SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política emancipatória**. Porto: Afrontamento, 2006, pp. 295-316. Aqui, no entanto, utilizamos a sua republicação na antologia de textos do sociólogo em 2018.

3 Para José Paulo trata-se de uma “leitura vulgar e muito simplória da tradição marxista. Resultado não só injustificável, quando se conhece o talento do autor e se reconhece a riqueza do objeto, mas sobretudo inepto para fundar qualquer apreciação séria do legado marxiano no século XX” (NETTO, 2012, p. 230).

do capitalismo em seu atual regime de acumulação integral (VIANA, 2019). Em outras palavras, o fundamento histórico-social concreto do qual emerge a pós-modernidade consiste na

> mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de "políticas de identidade" (EAGLETON, 1998, p. 7, grifos do autor).

Sendo assim, podemos, com as ideias de Maria Célia Marcondes de Moraes (1996), Terry Eagleton (1998), Ellen Wood (1999), José Paulo Netto (2012) e Newton Duarte (2012), caracterizar a *ideologia pós-moderna*, pelo menos, da seguinte forma: o *ceticismo epistemológico*, o *desprezo pela história* e o *derrotismo político*.

Boaventura Santos, no entanto, define e atribui à pós-modernidade, sentidos e usos diametralmente opostos aos adotados pelo marxismo. Para ele, vivemos uma época de transição, ou de interregno, a denominada *pós-modernidade*. Ela tem sua origem a partir da queda do Muro de Berlim em 1989, portanto, com o final da experiência histórica socialista. Trata-se de um momento ímpar na história do mundo ocidental, repleto de novas possibilidades, oportunidades, realizações e renovações nos campos epistemológico (as *epistemologias do Sul* e sua *ecologia de saberes*), teórico (a *nova teoria da emancipação social* e sua *nova cultura política*) e político (a *reinvenção da política* e sua *democracia de alta intensidade*) com as quais o sociólogo pretende e acredita poder contribuir decisivamente.

Em todos aqueles campos e suas características opõe-se a *modernidade*, período marcado por uma *crise civilizatória* sem precedentes na história do mundo ocidental. Esse momento coincide com o fim do "socialismo realmente existente" e com a implantação do neoliberalismo nos últimos anos da década de 1980. Tal crise civilizatória se *traduz* na *crise da modernidade ocidental* que tem sido, não por acaso, o objeto privilegiado dos estudos, das intervenções e das alternativas políticas propostas pelo proeminente sociólogo português ao longo das últimas décadas.[4]

A *modernidade ocidental*, que, geograficamente, se refere ao Norte global, onde se desenvolveu a civilização ocidental, enfrenta uma crise nos níveis epistemológico, teórico e político. Estes, para o sociólogo português, são caracterizados, respectivamente, pelas limitações do conhecimento científico ocidental, pelas insuficiências do marxismo enquanto teoria da emancipação social e, finalmente, pelos nefastos efeitos da crise do contrato social liberal, dentre os quais, o fascismo social.

Para realizar adequadamente a tarefa de investigar a *crise da modernidade ocidental* em suas dimensões e problemáticas e, ao mesmo tempo, as possibilidades de inovação

4 Nos textos considerados, Boaventura Santos não define e nem caracteriza explicitamente o que ele entende por "modernidade ocidental", não obstante, estabelece, de modo bastante claro, como pensa a sua crise.

da *pós-modernidade*, o intelectual de Coimbra desenvolveu um duplo procedimento teórico-metodológico denominado “Sociologia das ausências” e “Sociologia das emergências”.

Toda as análises e as críticas que Boaventura Santos endereça às limitações do conhecimento científico ocidental, às insuficiências da teoria marxista da emancipação social e aos efeitos nocivos engendrados pela crise do contrato social lançarão mão daquele duplo expediente. Sobre cada uma das dimensões e os respectivos problemas colocados pela *crise da modernidade ocidental* bem como as suas alternativas e soluções na pós-modernidade é que voltaremos nossas atenções a partir de agora.

2. A dimensão epistemológica da crise da modernidade ocidental e a *ecologia de saberes*

A *crise da modernidade ocidental*, em sua dimensão epistemológica, se refere, de um modo geral, ao problema do conhecimento científico moderno. No entanto, a preocupação central das investigações de Boaventura Santos são as Ciências Sociais, tanto o positivismo quanto, e sobretudo, o marxismo.

O seu objetivo epistemológico consiste em respeitar e reestabelecer a riqueza da diversidade e a complexidade da realidade do mundo (da natureza e humana) por meio das *epistemologias do Sul* e sua *ecologia de saberes* que permitem recuperar, aprender e incorporar ao conhecimento científico do Norte global, os saberes, os conhecimentos, as experiências e as práticas sociais, políticas e econômicas dos povos e grupos sociais do Sul global, desprezados, rejeitados e invisibilizados.

A principal crítica feita ao conhecimento científico moderno é que se trata de um conhecimento racional indolente, metonímico e proléptico. O saber racional metonímico consiste em “tomar a parte pelo todo”, “porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa totalidade interessa” (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 25-26). A ideia de totalidade, chave nessa definição,

> é muito reducionista porque contrai o presente ao deixar de fora muita realidade que não é considerada relevante e que se desperdiça (...) vivemos em um conhecimento preguiçoso, que é, por natureza, um conhecimento dicotômico: homem/mulher, norte/sul, cultura/natureza, branco/negro. São dicotomias que parecem simétricas, mas sabemos que escondem diferenças e hierarquias” (ibidem, p. 27).

Boaventura Santos opõe à ideia de totalidade marxista, sob sua ótica – estreita, limitada, reducionista e dicotômica – uma outra ideia de totalidade, a que provém do conhecimento oriental, este sim “muito mais global, mais holístico” (ibidem, p. 27). Contudo, essa concepção de totalidade que opera na “redução da diversidade da realidade” (ibidem, p. 28), sob nenhum aspecto se relaciona à definição marxista, tendo em vista que,

> é a categoria da totalidade que (...) introduz o princípio revolucionário nas Ciências Sociais. O princípio da totalidade (...) não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável. A categoria metodológica da totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, ao qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto (LÖWY, 2006, p. 16).

O segundo tipo de razão indolente é o saber racional proléptico que consiste em "conhecer no presente a história futura. (...) já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos. É mais crescimento econômico, é um tempo ideal linear que de alguma maneira permite uma coisa espantosa: o futuro é infinito" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 26).

O resultado líquido da dupla razão indolente, metonímica e proléptica, é, no entanto, um só: um determinado "modo de produção das ausências" característicos da racionalidade ocidental e compartilhado pelas Ciências Sociais (ibidem, p. 29). De acordo com o teórico português, cinco são os modos de produção das ausências: i. "a *monocultura do saber e do rigor*: a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico; portanto, outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 29, grifos do autor); ii. a *monocultura do tempo linear*:

> a ideia de que a história tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira. E como estão na dianteira, tudo o que existe nos países desenvolvidos é, por definição, mais progressista que o que existe nos países subdesenvolvidos: suas instituições, suas formas de sociabilidade, suas maneiras de estar no mundo. Esse conceito de monocultura do tempo linear inclui o conceito de progresso, modernização, desenvolvimento e, agora, globalização (ibidem, p. 30, grifos do autor);

iii. a *monocultura da naturalização das diferenças* que ocultam hierarquias; iv. a *monocultura da escala dominante*, isto é, o universalismo e a globalização. O universalismo consiste no fato de que "toda ideia ou entidade é válida independentemente do contexto no qual ocorre (...). O global e universal são hegemônicos; o particular e o local não contam, é invisível, descartável, desprezível"; v. a *monocultura do produtivismo capitalista* que consiste na ideia de que o "crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza" (ibidem, p. 31, grifos do autor)

Sem distinguir o que entende por conhecimento científico e senso comum, saber e conhecimento, o sociólogo português defende que o conhecimento científico ocidental é, como vimos, preguiçoso, pois, homogeneizador, reducionista, dicotômico, arrogante (despreza a validade de outros conhecimentos), linear (a história tem sentido único e progressivo), hierarquizante (naturaliza as diferenças), predominantemente global e universalizante (despreza e invisibiliza o particular e o local) e produtivista.

Com tantos defeitos e limitações, não é difícil entender o motivo pelo qual o teórico de Coimbra prevê a necessidade de estabelecer outros parâmetros racionais para que o co-

nhecimento científico possa efetivamente transformar a realidade. Para ele, a racionalidade moderna ocidental "se baseia na ideia da transformação do real, mas não na compreensão do real" (ibidem, p. 28). Em outras palavras, o problema da racionalidade ocidental consiste, atualmente, em transformar a realidade da natureza e da sociedade, mas sem compreendê-la: "a transformação sem compreensão está nos levando a situações de desastre" (ibidem, p. 28). Em outras palavras, para transformar, é preciso, antes, compreender e conhecer. Eis porque é tão importante levar em conta a sabedoria popular se se quer renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social, como veremos no próximo tópico.

Se o conhecimento científico tem todas aquelas limitações, ele terá uma compreensão igualmente limitada da realidade que se quer transformar. Por isso é que ele deve ser enriquecido, revigorado ou, nas palavras que Boaventura Santos tanto aprecia, "renovado" e "reinventado". Como?

Denominado *Sociologia das Ausências* (voltada à crítica da razão metonímica) *e Sociologia das Emergências* (voltada à crítica da razão proléptica) a *Sociologia insurgente* pretende "mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente (...) como alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo" (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 28-29) e, assim, tornar visíveis, recuperar e aprender com outros saberes não pertencentes aos do Norte global. Em outras palavras, trata-se de uma "constelação de ecologias" que fundarão uma nova epistemologia, isto é, uma nova forma de conhecer e compreender o mundo – as *Epistemologias do Sul* – tendo em vista, em última instância, transformá-lo.

As cinco *ecologias* confrontam as cinco *monoculturas* supracitadas: i. a *ecologia dos saberes*, para

> um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas parte de uma ecologia mais ampla de saberes, que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (...) nesta ecologia, o importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real (...) uma concepção pragmática do saber (ibidem, pp. 32-33).

ii. a *ecologia das temporalidades*, "que, embora haja um tempo linear, também existem outros tempos" (Idem, ibidem, p. 33); iii. a *ecologia do reconhecimento*, para "descolonizar nossas mentes para poder produzir algo que distinga, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é" (Idem, ibidem, p. 35); iv. a *ecologia da transescala*, "que constitui a possibilidade de articular em nossos projetos as escalas locais, nacionais e globais" (Idem, ibidem, p. 36) e v. a *ecologia das produtividades* que "consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares (...), da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou" (ibidem, p. 36).

As limitações do conhecimento científico ocidental, do ponto de vista das Ciências Sociais, estão endereçadas ao positivismo e ao marxismo, formas ainda hegemônicas da racionalidade moderna que afastam, rejeitam, desprezam e invisibilizam a possibilidade de aprendizagem e incorporação de outros saberes.

Recorrentes nas ideias de Boaventura Santos são a preocupação e a incompreensão da categoria metodológica marxista da totalidade, entendida como homogeneidade e até mesmo como "globalidade". Na falta de "um conhecimento tão global como a globalização" (SOUSA SANTOS, 2007, p.20), ele pretende fundar uma *Epistemologia do Sul* mas que não deve se constituir como uma teoria ou epistemologia geral que reduziria a heterogeneidade da realidade da natureza e humana. No entanto, ele reconhece a necessidade de estabelecer algum sentido que realize a "unidade na diversidade" dos saberes produzidos e revelados pelos povos e grupos sociais do Sul global. É o que parece sugerir o excerto:

> não é possível hoje uma teoria geral. A diversidade do mundo é inesgotável, não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade. (...) não necessitamos de uma teoria geral (...) necessitamos de uma teoria sobre a impossibilidade de uma teoria geral. (...) Mas não podemos permanecer com uma fragmentação total, é necessário criar inteligibilidade recíproca no interior da pluralidade. Não posso reduzir toda a heterogeneidade do mundo a uma homogeneidade que seria de novo uma totalidade que deixaria de fora muitas outras coisas (ibidem, p. 39).

Mas como produzir sentido? Pelo procedimento da tradução, isto é, "traduzir saberes em outros saberes, traduzir práticas e sujeitos de uns aos outros, é buscar inteligibilidade sem 'canibalização', sem homogeneização" (ibidem, p. 39), estabelecendo sua inteligibilidade integradora que conformaria uma rica e complexa Epistemologia do Sul com a vantagem de não estabelecer um sentido único para a realidade do mundo "que não tem realmente um sentido único, porque é um sentido de todos nós; não pode ser um sentido que seja distribuído, criado, desenhado, concebido no Norte e imposto ao restante do mundo" (ibidem, p. 41).

O que Boaventura Santos parece sugerir é que cada indivíduo pode conferir um sentido à realidade. Sendo assim, tantas realidades serão possíveis quanto os indivíduos forem capazes de concebê-las. Não haveria propriamente uma única realidade e nem um único sentido, mas realidades e sentidos mil, fragmentados, subjetivos, todos válidos e verdadeiros do ponto de vista individual.

Estamos, aqui, diante de duas características da *ideologia pós-moderna*. Em primeira instância, o *ceticismo epistemológico*, que, de acordo com Ellen Wood, enfatiza a "natureza fragmentada do mundo e do conhecimento humano" e a "impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão 'totalizantes'" (WOOD, 1999, p. 13) e, em última instância, do *desprezo pela história*, que consiste na negação da

> existência de estruturas e conexões estruturais, bem como a própria possibilidade de "análise causal." Estruturas e causas foram substituídas por fragmentos e contingências. (...) Temos que rejeitar (...) também a noção de processo histórico e causalidade inteligíveis – e, com elas, evidentemente, qualquer ideia de "escrever a

> história". Não há processos estruturados acessíveis ao conhecimento humano (ou, temos que supor, à ação humana); há somente diferenças anárquicas, separadas e inexplicáveis. Pela primeira vez, temos o que parece ser uma contradição em termos, uma teoria de mudança de época baseada em uma negação da história (ibidem, pp. 14-15, grifos do autor).

Boaventura Santos parece ignorar ou desconhecer completamente o método dialético do materialismo histórico e, particularmente, a categoria da totalidade, como vimos. Longe de homogeneizar a realidade do mundo natural e humano, o método dialético considera-a em sua processualidade histórico-social. Assim, os processos e fenômenos socio-históricos são analisados em suas relações, interações e em suas múltiplas determinações, tendo em vista as suas dinâmicas, transformações e permanências (historicidade) e os seus conflitos e antagonismos (contradição). A utilização da categoria metodológica da totalidade permite ao cientista social considerar a "unidade na diversidade" no estudo da realidade, portanto, toda a sua riqueza, complexidade e contradições.

3. A dimensão teórica da crise modernidade ocidental e a *nova cultura política emancipatória*

A crise da modernidade ocidental, em sua dimensão teórica, se circunscreve ao problema da teoria marxista da emancipação social. Apesar de obsoleta e moribunda, pois se refere ao período da modernidade que está em crise, ela ainda é hegemônica nas Ciências Sociais. Torna-se urgente e necessário, portanto, reinventar uma "nova teoria da emancipação social", portadora de uma "nova cultura política", adequada ao atual período da *pós-modernidade*. Eis porque Boaventura Santos dedica grande parte de seu esforço intelectual e boa parte de sua obra em submeter o marxismo ao exame crítico. A nosso ver, no entanto, ele o faz de modo incompetente e, não raras vezes, equivocadamente, explicitando as limitações da sua crítica pós-moderna.

Como parte do conhecimento científico ocidental, portador de uma racionalidade indolente (proléptica e metonímica), a teoria marxista da emancipação social apresenta, de modo geral, aquelas mesmas características: monoculturalismo, homogeneização, universalização, reducionismo e invisibilização. Isso porque compartilhou "o ideal da unidade do saber, universalidade do saber científico e de sua primazia" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 52), sem ter em vista a realidade intercultural, os saberes, experiências e práticas populares dos povos e grupos sociais do Sul global.

Para "reinventar a teoria crítica", portanto, "o que se precisa é de outro tipo de racionalidade, mais ampla de acordo com as necessidades atuais" (ibidem, p. 52). O marxismo como uma teoria crítica não considerou e nem integrou saberes, práticas e experiências populares no seu corpo teórico. Por exemplo, no campo econômico, os sistemas alternativos

de produção, como a economia solidária, as formas cooperativas operárias de organização da produção e na gestão empresarial (autogestão) são, por ele, ignorados (ibidem, p. 36).

A teoria marxista da emancipação social, para Boaventura Santos, está ancorada nas seguintes definições e características fundamentais: i. o princípio da igualdade; ii. a incapacidade em pensar outras formas de exploração, de discriminação e de exclusão para além da relação de opressão e de dominação estabelecida pelo capital-trabalho; iii. o sentido linear da história em que o capitalismo foi transformado em fator de progresso, particularmente, ao desconsiderar a questão colonial: "em Marx vemos uma justificação – sobretudo na Índia – do colonialismo como fator do capitalismo: colonialismo é capitalismo" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 51)[5]; iv. o proletariado como exclusivo sujeito histórico; v. a luta de classes como única forma de conflito social; vi. o partido de vanguarda como portador da consciência de classe do proletariado; vii. a revolução proletária como via para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; viii. o socialismo ou a barbárie como alternativas à sociedade capitalista. Desse modo, o socialismo centralizado, de utopia crítica da modernidade converteu-se em "utopia conservadora", assim como o neoliberalismo! (ibidem, p. 54).

A afirmação de Boaventura Santos de que em Marx o capitalismo foi transformado em fator de progresso não encontra respaldo teórico pois não passa de um equívoco interpretativo, pois, como afirma José Paulo Netto: "A complexa noção marxiana de progresso é convenientemente vinculada às concepções positivistas de determinismo e evolução" (NETTO, 2012, p. 233). Com o intelectual marxista, ainda, podemos dizer que Boaventura Santos empreende uma leitura positivista de Marx e do marxismo.

Mas nem por isso o sociólogo português nega a importância e a validade da teoria marxista da emancipação social no período em que ela foi elaborada, isto é, a *modernidade*. Indubitavelmente, ela se constituiu como uma teoria crítica e permaneceu atual até a derrota definitiva da experiência socialista. A partir do momento em que a modernidade entra em crise e que uma nova fase transicional se abre à história com todas as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que ensejam na *pós-modernidade*, a teoria marxista deixa de ser crítica e passa a se tornar uma "utopia conservadora".

Em outras palavras, a teoria marxista da emancipação social está desatualizada e o período histórico ao qual ela corresponde está em crise ou não existe mais. Ela já cumpriu seu papel e já forneceu as respostas possíveis aos problemas da sua época. Eis porque Boaventura Santos propõe "reinventar as possibilidades emancipatórias que havia no co-

5 Assim define o colonialismo: O colonialismo é a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do outro; após as independências políticas ainda resta "o colonialismo social ou cultural", isto é, "todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade (SOUSA SANTOS, 2007, p. 53 e p. 59). Como se vê, essa concepção passa longe do entendimento marxista da questão que analisa o colonialismo do século XIX como uma das fases de expansão econômica do capital industrial. Michael Löwy (2019), em sua resenha ao livro de Kevin B. Anderson, **Marx nas margens**, publicada originalmente em inglês na edição de inverno de 2011, do periódico New Politics*, traduzida por Artur Renzo e republicada no Blog da Boitempo Editorial, em 2019, afirma o contrário:* **Marx nas margens** é um livro verdadeiramente desbravador que vai na contracorrente da sabedoria convencional que insiste em reduzir Marx a um pensador eurocêntrico e economicista" (LÖWY, 2019).

nhecimento emancipador: uma utopia crítica (...) em um mundo dominado por utopias conservadoras" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 54).

Em oposição àquelas oito características fundamentais da teoria marxista, Boaventura Santos apresenta oito ideias norteadoras, para o estabelecimento de uma *nova cultura política*, que seriam capazes de reinventar uma nova teoria da emancipação social adequada aos novos tempos e às novas necessidades epistemológicas, teóricas e políticas do *mundo pós-moderno*. Mesmo sem se constituir como um "pensamento de vanguarda", a capacidade de renovação e a possibilidade de reinvenção dessa teoria passa, necessariamente, pela consideração e resgate – até então invisibilizados, desprezados, ignorados e rejeitados – de outros saberes, conhecimentos, experiências e práticas populares, urbanas e camponesas das sociedades e comunidades do Sul Global.

São elas: i. o princípio do reconhecimento da diferença; ii. considerar, para além da exploração capital-trabalho, o colonialismo, o racismo e o patriarcado (sexismo); iii. promover a compreensão de que a história não possui sentido linear ou progressivo, mas sentidos multidirecionais; iv. a alternativa dos movimentos sociais como novos sujeitos históricos; v. a promoção e desenvolvimento de subjetividades rebeldes pois a "cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas" (ibidem, p. 55); vi. estabelecer "partidos de retaguardas", isto é, não burocráticos, que acompanhem e aprendam com os ativismos sociais e que aceite outras formas de organizações de interesses (idem, 2016, p. 79); vii. a revolução democrática como via para a construção de um mundo mais fraterno e justo; viii. nem socialismo, nem barbárie, mas "um outro mundo possível", pois,

> Não temos receitas para esse mundo. Por isso, já não se trata do conceito do socialismo científico: é outra ideia muito mais aberta. Tampouco é a ideia de Rosa Luxemburgo, "socialismo ou barbárie". Rosa abriu a proposta de Marx, ou seja: a possibilidade do socialismo não é a única, há a possibilidade da barbárie e é preciso lutar para que uma delas seja a que se realize. Nós estamos ainda mais abertos: hoje dizemos que outro mundo é possível, um mundo cheio de alternativas e possibilidades (idem, 2007, p. 38, grifos do autor).

No fragmento podemos observar duas características da *ideologia pós-moderna*: o *desprezo pela história* e o *derrotismo político*. O sociólogo português ignora o fato de apenas o socialismo ter se constituído como opção histórico-concreta ao capitalismo e à barbárie social por ele engendrada, inclusive o nazi-fascismo. Ele idealiza uma outra alternativa, um "outro mundo possível", mas dentro do mundo capitalista, destituído de seus aspectos deletérios e nocivos à fraternidade social.

Todas aquelas oito ideias sugerem essa interpretação. Mas a quarta delas merece destaque, pois, assume papel central na reinvenção e na renovação da teoria da emancipação social proposta por Boaventura Santos. Ele entende que os movimentos sociais são os atuais sujeitos histórico-revolucionários e não mais o proletariado. De todos os movimentos

sociais, ele acredita que o Fórum Social Mundial (FSM)[6] tem papel central na renovação e reinvenção da teoria marxista da emancipação social. Não por acaso, dedica a ele diversos textos e nele têm atuado de modo permanente.

De acordo com Boaventura Santos, as experiências sociais e políticas compartilhadas e debatidas no âmbito do FSM permitiu estabelecer quatro grandes avanços teóricos fundamentais para a renovação da teoria marxista da emancipação social. O primeiro avanço teórico se refere à concepção mais ampla de poder e de opressão, algo que a tradição marxista foi incapaz de empreender tendo em vista a sua análise concentrada em "uma só forma de opressão ou dominação: a do capital-trabalho" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 61). Ou seja, ela não esteve atenta às

> diferentes formas de opressão e de poder e que talvez não seja possível determinar, em geral, para todo o mundo, o que é sempre mais importante em uma luta. (...) uma forma de opressão não pode ser determinada de maneira geral, mas apenas contextual, nas condições concretas. (...) entre os cientistas cada um tem sua opção. A minha é que não se deve ficar tão centrado na estrutura ou na ação e sim na rebeldia ou no conformismo (ibidem, p. 61).

Ao ampliar a investigação sobre o problema do poder, o intelectual de Coimbra identificou outras formas de dominação e de opressão a partir dos "seis espaços estruturais nos quais se geram seis formas distintas de poder". Trata-se de "espaços-tempo" ou ainda "formas de sociabilidade que implicam lugares mas também temporalidades, duração, ritmos." São eles: i. o "espaço-tempo doméstico, onde a forma de poder é o patriarcado, as relações sociais de sexo"; ii. o "espaço-tempo da produção, onde o modo de poder é a exploração"; iii. o "espaço tempo da comunidade, onde a forma de poder é a diferenciação desigual entre quem pertence à comunidade e quem não pertence"; iv. o "espaço-estrutural do mercado, onde a forma de poder é o fetichismo das mercadorias"; v. o espaço-tempo da cidadania ou o espaço público, cuja "forma de poder é a dominação (solidariedade vertical entre os cidadãos e o Estado)" e, finalmente, vi. o "espaço-tempo mundial em cada sociedade, onde a forma de poder é o intercambio desigual" (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 61-62). De fato, a concepção de poder de Boaventura Santos pouco ou nada se diferencia da de Foucault, se por ela, entendermos, não "um sistema geral de dominação exercido sobre um elemento ou um grupo sobre outro", mas "a multiplicidade de relações de força que são imanentes ao domínio em que elas são exercidas e são constitutivas de sua organização" (FOUCAULT, 1976, pp. 121-122 apud BOITO Jr., 2007, p. 21).

Nas sociedades capitalistas, aqueles seis "espaços-tempo", no entanto, "podem ser reduzidos a duas formas de domínio hierarquizado" (SOUSA SANTOS, 2007, p. 63): o sistema de desigualdade (relação capital-trabalho – Marx) e o sistema de exclusão ("onde o

6 O primeiro Fórum Social Mundial ocorreu em 2001, em Porto Alegre, no Brasil. Ele congrega movimentos sociais de todos os continentes e tem por objetivo fundamental propor alternativas de organização política, social e econômica, tendo em vista as mais diversas experiências de povos e comunidades, sobretudo, as do Sul global. Por contraposição ao Fórum Econômico Mundial, com reuniões anuais em Davos, na Suíça, que congrega os países desenvolvidos mais ricos do Norte global, ele tem como lema "um outro mundo é possível", não por acaso, o mesmo adotado por Boaventura Santos.

que está embaixo está fora, não existe, é descartável, desprezível, desaparece" – Foucault) (ibidem, p. 63).

O segundo avanço teórico é que o FSM pode evidenciar a necessidade de "construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o *respeito da igualdade* e o *princípio do reconhecimento da diferença*." Uma vez que na teoria marxista da emancipação social, "toda a energia emancipatória teórica foi orientada pelo princípio da igualdade, não pelo princípio do reconhecimento das diferenças" (ibidem, p. 62, grifos do autor). O terceiro avanço teórico evidenciado pelo FSM é "toda a relação entre *inconformismo*, *rebeldia*, *revolução* e *transformação social*" (ibidem, p. 65). Boaventura Santos não estabelece qualquer distinção entre elas. Pior, ele ignora, por completo, a importância do debate teórico e político marxista acerca do problema da revolução – chave – para a problemática da emancipação social. Esta, parece ser resolvida, de chofre, da seguinte maneira: pelo abandono das estratégias reformistas ou revolucionárias, ambas ocidentais e eurocêntricas:

> que o FSM traz com bastante força é que, provavelmente, não devemos nos martirizar tanto – porque isso não é produtivo – em discussões gerais sobre as vantagens relativas de uma estratégia reformista ou revolucionária. As duas estão em crise em sua forma moderna, é preciso repensá-las, e provavelmente necessitamos de outros padrões. Os movimentos que se reúnem no FSM se dizem revolucionários, se dizem reformistas ou nem uma coisa nem outra, porque os dois são eurocêntricos, produto do Ocidente. É preciso criar outra forma de insurgência (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 65-66).

Por fim, o quarto avanço teórico enseja a renovação do internacionalismo, uma vez que o FSM demonstra que "estamos vivendo uma nova forma de internacionalismo e as teorias sociais não estão preparadas para isso: não são internacionais e menos ainda internacionalistas" (ibidem, p. 66). Esse "novo universalismo", como também Santos o denomina, consiste em "produzir teoria e práticas transescalares, em que as escalas locais se articulem com as escalas nacionais e com as globais" (ibidem, p. 67).

Em suma, para Boaventura Santos, a crise da modernidade ocidental, em seu aspecto teórico, se refere ao problema da teoria marxista da emancipação social. Esta é bastante limitada, reducionista, monocultural e eurocêntrica, pois: fundamenta-se apenas no princípio da igualdade; atribui ao capital todas as formas de opressão/dominação; concede à história um sentido linear e progressivo; considera o proletariado como exclusivo sujeito histórico revolucionário e a luta de classes como única possibilidade de luta política; considera o partido de vanguarda como o portador da consciência de classe; estabelece a revolução do proletariado como única ruptura possível e o socialismo ou a barbárie como alternativas dicotômicas e unilaterais de organização societal.

4. A dimensão política da crise da modernidade ocidental e a *democracia de alta intensidade*

A crise da modernidade ocidental, em sua dimensão política, se refere aos problemas do contrato social liberal, do fascismo social e da desunidade das esquerdas.

A emergência do fascismo social está diretamente ligada à crise do contrato social liberal e ao correspondente enfraquecimento das suas principais instituições políticas liberais, quais sejam, o Estado e a democracia representativa. A desunidade das esquerdas, nesse cenário, é incapaz de engendrar uma resistência organizada e consistente que obstrua, impeça ou faça regredir, as tendências ou forças fascizantes e neoliberais que afrontam, corroem e avançam sobre a sociedade, o Estado e a democracia liberais de maneira inexorável.

A política neoliberal, com seus instrumentos e organizações internacionais, responde pelo desmonte do Estado de bem-estar social e do Estado desenvolvimentista, respectivamente, no centro e na periferia do sistema mundial capitalista (SOUSA SANTOS, 2018a, pp. 356-357): “a globalização neoliberal, a desregulação, a privatização, os tratados de livre comércio, o papel inflacionado do Banco Mundial e do FMI foram executados paulatinamente para erodir o princípio do Estado, retirando-o da regulação social para o da regulação mercantil. Para isso foi necessário a desvirtuação radical da democracia” (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 28).

Após identificar esses problemas, o sociólogo de Coimbra propõe a reinvenção da política em suas bases contratuais e institucionais a fim de implementar uma *democracia de alta intensidade*, em que os cidadãos participem e deliberem ativamente nas tomadas de decisões da pólis. Essa seria a maneira segura e democrática para afastar os riscos do neoliberalismo e do fascismo social e, portanto, superar a crise política instalada no seio da modernidade ocidental.

No atual período transicional da *pós-modernidade*, isso exige, portanto: i. as reinvenções do contrato social e do *Estado como movimento social*; ii. uma nova concepção de esquerda e das forças e estratégias políticas para a sua articulação e unidade permanentes; iii. a implementação efetiva da democracia representativa, deliberativa e participativa, isto é, a *democracia de alta intensidade*. Vejamos.

4.1. A crise do contrato social da modernidade

No excerto abaixo, Boaventura Santos define o contrato social e aponta o respectivo papel do Estado na sociedade civil:

> a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna ocidental (...) para maximizar e não minimizar essa liberdade. O contrato social é assim a expressão de

> uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, coletiva, entre o interesse particular e o bem comum (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 351).

Nessa esteira, cabe ao Estado garantir o "desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil" (ibidem, p. 351). Ora, de acordo com as ideias contidas no fragmento, o problema todo reside no fato de que o Estado, enquanto mediador do conflito entre a regulação social e a emancipação social, do qual o contrato social é a sua expressão, está em crise, assim como o próprio contrato que funda a modernidade, do ponto de vista político.

A crise do contrato social da modernidade consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão (o pré-contratualismo e o pós-contratualismo) sobre os processos de inclusão (ibidem, p. 363). De um lado, o pós-contratualismo "é o processo pelo qual grupos e interesses sociais até agora incluídos no contrato social são dele excluídos (...). Os direitos de cidadania, antes considerados inalienáveis, são lhes confiscados e, sem estes, os excluídos passam da condição de cidadãos à condição de servos" (ibidem, p. 363) e, por outro, o pré-contratualismo "consiste no bloqueamento do acesso à cidadania por grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania" (ibidem, pp. 363-364).

Por seu turno, os dois processos de exclusão "são o produto de transformações profundas" porque passam tanto os "dispositivos operacionais do contrato social" (SOUSA SANTOS, p. 364), a saber, tanto a sociabilização da economia, a politização do Estado e a nacionalização da identidade cultural, quanto os seus pressupostos meta-contratuais, isto é, o seu regime geral de valores. Trata-se de "uma turbulência tão profunda que aponta para uma convulsão epocal e uma transição paradigmática" (ibidem, p. 359).

Para o intelectual português, é ao nível dos pressupostos que o regime geral de valores da modernidade ocidental (a liberdade, a igualdade, a autonomia, a subjetividade, a justiça e a solidariedade) "parece não resistir à crescente fragmentação da sociedade, dividida em múltiplos *apartheids*, polarizada ao longo dos eixos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos" (ibidem, p. 359). No entanto, é "ao nível dos dispositivos operacionais da contratualização social que são mais visíveis os sinais de crise deste paradigma (ibidem, p. 362). De um modo geral, as transformações de cada um daqueles dispositivos decorrem, direta e/ou indiretamente de um "consenso neoliberal", dentre os quais, destaca o Consenso de Washington, que:

> diz respeito à organização da economia global, incluindo a produção, os mercados de produtos e serviços, os mercados financeiros e assenta na liberalização dos mercados, desregulamentação, privatização, minimalismo estatal, controle da inflação, primazia das exportações, cortes nas despesas sociais, redução do déficit público, concentração de poder mercantil nas grandes empresas multinacionais e do poder financeiro nos grandes bancos transnacionais. As grandes inovações institucionais (...) são as novas restrições à regulamentação estatal (...) e a subordinação dos Estados Nacionais a agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio (ibidem, p. 365).

4.2. A emergência do fascismo social

Para Boaventura Santos, o fascismo social é o maior risco que se corre face à corrosão do contrato social liberal. Daí a sua busca por "alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram caminho a novas possibilidades democráticas" (ibidem, p. 375). Mas como ele define o fascismo social?

Ao contrário do fascismo histórico, "um regime político ditatorial nacionalista, racista, sexista e xenófobo" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 202), a especificidade do fascismo social consiste em conviver com a democracia política liberal de baixa intensidade (meramente representativa, limitada ao voto e às eleições). Trata-se "de um regime social e civilizacional" que, ao invés de "sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até ao ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo" (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 370).

Boaventura Santos distingue quatro formas do fascismo social: i. o *fascismo do apartheid social* que segrega os "excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e civilizadas (...), cidades privadas, condomínios fechados" (ibidem, pp. 370-371); ii. o *fascismo paraestatal*, que "assume funções de regulação social anteriormente exercidas pelo Estado. Trata-se da usurpação de prerrogativas estatais (de coerção e de regulação social) por parte de atores sociais muito poderosos" (ibidem, p. 371). Este subdivide-se em *fascismo contratual*, no qual "a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhes são impostas" (ibidem, pp. 371-372), por exemplo, a "privatização dos serviços públicos, da saúde, da segurança social, da eletricidade, da água, etc." (ibidem, p. 372) e em *fascismo territorial*, "quando os atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle. (...) são territórios coloniais privados dentro de Estados quase sempre pós-coloniais" (ibidem, p. 372); iii. o *fascismo da insegurança*, no qual se verifica a "manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho" (ibidem, p. 372); iv. o *fascismo financeiro*:

> talvez a forma mais virulenta de sociabilidade fascista. É o fascismo que comanda os mercados financeiros de valores e moedas, a especulação financeira global (...). Esta forma é a mais pluralista na medida em que os movimentos financeiros são o produto de decisões de investidores individuais ou institucionais espalhados por todo o mundo (...). Uma segunda forma de fascismo financeiro ampliado, também ele muito pluralista e global é o que decorre da avaliação dos Estados nacionais por parte das empresas de *rating* (...) para avaliar a situação financeira dos Estados (ibidem, pp. 373-374, grifos do autor).

Com base nas colocações apresentadas, constata-se o baralhamento entre as definições de fascismo social e de neoliberalismo, "antes de tudo, uma cultura de medo, de sofrimento e de morte para as grandes maiorias" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 180) em que:

> todas as violações de direitos humanos estão relacionadas com o neoliberalismo, a versão mais antissocial do capitalismo nos últimos cinquenta anos. No Norte, o neoliberalismo impõe a austeridade às grandes maiorias e o resgate dos banqueiros, substituindo a proteção social dos cidadãos pela proteção social do capital financeiro. No Sul, o neoliberalismo impõe sua avidez pelos recursos naturais, minérios, petróleo, gás natural, água, a agroindústria. Os territórios passam a ser terra, e as populações que nelas habitam, obstáculos ao desenvolvimento os quais é preciso remover (ibidem, p. 186).

Imprecisões e confusões conceituais à parte, o que interessa mesmo ao intelectual de Coimbra, ciente de que a tarefa é árdua dada a profundidade da "desregulação social provocada pela crise do contrato social", é "buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram o caminho a novas possibilidades democráticas" (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 375). Como?

Ele nos oferece um arco amplo de saídas: i. "buscando sociabilidades alternativas e insurgentes"; ii. redescobrimento democrático do trabalho concomitantemente à reinvenção do movimento sindical; iii. "reinvenção solidária do Estado a partir da análise aprofundada da sua crise"; iv. reinvenção de espaços-tempo de deliberação democrática baseada nos princípios do "pensamento alternativo de alternativas", isto é, uma epistemologia assentada no conhecimento-emancipação e na *ecologia de saberes*; v. da ação-com-clinamen que distinga ação conformista e ação rebelde (ibidem, pp. 375-378); vi. "formação de frentes capazes de lutar contra a ameaça fascista e mobilizar energias democráticas adormecidas na sociedade", que, "devem emergir de baixo, de uma politização mais articulada com a indignação que flui nas ruas" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 190).

Em outras palavras, um novo contrato social "muito mais inclusivo porque deve abranger não apenas o ser humano e os grupos sociais, mas também a natureza"; intercultural, "porque a inclusão se dá tanto por critérios de igualdade como por critérios de diferença" e, finalmente, que não estabeleça "distinções rígidas entre Estado e sociedade civil, entre economia, política e cultura, entre público e privado" (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 377-378).

A democracia de baixa intensidade também é outro aspecto da crise do contrato social da modernidade ocidental. Sendo uma democracia liberal meramente representativa, cujos eleitores votam de tempos em tempos sem qualquer participação ativa e crítica, está limitada, portanto, "a criar uma ilha de relações democráticas num arquipélago de despotismo (econômicos, sociais, raciais, sexuais, religiosos) que controlam efetivamente a vida dos cidadãos e das comunidades" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 80).

Boaventura Santos propõe, assim, "democratizar a democracia", isto é, uma *democracia radical de alta intensidade* viável pela democratização de todos os espaços que substitua "as relações de poder por relações de autoridade partilhada" (ibidem, p. 79). A verdadeira democracia, participativa, deliberativa e representativa, portanto,

> tem de existir, muito além do sistema político, no sistema econômico, mas relações familiares, raciais, sexuais, regionais, religiosas, de vizinhança, comunitária.

> *Socialismo é democracia sem fim*. Daqui decorre que a igualdade tem muitas dimensões e só pode ser plenamente realizada se, a par da igualdade, se lutar pelo reconhecimento das diferenças, ou seja, pela transformação das diferenças desiguais (que criam hierarquias sociais) em diferenças iguais (que celebram a diversidade social como forma de eliminar as hierarquias) (ibidem, p. 80, grifos nossos).

No excerto acima, observamos uma proposta bastante pretensiosa de democracia social, econômica, cultural e política. No entanto, apesar de definir "socialismo como democracia sem fim", como veremos mais abaixo, Boaventura Santos hesita e por vezes até rejeita a utilização da palavra "socialismo" para caracterizar sua proposta de reorganização da sociedade. Utiliza a palavra "pós-capitalista" ao invés de "socialismo" em dois textos redigidos e publicados em momentos diferentes (SOUSA SANTOS, 2016, p. 74 e 2018b, p. 8). O sociólogo português ainda emite um juízo completamente negativo das revoluções socialistas afirmando que "foram sangrentas e falharam" e que os "governos conservadores que se seguiram tiveram de fazer concessões para que a questão social não descambasse em catástrofe" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 177).

Estamos aqui diante do *derrotismo político* que compõe a *ideologia pós-moderna* presente nas concepções de Boaventura Santos. Nem mesmo a sua concepção de esquerda incorpora o princípio da igualdade à sua concepção de socialismo.

4.3. O problema da desunidade das esquerdas e a democracia de alta intensidade

Boaventura Santos inicia sua análise crítica acerca do problema da desunidade das forças de esquerda tendo em vista o seguinte diagnóstico:

> as forças de esquerda têm estado tradicionalmente fragmentadas, divididas por múltiplas diferenças, às vezes tão profundas que implicam transformar forças de esquerda rivais em inimigos principais. (...) as esquerdas não têm sabido distinguir entre diferenças reais e pragmáticas, suscetíveis de acomodação e negociação, e diferenças ideológicas que, por vezes, assumem a forma de cismas dogmáticos muito próximos dos que no passado dividiram as religiões e levaram a lutas fratricidas (SOUSA SANTOS, 2018b, pp. 22-23).

A primeira divisão profunda das forças de esquerdas ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tendo em vista as suas concepções e posições políticas divergentes quanto: i. à adoção dos modelos econômicos (de desenvolvimento e de crescimento) e os meios para realizá-los; ii. à alternativa do socialismo ou da reforma do capitalismo; iii. à consideração do proletariado enquanto sujeito histórico revolucionário; iv. à condução da luta política e social dentro ou fora das instituições democráticas; v. ao Estado, enquanto instituição de dominação, se ele pode ou não ser mobilizado para combater as relações de dominação (SOUSA SANTOS, 2016, p. 173).

Mas foi após a queda do Muro de Berlim, em 1989, que as esquerdas sofreram o primeiro impacto decisivo de duas agendas: "o fim definitivo do socialismo enquanto sis-

tema social, econômico e político liderado pelo Estado e o fim de qualquer sistema social, econômico e político liderado pelo Estado" (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 25)

Boaventura Santos também vê importantes diferenças entre as forças europeias e latino-americanas de esquerda. Entre as primeiras, observa uma unidade sobre o crescimento como "a solução para todos os males da Europa" sendo este o ponto que as "distingue das direitas, apostadas na consolidação orçamental e na austeridade". Já, nas segundas, constata uma profunda divisão "sobre o crescimento e o modelo de desenvolvimento que este pressupõe" (SOUSA SANTOS, 2016, p. 181).

Ao menos, duas condições seriam necessárias para superar essas clivagens históricas e "iniciar a construção de alianças transcontinentais" (ibidem, p. 182). As esquerdas europeias

> deveriam por em causa o consenso do crescimento que, ou é falso, ou significa uma cumplicidade repugnante com uma demasiado longa injustiça histórica. Deveriam discutir a questão da insustentabilidade, por em causa o mito do crescimento infinito e a ideia de inesgotável disponibilidade da natureza (...), defender que a prosperidade e a felicidade da sociedade dependem menos do crescimento do que da justiça social e da racionalidade ambiental, ter a coragem de afirmar que a luta pela redução da pobreza é uma burla para disfarçar a luta que não se quer travar contra a concentração da riqueza (ibidem, pp. 182-183).

E as esquerdas latino-americanas, por sua vez, deveriam incorporar "as antinomias entre o curto e o longo prazos (...) a respeito da exploração de recursos naturais" (ibidem, p. 183).

Mas de quais esquerdas Boaventura Santos se refere e como ele as define? As forças de esquerda às quais se dirige são bastante amplas. Elas são compostas por partidos políticos, movimento sociais "que lutam contra o capitalismo, o colonialismo, o racismo, o sexismo e a homofobia e a todos os cidadãos que não se consideram organizados, mas partilham os objetivos e as aspirações daqueles que se organizam para lutar" e, ainda, por todos aqueles que desenvolvem ações ou práticas consideradas de esquerda mesmo sem se considerar de esquerda (ibidem, p. 183).

Por esquerda, ele entende:

> o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que, assim, procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 8.)

Como se observa, Boaventura Santos tem uma concepção liberal de esquerda. Enfatiza que os objetivos (teóricos e práticos) da esquerda consistem na resistência ao capitalismo e na crença de uma sociedade pós-capitalista (ou sociedade alternativa) mais justa (por satisfazer necessidades concretas da população) e mais livre, porque promove o

exercício da liberdade. Aliás, a palavra “liberdade” aparece duas vezes nesse fragmento. O princípio fundamental que define a luta da esquerda contra o capitalismo e, por conseguinte, a edificação da sociedade socialista é o princípio da igualdade, que garante a oportunidade a todos, sem a qual, a liberdade torna-se mero princípio abstrato e, tal como ocorre efetivamente na sociedade burguesa capitalista, uma formalidade jurídica entre cidadãos.

O objetivo de Boaventura Santos é “analisar a conjuntura das forças de esquerda”, com a clara e objetiva proposta de “ampliar o conhecimento mútuo entre elas e sugerir possibilidades de articulação nacional e internacionalmente”, daí o lema “esquerdas do mundo, uni-vos” (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 9). Nosso autor observa que, essencialmente, as esquerdas padecem do mesmo problema do conhecimento científico ocidental e da teoria marxista da emancipação social: a dificuldade em lidar (conhecer, aprender) e incorporar outros saberes, experiências e práticas de outras forças de esquerda para além das forças políticas tradicionais de esquerda ocidentais. É o que sugere o excerto:

> as forças de esquerda têm dificuldade em conhecer as experiências de outras forças de esquerda e em aprender com elas; não estão interessadas em conhecer profundamente as realidades políticas de outros países nem dão atenção devida ao contexto internacional e às forças econômicas e políticas que o dominam. O desaparecimento da análise das múltiplas faces do imperialismo é prova disso. Além disso, tendem a ser pouco sensíveis à diversidade cultural e política do mundo (ibidem, p. 9).

O último período do fragmento merece destaque. Boaventura Santos afirma, categoricamente, que as forças de esquerda perderam completamente o interesse em estudar as múltiplas faces do imperialismo. Podemos supor que a crítica se dirige ao marxismo – alvo predileto de suas críticas. Contudo, a afirmação é historicamente incorreta e injusta, pois, sabemos que muitos intelectuais e líderes revolucionários (Lenin, Fidel Castro, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Eric Hobsbawm, Sartre[7]) e várias forças de esquerda, como os partidos políticos, comunistas ou não, pelo mundo todo, dedicaram-se tanto ao estudo teórico-crítico do imperialismo quanto ao engajamento, à promoção das lutas de libertação nacional anti-coloniais/anti-imperialistas e à revolução socialista.

Mas o período transicional da *pós-modernidade* por mais que se apresente concretamente como o momento propício para renovações e inovações não está imune aos riscos e perigos extremos, sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais, que ameaçam tanto o Norte quanto o Sul globais, desde as últimas décadas do século XX até as primeiras do século XXI. Alguns deles são:

> O agravamento sem precedentes da desigualdade social; a intensificação da dominação capitalista, colonialista (racismo, xenofobia, islamofobia) e heteropatriarcal (sexismo) traduzida no que chamo “fascismo social” em diferentes formas (...); reemergência do colonialismo interno na Europa com um país dominante, a Alemanha (...); o golpe judiciário-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (...); a renúncia às armas por parte da guerrilha colombiana e o início conturbado do processo de paz; (...) a emergência de partidos de tipo novo oriundos de movimento

7 Sobre o assunto, vide o livro de ALMEIDA (2018) **Sartre e o Terceiro mundo**.

> sociais ou mobilizações anti-políticas, como Podemos, na Espanha, 5 Stelle, na Itália, AAP, na Índia; (...) o ressurgimento da extrema-direita na Europa (...); a intensificação do terrorismo jihadista que se proclama islâmico; (...) a ocupação da Palestina pelo Estado colonial de Israel (SOUSA SANTOS, 2018b, pp. 29-31).

O opúsculo **Esquerda do mundo, uni-vos**, uma espécie de "manifesto das esquerdas", diagnostica justamente esses elementos e, de modo propositivo, apresenta algumas teses para a articulação mundial das forças políticas de esquerda, cuja "grande bandeira" deve ser a defesa da *democracia de alta intensidade* (SOUSA SANTOS, 2016, p. 174).

Para Boaventura Santos, o significado histórico do "novo interregno" para as forças de esquerda consiste em ter revelado a necessidade de reconhecerem as limitações da democracia liberal face aos antidemocratas e aos anti-fascistas, as contradições vigentes entre o capitalismo e a democracia e a importância urgente de sua articulação a fim de estabelecer uma unidade permanente capaz de enfrentar e combater todo aquele estado de coisas, mas dentro do próprio campo democrático:

> No que diz respeito à universalização da democracia liberal, as forças de esquerda devem partir da seguinte verificação: a democracia liberal nunca teve a capacidade de se defender dos antidemocratas e dos fascistas em seus mais diversos disfarces. (...) Essa verificação convoca com urgência a necessidade de as esquerdas se unirem para salvaguardar o único campo político em que hoje admitem lutar pelo poder: o campo democrático. Por sua vez, o ataque generalizado aos rendimentos salariais, às organizações operárias e às formas de concertação social, com consequente transformação das reivindicações sociais numa questão de polícia; a crise ambiental cada vez mais grave e irreversível, agravada pela luta desesperada pelo acesso ao petróleo, que envolve a destruição de países como Iraque, Síria e Líbia – e, amanhã talvez Irã e Venezuela (...). Todas essas características apontam para uma condição de irreversível contradição entre capitalismo e democracia, mesmo a democracia de baixa intensidade que a versão liberal sempre foi (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 34-35).

Na esteira dessas considerações, Boaventura Santos propõe onze teses para a articulação internacional das forças de esquerda (após a superficial análise de algumas situações concretas de desunidade das forças de esquerda no Brasil, Colômbia, México e Espanha) perante o "novo interregno", dentre as quais destacamos: a importância do diálogo das lideranças políticas com as bases sociais para buscar soluções inovadoras; a necessidade de um programa e de um sistema de consulta e de alerta que os avaliem periodicamente; a criação de canais de comunicação atentos às *fake news* e prontos ao estabelecimento correto da informação; a permanência da articulação dos partidos políticos antes e depois dos períodos eleitorais; a construção e efetivação de alternativas face aos desafios e problemas de governança (SOUSA SANTOS, 2018b, pp. 44-47).

Por fim, vale destacar a concepção de socialismo de Boaventura Santos e a sua conclamação das esquerdas à unidade:

> o socialismo como democracia sem fim poderia ser o lema de uma nova internacional das esquerdas. A nova internacional, ao contrário das anteriores não visaria a criar nenhuma organização, muito menos a definir a linha política correta. Visaria apenas a criar um fórum em que as esquerdas de todo o mundo pudessem aprender umas

> com as outras os tipos de obstáculo que surgem quando se articulam lutas e se juntam forças, em que contextos essa articulação pode ser desejável e quais são os resultados quando a articulação ou a unidade não ocorrem. Nesse sentido é possível acordar no slogan: "Esquerdas de todo o mundo, uni-vos"! (ibidem, p. 85, grifos do autor).

A definição de "socialismo como democracia sem fim" até poderia parecer estranha não fosse a filiação das concepções e posições políticas de Boaventura Santos com o *pensamento pós-moderno*. O fragmento sintetiza, de modo exemplar, as três características da *ideologia pós-moderna* que temos analisado até aqui: i. a indefinição de uma "linha política correta" expressa o *derrotismo político* por conta do duplo abandono da ideia de luta de classes e de luta do proletariado pela revolução socialista e, ainda, pelo conformismo ao qual as esquerdas devem se submeter e se limitar – a "criação de fóruns" de debates e aprendizagens mesmo que em nível mundial; ii. o *ceticismo epistemológico*, que interdita às forças de esquerda a possibilidade objetiva de conhecerem a verdade histórica e construir, coletiva e democraticamente, uma "correta linha política" de ação; iii. o *desprezo pela história*, que ignora todos os avanços e conquistas sociais, culturais e econômicas realizados pelas sociedades socialistas e a possibilidade de correção de seus erros.

O *pensamento pós-moderno* de Boaventura de Sousa Santos, enquanto "um produto cultural da sociedade burguesa, uma ideologia que, em vez de valorizar aquilo que de humanizador a sociedade burguesa produziu, se entrega de corpo e alma à celebração do irracionalismo e do ceticismo" (DUARTE, 2012, p. 200) tem por resultado líquido descredibilizar a possibilidade do engajamento efetivo e articulado das forças de esquerda em torno de um só projeto de transformação social global – a superação da sociedade capitalista, pois,

> uma abordagem marxista em qualquer campo do conhecimento deve necessariamente articular-se à perspectiva da superação do capitalismo pelo socialismo e pelo comunismo. Isso não significa, porém, a negação pura e simples de tudo o que a sociedade capitalista tem produzido. Uma sociedade socialista deve ser uma sociedade superior ao capitalismo e para tanto ela terá que incorporar tudo aquilo que, tendo sido produzido na sociedade capitalista, possa contribuir para o desenvolvimento do gênero humano, para o enriquecimento material e intelectual da vida de todos os seres humanos (ibidem, 2012, p. 200).

5. CONCLUSÃO

Como vimos, para Boaventura Santos, a *crise civilizatória da modernidade* consiste, essencialmente, nas crises epistemológica, teórica e política. Já a *pós-modernidade*, período transicional, ou de interregno, inaugurado com o fim da experiência histórica socialista, está carregado de novos horizontes e perspectivas, inovações e renovações tanto nos campos epistemológico e teórico quanto na seara política.

O conhecimento científico conhecimento desde o Norte Global é regulatório, caracterizado por uma epistemologia monocultural, homogênea, universalizadora, reducionista

e invisibilizadora. Daí a imperiosa necessidade de relacionar os saberes não ocidentais na construção de uma nova episteme.

O conhecimento desde o Sul Global é emancipador. Daí a imperiosa necessidade de relacionar os saberes não ocidentais na construção de uma nova episteme – uma *ecologia de saberes*, rica, diversa, complexa e holista.

A teoria marxista da emancipação social, de teoria crítica, tornou-se uma "utopia conservadora", obsoleta e limitada porque: i. fundamenta-se apenas no princípio da igualdade; ii. considera exclusivamente a opressão do capital sobre o trabalho; iii. concede à história um sentido linear e evolucionista; iv. escolheu o proletariado como único sujeito histórico e a luta de classes como única possibilidade de luta política; v. estabelece o partido de vanguarda como o portador da consciência de classe; vi. considera a revolução do proletariado como única ruptura possível e o socialismo ou a barbárie como alternativas dicotômicas e unilaterais de organização societal.

A teoria da emancipação social, reinventada, pode inaugurar uma *nova cultua política emancipatória*, capaz de produzir subjetividades rebeldes, autônomas, sem subserviência à partidos e instituições. Ela reconhece o princípio da diferença, amplia o conceito de poder e analisa outras formas de dominação e de opressão, para além daquela exercida pelo capital sobre o trabalho. Histórias em sentidos multidirecionais devem ser resgatadas, reescritas e contadas. O proletariado não é o sujeito histórico universal, mas os movimentos sociais que se organizam livremente e lutam pela efetivação de "um outro mundo possível."

A política da modernidade ocidental está estigmatizada pela crise do contrato social, da qual emerge o fascismo social; pela hegemonização do neoliberalismo responsável pelo desmonte do Estado de bem estar social e do Estado desenvolvimentista; pela desunidade das forças políticas de esquerda e, finalmente, pela crise da democracia representativa que efetiva apenas uma *democracia de baixa intensidade*.

A reinvenção da política na *pós-modernidade* ao pressupor e demandar as reinvenções do contrato social e do *Estado como movimento social*, uma *democracia de alta intensidade* – participativa, deliberativa e representativa – e, finalmente, a unidade efetiva das forças políticas de esquerda, pode afastar, em definitivo, as ameaças da barbárie social, seja ela neoliberal ou fascista.

Contudo, para o marxismo, as concepções e posições políticas de Boaventura Santos são *pós-modernas* pois expressam uma *ideologia* caracterizada pelo *ceticismo epistemológico*, isto é, pela crença na incapacidade do conhecimento científico de compreender e explicar de modo objetivo e sistemático a realidade, em sua totalidade, historicidade e contradições; pela *rejeição da história* ao desprezar as experiências, avanços e contribuições teóricas e práticas do marxismo e do socialismo e, finalmente, pelo *derrotismo político* que efetivamente abandonou a luta revolucionária anti-capitalista em prol da defesa de "um outro mundo possível", que, nada mais é que, contraditoriamente, o próprio capitalismo, renovado e reinventado "como melhor dos mundos possíveis."

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Sartre e o Terceiro mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

ANDERSON, Kevin. B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais.** São Paulo: Boitempo, 2019.

BOITO JÚNIOR, Armando. Estado, política e classes sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUARTE, Newton. "A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal". In: DUARTE, Newton (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas/SP: Editores Associados, 2012.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité, I. La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

LÖWY, Michael. **Marx e o mundo não ocidental**. In: https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/13/michael-lowy-marx-e-o-mundo-nao-ocidental/. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

_____. **Ideologias e Ciência social**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na aventura do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Maria Célia M. de. "Os 'pós-ismos' e outras querelas ideológicas". **Perspectiva**, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, v. 14, nº 24, pp. 45-59, 1996.

NETTO, José Paulo. "De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos." (Apêndice). In:__. **Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. "A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social." In: MENESES, Maria Paula (Org.). **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia esencial. Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018a, pp. 351-381.

_____. **Esquerdas do mundo, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2018b.

_____. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

VIANA, NILDO. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 2009.

WOOD, Ellen M. "O que é a agenda 'pós-moderna'?". In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy. **Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CAPÍTULO 5

MEMÓRIAS E HISTÓRIA: OS CONFLITOS JUDICIAIS E SOCIOAMBIENTAIS NO PDS OSVALDO DE OLIVEIRA[1]

PAULO BRASIL DILL SOARES
Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Doutor pelo PPGCTIA/UFRRJ. Professor Adjunto na UFF/ICM/MDI. Pesquisador FAPERJ

ANDREZA APARECIDA FRANCO CÂMARA
Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Professora Adjunta na UFF/ICM/MDI. Professora Permanente no PPGPDS/UFRRJ. Pesquisadora FAPERJ

MATHEUS OLIVEIRA MACHADO
Graduando em Direito pela UFF/ICM/MDI. Bolsista FAPERJ.

ALESSANDRA DALE GIACOMIN TERRA
Doutoranda em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD/UFF. Advogada. Bolsista da CAPES.

RESUMO: Este artigo analisará os conflitos socioambientais, decorrentes da implantação do modelo denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável, localizado em Macaé/RJ, para resguardar as atividades ambientalmente diferenciadas das populações tradicionais, a partir da perspectiva da judicialização desses conflitos. A metodologia empregada foi a revisão de literatura, coleta de dados e entrevistas semiestruturadas, que destacam categorias como memória, território e agroecologia. A conclusão é que existe um acerto pelo INCRA na escolha do modelo PDS. Entretanto, persiste uma lógica contraditória na relação social capital/trabalho, que pode explicar a proteção seletiva do Poder Judiciário ao uso da terra, como um bem jurídico a ser tutelado em detrimento da democratização da reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais. Judicialização. PDS Osvaldo de Oliveira.

ABSTRACT: This article will analyze the socio-environmental conflicts resulting from the implementation of the model called the Sustainable Development Project, located in Macaé / RJ, to safeguard the environmentally differentiated activities of traditional populations, from the perspective of the judicialization of these conflicts. The methodology used was literature review, data collection and semi-structured interviews, which highlight categories such as memory, territory and agroecology. The conclusion is that there is an agreement by INCRA in choosing the PDS model. However, a contradictory logic persists in the social relationship between capital and labor, which may explain the selective protection of the Judiciary to land use, as a legal asset to be protected against the democratization of land reform.

KEYWORDS: Socio-environmental conflicts. Judicialization. PDS Osvaldo de Oliveira.

1 Uma primeira versão desse artigo foi apresentado no 9º CONINTER/2020.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo examinará a partir de uma abordagem multifacetada das possibilidades e limitações de assentamento ambientalmente diferenciado da Reforma Agrária elaborado pelo INCRA, denominado como “Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS” (INCRA, 2000). Esse modelo de assentamento oferece uma oportunidade institucional de se constituir assentamentos sustentáveis, com a possibilidade de adoção da matriz tecnológica agroecológica.

No caso dos PDS’s, um fator de grande complexidade é a formação e a capacitação dos núcleos familiares que lutam pela reforma agrária nessa modalidade de assentamento (KAWAKAMI, 2010).

A partir das chaves de análise memória, agroecologia e território houve a possibilidade dos pesquisadores familiarizar-se com os diversos atores sociais e suas inquietações e preocupações, servindo, ainda, como mecanismo para determinar impasses e reveses do objeto de pesquisa enquanto ponto de partida e de chegada, construído progressivamente da interação da coleta de dados, da análise da revisão de literatura como também da ligação do pesquisador com o campo.

Desse modo, a partir das intervenções estatais que ocorreram no território macaense, onde se localiza o PDS Osvaldo de Oliveira, analisa-se algumas situações de conflitos socioambientais, sendo ela na criação do modelo de PDS com pouca escuta ou ausência desta pelo órgão gestor e no processo de judicialização pelo descumprimento dos elementos normativos para a criação dessa forma diferenciada de assentamento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS JUDICIALIZADOS

O Programa de Desenvolvimento Sustentável é uma alternativa para o modelo excludente e seletivo de produção da terra, uma vez que prioriza a construção dos processos decisórios a partir de uma horizontalidade do Comitê Gestor e da interação com as famílias beneficiadas equalizando com o meio ambiente. É fato que os problemas ambientais decorrentes do modelo de exploração capitalista, denunciado pelo movimento ambientalista, atingiram uma escala global deixando de ser uma causa particular de teóricos, pesquisadores ou defensores da natureza para tornar-se um pleito associado a uma nova maneira de considerar a relação entre economia, sociedade e natureza.

Embora destinado à agricultura familiar sustentável, dentre outros usos, existem dúvidas quanto à adequação da transposição de PDS da Amazônia para o Sudeste, um modelo que veio a formar base para conflitos socioambientais, como ocorre no Rio de Janeiro.

A partir dessa porta de entrada, neste item serão apresentados alguns eixos centrais para a compreensão do território no qual se insere o PDS Osvaldo de Oliveira, contextualizando sua criação e consolidação enquanto modelo ambientalmente sustentável, que se encontra constantemente sob a "ameaça" de desfazimento devido um aparente conflito entre o modelo de reforma agrária fundada na tecnologia agroecológica e a questão ambiental.

Os seus fundamentos se baseiam no atendimento das especificidades regionais, como no caso de extrativismo tradicional, no resgate do valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea, dentre outros espaços e não apenas avaliando o potencial agrícola da terra, baseia-se no interesse ecológico e social. Busca valorizar a organização social, do trabalho e gestão comunitária. Dessa forma, trata-se de um olhar a partir das memórias dos assentados a respeito do surgimento do acampamento até a criação institucional do PDS pelo INCRA.

Nesse modelo, ocorre a concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área, como no caso do PDS Osvaldo de Oliveira criado num mosaico de Mata Atlântica, com cerca de 1.037 ha, e importante corredor ecológico entre os Parques Estaduais do Desengano e dos Três Picos, com áreas de preservação permanente.

Sendo o primeiro PDS do Estado do Rio de Janeiro essa modalidade de assentamento foi criada por meio da Portaria INCRA/SR07/nº. 12, de 02/04/2014 (DOU de 15/04/2014), na área da antiga Fazenda Bom Jardim, que foi considerada improdutiva pelo INCRA em 2006, por não cumprir a sua função social e ambiental, conforme as diretrizes legais pré-estabelecidas[2].

Em 2005, teve início o processo administrativo n º. 54180.001752/2005-69, para a desapropriação dessa grande propriedade improdutiva. A área pertencia à empresa de rádio Campos Difusora Ltda., no Norte Fluminense, e foi arrendada ao empresário rural José Antônio Barbosa Lemos, sócio proprietário da mesma empresa, ex-deputado estadual e ex-prefeito de São Francisco de Itabapoana, município também localizado na Região Norte do Estado.

Em 2010, foi publicado o Decreto de 001º, declarando de interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Bom Jardim" (fls. 80, Livro 02, do Cartório do 3º. Ofício da Comarca de Macaé). Após a vistoria, as famílias dos futuros assentados acamparam na entrada da fazenda para deixar evidente a necessidade de que a desapropriação tivesse andamento, o assentamento foi ocupado por cerca de 200 famílias vinculadas e organizadas pelo MST.

2 A mesorregião onde está localizado o PDS apresenta propriedades variadas em decorrência das características botânicas da Mata Atlântica brasileira, a maior floresta tropical do mundo, diversificando,

Em 17 de novembro de 2010, ocorreu a reintegração de posse[3] de forma violenta dos trabalhadores rurais do acampamento, as famílias passaram por um dia tenso e de desrespeito aos direitos humanos por parte do poder público.

A Polícia Federal em conjunto com a Polícia Militar, comandadas pelo Delegado da Polícia Federal Escobar, não seguiram em momento algum as orientações do Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse coletiva da Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (MST, 2010).

Este manual integra o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo, que era ao tempo de sua edição, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Justiça e Secretária Especial de Direitos Humanos, e visa evitar violências nas ações de reintegração de posse.

Segundo o MST, as violações deste despejo foram: (i) o impedimento das famílias em retirar seus bens; (ii) a prática violenta de incendiar os barracos, em alguns casos com pertences que não foram possíveis de serem retirados, devido à limitação temporal dada arbitrariamente pela autoridade policial e de infraestrutura; (iii) a ausência de comunicação dos órgãos públicos necessários para evitar prejuízos aos acampados e situações conflituosas, que por ventura pudessem ocorrer, como conflitos que deveriam ser mediados visando o reconhecimentos, mesmo que parcial, do direitos das famílias acampadas; (iv) não houve nenhuma preocupação em garantir o local de destino das famílias, sendo apenas apontado um local para os seus pertences; (v) o Conselho Tutelar, que deveria resguardar a integridade das crianças, ficou durante toda reintegração abrigado num dos barracos, se omitindo de garantir o direito das famílias alimentarem suas crianças; (vi) abuso da autoridade policial, com uso de violência física, psíquica e simbólica, que impediram a filmagem por parte de organização social ali presente, bem como, no impedimento inicial da permanência do mesmo representante no local da reintegração.

Esse abuso na remoção das famílias foi retratado por uma assentada Y do PDS Osvaldo de Oliveira, que declarou na roda de conversa realizada na VI Jornada

Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA)[4], na Cidade Universitária em Macaé, em 22 de maio de 2019.

3 Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro (BARROSO, 2008).

4 O evento ocorre em todo o território nacional e marca o Dia da Luta Camponesa (17 de abril), que homenageia os 19 (dezenove) Sem Terra assassinados no massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996 no Estado do Pará.

> Eu sou do assentamento Osvaldo de Oliveira, tudo se deu no dia 07 de setembro de 2010, quando ocupamos a fazenda e **nós estávamos em torno de 200, quase 300 famílias, acampados na beira do rio, e ficamos lá por quase 3 meses, e recebemos uma ordem de despejo, como se fosse pra ser despejado amanhã, aí amanhã nada acontecia, no outro dia também nada, ai pensamos: "ah, quem sabe esqueceram da gente, porque nossa vontade era ficar naquele lugar",** e aí 'nois pensou' que não vinham mais, **mas um dia chegou umas 250 policias, um aparato policial imenso, muita policial, acho que nem pra bandido chega tanta polícia assim, e a gente ali só queria trabalhar**, [...]. **A ordem que eles tinham era de jogar a gente nesse caminhão levar até o asfalto e quando chegasse no asfalto largasse a gente lá**, e com ajuda do nosso parceiro e outras pessoas que nos ajudam, incluindo a Universidade, SindPetro e com nossos apoiadores a gente conseguiu pra gente ficar onde era o antigo parque de exposição que hoje é um escola em Córrego do Ouro, quando chegamos achando que lá é onde iriamos ficar, cheguei a colocar umas coisas minhas numa baia de cavalo, teve uma ordem de que quem estava lá dentro no saia e quando estava do lado de fora não entrava – o prefeito deu, aí o que aconteceu, ficou aquela negociação e conseguiram uma igreja em Virgem Santa pra gente ir pra Igreja, conseguiu ônibus e tal, ai colocamos tudo dentro do ônibus, e quando teve esse despejo, muitas famílias, muitos não aguentam isso, acabam desistindo, indo pra casa, ou pra outro lugar, e dali saiu um ônibus e mais uns dois caminhões de coisa até a igreja e o ônibus cheio de gente, nós ficamos no pátio dessa igreja, dormindo lá no pátio, por 15 dias, e eles servindo lá comida, e doações pra gente alimentar. (grifos nosso) (FAPERJ, 2019)[5]

Em 17 de novembro de 2010, as famílias foram abrigadas na paróquia de Virgem Santa, em Macaé. Os acampados permaneceram nesse local por poucos dias. No mês de novembro foi deliberado a saída da sede religiosa e a reorganização do acampamento Osvaldo de Oliveira às margens da BR-101, na altura do km 171, próximo ao trevo de Macaé, como se verifica pelo relato da assentada Y na VI JURA.

> (...) **Dali conseguimos ir pra beira da BR101, logo ali perto do trevo,** quando a gente cabo de chegar ali de madrugada, com chuva, muita chuva, quando foi 8 horas da manhã sofremos outro despejo, **tinha que desocupar aquela área que aquela área era área de caminhões quando tem problemas,** pra trocar pneu, daí a gente saiu dali e foi mais frente uns 50/100m, na beira da BR101 mesmo – KM 171, onde era o antigo posto de gasolina desativado e **ali nessa área a gente ficou morando durante 2 anos**, ali a gente perdeu companheiros, atropelados pois a pista é muito perigosa, uma companheira, voltando do trabalho quando foi atravessar a rua o carro veio e jogou ela sentido pista-rio do outro lado e virou mingau, não tinha nem corpo, teve que raspar pra enterrar, muito triste, fora outros companheiros que a gente perdeu. (grifos nosso) (FAPERJ, 2019)

Em 16 de outubro de 2011, novamente foram retiradas desse local e foram para a Comunidade Califórnia, localizada às margens da linha do trem desativada em Rio das Ostras (MST, 2011). Em 03 de setembro de 2012, foi ajuizada a Ação de Desapropriação da área onde se localiza o PDS Osvaldo de Oliveira, (proc. nº. 00007670420124025116 – TRF2). O ato de imissão na posse contou com as presenças da Procuradoria Federal Especializada (PFE), junto ao INCRA/RJ, chefia da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e do engenheiro agrônomo (INCRA, 2014).

5 Essa entrevista faz parte da historiografia obtida pelo Projeto de Iniciação Científica "A trajetória de um assentamento: Memórias e vivências de uma comunidade no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira", com bolsa da FAPERJ. Agradecemos a Fundação pelo apoio e concessão da bolsa de iniciação científica que oportunizou a realização desse conjunto de entrevistas e a consolidação desse trabalho. Para o respeito aos direitos da personalidade dos sujeitos sociais participantes da pesquisa, optou-se pela não identificação.

A assentada Y narra a comemoração dos produtores ao receber a notícia da imissão da posse no assentamento Osvaldo de Oliveira.

> (...) em 2014 teve a imissão da posse na fazenda, que foi uma alegria muito grande pra gente, e no dia da imissão da posse, ah pode entrar amanhã, no outro dia cedinho a gente tava lá. E nós lá, só deveria ocupar 1% da fazenda, e não poderia se espalhar, então nos localizamos perto da sede, montamos nossos barracos e moramos lá praticamente até hoje, vai fazer um ano que teve a divisão dos nossos lotes, mas não estamos todas as famílias cada qual dentro do seu lote e já tem 1 ano que estamos ilhados sem pontes, que só passa moto e bicicleta, e depois dessa ponte a gente já teve incêndio lá dentro. (...) (FAPERJ, 2019)

O perfil da base dos movimentos rurais vem sofrendo significativas alterações diante da ofensiva do capital no campo agrário. Essa estratégia é responsável pelo crescimento migração dos trabalhadores rurais para áreas urbanas, pois quase sempre ele encontra melhores condições de vida comparativamente com aquela experimentada no seu passado rural. Existe frustração na cidade onde a presença do capital também é preponderante, desencorajando esse trabalhador desqualificado para ocupar postos de trabalho que melhor remuneram. Essa questão tem impactado a composição de sua base social, pois é possível observar, em muitos casos, o predomínio de trabalhadores de natureza urbana. Não é casual encontrar grande proporção de trabalhadores desempregados, moradores em situação de rua, antigos operários e sem-teto compondo os acampamentos do MST.

No dia 27 de fevereiro de 2014, o INCRA noticiou a criação de mais um assentamento no estado do Rio de Janeiro, pois, a Vara Federal de Macaé concedeu ao INCRA a posse dos 1.649 hectares que compõem a Fazenda Bom Jardim, localizada no distrito macaense de Córrego do Ouro (INCRA/RJ, 2014).

No PDS Osvaldo de Oliveira, a proposta de adotar esse modelo de assentamento ecologicamente diferenciado de baixo impacto partiu dos próprios acampados, conforme depoimento do assentado X porque havia na região um movimento ambientalista que se opunha à criação de um assentamento tradicional na fazenda Bom Jardim.

> [...] **aqui na região tinha um movimento ambientalista que se opunha à criação de um assentamento ali na fazenda Bom Jardim.** Aí com essa situação do movimento ambientalista sendo [...] não, não, não contribuindo com a ideia da criação do assentamento da reforma agrária de maneira geral, daí então o **Movimento sem-Terra apresentou uma segunda alternativa que seria então, já que não podia fazer um assentamento convencional, apresentou uma proposta então de um assentamento diferenciado, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável** - PDS. [...] (grifos nosso) (FAPERJ, 2019)

Em 2015, houve a tentativa de se retomar a área ocupada, por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) nº. 2012.51.16.000773-2, que tramita na 1ª Vara Federal da Comarca de Macaé. O autor do processo foi o Ministério Público Federal (MPF), da Seção Judiciária de Macaé, e o réu foi o INCRA.

Em 03 de dezembro de 2015, depois de algumas audiências públicas realizadas no Palácio Legislativo de Macaé e na Vara Federal de Macaé, com a apresentação formal de contra laudos pelo Coletivo Mariana Crioula – Assessoria Jurídica Popular e diversos parceiros que integram a rede de apoio ao PDS Osvaldo de Oliveira, o magistrado federal resolveu suspender os efeitos da referida decisão e determinou a reintegração de posse ao INCRA, determinando que o órgão elaborasse o Plano de Utilização (PU) e cumprisse outras obrigações no prazo de oito meses contados da data de publicação da decisão (MST, 2015).

Em 18 de março de 2017, foi criado um grupo de trabalho formado pelo INCRA, entidades do poder público, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa, com o objetivo de programar as atividades de implantação do Conselho Gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira (INCRA/RJ, 2017).

O grupo de trabalho destinou-se a elaborar os estudos técnicos e o cronograma de ações para formalização do Conselho Gestor. O Conselho Gestor do PDS é composto por membros do poder público, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa, além do MST, servidores da divisão de Obtenção de Assentamentos do INCRA no Rio de Janeiro, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Prefeitura de Macaé, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), conforme definido na Portaria INCRA nº. 477, de 04 de novembro de 1999, Portaria INCRA/P/Nº. 1032, de 25 de outubro de 2000 e Portaria INCRA/P/Nº. 1.038, de 11 de dezembro 2002(INCRA/RJ, 2017).

O Plano de Formação biênio 2016/2017 para os assentados do PDS Osvaldo de Oliveira contou com a participação da Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR)[6] e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Plano contou com o apoio institucional da Universidade Federal Fluminense – UFF/*Campus* Rio das Ostras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/*Campus* Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/*Campus* RJ, da Universidade Estadual do Norte Fluminense “Darcy Ribeiro” (UENF), do Centro de Assessoria Popular “Mariana Criola”, do Tamoios Coletivo de Assessoria Popular e do Coletivo de Consumo Solidário de Macaé (TaCAP).

O setor técnico da Superintendência Regional do Rio de Janeiro (SR-07) do INCRA procedeu o acompanhamento da elaboração do Plano de Utilização, que foi aprovado em assembleia geral das famílias assentadas no PDS e, posteriormente, encaminhado para análise e aprovação do Conselho Gestor do PDS, conforme consta no Processo INCRA/SR (07) nº. 54180.000270/2014-82, que decidiu pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria.

6 A Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais em Assentamentos de Reforma Agrária (COOPERAR) foi fundada em 12 de maio de 2005, objetivando congregar as várias forças e parceiros que colaboravam em todo o Brasil com o desenvolvimento das empresas sociais das áreas de Reforma Agrária

Sendo o Plano de Utilização uma manifestação ao poder público, o compromisso dos moradores em promover o uso responsável dos bens naturais, o respeito ao meio ambiente e a prática racional de atividades que produzam a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida de todos no PDS Osvaldo de Oliveira, observando os critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social.

Apesar dessa significativa produção e comercialização do PDS Osvaldo de Oliveira, o agravo de Instrumento também foi objeto de exame na sessão de julgamento da Remessa Necessária na ACP nº. 2012.51.16.000773-2.

Em 27 de janeiro de 2020, os assentados, na qualidade de assistentes processuais do INCRA, representados por suas advogadas Ana Claudia Diogo e Fernanda Maria da Costa Vieira protocolaram os Embargos de Declaração (Proc. 0000773- 11.2012.4.02.5116), com efeitos de prequestionamento e superação de omissão, contradição e erro material, contra a decisão colegiada não unânime do TRF da 2ª. Região, referente à ACP nº. 2012.51.16.000773-2. A argumentação apresenta como elementos centrais as obscuridades e nulidades da decisão, e a manifesta da contrariedade às normas constitucionais e à legislação federal vigentes (TRF 2ª REGIÃO, 2012).

Após transcrição do acórdão embargado referente à Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra o INCRA, que foi julgada parcialmente procedente para determinar que o INCRA realizasse o Plano de Utilização do PDS, que foi abordado no item 3.1.1, com todas as licenças ambientais pertinentes no prazo máximo de 8 meses a contar da intimação da decisão que analisou o pedido de liminar, dentre outros, confirma a decisão que analisou o pedido de liminar. Registra-se que em face dessa decisão não houve recurso do INCRA, MPF ou Assistentes Processuais (TRF 2ª REGIÃO, 2012).

O MPF, Seção Judiciária de Macaé, em 27 de setembro de 2019, noticiou que as partes iniciaram tratativas para celebração de acordo, razão pela qual requereu a suspensão do feito por 90 (noventa) dias (fls.2473/2477). Em 01 de outubro de 2019, o INCRA peticionou no mesmo sentido (fl. 2478). Não foi atendido o pedido de suspensão porque o julgamento do feito já se iniciara na sessão de 21 de agosto de 2019 e se encontrava em andamento (TRF 2ª REGIÃO, 2012).

A decisão majoritária contraria normas constitucionais e legais justificando a interposição dos embargos de declaração e a necessidade de ampliar o colegiado para apreciação dessas violações, nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil (CPC)[6] (BRASIL, 2015). A legislação vigente diverge da decisão que, por maioria, extrapolou o pedido na ACP para determinar que as famílias assentadas sejam retiradas com uso de força policial, violando os princípios da razoabilidade e da dignidade humana (TRF 2ª REGIÃO, 2012).

Ressalte-se que a jurisprudência e a doutrina reconhecem esses princípios constitucionais como normas jurídicas que devem ser obrigatoriamente respeitadas e a decisão, tomada viola o princípio da dignidade humana, da razoabilidade e da proporcionalidade. Ignora o art. 492 do Código de Processo Civil, que proíbe o julgamento *extra petita* (BRASIL,

2015). Além disso, no âmbito da segunda instância, o parecer do Ministério Público Federal foi no sentido de negar provimento à remessa necessária, confirmando a sentença judicial que condenara parcialmente o INCRA (TRF 2ª REGIÃO, 2012).

Até o fechamento deste artigo, foi julgado por unanimidade o recurso que visava impedir a reintegração de posse das 63 (sessenta e três) famílias assentadas no PDS Osvaldo de Oliveira. Em 01 de dezembro de 2020, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela suspensão da decisão de reintegração, em 90 dias. Dentre os argumentos levantados pela Procuradoria do INCRA para a concessão da ordem de execução está a aplicação da Lei estadual 9020/2020, que determina a suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse, imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais durante a pandemia de COVID-19.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os países industrializados interessados em controlar o aspecto negativo da industrialização, a degradação ambiental, ao passo que os países subdesenvolvidos, entre os quais o Brasil, temiam que a "proposta de controle dos efeitos do crescimento econômico significasse uma arma contra o chamado 'desenvolvimento' dos países mais pobres" (DIEGUES, 1992, p. 25).

Brandenburg (2005) enfoca a agricultura e o ambiente como uma questão que merece uma análise mais profunda das categorias empregadas para explicar uma possível conciliação entre esses dois segmentos políticos. O ambiente é ressaltado como uma questão prima face na agricultura após a modernização provocada pela chamada revolução verde nos anos 70, havendo de modo episódico aprofundamentos teóricos e metodológicos sobre o tema, colocando as manifestações de cunho ecológico enquanto questão central ao padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, como também os mecanismos que intermediam essa relação.

A abordagem encontrada na sociologia sobre as questões ambientais se vincula com a sociologia rural nas investigações dos diversos temas agrários. A reconstrução do rural, percebida pelas teorias sociológicas ambientais, contribuem nas interpretações das dimensões desse fenômeno. Brandenburg (2005) destaca que a clivagem de um quadro para outro, nos estudos das questões rurais francesas, sugerindo um novo marco divisório dessa abordagem. No caso brasileiro, tem-se o entendimento de dois referenciais teóricos que se complementam objetivando uma melhor compreensão do rural que ressurge "ambientalizado": a sociologia rural e a sociologia ambiental (BRANDENBURG, 2005, p. 56).

O desenvolvimento sustentável embora tente conciliar crescimento econômico, diminuição da pobreza e conservação da base de recursos naturais para as gerações futuras, consiste em um conceito em disputa (ACSELRAD, 1993, p. 5). Aqui, adota-se como ele-

mento de estudo a articulação ideológica do desenvolvimento sustentável com as noções de modernização (CASADO; MOLINA; GUZMÁN, 2000), enquanto elementos centrais na discussão do processo de homogeneização das escolhas políticas realizadas pelo INCRA, do ponto de vista institucional, na criação, implantação e consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável.

Os seus fundamentos se baseiam no atendimento das especificidades regionais, como no caso de extrativismo tradicional, no resgate do valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea, dentre outros espaços e não apenas avaliando o potencial agrícola da terra, baseia-se no interesse ecológico e social. Busca valorizar a organização social, do trabalho e gestão comunitária. Nesse modelo, ocorre a concessão de uso da terra por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e o interesse ecológico de recomposição do potencial original da área, como no caso do assentamento Osvaldo de Oliveira criado num mosaico de Mata Atlântica.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1. Alguns entraves no processo de consolidação do modelo agroecológico do PDS Osvaldo de Oliveira – para além da disputa judicial

Em 06 de outubro de 2017, um incêndio devastou o assentamento, a produção agrícola e estrutura dos assentados e parte da Mata Atlântica. Para um drama maior, eles tiveram socorro negado e o Corpo de Bombeiros que não conseguiu chegar ao local por conta das condições de estrutura da ponte que dá acesso ao assentamento.

No dia 10 de outubro de 2017, a situação acima foi criticada pelo vereador Marcel Silvano na Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores do Município de Macaé. O mandato desse vereador é constantemente acionado pelos assentados para intermediar problemas no PDS, desde questões envolvendo a infraestrutura do assentamento até a questão de direitos fundamentais dos assentados, como no caso desse incêndio noticiado (SILVANO, 2017).

No dia 20 de outubro de 2017, houve uma audiência pública requerida pelo mandato do Marcel Silvano, na Câmara Municipal de Macaé. Houve a escuta dos assentados que reclamaram sobre o cumprimento das obrigações do Município, dentre elas, a realização de vistorias de terras para desapropriação e o conserto da ponte que dá acesso ao assentamento Osvaldo de Oliveira, em Córrego do Ouro. O evento na Câmara de Vereadores de Macaé, (2017) abordou a reforma agrária também na cidade de Rio das Ostras, foi solicitado e presidido pelo vereador Marcel Silvano do Partido dos Trabalhadores (PT).

Os assentados denunciaram, inclusive, que tentaram recorrer à Unidade de Estratégia de Saúde da Família, mas esta não tinha veículo para dar suporte às vítimas que passaram mal com a fumaça. Em sua fala Silvano (217) criticou, principalmente, a postura do governo municipal, que segundo a coordenadoria do INCRA, negou receber seu recurso financeiro para reformar a ponte. “É um conjunto de negações que deixaram aquela população de forma criminosa” (SILVANO, 2017).

> A população se viu isolada sem qualquer apoio ou suporte, para combater aquele incêndio. Foram perdas incalculáveis para trabalhadores rurais que lutam para consolidar aquele assentamento. Os bombeiros não conseguiram chegar ao local por conta do caminhão não passava pela ponte e negaram o helicóptero para dar suporte. Além disso, a Guarda Ambiental também não conseguiu ter condições de atender e nem orientou a população, que por conta, tentaram combater o incêndio (SILVANO, 2017).

A recuperação da aludida ponte é fundamental para a segurança dos assentados, pois, o *s*ocorro lhes foi negado e mais de 50 famílias ficaram isoladas em meio ao fogo e incêndio. Um fim de semana de terror para as 50 famílias que vivem no Assentamento Osvaldo Oliveira, em Córrego do Ouro.

Por solicitação das diversas instituições parceiras, o Ministério Público Federal da Seção Judiciária de Macaé/RJ instaurou uma Notícia de Fato nº. 1.30.015.000063/201840. Em 17 de abril de 2018, a apuração do incêndio supra referido de 2017, o Procurador da República K manifestou-se pelo arquivamento do inquérito policial. O juízo da Vara Federal de Macaé determinou o arquivamento do Inquérito Policial instaurado, a requerimento do titular do procedimento. A motivação do pedido de arquivamento se deu devido à insuficiência de provas e a autoria desconhecida sobre o fato.

Em 2018, novamente o assentamento foi atingido por fortes chuvas que levaram a ponte de ligação com o Distrito de Córrego do Ouro. Os assentados ficaram isolados por dias e, até o ano de 2019, usavam uma ponte improvisada fornecida pela Prefeitura Municipal depois de muita luta e prova de resistência. Esse fato agravou drasticamente o processo de comercialização da produção porque a ponte era a única via para escoar as mercadorias por meio de transporte de veículos, já que o direito de servidão não foi concedido pelas propriedades limítrofes.

Segundo Monteiro (2017), o assentamento Osvaldo de Oliveira reflete o dilema social do desemprego, empregos informais, condições de vida precárias, falta de moradia, alimentação e meios de satisfação das demais necessidades básicas. Boa parte dos acampados tinha essa realidade em Macaé, Rio das Ostras, Cabo Frio dentre outras localidades próximas, foram para o assentamento com a esperança de melhorar de vida.

Oliveira (2018, p. 89) realizou um estudo de 2016 até 2018 sobre o PDS Osvaldo de Oliveira e considerou que faltam muitos investimentos públicos para o desenvolvimento das potencialidades produtivas do assentamento. Entretanto, esse fato não representa motivo de evasão, pois as famílias encontram no local os valores não econômicos:

> Baseados nos depoimentos de alguns assentados e assentadas e nas observações realizadas nas reuniões e assembleias com as famílias assim como nas oficinas realizadas pelo programa "Assessoria Interdisciplinar em Saúde e Cidadania a Movimentos Populares" podemos afirmar que a adesão a um Projeto de Desenvolvimento Sustentável – a aceitação de princípios agroecológicos e cooperativos – se dá muito mais pelo desejo e necessidade que estes trabalhadores têm de reconstruir um determinado modo de vida. Tal reconstrução baseia- se, sobretudo, na possibilidade de extirpar as dificuldades enfrentadas nas periferias urbanas. (OLIVEIRA, 2018, p. 89)

A motivação para "produzir de forma agroecológica" não se dá apenas pela lógica de mercado, mas, sobretudo por uma lógica de produção para o autoconsumo, na verdade a unidade produtiva atualmente ocupada é suficiente para a construção da moradia e produção de frutas, legumes, verduras, ovos, entre outros.

Outro aspecto importante que se acredita estar relacionado à aceitação do projeto é a proximidade existente entre o PDS Osvaldo de Oliveira e a área urbana da cidade de Macaé. Marcada por um "*continnum* rural-urbano", segundo Oliveira (2018, p. 89), esta particularidade faz com que alguns assentados vejam nisto uma oportunidade de viver, concomitantemente, em dois espaços, desenvolvendo outras atividades produtivas.

No ano de 2020, os assentados do PDS Osvaldo de Oliveira enfrentam mais um percalço representado pela urgência em possuir um Plano de Manejo Florestal Comunitário, sob pena não poder continuar a desenvolver as atividades produtivas no assentamento. A análise dessa nova realidade pode ser realizada quando se observa uma situação assemelhada, capaz de trazer a compreensão às mudanças de objetivos governamentais de acordo com o plano do governante da atual gestão do INCRA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No território escolhido podem ser encontradas as dinâmicas e contradições entre processos econômicos globais, as políticas e projetos de diferentes esferas federativas e suas múltiplas interações e significações com o lugar, com a vida cotidiana, como o licenciamento ambiental do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR), que desconsiderou em suas áreas de impacto direito e indireto a existência do assentamento Osvaldo de Oliveira (INEA, 2018). Em contrapartida, como destaca Marques (2009) são também nesses territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes.

A territorialidade fluminense estudada vem sendo trabalhadas por movimentos sociais e novos atores sociais, inclusive moradores sem organização, sem vínculos com políticas públicas e sem acesso à informação e comunicação, e que apresentam trajetórias de vida vinculadas a uma cultura rural, dependendo de políticas públicas assistenciais de órgãos municipais, estaduais e federais. Sem prejuízo de sofrerem um processo de invi-

sibilização de suas demandas, inclusive processuais, também padecem de acesso aos equipamentos públicos necessários à existência digna e de assistência técnica rural para a efetivação compatível as restrições ambientais.

Em contrapartida, como destaca Marques (2009) são também nesses territórios que nascem os movimentos de transformação social, de produção de novidades e inovações, de resistência e contestação das práticas econômicas e culturais dominantes. Entende-se que a afirmação de ruralidades no território que se pretende atuar tem sido acionada por diferentes grupos nesses espaços, como elemento redefinidor de identidades, de resgate de tradições e histórias de vida e formas de pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Desenvolvimento sustentável: A luta por um conceito. *In:* **Revista Proposta**, Rio de Janeiro: FASE, n. 56, 1993.

BARROSO, L. R. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. *In:* **Revista Atualidades Jurídicas**. n. 4. Brasília: OAB Editora, 2009. Disponível em:

<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRANDENBURG, A. Ciências sociais e ambientais rural: principais temas perspectivas analíticas. *In:* **Ambient. soc. [online].** 2005*,* v. 8, n.1, p. 51-64.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho Nacional dos Seringueiros/ Ministério do Meio Ambiente**. Projeto de desenvolvimento sustentável** - *PDS*. Brasília: MDA, 2000.

BRASIL. **INCRA é imitido na posse de fazenda em Macaé (RJ***).* 2014. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/INCRA-e-imitido-na-posse-de-fazenda-em-macae-rj>. Acesso em: 08 dez. 2019.

BRASIL. **Notícias***.* INCRA e órgãos públicos do Rio de Janeiro vão auxiliar assentamento a criar Conselho Gestor*.* 2017. Disponível em:**<**http://www.INCRA.gov.br/noticias/INCRA-e-orgaos-publicos-do-rio-de-janeiro- vao-auxiliar-assentamento-criar-conselho-gestor>. Acesso em: 03 dez. 2017.

CASADO, G. I. G., MOLINA, M. G. & GUZMÁN, E. S. **Introducción a La agroeocología como desarrollo rural sostenible***.* Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. *In:* **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo SEADE, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan./jun. 1992.

SOARES, P. B. D.; OLIVEIRA, M. M. Relatório final do Projeto de Iniciação Científica com bolsa da FAPERJ*. In*: FAPERJ: **Projeto A trajetória de um assentamento: Memórias e vivências de uma comunidade no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Osvaldo de Oliveira**, coordenado pelo docente Paulo Brasil Dill Soares, no biênio 2018-2020.

KAWAKAMI, A. Y. **Projeto de desenvolvimento sustentável – PDS e novas formas de assentamentos - uma sistematização do caso do assentamento professor Luiz D. Macedo – Apiaí--SP.** 2010. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2010.

MARQUES, F. C. **Nicho e novidade**: nuanças de uma possível radicalização inovadora na agricultura. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Famílias Sem Terra sofrem despejo em Macaé.** Publicado em 17 de novembro de 2010. Disponível em: http://goo.gl/jmi8N4. Acessado em: 02 de junho de 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Boletim.** Osvaldo de Oliveira no Fórum de Justiça:#OsvaldoDeOliveiraResiste. 2015. Disponível em:< http://boletimmstrj.mst.org.br/osvalo-de-oliveira-no-forum-de-justica/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

OLIVEIRA, D. M. S. C. **O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé.** 2018. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional) Rio das Ostras: UFF, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5214/1/TCC%20DAYSE.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. (2ª Região). Ação Civil Pública **ACP nº. 2012.51.16.000773-2.** 1ª Vara Federal de Macaé. Parte Autora: Ministério Público Federal. Parte Ré: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

CAPÍTULO 6

A MULHER NEGRA JÁ NASCE MILITANDO! REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ-RMN/PR - MOVIMENTO SOCIAL PRESENTE NA FRONTEIRA

FERNANDO JOSÉ MARTINS
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Professor do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado

ENAIDE SEVERO ARAUJO
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Estudante Especial de doutorado do Programa de Pós- Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado

ADRIANA FIGUEIREDO MOYANO
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Estudante Especial de mestrado do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras,

LUCIANI HEINDRICKSON DA SILVA
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Estudante Especial de mestrado do Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras,

RESUMO: Este artigo discute Movimentos Sociais, Movimento Feminino, aprofunda a discussão sobre o Movimento Feminino Negro, seu surgimento e pautas de luta. Reflete sobre a pessoa negra na luta pela sobrevivência e por políticas públicas. Explicita o poder da ideologia dominante (THOMPSON, 2011) sobre o oprimido FREIRE (1987). Finalmente aterrissa em Foz do Iguaçu e retrata a presença do Movimento REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ-RMN/PR com destaque para representação de liderança do Movimento Feminino Negro na região oeste do Estado, com importante militância na luta pela identidade do povo negro e na defesa pela igualdade étnico racial. Entrevista Crica Galdino para que ela conte sobre seu engajamento no movimento e como movimenta outras mulheres.

Palavras-chave: Movimento Social. Movimento Feminino Negro. Antirracismo.

ABSTRACT: This article discusses social movements, female movement, deepens the discussion about the black female movement, its emergence and guidelines for struggle. It reflects on the black person in the struggle for survival and for public policies. It explains the power of the dominant ideology (Thompson, 2011) over the oppressed Freire (1987). Finally, it lands in Foz do Iguaçu and portrays the presence of the REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ-RMN/PR, with emphasis on the representation of leadership of the black female movement in the western region of the state with importante militancy in the struggle for the identity of the black people and in defense for racial ethnic equality. Interview Crica Galdino to tell her about her engagement in the movement and how she moves other women.

Keywords: Social movement, black female movement, anti-racism

INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se teoricamente em revisão bibliográfica sobre a temática, consultas no site do movimento social Rede de Mulheres Negras do Paraná[1], rede social (Facebook), site PROJETO AFREAKA[2] (http://www.afreaka.com.br/). Baseia-se também nas obras de Sílvio de Almeida (2018) tendo como organizadora a filósofa Djamila Ribeiro. Fundamenta e discute Movimentos Sociais na obra de GOHN (2019), Feminismo Negro, na obra de RIBEIRO (2018); em THOMPSON (2011) para fundamentar a discussão sobre ideologia, como se difundem numa sociedade de classes com diferentes interesses, a ideologia intelectual dominante. Pauta-se em, FREIRE (1987), para explicar como ocorre o engajamento do sujeito na luta pela transformação de si mesmo, e da realidade opressora.

Finalmente aterrissa em Foz do Iguaçu e retrata a presença do Movimento REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ-RMN/PR com destaque para representação de liderança do movimento feminino negro na região Oeste, com importante militância e defesa pela igualdade. Assim, reflete sobre a luta das mulheres negras, suas causas, estratégias de resistências, organizações, mobilizações constantes e vigilantes pela vida da população negra diante do racismo, na sociedade. Uma vez que, se perguntarmos aos brasileiros se são racistas, provavelmente dirão que não. Mas ao perguntarmos a uma pessoa negra se já foi vítima de racismo, certamente, dirá que sim. Djamila Ribeiro diz: “Como negra, não quero mais ser objeto de estudo, e sim o sujeito da pesquisa” (RIBEIRO, 2018, p.83). Neste sentido, buscou-se nesta, realizar a entrevista com liderança feminina negra, Cristina Galdino, para que ela conte sobre sua realidade, de mulher negra, sua chegada em Foz do Iguaçu, a defesa pela sua identidade, pela cultura de seu povo, seu engajamento. Por conta da pandemia, os encontros (entrevistas) com Crica Galdino foram via plataforma digital *on line* Google Meet. Neste sentido, a pesquisa resulta em importante discussão sobre o engajamento das mulheres negras na luta pela igualdade.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS EM PAUTA: IDEOLOGIA DOMINANTE ILUSÓRIA

O engajamento na luta pela transformação da sociedade sempre foi e será anseio do povo consciente de seus direitos e deveres, conforme Marx, as relações de capital- trabalho geram desigualdades entre as classes sociais. Thompson (2011, p.54) ao interpretar a ideologia e consciência de classe argumenta: Marx e Engels começam a ligar a produção e difusão das ideias à relação entre as classes. “As ideias da classe dominante’’, dizem eles a certa altura, “são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que tem a força

1 Fonte: Disponível em: https://rmnpr.org.br/ . Acesso em: 25/09/2020.
Fonte: Disponível em: https://pt-br.facebook.com/RedeMulheresNegrasPR/. Acesso em: 25/09/2020.

2 Fonte: AFREAKA: Projeto de mídia alternativa. Disponível em: http://www.afreaka.com.br/. Acesso em: 25/09/2020.

material na sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força intelectual dominante". Assim, ressalta a relação de poder também ideológica da classe que detém a força material e intelectual na sociedade. A ideologia dominante expressa ideias da classe dominante, conceito de ideologia, chamado de concepção epifenomênica, por representar as relações entre as classes de forma ilusória (THOMPSON 2011). Apesar de expressarem ideias da classe dominante, não representam os interesses das classes dominadas, que claramente são divergentes entre ambas. Mas, por conta da dominação intelectual, falsamente representam, tornam-se hegemônicas. Para Thompson, é necessário estudar ideologia, é estudar como o" sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação"(THOMPSON, 2011, p.76). É importante compreender, "examinar a interação de sentido e poder'', ou seja, estudar de forma aprofundada, "como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados". Exatamente neste sentido crítico, de ideologia, que se encontra sentido para estabelecer a discussão sobre a temática do racismo e anti-racismo. Segundo Freire (1987), "A violência dos opressores que os faz também desumanizados" (FREIRE, 1987, p. 17) o opressor faz do oprimido o ser "menos", inferiorizado. Então o que resta a essa classe sofrida é o engajamento na luta, para libertar-se. Assim também se entende a situação do povo negro. Como diz Djamila Ribeiro (2018) "Se quiser ser negra, informo: o racismo faz parte do combo". Assim, o racismo se configura como uma relação de poder de uma parte da população (branca) sobre a outra (negra), subjugando-a por longo período. **Mas, no caso da pessoa negra, não há muita alternativa, pois, mesmo de forma instintiva, já nasceu lutando (grifo nosso)**. Neste sentido, é fundamental discutir sobre a formação dos cidadãos, seja via escolarização formal ou não (educação popular), formação sobre a necessidade da luta, e como o conhecimento do amparo legal pode contribuir para os avanços da sociedade. Para Thompson, "interessar-nos por outros tipos de dominação, tais como as relações sociais estruturadas entre homens e mulheres, entre um grupo étnico e outro, ou entre estados-nação hegemônicos e outros estados- nação localizados à margem do sistema global" (THOMPSON, 2011, p.78). As discussões coletivas, a dialética, ajuda o indivíduo a enxergar a sua condição de explorado, oprimido, subjugação, ter ciência que sofre situações de discriminação racial e preconceito. Torna-se capaz de denunciar, resistir, e engajar na luta pela transformação social. Não constitui uma massa única e alheia, pelo contrário possui, pela própria natureza, sentimento de opressão, resistência e reagem contra as contradições. Assim, tratar-se-á mais especificamente dos Movimentos Sociais a seguir.

1.1 Movimentos Sociais Tradicionais, Novos Movimentos Sociais e Novíssimos Movimentos Sociais: um breve panorama

O direito de se manifestar está garantido no Art. 5º, XVI da Constituição Federal de 1988. No Brasil, grupos sociais sempre se manifestaram por uma causa social ou política, com um objetivo comum, ou seja, existem desde o Império, contudo se intensificaram com o advento do Golpe Militar de 1964. Surgiram então fortes movimentos que protestavam

contra a ditadura, perante a enorme repressão existente por parte do regime autoritário do governo. É nesse período também que se consolidam os movimentos Estudantil, Feminista e o Movimento Negro. Já na década de 1980, período de abertura política, surge o movimento "Diretas Já", que luta por eleições diretas. Surgiram também movimentos que lutavam pela terra, como o MST (Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra) e por moradia, como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, no final da década de 1990.

Movimentos Sociais são responsáveis por introduzir mudanças estruturais na sociedade, haja vista que são fenômenos históricos e que resultam de lutas sociais. De acordo com Touraine, "é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem os quais os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados" (TOURAINE, 2006, apud GOHN, 2007, p. 43). Para Viana: "são movimentos de grupos sociais que geram mobilizações geradas por uma insatisfação social com determinada situação social específica que também constituem senso de pertencimento e objetivos, o que pressupõe certo desenvolvimento da consciência e formas organizacionais" (VIANA, 2016 apud Viana, 2016, p. 11). Ou seja, trata-se de grupos engajados com o processo de construção de uma consciência coletiva e que promovem embates contra o sistema ou o Estado. Esses embates normalmente acontecem por meio de manifestações, boicotes, abaixo-assinados, confrontos e ocupações.

São considerados movimentos "tradicionais" ou "de classe" os que surgiram e se consolidaram no âmbito internacional, após um período de luta de classes entre a burguesia e o proletariado, quando o movimento operário atingiu o seu auge, em 1871. De acordo com Viana *"*os movimentos sociais vão surgindo paulatinamente após esse momento, sendo que sua consolidação ocorre no regime de acumulação conjugado[3] (1945 a 1980)*"* (VIANA, 2016, p. 14). Suas principais pautas: redução da jornada de trabalho, estabilidade de emprego, melhores salários e condições de trabalho. Além dessas demandas, emergiram também a luta por melhorias nas moradias, no transporte público, saneamento básico e educação, bem como um forte embate político contra o Estado, na tentativa de transformar a estrutura econômica e política vigente.

Nas décadas de 1960 e 1970 surgiram outros movimentos sociais, especificamente na Europa, nos Estados Unidos, com reivindicações e características distintas. São denominados Novos Movimentos Sociais que, segundo Yagenova, o surgimento desses, foram respostas frente às mudanças estruturais e societárias, e natureza dos conflitos advindos da relação capital-trabalho. Assim, diversos autores afirmam, "os NMS surgiram do fracasso e da ineficiência das instituições de mediação, dado que os grupos de interesses e sobretudo os partidos políticos, já não respondiam às demandas populares" (YAGENOVA

3 O regime de acumulação conjugado surge após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da emergência dos Estados Unidos como grande potência mundial e reconstrução da Europa Ocidental a partir de seu auxílio. Este regime de acumulação é caracterizado por instituir o fordismo como forma de organização do trabalho dominante, bem como pelo Estado Integracionista e pela exploração internacional via expansão oligopolista transnacional (VIANA, 2014, p. 55)

2016, p. 99, tradução nossa).[4] O desenvolvimento da industrialização foi acompanhado por altos índices de desemprego, mesmo nas camadas sociais mais elevadas, somadas às dificuldades do Estado na promoção do bem-estar social. Novos movimentos se estruturam, tomam força. De acordo com Touraine, surgem aí "novas demandas que aprofundam os direitos cidadãos (mulheres, juventude, povos afrodescendentes, deficientes, entre outros); enfatizam o direito à auto realização, a autonomia e a autogestão; e repensam o papel do Estado e os poderes tradicionais através de leituras críticas e inovadoras" (TOURAINE apud YAGENOVA, 2016, p. 99, tradução nossa).[5] Ou seja, devido a sua base social ser difusa em termos de identidade, idade, gênero e orientação sexual; procuram visibilizar aspectos íntimos da vida humana, utilizam táticas de mobilização radicais, de resistência e de perturbação no funcionamento das instituições; sua organização tende a ser descentralizada pois, privilegia um formato autônomo dos partidos políticos e utiliza-se de formas mais horizontais, participativas e flexíveis, como as assembleias, para tomadas de decisão. Para Yagenova as pesquisas sobre Novos Movimentos Sociais estão na importância dada ao tema da identidade, pois, "as reivindicações desses movimentos estão relacionadas a símbolos, crenças, valores e significados coletivos que dão origem aos sentimentos de pertencimento a um grupo diferenciado(...) (YAGENOVA 2016, p. 100, tradução nossa).[6]

Segundo Gohn, essa abordagem da identidade coletiva que está posta na teoria dos Novos Movimentos Sociais, *"*dá centralidade aos fatores culturais, à identidade dos participantes, às suas redes de pertencimentos e compartilhamento de valores ou engajamento militante, institucional ou extra institucional dos indivíduos e grupos*"* (GOHN, 2019, p. 41). Ou seja, a participação desses indivíduos está relacionada às suas próprias trajetórias de vida, pois fazem parte de minorias excluídas, tais como: negros, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos e intelectuais que se comunicam e trocam experiências e ideias, bem como avaliam e reconhecem o que têm em comum, constroem uma ação coletiva.

Na América Latina e no Brasil, a abordagem da identidade causou repercussão na década de 1980, quando surgiram por aqui os novos movimentos sociais. Segundo Gohn as desigualdades são mais do ponto de vista das diferenciações e discriminações sociais e menos sob o aspecto socioeconômico". (GOHN, 2019, p. 42). Contudo, apesar das diferenças, esses movimentos conseguem posicionar-se também na luta contra o neoliberalismo, assimilando as pautas de grupos diversos como feministas, sindicatos, jovens, etc. Ainda segundo ela, para compreender melhor as conquistas nas lutas das mulheres, negros e homoafetivos a partir de 2000, além da abordagem das múltiplas identidades deve-se compreender também a abordagem do reconhecimento. Essa última, muito debatida por Honneth, vincula participação e justiça social, pode ser vista como "um processo prático no

4 (...) *los NMS surgieron del fracaso y de la ineficiencia de las instituciones de mediación, dado que los grupos de interés, y sobre todo los partidos políticos, no respondían ya a las demandas populares.*

5 (...) *nuevas demandas que profundizan los derechos ciudadanos (mujeres, juventud, pueblos afrodescendientes, discapacitados, entre otros); enfatizan el derecho a la autorrealización, la autonomía y la autogestión; y replantean el rol del Estado y los poderes tradicionales desde lecturas críticas y novedosas.*

6 *Las reivindicaciones de estos movimientos están asociadas a símbolos, creencias, valores y significados colectivos que dan origen a los sentimientos de pertenencia a un grupo diferenciado, (...)*

qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro", (HONNETH, 2003 apud GOHN, 2019, p. 43). Quando o indivíduo se reconhece como parte desse mesmo grupo social que sofreu ou sofre algum tipo de discriminação ou preconceito, adquire uma motivação moral para o seu engajamento, influencia na sua luta por direitos que atinjam todo o grupo.

Em 2013, no Brasil iniciaram manifestações de rua em todo o país, protestos e reivindicações sobre transporte, educação e saúde. Novo ciclo de participação pela população, sendo que movimentos sociais diversos, com pautas e projetos distintos se juntaram, tomaram as ruas. Movimentos da atualidade, por exemplo: o Movimento Passe Livre (MPL) e o Vem Pra Rua (VPR)

> Tanto os novos como os novíssimos trabalham com a questão da identidade, mas de forma diferente. Enquanto os novos pautam e constroem a identidade por meio de lutas simbólicas e culturais, pela aquisição ou expansão de direitos, a partir de pertencimentos originários, gênero, etc., os novíssimos criam identidades a partir de pautas que envolvem um "fazer", uma ação, uma experiência real, independente de origens etc (GOHN, 2019, p. 124).

Segundo Gohn (2019), o surgimento desses grupos sociais heterogêneos foi possível graças à "cultura digital que estimulou novas formas de socialização e pertencimento e corroborou para a construção das novas culturas políticas" (GOHN, 2019, p. 126). Ainda há muito que se estudar sobre esses movimentos, visto que são fenômenos recentes na história da participação democrática do país, por conta da configuração atual do mundo globalizado e da revolução tecnológica, na qual a própria pessoa pode produzir conteúdos e divulgar, mobilizando outras pessoas em torno de uma causa.

2. MOVIMENTO FEMININO: A IMPORTÂNCIA DO ENGAJAMENTO DA MULHER E O ABALO NA ESTRUTURA DA SOCIEDADE!

A primeira onda do movimento feminino no Brasil teve início no século XIX, com um grande nome, Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e à vida pública. Assim, nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 9 de agosto de 1922, no Rio de Janeiro, o objetivo era lutar pela participação da vida pública feminino e pelo direito ao trabalho sem necessidade de autorização do marido, de acordo com Ribeiro (2018). A segunda onda, veio em reação à ditadura militar, na década de 1970 e fez com que no Brasil, os grupos se organizassem clandestinamente, por medo da repressão e tortura para discutir sobre os direitos das mulheres. Em 1975, iniciou-se o Movimento Feminino pela Anistia[7], que teve como característica denunciar as repressões

7 Foi em 1975 que de fato iniciou-se uma campanha organizada pela anistia, com o surgimento em março do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), na cidade de São Paulo, sob a liderança de Therezinha Zerbini, esposa do general cassado Euryales Zerbini. O movimento ganhou repercussão internacional quando Therezinha participou da 1° Conferência Mundial sobre a mulher, promovida pela ONU na cidade do México

do governo militar de acordo com o Memorial da Democracia. Surgiu a imprensa feminista que colocou em pauta alguns desses direitos que até então eram negados e que de acordo com a rede de conexão Brasil de Direitos (2020) foram:

> o direito ao aborto seguro e o combate á violência doméstica, se misturavam a cobranças mais gerais, pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país, ou seja, as mulheres foram as primeiras a ir para a rua durante a ditadura militar para lutar pelo direito ao voto, conforme afirma , Amélia Teles, uma das fundadoras da União de Mulheres do Município de São Paulo, Amelinha foi perseguida e torturada durante o regime militar. Nos anos de 1970, foi uma das responsáveis por publicar o jornal "Brasil Mulher". (BRASIL DE DIREITOS 2020).

Foto: Capa do jornal Brasil Mulher

(Fonte: CEERT. 2017)

O jornal Brasil de Mulher se comprometeu em dar visibilidade às mulheres negras e com o movimento popular, devido ao racismo e ao sexismo que elas sofriam. A imagem demonstra que as mulheres não vão para a luta sozinhas. Para Moreira (2007):

> Paradoxalmente, um movimento que se insurge contra a opressão e a invisibilidade de um segmento social, viria, ao longo de sua construção, não abordar especificidade no que diz respeito à mulher negra. A não- incorporação da questão racial nas práticas e nas formulações teóricas do movimento feminista foi, inicialmente, interpretada como uma prática racista fortemente existente em nossa sociedade. "Pode-se dizer que, numa sociedade em que a questão racial ainda é tabu, as conquistas do movimento feminista acabam por privilegiar as mulheres brancas em detrimento das negras" (MOREIRA, 2007, p. 55).

Assim, em 1985, em Bertioga, ocorreu o III Encontro Feminista Latino-americano, e consolidou entre as mulheres negras um novo discurso sobre o feminismo, pois em décadas anteriores havia uma grande rejeição em aceitar a identidade feminista. Segundo Moreira (2007), essa sensação de reprovação se colocava na vulgarização por parte do movimento feminista acerca das questões levantadas pelas mulheres negras. A autora descreve que esse desconhecimento das mulheres negras em relação ao feminismo e por outro lado, o desconhecimento das mulheres brancas sobre as questões exclusivas das mulheres negras é uma das características do movimento feminista da década de 80, entretanto foi vencida aos poucos na integração dessas demandas, pela participação cada vez mais crescente das mulheres negras nos encontros.

como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher. Esse movimento espalhou-se pelo Brasil, dando legitimidade ao tamanho sucesso e um grande número de novas adeptas. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA). Dísponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/anistia>

2.1 Movimento Feminino Negro: Ciência, resistência, engajamento na luta pela identidade e democracia

O movimento feminista negro ganha força, entre 1960 e 1980, por conta da fundação *National Black Feminist*, nos Estados Unidos, em 1973. Feministas negras passaram a escrever sobre o tema criando uma literatura feminista negra, corrobora Ribeiro (2018. p.34). Já no Brasil, o Movimento Feminino Negro, inicia na década de 1970 com o *Movimento de Mulheres Negras* (MMN), a partir da percepção de que faltava uma abordagem conjunta das pautas de gênero e raça pelos movimentos sociais da época, Morais (2019) cita que:

> Contudo, após reivindicações específicas e denúncias de sexismo e invisibilidade feminina em movimentos negros da época, surgira o Feminismo Negro brasileiro. Em busca de maior autonomia e ótica direcionada às demandas femininas negras, o movimento coletivo de mulheres negras fortaleceu-se e incorporou-se politicamente ao país. No entanto, tal ocorrido nos Estados Unidos, a repressão racial e viés embranquecido apresentados pelos Movimentos Feministas da época, promoviam o obscurecimento das pautas relativas às mulheres negras (QG Feminista[8], MORAIS, 2019. Acesso em 3 de setembro).

O caminho traçado pelo Movimento Feminino Negro, dentro do feminismo brasileiro é marcado pela indagação do discurso de identidade tradicional e das visões soberanas. O feminismo negro indica, desde os primeiros fóruns e seminários realizados no fim da década de 70, a importância da inserção das diferentes expressões raciais e pluriculturais das participantes. Essa busca, passa por um processo argumentativo que ao mesmo tempo em que promove a afirmação das mulheres em geral, requer o reconhecimento das diferenças entre elas (FERREIRA, 2017).

Conforme Caldwell (2000, apud, Moreira 2007), a representação do Manifesto das Mulheres Negras durante o I Congresso de Mulheres Brasileiras[9] realizado em junho de 1975, no México, foi o primeiro a marcar o reconhecimento formal de separações raciais dentro do movimento feminista brasileiro. Porém, como o Manifesto das Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes já era alvo de debate. Esse acontecimento trouxe as particularidades da experiência de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e o embate racial causado em suas vidas.

O ano de 1988 foi um marco importante para a população negra, completava-se cem anos da abolição da escravidão, mas os negros ainda sofriam a consequência da falta de uma política que promovesse reparação de sua história. Tais condições, levou o Movimento Negro e a sociedade brasileira a refletir sobre as profundas desigualdades sociais. A deputada federal Benedita da Silva ecoou a voz dos negros e negras na audiência constituinte brasileira: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito

8 QG Feminista é um site em revista virtual que aborda o Feminismo. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/feminismo-negro-uma-breve-hist%C3%B3ria-85469d357215>

9 I Congresso de 1975, Ano Internacional da Mulher estabelecido pela ONU, realizado no México.

de liberdade! ” (NEABI, 2019). Neste ano, ocorreu também o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) e foi um importante acontecimento para o feminismo negro, pois mobilizaram várias mulheres negras para o debate. A historiadora Wânia Sant´Anna[10] fez parte da coordenação organizadora do I ENMN, ela junto a comissão recuperou o trabalho e o processo de enfrentamento com os movimentos feminista negro à organização política do movimento de mulheres negras. Ela relata que a existência com o movimento feminista branco não foi tarefa fácil, entretanto as mulheres negras, eram poucas, mas eram companheiras, tinham suas divergências, mas estavam juntas. Foi por isso que conseguiram realizar o encontro nacional de mulheres negras. *“Elas tiveram compromisso”* (ONU MULHERES (2018). A temática central foi “a mulher negra”, a ideologia do embranquecimento, como também assuntos políticos, sociais, históricos e econômicos. O movimento feminino, embora em um primeiro momento tenha sido um movimento embranquecido e racista, colaborou dando força para que o movimento de mulheres negras se engrenasse em suas lutas e conquistas. Para González (apud Ferreira, 2017, p. 11), o feminismo animou a formação de grupos, redes de mulheres negras e ajudou no desenvolvimento de uma nova visão sobre o “ser mulher”, o feminismo ainda mostrou o suporte material e simbólico das opressões de gênero ao apontar criticamente as relações tradicionais de dominação e submissão.

Muitas mulheres negras contribuíram para a construção de nossa sociedade, mas o racismo resultou na falta de valorização dessas mulheres. Assim, elas ficaram no esquecimento da nossa história embranquecida. Porém, elas merecem ser lembradas pelo povo brasileiro, pois deram suas contribuições e nem sequer são mencionadas ou lembradas: Enedina Marques: Curso de Engenharia Civil em 1945 na UFPR.; Antonieta de Barros: Deputada Estadual por Santa Catarina em 1934 e brasileira a assumir um mandato popular; Maria Firmina dos Reis: Romancista brasileira, escreveu Úrsula em 1860; Esperança Garcia: Advogada no Brasil em 1770; Virgínia Bicudo: Importante referência da discussão racial na psicanálise na década de 1940. Destaque para Antonieta de Barros, que assumiu um mandato popular, foi pioneira e inspiração para o movimento negro, apesar de um grande apagamento de sua história, que vem sendo retomada aos poucos. Ela foi uma jornalista, política brasileira e contribuiu no parlamento, na imprensa e no magistério, foi uma ativista defensora da emancipação feminina, de uma educação de qualidade para todos e pelo reconhecimento da cultura negra, em especial no sul do Brasil.

10 Nascida em Goiás, viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Morou também em outra cidades, no Brasil e no exterior. Apaixonada por História por influência do pai, historiador diletante, aproximando-se dos 60 anos decidiu-se finalmente a enfrentar o público com um romance histórico para o público juvenil, *Memórias de um bandeirante,* premiado em concurso promovido pela União Brasileira de Escritores para autores inéditos, em 1997. Para o público adulto, publicou: *Inconfidências Mineiras; Barões e escravos do café e Leopoldina e Pedro*.

3. O RACISMO REVERSO NÃO EXISTE: O ANTI-RACISMO DEVE SER A LUTA DE TODOS!

O Brasil é um país riquíssimo em diversidade étnica e racial, de modo a identificar diversos grupos populacionais pelas suas características físicas externas, culturas, línguas, religiosidades e seus diferentes aspectos socioculturais. A composição étnica do Brasil é formada basicamente por três grandes e principais grupos étnicos: os indígenas, os africanos e os europeus. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 46,1% se disseram brancos, 45% pardos e apenas 8,1% negros (NOVA ESCOLA, 2014).[11] Ou seja, os números não retratam a realidade da população brasileira, uma vez que, nem todo negro se auto declara negro. Segundo a matéria, os pesquisadores relatam que: "ele se classifica com base na aparência física e não na origem familiar". E que a explicação para a não declaração estaria no fato de que ter uma cor de pele mais clara ou mais escura colocaria os sujeitos em situação mais ou menos privilegiada na sociedade.

A filósofa Djamila Ribeiro (2018) afirma que "Racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele". Ou seja, os negros não disfrutam de privilégios dentro das relações de poder, pelo contrário, sofrem os efeitos das desigualdades em todos os aspectos. Mas, é a ciência da condição desigual e especificamente relacionada à mulher negra, a qual sofre com os efeitos desta relação de poder perversa, que mobiliza mulheres negras na luta e militância por condições de igualdade. No Brasil o racismo é visível e retratado diariamente nas mídias, são tantos episódios que um artigo científico não daria conta de relatar. Sem contar, inúmeras situações criminosas que ocorrem de formas veladas. Para o pesquisador Almeida (2018):

> O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2018, p.36).

Enquanto houver a necessidade de discussão, criação de leis para garantia de direitos à igualdade, é fato que há situação de relação de poder que gera desigualdades entre os sujeitos, e que estas situações desiguais, ainda não estão resolvidas. Ao mesmo tempo, é necessário escancarar as mazelas, e apontar com coragem, como a autora Djamila Ribeiro (2018) corrobora: "Racismo é um sistema de opressão". Afirma e repudia que não há racismo reverso, pois, "Negros não possuem poder institucional para ser racistas. A população negra sofre um histórico de opressão e violência que a exclui". (RIBEIRO, 2018, p. 41). Embora haja avanços, ainda há um longo caminho de luta por igualdade a percorrer.

11 Fonte:Diversidade étnico-racial: por um ensino de várias cores. Camila Camilo (01/11/2014). Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1545/diversidade-etnico-racial-por-um- ensino-de-varias-cores>. Acesso em: 17/09/2020.

Foram escravizados por longos períodos e impedidos de realizar mobilidade social, por conta das medidas institucionais, assim, “o racismo é um elemento estruturante da sociedade” (RIBEIRO, 2018, p.133).

No capítulo a seguir, tratar-se-á da Rede de Mulheres Negras do Paraná-RMN no sentido de compreender um pouco mais sobre suas pautas de lutas com o intuito de corroborar com a luta pelo fim do racismo.

4. REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ-RMN, MOVIMENTO SOCIAL PRESENTE NA FRONTEIRA

A Rede de Mulheres Negras - MNP/PR intitula um movimento composto e liderado por mulheres negras, organização autônoma e independente fundada por um grupo de mulheres em 02 de maio de 2006. Tem objetivo de dar visibilidade, acolher as demandas da população negra e principalmente reivindicar, lutar para ampliar a implementação de políticas públicas específicas. Promove ação política de mulheres negras paranaenses, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e todas as formas de discriminação, as quais constituem as principais pautas de luta. Conforme aponta Ribeiro (2018) “O feminismo Negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos” (RIBEIRO, 2018, p.07). Ou seja, a movimentação das mulheres é pela sociedade.

Em Foz do Iguaçu são cerca de onze mulheres integrantes e afiliadas à Rede de Mulheres Negras do Paraná. A RMN/PR possui site na Internet, está presente nas redes sociais como o Facebook com 5.377 seguidores. A liderança representante deste movimento na região oeste é a estudante de Serviço Social, Cristiane Galdino, militante da causa das mulheres negras e de seu povo, também ativista em outras causas. Mas, primeiramente faz parte, desde 2011, da fundação do *Afoxé Ogún Funmilayo*[12], instituição que desenvolve atividades artísticas, educativas sobre musicalidade, danças de matriz africana e afro-brasileira em Foz do Iguaçu. Descendente da Mãe Marina de Ogún, Yalorixá, presidente do *Afoxé Ogún Funmilayo* que é também, liderança do movimento negro na região oeste do Paraná e da tríplice Fronteira, entre Brasil, Paraguai e Argentina. As atividades do grupo expressam a diversidade étnico racial, auxiliam na promoção do empoderamento do povo negro e na luta contra a intolerância religiosa. O grupo de Afoxé contribui para a manutenção da cultura, da religiosidade do povo negro.

Na entrevista com Crica Galdino (como gosta de ser chamada), via Google Meet, foi possível conhecer um pouco mais sobre o seu engajamento na luta identitária. Ela diz que: “por trás de cada mulher negra, tem sua família, filhos, filhas, irmãos, irmãs, etc. que sofrem com os efeitos das desigualdades sociais e racismo”. Relata que é preciso ensinar ao filho

12 Fonte: https://pt-br.facebook.com/AfoxeOgunFunmilayoFoz. Acesso em 24/09/2020.

desde cedo como enfrentar o racismo, principalmente como se portar numa abordagem policial. Conta também sobre sua trajetória desde a chegada em Foz do Iguaçu, aos 10 anos de idade, relata sobre os insultos e ataques racistas que sofriam pela vizinhança por conta da sua religiosidade, o Candomblé. Em 2003, sua mãe criou e registrou o CNPJ e construiu um barracão.

Relata que no início foi tudo muito difícil, mas com a ajuda da Itaipu Binacional, tonou-se possível a criação do grupo de *Afoxé Ogún Funmilayo.* Com a criação do grupo vieram as apresentações, convites para palestras, participação no carnaval, apresentações em escolas e em eventos culturais, não só na cidade, mas em outros lugares. Com o advento das leis: Lei n. 10.639/03 e da Lei n. 11.645/08 que obrigam o ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e Indígena, ficaram mais fortalecidas, com a participação do grupo nas escolas de Foz do Iguaçu e região. Ou seja, houve um empoderamento do movimento negro na região, graças a atuação, resistência, e iniciativa dessas mulheres. Crica Galdino também ressaltou a importância da UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA pois, contribuiu para dar mais visibilidade ao povo negro de Foz do Iguaçu com suas pesquisas e também ações práticas, como por exemplo, o mapeamento dos terreiros, a questão da segurança alimentar, fortalecimento das famílias, a defesa pela identidade do povo negro.

Foi em 2015, em um encontro de religiões de matriz africana, em Matinhos, no Paraná, que Crica Galdino conheceu a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Nunca tinha saído do município, foi uma oportunidade oferecida pela 9ª Regional de Saúde e nessa ocasião foram 12 pessoas de Foz do Iguaçu para representar o povo de terreiro. Lá conheceu militantes, descobriu e se encantou pela rede e naquele momento se inseriu na luta. Participa uma vez por ano das assembleias estaduais, em Curitiba. Há projetos que disponibilizam transporte e hospedagem. Nas assembleias são tomadas as decisões e estabelecidos os encaminhamentos do ano. Por conta da pandemia, os encontros têm sido on-line. Uma das bandeiras do movimento da rede é a saúde. Segundo Crica Galdino: "É preciso pensar mais nas condições das mulheres negras que há muito tempo estão na luta, sempre levei minha filha em todas as assembleias, assim incluí a participação da criança desde cedo. Esse afeto presente na rede é espetacular". Perguntada sobre sua participação na rede, Crica afirma que desenvolve muitas atividades, e a maior delas é ser mulher de Axé. Sofre racismo por conta disso. Mas ela não desanima**.** Considera que vivendo e defendendo sua identidade de mulher negra, ajuda outras mulheres. Ela disse com muita alegria que:

> No Ilê, terreiro de candomblé, há uma bandeira de templo gigante, que passando na rua, qualquer pessoa consegue visualizar e sabe que ali tem uma casa de candomblé. É uma religião dos escolhidos, não é você que escolhe. Há uma herança dos ancestrais. Minha avó paterna iniciou minha mãe no candomblé. Eu tenho herança por parte da minha mãe que fundou essa casa e meus filhos também terão (GALDINO, 2020).

Essa defesa pela identidade, é também defesa pela democracia, igualdade de manifestação da sua religiosidade, da sua cultura de pessoa negra, direitos fundamentais num

país de regime democrático. A mulher para ir à luta, precisa do apoio da família também. Se não tem com quem contar, a rede é um amparo. Outro aspecto de preocupação e de luta é pela segurança alimentar, pois há toda uma diferenciação nos costumes alimentares nos terreiros, por exemplo, a cesta básica tem por base, o feijão fradinho, o óleo de dendê, os grãos, entre outros, assim, as doações de cestas básicas por parte dos governantes devem contemplar esses itens. A rede facilita a circulação de produtos e fortalece as famílias negras. Crica também conta que procura consumir produtos como roupas e calçados, comercializados por pessoas negras. A rede já defendia as mulheres lésbicas, agora inseriram também as transexuais, para reforçar a luta contra a transfobia. Ela reforçou a importância da consciência, da identidade da mulher negra, que já tem que nascer militando: “Enquanto a mulher branca luta pela saúde, a negra luta por muitas outras causas, por exemplo, saber lidar e sobreviver no dia a dia. O combate ao racismo é constante. Ensinar aos nossos filhos a sobreviver, a se defender é uma luta diária. O feminismo negro é uma questão da sobrevivência”. Usou uma frase da Ângela Davis: “quando uma mulher negra se movimenta todas se movimentam também.” Disse também que ensina seu filho a fortalecer as mulheres negras. Pois, quando um homem negro não se vê como negro e não consegue lutar essa luta junto, ele vai para o lado da população branca, e se torna, um opressor também. A fala de Crica Galdino é um alento para outras mulheres negras, um exemplo, que pela sua vivência, engajamento na luta, ilustra a necessidade da resistência, da militância para sobreviver ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto faz uma ampla discussão sobre Movimentos Sociais, Feminismo, o Feminismo Negro, o engajamento das mulheres na luta pela igualdade, identidade e cultura. Além disso, apresenta também a questão do racismo e do reconhecimento dessa prática odiosa. Reflete como as mulheres reconhecem a situação de opressão e a necessidade de enfrentar o racismo desde cedo por uma questão, antes de tudo, de sobrevivência. Ativistas e lideranças que tiveram acesso ao ensino formal, contam como foi importante para o exercício da liberdade e engajamento na luta. Mulheres quando se movimentam, movimentam a estrutura, não defendem somente as questões relacionadas ao gênero, mas defendem outras pautas, que podem alterar, abalar as estruturas sociais. Assim, esse estudo e reflexão proporcionam uma boa leitura sobre a realidade concreta, o reconhecimento da condição de opressão de um povo sobre outro, as relações da sociedade em uma arena de confronto entre tradição e contradição, ação e reação. A importância da resistência, da luta contínua e vigilante pela defesa da liberdade, da justiça e da igualdade. Fica evidente a força das mulheres e a necessidade de mais estudo nesse campo fértil. Há muito que se estudar sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL / ÁFRICA - O feminismo negro no Brasil: um papo com Djamila Ribeiro. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/o-feminismo-negro-brasil-um-papo-com-djamila-ribeiro/> Acesso em 05 de setembro de 2020.

BRASIL DE DIREITOS.MULHERES. As conquistas do Movimento Feminista Brasileiro /06 de março de 2020. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/noticias/549-as-conquistas-do-movimento- feminista-brasileiro?gclid=CjwKCAjwkdL6BRAREiwA- kiczEgU3UNYduUX8yolEhTJ- kyQ-JntyDihcCD53KC_NUhbBEwjxx1cG2xoCcZMQAvD_BwE> Acesso em 05 de setembro de 20.

CEERT. Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades. 2017. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/20409/brasil-mulher-luta-feminista-por-liberdade-e--anistia> Acesso em 6 de setembro de 2020.

FERREIRA, Thais dos Reis. A Negra. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/negra - projeto thais dos reis.pdf> Acesso em 05 de setembro de 20.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Paz & Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres - atrizes dos Movimentos Sociais: relações político- culturais e debate teórico no processo democrático, *In:* D*ossiê Política e Sociedade,* Nº 11, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1255/1200. Acesso em 04 de setembro de 2020.

_____, Maria da Glória. *Participação e Democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013*, Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Movimento Feminino Anistia 1978 - 1979. Página 2. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/anistia>

MORAIS, Yasmin. O Que é o Feminismo Negro?. *In: Medium, 2019*. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/feminismo-negro-uma-breve-hist%C3%B3ria-85469d357215> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

MOREIRA, Núbia. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. Unicamp, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278996/1/Moreira_Nubia Regina_M.pdf> Acesso em 05 de setembro de 2020.

NEABI. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. O movimento negro e a Constituição de 1988: uma revolução em andamento. 2019. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/neabi/2019/01/25/o--movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento/> Acesso em 20 de setembro de 2020.

ONU MULHERES. Mulheres negras iniciam organização de encontro nacional alusivo aos 30 anos de articulação política. 27 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-negras-iniciam-organizacao-de-encontro-nacional-alusivo-aos-30-anos-de-articulacao--politica/> Acesso em 07 de setembro de 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do Feminismo Negro?* Editora: Geral. 2018.

THOMPSON, John B. Livro: *Ideologia e cultura moderna*. 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIANA, Nildo. Movimentos Sociais e Movimentos de Classe: semelhanças e diferenças**.** *In: Revista Espaço Livre*, Volume 11, Nº 22, jul. dez. 2016.

YAGENOVA, Simona Violetta. *Teoría de los Movimientos Sociales: Un recorrido Histórico y debates actuales: texto de apoyo para docentes y estudiantes*. Guatemala, FLACSO, 2016.

CAPÍTULO 7

DO “LOCKDOWN” À “LIVE”: IMPLICAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS ESTRANGEIRISMOS NA LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPOS DE PANDEMIA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

AMANDA FARIAS TESKI DE OLIVEIRA
Neuropsicopedagoga Clínica, pós-graduada em Metodologia do ensino de inglês como língua estrangeira, pós graduanda de psicanálise clínica, Pedagoga.

TAÍSE MARIA MARCHIORI SOARES
Mestre em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Metodologia do ensino de inglês como língua estrangeira, Graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul.

RESUMO: Este artigo de tema original é fruto da reflexão acerca das novas relações da comunicação digital oriunda da pandemia da Covid-19, que trouxe consigo uma gama de estrangeirismos que se estabeleceram na comunicação cotidiana. Contudo, ressalta-se que de acordo com o British Council (organização internacional do Reino unido para as relações culturais e oportunidades educacionais), apenas 5% da população brasileira sabe se comunicar em inglês e, destes, apenas 1% tem algum grau de fluência na língua.

Neste estudo de caso, buscou-se apurar dados sobre o impacto decorrente entre esse fenômeno linguístico e a adaptação da população brasileira aos termos estrangeiros que se tornaram parte do vocabulário cotidiano, que extrapolou o espaço virtual e se tornou elemento obrigatório para a comunicação nos tempos de pandemia. A problemática a ser respondida refere-se às implicações discursivas e ideológicas surgidas em razão da presença e uso dos neologismos e estrangeirismos advindos da tecnologia durante a pandemia. O presente questionamento pretende levantar dados a partir de pesquisa de campo que possibilite dimensionar a questão, para que, de posse desses dados, a partir deles, seja elucidado como a população comunidade de falantes da língua portuguesa tem recebido este novo contexto linguístico, quais têm sido os desafios e como se deu na prática a acomodação destes novos saberes. O referido trabalho basear-se-á em pesquisa bibliográfica e estudo de caso, por meio de trabalho de campo realizado através de questionário destinado a indivíduos adultos de diferentes idades e profissões.

Com este estudo, pretende-se verificar como essa dinâmica discursiva ocorreu tendo em vista a comunidade de falantes brasileiros que não possui domínio da língua inglesa em sua maioria, mas que participa do mundo digital mais intensamente no período do isolamento devido à Covid-19, assim como observar as dinâmicas histórico-ideológicas e a produção de sentido delas decorrente em relação aos estrangeirismos.

A pesquisa será de cunho qualitativo e terá como base teórica a Análise do Discurso de linha francesa, bem como contribuições do campo da Linguística no que se refere a conceitos de estrangeirismos e terá como referencial os teóricos Mikhail Bakhtin e Análise de Discurso de Michel Pêcheux.

PALAVRAS-CHAVE: Estrangeirismos, Análise do discurso, Pandemia

ABSTRACT: This article, with an original subject, arose from the reflection on the new English words that belong to the internet and technology domain, called foreignisms, which have been used more intensively since the isolation imposed by the covid-19 pandemics. In this case study, we sought to gather data on the impact arising from the frequent use of work and educational tools, some English words such as *home office, live, lockdown, homeschooling*, *webinar* and *burnout*, are now part of our lives and produce new meaning effects. The problem to be answered refers to depict ideological dimension of the linguistic signs, even though only 5% of the Brazilian population can communicate in English, according to the British Council. The present questioning intends to raise data from field research that make it possible to dimension the question. The referred work will be based on bibliographic research and case study, through fieldwork accomplished by a survey destined to adult individuals with different ages and professions. This research is founded on Discourse Analysis and Bakhtin's views of the ideological and social aspects of languages. A survey has been conducted through Google Forms to find people's opinion on the usage of the above mentioned foreignisms that showed a great level of acceptance. With this study, we intend to ratify how the discursive dynamics of foreignism in a Brazilian community occurred, which does not speak English, but participate of digital world during the pandemics.

The research will be of a qualitative nature and will refer to theorists Mikhail Bakhtin and Michel Pêcheux's Discourse Analysis.

KEYWORDS: Foreignisms, Discourse Analysis, Pandemics

1. INTRODUÇÃO

O ano é 2020. Meados de fevereiro. Local: o mundo inteiro. Primeiro na China, depois Europa, Estados Unidos, Américas.... o Coronavírus se espalhava e, com ele, duas reações surgiram, dando voz a discursos antagônicos entre sim: de um lado, o da insegurança e do medo da morte, e de outro, o da incredulidade frente às informações amplamente divulgadas pela OMS.Com elas, dois discursos igualmente antagônicos, e representativos desses dois posicionamentos, começaram a circular, materializando as representações ideológicas dos sujeitos de cada uma: o "*fique em casa*", cristalização da forma de pensar de grande parte da comunidade médico-científica e de grande parte da população; e o "*é só uma gripe*", que colocava em dúvida o status de cientificidade das descobertas sobre o novo vírus. Esses dois discursos dialogaram – e continuam a dialogar, em um espaço histórico-ideológico marcado pelo conflito.

Logo, os governos se pronunciaram, impondo o isolamento. A palavra que começou a ocupar cada vez mais um lugar de honra em meio à pandemia: *home office*. A partir de março, as pessoas deveriam trabalhar de suas casas, utilizando a internet para se comunicarem.

Dificuldades de todas as ordens se impuseram. Fábricas fecharam, mercados, indústrias inoperantes, e aquela que talvez tenha causado maior impacto social: escolas fecharam as portas, dando início a um período de aulas remotas. A ordem era para as pessoas ficarem em casa, para evitar a transmissão do vírus e um possível caos hospitalar

devido à procura por UTIs e respiradores. Desta forma, fomos apresentados a duas novas palavras que se tornariam muito habituais: *lockdown e homescholing*.

Foi assim que a rotina de muitas pessoas mudou. Dentro de seus lares, os espaços, que antes eram apenas de convivência, passaram a ser utilizados como escritórios e salas de aula improvisados, bastando que existisse conexão à internet, computadores ou celulares, e uma boa dose de boa vontade para conciliar as horas de trabalho com a supervisão das aulas remotas e tarefas escolares, para quem tinha filhos. Com isso, o número de horas diárias passadas na frente das telas de celulares e computadores aumentou muito, e a avalanche de programas, aplicativos e ferramentas digitais se tornou mais real do que nunca.

Desde o início da pandemia do COVID-19, a forma de comunicação mudou, tornando-se ainda mais virtual quea habitual. Novas ferramentas e aplicativos invadiram os lares brasileiros, a grande mídia passou a ofertar expressões em língua inglesa sem tradução, valendo-se apenas do contexto para transmitir a ideia que se desejava informar.

A necessidade de mantermos o isolamento social fez com que trabalhadores e alunos precisaram mergulhar em um mundo de novas experiências remotas. Foi preciso aprender a utilizar novas ferramentas tecnológicas, em uma versão para o Brasil, mantendo termos estrangeiros.

Quase um ano depois, a prática tornou a maioria da população funcional no que diz respeito ao uso das tecnologias, a sociedade de forma geral familiarizou-se com os termos como *lockdown, homeschooling, home office, live* dentre tantos outros. Contudo, quão confortáveis as pessoas estão para usar esses termos que não sabem pronunciar corretamente e cujo significado desconhecem em alguns casos?

Jean Piaget vislumbrou, muito antes de se pensar em aulas remotas e ambientes virtuais, que a relação de desenvolvimento linguístico e as relações sociais do indivíduo, devem levar o em consideração seu aspecto histórico, e a realidade trazida pelas transformações de seu próprio tempo.

> “o homem é um ser essencialmente social, impossível, portanto de ser pensado fora do contexto da sociedade em que nasce e vive. Em outra palavra, o homem não social, o homem considerado como molécula isolada do resto dos seus semelhantes, o homem visto como independente das influências dos diversos grupos que frequenta, o homem visto como imune aos legados da história e da tradição esse homem simplesmente não existe”. (PIAGET , 1987, p. 51)

Desta forma, entende-se que as transformações histórico-sociais trazidas pela pandemia, bem como suas implicações linguísticas, trazem a população brasileira a possibilidade de familiaridade com os estrangeirismos.

Essa realidade demonstra o quanto as línguas podem ser vivas, assumindo características adaptativas para que as novas realidades possam ser vividas e faladas. Entretanto, para além da capacidade de absorção de estrangeirismos e neologismos que as línguas possuem, outras questões se colocam e trazem à tona a necessidade de uma reflexão mais

atenta. Uma delas é a relação do falante comum de língua portuguesa com a língua inglesa, a qual ele não domina, mas que tem vocábulos disseminados ao redor do mundo inteiro e que se impõe como língua de prestígio. Como seria essa relação do usuário de tecnologia que não fala a língua inglesa, mas que, sobretudo durante a pandemia, teve que lidar com os estrangeirismos de forma mais premente? Quais são as relações entre a historicidade, as condições de produção e a colocação em funcionamento dos estrangeirismos da área da tecnologia para os brasileiros que não dominam a língua inglesa? Como se dá o fazer discursivo desses sujeitos ideológicos, imersos nessa nova realidade que se autoafirma "novo-normal", frente a esses novos vocábulos?

Para tratar das questões levantadas, procuramos subsídios nas reflexões de Michail Bakhtin, bem como em alguns elementos da Análise do Discurso de linha francesa, uma vez que visualiza o signo linguístico como inseparável do seu conteúdo ideológico. Conforme nos explica Orlandi (2001), a análise do Discurso trata da palavra em movimento, ou seja, do fazer prático, do trabalho simbólico da língua enquanto faz sentido. Assim, o fenômeno em questão não pode ser separado do seu cunho social e ideológico, e as contribuições de Michel Pecheux, Orlandi são fundamentais para dar os contornos da nossa reflexão.

O estudo foi estruturado em três etapas. Primeiramente, um resgate de conceitos da Análise do Discurso, como subsídio para a presente reflexão. Em seguida, a apresentação dos vocábulos que se caracterizam como estrangeirismos e sua relação com a dinâmica social e histórica e como os sujeitos ideológicos falantes da língua portuguesa os aceitaram. Já na terceira etapa, foi elaborado um questionário, a ser respondido por pessoas de diferentes níveis de conhecimento da língua inglesa, no intuito de perceber as nuances da relação dos sujeitos com o discurso dominante, as relações de poder que aí se descortinam. Dito de outra forma, trata-se de tentar apreender não somente o discurso, mas também as suas relações com as condições em que são produzidos.

2. SUJEITO, LÍNGUA E HISTORICIDADE

Para abordar as questões do presente estudo, é preciso alinhá-lo a uma perspectiva que considera o sujeito como parte integrante e essencial do discurso, uma vez que pretendemos abordar o tema dos estrangeirismos da tecnologia e internet em sua relação com as condições de produção e historicidade. Por esta razão, recorremos às abordagens enunciativas e, mais precisamente, à Análise do Discurso, por considerar que o sujeito é determinado por um lugar e tempo históricos.

Os estudos linguísticos que passaram a abranger o elemento subjetivo como parte essencial do discurso deram vida a uma nova perspectiva ao tratamento das questões da linguagem. Nas palavras de Bréal (1992) sobre o autor chama de "aspecto subjetivo":

> "Se é verdade, como se pretendeu, algumas vezes, que a linguagem é um drama em que as palavras figuram como atores e em que o agenciamento gramatical reproduz os movimentos dos personagens, é necessário pelo menos melhorar essa comparação por uma circunstância especial: o produtor intervém frequentemente na ação para dela misturar suas reflexões e seu sentimento pessoal, não à maneira de Hamlet que, mesmo interrompendo seus atores, permanece alheio à peça, mas como nós fazemos no sonho, quando somos ao mesmo tempo espectador interessado e autor dos acontecimentos. Essa intervenção é o que proponho chamar o aspecto subjetivo da linguagem (p. 157)".

Se, por um lado, o corte Saussureano inaugura a dicotomia segundo a qual o estudo da linguagem comporta uma parte que ele denomina de essencial, a saber, a língua enquanto sistema de signos, e uma parte secundária, referente à fala, que deveria ser excluída do centro das preocupações da ciência da linguagem, por outro lado esses limites não tardariam a se romper, principalmente a partir dos trabalhos de Roman Jakobson, Charles Bally, Authier-Revuz, os quais passaram a incluir como objeto da linguística questões relacionadas à subjetividade, como *deixis, shifters*, funções da linguagem, heterogeneidade. Um passo fundamental para essa nova perspectiva deu-se a partir dos estudos de Émile Benveniste, marcando o nascimento de uma linguística voltada para a enunciação.

Porém, foi com Mikhail Bakhtin que os estudos enunciativos ganharam uma dimensão social e ideológica mais ampla. O autor ocupa um lugar muito especial dentro do campo das investigações sobre a linguagem, principalmente por abordar questões como a natureza social e ideológica do signo e da enunciação, e a determinação da atividade mental pela linguagem, partindo de uma perspectiva marxista.

Em Marxismo e Filosofia da Linguagem (1997)[1], encontramos considerações importantes acerca da natureza ideológica e social da linguagem. Bakhtin contrapõe-se à ideia de que a língua seria um conjunto fixo de regras que existiria para cada locutor. Para ele, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável, mas, ao contrário, "somente enquanto signo sempre variável e flexível" (P. 93). Na vida prática, continua o autor, "a consciência linguística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de contextos possíveis de uso de cada forma particular" (ibidem).

Bakhtin se opõe ao paradigma monológico, considerando a enunciação como "produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados". A palavra se dirige a um interlocutor. Ela tem, consequentemente, duas faces: "ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém" (idem, p. 113). Porém, será de extrema importância para os estudos posteriores a formulação de Bakhtin de que "a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial" (p. 121). Em outras palavras, não se pode desvencilhar a palavra da sua situação social. Vale, aqui, retomar as palavras do autor sobre a ideologia do quotidiano, que se revestem de grande relevância para os fins do presente estudo:

> "os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em

> retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom dessa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do quotidiano; alimentam-se de sua seiva, por, fora dela, morrem, assim como, por exemplo, a obra literária acaba ou a ideia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva" (p. 119).

Mas ainda seria preciso ir além. No século XX, nos anos 60, em meio ao auge do estruturalismo no mundo, Michel Pêcheux dava início ao estudo do discurso enquanto funcionamento da língua para a produção de sentidos, com a publicação de Análise Automática do Discurso (1969). Michel Pêcheux busca a inclusão do sujeito que fora tão excluído, mas agora o encontra em na psicanálise, e em parte no materialismo histórico.

Conforme explica Paul Henry (1992), "o sujeito é sempre e, ao mesmo tempo, sujeito da ideologia e sujeito do desejo inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação" (pg. 188-189). O sujeito, para a Análise do Discurso, é duplamente assujeitado: pela ideologia e pelo inconsciente. É, assim, fácil perceber o caráter de ruptura que a Análise do Discurso trouxe à baila. Na França, a Análise do Discurso se contrapôs ao quadro conceitual dominante nas ciências sociais e da corrente formalista-logicista, sobretudo de Chomsky.

Sendo assim, justificamos o recorte teórico do presente estudo ao enfatizar que a Análise do Discurso vai além da linearidade e superficialidade da linguagem, ao considerar os processos de significação e os mecanismos de produção discursivos. Assim, para que possamos compreender os estrangeirismos advindos da tecnologia e da internet no período da pandemia, não bastaria constatar as presenças dos novos vocábulos nas rotinas dos brasileiros. Faz-se necessário depreender os mecanismos que engendram o desenrolar dessa trama, sua historicidade, as condições de produção e produção de sentidos.

Ao considerar a historicidade, não estamos estabelecendo uma relação linear de causa-consequência. Dizendo de outra forma, não estamos afirmando que a pandemia causou a utilização desta ou daquela palavra, ou que a história seria algo exterior aos sujeitos acontecendo em alguma dimensão separadamente. Se tratássemos a historicidade como algo homogeneizante e linear, estaríamos fechando os olhos para todos os movimentos sociais dinâmicos, para as relações ideológicas, conflitos e jogos de poder que entram na construção discursiva. Trata-se de tentar compreender as tramas sociais, a materialização de discursos em efeitos que circulam na incompletude da linguagem.

Consideraremos que a própria constituição da narrativa de instauração da pandemia já é, em si mesma, clivada: não há uma só forma de contar essa história, porque os sujeitos ideológicos interpretam e reinterpretam aquilo que veem, ouvem, leem e produzem e reproduzem os efeitos de sentido. O próprio uso da palavra "pandemia" já se constituiu como uma espécie de "espelho" que por vezes deixa de ser faz opaco: em alguns momentos, os sujeitos interpretam o momento-situação "pandemia" atravessando a palavra, com suas implicações ideológicas tidas como aceitas, sem a considerá-la como um objeto que está ali para ser avaliado. Em outros momentos, os sujeitos a observam, questionam sua validade,

fazendo com que ela perca sua transparência, pois agora já não se pode ver através dela, já que ela é o próprio objeto do olhar.

Assim, percebe-se que, em consonância com o que Bakhtin traz sobre como o signo não se desvencilha do social, o discurso “Fique em casa”, frequentemente repetido durante o período da pandemia, já é um acontecimento, a materialização da interpretação de saberes cujos efeitos são produzidos pelos sujeitos nesta conjuntura histórica peculiar, entrando em jogo atitudes que parecem se polarizar em torno da oposição aceitação-recusa. Os sujeitos eram, a todo instante, interpelados a se posicionarem, seja aceitando ou recusando o “fique em casa”, estabelecendo aí uma forma de conflito com o lado oposto.

Uma das interpelações mais marcantes dos sujeitos relaciona-se com o objeto do presente estudo: os estrangeirismos. Embora estes sejam tratados com mais detalhes na próxima seção, já podemos adiantar que sua relação com esse jogo conflituoso e heterogêneo da tecitura histórico-discursiva é central. Dissemos, na introdução que, no contexto da pandemia, muitas pessoas passaram a desempenhar seus trabalhos em casa, e as crianças passaram a estudar remotamente, através de plataformas e aplicativos com interface na rede mundial de computadores. Como sabemos, os itens lexicais oriundos da língua inglesa, como *home office, live, homeshcooling, lockdown, e webinar* estiveram mais intensamente na vida dos brasileiros durante a pandemia. Ora, se sabemos que o sujeito do discurso é o sujeito permeado pelo inconsciente e pela ideologia, e que é um sujeito desejante e atravessado pela historicidade, pelos conflitos, é então legítimo nos questionarmos como se deu esta “apropriação” dos termos ingleses em questão por estes sujeitos, quais os efeitos de sentido que se produziram nesse movimento, quais ideias estavam implícitas nas interpretações dos movimentos que as trouxeram à tona no discurso.

Por esta razão, elaboramos um questionário, e esperamos que as respostas possam nos esclarecer sobre esse ponto. Embora o presente estudo não seja eminentemente quantitativo, o questionário foi bem útil no sentido de saber se as pessoas que intensificaram sua utilização das tecnologias e da internet para fins de trabalho e educação durante a pandemia tiveram alguma dificuldade em lidar com os estrangeirismos que fazem parte desse universo discursivo.

3. OS ESTRANGEIRISMOS DAS ÁREAS TECNOLÓGICAS

Vamos encontrar na concepção de Elly Carvalho (1987) a ideia de que um neologismo é uma palavra nova, criada em certo momento da história da língua, e está ligada ao contexto sócio-histórico da sociedade falante da língua. Existem dois tipos de neologismos: o semântico e o formal. O neologismo formal diz respeito à introdução de uma palavra nova no idioma, que pode ser vernácula ou estrangeira. Para os efeitos do presente estudo, não consideraremos o neologismo semântico.

Engana-se quem pensa que se trata de fenômeno moderno, dos tempos atuais. Nas fases mais arcaicas da língua portuguesa já houve acréscimos de estrangeirismos (galicismos, provençalismos, grecismos). Também em outras épocas, como no período quatrocentista, houve muitos neologismos de origem latina; e no período da expansão navegatória portuguesa, a partir do século XVI, a influência indígena no nível lexical representou grande ampliação na nossa língua, assim como posteriormente, com a contribuição do legado africano, conforme nos informa Alves (1996) em seu artigo dedicado ao assunto dos neologismos intitulado *O Conceito da Neologia: da descrição lexical à planificação linguística*. Mesmo no século XX, tivemos vários fenômenos de neologismos no português brasileiro, introduzidos inclusive por autores da literatura.

Mais recentemente, porém, os neologismos têm na difusão da tecnologia sua fonte principal. Com a globalização, e o desenvolvimento técnico-científico, a língua de maior prestígio e dominância nessas áreas é a língua inglesa, que passa a "exportar" termos não somente para a língua portuguesa, mas para o mundo inteiro.

Sobre a dominância do idioma inglês no mundo, o linguista David Crystal nos oferece um panorama assim configurado (Crystal, 1997, apud Trigo, 2007): "Já em 1981, 75% de todos os periódicos científicos eram publicados em inglês; cerca de 80% da informação em todos os computadores do mundo é em inglês; cerca da metade de todas as empresas da comunidade europeia comunica-se entre si em inglês."

Sabemos que a língua inglesa hoje é a língua das ciências, da tecnologia, dos negócios, do entretenimento, do cinema, da internet. No momento em que o mundo vive a pandemia, foi preciso que todos se voltassem com mais intensidade para o mundo virtual das trocas por computador. Assim, vocábulos que antes circulavam de forma mais restrita tiveram sua esfera de uso muita expandida.

A expressão *home Office* é uma das primeiras palavras do idioma inglês que passou a ser incorporada no vocabulário dos brasileiros em tempos de pandemia. Isso porque muitas pessoas tiveram que trabalhar a partir de casa, para evitar o contato e a disseminação do vírus. Ressalta-se que, apesar de, em alguns momentos, a mídia ter utilizado o termo "trabalhar de casa", os falantes deram preferência à forma anglo-saxônica, refletindo uma tendência cultural cristalizada nos hábitos discursivos dos brasileiros de abraçar termos estrangeiros, que pode ser identificada desde nossos primórdios, em épocas mais remotas em que nos submetíamos a trocas, nem sempre justas, em desfavor daquilo que era local, super valorizando aquilo que era do outro, com um olhar "inocente", acreditando que tudo o que vinha de fora era lindo.

Outro exemplo de vocábulo cujo emprego foi ampliado na pandemia foi *live*. A palavra refere-se a uma transmissão em tempo real, com a participação de internautas, através de redes sociais, que poderia ser traduzida por "ao vivo". Aqui, o uso do termo em inglês poderia ser considerado um novo gênero audiovisual, uma vez que o efeito de sentido gerado pela expressão *live* vai muito além de uma "ao vivo", fazendo referência a todos

os elementos que costumam estar presentes dentro desse universo virtual, visto que “ao vivo” referia-se ao fato de que determinado programa estava sendo transmitido no mesmo momento em que era assistido. Contudo, a *live* permitiu interação em tempo real. Na pandemia, *lives* foram criadas não somente por artistas e blogueiros, mas também por profissionais como psicólogos, professores, médicos e outros, que se apropriaram desse espaço discursivo na tentativa de criar possibilidades que, antes da pandemia, não haviam sido necessárias. Criaram-se *live* de festas, de missas, de sessões plenárias e até de lançamento de foguete espacial. Até mesmo pessoas que faziam ligação de vídeo através de celulares para encurtar distâncias com seus familiares que moram longe passaram a chamar essas reuniões virtuais de *lives*, em um processo de ressignificação e alargamento do vocábulo. Assim, percebe-se como a historicidade está presente no empréstimo em análise, já que o vocábulo se veste de novos efeitos de sentido: falar em *live* antes e depois da pandemia são duas coisas bem diferentes. Aqui, vemos claramente o signo revestido do seu caráter ideológico e social, partilhado pela comunidade dos falantes, os quais *se* dizem no seu fazer discursivo.

Já a palavra *lockdown* apresenta dimensões que não podem ser deixadas de lado, dada a sua relevância no debate atual. Vocábulo onipresente hoje, no cenário da pandemia, o termo *lockdown* não era conhecido pelos brasileiros anteriormente, passando a ser divulgado pelas mídias de forma mais intensa quando os governos discutiam a necessidade de um protocolo mais radical de enfrentamento da pandemia.

A palavra é formada por “lock” e “down” e era utilizada originalmente no sistema prisional dos Estados Unidos para se referir ao confinamento de presos até que a ordem fosse reestabelecida após uma rebelião. A primeira definição, aliás, trazida pelo dicionário Collins, é a de “confinamento de prisioneiros às suas celas, após uma rebelião ou outra perturbação. Já de acordo com a segunda definição, o *lockdown* é qualquer situação na qual pessoas são forçadas a ficar em espaços confinados.

É importante destacar que a palavra *lockdown* não é equivalente a “isolamento social”, nem a “quarentena”. Diferentemente destas, o lockdown refere-se a uma medida intervencionista do Estado em que se impõem restrições severas e impeditivas do direito de ir e vir, que inclui vias e circulação de mercadorias, e a suspenção de todos os serviços considerados não-essenciais, em prol da manutenção da saúde da população.

O *lockdown* foi decretado primeiramente na China, na cidade Whuhan, onde tudo começou, e foi mantido durante 76 dias. Depois, em países como Espanha, Itália e Alemanha, dentre outros. No Brasil, a decisão em favor do *lockdown* ficou a cargo dos governadores e municípios, devido a dimensão continental do país e as diferenças regionais em relação ao contágio e número de óbitos pelo coronavírus.

Em termos de manifestação discursiva, deu-se uma grande proliferação de notícias, blogs e sites que pretenderam explicar o significado do termo, uma vez que não era conhecido por grande parte da população, principalmente a partir de maio de 2020, época em

que o vocábulo passou a circular na mídia produzida no Brasil. Através de uma busca no Google, principal sistema de buscas da internet,é possível encontrar um grande número de publicações com títulos semelhantes a “Entenda o que significa o termo lockdown”

Pode-se dizer que, naquele momento, a palavra *lockdown* estava em um patamar diferenciado em relação à palavra *live*, embora ambas tenham a mesma origem: se este último já foi incorporado ao nosso vocabulário, e inclusive com novas fronteiras discursivas, tento em vista tudo o que foi discutido nos parágrafos acima, o mesmo não se deu com *lockdown*, que ainda era tratado como estranho, de fora, novo. Com esse status, aceita-se com mais naturalidade que o termo precise ser explicado, fato que não ocorre com a palavra *live*. Dito de outra forma, parece palpável afirmar que se trata de dois estrangeirismos que estão em fases diferentes de circulação, de inclusão no vocabulário do falante de língua portuguesa.

Por outro lado, há vocábulos de origem inglesa que estão sendo absorvidos de forma mais intensa em decorrência do uso das tecnologias, e que fazem parte docampo do ensino e da educação, como *webinar*, *homeschooling* e *burnout*. Embora de circulação mais restrita que os estrangeirismos anteriormente analisados, são vocábulos que veem ganhando grande visibilidade no debate de ensino-aprendizagem.

Diante do exposto, percebemos que não basta afirmar que os estrangeirismos ganharam espaço na vida dos brasileiros em razão da pandemia; para compreender o fenômeno, é preciso descortinar os movimentos por traz desses fatos discursivos, os quais somente são possíveis pelo potencial de dinamismo dos mecanismos históricos e ideológicos que fazem parte do jogo discursivo, materializado pelos falantes. Aliás, esses mecanismos nos mostram que mesmo entre os estrangeirismos, há diferenças na forma como são aceitos pela comunidade de falantes da outra língua, no ritmo de inserção e circulação, e na possibilidade de alargamento de sentidos, conforme pudemos perceber com *live* e *lockdown*. Sendo assim, a entrada e acolhimento dos estrangeirismos não é um movimento homogêneo, impositivo e que ocorre sempre da mesma maneira e no mesmo ritmo.

Também foi possível perceber que mesmo em instâncias discursivas que se querem “objetivadas”, sem a “contaminação” das impressões dos sujeitos, apregoando a prática da neutralidade, não há como negar que a presença subjetiva sempre deixa suas marcas, mesmo que seja pela escolha lexical.Afinal, não há língua sem falantes, não há discurso sem sujeito, e tampouco há que se falar em sujeito livre de ideologias, dos assujeitamentos históricos, sociais e até mesmo inconscientes.

4. METODOLOGIA, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para os fins da presente pesquisa, foi elaborado um questionário com perguntas objetivas, com a finalidade de identificar um pouco mais de perto o perfil e o contato das pes-

soas com a tecnologia durante a pandemia, e verificar como ocorreu a relação das pessoas com os estrangeirismos na tecnologia e internet, tendo em foco o período em que estiveram em regime de isolamento social, tendo sido necessário trabalho e estudos a partir de suas residências. É preciso ressaltar, no entanto, que a presente pesquisa não se caracteriza essencialmente como quantitativa.

O questionário foi confeccionado através da ferramenta Google Forms, ou Formulários do Google, que poderá ser acessado através do link: https://forms.gle/PWztgizE45gifxGx9, onde será possível verificar todos os dados coletados e seus respectivos gráficos. Esse formato permitiu a rápida distribuição das questões através de redes sociais, principalmente do Whatsapp, assim como foi uma maneira de obter as informações que desejávamos de forma segura e sem possibilidades de quaisquer acréscimos ou adulterações. Não podemos deixar de mencionar o espírito de surpresa de que fomos tomadas, ao verificar a rapidez em que esse procedimento se desenvolveu, uma vez que o número de pessoas atingidas ultrapassou 200 em apenas 48 horas.

O número total de pessoas que respondeu ao questionário foi de 247 em 72 horas. Dentre os participantes, de uma lista previamente escolhida, de indivíduos de ambos os sexos, todos adultos acima de 18 anos, pessoas com diferentes funções na vida da sociedade, como mães, professores, administradores, estudantes, contadores, e outros, conforme iremos descrever mais abaixo. Embora a maior parte dos participantes resida no estado do Rio de Janeiro, o formato digital tornou possível o envio, através de link, para pessoas falantes nativas do português brasileiro que residem em outros estados. Este detalhe torna-se relevante na medida em que as questões examinadas dizem respeito a um fenômeno de abrangência maior, que diz respeito à linguagem de uma forma mais ampla e que atinge a todos os brasileiros.

As questões centraram-se nos seguintes itens: nacionalidade, idade dos participantes, idiomas falados por eles, aplicativos que mais utilizaram durante a pandemia, quais itens lexicais caracterizados como estrangeirismo os participantes não conheciam antes da pandemia, se eles se sentiram confortáveis ao utilizá-los durante a pandemia, se, após quase um ano de isolamento, eles se sentiram familiarizados ou não com os vocábulos, adaptados ou ainda não se sentem adaptados, e se em algum momento eles tiveram dificuldades para ler ou acessar algum aplicativo disponível para o mercado brasileiro, mas que utilizada expressões ou palavras estrangeiras.

Através da observação dos gráficos oferecidos pela própria ferramenta Google Forms, com base nas respostas de cada questão, foi possível fazer algumas observações a respeito das relações dos falantes de língua portuguesa com os estrangeirismos que se mostraram presentes na vida de quem precisou utilizar a internet como ferramenta de trabalho e estudo de forma mais intensa durante a pandemia.

A maioria dos participantes tem idades entre 35 a 45 anos, seguidos por pessoas com idades entre 26 e 35 anos. Juntas, essas faixas etárias representam mais da metade

da amostra. Isso é relevante na medida em que se trata de parcela da população ativa, que desempenha atividades profissionais e/ou é responsável por menores que estudam e que também utilizaram a internet durante a pandemia.

Em relação às profissões, as respostas abrangeram uma gama que consideramos bastante ampla, já que foi capaz de representar parcelas distintas da sociedade. Contamos com a participação de maquiadoras, engenheiros do petróleo, pedagogas, professoras, advogados, donas de casa, fonoaudiólogas, empresários, terapeutas, confeiteiras, depiladoras, funcionários públicos, dentre outros, Já que estamos trabalhando com a noção de signo ideológico, e de discurso, é importante ressaltar que os participantes provem de diferentes formações discursivas, em diferentes classes sociais, o que reforça a abrangência do fenômeno como impactante aos falantes da língua portuguesa em relação aos estrangeirismos da língua inglesa, e não somente como indivíduos de uma só classe social. Portanto, buscamos uma representação que mais se aproximasse da heterogeneidade da vida social brasileira.

A grande maioria dos participantes (94,3%) informou que utilizou e ainda utiliza aplicativos de computador para fins de atividade remota como estudo e trabalho, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

Figura 1

Fonte: Google Forms (2021)

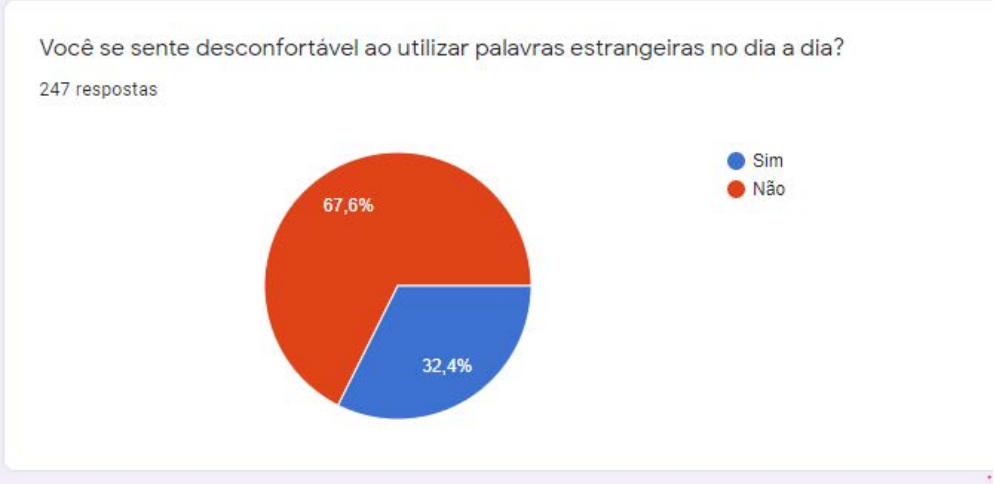
Como mostra o gráfico, o aplicativo mais utilizado é o Whatsapp, seguido do GoogleMeets e Zoom, que permitem reuniões à distância. Esse dado é relevante, pois retrata a finalidade laboral das ferramentas utilizadas no período.

Embora a maioria dos participantes fale somente português, ou seja, não fala outros idiomas, um percentual bastante significativo (94,3%) afirma conhecer o significado dos estrangeirismos em foco (*homeshcooling, live, home office, lockdown, webinar e Burnout*),

demonstrando a grande penetração social desses estrangeirismos na vida dos brasileiros, mesmo que não sejam estudantes da língua inglesa.

Por outro lado, outra pergunta mostrou que, além de reconhecer a presença dos vocábulos em questão, a maior parte dos participantes, afirmam que não se sentem desconfortáveis em utilizar palavras estrangeiras no dia a dia, mesmo que grande parcela não seja falante de língua inglesa como segunda língua, fato que poderia apontar para uma tolerância em relação a presença do estrangeiro na convivência com o que é nacional, mesmo que existam equivalentes locais. Essa descoberta é corroborada pelo fato de que a grande maioria dos participantes afirma que está perfeitamente familiarizado ou em adaptação ao uso das novas palavras que surgiram no cotidiano e com forte presença durante a pandemia.

Figura 2



Fonte: Google Forms (2021)

Por outro lado, não se pode desconsiderar que existe uma parcela significativa que afirma certo desconforto com o uso dos estrangeirismos no dia a dia. Apesar de as razões para tal desconforto, declarado por 32,4% dos participantes, não ter sido parte do escopo do presente estudo, é um ponto que, sem dúvida, merece a atenção e pode apontar para novos horizontes de pesquisa, os quais têm muito a acrescentar nas discussões sobre a presente temática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, investigamos a presença e utilização de estrangeirismos no contexto da pandemia, durante a qual grande parte da população esteve isolada e, por esta razão, fez uso de internet e recursos digitais para trabalhar e estudar, considerando tal movimento como sendo da ordem do discurso e de sua vida socioideológica.

O termo “estrangeirismo” faz pensar em algo que seja estranho, do outro, que pertence ao estrangeiro. Porém, nossas observações apontam para uma nova dinâmica discursiva em que nós, falantes da língua portuguesa, fomos instados a participar de um mundo digital pela pandemia de Covid-19, e abraçamos com naturalidade os termos da internet, muitas vezes até produzindo novos efeitos de sentido diferenciados daqueles que tais vocábulos se revestiam antes do isolamento social.

Para além da discussão sobre a manutenção de certa pureza linguística versus a absorção do novo pelo contato com o outro, percebe-se que a nossa língua é viva, e é ávida por mudanças. Na trama histórica complexa e dinâmica em que nos encontramos, em que diferenças de classe social, status e riqueza se tornaram menores do que um vírus, todos nós nos reinventamos, tornamo-nos até mesmo bem familiarizados com as palavras “estrangeiras”.

O novo palco onde os conflitos discursivos se encontram e entrecruzam, agora, é a internet. Dotada de amplas possibilidades, é ainda região não completamente explorada. Talvez não soubéssemos do tanto que se poderia realizar através dela se não fossemos forçados pelo Coronavírus a encará-la de frente.

O movimento de estrangeirismos está na ordem dos fenômenos da fala e, portanto, da vida concreta e social da língua. E é exatamente nesta ordem, que observamos as palavras destacadas no presente estudo são utilizadas por pessoas de diferentes profissões e classes, tendo ampla penetração no falar brasileiro. Esta e outras pesquisas sobre os estrangeirismos se fazem muito relevantes também por abrirem novos horizontes de investigação, pertinentes ao panorama pandêmico na sua relação de historicidade com os discursos.

Tendo em vista o escopo geral deste artigo, acredita-se que o fenômeno linguístico aqui observado possivelmente tenha ocorrido em outros países cuja língua oficial não é o inglês, devido à onipresença da internet e aplicativos, uma vez que este idioma, com status de língua franca tem alcance global. Espera-se, em outro momento, a oportunidade de analisar dados em uma esfera mais ampla.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Mateus. **Pandemia nos faz discutir estrangeirismos como lockdown e home office.** *In* :Tab Uol, maio 2020. Disponível em: https://coronavirus.atarde.com.br/entenda-o-que-significa-lockdown/. Acesso em: 20 jan. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. ***Marxismo e filosofia da linguagem*.** São Paulo: Hucitec, 1981.

BENVENISTE, Émile. ***Problemas de Linguística Geral I*:** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Néri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1995.

BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso.** 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

BRÉAL, Michel. **Ensaios de Semântica.** Campinas: Pontes, 1992.

CHAUÍ, Marilena**. *O que é Ideologia*.** Editora Brasiliense, 1992.

ELIA, Silvo. **A língua portuguesa no mundo.** 2ª ed. São Paulo: Ática. 2000.

FARACO, Carlos Alberto. (Org.) **Estrangeirismos – Guerras em torno da língua.** 3 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. ***A língua da análise de discurso: esse extranho objeto de desejo*.** In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

HENRY, Paul. **A Ferramenta Imperfeita- Língua, sujeito e discurso.** Campinas:Unicamp. 1992 (pgs 188-189)

LOCKDOWN. Dicionário online Collins, 14 jan. 2021. Disponível em https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/lockdown. Acesso em 14 jan. 2021.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. ***Análise do Discurso*: Princípios e Procedimentos.** Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. (1969). **Analyse Automatique du Discours. Dunod,** Paris.

PÊCHEUX, Michel. (1983). **Discours, Structure ou Evennement. Illinois University Press,** trad. bras., Discurso Estrutura oou Acontecimento, E. Orlandi, Pontes, Campinas.

PIAGET, J. **A psicogênese dos conhecimentos e sua significação epistemológica.** In: M. Piattelli-Palmarini M, org. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: debate de Jean Piaget e Noam Chomsky com outros autores.* Lisboa: Edições 70; 1987. P. 51

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.* São Paulo: Parábola, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Gera*l. São Paulo: Cultrix, 1975.

SOUZA, Diego Cé. Neologismos e estrangeirismos em meio a pandemia. *In*:O alto quari, mai. 2020. Disponível em: http://www.oaltotaquari.com.br/portal/2020/05/neologismos-e-estrangeirismos-em-meio-a-pandemia/. Acesso em 15/01/2021

STOK, Victor. Pandemia do coronavirus traz a tona novas palavras e termos. *In:* Diário da Região, mai. 2020. Disponível em: https://www.diariodaregiao.com.br/cidades/2020/05/1193621-pandemia-do-coronavirus-traz-a-tona-novas-palavras-e-termos.html. Acesso em: 20/01/2021

TRIGO, Maria Avila. Incidência estrangeirismo em língua inglesa na área econômica do discurso jornalístico. Disponível em: http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2220/1/Maria%20Avila%20Trigo. Acesso em: 20/01/2021

CAPÍTULO 8

SANTA DULCE: SUPERDOTAÇÃO NA HISTÓRIA DE UMA MULHER SANTIFICADA

ANA BEATRIZ FURTINI GUIDUCI DA SILVA
UNESP – Ibilce

TAMIRES GABRIELA EUGÊNIO SQUIZATO
UNESP - Ibilce

VERÔNICA LIMA DOS REIS
UNESP – Bauru

CARINA RONDINI
UNESP - Ibilce

RESUMO: O conceito inteligência permeia os debates entre os pensadores do campo da educação e está atrelado ao conceito de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). A inteligência interpessoal é predominante em pessoas muito sensíveis e empáticas que mediam situações e exercem influência sobre as demais e a inteligência espiritual-existencial se manifesta em pessoas que apresentam uma ligação particular com o sentido da vida e o sagrado. Este estudo objetivou discorrer sobre a brasileira Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce) traçando argumentos comparativos com as características de AH/SD do tipo produtivo-criativo de Joseph Renzulli. Trata-se de estudo exploratório, narrativo, com delineamento bibliográfico em que foram elencados manuscritos (artigos, livros e/ou capítulos) sobre a santa. Inferem-se nos resultados que Santa Dulce dos Pobres possuía características da inteligência interpessoal e espiritual-existencial, que coaduna com a superdotação produtiva-criativa; além de apresentar habilidade acima da média, criatividade e comprometimento com a tarefa – três anéis de Renzulli. Consideram-se que pessoas com AH/SD precisam ser estimuladas por meio da oportunização de atividades e ações que contribuam para o desenvolvimento de suas habilidades.

Palavras-chave: Altas habilidades; Superdotação; Santa Dulce.

ABSTRACT: The concept of intelligence permeates debates among thinkers in the field of education and is linked to the concept of High Skills / Giftedness (AH / SD). Interpersonal intelligence is prevalent in very sensitive and empathetic people who mediate situations and influence others, and spiritual-existential intelligence is manifested in people who have a particular connection with the meaning of life and the sacred. This study aimed to discuss the Brazilian Santa Dulce dos Pobres (Irmã Dulce) outlining comparative arguments with the characteristics of AH / SD of the productive-creative type of Joseph Renzulli. It is an exploratory, narrative study, with bibliographic design in which manuscripts (articles, books and / or chapters) on the saint were listed. The results show that Santa Dulce dos Pobres had characteristics of interpersonal and spiritual-existential intelligence, which is consistent with productive-creative giftedness; besides presenting above average skill, creativity and commitment to the task - three Renzulli rings. It is considered that people with HA / SD need to be stimulated through the opportunity of activities and actions that contribute to the development of their skills.

Keywords: High skills; Giftedness; Santa Dulce.

INTRODUÇÃO

O conceito *inteligência* permeia os debates entre os pensadores do campo da educação há muito tempo. Galton e Binet foram pioneiros nesse assunto, especialmente ao fundar a psicometria (LIMA, 2005; URBINA, 2004) e os testes de Quociente Intelectual - QI (CAMPOS; GOLVEIA; GUIMARÃES, 2014). Resumidamente, o percurso histórico mostra estudos que consideram a inteligência como: característica herdada e pouco mutável, a partir de dois fatores, um geral (g) e outro específico (s) – teoria Bi-fatorial de Spearman (SCHELINI, 2006); decorrente de várias capacidades intelectuais diferenciadas que se inter-relacionavam – teoria de Thorndike; método da análise fatorial múltipla, apontando para a existência de capacidades primárias independentes que constituíam o raciocínio, tais como fator espacial, perceptual, numérica, verbal etc. – teoria de Thurstone (SCHELINI, 2006); *fluida* e *cristalizada* organizada em três camadas (I, II, e III) seguindo uma estrutura hierárquica – teoria de Cattell e Horn (CARROLL, 1993; CATTELL, 1987).

Foi Howard Gardner quem rompeu a visão estanque da inteligência herdada e imutável ao desenvolver a teoria das Inteligências Múltiplas. Essa teoria aponta para a existência de vários tipos de inteligência, que coexistem e não são estagnadas. São elas: linguística, lógico-matemática, espacial, cinestésico-corporal, musical, interpessoal e intrapessoal (GARDNER, 1995; 2000). Posteriormente, foi adicionada a inteligência naturalista (ARMSTRONG, 2001) e especulada, por alguns autores, a espiritual-existencial e a moral (BRENNAND; VASCONCELOS, 2005). Todas as inteligências estão interligadas, apesar de existirem de maneira independente. No Quadro 1, procurou-se reunir uma pequena descrição a respeito de cada uma delas.

Quadro 1 – Breve descrição sobre as inteligências múltiplas.

Inteligência	**Pessoa apresenta:**
Linguística	Criatividade, facilidade de comunicação e/ou escrita e amplo vocabulário e desenvoltura na identificação de códigos.
Lógico-Matemática	Tende a ser observadora, possui habilidade na abstração de conceitos, formulação de hipóteses e identificação de padrões.
Espacial	Apresenta boa noção do todo, consegue observar situações de vários ângulos, com habilidade na manipulação de mapas e bom entendimento de sua posição perante as outras.
Cinestésico-Corporal	Têm facilidade de se expressar a partir do próprio corpo, possui boa coordenação, equilíbrio, destreza, força, flexibilidade, velocidade e manipulação de objetos.
Musical	Habilidades na identificação, reconhecimento e percepção de diferentes sons, assim como suas qualidades (timbre, intensidade, duração e altura). Além disso, apresenta facilidade na captação de melodias e ritmos.
Intrapessoal	Boa capacidade de autopercepção, consegue enxergar suas emoções, pontos fortes e fracos de maneira coerente com a realidade e com maior facilidade de adaptação e resiliência.
Naturalista	Grande apreço pela a natureza, possui sensibilidade apurada em relação aos seres vivos e consegue compreender e se movimentar melhor frente à diferentes tipos de paisagem.
Espiritual-Existencial	Ligação maior e particular com o sagrado, assim como com a condição existencial do ser humano, relativa à finitude e sentido da vida; se situa bem em relação ao que é entendido socialmente como justo e injusto, certo e errado.
Interpessoal	Boa relação com as pessoas; são muito sensíveis e empáticas, com alto grau de compreensão, muita maturidade, são boas em mediar diversos tipos de situações e exercerem influência sobre as outras.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Cortezzi e Ayub (2000), Fonseca (2002), Gardner (1995), Lopes, Lacerda, Beraldo e Moura (2016).

A inteligência interpessoal, foco deste manuscrito, se dá em pessoas que possuem facilidade em reconhecer a singularidade do outro e assim traçar a melhor maneira de abordá-lo e se comunicar. Segundo Brennand e Vasconcelos (2005), a inteligência interpessoal possibilita uma maior distinção entre os indivíduos, em relação a necessidades, desejos e escolhas. É uma inteligência que se manifesta no coletivo, sendo estruturada a partir da interação e da colaboração. Passarelli (1995) salienta que a inteligência interpessoal é encontrada em líderes religiosos. Já a inteligência espiritual-existencial se dá em pessoas que apresentam relação maior e mais particular com o sagrado, assim como acolhem, compreendem e se interessam pela finitude e sentido da vida. (BRENNAND; VASCONCELOS, 2005).

Ao pensar sobre uma pessoa com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) além de vir à mente a palavra *inteligência*, outras surgem como: precoce, prodígio, gênio, dom, dotação, talento e habilidade. Mas será que sabemos realmente o que essas palavras significam? Quem são as pessoas com AH/SD?

Alguns estudos discorrem sobre terminologias (GUENTHER; RONDINI, 2012; MOSQUEIRA; STOBÃUS; FREITAS, 2014; RONDINI; REIS, 2016; SOLOMON, 2013; VIRGOLIM, 2014), todavia, aqui nos interessa algumas delas:

- ***Precoce*** é aquele indivíduo que se destaca em uma determinada habilidade em uma idade que antecede à esperada em relação às etapas do desenvolvimento. Como exemplo, podemos pensar em uma criança que possui habilidades interpessoais. Pode ser que ela demonstre grande maturidade frente às pessoas com as quais convive comparada às crianças de sua idade, sendo sensível, empática, argumentativa e influenciadora em situações de alta complexidade. No caso da criança precoce, em dado momento ocorre um ajustamento de sua habilidade à sua etapa de desenvolvimento, o que não ocorre em um indivíduo com AH/SD.

- ***Prodígio*** se refere à indivíduos que se destacam de maneira excepcional na infância, não apenas antecipando habilidades de sua etapa de desenvolvimento, mas podendo ser comparados à adultos habilidosos, inclusive, com um olhar profissional.

- ***Gênio*** se refere a indivíduos que, a partir de suas habilidades, conseguem trazer mudanças significativas para a sociedade, sendo elas quais forem (sociais, paradigmáticas, estruturais etc.).

- ***Dotação*** e ***dom*** estão interligadas, já que dotação é a qualidade do indivíduo que possui um *dom* - toda a capacidade natural para aprender a fazer algo (de qualidade física ou mental).

- ***Habilidade*** e ***talento*** também estão interligadas, já que a primeira refere-se à qualidade do indivíduo que possui talento - toda a capacidade adquirida referente à um campo de ação definido (geralmente o campo da dotação).

Tais terminologias apresentam diferenças conforme abordagem teórica adotada para a compreensão das AH/SD. Renzulli (2004) define AH/SD como *comportamento superdotado*, a partir de sua teoria dos três anéis. Segundo o autor, um indivíduo com comportamento superdotado é aquele que possui habilidade acima da média, criatividade e comprometimento com a tarefa.

Infelizmente o que se percebe é uma alta valorização das inteligências acadêmicas (linguística e lógico-matemática) pela sociedade capitalista, ou seja, que são ressaltadas no sistema educacional vigente, e pouco destaque para as outras inteligências. Dessa forma, Renzulli (2004) classificou os indivíduos superdotados em duas categorias: a acadêmica e a produtivo-criativa, no intuito de chamar atenção para os indivíduos produtivo-criativos e delimitar suas características, para que sejam mais facilmente identificados em sala de aula e menos invisibilizados, recebendo assim atendimento educacional especializado que, no Brasil, é garantido por lei (BRASIL, 1996/2014; BRASIL, 2008; BRASIL, 2011, BRASIL, 2014), sendo necessário a identificação desses estudantes.

Nossa protagonista: Santa Dulce dos Pobres - conforme Rocha (2019)

Maria Rita de Souza Brito Lopes Pontes, hoje Santa Dulce dos Pobres, é considerada a primeira santa de origem brasileira. Nasceu em Salvador no dia 26 de maio de 1914 e cresceu em uma família de classe média-alta. Era a segunda filha de Augusto Lopes Pontes - dentista e professor universitário -, e de Dulce Maria de Souza Brito Lopes Pontes - dona de casa.

A família de Maria Rita era religiosa, mas a mãe tinha uma devoção maior que o pai. Foi ela quem ensinou Maria Rita a rezar: a fazer o sinal da cruz, recitar o rosário e a rezar antes das refeições e antes de dormir. Foi nesse período que a devoção a Santo Antônio, popular em todo o Nordeste, foi apropriada pela menina.

No dia 8 de junho de 1921 a Mãe de Maria Rita faleceu de hemorragia aos 26 ano, após dar à luz a sexta filha, que faleceu duas semanas depois. Depois disso, com dificuldade para criar os filhos/as o pai solicitou ajuda de suas irmãs solteiras, que prontamente vieram morar com a família. Apesar da morte da mãe, Maria Rita continuou praticando sua fé conforme havia com ela aprendido.

Maria Rita ela era conhecida por ser uma criança terrível e levada. Durante sua infância e adolescência Maria Maglena, uma tia que Maria Rita tomou como figura materna depois do falecimento de sua mãe, a levou para visitar o bairro do Tororó. Nesse bairro, as mulheres religiosas do grupo que sua tia fazia parte distribuíam alimentos, remédios e roupas para os necessitados. “Um dia eu estava pintando muito e uma tia minha me disse, ‘olha, você precisa conhecer o outro lado da vida’. E me levou para visitar os doentes e os pobres. Aí, dessa hora em diante, mudou tudo”, contou Irmã Dulce (np).

A partir de então Maria Rita abandonou as brincadeiras e começou a frequentar as missas diariamente com a tia, assim como recolher donativos para os pobres que batiam na porta da sua casa.

Sua primeira tentativa de entrar no convento foi 1927, mas foi negada por ser muito jovem (ROCHA, 2019). Então, em 1929 Maria Rita se decidiu por frequentar a escola normal (formação de professores), porém nunca abandonou o desejo da sua vocação religiosa. Ainda no primeiro ano de estudos foi até o convento tentar novamente ingressar. “Eu tinha um desejo ardente de ser freira. Como nesse tempo eu era muito jovem, a Superiora declarou-me que iria fazer o possível a fim de eu poder entrar para o Convento com a idade que tinha. Motivos diversos impediram a minha entrada” relatou irmã Dulce em entrevista (np).

Em 1932 Maria Rita concluiu o curso normal como uma das melhores da turma. Seu desempenho era considerável em todas as disciplinas no curso com exceção de música, que não era sua maior facilidade, mesmo tendo aprendido piano desde pequena. Com a sua formatura, pediu a benção do pai para ser freira e o seu pai aceitou.

Em 1933 Maria Rita escolheu ingressar na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição em Sergipe, cidade que não tinha nenhum vínculo familiar ou conhecido. “Maria Rita acreditava que sua vocação era um sinal da vontade de Deus e não ousou ignorar o chamado para servi-lo, mesmo que isso a afastasse da família” (np).

Depois de seis meses como postulante (um dos níveis para se tornar freira), na celebração de seu noviciado (fim do período postulante), teve a oportunidade de trocar de nome. Maria Rita selecionou três nomes e o sacerdote responsável escolheu o nome Dulce, o nome de sua mãe. Então ela passou a ser conhecida como Irmã Dulce.

Irmã Dulce era quieta, não gostava de conversas supérfluas e preferia o silêncio. Mas também gostava de estudar junto aas outras irmãs. O principal livro que utilizou para discernir sua vocação foi “A imitação de Cristo”, escrito por Tomás de Kempis (2015).

Irmã Dulce retornou em setembro de 1934 para Salvador e começou a sua caminhada como religiosa, rezando com operários em fábricas e oferecendo comida e remédios para famílias miseráveis. Foi através de suas visitas, adentrando nos bairros mais pobres de Salvador e fazendo o bem que irmã Dulce começou a ter uma vida pública, sendo vista e admirada por seu coração caridoso.

Em seus primeiros meses em Salvador, tentou ser professora, mas foi mal sucedida. Então ela foi designada a outro cargo em um Sanatório Espanhol e acolheu definitivamente sua vocação.

> Nos quatro meses que passou no hospital, ela era uma espécie de faz-tudo: atuava como auxiliar de enfermagem, percorria os leitos para conferir a medicação e o estado dos pacientes e, quando necessário, ficava na portaria. Fora isso, Irmã Dulce também exerceu as funções de sacristã, oferecendo assistência espiritual aos doentes e a suas famílias. Foi uma experiência curta, mas ela descobriu sua vocação para trabalhar na área da saúde (ROCHA, 2019, np).

Em 1940 Frei Hidelbrando, muito conhecido na cidade, iniciou uma organização católica de trabalhadores de Salvador. Irmã Dulce recebeu autorização para trabalhar nessa organização. Em 1936, ela e o frei fundaram a União Operária São Francisco, de viés assistencialista. Em 1937 fundaram o Círculo Operário da Bahia (COB), em que operários recebiam assistência médica, medicação e atividades de recreação. (ROCHA, 2019, s/n).

Em 1939, Irmã Dulce ampliou sua obra assistencialista. Ao ser confrontada com um pedido de socorro de um menino com malária, percebeu que apesar da vontade de acolher o doente, não tinha um lugar para que o acolhimento fosse realizado. Na ocasião, o colocou em uma casa abandonada que invadiu. Este acabou sendo o primeiro de muitos, o que a levou a invadir outras casas. Assim que os proprietários das casas tomaram ciência do que estava acontecendo, houve denúncias, o que levou à expulsão dos doentes das casas. Então Irmã Dulce passou a invadir mercados públicos fechados ao invés de propriedades privadas, além de se utilizar do viaduto. A população pobre a procurava para não morrer à míngua.

Irmã Dulce visitava diariamente os doentes, mesmo com todos os seus compromissos com o COB e sua congregação. Passou a ser tão temida por invadir locais públicos que o próprio prefeito de Salvador pediu interviu e pediu para que os desocupasse. Obediente, mas persistente, em 1949 irmã Dulce pediu, e foi autorizada, a usar o galinheiro do convento para abrigar os doentes. “Não havia praticamente nada, mas o teto, a comida, os remédios e os cuidados diários eram mais do que eles conseguiriam no olho da rua” (np).

> Para alimentar o número crescente de bocas, irmã Dulce não foi atrás somente de grandes doadores nem se contentou com o Círculo Operário. Ela começou a percorrer quase todos os dias supermercados e as lojas do bairro do Comércio. Pedia tanto que na década de 1950 chegou a ser chamada pejorativamente de “freira pidona” (ROCHA, 2019, np).

O filme *Irmã Dulce*[1] mostra que a religiosa também cativava amizades e alianças com fiéis de outras religiões. Além disso, também cultivava relações com grandes influências políticas, tais como prefeitos, governadores e várias gerações de presidentes.

Em 1964, Irmã Dulce envolveu a congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição em uma série de dívidas relacionadas à abertura de seu futuro hospital. Devido à esse fato, acabou por ser exclausurada, ou seja, isolada da congregação. Porém lhe foi permitido que continuasse realizando seu trabalho com os pobres e doentes e usando seu hábito branco e azul. As irmãs foram embora a deixando só e Dulce voltou a ser aceita na congregação apenas em 1976. Nesse período finalmente ocorreu a inauguração do Hospital Santo Antônio.

Em 1976 a Irmã Dulce foi escolhida para receber a benção do Papa João Paulo II, sendo aclamada por uma multidão. Em 1988, o então Presidente da República José Sarney, indicou a Irmã Dulce para o Prêmio Nobel da Paz, com o apoio da Rainha Sílvia da Suécia.

Irmã Dulce faleceu em 13 de março de 1992, aos 77 anos, em decorrência de problemas respiratórios que desenvolvera nos últimos anos de vida. Como legado, Santa Dulce dos Pobres foi fundadora e idealizadora de várias instituições[2]:

- Fundação Irmã Dulce.
- Hospital Santo Antônio, com 400 leitos.
- Pavilhão “Lar Fabiano de Cristo”, exclusivo para pessoas com deficiência, no Hospital Santo Antônio.
- Associação Filhas de Maria Servas dos Pobres.

Até hoje suas obras têm continuidade com a instituição Obras Sociais da Irmã Dulce (OSID).

1 Irmã Dulce. Direção de Vicente Amorim. Salvador: Migdal filmes, 2014. (96 min.).

2 Disponível em: <https://www.irmadulce.org.br/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Estabelecendo conexões

Segundo o Catecismo da Igreja Católica (CIC), que compõe a tradição da igreja, um dos três pilares da crença religiosa a qual Irmã Dulce se inseriu, “a santidade é a fonte secreta e a medida infalível de sua atividade apostólica e de seu elã missionário” (CIC, 1993, p. 828).

Para ser reconhecido como santo é necessário passar por um processo denominado canonização, atualizado pela última vez através da constituição apostólica *Divinus Perfectionis Magister*, pelo Papa João Paulo II. Esse processo possui quatro etapas, sendo elas, respectivamente: servo de Deus, venerável, beato e santo.

Os servos de Deus são aqueles que compõe a igreja e comungam da mesma fé, adorando o mesmo Deus. Os reconhecidos como veneráveis são aqueles que se destacam de alguma forma na sociedade em sua vida terrena e realizam uma obra admirável, fatores que podem ser utilizados como exemplo pelos demais membros da comunidade. Já as etapas de beato e santo, dependem do conceito de milagre, sendo beato aquele responsável por um milagre e santo o responsável por dois milagres.

É interessante perceber como a etapa *venerável* se assemelha à algumas categorias no campo das AH/SD, pois retrata também pessoas que se sobrepuseram ao padrão em seu contexto. Santa Teresinha aponta:

> Durante muito tempo eu me perguntava por que Deus tinha preferências, por que todas as almas não recebiam a mesma medida de graças [...]. Jesus quis instruir-me a respeito deste mistério. Pôs diante dos meus olhos o livro da natureza e compreendi que todas as flores por ele criadas são belas, e que o esplendor da rosa e a brancura do lírio não tiram o perfume da humilde violeta nem a simplicidade encantadora da margarida [...] o mesmo ocorre no mundo das almas, o jardim de Jesus. Ele quis criar grandes santos, que podem ser comparados aos lírios e às rosas; mas criou também outros menores, e estes devem se conformar em ser margaridas ou violetas destinadas a alegrar os olhos de Deus quando contempla seus pés. A perfeição consiste em fazer sua vontade, em ser aquilo que Ele quer que sejamos (LISIEUX, 1986, p. 2-3, manuscrito A).

Para a igreja, todos seres humanos são chamados à santidade, ainda que alguns tenham certas capacidades naturais em maior potencial (dom/dotação) e outros, sem tais capacidades, se tornem santos pelas capacidades adquiridas (talento/desenvolvimento de habilidades).

A fala de Santa Teresinha a respeito de fazer a vontade de Deus e alcançar a perfeição pode ser interpretada como a importância do desenvolvimento das capacidades, tanto naturais quanto adquiridas. Refletindo então, na história de Santa Dulce, surge a pergunta: qual tipo de flor foi Santa Dulce, no jardim de Jesus?

Nos fatos da vida de Santa Dulce, podemos identificar muito fortemente a presença dos três anéis de Renzulli (2004), assim como o potencial para inteligência interpessoal de

Gardner (1995) e espiritual-existencial explicitada por Brennand e Vasconcelos (2005). Um dos fatores que pode ter auxiliado Dulce a desabrochar suas AH/SD em âmbito religioso foi o fato de ter nascido em um contexto religioso - primordialmente o familiar. A tia, que logo cedo se tornou figura materna para Dulce, foi quem a inseriu no seu campo de interesse ao permitir que entrasse em contato com a realidade das pessoas economicamente menos favorecidas, despertando nela a reflexão sobre a condição existencial do ser humano, mudando o sentido e rumo da própria vida.

Sua postura permite que a enxerguemos como criança *precoce* e *prodígio*. *Precoce* pelo seu interesse antecipado pelo sofrimento do outro e em atividades do convento (enquanto crianças de sua idade brincavam, ela se preocupava em ajudar a tia e ir à missa) e *prodígio*, pela sua entrega aos outros de maneira madura, sendo mais sensível e empática até mesmo que seus pares adultos.

Santa Dulce foi compreendendo que sua tarefa primordial era com a pessoa humana que carecia de necessidades básicas ou apresentava enfermidades, com a qual demonstrou, durante toda a vida, muito comprometimento - um dos três anéis de Renzulli (2004). Ainda que não se identificasse com o ofício para que estudava (professora), se destacou nos estudos sendo uma aluna interessada e dedicada, pois formar-se significava um futuro no convento, local em que poderia se dedicar à sua tarefa de interesse: os pobres.

Sua personalidade remete a um dos perfis de pessoas com AH/SD: era quieta, não gostava de conversas supérfluas e preferia o silêncio ainda que seu olhar estivesse sempre voltado para o outro. Suas capacidades acima da média - outro anel - refletiam a propensão às inteligências interpessoal e espiritual-existencial. Era sensível e empática, identificando nos outros, suas singularidades e o que delas decorriam: necessidades, desejos e escolhas, como descreveu Brennand e Vasconcelos (2005), demonstrando compreensão e respeito. Tinha muita fé e devoção em sua religião e se preocupava muito com a condição existencial do ser humano. Além disso, destacou-se na comunidade, era persuasiva e influente. Era uma pessoa que conseguia se movimentar em diversos contextos e neles fazer alianças, sem perder sua essência, autenticidade e objetivo. Se relacionava com pessoas economicamente desfavorecidas e com líderes de outras religiões, ocupando um espaço que poucos conseguiam ocupar. Negociava verbas para projetos assistencialistas com políticos e era admirada pelo povo. As pessoas com quem convivia, enxergavam nela possibilidades de mudança e esperança. Quando foi escolhida para ver o papa, arrastou uma multidão junto dela, que clamava seu nome. Sua influência foi reconhecida também socialmente, ao ser indicada para o Nobel da Paz.

Tinha iniciativa e criatividade - o último anel. Santa Dulce não precisava de muito, apenas do que estava posto. Onde havia necessidade humana, havia sua presença e interesse, não ficava escolhendo contextos. Olhava sua realidade e buscava maneiras criativas e eficazes de transformá-la - casas abandonadas em abrigos e galinheiro em hospital temporário.

Santa Dulce nem sempre era acolhida pelo seu jeito de ser, como acontece com muitas pessoas com AH/SD. Era constantemente incompreendida e retaliada[3] por suas posturas que chocavam e remanejada em suas atividades. Entretanto, foi através de uma dessas situações que entrou em contato com o Frei Hidelbrando realizando o trabalho com os operários, que lhe permitiu iniciar o grande legado que deixaria para a humanidade na área da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que Santa Dulce nunca esteve sozinha em sua jornada. Destaca-se como referências que cruzaram seu caminho a sua tia, Frei Hidelbrando e até mesmo seu santo de devoção, Santo Antônio. Todos possibilitaram que Irmã Dulce tivesse oportunidades fundamentais para o desenvolvimento de suas AH/SD, guiando suas escolhas de vida. É relevante que pessoas com AH/SD sejam estimuladas por meio da oportunização de atividades e ações que contribuam para o desenvolvimento de suas habilidades. No caso da Santa Dulce isso decorreu do encontro com pessoas que possibilitaram a descoberta da inteligência em potencial e áreas de seu interesse. Nesse sentido, no âmbito educacional, o professor pode ser aquele que percebe a facilidade de um estudante em determinada campo de interesse, acompanha sua trajetória e lhe possibilita oportunidades e escolhas construtivas.

Santa Dulce dos Pobres, enfrentando uma realidade difícil de pobreza e cenários políticos controversos vividos na cidade de Salvador foi a peça chave para que os menos favorecidos tivessem dignidade e melhor qualidade de vida.

3 Irmã Dulce. Direção de Vicente Amorim. Salvador: Migdal Filmes, 2014. 1 DVD (96 min.).

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, T. **Inteligências múltiplas na sala de aula.** 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p.192-198.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7611-17-novembro-2011-611788-publicacaooriginal--134270-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996/2014**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizado em 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: 09 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.

BRENNAND, E. G. G.; VASCONCELOS, G. C. O conceito de potencial múltiplo da inteligência de Howard Gardner para pensar dispositivos pedagógicos multimidiáticos. **Ciências e Cognição**, v. 5, p. 19-35, 2005. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/526/296>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CAMPOS, R. H. F.; GOUVEIA, M. C. S.; GUIMARÃES, P. C. D. A recepção da obra de Binet e dos testes psicométricos no Brasil: contrafaces de uma história. **Revista Brasileira De História Da Educação**, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38885>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CIC. **Catecismo da Igreja Católica**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993.

CORTEZZI, A. A.; AYUB, S. R. C. **O desenvolvimento das habilidades do corpo discente da graduação em administração, com enfoque nas inteligências múltiplas de Howard Gardner**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, União das Faculdades dos Grandes Lagos, São José do Rio Preto-SP, 2002.

FONSECA, P. S. **Proposta de definição de inteligência de máquina inspirada na teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner**. 2002. Dissertação (Mestrado em ciências da computação) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2002

GARDNER, H. **Inteligência**: um conceito reformulado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GUENTHER, Z. C.; RONDINI, C. A. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. **Educação em Revista.** v. 28, n. 01, p. 237–266, 2012.

LISIEUX, T. **História de uma alma**: manuscritos autobiográficos / Santa Teresa do Menino Jesus e da Sagrada Face. São Paulo: Paulus, 1986.

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, v.23, n.42, Curitiba-PR, jul-set., 2005. p.17-23, Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=173&dd99=view . Acesso em: 05 ago. 2020.

LOPES, A. A.; LACERDA, B.; BERALDO, H.; MOURA, G. C. A teoria das inteligências múltiplas e suas contribuições para a educação. **Cadernos de graduação:** ciências humanas e sociais. Maceió, v. 3, n. 2, p. 153-168. Abril/2016.

MOSQUERA, J.J.M.; STOBAUS, C.D.; FREITAS, S.N. Altas habilidades/superdotação no transcurso da vida: da infância à adultez. In: VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. (Org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**. Campinas: Papirus, 2014. p. 265-283.

PASSARELLI, B. Teoria das inteligências múltiplas aliada à multimídia na educação: novos rumos para o conhecimento. In: Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento, 3.ed., São Paulo, 1995. **Anais do III Simpósio Brasileiro de Geoprocessamento**. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995, p.151-170.

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação***,* Porto Alegre, v.52, n.1, p.75-131, 2004

ROCHA, G. **Irmã Dulce:** a santa dos pobres. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. [s/n]

RONDINI, C.A.; REIS, V.L. **Altas habilidades ou Superdotação (AH/SD):** aspectos históricos e conceituais, São Paulo: AVA Moodle Unesp [edutec], 2016. Trata-se do texto 1 da disciplina 2 do curso de Especialização em Educação Especial com ênfase em Altas Habilidades/Superdotação.

SCHELINI, P. W. Teoria das Inteligências fluida e cristalizada: início e evolução. **Estudos psicológicos**, Natal. V. 11, nº 3, set/dez, 2006.

SOLOMON, A. **Longe da Árvore** – Pais, filhos e a busca da identidade. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

CAPÍTULO 9

SAÚDE E DOENÇA NA ERA DO ALGORITMO: O CASO DOS MEDICAMENTOS NOOTRÓPICOS

RAFAEL PERRICONE FISCHER
Universidade Federal do Rio de Janeiro

THAIS COSSETTI
Universidade Federal de Ouro Preto /
Universidade de Coimbra

RESUMO: O presente artigo debate a distinção entre saúde e doença no contexto do capitalismo disciplinar e na contemporaneidade. Parte-se das contribuições de Foulcault (1994) e Bourdieu (2010) para contextualizar a dimensão disciplinar colocada à economia emocional da modernidade. Em seguida faz-se uso dos aportes de Safatle (2016) para aprofundar as articulações entre estrutura produtiva e organismo, no sentido de delinear as incidências do binômio normal/patológico no corpo. O debate se instrumentaliza ao se analisar dados sobre o consumo de medicação psiquiátrica no Brasil, ressaltando, com isto, a apreensão do adoecimento psíquico pela estrutura capitalista contemporânea, na qual, segundo Mbembe (2018), fenômenos de natureza subjetiva tornam-se a própria matéria produtiva do sistema. A medicação, para além de símbolo hegemônico de saúde, tem função também enquanto mercadoria, e impacto decisivo nos corpos e suas capacidades expectáveis dentro de uma sociedade de consumo. No cenário atual, este circuito que liga o corpo à estrutura produtiva prescinde do aparato clínico disciplinar da medicina para configurar meios de regulação do comportamento, do corpo e suas fantasias, representações, afetos, ideais, frustrações e etc. Nesse caso, os medicamentos nootrópicos se tornam o exemplo privilegiado para argumentar sobre dimensão de adoecimento a que estamos sujeitos na contemporaneidade. Enquanto medicação que não depende de diagnóstico para ser utilizada, os medicamentos nootrópicos não se propõem necessariamente a curar uma síndrome. Seu consumo pode se sustentar apenas pelo desejo partilhado em se aceder à economia emocional da contemporaneidade ao corresponder à injunções de produtividade. Sua eficácia, portanto, não se mede em relação à evolução diagnóstica do paciente, e sim a responder satisfatoriamente expectativas de intervenção em circuitos afetivos contraproducentes ou indesejados do sujeito. Isto indica diferenças consideráveis no aparato capitalista que são objeto de discussão deste artigo.

PALAVRAS CHAVE: Normal e Patológico; Nootrópicos; Capitalismo Disciplinar; Economia Emocional.

ABSTRACT: This article debates the distinction between health and illness both on disciplinary and contemporary capitalism. The starting point is the contributions of Foucault (1994) and Bourdieu (2010) to argue about the disciplinary dimension of the emotional economy in modern times. Then, the article centers itself on Safatle (2016), to deepen the debate on the connections between productive structure and organism, enlightening the incidences of normal/pathological binomial at the body. By analyzing data about the consumption of psychiatric medication in Brazil, i's argued about novel apprehensions of mental illness by the contemporary capi-

talistic structure, which, according to Mbembe (2018), makes subjective manifestations the very matter of its productive system. Therefore, medication functions as merchandise, decisively impacting the expected capacities of a body constituted within a consumption society. In the contemporary scenario, this circuit that connects the body with the productive structure does not require medicine's clinical-disciplinary apparatus to establish its means to regulate behavior, the body, fantasies, representations, affections, ideals, frustrations, and so on. In this case, nootropic meds become the primary example to argue about the contemporary illness dimension to which we are subjected. As a medication that does not demand a diagnostic to be consumed, nootropic meds does not need to be prescribed to treat a disease. Its consumption, therefore, stands only by the shared desire to achieve the injunctions of productivity. Its efficiency, thus, is not measured in regards to the diagnostic evolvement of the patient, but simply by attending well enough expectations regarding forced interventions towards counterproductive or undesired affectional circuits. This indicates considerable displacements in the capitalist apparatus that are an object of debate in this article.

KEYWORDS: Normal and Pathological; Nootropics; Disciplinary Capitalism; Emotional Economy.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um convite à reflexão acerca das soluções medicamentosas que, no âmbito individual, satisfazem demandas de natureza coletiva. Afinal, à parte da questão diagnóstica que envolve a prescrição de medicação, é notável a função social da doença e da medicalização nas sociedades modernas, em especial no ocidente, onde o medicamento se configura como símbolo hegemônico de saúde (Castro, 2018).

Como argumenta Foucault (1994; 2014), a grande virada da medicina moderna, entre os séculos XVIII e XIX, ao substituir o seu paradigma humoralista pelo paradigma clínico, resulta na incidência decisiva do corpo como território privilegiado da doença. Assim, a experiência de adoecimento fica atrelada, cada vez mais, à expressão corporal de lesões celulares, cerceada por um saber técnico-prático de intervenção. Foucault (1994) destaca, ainda, o papel que a classificação e sistematização dos quadros clínicos patológicos como forma primordial de regulamentação da prática médica têm na classificação e regulamentação destes corpos.

Há, também, uma íntima conexão entre o avanço da medicina moderna e as grandes transformações no sistema produtivo mundial no esteio da Revolução Industrial. Afinal, como nos indica Foucault (1994; 2014), a nova ordem econômica mundial própria ao capitalismo em sua fase industrial, requer um constante controle e disciplinarização dos corpos ao aparelho de produção, além do ajustamento da população aos processos econômicos que tem no corpo do trabalhador seu principal objeto de disputa.

A modernidade capitalista ocidental, como aponta Weber (2004), pressupõe uma atitude instrumental específica, que o autor denomina *racionalismo da dominação de mundo*, voltado às três dimensões da experiência humana própria a este tempo-espaço: o mundo

natural, o mundo social e o mundo subjetivo. A generalização desta atitude instrumental é condição para o desenvolvimento capitalista, na medida em que possibilita a *dessubstancialização* das dimensões da vida humana, objetalizando-as, *coisificando-as*.

Assim, se na pré-modernidade o indivíduo era convocado a aprender a disciplina e auto-controle como forma de vinculação à ordem religiosa no horizonte da vida após a morte, o indivíduo moderno é convocado a aprender a disciplina e auto-controle corporal como forma de vinculação à ordem econômica, no horizonte do prestígio, dos efeitos de distinção e de reconhecimento social que marcam os valores das sociedades modernas. Neste cenário, o controle do corpo e suas pulsões é uma das formas mais importantes para se atingir a disciplinarização necessária ao trabalho produtivo capitalista (Souza, 2018) sendo, o indivíduo, convocado a internalizar ainda mais e expressar em maior grau o controle do corpo e de suas pulsões neste contexto. Produz-se, assim, um corpo próprio ao capitalismo moderno.

Em consonância com o avanço do capitalismo fabril e suas práticas disciplinares de controle, subjaz o conceito de *maquinização* das relações humanas: a equivalência entre corpo e máquina dentro da ordem produtiva. A forma-máquina e a forma-mercadoria são indissociáveis e também marcam a estruturação do sujeito moderno ao longo dos séculos XIX e XX. As consequências deste processo são extensas e variam, da formação do proletário como condição universal do trabalhador-máquina – condição alienante e despossuída, disciplinada pelo controle do corpo, desejo e pulsões –, até a formação de um grande imaginário em torno do progresso técnico-científico, que povoou as produções culturais de ficção científica e que credita à ciência a possibilidade de resolver os impasses da existência outrora relegados à religião.

Isso implica dizer que o capitalismo não produz somente um corpo próprio à sua normatividade constituída: junto com o corpo, o capitalismo produz também uma proliferação de fantasias, ideais, imagens, representações, afetos, processos simbólicos e, sobretudo, objetos de gozo. Como consequência, este processo implica, também, a produção de uma *economia emocional* própria ao campo simbólico demarcado pelo capitalismo, que gira em torno de seus dois polos principais – consumo e produção – e tem, no acesso ao capital cultural, o meio primordial para que um indivíduo assuma posição diferencial em sua estrutura valorativa. É neste cenário que se erige a figura do proletário como uma *condição* desta estrutura.

2. A CONDIÇÃO SUBJETIVA DO CAPITALISMO: PROLETÁRIO;

Safatle (2016) nos diz que “proletário não designa apenas uma classe social de trabalhadores assalariados desprovidos de propriedade. Proletário, em Marx, designa, ao mesmo tempo, uma condição própria a toda emergência de sujeitos políticos” (p. 231).

Nesse sentido, o proletário indica a *condição de sujeito* própria ao capitalismo que carrega uma potência de transformação radical, de ruptura com a estrutura: "o proletariado aparecia como espécie de 'sujeito universal' capaz de unificar toda a multiplicidade de manifestações sociais visando a emancipação política" (p. 224). A condição proletária se configura, para Marx, como "horizonte regulador de sua teoria da revolução" (Safatle 2016. p. 231). Safatle (2016) também pontua que "a absoluta despossessão é a situação que define a emergência do proletariado" (p. 231). Vejamos:

> "o advento do proletariado como sujeito político é o aparecimento de um 'sujeito como vazio' que não é, em absoluto, desprovido, privado, de determinações práticas. Essa manifestação de um vazio em relação às determinações identitárias atuais leva-nos a compreender que o reconhecimento de si só é possível caso haja uma crítica profunda de toda tentativa de reinstaurar identidades imediatas entre sujeito e seus predicados. Se esse for o caso, então poderemos dizer que a luta de classes em Marx não é simplesmente um conflito moral motivado pela defesa das condições materiais para a estima simétrica entre sujeitos dispostos a se fazerem reconhecer a partir da perspectiva da integralidade de suas personalidades. A abolição da propriedade privada deve acompanhar necessariamente a abolição de uma economia psíquica baseada na afirmação da personalidade como categoria identitária" (Safatle, 2016. p. 237).

Este excerto nos permite formular muitas perguntas: ao se considerar o proletário como *sujeito vazio* produzido pela estruturação capitalista das relações afetivas e sociais, o que significa, neste cenário, *adoecer*? Especificamente, o que o *adoecimento psíquico* implica nas trocas simbólicas e na posição de classe de um indivíduo em determinado contexto social? E, para responder estas questões, temos como imperativo explorar sobre a função da medicação nesta economia emocional própria ao capitalismo, com suas fantasias, representações, afetos, ideais, frustrações e etc.

Remetendo a história do capitalismo e suas fases e pensando no atual estado do capitalismo, há, ainda, outra pergunta imediata que somos convocados a responder: afinal, podemos dizer que estamos atualmente no capitalismo da máquina, dos corpos dóceis maquinizados, do controle do corpo e suas pulsões? Para dar ensejo a este reflexo, trazemos o que o pensador Achille Mbembe (2018) nos indica:

> "Uma diferença importante é a escala tecnológica que levou à emergência do capitalismo computacional dos nossos tempos. *Não estamos mais na era da máquina, mas na era do algoritmo*. Essa escalada tecnológica, por sua vez, ameaça tornar todos nós em artefatos – o que eu chamei em outro momento de "tornar-se-o-negro-do-mundo" – e em tornar redundante uma grande parte do poder muscular do qual o capitalismo dependeu por muito tempo. O que se segue é que hoje, apesar de seu principal alvo seguir sendo o corpo humano e as matérias da terra, a dominação e a exploração estão se tornando cada vez mais abstratas e reticulares. Como repositório dos nossos desejos e emoções, sonhos, medos e fantasias, nossa mente e nossa vida psíquica se transformaram em matéria-prima sobre a qual o capitalismo digital busca capturar e transformar em mercadoria". (Mbembe, 2019. Grifo próprio).

Da citação acima se destaca a frase grifada "não estamos mais na era da máquina, mas na era do algoritmo" pois esta não parece uma afirmação qualquer para questionar-

mos: Quais os deslocamentos que o capitalismo do algoritmo pode conferir ao capitalismo da máquina? Como os medicamentos antidepressivos, nootrópicos e analgésicos respondem a esta problemática?

Tentemos, primeiramente, debater a primeira questão, que recai na função do medicamento na lógica do consumo do capitalismo do século XX, em especial em países do capitalismo periférico. Posteriormente podemos pensar nos deslocamentos desta estrutura no contemporâneo.

3. SAÚDE E DOENÇA NO CAPITALISMO DISCIPLINAR;

No cenário descrito anteriormente, em linhas gerais, podemos definir *saúde* como o funcionamento corporal, afetivo e simbólico sintônico aos polos da estrutura capitalista, isto é, uma *economia emocional* que sustente o indivíduo numa posição na escala produtiva e que se traduza num *habitus* de consumo correspondente àsua posição no campo social. Da mesma forma, a *doença* indica uma relação não-sintônica entre a economia emocional veiculada pelo capitalismo e sua tradução numa posição entre os polos desta estrutura - lugar na escala produtiva e *habitus* de consumo. Em outras palavras, a doença traz a dimensão do*negativo*à estrutura valorativa capitalista.

A este respeito e a partir das proposições de sua interpretação da obra de Georges Canguilhem, vejamos o que Safatle (2016) argumenta já que esta reflexão nos possibilitará pensar nos circuitos afetivos que envolvem o uso de medicações psiquiátricas no ponto de encontro entre a dimensão da vida e a dimensão produtiva.

Safatle (2016) parte da seguinte frase de Canguilhem: *a vida é uma atividade normativa*, pois, nos diz o autor, “todo o organismo age selecionando a partir de valores” (p. 291). Neste caso, não há particularidade do ser humano em relação a outros organismos, já que “viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir” (p. 291). Portanto, a atividade valorativa própria à vida “pressupõe a capacidade de estabelecer relações, de comparar contextos em vista ao fortalecimento da vida” (p. 291).

Safatle (2016), por conceber a dimensão da vida como uma “experiência relacional baseada em valoração” (p. 231), concebe a função da norma, mas, neste caso, considera que:

> “a atividade normativa não implica em absoluto, regular o comportamento a partir de uma consigna fixa. Ela indica, principalmente, uma ‘capacidade transitiva’, ou seja, uma capacidade de entrar em movimento, passando de uma situação a outra, recusando limitações” (Safatle, 2016. p. 291). Portanto, Safatle (2016) insiste de que “a norma da vida é exatamente sua capacidade de mudar continuamente de norma” (p. 291)

Isto coloca uma inflexão importante nas distinções do binômio saúde/doença que trouxemos anteriormente, afinal, quando argumentamos sobre a normatividade própria à vida, “é para determinar o organismo, e não o meio, como potência normativa” (Safatle, 2016. p. 292). “Essa potência normativa fornece, ao organismo, a confiança para deslocar-se de um meio a outro, transformando sua responsividade à imprevisibilidade do meio, com seus acontecimentos aleatórios, sua contingência, em elemento para a criação de novas formas” (p. 292).

Nesse sentido, quando focamos a questão no organismo, e não nas exigências concretas do meio, vemos que “a noção de saúde absoluta é uma idealidade abstrata que contradiz a dinâmica própria a todos os sistemas biológicos” (p. 293). Da mesma forma, “a saúde relativa é um estado de equilíbrio instável, uma atividade de constante oposição” (p. 293) inserida na “atividade de oposição à inércia e à indiferença” (p. 292) em relação ao potencial transformador do organismo, da vida biológica em geral. Como nos diz Safatle (2016), “os fatores são normal e patológico no interior de uma relação entre organismo e meio ambiente. Não há uma continuidade quantitativa entre normal e patológico, mas uma descontinuidade qualitativa” (p. 295).

Estas colocações retiram a distinção entre saúde/doença de critérios puramente quantitativos, déficits ou excessos derivados de um padrão *normal*, que agruparia subvalores derivados da norma em categorias gerais de *transtornos* ou *distúrbios*. Vale, neste ponto, trazer a definição de transtorno presente no manual diagnóstico e estatístico de doenças mentais elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, o DSM-V: “um transtorno mental é uma síndrome caracterizada por distúrbios clinicamente significantes na cognição individual, regulação emocional ou por complementos que refletem disfunções em processos psicológicos, biológicos ou de desenvolvimento subjacentes ao funcionamento mental” (DSM-V, 2013. p. 20).

Assim podemos observar a *captura* que a estrutura capitalista produz na atividade vital dos organismos, ao submeter a potencialidade normativa da vida à normatividade do capitalismo produtivo e a chave para isso está no processo de *individualização* da atividade vital e sua posterior inscrição numa ordem econômica de trocas monetárias e simbólicas. Isso, porque se tomarmos a definição fornecida acima pelo DSM-V veremos que os transtornos são categorizados como “fenômenos ligados diretamente a disfunções em processos específicos e individualizados” (Safatle, 2016. p. 294).

Portanto, a patologia, a partir da definição moderna de doença, indica, então, “uma gramática de desregulação setorizada de funções” (p. 294) e, embora todas as versões do DSM indiquem a importância de fatores psicossociais e ambientais no desenvolvimento das patologias, a descrição prévia e categórica de fenômenos considerados *anormais* apresentados por pacientes prevalece como principal fator prescritivo (Alvarenga & Flores-Mendoza & Gontijo, 2009). Ou seja, mesmo dando lugar a fatores sociais, a própria formalização descritiva, categórica e classificatória do manual apreende tais fatores na lógica da adaptabilidade ou não ao *status quo*.

Também, o abandono de conceitos que indicam funcionamento estrutural do sujeito - sob o argumento de serem abrangentes, imprecisos -, e de uma clínica que faz uso da fala para além do que ela pode indicar de comportamentos nocivos quantificáveis do sujeito, nos indicam a tendência à proliferação de categorias psíquicas classificadas, diagnosticadas e medicadas (Alvarenga & Flores-Mendoza & Gontijo, 2009). O Código Internacional de Doenças (CID) caminha em sentido semelhante no que diz respeito às categorizações de doenças psiquiátricas.

A incidência da estrutura produtiva capitalista neste âmbito se faz ao exigir uma norma individualizada na distinção entre normal e patológico: “Não se trata aqui, no entanto, de uma concepção individualista de saúde, mas de uma concepção que ‘individualiza’” (Safatle, 2016. p. 296). Portanto, a saúde, ao nível das exigências *meio* - neste caso, o meio de produção próprio ao capitalismo moderno -, envolve a construção de um padrão disciplinar e quantitativo “que conforma individualidades a um conjunto predeterminado de regularidades” (p. 296), produzindo “indivíduos como entidades capazes, por exemplo, de organizar sua conduta a partir de ‘regulações emotivas’ e processos cognitivos’ socialmente normatizados” (p. 297).

No entanto, ao nível do organismo, a saúde indica uma forma inteiramente diferente de individuação e potência quanto às suas normas vitais: “a vida é uma atividade normativa polarizada contra tudo o que é valor negativo, tudo o que significa decréscimo e impotência. Quando a diversidade orgânica não implica tal polarização, a diferença não aparece como doença” (Safatle, 2016. p. 297). Nesse caso, centrando-se no organismo e não no meio, a saúde aponta para “a capacidade de individualizar processos tendo em vista a constituição de inflexões singulares da vida” (p. 297), a saúde como “uma individuação geradora de processos que, do ponto de vista dos interesses da autoconservação dos indivíduos de uma espécie, podem inclusive parecer irracionais” (p. 297).

Assim, podemos ver como a estrutura produtiva capitalista moderna - o meio - incide nos processos singulares dos corpos que sustentam esta estrutura - o organismo. Há um movimento de *conformação* da normatividade vital do organismo à normatividade produtiva moderna, espécie de captura do potencial transformador da atividade vital aos padrões normativos previamente definidos e quantificados, de modo que o patológico se transforma num problema de excesso ou falta em relação aos ditos padrões. Neste cenário, o *adoecimento* engendra uma clara inflexão política: condensa, em seus fenômenos, a disjunção entre a atividade vital e a norma socialmente instituída da estrutura produtiva. Da mesma forma, a saúde indica uma conformação individualsintônica da potência vital à norma da produtividade capitalista.

Na perspectiva do organismo, é precisamente seu aprisionamento na “fixidez de uma configuração estática da estrutura normativa” (Safatle, 2016. p. 300) que indica o patológico, ao impedir a potência transformadora do organismo em, continuamente, trocar de norma. Para o capitalismo disciplinar, porém, trata-se de quantificar ao máximo esta adesão a estruturas normativas fixas, podendo medi-la continuamente, classificá-la e posteriormen-

te convertê-la nos signos de distinção valorativos que formam a *economia das trocas simbólicas* de que nos fala Bourdieu (2010; 2015).Em países do capitalismo periférico, como o Brasil, esta questão se traduz em alguns dados sobre o consumo de medicamentos no país.

4. O CONSUMO DE MEDICAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA DE ADOECIMENTO

Os últimos seis anos, por exemplo, testemunharam um aumento de 74% no consumo de medicamentos anti-depressivos no Brasil, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Abaixo apenas dos analgésicos, que somam 10% da venda de total de fármacos no Brasil, os anti-depressivos representam 6% do mercado de medicamentos. Em seguida, verifica-se a prevalência dos ansiolíticos como terceiro maior grupo de fármacos consumido pela população brasileira. A disseminação dos ansiolíticos no Brasil é tão significativa que uma notória facção criminosa do país tem estabelecida em seu estatuto a proibição do uso de clonazepam (rivotril): “Todos os integrantes tem compromisso de não usar crack nem rivotril, nem no sistema nem na rua. Caso venha a usar, vai ser avaliado pela final” (Bonin, 2016).

Dor, depressão e *ansiedade* parecem se configurar como as três maiores *experiências de adoecimento* do brasileiro pelo que podemos deduzir do consumo geral de medicamentos, mas, recentemente, outro ramo de fármacos tem tido aumento considerável de vendas no Brasil e captado a atenção de aparelhos midiáticos: os *nootrópicos*.Trata-se de medicamentos que, segundo a definição de Giurgea (1982), agem diretamente nos níveis elevados da atividade integrativa do cérebro, que controla e integra os processos relacionados à aprendizagem, memória e a eficácia cognitiva de modo geral. Assim, os nootrópicos são uma categoria de fármacos que não se destina necessariamente a síndromes específicas, sendo usado com freqüência para incrementar a capacidade cognitiva, concentração e produtividade do cérebro.

Embora os dados do consumo deste tipo de fármaco sejam substancialmente menos precisos (Castro, 2018), à exceção do metilfenidato prescrito habitualmente para o tratamento de TDAH, chama a atenção a proliferação espontânea de blogs e conteúdo de internet associado a este tipo de medicamento com a promessa de *turbinar o cérebro* (Castro, 2018). Portanto, junto da dor, depressão e ansiedade, podemos assinalar a importância crescente do consumo de medicamentos voltados ao incremento da capacidade cognitiva e produtiva pela população brasileira e mundial.

Embora, no Brasil, este tipo de medicação não figure propriamente no topo do ranking de consumo – já que não são medicações voltadas ao tratamento de síndromes ou doenças, na maioria dos casos, e nem figuram no Sistema Único de Saúde –, a popularidade deste tipo de medicamento nas redes sociais e em vídeos na internet nos indica sua

importância de análise (Castro, 2018). No vale do silício, nos Estados Unidos, o consumo disseminado deste tipo de medicação para incrementar a produtividade dos jovens trabalhadores das maiores corporações norte-americanas localizadas na região (Google, Facebook, Apple, Amazon) já foi assinalado em pesquisas e reportagens (Ciscati, 2019).

A individualização da experiência humana proporcionada pelos valores e configurações da modernidade – incluindo, nesse âmbito, o sofrimento psíquico –, associada à disciplinarização dos corpos proporcionada pelo saber médico formalizado, dita a forma como o binômio saúde/doença é percebido enquanto fenômeno corporal. Nesse cenário, os psicofármacos que driblam a infelicidade e a ansiedade – como os antidepressivos e ansiolíticos –, ou que permitem superar a exaustão, como os nootrópicos e mesmo os analgésicos, servem muito bem à sociedade de consumo/produção pelo efeito que têm em produzir corpos dóceis, individualizados, adaptáveis e apreensíveis no tempo-espaço fornecido pela lógica produtiva.

Neste contexto em que a cultura é tão atravessada pela ciência hegemônica, a possibilidade de encerrar numa pílula o alívio de experiências corporais subjetivas torna-se a única via reconhecida socialmente para a cura. Ficam suprimidos os saberes populares com suas diversas possibilidades de cura, a relação com o corpo que prescinde de sua operatividade orgânica, a ancestralidade que confere uma história e um referencial simbólico a este corpo, as formas coletivas e /ou ritualísticas para o expurgo do sofrimento, e etc.

Podemos identificar neste processo de disseminação de patologias classificadas segundo critérios comportamentais e medicamentos para respondê-las, uma versão avançada de colonização dos corpos em função do sistema produtivo vigente. Afinal, há uma captura do corpo-organismo implicada em sua inscrição no saber formal da medicina, captura que age no sentido de potencializar a capacidade produtiva individual do sujeito conformando-aaos dois eixos do sistema capitalista: consumo e produção.

5. A ERA DO ALGORITMO

As transformações significativas no capitalismo dos últimos dez anos nos indicam um deslocamento importante: se o remédio se configura, em certos cenários, como uma intervenção avançada no processo de disciplinarização e controle dos corpos em nome da inserção a uma ordem produtiva global, agora, parece que o meio tornou-se o fim em si. Ou seja, não se trata mais de criar um corpo disciplinado que possa ser sintônico aos processos de produção disciplinares do capitalismo. Agora o capitalismo parece voltar-se para fazer da *economia emocional* o seu próprio processo produtivo.

Assim, não estamos somente diante das imposições de adaptação de um corpo a uma ordem econômica: faz-se do corpo e da economia emocional a própria ordem econômica. É isto que nos aponta Mbembe (2018) ao afirmar que:

> "o que se segue é que hoje, apesar de seu principal alvo seguir sendo o corpo humano e as matérias da terra, a dominação e a exploração estão se tornando cada vez mais abstratas e reticulares. Como repositório dos nossos desejos e emoções, sonhos, medos e fantasias, nossa mente e nossa vida psíquica se transformaram em matéria-prima sobre a qual o capitalismo digital busca capturar e transformar em mercadoria". Mbembe (2018)

Ao pontuar a incidência de um *capitalismo computacional* que seria a nova fronteira da estrutura produtiva, suplantando o paradigma da máquina, o autor abre margem para pensar a esfera digital, as redes sociais e os algoritmos como elementos de um *modo de produção*, isto é, como uma estrutura produtiva e como um *habitus* consumo. Uma das consequências deste processo é que "o humano do primeiro quarto do século XXI não é exatamente o humano do fim dos anos de 1960. Os modos de individuação não são os mesmos. Nem as formas de subjetivação ou seu conteúdo" (Mbembe, 2019). Podemos, então, observar como as colocações de Mbembe (2018) nos indicam uma transformação também no binômio saúde/doença, ao indicar que *os modos de individuação* não são os mesmos do que outrora estávamos *assujeitados*. Avancemos um pouco nas colocações de Mbembe (2018) sobre a redefinição de cenários do teatro capitalista para verificarmos onde podemos averiguar a questão do adoecimento neste contexto.

Ao buscar a genealogia desta forma contemporânea da estrutura, Mbembe (2018) desloca a problemática do capitalismo: há algo que não se restringe aos impasses de*des-possessão* da condição do trabalhador, e sim de algo que remete à escravatura que se instaurou na modernidade pois "existe explícito parentesco entre a escravatura moderna, a predação colonial e as formas contemporâneas de apropriação e extração de recursos" (Mbembe, 2019). No racismo e na escravatura parece estar em jogo uma forma de despossessão diversa do que se coloca à condição proletária.

Talvez a mais importante inflexão imposta pela escravatura moderna tenha sido seu caráter racial. Até as bulas papais de Calixto II em 1464 e 1466, a escravidão não era realidade racialmente constituída (Harris, 1988; Inikori, 1988). Efetivamente a humanidade conheceu a escravidão em diversos momentos de sua história sem por isto estar ligada a um matiz racial. O próprio termo escravo deriva de eslavo, numa época em que o tráfico de escravos ocorria na direção oposta: da Europa para a África e Ásia (Harris, 1988; Inikori, 1988; Degler, 1971). No entanto, a partir do século XV, com a expansão europeia pela costa atlântica da África e, sobretudo, com a invasão e colonização das Américas, o tráfico de escravos passa a ser associado à *raça negra*, sustentada pelos ditames papais que tornavam a escravidão uma missão redentora aos povos pagãos, criando, com isto, uma condição passível de ser universalizada: o escravo africano. Efetivamente, a escravidão está no momento inaugural do capitalismo moderno, ainda em sua fase mercantil-colonial. Não é absurdo dizer que o africano escravizado é uma das primeiras mercadorias globais da estrutura produtiva capitalista.

Afinal, a linha que separava uma pessoa escravizada de alguém que gozava da liberdade passou a ser determinada por apenas um *traço* - a cor da pele -, independente de

história, origem, cultura: bastava portar o traço negro para *ser* o negro. Em épocas anteriores, inclusive no continente africano, o escravo era um espólio de guerra que geralmente ficava restrito ao meio doméstico ou a espaços de cunho religioso (Schwarcz&Starling, 2018). Enquanto mercadoria, o escravo existiu desde a antiguidade, na Ásia, África, Europa e mesmo em regiões da América pré-colombiana, notadamente nos povos mexicanos (Dussel, 1992; Schwarcz&Starling, 2018), sendo com freqüência, uma mercadoria exportada a outros reinos. No entanto, a modernidade trouxe uma forma diversa de escravatura. A partir de então o escravo tornou-se não só uma *mercadoria*, mas um *produto*, isto é, uma categoria *produzida* pela Nova Ordem Econômica que se forma a partir do século XV.

É toda esta dimensão que Mbembe (2018; 2014) indica com sua expressão *tornar-se o Negro do mundo*, isto é, um artefato para o movimento exploratório suposto pela estrutura. O autor pontua como as tecnologias da escravidão moderna e do racismo engendram um processo de produção de valor, de ajuntamento coletivo, que encontra no contemporâneo sua versão avançada sem nunca ter deixado de constituir-se como processo contínuo. Isto diz mais de um processo de *repetição* do capitalismo do que um ponto distante da história:

> "Neste exato momento estamos sendo literalmente atacados por forças que querem retroceder do mundo e reconstruir uma certa ideia de nação, de comunidade, de identidade e de diferença cuja premissa se baseia na capacidade de determinar quem pertence, quem pode ser excluído e não pertencer, quem pode se estabelecer onde, porque, como e por quanto tempo. Tais forças estão preocupadas com a ereção de todo o tipo de fronteiras e de como elas devem ser policiadas. Elas compraram o sonho da comunidade "pura", uma comunidade de pessoas que se parecem iguais e agem igualmente. Elas são sustentadas pela crença de que nós podemos voltar a esse passado porque esse passado é, na verdade, nosso futuro. Deixe-me chamar isso de sonho de apartheid" (Mbembe, 2019).

As colocações de Mbembe (2018) nos abrem ao menos dois vetores de discussão. Primeiramente, o foco das tecnologias produtivas incide não somente sobre a conformação corporal à norma, mas na própria *vida psíquica* do sujeito, enquanto repositório de *sonhos, fantasias, desejos*. Portanto, se no capitalismo disciplinar o sujeito era instado a relacionar sua vida psíquica ao consumo e produção do objeto-mercadoria, no sentido de corresponder a sua satisfação pulsional ao gozo com os artefatos de consumo, agora, na era do capitalismo computacional, a vida psíquica torna-se a própria mercadoria produzida e consumida. Esta parece ser a matéria dos meios de produção desta nova era do capital.

Em segundo lugar, Mbembe (2018) aponta para o caráter de vínculo que este cenário produz. É isto que se depreende da citação acima, quando o autor menciona o *sonho de apartheid*. Há, portanto, *uma forma de vínculo* própria a esta estrutura que parece se desvelar nos tempos atuais. Mas, como pensar no binômio saúde/doença neste contexto?

Safatle (2016) identifica uma reformulação radical na economia psíquica desta era, saindo da imposição de um ideal paterno com identidades rígidas e entrando num modelo que o autor denomina como *ideal empresarial de si*. Em contigüidade com a discussão proposta neste texto, Safatle (2016) também reconhece que o momento atual não impõe uma adequação aos imperativos superegóicos de uma instância paterna fixa – o pai, o rei,

a nação, o líder religioso, o Estado –, que recairia no dilema do recalque entre permitido/proibido como forma imposta pelo grupo social. Pelo contrário, estaríamos diante de um supereu fluido, cujo imperativo seria a imposição de uma *forma vazia* a ser preenchida constante e continuamente como requisito para a realização individual.

A forma-empresa estaria no lugar da forma-máquina, a fluidez torna-se o valor por excelência num cenário social que lembra espécie de *mercado de identidades cambiantes*, em oposição ao imperativo de adaptar-se à identidade fixa imposta pela instância paterna, núcleo do poder soberano e da autoridade. Neste caso, o dilema do sujeito não oscilaria entre o par permitido/proibido, e sim no par possível/impossível, traduzindo a possibilidade ou impossibilidade de preencher satisfatoriamente a *forma vazia* como signo de realização pessoal. Safatle (2016) indica a depressão como fenômeno paradigmático do sofrimento psíquico desta condição, transpondo o dilema entre possibilidade/impossibilidade como fracasso de si. Em linhas gerais, este parece ser o diagnóstico de Safatle (2016) para a macro-estrutura à qual estamos assujeitados no contemporâneo e, nesse ponto reencontramos a dimensão do *traço* que pudemos evocar do texto de Mbembe (2018) e da problemática racial levantada pelo autor. Pois, ao que parece, estaríamos diante da produção de traços de identificação que produzem ajuntamentos coletivos, algo muito diverso da conformação do sujeito à palavra e ao significante paterno que sustenta (e se sustenta) uma lei patriarcal.

Não por acaso, Mbembe (2014) identifica na escravidão e no colonialismo os pontos centrais deste processo, que caminha lado a lado com a problemática trabalhista e a condição do proletariado, mas que não opera segundo as mesmas categorias. O autor aponta para este processo de destituição radical, em que se produz uma condição de sub-humanidade generalizável a qualquer canto do planeta a partir de um *traço*. Afinal foi este o elemento trazido pela escravatura moderna: a possibilidade de universalizá-la ao universalizar, também, em termos racialmente definidos, a figura do escravo.

O processo de escravização e racialização que Mbembe (2018; 2014) traz ao centro do debate nos indica este campo do traço, da redução do sujeito à *marca* impressa, que tem o poder de gerar uma série – identificações seriais, serialidadesde identificações, segundo Lacan (2003) – que se reproduz, como nos diz Mbembe (2018), “através de telas e espelhos de vários tipos”. Lembremos que a primeira marca da escravização de um corpo era o traço da cor de pele – precisamente destituída de seu caráter significante para funcionar como marca – seguida da perda forçada do nome. Em torno da *diferença* colocada pelo traço racialmente constituído, organiza-se uma série de *equivalências*, isto é, uma *série de identificações*. Esta é a tecnologia do escravismo e do racismo que parece emergir neste processo de repetição do capitalismo, agora sob o paradigma do algoritmo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese de que no *capitalismo computacional* estaríamos situados no registro do *traço* e da *rede* podemos rearticular a relação entre atividade vital do organismo e o meio constituído. Num primeiro momento, poderíamos pensar que a fluidez normativa do *ideal empresarial de si* estaria mais próxima da atividade vital do organismo em sua norma de transformação contínua. No entanto, Safatle (2016) é claro ao afirmar que a transformação contínua do organismo se faz por sua exigência em mudar continuamente de meio, nas possibilidades de manutenção do organismo em meios diversos, com seus acasos, imprevisibilidades e contingências. No caso do capitalismo computacional, o meio permanece o mesmo, sempre. O *mercado de identidades cambiantes* não implica uma mudança de meio. Portanto, precisamos supor que estes deslocamentos se enquadram na dinâmica do meio capitalista, entre seus polos (produção e consumo).

Talvez o exemplo dos nootrópicos possa ser útil para pensarmos a diferença que Mbembe (2018) nos indica, pois, diferente dos analgésicos,ansiolíticos e anti-depressivos que incidem no sentido de conformar o corpo à lógica produtiva pela via disciplinar da clínica (diagnóstico, distúrbio, ajuste químico), os nootrópicos prescindem de qualquer diagnóstico. Não é preciso sequer ser portador de uma *síndrome* para poder *turbinar o cérebro* visto que há um evidente imperativo de produtividade implicado neste tipo de medicação. No entanto, não é preciso dispor de um aparato disciplinar-clínico para fazer deste imperativo uma norma de saúde. Mais do que um curto-circuito, parece estar em jogo uma nova tecnologia de dominação que atua diretamente na subjetividade como processo produtivo.

Nesse sentido, o que junta os usuários de nootrópicos enquanto grupo? Não se trata necessariamente de um conjunto de sintomas, de todos do grupo portarem um *significante* em comum – como a depressão, ou a bipolaridade, por exemplo. No caso dos nootrópicos, não há síndrome a ser tratada. O que une esta forma de uso parece ser o próprio desejo em comum de turbinar o cérebro, ou seja, a adequação a um desejo de produtividade, imperativo da estrutura capitalista. São, portanto, alguns traços deste desejo em comum que fazem um grupo de semelhantes. Nesse caso, a *doença* parece funcionar como traço identificatório sintônico ao processo produtivo, sem, por isto, acarretar no *adoecimento* propriamente dito. Afinal, no caso dos nootrópicos, não é preciso sequer estar doente para adentrar na *economia emocional* promovida pela medicação.

Em suma, parece que a distinção entre saúde e doença fica cada vez mais difusa, mais reticular, na medida em que os modos de individuação e subjetivação migram para o centro da ordem produtiva. Isto nos fornece indícios de novas formas de adoecimento e novas formas de ajuntamento coletivo, que ainda se delineiam na atualidade, onde o remédio, no caso dos nootrópicos, não precisa se destinar à cura de uma doença que agiria no sentido de reintegrar o indivíduo ao sistema produtivo: trata-se de uma intervenção direta no desejo do sujeito que prescinde do próprio adoecimento. Nesse caso, não se consome

uma promessa de felicidade – como seria o caso de ansiolíticos ou anti-depressivos – e sim um imperativo de produtividade

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. A. S. & FLORES-MENDOZA, C. E. & GONTIJO, D. F. **Evolução do DSM quanto ao critério categorial de diagnóstico para o distúrbio da personalidade antissocial.** In: **Jornal brasileiro de psiquiatria**. Vol. 58. N° 4. Rio de Janeiro, 2009.

BARRATT, B, B. Boundariesandintimacies: **Ethicand (re)performanceof "The Law" in psychoanalysis.** In: **InternationalForumofPsychoanalysis**, p. 1-12. Routledge, 2012.

BONIN, R. **Conheça o 'Sindicato do Crime', facção que espalha terror no RN.** Rio de Janeiro: **Revista VEJA**, 2/08/2016

BOURDIEU, P. **A distinção – crítica à faculdade do juízo**. Lisboa: Antígona, 2010.

CASTRO, B. P. **USO DE MEDICAMENTOS NOOTRÓPICOS PARA APRIMORAMENTO COGNITIVO: ESTUDO SOCIOANTROPOLÓGICO DO BLOG "CÉREBRO TURBINADO**". Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

CISCATI, R. **Drogas chamadas *SmartDrugs* ganham cada vez mais adeptos.** Rio de Janeiro: **Revista Época**, 20/01/2019.

COSSETTI, Thaís; FISCHER, Rafael Perricone. **VERSÕES AVANÇADAS DA COLONIZAÇÃO: MEDICALIZAÇÃO DO CORPO E COMPORTAMENTALIZAÇÃO DA VIDA**.. In: Anais do **Colóquio Latino-Americano sobre Insurgências Decolonais, Psicologia e Povos Tradicionais**. Anais... Sobral(CE) FLF, 2020. Disponível em: <https//www.even3.com.br/anais/coloquiopovostradicionais/271127-VERSOES-AVANCADAS-DA-COLONIZACAO--MEDICALIZACAO-DO-CORPO-E-COMPORTAMENTALIZACAO-DA-VIDA>. Acesso em: 06/02/2021 20:15

FOUCAULT, M. **A política da saúde no século XVIII.** In: _____. **Microfísica do poder**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____ **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

GIURGEA, C. **HowToDealWithAnUnusualPharmacologicalPattern; The Nootropic Case. Drug-DevelopmentResearch**. Vol. 2. N° 5. P. 441–446. 1982

HARRIS, Joseph. E**. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo.** In: **História Geral da África V – África do século XVI ao XVIII**. [1988] Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000190253&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_0bc8ca18-384d-49b4-ad65-a69beb14d3ba%3F_%3D190253por.pdf&updateUrl=updateUrl7512&ark=/ark:/48223/pf0000190253/PDF/190253por.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A264%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22Fit%22%7D%5D

INIKORI, Joseph. E. **A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico.** In: **História Geral da África V – África do século XVI ao XVIII** [1988]. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000190253&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_0bc8ca18-384d-49b4-ad65-a69beb14d3ba%3F_%3D190253por.pdf&updateUrl=updateUrl7512&ark=/ark:/48223/pf0000190253/PDF/190253por.pdf.multi&fullScreen=true&locale=en#%5B%7B%22num%22%3A264%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22Fit%22%7D%5D

LACAN, J. **O seminário, livro 9: a identificação.** [Inédito]. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

_____ Outras fitas: **Descolonização, necropolítica e o futuro do mundo com AchilleMbembe**. Entrevista a TorbjørnTumyr Nielsen. Tradução TaísaSganzerla. **A fita**, 30/10/2019. Disponível em: http://afita.com.br/outras-fitas-descolonizacao-necropolitica-e-o-futuro-do-mundo-com-achille-mbembe/

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos – corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo.** São Paulo: Autêntica, 2016.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, J. **A ralé brasileira – quem é e como vive**. Belo horizonte: Contracorrente, 2018.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília, DF: Editora UNB, 2004.

FONTES CONSULTADAS

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID) – Vol. 10. **Organização Mundial da Saúde**, 2013.

DIAGNOSTIC AND STATISTICAL MANUAL OF MENTAL DISORDERS (DSM) – Vol. 5. **American PsychiatricAssociationPublishing,** Virgínia, 2013.

CAPÍTULO 10

O PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE MONTE ATHOS

ANDREI ROBERTO DA SILVA
Universidade Regional de Blumenau – FURB

GREICE MAIARA DENKER
Universidade Regional de Blumenau - FURB

RESUMO: Em meados do século IX da era cristã, uma península situada na Grécia, começou a ser utilizada por monges e eremitas como local de retiro espiritual. Para o cristianismo ortodoxo, essa localização virou um símbolo em sua história, pois, na contemporaneidade, nada se iguala a suas paisagens e belezas naturais na região do Mar Mediterrâneo. Nesta pesquisa tem-se por objetivo apresentar a localização, a história, Athos como patrimônio religioso e a importância que a região possui para a tradição Bizantina. Abordará a influência que esse local teve nas artes, cultura, iconografia e espiritualidade. A metodologia adotada foi a investigação bibliográfica de historiadores, registros de religiosos e viajantes que discorrem sobre o tema. Buscou-se apresentar o Monte Athos como símbolo para a espiritualidade cristã oriental e seu processo de reconhecimento como Patrimônio da Humanidade pelo UNESCO, o que favoreceu a preservação histórica, cultural e ambiental da região.

PALAVRA-CHAVE: Monte Athos. Patrimônio. Cristianismo Ortodoxo. Monasticismo. Grécia.

ABSTRACT: In the middle of the 9th century of the Christian era, a peninsula located in Greece, began to be used by monks and hermits as a place of spiritual retreat. For orthodox Christianity, this location has become a symbol in its history, because, in contemporary times, nothing matches its landscapes and natural beauty in the Mediterranean Sea region. This research aims to present the location, the history, Athos as a religious heritage and the importance that the region has for the Byzantine tradition. It will address the influence that this place had on the arts, culture, iconography and spirituality. The adopted methodology was the bibliographic investigation of historians, records of religious and travelers who talk about the theme. We sought to present Mount Athos as a symbol for Eastern Christian spirituality and its process of recognition as a World Heritage Site by UNESCO, which favored the historical, cultural and environmental preservation of the region.

KEYWORDS: Mount Athos. Heritage. Orthodox Christianity. Monasticism. Greece.

1. INTRODUÇÃO

Monte Athos é uma península autônoma localizada na Grécia, aonde pessoas do mundo todo a procuram para visitar. Para os religiosos existe um grande valor espiritual, pois o local é considerado solo sagrado

para os cristãos católicos e sobretudo para os Ortodoxos. Entretanto, o turismo na região não atrai apenas religiosos, mas pessoas de outras crenças, culturas ou indivíduos que não possuem uma filiação religiosa. Essas pessoas são atraídas pelo valor cultural e natural do local, suas belas paisagens são um grande atrativo. Possuem cerca de 20 monastérios de vários países diferentes que pertencem ao Patriarcado Ecumênico de Constantinopla. Todavia, a península não permite a entrada de mulheres para assegurar o celibato dos monges e religiosos.

O monasticismo ortodoxo é praticado na península desde a alta idade média e sua história passou por inúmeras mudanças de gestão e os mais variados tipos de conflitos. A história de Monte Athos tem origem na mitologia grega, mas destacou-se no processo de transição em que a população aderiu ao cristianismo. De fato, a descoberta desta península foi um momento convidativo para um aprofundamento dessas comunidades monásticas, mas ainda é desconhecida pelo o senso comum.

Ao tratar do Monte Athos, as comunidades acadêmicas reagem com curiosidade para o tema, pois não há identificação dos primeiros grupos que habitaram o local, e muitas especulações sobre suas as origens, entretanto, o local é lembrado como um lugar paradisíaco, místico e que nos aproxima ao tempo medieval. Permanecem, no entanto, muitas dúvidas que diversos pesquisadores atualmente buscam responder.

De modo geral, a maneira de levar a vida nas comunidades monásticas de Athos é desafiador, mas influenciaram e continuam influenciando diversas linhas do cristianismo durante a história, por seu rigor e disciplina nas práticas e cumprimento das regras e normas.

Neste artigo, o objetivo é abordar informações históricas sobre como começou as comunidades monásticas em Athos, a importância e as contribuições culturais para a Grécia, as motivações na escolha da localização da península, seu desenvolvimento administrativo autônomo e o processo que o reconheceu como um patrimônio histórico, cultural e religioso.

2. O MONTE ATHOS E SUA LOCALIDADE

Conhecido por suas belezas naturais, o Monte Athos, localiza-se em uma península do Mar Egeu, na Grécia, onde se instituíram numerosos mosteiros de inúmeros patriarcados diferentes da Igreja Ortodoxa. A maior parte dessa península é constituída por colinas revestidas de florestas, enquanto no litoral foram construídos altos mosteiros fortificados.

Geograficamente o Monte Athos está localizado na Grécia setentrional, na região de Tessalônica, província de Calcídia, a poucas horas de carro da fronteira com a Turquia. É uma das três penínsulas que se projetam no sentido sudeste em pleno mar Egeu. As duas primeiras penínsulas (do ocidente para o oriente) chamam-se Kassandra e Sithonia e estão

pontilhadas de pequenos portos pesqueiros e hotéis. A terceira e mais oriental das penínsulas é Monte Athos, uma faixa com cerca de 50 Km de comprimento e 8 a 12 Km de Largura, com uma área de 355 Km² que abriga um território íngreme, bastante árido e com trechos cobertos por florestas intocáveis. O conjunto da paisagem é dominado pelo azul profundo e límpido do mar Egeu e pelo cume pedregoso de Athos, o monte que dá nome a península, com 2033 metros de altura. Athos é realmente um farol, uma referência bastante respeitada por todos e ser conservador em sua essência (TRIGO, 1996).

> É diferente também dos conjuntos isolados de ruínas como Micenas e Delfos, na Grécia, ou Tomar, em Portugal. Esses lugares estão mortos, perderam sua pujança e deixaram apenas a carcaça, interessante é claro, mas ocas e cristalizadas em um passado que inexoravelmente se foi na imensidão misteriosa do tempo. Athos tampouco tem a ver com os complexos medievais tombados através de toda a Europa e que servem de peregrinação ao turismo organizado (TRIGO, 1996, p. 114).

Este é considerado o ponto mais próximo que se pode chegar de uma viagem no tempo. A vitalidade se expressa de duas maneiras: na arquitetura, através de inúmeras obras de manutenção ou reforma efetuadas em vários edifícios, e no lado humano, pelo número de religiosos proveniente de outros países ou da Grécia, bem como pelo número de jovens noviços (TRIGO, 1996).

De acordo com o artigo 5º da Carta de Athos, a comunidade monástica depende exclusivamente e espiritualmente da jurisdição do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla[1], sendo o Patriarca, a autoridade suprema (SALAS, 2011).

Uma das mais marcantes restrições ao acesso ao Monte Athos é a proibição da entrada de mulheres. O Artigo 186 da carta estatutária outorgada no ano de 1045, pelo Imperador de Constantinopla, Constantino IX Monómaco, declarou expressamente que: “na península do Monte Santo, a entrada de mulheres é proibida de acordo com os costumes imemoriais”. A tradição atoniana sustenta que, supostamente, a montanha sagrada foi visitada pela Virgem e é por isso que é conhecida como “O Jardim da Virgem Maria”, portanto, foi estabelecido que fosse solo sagrado (SALAS, 2011).

O Monte Athos, politicamente conhecido na Grécia como “o estado monástico autônomo da Santa Montanha” e espiritualmente sob a jurisdição direta do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, atualmente é composto por uma federação de 20 mosteiros autônomos, onde cada um tem seu território respeitado. *Kayres* é o atual centro administra-

1 Principal centro eclesiástico da Igreja Ortodoxa em todo o mundo, o Patriarcado Ecumênico tem seu fundamento histórico no Pentecostes e nas primeiras comunidades cristãs fundadas pelos santos Apóstolos. Conforme a Tradição, Santo André, “o Primeiro-Chamado“, anunciou o Evangelho nas vastas regiões da Ásia Menor, do Mar-Negro, da Trácia e da Acáia onde foi martirizado. No ano 36 d.C fundou a Igreja Local em Bizâncio, às margens do Bósforo, mais tarde, Constantinopla - cidade de Constantino (atual Istambul, na Turquia). O título de Patriarca Ecumênico data do 6º século d.C, sendo um privilégio histórico exclusivo do Arcebispo de Constantinopla, ultrapassando as fronteiras estatais e étnicas. O Patriarca Ecumênico é o Líder espiritual de aproximadamente 300 milhões de cristãos ortodoxos em todo o mundo. (Patriarcado Ecumênico. <https://www.ecclesia.org.br/ patriarcado-ecumenico/>. Acesso em 15 jan 2019.

tivo e de serviço dos 20 mosteiros. Nele fica *Konakia*, a casa que representa e Protos é a autoridade administrativa e espiritual (SALAS, 2011).

Vale acrescentar ainda que esses mosteiros imperiais, patriarcais e soberanos são classificados, segundo o costume imemorial na seguinte ordem hierárquica[2]:

1) O Santo Monastério da Grande Laura (Lavra);
2) O Santo Monastério de *Vatopédi*;
3) O Santo Monastério de *Iviron*;
4) O Santo Monastério de *Chiliandariou (Chilandari);*
5) O Santo Monastério de *Dionísio*;
6) O Santo Monastério de *Koutloumousiou*;
7) O Santo Monastério de *Pantokratoros (Pantokrator)*;
8) O Santo Monastério de *Xéropotamou*;
9) O Santo Monastério de *Zographou;*
10) O Santo Monastério de *Dochiariou*;
11) O Santo Monastério de *Karakallou*;
12) O Santo Monastério de *Philothéou*;
13) O Santo Monastério de *Simonos Pétras (Simopetra);*
14) O Santo Monastério de *Haghiou Pavlou* (São Paulo);
15) O Santo Monastério de *Stavronikita*;
16) O Santo Monastério de *Xénophontos (Xénophon)*;
17) O Santo Monastério de *Grigoriou*;
18) O Santo Monastério de *Esphigmenou*;
19) O Santo Monastério de *Rossikon (São Pantéleimon)*;
20) O Santo Monastério de *Konstamonitou (Kastamanitou)*.

Além disso, há que se atentar para os outros estabelecimentos, *skites, kellia* e *hisychastiria* (eremitérios), que constituem dependências de cada um dos vinte monastérios soberanos (LELOUP, 2012).

2 Essa lista foi transcrita da obra: LELOUP, Jean-Yves. Sabedoria do Monte Athos. De Jean-Yves Leloup de 2012. Ressaltamos que esta listagem pode ser encontrada em outros autores que apresentam as datas fundacionais dos respectivos mosteiros como por exemplo a obra: *La comunidad monástica del Monte Athos: un breve paralelo entre el derecho eclesiástico griego y el derecho comunitario europeo* de Fernando Luna Salas publicada em 2011.

3. HISTÓRIA DE MONTE ATHOS

Na Mitologia Grega o Monte Athos era uma das moradas de Zeus e, mais tarde, em um conflito, o gigante chamado Athos jogou sobre *Poseidon*[3] uma pedra, porém ao arremessá-la, errou o alvo e a pedra ficou cravada no Mar Egeu. Essa pedra é que viria a se tornar "A Santa Montanha" (LELOUP, 2012).

Alguns afirmam que o local se tornou o sepulcro do deus dos mares e que ele desperta de tempos em tempos passa dissolvê-las nas águas, entretanto segundo a lenda dos atonistas isso não acontecerá, pois, a *Theotokos*[4], protege a península. *Theotokos* é o título grego dado a Maria, mãe de Jesus, utilizado na Igreja Ortodoxa onde literalmente significa "Mãe de Deus". Em 306 d. C. Constantino[5] tornou-se imperador e após sua conversão, o Monte Athos tornou-se, junto com ele, uma terra cristã. A partir daí, a península foi um ambiente muito procurado por monges e eremitas que estavam em busca de um local de paz para viver segundo o Evangelho. Depois do século VII, com a expansão do Islã para a Capadócia, muitos monges foram se refugiar no Monte Athos.

> Já no século VIII, a tranquilidade dos monges era ameaçada pelas incursões de ladrões ou de pastores acompanhados pelas suas famílias. Foi necessária uma ordem imperial (A Crisóbula do Imperador Básilio I, o Macedônio, em 885 d. C.) para proibir-lhes a entrada. O acesso a esta Terra consagrada à ascese foi interditada não apenas as mulheres, mas também aos animais fêmeas, pois a zoofilia era uma prática frequente na época (LELOUP, 2012, p.9).

No ano de 963 d. C., Santo Atanásio o Atonita, fundou e organizou a vida monástica no Monte Athos. Ele fez com que a autoridade imperial aceitasse um modelo de organização monástica: as *Typika* ou regras, que organizavam e orientavam a vida dos monges. Durante este período foram construídos os monastérios de *Xeropotamou, Vatopediou, Hagiou Paulou, Zographou* e *Iviron*. Quase todos os monastérios do Monte Athos foram construídos antes do cisma de 1054 d. C. (KADAS, 1994).

No início os monastérios estavam habitados exclusivamente por monges gregos, e posteriormente, surgiram várias construções de monges ortodoxos de diversas nacionalidades. Assim, Monte Athos se tornou o maior símbolo da espiritualidade para a cristandade bizantina e uma República Monástica com grandes mosteiros em suas dependências (SALAS, 2011).

---

3 *Poseidon* é o deus dos mares, dos oceanos, das tempestades, dos lagos e dos cavalos de acordo com a mitologia grega. Um entre os doze deuses gregos olímpicos, ele é o filho dos titãs Cronos e Reia e a principal divindade adorada nas cidades de Pilos e Tebas.

4 Dogma Católico declarado no 3º Concíclio Ecumênico da Igreja em Éfeso que aconteceu entre 22 de Junho a 17 de Julho de 431, sob o Pontificado do Papa Celestino I.

5 Transferiu-se a capital do Império Romano, da cidade de Roma para Constantinopla, "Nova Roma" após assentamento de seus alicerces, em 328 A.D. e a respectiva inauguração em 537. (Patriarcado Ecumênico: <https://www.ecclesia.org.br/ patriarcado-ecumenico/>. Acesso em 15 jan 2019.

Depois do Cisma de 1054, onde o cristianismo se separou entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Católica Ortodoxa, o Monte Athos sofreu graves degradações devido às cruzadas, pois na quarta cruzada as consequências apareceram devido aos crimes de seus irmãos latinos: destruição de igrejas, monastérios, pilhagem das relíquias e outros tesouros, assassinato de monges e bispos (LOCH, 1971).

Com a queda de Constantinopla em 1453 d. C., a península de monte Athos ficou sob domínio do Império Otomano. Não podendo mais beneficiar-se da ajuda do Imperador, os monastérios de Monte Athos não demoraram a se degradar.

> No século XVI d. C. a Grécia, Sérvia, Albânia e a Bulgária foram transformadas em províncias otomanas. Apenas os povos que conseguiram preservar sua independência política puderam prestar ajuda e socorro aos monges de Athos. Os romenos, válacos e moldavos, os russos, os ucranianos e os caucasianos (LELOUP, 2012, p. 15).

Até 1912, os monges do Monte Athos foram sujeitos à administração otomana, que não se interessava pelas regras e costumes internos da comunidade monástica. Após a Revolução Russa em 1917 e o estabelecimento do Império comunista sobre os países eslavos, os mosteiros que dependiam desses países se encontraram empobrecidos e viram sua população ser drasticamente diminuída, enquanto os mosteiros gregos mantinham-se da melhor maneira possível (KADAS, 1994).

Somente depois das duas grandes guerras mundiais o Monte Athos passou por uma tomada de consciência e um retorno, pois novos monges instruídos e motivados voltaram a povoar os mosteiros a partir de 1963, ano de comemoração de seu milênio. A comemoração de seu milênio contou com a assistência oficial das mais ilustres personalidades do mundo ortodoxo, começando pelo patriarca Athenágoras de Constantinopla e o Rei Pavlos da Grécia (SPERANDIO, 2003).

4. A ESPIRITUALIDADE NA VIDA MONÁSTICA ORTODOXA

Um monge bizantino ortodoxo baseia-se na Sagrada Escritura, principalmente nos relatos de Paulo, para explicar o paradoxo da nossa condição humana:

> A partir do momento em que ressuscitaste com o Cristo, buscai as coisas do alto, ali onde se encontra o Cristo, sentado à direita de Deus. Sonhai com as coisas do alto, não com as da terra. Pois vós estais mortos e vossa vida, de agora em diante, está escondida com Cristo em Deus: quando o Cristo se manifestar, Ele que é a vossa vida, então vós também sereis manifestado com Ele pleno de glória (Cl 3, 1-4).

Aquele que escolhe a vida monástica escolhe por viver ao máximo as exigências e a vocação do batismo. Como todos os cristãos, a concepção dos monges é que todos somos pecadores e chamados a nos tornarmos santos.

Nessa perspectiva teológica, o monge tem consciência do caminho que o conduzirá das trevas a luz e este caminho é Jesus Cristo. Nos trabalhos manuais, o monge não busca se especializar no que quer que seja, pois no monastério ele terá que frequentemente mudar de ofício. Sua principal obra é a oração contínua, não importa o que ele faça, ele terá que intercalar todas as suas atividades com a oração (LELOUP, 2012).

Frente a isso, o objetivo da vida monástica é o de encontrar um coração dócil, puro à vontade de Deus, pois ali está a liberdade dos seus filhos. Enquanto estiver no pecado, não haverá liberdade. Para isso, o monge precisa renunciar tudo aquilo que não é divino, assim se tornam homens. É preciso também rejeitar a mentira, a hipocrisia, o orgulho e o ódio. Da mesma forma, o monge não vê vida espiritual fora da unidade comunitária, ou seja, não existe vida monástica fora da Igreja. A Igreja é o lugar da divinização do homem. Vale ressaltar, que a Igreja para os monges não é uma Igreja de perfeitos, mas de homens que aguardam sua salvação, não através dos seus próprios esforços ou de suas técnicas milagrosas, mas através da misericórdia Divina (LELOUP, 2012).

Sendo assim, na vida monástica o monge busca encontrar-se com a ciência divina que Cristo veio ensinar. O monge na perspectiva ortodoxa, busca a sabedoria de seu Mestre, Jesus Cristo. Em tudo o que se propor a realizar, o religioso não deve esquecer que está na presença de Deus.

5. MONTE ATHOS: PATRIMÔNIO RELIGIOSO

Considerado um centro espiritual Ortodoxo desde 1954, o Monte Athos gozou de um estatuto autônomo desde os tempos Bizantinos. A “Montanha Sagrada”, que é proibida para mulheres e crianças, também é reconhecida por portar belas obras de Arte Bizantina e ícones religiosos. A estrutura dos mosteiros (20 dos quais atualmente são habitados por cerca de 1400 monges) teve influência em locais tão distante quanto a Rússia e sua Escola de pintura influenciou a Arte Ortodoxa (UNESCO, 1997).

Desde o ano de 1988, a UNESCO declarou que o Monte Athos está entre os lugares considerados como Patrimônio da Humanidade, indicando: “a casa espiritual Ortodoxa desde 1054, a Montanha Sagrada, proibida para mulheres e crianças, com status autônomo desde Bizâncio, também é um lugar artístico alto” (SALAS, 2011).

O Monte Athos exerceu influência duradoura no mundo Ortodoxo, do qual é o centro espiritual, movimentando inúmeros fiéis para uma peregrinação. No seu desenvolvimento ainda contribuiu para a arquitetura religiosa e as pinturas monumentais da Arte Bizantina. Ainda, os temas iconográficos, codificados pela escola de pintura no Monte Athos e detalhados minunciosamente no Guia de Pintura, descoberto e publicado por Didron em 1845, foram utilizados de Creta aos Balcãs a partir do século XVI (UNESCO, 1997). A propriedade reflete adequadamente os valores culturais reconhecidos nos critérios de inscrição através

da configuração dos mosteiros e suas dependências, juntamente com a forma, o design e os materiais dos edifícios e fazendas, seu uso e função, o espírito e o sentimento do lugar.

O Monte Athos possui uma enorme riqueza de elementos históricos, artísticos e culturais preservados por uma comunidade monástica que ali habita nos últimos doze séculos e constitui um histórico vivo de atividades humanas. Desta forma, a península de Monte Athos tem extrema importância para os praticantes do cristianismo ortodoxo, pois o local foi habitado por inúmeros monges e eremitas que tiveram de alguma maneira um vínculo existencial com a terra. Essa península é uma ponte entre as gerações atuais, com seus ancestrais do passado, motivados pela Fé em Cristo.

> Por outras palavras, era preciso considerar a paisagem como conjunto de relações existências mantidas pelos humanos com o mundo que os rodeia, definindo o que podemos chamar um meio de vida. Estas relações existenciais são experimentadas de diferentes maneiras (elas são perceptivas, afetivas, imaginárias, cognitivas, práticas). Mas elas são sobretudo também maneiras de estar implicado com o mundo (BESSE, 2013, p. 35-36).

A transformação de uma montanha em um lugar sagrado fez do Monte Athos uma criação artística única combinando a beleza natural com as formas expandidas de criação arquitetônica. Além disso, os mosteiros de Athos são um verdadeiro conservatório de obras que vão desde pinturas de parede a ícones portáteis, objetos de ouro, bordados e manuscritos iluminados (UNESCO, 1997).

Há que se citar, também, que a grande forma artística em Athos é o ícone. Nos ícones representa-se o divino por meio de figuras humanas pintadas em madeira com a técnica da têmpera. São sempre figuras estáticas que “olham”, de todos os lados o peregrino que entra nos recintos. O ícone oferece àquele que o observa um tipo de relação especular (LOCH, 1971).

Vale ressaltar que para o cristianismo bizantino, o monge é o iconógrafo por excelência, são eles os grandes produtores das obras artísticas, depois de um período de oração e jejum eles executavam seus trabalhos sem prazos estipulados, pois na concepção bizantina o ícone não era só obra humana, mas sim divina:

> Aos monges consagrados, ficou normatizado que lhes caberia a tarefa da escritura de um ícone, após dias de intenso jejum, leituras bíblicas, orações distribuídas nas diversas horas do dia, desde que aprovado por seu superior hierárquico. Sem pressa, sem compromissos com o tempo, muitos ícones bizantinos foram confeccionados ao longo de anos. Graças a este particular, muito facilmente os apreciadores da arte bizantina, por vezes, verificam incongruências de estilos em uma mesma tela iconográfica (TAMANINI, 2017, p. 346).

O Monte Athos, com suas belezas naturais acabou despertando os dons contemplativos e artísticos nos monges e eremitas que ali se estabeleceram e, duas obras iconográficas que mereceram destaque são a Virgem do *Akathistos* de Zografu e *Iviron*/*Portaítisa* (SPERANDIO, 2003).

A rica vegetação e a topografia complexa do Monte Athos criam uma paisagem profundamente bela e diversificada. Paisagens costeiras suaves podem ser encontradas adjacentes a profundos desfiladeiros e suplente com rochas litorais íngremes e o ambiente natural é parte integrante da cultura. A paisagem reflete as práticas tradicionais de agricultura monástica, que mantém espécies de plantas que agora estão se tornando raras na região (UNESCO, 1997). Isso porque a vida monástica ortodoxa é caracterizada pela temperança, o uso cuidadoso dos recursos naturais e uma sensibilidade para a conservação da natureza. Os critérios finais para o uso de recursos naturais são simetria entre necessidades e uso, e a preservação da paz espiritual. Os limites da vida monástica devem servir a conservação da natureza e há regras que remontam à fundação da comunidade monástica do Monte Athos que proíbem explicitamente ações com o potencial para alterar o equilíbrio da natureza. O manejo florestal não é exceção.

Durante o reinado do imperador bizantino *Ioannis Tzimiskis* no ano de 972, limitações foram colocadas no comércio de madeira, enquanto a legislação posterior especificava que a florestas só poderiam ser exploradas para cobrir as necessidades dos mosteiros. Hoje, os monges seguem a tradição monástica de ordem e sustentabilidade e tentam viver em harmonia com o meio ambiente, administrando as florestas com respeito, cuidado e amor, bem como aplicando o conhecimento monástico tradicional em paralelo com os modernos métodos e técnicas científicas (KAKOUROS, 2009).

Por outro lado, é importante ressaltar também que o modelo monástico de subsistência dos monges ortodoxos contribuiu para a preservação dos ecossistemas locais, pois a organização social e política muito se ateve ao espaço sagrado de Monte Athos. De acordo com a definição de sociedade sustentável de autores contemporâneos, a comunidade monástica é totalmente coerente na sua maneira de usufruir os recursos naturais fornecidos pela terra.

> Uma sociedade é sustentável quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, junto com a comunidade de vida. Quanto mais uma sociedade se funda sobre recursos renováveis e recicláveis, mais sustentável se torna. Isso não significa que não possa usar de recursos não renováveis, mas, ao fazê-lo, deve praticar grande racionalidade, especialmente por amor à única Terra que temos e em solidariedade para com gerações futuras (BOFF, 2012, p. 128).

Nessa perspectiva, para ampliar a discussão, sustentabilidade nos remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado, presente e futuro (RATTNER, 1999).

O Monte Athos possui um peculiar sistema administrado sob a Lei Constitucional Helênica. Embora a soberania do Estado helênico permaneça intacta (artigo 105), a administração é exercida por representantes dos santos mosteiros, que compõem a Comunidade Sagrada (artigo 105). O Estado helênico responsabilizou a proteção e conservação dos bens naturais e culturais à órgãos públicos, nomeadamente o Ministério da Educação e Assuntos Religiosos, Cultura e Esportes, Secretaria da Cultura, através do 10º *Ephora-*

te das Antiguidades Bizantinas responsáveis, o Centro para a Preservação do Patrimônio *Athonite*, Ministério do Meio Ambiente, Energia e Mudanças Climáticas e Ministério das Relações Exteriores (Direção das Igrejas - Administração Monte Athos).

As obras de restauração e conservação, financiadas pela União Europeia, são realizadas pelo Estado helênico (10º *Ephorate* de Antiguidades Bizantinas e Centro de Preservação do Patrimônio *Athonite*). Existe uma colaboração contínua entre os serviços responsáveis do Ministério da Educação e Assuntos Religiosos, Cultura e Esportes; Secretaria da Cultura; e outros ministérios com a comunidade monástica. No entanto, deve-se salientar que o agendamento e a execução de todos os trabalhos relativos aos monastérios sagrados individuais requerem o seu consentimento, bem como o da Comunidade Sagrada (UNESCO, 1997).

Sustentar o Valor Universal Excepcional da propriedade requer a conservação contínua dos edifícios, incluindo seus acabamentos e pinturas murais, bem como de manuscritos e obras de arte. Foram realizados estudos sobre a instalação de infraestrutura nos edifícios do mosteiro, incluindo proteção contra incêndio.

É necessário, pois, analisar que a proteção e gestão das florestas, incluindo a provisão de grandes infraestruturas, é objeto de programas especializados planejados pelos mosteiros, em cooperação com a Comunidade Sagrada e cientistas relevantes.

> A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção (LEFF, 2001, p. 15).

Frente a isso, a promoção do patrimônio cultural do Monte Athos inclui conferências, publicações e, mais recentemente o uso da internet. O Monte Athos é conhecido pelo mundo cristão ortodoxo e atrai milhares de visitantes, estudiosos e peregrinos todos os anos. Uma vez finalizado e acordado, o Plano de Gestão preparado pela Comunidade Sagrada abordará o manejo florestal em termos de sustentabilidade ecológica, construção e manutenção de estradas e portos (*arsana*), gestão de resíduos, a necessidade de uma abordagem consistente da conservação para todos os mosteiros e um plano de preparação para riscos para todos os mosteiros e suas dependências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha mestra deste artigo levou a compreender o que continha na península de Monte Athos, quem vive naquela região, como seus membros pensam a vida e suas heranças recebidas pelos seus ancestrais. De modo geral, visualiza-se a localização, a história, o valor religioso e quando a península se tornou Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Para tal análise, foram usados historiadores, teólogos, religiosos e viajantes que vivenciaram a rotina do ambiente local e peregrinos que contemplam Athos como um espaço sagrado. Infere-se que há muitas características comuns a diversas religiões dos dias atuais, lembrando que a origem do local, já era descrita antes do cristianismo, com a mitologia grega.

É importante destacar, que os monges e eremitas eram um grupo que economicamente vivia com o necessário para sua subsistência, isso claramente era uma regra que se não cumprida, ocasionava a expulsão imediata. Dessa maneira, o membro dispunha seus bens em comum para toda a comunidade, que viviam igualmente do seu trabalho rural ou artesanato. Outro aspecto que se pode ressaltar é a administração autônoma do local e o fato de que as mulheres são proibidas de entrar na península devido ao celibato dos monges, pois como todos os ortodoxos, independentemente de seu patriarcado são devotos de Maria, a *Theotokos* (Mãe de Deus) é a única presença feminina no local.

O respeito e a disciplina que os membros dos monastérios de Athos praticam, são qualidades admiradas por seu grau de dificuldade, pois a negação ao mundo é um grande desafio atualmente. As qualidades dos monges e eremitas que permaneceram em Athos durante todo seu milênio é louvada e valorizada. Toda a herança e legado, como os elementos artísticos e arquitetônicos continuam sendo mantidos e reconhecidos com o tombamento da UNESCO.

7. REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes. **Paisagem e património**. Porto: Dafne/Chaia, 2013.p.33-53.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Leonardo. ***Sustentabilidade***: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LEFF, Henrique. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. *In*: **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LELOUP, Jean-Yves. **Sabedoria do Monte Athos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

LOCH, Sidney. **Athos: the holy mountain**. Thessaloniki: Librairie Molho, 1971.

KADAS, Sotiris. **Mount Athos:** anillustrated guide to the monasteries and their history. Athens: Ekdotike Athenon, 1994.

KAKOUROS, Petros. **Landscape conservation actions on Mount Athos**. The Sacred Dimension of Protected, Athens: Mediterranean Institute for Nature and Anthropos, 2009.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade - uma visão humanista**. Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, Ano II, n.5, p. 233-240, 2 sem. 1999.

SALAS, Fernando Luna. **La comunidad monástica del Monte Athos:** un breve paralelo entre el derecho eclesiástico griego y el derecho comunitario europeo. Cartagena de Indias: Universidad de Cartagena, 2011.

SPERANDIO, João Manoel. O Monte Athos. **Ecclesia**, 2003. Disponível em: <https:// www.ecclesia.com.br/athos/>. Acesso em: 14 nov. 2018.

TAMANINI, Paulo Augusto. Os ícones e seus signos: a aplicabilidade das imagens nas pesquisas e estudo da história do império bizantino. **História: Questões & Debates**, v. 65, n. 1, p. 337-358, 2018.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Espaço sagrado, tempo absoluto. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 7, n. 1, p. 107-114, may 1996. ISSN 1984-4867. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63272>. Acesso em: 14 nov. 2018.

UNESCO. **Mount Athos**. 1997. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/454>. Acesso em: 14 nov. 2018.

CAPÍTULO 11

JOÃO SEBASTIÃO: NATUREZA/PINTURA NO CONTÍNUO DA VIDA

TEREZA RAMALHO DE AZEVEDO CUNHA[1]
UFMT/FCA

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma descrição densa da obra "Sagrados Corações de Caju" de João Sebastião Costa (1949-2016), produzida na cidade de Cuiabá, no ano de 1974. Trata-se de uma pintura que expõe elementos sagrados e profanos numa conjunção na qual contracenam seres da flora e fauna da natureza, com suas ordens, rítmos e magicidade. No panorama pictórico em que figuram as obras deste pintor mato-grossense, atuam elementos primordiais que dão acento às encarnações do mundo natural. Ao realizar contatos quiasmáticos com o tecido do mundo - a partir do próprio corpo - o artista pinta no tecido da tela, metáforas e metamorfoses visuais, fraturas e escapatórias, visíveis/invisíveis. No altar sagrado da citada obra, as onças são vistas em pose heráldica, como se evocassem as ocorrências de forças vitais; exibem parentesco com felídeos imaginados que estariam surgindo em tempos futuros, às vezes adotando performances citadinas, no contexto urbano: entretanto, na paisagem natural, as onças de João Sebastião assumem a vigilância de áreas ambientais, invadidas e aviltadas pelo totalitarismo cruel. Nesse horizonte, o pintor oferece à fruição "do olhar que pensa", o componente estésico além do pressuposto político. Tendo a forma de uma crônica interpretativa, o texto segue com o aporte teórico de teses erigidas por Maurice Merleau-Ponty e Algirdas Julian Greimas.

Palavras-chave: Pintura/João Sebastião. Fenomenologia/Natureza. Semiótica Discursiva. Educação do olhar/Descrição densa.

ABSTRACT: This study presents a dense description of the book "Sagrados Corações de Caju" by João Sebastião Costa (1949-2016), produced in the city of Cuiabá, in 1974. It is a painting which exposes sacred and profane elements in a conjunction in which beings from the natural flora and fauna act together, with their own orders, rhythms and magicity. In the pictorial perspective, where the paintings by this artist from the state of Mato Grosso lie, primordial elements act, accentuating the incarnations of the natural world. When making chiasmatic contacts with the fabric of the world – from within the body itself - the artist paints, on the fabric of the canvas, visual metaphors and metamorphosis, fractures and escapes, visible/invisible.

1 Professora do Departamento de Arte da Faculdade de Comunicação e Arte, FCA/UFMT. Mestre em Comunicação e Semiótica PUC/SP. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGE-IE, Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Membra do GEMPO, Grupo de Pesquisa em Merleau-Ponty. E-mail: tezramalho5000@gmail.com

Nota: Este trabalho intitulado "João Sebastião: Natureza/Pintura no Contínuo da Vida", foi publicado nos Anais do Seminário Educação 2018 – 30 anos de PPGE: Diálogos entre Políticas Públicas, Formação de Professores e Educação Básica, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso entre os dias 04 e 07/11/2018, tendo sido apresentado no GT 16 – Movimentos Sociais e Educação.

On the sacred altar of the quoted work, the jaguars are seen in heraldic poses, as if evoking the occurrence of vital forces; they exhibit a kinship with imagined felines that would appear in future times, sometimes adopting urban performances, in the city context: however, in the natural landscape, the jaguars by João Sebastião take on the watchfulness of environmental areas, invaded and oppressed by the cruel totalitarianism. From this perspective, the painter offers to the fruition of the “sight that thinks”, the aesthetic component beyond the political assumption. Taking the form of an interpretative chronicle, the text follows the theoretical contributions of theses set up by Maurice Merleau-Ponty and Algirdas Julian Greimas.

Keywords: Painting/João Sebastião. Phenomenology/Nature. Discursive Semiotics. Education of the gaze/Dense description.

1. INTRODUÇÃO, MÉTODO E OBJETIVOS

Este ensaio, em abordando aspectos da poética pictórica de João SebastiãoFrancisco Costa (1949-2016) comporta uma descrição preliminar da obra “Sagrados Corações de Cajú”, realizada em 1974, Cuiabá, MT; apresenta-se pois, com a proposta metodológica contemplada por estudos referentes à corporeidade, à percepção, à consciência, ao existir que, incontornavelmente têm a marca dos escritos de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961): por esse motivo, ele é considerado o filósofo do corpo e da existência. A fenomenologia merleaupontiana que se ocupa de algo além dos fenômenos físicos, evoca o pensamento pelas vias das existências e das sensações, sem o crivo e o domínio autoritário da razão. A pintura moderna e seus engendramentos, bem como a poética dos pintores são considerados pontos de reflexão importantes para os quais o teórico francês dedica atenções: Desse modo, ele privilegia o mergulho do olhar na obra de Arte, admitindo que tal investimento pode e deve ser feito por sujeitos percipientes.

Em consonância com o pensamento fenomenológico este trabalho ancora nas postulações da semiótica discursiva, assinada por Algirdas-Julien Greimas (1917-1992) e seus colaboradores. Esta disciplina, organizada com rigor científico, privilegia a noção de texto e o percurso de sentido que o faz significar, apresentando procedimentos para análises, descrições do social, da cultura, da arte, dentre outros. Trata-se de um método heurístico, cujas investigações e descobertas são mediadas por percepções que apreendem os “algos”, num campo em que o sensível e o inteligível se entretecem. Tendo em vista uma descrição a ser feita em torno da obra do artista mato-grossense, são imprescindíveis os procedimentos e categorias postulados pelo mestre lituano para os objetos da semiótica visual: citam-se as categorias, eidéticas, cromáticas e topológicas.

Tornou-se imprescindível a recorrência ao pensamento revolucionário do educador Paulo Freire (1921/1997) e de seus colaboradores, com vista à elucidação de dados referentes à ecologia, eticidade e ontologia na Educação.

Considera-se que os três filósofos abordados trabalham numa perspectiva relacional, de inacabamento, não utilizam métodos cartesianos, positivistas, sequer elementos tipificáveis; valorizam as linguagens e as concebem como campos de pensamento.

Conforme as menções feitas no texto do resumo, este ensaio apresenta-se na forma de uma crônica interpretativa que pode ser traduzida como um texto literário, cuja finalidade estética é ensejar conversas com os sentidos bióticos, frequentemente percebidos no cotidiano imediato.

Este trabalho tem como objetivos, propiciar vivências a estudantes e professores, nosentido de: - Leituras de obras de arte, mediante a busca de sentido, particularmente o sentido da vida, oportunizando reflexões em torno do pensamento de filósofos, ensaístas e semioticistas; - Subsidiar estratégias didático-pedagógicas, com elementos do campo da criação artística, em meio ao qual gravitam constituintes da história, cultura e antropologia social; - Atentar para a desconstrução de uma cultura de perdas de identidade e valores, em favor de uma postura política voltada para a cidadania e para as questões ambientais.

2. NATUREZA / PINTURA

No reencontro com o mundo visível, ante o qual a entrada do olhar na obra torna-se um ato indispensável, percorremos a Pintura “Sagrados Corações de Cajú” de João Sebastião Costa, que propõe de início, haverem textos e contextos nos quais é intensa a atuação da Natureza. Ela surge em variadas performances: personagem, entidade, *alma mater*, não raro como um ser vitimado, inspiração dos estetas. Se a pintura deste notável pintor, já oferece crivos de leitura, por outro lado, nos faz querer alcançar uma compreensão, ainda que basilar sobre o significado primordial da palavra Natureza:

Nas páginas iniciais do livro “A Natureza”, o filósofo da existência Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), observa existir natureza por toda parte onde há uma vida que produz sentido e onde, todavia não existe pensamento; daí haver um parentesco com o vegetal. O filósofo, no entanto, assinala: “a natureza é diferente de uma simples coisa, ela tem um interior, determina-se de dentro; daí a oposição de “natural” a “acidental”. Não obstante, a Natureza é diferente do homem; não é instituída por ele, opõe-se ao costume, ao discurso. (...) É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta.” (M. P., 2006, p. 4).

É persistente a sugestão de haver algo em comum entre os processos de criação na Natureza e a Pintura. Assim como a Natureza, a Pintura nunca está completamente fora do tempo, porque está sempre no carnal. “A pintura não procura o exterior do movimento, mas as suas cifras secretas. Há-as mais subtis do que aquelas ditas por Rodin: toda a carne, e mesmo a do mundo, resplandece fora de si mesma. Mas dê-se mais importância ao mo-

vimento manifesto ou ao monumental, segundo as épocas e segundo as escolas (…)." (M. P., 1998, p. 64).

A Pintura, no sentido denso da palavra, não é uma técnica, tampouco um revestimento; é sobretudo a manifestação da visibilidade e da expressão do mundo. A pintura "confere existência visível ao que a visão profana crê invisível, faz com que não necessitemos de um sentido muscular para ter a volumetria do mundo." (M. P., 1998, p. 26).

Qualquer que seja a civilização em que se nasça, quaisquer que sejam as crenças, e quaisquer que sejam os pensamentos, quaisquer que sejam as cerimônias de que se faz acompanhar, e precisamente quando parece votada a outra coisa, desde Lascaux até aos nossos dias, pura ou impura, figurativa ou não, a pintura nunca celebra outro enigma que o da visibilidade." (M. P., 1998, p. 26).

Não seria difícil imaginar a entrada do olhar do pintor João Sebastião em suas telas, após ter percorrido os campos naturais, observando formas, cores, cheiros; podendo ver umidades, securas, texturas ruiniformes do cerrado, apreendendo a luminosidade de coloridos preternaturais de céus, corixos e alagados pantaneiros.

Seria crível que, em tempos de infância e adolescência, este olhar esteve a tatear ninhos, pedras, tecidos lenhosos e vasculares de árvores e plantas, perscrutando as asas de insetos desenhadas à maneira de Paul Klee; a saborear frutas e sucos, cujas cores exalam aromas e sabores; olhar, que nesse tempo, ad-mirava a plumária de pássaros e aves feitas de cores e leveza orgânica a produzir circuitos de sinestesias.

Tempos se passam e o pintor assume intensamente a sua Pintura encontrando identidade, cada vez maior com a Natureza e seus espetáculos: "Mato Grosso redunda à imagem de um grande diâmetro de sólida abundância (...) Figurativo, por si só o nome visualiza idéias plásticas (...) Pintar, aqui, de fato é o verbo que situa um acontecer sensível." (FIGUEIREDO, 1990, p. 10).

João Sebastião realiza uma produção inédita, apresentando as metáforas pictóricas da onça, não apenas nos espaços mato-grossenses mas, igualmente, diante da crítica nacional e Internacional; o pintor elabora máscaras de onças admiráveis; realiza a pintura corporal, incorporando a pele de felídeos, manifestando-se em happenings no uso de espaços públicos.

A pintura amadurece, as onças criam outros perfis, são adicionados contextos variantes à temática das onças; entretanto, permanece a sugestão de serem as onças guardiães, expressivas, as que habitam esse território pictórico de estesias e reflexões.

O pintor realiza exposições individuais, participando de importantes Salões, Bienais e Exposições de Arte, coletivas no Estado de Mato Grosso, assim como em outras unidades brasileiras; seu trabalho é reconhecido por renomados críticos de arte, a exemplo das opiniões manifestas por Mario Schenberg, Roberto Pontual e Aline Figueiredo.

Registram-se mais de quarenta anos de produções em pintura, assinadas por João Sebastião, que faleceu em 2016, cidade de Cuiabá. É interessante ressaltar que, os elementos constituintes das obras desse pintor, são recorrentes aos estudos de diversos campos das Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, particularmente, aos que se referem à Fenomenologia. Os elementos partícipes dessas pinturas trazem argumentações que aludem à reflexão, à existência, à consciência, à corporidade, à compreensão do outro, à Natureza (vitimada e/ou renascente), à animalidade; existindo nessas telas abordagens inéditas e não preconceituosas.

A eleição da obra “Sagrados Corações de Cajú”, - elaborada há mais de cinco décadas - para o procedimento de uma descrição densa, apoia-se nos seguintes fatos: As décadas de setenta e oitenta, do século anterior, testemunharam o momento em que os felídeos, especialmente a onça pintada, inauguram performances na obra desse artista. Paralelamente a tal abordagem outras ocorrências instalaram-se nessas mesmas telas, a exemplo da temática que agrega o sagrado e o profano. Essa pintura causou evidentes impactos, frente aos vários segmentos da sociedade cujas opiniões se dividiam em torno das políticas que envolvem a Natureza e os processos de criação na Arte. Entende-se que, nas décadas citadas ainda efervesciam idéias existencialistas e positivistas que se entrechocavam, sendo inevitável a apreensão de sentidos fenomênicos inerentes aos acontecimentos; na Pintura de João Sebastião, tais argumentos manifestam-se de maneira inédita, a partir do comportamento das onças e de outros seres do mundo percebido.

Foto 1 - Sagrados Corações de Caju

Fonte: João Sebastião da Costa. *Sagrados Corações de Caju/óleo sobre tela, 100x172cm/1974*. Cuiabá, MT. Extraído do livro “Arte Aqui é Mato”. Aline Figueiredo, edições UFMT, p. 23, 1990.

3. DESCRIÇÃO “SAGRADOS CORAÇÕES DE CAJÚ”

No percurso inicial, quando o olhar fruidor é tocado por sensações de cores e formas, sinestesias e metamorfoses, torna-se produtivo tocar as regiões da obra com o olhar inocente.

A composição está incontornavelmente imersa num conteúdo de sincretismo religioso, como se o autor buscasse na intemporalidade barroca algo para exprimir as vocações desse homem e de suas crenças que é ao mesmo tempo, animal santo e fruta. Na supervalorização dos elementos regionais ele sugere as ocorrências terrenas que podem ser existentes nesta extensa região do centro da América do Sul.

De imediato, tem-se um exemplo de dualidade na obra de João Sebastião que está relacionado às imagens de Maria e Jesus; elas ocupam a superfície maior do espaço bidimensional e se apresentam no plano frontal. Sabe-se que no universo do catolicismo essas imagens sacrais são demasiadamente difundidas, representando o Pai/Filho e a Mãe do Reino dos Céus. No contexto tradicional teriam as mesmas, olhos e tez claros; Jesus seria visto com os cabelos ruivos ou aloirados tal como se apresentam as imagens europeias tradicionais. No entanto, de acordo com a proposta de sincretismo,cultural, religioso, formulada pelo autor, Jesus é representado por um homem moreno de tipo acaboclado; olhos castanhos de cabelos negros e Maria, uma mulher doce, sensual da cor do caju, vinda talvez de uma pequena cidade ribeirinha. Tais imagens juntas, homem e mulher, reinam nesse universo da fé religiosa e também em meio as forças transformadoras e atuantes da Natureza.

Percorrendo mais a superfície da obra que já convida o olhar fruidor para outros percursos internos, observa-se: os trajes das figuras, as toalhas e panejamento que emolduram o altar são tratados pictoricamente, tendo “algo” que se aproxima da poética barroca, pois as formas sugerem o movimento das águas, do tempo e da vida. Na parte superior do eixo axial da composição, localizam-se ao alto a corpulenta coroa dourada, talvez simbolizando o coroamento de tal sincretismo e mais abaixo, a presença do Espírito Santo. Essa entidade encontra-se num altar, como se fosse a janela aberta, através da qual é possível contemplar parte do ambiente natural banhado de luminosidade atmosférica onde é sugerida a abertura de um horizonte. Duas onças ladeiam os símbolos mencionados revivendo as figuras heráldicas, ao invés de animais sagrados ou anjos guardiões. Elas, porém, parecem atingir a personificação das forças da natureza. Outros elementos visuais estão próximos como os pássaros metamorfoseados em caju, simetricamente dispostos.

O autor revela a necessidade de proporcionar ao olhar do fruidor, a visão de uma cultura autóctone, da natureza sábia que espreita e transforma; ao enfatizar o caju, tende mais a trabalhá-lo pelo víeis da magicidade. O caju, delícia que nasce em opulência no cerrado, fruto da doçura e amizade é trabalhado nesta composição formando alegorias, aparecendo em bouquês, guirlandas ou mesmo metamorfaseado em pássaro. E assim o autor compõe

esses frutos ordenadamente, nas auras sagradas, no altar do Espírito Santo, nos próprios cabelos de Maria, na barba de Jesus, para finalmente encarná-los, nos corações sagrados de Jesus e Maria que produzem chamas.

Observando as presenças das ordens, sacral/profana, na Obra Sagrados Corações de Caju, constata-se a atuação de elementos relacionados às imagens religiosas tradicionais que são homenageadas no contexto mato-grossense das festas do Divino, de São Benedito e de Santo Antônio de Leverger. As figuras da ordem do profano são identificadas de imediato por suas simbologias reveladoras de formantes e sentidos quanto à atuação de felídeos, pássaros, frutas, cujos sabores sensoriais revivem os pomares profanos; nota-se que esses elementos partícipes da cena, de certa forma, invadem o campo sacro.

Não obstante, constata-se, a assimetria representada pelo coroamento caju/novo espírito santo, ou seja, não mais o Espírito Santo preso em sua densidade sacral, mas habitante ou hóspede de honra de terras do cerrado onde os cajueiros de frutos sumarentos se integram às sonoridades e presenças de aves e pássaros.

No tecido pictórico da obra, o emprego da cor é feito magistralmente nas formas que configuram presenças em maiores estaturas: trata-se de cores de amplo espectro, com elevados graus de saturação; citam-se os amarelos, vermelhos, os laranjas; como elementos mais frios, os vinháticos, verdes e violáceos são percebidos em menor proporção. Nessa composição, cujos corações se metamorfoseiam em cajus, as cores se fazem atuantes, compondo extensas regiões cromáticas, capazes de cobrir o percurso de elementos lineares que estão ausentes. Visivelmente, o artista desenha com a cor, sendo tal evidência uma das características de sua poética. A pintura de João Sebastião parece reviver as próprias cores dos frutos e frutas dessa região amazônica, meridional, dos arcos-íris e seus reflexos coloridos que se formam no período das águas, das flores do cerrado e do Pantanal; a cromaticidade intensa da plumária das aves, parece enredar motivos ao olhar desse pintor. O pelume de animais silvestres notadamente o que é atribuído a onça pintada, e os matizes que nele se exibem, apresentam sínteses, em nível de cores, sendo amplamente exploradas, com estilizações, pelo mesmo artista.

A imagem que expressa uma compreensão aliada à antropomorfia das onças está, antes de tudo a serviço de um embate que denuncia as colonizações extrativistas e culturais, bem como os atentados calamitosos contra natureza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há sentidos de assimetria expandidos em Sagrados Corações de Cajú, produzidos pela dessacralização do sacral e sacralização do profano, como inversões de ordens e sentidos que passam a enunciar algo sobre as vivências de um mundo no qual, é preciso exercer astúcias, enfrentamentos, escapes; um mundo imperfeito, de faces ambíguas,

feras/pessoas, feras doces, pessoas de olhares perscrutantes, que atuam em contextos existenciais. Esse mundo, especialmente, parece agregar ligações entre a vida do pintor, os “algos” e personagens que se manifestam nesta obra aberta, cujas entradas, são permitidas para os passeios do olhar. Entretanto é visível a influência das paisagens do mundo físico, região berço do próprio artista e de suas vivências culturais, idiossincráticas, que inspiram valores tendentes à liberdade do olhar e da expressão.

Certamente, a estética desta pintura causa impactos visto haverem abordagens que se dirigem às questões relacionadas à valorização da vida da natureza, de seus solos e seres, de pronuncias em alertas pela continuidade da vida: a temática encontra-se numa relação com o processo criativo constituído de elementos estruturais da linguagem plástica, sem anotações de grafismos e contornos; a grande percepção cromática e as luzes estão presentes na visibilidade de um contexto surreal, com suas metamorfoses, às vezes anedóticas, burlescas e irreverentes.

Parece sensato supor, que a completitude da obra se faz quando ela é dirigida a alguém e esse alguém, naturalmente, ao apreendê-la, a recria para si próprio. Ler e reler “Sagrados Corações de Cajú”, elaborada há mais de cinco décadas, significa compreender que a cada leitura, ainda em tempos recentes, a obra revive uma perspectiva original, como a pedra de diamante em bruto cuja estrutura aberta num outro veio, nos mostra horizontes de percepções, até então insuspeitados.

A perceção das formas que integram essa pintura, torna possível a penetração do olhar em suas camadas de contextos sensíveis e inteligíveis; significa compreender a enunciação que se manifesta nessa poética cujo processo de criação é assumido por um pintor que está dentro de sua obra.

A pintura é um fazer que não é posto a serviço de um revestimento exterior: visíveis, os constituintes de camadas pictóricas do interior da obra, formam uma conjunção interrelacional que envolve, tempo-espaço, formas-cores, além de outroselementos partícipes de igual importância.

Conviver com a livre expressão desse pintor significa conhecer um mundo onde as ideias libertárias podem contribuir para quaisquer aspirações e manifestações textuais, expressas pelas linguagens da arte e das ciências. Significa vivenciar estesias, pela conviviabilidade com os ambientes naturais, mediante prazeres e éticas que esses contextos nos inspiram; significa conhecer as direções do olhar do artista, o que ele apreende e/ou seleciona; é igualmente considerada a maneira pela qual ele exerce um ato político ao sair do seu atelier e seguir para os espaços abertos das ruas, dos campos e das florestas, pois além do trabalho pictórico, João Sebastião sempre viveu performances que priorizavam a existência dos seres da natureza e de seus territórios; tais procedimentos foram feitos com a utilização da própria pele, em espaços abertos e públicos.

Advoga-se, por outra via que, toda obra de arte apresenta problemas de ordem estética e existencial, incluindo aqueles relacionados ao seu inacabamento. Os problemas de

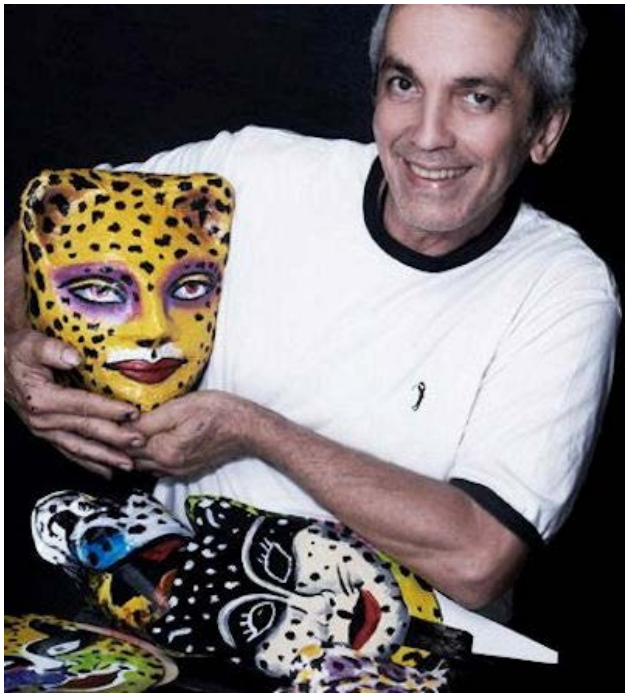
estética oferecem percursos do sensível ao inteligível (ou vice-versa), pois ao ampliarem o pensamento, indicam fenômenos ainda não compreendidos. É significante ocorrer o inacabamento na obra de arte, pois “há sempre uma lacuna a ser completada por aquele que, diante dela é fruidor”, disse Charles Baudelaire, em algum momento de sua obra poética.

O inacabamento está presente nos estudos sobre fenômenos inacabados em Max Weber, como também em Paulo Freire. O educador pernambucano, observa que a singularidade da espécie não estaria nem na inteligência, nem na vontade livre; “o que distinguiria os seres humanos dos demais seres é o fato de terem consciência de que são incompletos, inconclusos e inacabados” (FREIRE, 1997). Sagrados Corações de Cajú, é uma obra que se gesta socialmente na História, assim como nos fatos do cotidiano contemporâneo do século XXI. Está no contínuo da vida.

Considera-se necessário enfatizar, que o presente trabalho encontra-se igualmente inacabado, condição que pode parecer, particularmente vantajosa. A pintura que é descrita tratando-se de um texto constantemente produtivo, em termos de sentido, acaba revelando outras dimensões da obra, aproximando o percurso do olhar para as regiões mais densas e significantes que a constituem.

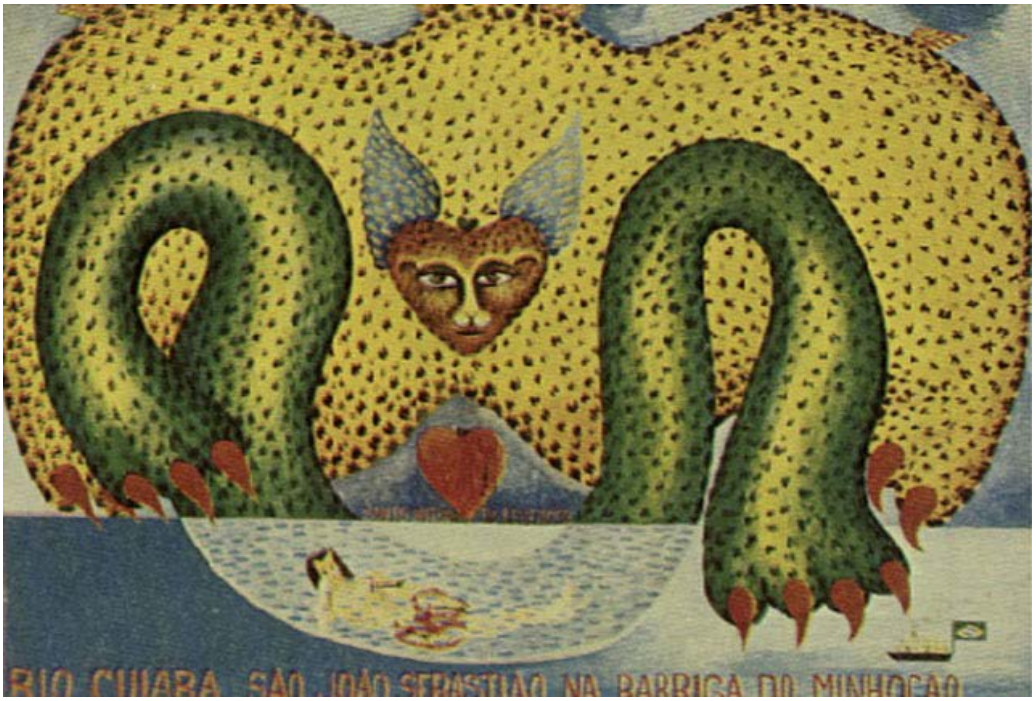
O uso da livre expressão associado à práxis de percepções apresentados aos fruidores desta e de outas obras, pode estimulá-los a intervirem em contextos que comportam fatos e ocorrências da realidade concreta. A abordagem do presente texto, num contexto de violência em que Arte/Cultura/Filosofia estão sendo excluídas da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, por serem considerados elementos supérfluos e desnecessários, esta voz se circunscreve na tradição da Paidéia Grega, voltada para a vida, a diferença e a conviviabilidade.

Foto 2 - João Sebastião e suas máscaras de onça



Fonte: Foto de João Sebastião mostrando as suas máscaras deonças antropomorfizadas (cerâmica), Cuiabá, MT. Foto Nº 2.

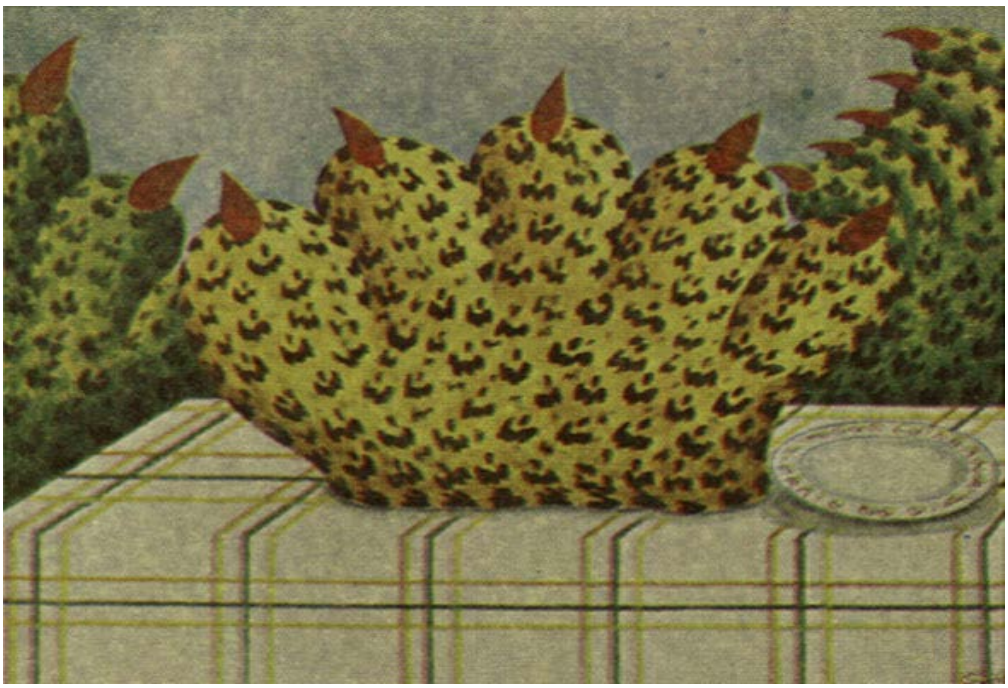
Foto 3 - João Sebastião na barriga do minhocão



Fonte: João Sebastião/São João Sebastião na barriga dominhocão/pintura/87x110cm / 1977. Foto Nº 3.

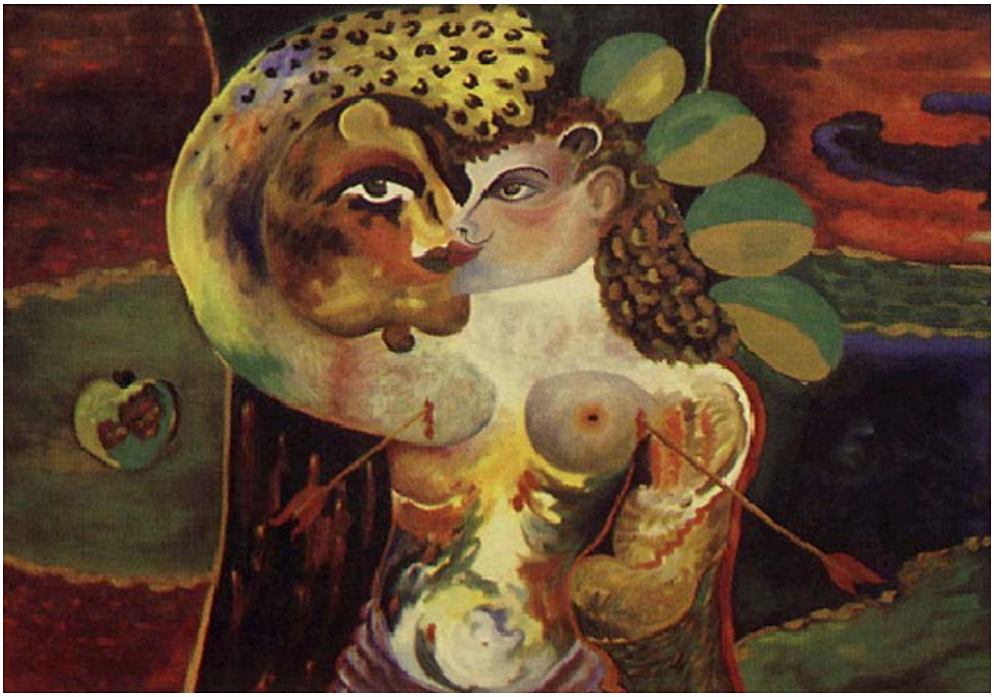
Assinala-se que as fotos 1 e 5, foram extraídas do Livro “Arte aqui é Mato”, 1990; as fotos 3 e 4 foram extraídas do Livro “Artes Plásticas no Centro-Oeste, 1979; ambas as obras são assinadas por Aline Figueiredo.

Foto 4 - Língua cuiabana



Fonte: João Sebastião/Língua cuiabana/pintura/65x81cm/1977. Foto Nº 4.

Foto 5 - S. João Sebastião



Fonte: João Sebastião. *S. João Sebastião. Óleo sobre tela, 100x130cm/1980*. Extraído do livro "Arte Aqui é Mato". Aline Figueiredo, edições UFMT, p. 76, 1990. Foto Nº 5.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna. Do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos.** Trad. Denise Bottmann e Frederico Carotti. Prefácio: Rodrigo Naves. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e intelecto na arte.** 2.ed. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Arte, percepção visual. Uma psicologia da visão criadora.** Trad. De YvonneTerezinha de Faria, 3.ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1986.

BACHELARD, G. **A poética do devaneio.** São Paulo: Martins Fontes, 1985.

CUNHA, Tereza Ramalho de Azevedo. **Educações: Leituras e Vivências em Merleau-Ponty. Itinerários do Olhar Fruidor.** 2019, 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação – UFMT, Cuiabá-MT, 2019.

ECO, Humberto. **Obra Aberta. Forma construtivismo nas poesias contemporâneas**.São Paulo: Perspectiva, 1968.

DICIONÁRIO PAULO FREIRE. Org.: STRECK, R. D., REDIN, E. ZITKOSKI, J. J. 3. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FIGUEIREDO, Aline. **Artes Plásticas no Centro-Oeste.** Cuiabá: edições UFMT/MACP, 1979.

_____. **Arte aqui é mato.** Cuiabá: edições UFMT/1990. Museu de Arte e de Cultura Popular, 1990.

FIGUEIREDO, Aline. (org.). MACP/UFMT: 40 Anos > 40 Years > 40 Años: / Magia Propiciatória/; Ronte [Conducike Magic/; Percurso / Magia Propiciatória/; Aline Figueiredo (organizadora), Cuiabá--MT: UFMT/Fundação Uniselva/Entrelinhas, 2014.

FRANCASTEL, Pierre. **Imagem, visão e imaginação.** Edições 70, Lisboa, 1987.

FREIRE, Maria de Lourdes De Lamônica. **Os temas de João Sebastião. Panorama das Artes Plásticas em Mato Grosso.** Cuiabá, MT, 1975.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **De La imperfección.** Presentación. Traducción y notas de Raúl Dorra. México, Universidad Autónoma de Puebla, Fondo de Cultura Económica, 1990.

MACP: Animação cultural e inventário do acervo do Museu de Arte e de Cultura Popular da UFMT/ Aline Figueiredo, Humberto Espíndola, organizadores. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O olho e o espírito.** Prefácio de Claude Lefort. Trad. Luis Manuel Bernardo. 2.ed. Lisboa: Passagens/Veja, 1997.

_____. 1908-1961. **Conversas.** 1948/Maurice Merleau-Ponty; organização e notas de Stéphanie Ménasé; trad. Fábio Landa, Eva Landa; Rev. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **A Natureza. Curso do Collège de France.** Texto estabelecido e anotado porDominique Séglard. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil. Ensaio sobre arte brasileira.** 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

OSTROWER, Fayga. **Acasos e criação artística.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

READ, Herbert. **A Arte de Agora. Uma Introdução à teoria da pintura e escultura modernas.** 2.ed. Trad. J. Guinsburg e Janete Meiches. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

SANTOS, Renato. O Quiasma do Mundo: A Questão da Alteridade em Merleau-Ponty. Curitiba: CRV, 2017.

Sites Pesquisados:

http://sociedadedospoetasamigos.blogspot.com/2012/04/joao-sebastiao-da-costa-desenhista.html

http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/02/morre-aos-66-anos-artista-plastico-mato-grossense-joao-sebastiao.html

https://www.escritoriodearte.com/artista/joao-sebastiao-francisco-da-costa

https://pt.wikipedia.org/wiki/Algirdas_Julian_Greimas. Acesso em: 7 mar. 2021.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire. Acesso em: 7 mar. 2021.

http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8724/joao-sebastiao#:~:text=Jo%C3%A3o%20Sebasti%C3%A3o%20Francisco%20da%20Costa,modernas%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro. Acesso em: 7 mar. 2021.

CAPÍTULO 12

“GINÁSTICA PARA TODOS” E SUA CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA PARA O SER SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GISLANE NUNES LEITÃO
Instituto Federal Fluminense

JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA
Instituto Federal Fluminense

RESUMO: A “Ginástica para Todos” é uma modalidade de demonstração que envolve as ginásticas e outras expressões corporais, em uma construção coreográfica. Nesta pesquisa, buscou-se avaliar a “Ginástica para Todos” como uma possibilidade interdisciplinar, capaz de proporcionar benefícios sociais a alunos de cursos técnicos integrados no Instituto Federal Fluminense - campus Campos Centro. A proposta do estudo foi a aplicação de uma sequência didática de “Ginástica para Todos”. Participaram da investigação 48 alunos do terceiro ano dos cursos de Edificações e Mecânica Industrial. A pesquisa foi embasada em métodos exploratórios-descritivos, com uso de observação participante, questionário e entrevista semiestruturada. Vários registros foram feitos por meio da observação da pesquisadora, com relação às habilidades sociais desenvolvidas na pesquisa. Identificou-se que 47 alunos classificaram como satisfatório ou muito satisfatório, o desenvolvimento dos valores com relação ao próximo e respeito às diferenças. Sobre o desenvolvimento de atitudes, como cooperação e auxílio ao próximo, 46 estudantes julgaram positivamente os encontros de “Ginástica para Todos”. E quando perguntados sobre o incremento do senso crítico, a análise de 39 estudantes foi positiva. Quanto ao progresso da autonomia, 43 jovens julgaram o resultado satisfatório ou muito satisfatório. Ademais, na entrevista, os jovens destacaram o que sentiram de diferença entre a “Ginástica para Todos” e outros exercícios físicos realizados anteriormente no Instituto Federal Fluminense, sendo constatado que muitos tiveram a percepção do conteúdo como propulsor de benefícios sociais. Avaliou-se, então, a Ginástica para Todos como um recurso capaz de contribuir para a formação do ser social na Educação Profissional e Tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica. Ginástica para Todos. Ser social.

ABSTRACT: “Gymnastics for All” is a form of demonstration that involves gymnastics and other body expressions, in a choreographic construction. In this research, we sought to evaluate “Gymnastics for All” as an interdisciplinary possibility, capable of providing social benefits to students of technical courses integrated at the Federal Fluminense Institute - Campos Centro campus. The proposal of the study was the application of a didactic sequence of “Gymnastics for All”. 48 students from the third year of the Building and Industrial Mechanics courses participated in the investigation. The research was based on exploratory-descriptive methods, using participant observation, questionnaire and semi-structured interview. Several records were made through the researcher’s observation, regarding the social skills developed in the research. It was identified that 47 stu-

dents classified the development of values in relation to others and respect for differences as satisfactory or very satisfactory. Regarding the development of attitudes, such as cooperation and helping others, 46 students positively judged the “Gymnastics for All” meetings. And when asked about the increase in critical sense, the analysis of 39 students was positive. As for the progress of autonomy, 43 young people judged the result to be satisfactory or very satisfactory. Furthermore, in the interview, young people highlighted what they felt was the difference between “Gymnastics for All” and other physical exercises previously performed at the Federal Fluminense Institute, and it was found that many had the perception of content as a driver of social benefits. Then, Gymnastics for All was evaluated as a resource capable of contributing to the formation of the social being in Professional and Technological Education.

KEYWORDS: Professional and Technological Education. Gymnastics for All. Social being.

1. INTRODUÇÃO

“Ginástica para Todos” (GPT) é uma modalidade esportiva de demonstração, que envolve, principalmente, movimentos ginásticos, podendo contemplar também expressões corporais diversas, durante o processo de construção coreográfica que, oficialmente, aborda temas da cultura nacional.

Este estudo se justifica pela busca da formação do ser omnilateral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir de uma proposta interdisciplinar, baseada em um conteúdo da Educação Física, que oferece ferramentas significativas para o desenvolvimento de aspectos sociais para a formação de cidadãos.

Com esta pesquisa então, buscou-se avaliar a “Ginástica para Todos” como uma possibilidade interdisciplinar, capaz de proporcionar benefícios sociais a alunos de cursos técnicos integrados no Instituto Federal Fluminense – campus Campos Centro.

O estudo, compõe anais de evento científico[1], onde foi apresentado. Está estruturado com a metodologia aplicada, sua fundamentação teórica, os resultados alcançados com as análises dos dados coletados e as conclusões.

2. METODOLOGIA

A avaliação se deu por meio da aplicação de uma sequência didática, organizada em dez encontros, planejada basicamente em movimentos ginásticos, permeada por vários debates, criações, dinâmicas, pesquisas e ações interdisciplinares para que, ao final, cada

1 Anais do IX Coninter - 9º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, realizado na modalidade virtual, nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2020.

classe participante pudesse apresentar uma construção coreográfica de GPT, representativa do seu curso técnico.

O estudo, de natureza exploratória-descritiva, teve como instrumentos de coleta de dados um questionário, uma entrevista e registros diversos. O questionário foi elaborado conforme a escala de Likert, com quatro opções de resposta aos alunos, para se verificar o nível de satisfação dos benefícios sociais alcançados com a sequência didática, com sua aplicação no último encontro. Realizou-se também uma entrevista semiestruturada, individual, antes das atividades da nona aula. Os registros, por sua vez, ocorreram por meio de vídeos, fotografias e de um diário de campo, no qual foram anotadas as observações da pesquisadora, durante esta pesquisa-ação.

Os participantes da investigação foram 48 alunos de duas turmas de terceiro ano dos cursos técnicos integrados de Edificações e de Mecânica Industrial do campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), no ano letivo de 2019, sendo a professora da turma, a pesquisadora neste estudo.

Foi assinado pelos pais dos discentes menores um termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando assim, a participação dos jovens na pesquisa. E no caso daqueles com idade superior a 18 anos, os próprios alunos assinaram os termos.

O proposto englobou um trabalho de equipe com cada uma das turmas, as quais passaram por vivências das ginásticas (artística, acrobática e de academia), danças e outras expressões corporais, durante o processo e, ao final, apresentaram como produto uma composição coreográfica de GPT. Foi realizada, entretanto, uma adaptação do tema da coreografia que, oficialmente, deve representar aspectos da cultura nacional. Por tratar-se da EPT e da relevância da interdisciplinaridade nesta modalidade de ensino, o tema solicitado deveria retratar aspectos técnicos de cada curso.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Física, vista como reprodutora de movimentos mecânicos, é a menos valorizada entre as áreas de conhecimento, sendo primordial então, a incorporação de sentidos e significados aos movimentos, o respeito a todos na conquista da motricidade e, especialmente, comprometimento com o crescimento humano (MOREIRA, CHAVES e SIMOES, 2017).

Ayoub (2003) defende a viabilidade de a GPT ser trabalhada na escola, por abarcar estudos, vivências, conhecimentos, compreensões, percepções, confrontos, interpretações, problematizações, compartilhamentos, por meio da criação de novas possibilidades de expressão gímnica. Maroun (2015, p.49) concorda que a modalidade “propicia discutir, experimentar, ressignificar e problematizar a diversidade cultural em nossa sociedade, ex-

pressa pelas diferenças no/pelo corpo em movimento". A ação pedagógica preocupada com a diversidade cultural deve direcionar intervenções não somente na percepção da existência, mas igualmente na probabilidade de questionamentos relevantes sobre estas diferenças, em um currículo organizado também para esta necessidade (MAROUN, 2015).

Frigotto (2018) por sua vez, quando se refere especificamente ao ensino médio e educação técnico-profissional, almeja a escola como direito social e subjetivo, e, desta forma, unitária, omnilateral, tecnológica, incorporando as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas em um ensino desfragmentado, exigindo, portanto, do educador, posicionamento ético-político e senso crítico sobre as relações comunitárias excludentes.

Ainda no tocante à integração, Ciavatta e Ramos (2011) defendem como seus eixos, o trabalho, a ciência e a cultura, para uma formação omnilateral dos trabalhadores, que tem como um de seus principais objetivos a compreensão dos relacionamentos sociais de produção.

Ademais, este estudo fundamenta-se na abordagem pedagógica da Educação Física, denominada crítico-superadora, na qual a reflexão sobre a cultura corporal tem uma função essencial para as classes populares, visto que valoriza a "solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, distribuição em confronto com apropriação, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos - a emancipação -, negando a dominação e submissão do homem pelo homem", como defende o Coletivo de Autores (1992, p.28). Juntamente com a abordagem crítico-superadora está a crítico-emancipatória, defendidas como necessárias para uma verdadeira transformação social, pois:

> Para as teorias progressistas da EF citadas (pedagogia crítico-superadora e crítico-emancipatória), as formas culturais dominantes do movimentar-se humano reproduzem os valores e princípios da sociedade capitalista industrial moderna, sendo o esporte de rendimento paradigmático nesse caso. Reproduzi-los na escola por meio da educação física significa colaborar com a reprodução social como um todo. A linguagem corporal dominante é "ventríloqua" dos interesses dominantes. Assim, ambas as propostas sugerem procedimentos didático-pedagógicos que possibilitem, ao se tematizarem as formas culturais do movimentar-se humano (os temas da cultura corporal ou de movimento), propiciar um esclarecimento crítico a seu respeito, desvelando suas vinculações com os elementos da ordem vigente, desenvolvendo, concomitantemente, as competências para tal: a lógica dialética para a crítico-superadora, e o agir comunicativo para a crítico-emancipatória. Assim, conscientes ou dotados de consciência crítica, os sujeitos poderão agir autônoma e criticamente na esfera da cultura corporal ou de movimento e também agir de forma transformadora como cidadãos políticos (BRACHT, 1999, p. 81).

Outrossim, uma insatisfação comum durante o Ensino Médio relaciona-se à valorização das modalidades esportivas, de forma monótona e desinteressante para aqueles que não possuem as habilidades técnicas imprescindíveis para estas práticas, e que normalmente são reproduzidas desvinculadas de quaisquer reflexões (DANTAS, DANTAS e CORREIA 2016). Desta forma:

> [...] temos defendido a proposta da Ginástica Geral como aquela capaz de garantir a identidade da ginástica, mantendo seu conteúdo e forma, mas transcendendo aos

> aspectos meramente técnicos que predominam nas concepções mais tradicionais. Tal proposta amplia o universo dos exercícios e atividades ginásticas para uma compreensão de que o movimento gímnico é também expressivo, e de que a expressão é uma possibilidade, não só, de comunicação interna, referente ao conhecimento e à percepção que os sujeitos têm das suas próprias qualidades corporais, mas também de comunicação e contato entre as pessoas que partilham ou não do mesmo meio social ou de uma mesma sociedade e cultura (MARCASSA, 2004, p. 177).

Nesta perspectiva, os conteúdos são vistos como úteis, quando possuem referência de utilidade social, isto é, quando seu arranjo conduz a comportamentos promotores do ser humano e oferecem meios de transformação social, construindo-se assim, fraternidade e justiça social (FRIGOTTO e ARAUJO, 2018).

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Com o cerne na GPT, sua finalidade de criação de coreografias e essência na não-competição, a repetição de movimentos foi substituída por debates, conversas, experimentação e criação de movimentos, dinâmicas, aquecimentos e voltas à calma criativos e lúdicos, em que se priorizaram ações conjuntas dos alunos, a partir da valorização das habilidades e das falas de cada um, almejando assim, desenvolver valores e atitudes, além de senso crítico e autonomia para a atuação como ser social.

4.1. Reflexões relativas aos registros realizados nos encontros

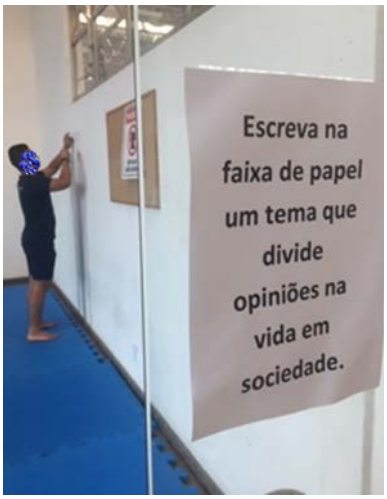
A motricidade foi estimulada em forma de vivências diversificadas para a identificação de possibilidades e limites de cada um, havendo a incorporação do auxílio aos colegas nas práticas. Para que isto acontecesse, foi essencial uma conversa antes das experimentações, já que as turmas eram oriundas de aulas com esportes competitivos na Educação Física, nos anos anteriores, no IFFluminense. Na figura 1 é possível verificar um dos momentos de ajuda entre alunas para a execução de um dos elementos básicos da Ginástica – a parada de mãos.

Figura 1 – Vivência de movimento com auxílio

Fonte: Da autora, 2019

Nos debates foram privilegiadas temáticas como os esportes de elite e os populares e todas as influências envolvidas, suscitando muitas considerações importantes dos alunos referentes aos preconceitos, às desigualdades e à má divisão do capital. Em outros momentos, a proposta das discussões foi correlacionar movimentos de posição invertida da Ginástica a visões diferentes sobre conteúdos sociais. Também fizeram parte dos questionamentos os temas que dividem opiniões e as necessárias posturas na vida em sociedade, em uma analogia às posições de equilíbrio e flexibilidade das vivências ginásticas. Neste último caso, uma dinâmica de escrita dos temas que os alunos consideravam polêmicos, antecedeu os debates (figura 2).

Figura 2 – Atividade propulsora do debate



Fonte: Da autora, 2019

Ao se contemplar a Ginástica de Academia, quando se destacou a necessidade de se manterem fisicamente ativos, os jovens surpreenderam ao analisarem a brusca queda nos níveis de exercícios físicos sofridos devido à sobrecarga no currículo, comentando

além disso, sobre a repetição de conteúdos em disciplinas diferentes. Os próprios alunos estão desenvolvendo a percepção da necessidade de uma transformação e do repensar da Educação Física na EPT e desta como um todo. Conclui-se que:

> Portanto, consoante o que se preconiza na EPT, quanto à formação do trabalhador – que deve ser integral, avançando em saltos qualitativos em face do ensino tecnicista, o qual priorizava a técnica – esperava-se que essa educação se consubstancializasse na formação do homem integral, omnilateral, em suas dimensões cognitiva, afetiva, ética, estética e humana, de modo que pudesse usufruir da produção material e cultural da sociedade, superando o modelo capitalista de produção. Na realidade, essa mesma formação segue um viés técnico, reproduzindo a lógica da divisão social de classes e o fortalecimento do sistema ideológico capitalista (COSTA, 2019, p.444).

Baseado nas anotações feitas pela pesquisadora no diário de campo, percebeu-se, a cada novo debate, a exposição das ideias com progressivo avanço do senso crítico, entretanto, com atitudes de respeito às falas dos colegas. Os diálogos provocados vão de encontro ao que defendem Bahia, Nascimento e Farias (2016, p. 36):

> A Educação Física escolar, como componente curricular obrigatório na educação básica, deve possuir um eixo norteador que garanta a formação de um indivíduo crítico e autônomo, a partir do conhecimento da cultura corporal, e desenvolver um currículo mínimo que proporcione efetividade na práxis pedagógica no contexto escolar.

Outras ações propulsoras de aspectos sociais ocorreram durante uma dinâmica, na qual a tarefa principal se resumia a desatar o “nó humano”, estando todos de mãos unidas, após movimentações pelo espaço, surgindo a necessidade de criação de estratégias para isto. Contudo, mais que uma ação motora, foi essencial o respeito às ideias alheias, o espírito de equipe, a empatia, a liderança de alguns para evitar a desistência do grupo e a autonomia para solucionar o desafio. A dinâmica está demonstrada na figura 3.

Figura 3 – Dinâmica do “Nó Humano”

Fonte: Da autora, 2019

Foi observado ainda, um maior interesse pelas atividades, o que segundo muitos estudantes, ocorreu pela proposta interdisciplinar e inovadora, fundamentada em um conteúdo com os quais nunca tiveram contato anteriormente. Em um dos encontros, as turmas

se dirigiram, juntamente com a professora-proponente, aos laboratórios e oficinas de seus cursos, sendo recebidos por professores das disciplinas técnicas, os quais em exposições dos ambientes e equipamentos, proporcionaram aos alunos, aprendizagem e revisão dos conteúdos, e à pesquisadora, conhecimento a respeito dos cursos para uma melhor apreciação da coreografia que seria criada. Na figura 4 uma das alunas faz uma demonstração de um procedimento técnico, explicando-o.

Figura 4 – Visita à oficina da disciplina técnica

Fonte: Da autora, 2019

Em outro encontro ocorreu o inverso e, os docentes da área técnica dos dois cursos visitaram a sala de multiuso da Educação Física, para assim, enriquecerem o projeto coreográfico, que já havia sido iniciado por meio de trabalhos em equipe (figura 5). Nas duas turmas, os docentes foram recepcionados com entusiasmo pelos alunos.

Figura 5 – Visita do professor da área técnica à sala da Educação Física

Fonte: Da autora, 2019

Para Silva (2017), a questão interdisciplinar precisa de ação diferenciada e das disciplinas interligadas, com uma contribuição de todos os envolvidos inseridos em uma intervenção pedagógica de diversas áreas de conhecimento, sem excluir nenhuma delas. No

caso deste estudo, é interessante registrar que foram os alunos que fizeram indicações dos docentes para participarem dos procedimentos interdisciplinares.

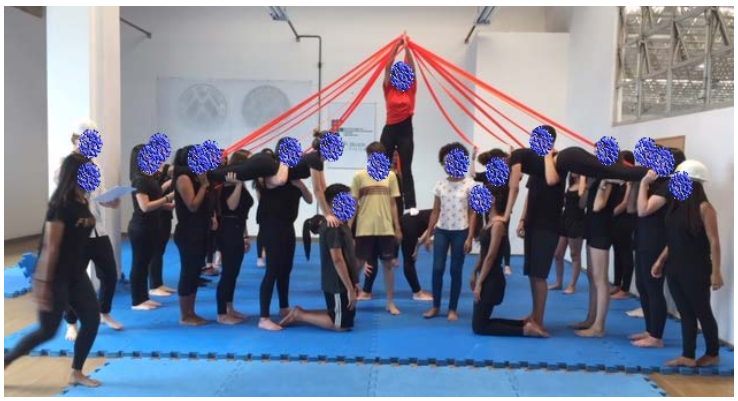
Observou-se esforço mútuo e euforia dos alunos na tentativa de cumprirem o estipulado para a montagem coreográfica, com reuniões (figura 6) objetivando a seleção dos movimentos, a inclusão de todos os jovens conforme suas habilidades, e as decisões envolvendo figurinos, músicas e acessórios. A música escolhida por uma das turmas, por exemplo, foi tema do filme “Tempos Modernos” de Charles Chaplin, para completar a leitura crítica referente à falta de modernização do curso.

Figura 6 – Trabalho em equipe para montagem coreográfica

Fonte: Da autora, 2019

Foi possível perceber então, a cooperação no grupo e o respeito à diversidade, o senso crítico aumentado e, ainda, o incremento da autonomia na tomada de decisões, o que resultou em produtos coreográficos realmente representativos dos cursos, construídos em um processo riquíssimo no que tange ao desenvolvimento de aspectos sociais. A finalização de uma das coreografias está apresentada na figura 7.

Figura 7 – Finalização de uma das coreografias de GPT



Fonte: Da autora, 2019

No diário de campo, estes registros foram feitos, além das fotografias tiradas e dos vídeos gravados, comprobatórios do progresso dos estudantes com base na sequência didática aplicada. E apesar dos perfis bem diferentes das duas turmas, principalmente no tocante ao número de alunos, à predominância de um dos gêneros e ao comportamento, foi possível verificar o alcance dos objetivos nos dois grupos.

Portanto, a antiga Ginástica Geral, hoje Ginástica para Todos, deve ser inserida como:

> Ginástica contemporânea que privilegie, acima de tudo, o humano do homem, o que quer dizer o homemcultura e não o homem-máquina, o homem-sujeito e não o homem-objeto, o homem-liberto e não o homem-alienado. Uma Ginástica que se reconheça científica, mas que consiga reagir aos dogmas da ciência positivista para encontrar as suas respostas (ou ainda, as suas perguntas). Uma ginástica que esteja aberta aos ensinamentos multifacetados da cultura corporal, inclusive os do Esporte, porém sem se render aos apelos e às armadilhas da esportivização. Uma Ginástica que aprenda com a acrobacia ousada do funâmbulo e a acrobacia prudente do ginasta, com a flexibilidade da contorcionista e a firmeza da ginasta, com o riso do palhaço e a seriedade do técnico desportivo. Uma Ginástica que procure superar as artimanhas do culto ao corpo - objeto de consumo, mercadoria -, com seus modismos e imposições. Enfim, uma Ginástica que crie espaço para o componente lúdico da cultura corporal, "redescobrindo" o prazer, a inteireza e a técnica/arte da linguagem corporal (AYOUB, 1998, p.48).

A coreografia de cada turma foi desenvolvida e apresentada com grande responsabilidade, havendo evidências, tanto durante o processo quanto no produto, de ganhos substanciais no desenvolvimento global de cada aluno, indo de encontro às reflexões presentes em estudos sobre a EPT no Brasil.

4.2. Análise da entrevista com os alunos

Na entrevista realizada em um dos últimos encontros, vários depoimentos expressaram concepções positivas dos estudantes sobre a sequência didática implementada, destacando benefícios da GPT quanto aos aspectos sociais.

Vale ressaltar que foi perguntado o que os estudantes sentiram de diferença entre a Ginástica e outras práticas corporais realizadas por eles anteriormente no IFFluminense. Alguns pontos abordados foram a união, o trabalho em equipe, a interação, a valorização de todos com a redução da competição e dos conflitos. Abaixo foram transcritas as frases mais significativas.

"Aqui não é competição. Aqui é mais união."

"Aqui tá todo mundo em grupo, com o mesmo propósito, que é montar uma coreografia."

"Aqui não tem competição. Ninguém empurra ninguém."

"Tem menos conflito."

“A parte do trabalho em equipe. Não é só você fazendo, mas você depende do outro e cada um exerce uma função. Ninguém é menos que ninguém.”

“A interação. Aqui é todo mundo se ajudando, tipo lá na pirâmide.”

Estes apontamentos feitos pelos jovens podem ser vistos como bons indicadores dos objetivos alcançados, pois a pergunta não direcionava para as questões citadas, mas sim, para suas percepções acerca das práticas ginásticas na Educação Física, verificando-se alguns pontos bem marcantes, como o fato, por exemplo, da não-violência na GPT.

4.3. Considerações sobre o questionário póstumo

O questionário foi respondido no último encontro da sequência didática, porém antes da apresentação da coreografia de GPT, permitindo, consequentemente, a avaliação dos alunos sem a influência dos colegas, da pesquisadora e das condições emocionais que poderiam sofrer modificações após a demonstração.

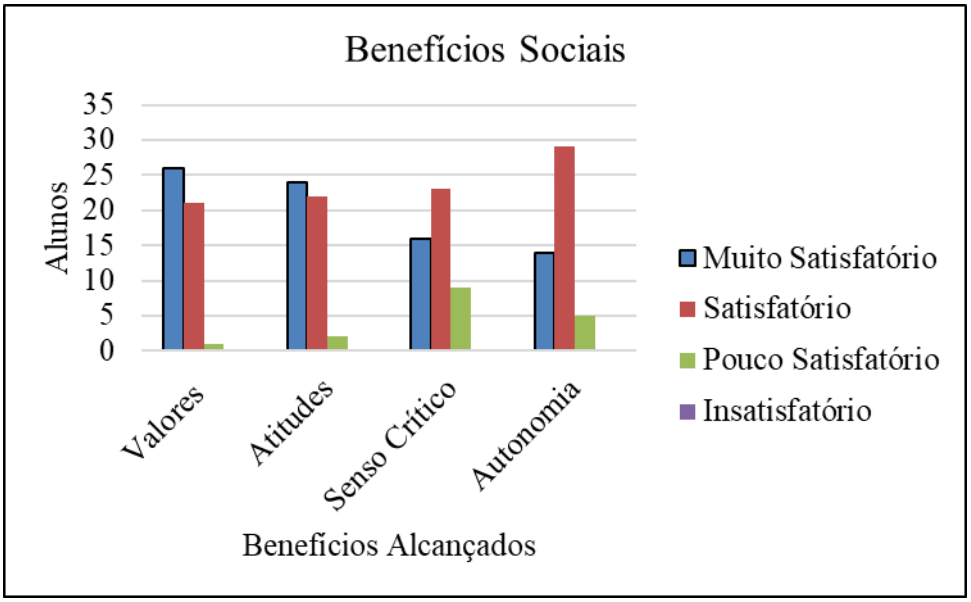
Assim, é possível observar no gráfico 1 que quanto à capacidade da sequência didática desenvolver valores com relação ao próximo e respeito às diferenças, dos 48 alunos participantes do estudo, 47 a avaliaram positivamente, sendo que 26 a julgaram como muito satisfatória e 21 como satisfatória.

Quanto à capacidade de desenvolvimento de atitudes como cooperação e auxílio ao próximo, constatou-se que 24 estudantes classificaram o conjunto de atividades como muito satisfatório e 22 como satisfatório (gráfico 1).

Com relação ao incremento do senso crítico, principalmente quanto à vida em sociedade, 16 alunos viram a sequência didática como muito satisfatória e 23, como satisfatória, havendo, portanto, um julgamento positivo de 39 jovens, no que se refere a este aspecto, como também está evidenciado no gráfico 1.

E relativamente à autonomia, 14 alunos nivelaram o progresso atingido com as tarefas como muito satisfatório e 29 como satisfatório, o que gera um somatório de 43 discentes. Esta análise está apresentada no gráfico 1, assim como as anteriores.

Gráfico 1 – Benefícios sociais analisados com relação à proposta de Ginástica para Todos



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

É importante enfatizar ainda que todos os alunos perceberam algum grau de satisfação em todos os aspectos sociais julgados, visto que a opção “insatisfatório” não foi assinalada.

5. CONCLUSÕES

A sequência didática de “Ginástica Para Todos” elaborada especialmente para esta pesquisa, de forma interdisciplinar e inovadora, alcançou os objetivos relacionados a formação do ser social, pois mostrou-se, conforme os instrumentos de coleta e análise, eficaz no desenvolvimento de atitudes e valores cooperativos, do senso crítico e da autonomia, imprescindíveis para a formação integral de alunos da Educação Profissional e Tecnológica. Porém, devido à falta de estudos ligados a GPT na EPT fazem-se necessárias novas investigações sobre o assunto.

6. REFERÊNCIAS

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e Educação Física escolar**. Campinas: Unicamp, 2003.

AYOUB, Eliana. **A ginástica geral na sociedade contemporânea: perspectivas para a educação física escolar**. 1998. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BAHIA, Cristiano de Sant'Ana; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; FARIAS, Gelcemar Oliveira. Formação em educação física e a intervenção na escola. *In*: FARIAS, Gelcemar Oliveira; NASCIMENTO, Juarez Oliveira (org.). **Educação, saúde e esporte: novos desafios à Educação Física**. Ilhéus: Editus, 2016, p. 26-54. Disponível em: http://books.scielo.org/id/23pcw/pdf/farias-9788574554907.pdf Acesso em: 15 jul. 2020.

BRACH, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 19, n. 48, ago., p. 69-88, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100005 Acesso em 12 nov. 2020.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola***,* Brasília, vol. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42 Acesso em: 10 jun.2020.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COSTA, Dirno Vilanova da. Reflexões acerca da articulação entre o trabalho e a educação profissional e tecnológica no Brasil. **Revista Thema**, Piauí, vol.16, n.2, p.435-446, jul. 2019. Disponível em: http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1427/1178 Acesso em: 13 jul. 2019.

DANTAS, Mayê Guedes; DANTAS, Fátima Lúcia Carrera Guedes; CORREIA, Mesaque da Silva. Por uma educação física crítica no ensino médio em Macapá. **Periferia**, Rio de Janeiro, vol.8, n.2, p.92-107, jul./dez., 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/27742/20139 Acesso em: 13 jul. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado*. In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.249-266.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p.41-62.

MARCASSA, Luciana. Metodologia de Ensino da Ginástica: novos olhares, novas perspectivas. **Pensar a Prática**, Goiânia, vol.7, n.2, p. 171-186, jul./dez., 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/94/89 Acesso em: 15 jun. 2019.

MAROUN, Kalyla. Ginástica geral e educação física escolar: uma possibilidade de intervenção pautada na diversidade cultural. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, p.40-54, jan./jun., 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/1928/1989 Acesso em: 20 maio 2019.

MOREIRA, Wagner Wey; CHAVES, Aline Dessupoio; SIMOES, Regina Maria Rovigati. Corporeidade: uma base epistemológica para a ação da educação física. **Motrivivência,** Florianópolis, vol. 29, n. 50, p.202-212, maio, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p202 Acesso em: 20 jun. 2019.

SILVA, Marcos Osório da. A interdisciplinaridade como uma possibilidade no processo ensino: aprendizagem da educação profissional de nível tecnológico para o mundo do trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica***,* Natal, vol. 2, n13, p. 13-30, 2017. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/4766/pdf Acesso em: 15 jul. 2020.

CAPÍTULO 13

O CONCEITO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI: DA TÁTICA DA FRENTE ÚNICA AO AMERICANISMO E FORDISMO

KARINE MARTINS SOBRAL
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

ELLEN CRISTINE DOS SANTOS RIBEIRO
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RAQUEL DIAS ARAÚJO
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

RESUMO: A fase atual, marcada por uma crise de hegemonia do capitalismo, presencia a ascensão de partidos e organizações de extrema-direita e a repressão das massas populares, o que, necessariamente, nos remete à concepção gramsciana de hegemonia, indispensável à interpretação de tais eventos. Gramsci, enquanto um dos refundadores do marxismo no século XX, parte de Marx e Lênin, evidenciando o vínculo permanente entre o processo de produção industrial e as articulações políticas numa perspectiva operário-socialista, para tentar encontrar uma via revolucionária para a Itália. O estudo prima por evidenciar as formulações de Gramsci sobre a categoria hegemonia, entendendo-a como um elemento-chave para a compreensão de seu complexo universo teórico. A relevância do esforço em apreender os conceitos gramscianos reside na tentativa de captar elementos produzidos por uma teoria que, além do rigor teórico-científico balizado pela filosofia da práxis, é capaz de fornecer as condições de articulação entre os processos atuais de dominação e o momento de grande ofensiva ideológica conservadora. Gramsci entendia a construção de uma nova hegemonia como uma unidade entre teoria e ação. Uma teoria capaz de traduzir, de forma factual, a ação do proletariado para a edificação de novas relações sociais de produção. Assim como uma nova superestrutura, com novos aparelhos de hegemonia, aptos a difundir uma concepção de mundo unitária, uma sociedade civil restaurada que, em conexão orgânica com a estrutura, potencializasse a destruição do Estado em sentido restrito. Na acepção gramsciana, em suma, a extinção progressiva dos mecanismos de coerção implica em um processo de reabsorção da sociedade política pela sociedade civil. A pesquisa, de natureza teórico-bibliográfica, apontou a evolução do tema ao longo da produção carcerária de Gramsci, afastando-o de leituras reducionistas.

Palavra-chave: Gramsci. Hegemonia. Educação.

ABSTRACT: The current phase, marked by a crisis of hegemony of capitalism, witnesses the rise of extreme right parties and organizations and the repression of the popular masses, which, necessarily, leads us to the Gramscian conception of hegemony, indispensable to the interpretation of such events. Gramsci, as one of the founders of Marxism in the 20th century, starts from Marx and Lenin, to show the permanent link between the industrial production process and the political articulations in a workers-socialist perspective, to try to find a revolutionary route for Italy. The study excels at highlighting Gramsci's

formulations about the hegemony category, understanding it as a key element to comprehend his complex theoretical universe. The relevance of the effort to apprehend grammatical concepts lies in the attempt to capture the elements caused by a theory that, in addition to the theoretical-scientific rigor guided by the philosophy of praxis, is capable of providing the conditions for articulation between the current processes of domination and the moment of great conservative ideological offensive. Gramsci understood the construction of a new hegemony as a unity between theory and action. A theory capable of translating, in a factual way, the action of the proletariat for the construction of new social relations of production. As well as a new superstructure, with new devices of hegemony, able to propagate a unitary concept of world, a restored civil society that, in organic connection with the structure, potentialized the destruction of the State in a restricted sense. In the Gramscian sense, to summarize, the progressive extinction of the mechanisms of coercion implies a process of reabsorption of political society by civil society. The research, of a theoretical-bibliographic nature, pointed out the evolution of the theme throughout Gramsci's prison production, moving him away from reductionist readings.

Keywords: Gramsci. Hegemony. Education.

1. INTRODUÇÃO

A obra gramsciana foi publicada pela primeira vez no Brasil entre os anos 1966-1968, época em que, já na vigência de uma ditadura militar, o fantasma de um propalado comunismo arquejava entre ser associado a regimes totalitários, violentos, e o medo disseminado entre a população por diversas instituições. Apesar da mobilização de vários intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) na edição e circulação dos escritos de Antonio Gramsci, a empreitada teve pouca repercussão.

Nos anos 1980, momento em que sua teoria já permeava discussões e formulações estratégicas no interior dos partidos de esquerda acerca de uma frente política pela democracia, Gramsci foi utilizado em maior escala pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e, no entender de Del Roio (2019), não representou o fomento de uma estratégia política que fizesse oposição ao reformismo preeminente nessa organização. Ao contrário, significou o deslocamento de um grupo considerável de intelectuais para a perspectiva liberal-democrata, o que, por seu turno, agregou aos acirrados debates acerca do conceito de hegemonia o rescaldo das proposições de autores como Jürgen Habermas e Norberto Bobbio.[1]

No campo da educação e do serviço social, sobretudo nas pesquisas relacionadas às políticas públicas, permanece até os dias atuais como importante referencial, alvo de diversas apropriações indevidas, forjadas para justificar ações assistencialistas do Estado que se prestam à preservação da ordem social capitalista.

1 Jürgen Habermas (1929) foi um filósofo e sociólogo alemão. Assistente de Theodor Adorno e membro da Escola de Frankfurt, cuja obra sofreu influência do pensamento pós-estruturalista. Norberto Bobbio (1909-2004), filósofo político italiano, defensor da democracia social-liberal.

A fase atual, marcada pela crise orgânica[2] do capitalismo, presencia a ascensão de partidos e organizações de extrema-direita e a repressão das massas populares, o que, necessariamente, nos remete à concepção gramsciana de hegemonia, indispensável à interpretação de tais eventos e dos fundamentos do capitalismo. Anita Schlesener, ao prefaciar Del Roio (2018, p. 7), relembra que o país, atravessando um momento de capitalismo imperialista, "com uma história política e cultural de raiz conservadora, com breves períodos de frágil democracia burguesa, revela ao mundo suas contradições históricas".

Conceituar hegemonia constitui-se como um ponto-chave para a compreensão da obra gramsciana em sua totalidade, por se tratar de uma categoria que perpassa todas as outras e que contém em si importantes facetas do complexo universo construído ao longo da produção de Gramsci. Com efeito, todos os conceitos primordiais que alicerçam a obra de Gramsci (subalternidade, reforma intelectual e moral, revolução passiva, educação e autoeducação das massas, jacobinismo, para citar alguns) remetem uns aos outros, numa articulação laboriosa, indispensável à compreensão do conjunto de seu pensamento.

Dias (1991) alerta para o tratamento correto de tal categoria na perspectiva do revolucionário sardo: compreendendo que a capacidade de construção de uma hegemonia decorre da possibilidade de que uma classe fundamental, dominante ou subalterna, elabore sua visão de mundo; que essa classe seja capaz de estruturar o campo de lutas de modo a determinar frentes de intervenção e articular alianças. Ressalta, ainda, o exame da questão da hegemonia como reforma intelectual e moral, isto é, a partir da construção de uma concepção de mundo, a qual precisa necessariamente estar atrelada a um programa de transformação radical da economia.

Gramsci entendia a construção de uma nova hegemonia como uma unidade entre teoria e ação. Uma teoria capaz de traduzir, em realidade, a ação do proletariado para a edificação de novas relações sociais de produção. Assim como uma nova superestrutura, com novos aparelhos de hegemonia que difundissem uma concepção de mundo unitária, uma sociedade civil restaurada que, em conexão orgânica com a estrutura, se torne capaz de destruir o Estado em sentido restrito. Seria um processo de reabsorção da sociedade política pela sociedade civil.

Frente única e hegemonia

No intuito de perscrutar uma das principais referências teóricas do pensamento gramsciano, faz-se urgente recuperar, ainda que de forma breve, os pressupostos leninistas que influenciaram a teoria e a ação política de Gramsci. A imersão no conceito de he-

2 De acordo com o revolucionário sardo, "[...] o conteúdo [da crise orgânica] é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma 'revolução'. Fala-se de 'crise de autoridade': e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto" (GRAMSCI, 2016, v. 3, C. 13, § 23, p. 60).

gemonia aqui empreendida possibilita demonstrar a íntima relação entre os dois marxistas, respeitando, contudo, as vivências e as experiências políticas distintas.

Os efeitos produzidos pela articulação entre Lenin e o bolchevismo foram determinantes para a organização teórico-prática do pensamento gramsciano, sobretudo a partir de 1923, quando, ao encaminhar ao Partito Comunista d'Italia (PCd'I) a síntese melhor elaborada de sua teoria, alcança um lugar de protagonismo dentro do partido, ao passo que expõe sua estratégia de luta revolucionária no contexto da particularidade italiana. "Nesse movimento do pensamento é que Gramsci envereda para o caudal da refundação comunista, vindo a ser exatamente o elemento mais destacado de seu aprofundamento e desenvolvimento teórico-político" (DEL ROIO, 2019, p. 31).

O que testemunha o rigor teórico marxiano na obra gramsciana é o vínculo permanente entre o processo de produção industrial e as articulações políticas numa perspectiva operário-socialista. O marco de sua nova síntese teórica, amadurecida em patamares superiores, é o modelo da frente única.

> De Lenin é a apreensão da necessidade de traduzir a particularidade da Revolução Russa na particularidade da revolução italiana, num estranho movimento dialético que passa do universal para as diferentes particularidades. Daí a necessidade de pensar a aliança operário-camponesa. Mas a trajetória de Gramsci, paradoxalmente, aponta o caminho para Marx. Esse caminho mostrou-se facilitado pela permanência em sua concepção teórica da centralidade da fábrica e do mundo operário na teoria e na prática, trazido por Sorel, Korsch e Rosa (DEL ROIO, 2019, p. 31).

O próprio Gramsci admite, em alguns já conhecidos trechos de sua obra, a matriz leninista do conceito de hegemonia: "Disto decorre que o princípio teórico-prático da hegemonia possui também um alcance gnosiológico; e, portanto, é nesse campo que se deve buscar a contribuição teórica máxima de Ilitch à filosofia da práxis" (GRAMSCI, 2006, v. 1, C. 10, § 12, p. 320). Em outra passagem, afirma: "[...] assinalei a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia, devido a Ilitch" (GRAMSCI, 2006, v. 1, C. 7, § 33, p. 242). Temos, assim, a comprovação de que o pensador sardo não pretendia criar algo novo, mas apurar o conceito de hegemonia cunhado por Lenin, ponto fundamental de sua teorização.

> [...] o problema essencial para ele [Lenin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil […] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política) (PORTELLI, 1977, p. 65).

Há, no termo hegemonia, um caráter militar inegável. A ressalva é feita por Gruppi (1978) ao retomar a forma como os gregos viam nesse vocábulo um equivalente para liderança, comando. Lenin delimitou hegemonia como direção política, a partir da organização da classe trabalhadora, tendo em vista a implementação de uma nova ordem social. Con-

quistar a hegemonia era, pois, um elemento central a ser resolvido política e teoricamente. Pode-se elaborar, portanto, que hegemonia, no âmbito gramsciano, é a preponderância da sociedade civil sobre a sociedade política.

Gramsci começa a desenvolver seu conceito de hegemonia como desdobramento da reflexão realizada sobre a fórmula teórico-política da frente única, ainda que a partir das contribuições de Georg Sorel, Rosa Luxemburgo e, sobretudo, Lenin. Assim como Marx estudou em profundidade o capitalismo para pensar uma sociedade pautada pelo fim da exploração do homem pelo homem, Gramsci analisou diferentes formas de hegemonia burguesa a fim de encontrar o percurso a ser trilhado para a construção de uma hegemonia das classes subalternas na Itália e no mundo. Segundo Del Roio (2019), essa elaboração começa a ganhar corpo na obra gramsciana a partir do debate empreendido por Lenin em torno da tática de frente única e de suas ponderações sobre o período posterior à derrota da revolução socialista internacional, momento em que tal política passou a ser defendida no âmbito da terceira Internacional Comunista e da Nova Economia Política existente na União Soviética.

Gruppi (1978) identifica, no debate da concepção de Estado em Gramsci, dois importantes aspectos da acepção leniniana: o primeiro constitui-se como uma das principais divergências com os anarquistas, que é a necessidade de tomar o Estado e implementar a ditadura revolucionária do proletariado, o que pode ser utilizado como sinônimo de hegemonia, embora resguarde algumas diferenças; o segundo relaciona-se com a imposição da construção de um intelectual coletivo, capaz de dirigir as classes subalternas e seus aliados na tomada do poder estatal, central na concepção de partido formulada por Gramsci.

A frente única e a nova hegemonia em construção demandavam a elaboração de uma nova cultura, de modo que a primeira, ao desenvolver uma atividade predominantemente política, ultrapassava essa dimensão, dado o seu caráter transformador. Em seu último escrito político, intitulado *A questão meridional*, o próprio Gramsci (2004, p. 408) afirma sobre a tática da frente única:

> Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da "hegemonia do proletariado", ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora.

Gruppi (1978) define hegemonia em Gramsci como a capacidade de viabilizar uma base social ao Estado proletário. Nessa acepção, pode-se afirmar que a hegemonia do proletariado se realiza na sociedade civil, ao passo que a ditadura do proletariado é o aspecto estatal [no sentido restrito] assumido pela hegemonia. Contudo, também é imprescindível constituir-se como força capaz de reprimir as classes adversárias a transformação radical da forma de sociabilidade capitalista. "[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que

Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)" (GRAMSCI, 2016, v. 3, C. 6, § 88, p. 248).

Gramsci (2006) entende a liberdade e a necessidade do mundo dos homens como um processo aberto à ação dos grupos de uma determinada forma de sociedade e dos indivíduos, uma vez que o homem ativo de massa, apesar de atuar na prática, não tem uma consciência teórica clara dessa ação, porquanto se trata de um conhecimento de mundo na medida em que é transformado. Além do mais,

> [a] consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de "distinção", de "separação", de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. E por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (GRAMSCI, 2006, v. 1, C. 11, § 12, p. 103-104).

Gramsci acreditava que somente com a elevação da cultura da classe trabalhadora seria possível formar dirigentes de um Novo Estado, o Estado Operário. A partir desse paradigma e com o objetivo de articular o conhecimento técnico-operacional dos trabalhadores ao conhecimento mais erudito das ciências naturais e da cultura humanística, a escola chega ao interior das fábricas. As principais inferências obtidas são as de que os Conselhos de Fábrica representam um esforço teórico fundamental de Gramsci para elaborar uma teoria revolucionária e se circunscrevem no centro do processo de transição para sua maturidade intelectual.

Tal movimento representava a efervescência de trabalhadores que passaram a usufruir da capacidade de autogoverno e que, para adquirirem autonomia, precisariam demonstrar que os patrões eram totalmente dispensáveis. Durou, aproximadamente, dois anos (1919-1920) e teve como marco inicial a deflagração de uma greve geral na cidade de Turim. Com adesão de mais de 200 mil trabalhadores, configurou-se, entretanto, de forma diferente, pois, em vez de os trabalhadores faltarem ao trabalho, foram para dentro das fábricas sob o comando dos conselhos operários que lá funcionavam.

Gramsci entendia, de acordo com Del Roio (2018), que os trabalhadores, no próprio processo de trabalho, eram capazes de se educar e adquirir conhecimento técnico-científico-humanístico para reorganizar o processo produtivo, aumentando a produção e, portanto, as comissões de fábrica, que seriam o próprio germe do Novo Estado, o Estado Operário. Era a formação de uma espécie de novo poder paralelo ao poder dominante – essa ideia tinha a influência dos conselhos operários alemães, particularmente influenciados pela produção intelectual de Karl Korsh e Georg Sorel. A experiência demonstra na prática o esforço de Gramsci e seu grupo de vincular economia, política e cultura, numa demonstração de

que “um dos princípios básicos dos escritos gramscianos é de que a sociedade civil e a hegemonia dizem respeito à totalidade social em processo contraditório, cujo fundamento se encontra na produção da vida material realizada por meio do trabalho do homem social” (DEL ROIO, 2018, p. 152).

Gramsci discute a racionalização e a produção do trabalho reconhecendo a importância que tiveram nos Estados Unidos e sua necessidade de mudança radical da sociedade, bem como as transformações concomitantes ocorridas no modo de vida e organização do trabalho no interior da fábrica. O intuito era compor um novo perfil de trabalhador. Na passagem que segue, as aspas grafadas no termo moralidade dão a entender que não se trata de uma questão moral, e sim política:

> Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo[3] estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 11, p. 266).

Derrotar os grupos contrários ao proibicionismo não era uma tarefa menor, pois havia uma intrínseca relação entre este e a racionalização da produção. Não à toa, os industriais investigavam o estilo de vida de seus operários, já que um homem que gastasse suas energias psicofísicas numa noite de esbórnia, por exemplo, não estaria apto para produzir no dia seguinte. Por isso que “[...] a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado [...]” (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 11, p. 267). Daí o fato de tais iniciativas não poderem ser tomadas em sua compreensão meramente moral.

A racionalização da composição demográfica europeia se deu, naquele momento, em virtude da tentativa de os Estados europeus se beneficiarem dos avanços ocorridos na esfera da produção. Gramsci (2007) identifica que o Americanismo necessita de uma “composição demográfica racional” (v. 4, C. 22, § 2, p. 243), na qual não existam “classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo” (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 1, p. 242), como é o caso da Europa com suas classes parasitárias, que vivem de herança familiar, típicas de países antigos.

A título de exemplificação, cita o caso de Nápoles. Apesar de, à época, ser a quarta cidade industrial do país, ficando atrás apenas de Milão, Turim e Gênova, tinha uma população parasitária. Também denuncia a exploração dos produtores rurais para custear uma burguesia proprietária de terras, sustentada pelo aluguel dessas terras, ao estilo feudal. Aponta, também, a administração do Estado como fonte de parasitismo. Traça, por fim, um paralelo com a América que, apesar de não acumular a tradição histórica e cultural da Europa, apresenta uma composição demográfica livre de parasitismo e forças materiais de

3 O termo proibicionismo refere-se à lei que coibia a fabricação e o consumo de álcool nos Estados Unidos, em 1920.

produção – matéria-prima, máquinas, técnicas – que permitiram “uma base sadia para a indústria” (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 2, p. 247).

Hegemonia e revolução passiva

Partindo do pressuposto de que as revoluções foram sempre acompanhadas de processos de restauração, mas também reconhecendo que nenhum desses processos conseguiu eliminar completamente as conquistas revolucionárias, Gramsci (2016, v. 3, C. 13, § 27, p. 77) assevera que, “[...] na dialética revolução-restauração, é o elemento ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto*”. Sobre a questão, Klebir (2003) acrescenta que a dialética entre revolução e restauração não constitui um jogo mecânico, mas depende substancialmente de fatores subjetivos, a exemplo da consciência histórica dos grupos antagonistas e sua capacidade de determinar e intervir no fluxo concreto daquilo que de fato acontece.

O conceito de revolução passiva ou revolução-restauração formulado por Gramsci afasta-se de uma concepção fatalista da história. Assim, a ideia de que há uma impossibilidade histórica concreta de atingir uma condição pura, sem antagonismos, seria um contrassenso. É exatamente em meio a essa contradição que Gramsci contextualiza o conceito de hegemonia a partir de critérios temporais e geopolíticos, em contraposição ao conceito leninista de revolução permanente.[4]

Em oposição à definição de revolução permanente, creditada à Lenin, Gramsci introduz o conceito de hegemonia em um contexto geopolítico, temporal. Depois de 1870, período de expansão europeia, houve um predomínio de novos elementos nas relações sociais, em que se complexificaram as relações de organização e internacionalização dos Estados.

> Conceito político da chamada “revolução permanente”, surgido antes de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades [...] (GRAMSCI, 2016, v. 3, C. 13, § 7, p. 24).

O pensador sardo primou por examinar significativos complexos históricos – a exemplo do Renascimento, Reforma e Revoluções Francesas de 1789, 1830 e 1848 – que cul-

4 “A Revolução Francesa de 1789-1799 teria oferecido na prática o substrato para a formulação teórica da revolução permanente, até mesmo como concebida por Marx. Essa concepção predominou até os eventos revolucionários de 1848-1849 e foi marcada por uma forma de luta que pode ser identificada como guerra de movimento e como ideologia jacobina. Essa forma de luta e de ideologia só se esgotou definitivamente em 1870-1871, quando da derrota da Comuna de Paris e da unificação de Alemanha e Itália” (DEL ROIO, 2018, p. 159).

minaram em seus estudos sobre o Risorgimento, fascismo e Americanismo e fordismo, por entender o potencial revolucionário e restaurador de tais eventos. Sua insistência em tais processos históricos residia em seu propósito de extrair deles linhas gerais de uma teoria da revolução.

Para os Estados que penetraram na fase imperialista, a luta de classes, segundo a ótica gramsciana, havia se convertido na disputa pela hegemonia civil, o que significava a transformação da guerra de movimento em guerra de posição. O desenvolvimento capitalista na sociedade burguesa alcançava, assim, novos contornos que, em sua complexidade, implicavam mudanças nas formas de conflito social. “A revolução permanente, contudo, teria validade ainda para aquelas regiões nas quais a sociedade civil burguesa era ainda embrionária, assim como fora na Revolução Francesa até 1848 e mesmo na Rússia de 1917” (DEL ROIO, 2018, p. 160).

Pode-se aferir, portanto, que a hegemonia burguesa se ergue a partir das revoluções burguesas. Ao analisar os limites da revolução burguesa na Itália, Gramsci identifica sua ocorrência em razão da incapacidade de a classe dirigente captar as amplas massas populares. Nessa realidade histórica, foram os camponeses a quem Gramsci tratou como classes subalternas, imprescindíveis para formar aliança com a classe operária. Na Itália, a revolução se deu na forma de uma revolução passiva, ou seja, “[...] como revolução na qual as grandes massas populares não são o sujeito e os protagonistas”, e, sim, “[...] são arrastadas pela hegemonia de classes desligadas dos interesses dos estratos populares mais profundos” (GRUPPI, 1978, p. 84).

Destarte, o jacobinismo representou uma reforma intelectual e moral laica, expressão direta das demandas das massas e intelectuais, fundamentada para o desenvolvimento da hegemonia. Nesse ponto, conforme expõe Del Roio (2018), Gramsci questiona as razões que impediram uma revolução burguesa jacobina na Itália, o que impediu o estabelecimento de uma hegemonia jacobina no processo revolucionário italiano, dando lugar a uma hegemonia moderada.

> Aqui a categoria da hegemonia só pode ser compreendida na medida em que se desdobra e implica outras categorias. A hegemonia jacobina se associa diretamente à revolução permanente e guerra de movimento na construção de uma expressão histórica nacional-popular (DEL ROIO, 2018, p. 160).

O conceito de revolução passiva revela a atualidade do pensamento gramsciano na medida em que fornece, ainda hoje, elementos para a interpretação histórica. Não constitui, todavia, uma fórmula. Para Gramsci (2006, v. 1, C. 10, § 41, p. 396), não é possível “conceber desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas”. Klebir (2003) destaca o rigor metodológico utilizado por Gramsci na elaboração da noção de revolução-restauração, apontando que ele conseguiu não apenas superar conceitos unívocos, mas também desenvolver uma teoria para além do reformismo. Sua metodologia nos obriga, impreterivelmente, a fazer um mergulho na situação histórica concreta.

Gramsci deduz o conceito de revolução passiva a partir de dois princípios marxianos extraídos da obra *Contribuição à crítica da economia política:*

> 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias etc. (GRAMSCI, 2002, v. 5, C. 15, § 17, p. 321).

A partir da análise do Risorgimento, expressão da revolução passiva na Itália, Gramsci compreende que essa categoria se amplia após a unificação italiana, além de comprovar a instauração de uma hegemonia moderada, cuja ação intelectual, política e moral conseguiu atrair um maior número de aliados e mesmo de adversários. É capaz de, a partir dessa análise, extrair um fundamento teórico da hegemonia, qual seja,

> [...] a supremacia de um grupo social se manifesta em dois modos, como "domínio" e como "direção moral e intelectual". Um grupo social é dominante dos grupos adversários os quais tende a "liquidar" ou a submeter mesmo com a força armada e é dirigente dos grupos afins e aliados (GRAMSCI, 2002, v. 5, C. 19, § 24, p. 62).

E complementa:

> [...] não existe uma classe independente de intelectuais, mas cada grupo social tem um grupo intelectual próprio ou tende a formá-lo; porém os intelectuais da classe historicamente (e realisticamente) progressiva, nas condições dadas, exercitam um poder de atração que acaba, em última análise, por subordinar os intelectuais dos outros grupos sociais e assim criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais com ligações de ordem psicológica (vaidade etc.) e muitas vezes de casta (técnico-jurídicas, corporativas etc.) (GRAMSCI, 2002, v. 5, C. 19, § 24, p. 64).

Del Roio (2018), por sua vez, adverte que a hegemonia somente decorre desse modo enquanto fundada em uma dada materialidade definida no processo produtivo. Expressa-se, pois, na economia e na cultura, mediada pela política, complexo que organiza o conjunto da vida em sociedade.

Ao longo de sua produção, muitos foram os conceitos construídos por Gramsci a partir de seu empenho em compreender os motivos que levaram a classe operária a fracassar na Itália e como essa mesma classe poderia se reorganizar para construir uma nova hegemonia. Nesse período, também procurou desmistificar as distintas expressões da produção científica, filosófica e cultural de seu tempo, apontada em vários momentos. Gramsci, na esteira de Marx, realiza essa tarefa dialogando com as correntes de pensamento que expressavam a representação social de diferentes momentos e avaliando os avanços de tais elaborações teórico-filosóficas e suas reverberações no processo de organização da classe operária.

Hegemonia e Americanismo e fordismo

No *Caderno 22*, escrito em 1934 e intitulado *Americanismo e fordismo*, Gramsci desenvolve a ideia de como se construiu a hegemonia da classe dominante nos Estados Unidos da América. Também anuncia os problemas que devem ser investigados no novo modelo de organização da produção que está nascendo na sociedade americana pós-Primeira Guerra Mundial. Pondera que as soluções para tais dificuldades de implementação desse modelo haviam sido pensadas no seio da sociedade capitalista pela classe dominante – burguesia –, o que implicaria uma série de consequências para a classe dominada – o proletariado.

De acordo com Gramsci (2007, v. 4, C. 22, § 11, p. 266), o Americanismo e fordismo tratava-se do "[...] maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo, jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem [...]". Semeraro (2015) acrescenta que Gramsci entendia Americanismo e fordismo como indissociáveis, uma vez que, atrelado aos modernos artefatos, havia um projeto orgânico de sociabilidade direcionado a sintonizar as necessidades de industrialização ao modo de vida das pessoas, garantindo a hegemonia da classe dominante.

Arriscamo-nos a dizer que a redação do *Caderno 22* ocorreu de forma semelhante *à do Caderno 19*, que trata da unificação na Itália: pela necessidade de compreender a história dos grupos sociais subalternos. Essa concepção se expressa majoritariamente no *Caderno 25*. Para o revolucionário sardo, o Americanismo e fordismo surgem da exigência do desenvolvimento das forças produtivas posta pela sociedade burguesa, evidenciando assim "[...] a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática [...]" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 1, p. 241), com o objetivo de revitalizar a sociedade vigente.

Gramsci (2007) elenca os problemas essenciais a serem investigados no *Caderno 22*: 1) a criação de um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro, que tenha como base imediata a produção industrial, a fim de substituir a camada que estava no poder; 2) a questão sexual; 3) identificar se o Americanismo se constitui como uma revolução passiva ou do tipo jacobina; 4) a questão da racionalização da composição demográfica europeia; 5) averiguar se seu desenvolvimento deve ter seu ponto de partida na produção ou na esfera jurídica; 6) a questão dos altos salários; 7) o fordismo como uma alternativa de superação da lei tendencial da queda da taxa de lucro; 8) o efeito na subjetividade dos trabalhadores causados pela coerção mecânica; 9) investigar o Rotary Clube e a Maçonaria como instituições da sociedade civil surgidas como necessidade de construir a hegemonia do Americanismo e fordismo; entre outros. Essa é uma nota do tipo B, de redação única, provavelmente Gramsci a escreveu quando foi passar a limpo outro caderno que se transformou no *Caderno 22*.

Havia a absoluta clareza de que a atividade revolucionária dependia diretamente da emancipação do subalterno, enriquecido de cultura geral, com capacidade para deliberar sobre os problemas sociais existentes e, sobretudo, convencido do projeto de sociedade a ser alcançado. Diante dessa necessidade, considerava imprescindível uma ampla reforma moral e intelectual. Ao estudar o americanismo, Gramsci tencionava compreender aquela revolução que ocorrera de forma passiva de modo a apreender uma maneira possível de transportá-la para uma transição socialista, um Americanismo de marca não americana, uma classe disciplinada e consciente dos objetivos do trabalho social fundamental para suprir as necessidades humanas, gerando cada vez mais liberdade.

> O que hoje é chamado de "americanismo" é em grande parte a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e toma como ponto de apoio os aspectos negativos da transformação. Não é dos grupos sociais "condenados" pela nova ordem que se pode esperar reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem estes últimos "devem" encontrar o sistema de vida "original" e não marca americana, a fim de transformarem em "liberdade" o que hoje é necessidade" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 15, p. 280).

A seguir, uma célebre citação gramsciana acerca de seu conceito de hegemonia. No entanto, chama-se atenção para o fato de que não pode ser tomada como regra, ou como lei presente na teoria do capital, mas como uma constatação a partir da análise de uma conjuntura, de uma situação concreta, numa sociedade concreta: a americana. No dizer do revolucionário sardo, a partir da existência de condições objetivas preliminares, foi

> [...] relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicato operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita, apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 2, p. 247-248).

A categoria hegemonia aqui é utilizada por Gramsci para compreender o processo de implementação do Americanismo e fordismo como revolução passiva, revolução-restauração, com o objetivo de reformar o capitalismo, alcançar novos patamares de desenvolvimento das forças produtivas e, consequentemente, uma maior exploração da força de trabalho. A construção de um novo modelo de organização das forças produtivas e dos modos de vida na América necessitou unir consenso e direção, assim como construir alianças com grupos favoráveis a essas forças sociais. O marxista complementa ainda que, por se tratar de uma sociedade racionalizada, a "[...] 'estrutura' domina mais imediatamente as superestruturas e estas são 'racionalizadas' (simplificadas e reduzidas em número)" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 2, p. 248).

Até a crise de 1929, nascedouro de uma superestrutura, Gramsci (2007, v. 4, C. 22, § 2, p. 248) entendia ainda não ter sido posta "[...] a questão fundamental da hegemonia

[...]", entendida por ele como a formação de um novo homem. Del Roio (2018) arremata esclarecendo que o taylorismo, concebido no seio do mais avançado Estado capitalista, os EUA, deveria ser adequado à transição socialista, e sua função de exploração do trabalho precisaria se colocar a serviço do surgimento de uma classe operária disciplinada e consciente dos objetivos do trabalho social.

Em meio à análise do Americanismo e fordismo, Gramsci menciona três instituições: Maçonaria, Igreja Católica e Rotary Club.[5] Sobre esta última, observa que buscava ser uma instituição laica, porém sua função como aparelho privado de hegemonia era "a difusão de um novo espírito capitalista" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 5, § 2, p. 295). Abre-se, aqui, um parêntese para evidenciar uma semelhança entre a noção gramsciana de hegemonia e a divisão ocorrida, proporcionalmente, no interior do Rotary Club: uma organicidade baseada, inicialmente, na gênese de uma opinião consensual interna à elite; depois, há uma propagação dessa concepção, buscando um consenso mais amplo na sociedade.

Entretanto, um estágio mais avançado de hegemonia pressupõe o consentimento dos dominados, logo, a anuência de uma visão de mundo, antes externa, que se incorpora. A atenção dada pelo Rotary à vida moral e à formação de pequenas comunidades em meio à cidade grande constitui, pois, um ponto crucial, tendo em vista ser uma intuição formada por elites de ancestralidade europeia, afinada a credos religiosos e que reclama mudança no modo de vida a partir da experiência de vida de seus fundadores.

A respeito da formação do ser social, Gramsci situa-o historicamente a partir de suas condições materiais de existência, tomando como opostos a ação real promovida pelo Americanismo e o espírito de gladiador:

> [...] está criando um futuro que é intrínseco à sua atividade objetiva e sobre o qual se prefere não falar. O segundo cria apenas fantoches aperfeiçoados, recortados segundo um figurino retoricamente prefixado, e que se reduzirão a pó quando forem cortados os fios externos que lhe dão a aparência de movimento e de vida (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 5, p. 254).

Gramsci (2007, v. 4, C. 22, § 11, p. 266) compreendia o Americanismo e fordismo como uma fase que "[...] será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior". Embora o revolucionário sardo critique a violenta mecanização a que a classe burguesa submeteu os operários, inclusive controlando suas vidas privadas, ele entende que há avanços conquistados naquela nova forma de organizar o trabalho, em virtude do aumento da produtividade, contudo reivindica que "[...] o conjunto de trabalhadores da fábrica deva ser concebido como um 'trabalhador coletivo' – eis os pressupostos do movimento de fábrica que tende a fazer com que se torne 'subjetivo' o que está dado 'objetivamente'" (2007, v. 4, C. 9, § 67, p. 313).

5 Associação de homens de negócios fundada pelo americano Paul P. Harris, em 1905. Tem por base uma ideologia filantropista, atingindo dimensão internacional em 1912. Tal instituição foi analisada por Gramsci ao examinar "as relações econômicas e políticas reais que encontram sua forma de organização, sua articulação e sua funcionalidade [...] na vida estatal [...], na vida interestatal [...] e na vida das associações políticas e culturais [...], sindicais [e] econômicas" (GRAMSCI, 2016, v. 3, § 36, p. 91).

Conclui sua análise acerca do Americanismo e fordismo, sustentando o protagonismo das classes subalternas para a superação da sociedade capitalista, uma vez que:

> [...] Não é dos grupos sociais "condenados" pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas sim daqueles que estão criando, por imposição e através do próprio sofrimento, as bases materiais desta nova ordem: estes últimos "devem" encontrar o sistema de vida "original", e não de marca americana, a fim de transformar em "liberdade" o que hoje é "necessidade" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 15, p. 280).

Depois de toda essa análise, Gramsci apresenta uma questão central: se esse novo modelo de organização da produção teria capacidade de se generalizar para o restante do mundo, criando um novo tipo de operário mundial, ou seria uma especificidade de uma experiência nascida e findada na sociedade americana, visto que tal coerção aniquilaria a força de trabalho. O próprio revolucionário sardo responde a esse questionamento ao afirmar a racionalidade do fordismo e, a partir dela, a possibilidade de generalizar-se. Assinala que haveria de combinar consenso e coerção, conquistados também por meio de altos salários, uma vez que formar um corpo tecnicamente qualificado para a produção nunca foi tarefa fácil. Se olharmos para a História, o fordismo não só se expandiu mundialmente, conforme a previsão gramsciana, como também estabeleceu, pelo menos nos países mais desenvolvidos, diferentes tipos de Estados de Bem-Estar Social.

Na teoria gramsciana, todo novo modo de vida é construído, inicialmente, a partir da luta contra a velha ordem, por meio de coerção mecânica. Contudo, até o momento atual, as transformações nos modos de vida ocorreram de forma extremamente violenta, já que sempre se deram sob o domínio de uma classe em detrimento de outras. Embora Gramsci reconheça a necessidade de coerção, reivindica "uma coerção de novo tipo", que somente pode ser pensada como autocoerção e autodisciplina "exercida pela elite de uma classe sobre a própria classe" (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 10, p. 265). Chega a criticar Trotsky, a quem chama Leão Davidovi em alusão à sua defesa de implantar trabalho obrigatório com métodos de militarização, em 1920, durante o Congresso Pan Russo dos sindicatos (GRAMSCI, 2007, v. 4, C. 22, § 10, p. 372).

Gramsci (2007, v. 4, C. 22, § 2, p. 248) chama atenção para o fato de que o novo modelo de organização da produção exige um novo tipo de trabalhador "[...] um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalhador e de processo produtivo [...]". Interessante observar que ele não reduz o ser humano ao trabalho, ao evidenciar a formação de um novo homem que se adapte às novas formas de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gramsci nos ensina que uma classe se torna dominante de duas maneiras: dirigindo as classes aliadas e dominando as classes adversárias, mesmo que pela força armada.

Entretanto, tal classe que aspira chegar ao poder pode e deve se tornar dirigente, mesmo antes de se fazer Estado, o que significa conquistar uma base social para um projeto de sociedade baseada na igualdade: o comunismo. Ao utilizar o exemplo do Americanismo e fordismo, demonstra que a hegemonia nasce na racionalização criada no processo de trabalho e, impondo sua visão de mundo, obtém o consenso das classes subalternas. Diferentemente do *Risorgimento* que, ao cindir domínio e direção, investindo mais no primeiro, precisou do fascismo para conseguir a disciplina dos trabalhadores. Enquanto no primeiro modelo a disciplina se dá por uma coerção mediante o consenso, na segunda ocorre pela força.

O revolucionário sardo vislumbrava no devir histórico a possibilidade de construção de uma nova ordem social, pautada pelo trabalho livremente associado, em que os grupos sociais subalternos conseguissem, por meio de seu trabalho, libertar o homem de suas necessidades, num processo cada vez mais avançado da técnica aplicada. Para ele, era imprescindível ter um operariado dotado dos mais avançados conhecimentos, e que toda essa capacidade técnica e científica estivesse vinculada aos interesses políticos dos subalternos.

A constituição de uma nova hegemonia requer tanto a transformação radical das relações sociais de produção quanto a edificação de uma nova concepção de mundo que ganhe as massas. E, para que se recriem novas maneiras de produzir nossa sobrevivência, há a necessidade de uma educação em sentido estrito que esteja organizada com base no trabalho como transformação da natureza. A formação de um corpo de homens com alta qualificação técnico-científica é fundamental para a implementação dessa nova forma de sociabilidade.

Dada a brevidade desta comunicação e, portanto, sua incapacidade de esgotar a temática, reafirmamos a necessidade de mais estudos que aprofundem as características do atual momento de desenvolvimento do capitalismo, bem como as características peculiares de cada Estado nacional, a fim de apreender qual deve ser o ponto de partida para o processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora em cada país, condição imprescindível apara a emancipação dos subalternos.

REFERÊNCIAS

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci**: a formulação da frente única (1919-1926). São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: Nova Civiltà ou domínio ideológico? **História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 5-43, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 3.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

KLEBIR, Sabine. “Revolução-restauração” e “revolução passiva”: conceitos de história universal. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 233-244, 2015.

CAPÍTULO 14

MARX E VIGOTSKI: PERSPECTIVAS DA PRÁXIS NA CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA DA INCLUSÃO[1]

DÂMARIS ALCÍDIA DA COSTA MELGAÇO
Pedagoga e Psicóloga aprimorada em Docência do Ensino Superior
Universidade Paulista - São José do Rio Pardo - São Paulo

RESUMO: Este trabalho faz uma interlocução analítica entre os autores Marx e Vigotski na perspectiva da práxis. A partir dessas análises procura fazer pontes com a inclusão e a psicologia da praxis, apontando possíveis caminhos para a construção de novas proposições, como pontes para a transformação das ideias e consequentemente da história, sem desprezar as conquistas até aqui alcançadas. O trabalho objetiva levantar questionamentos sobre as políticas de inclusão na sociedade capitalista. Trata-se de um estudo teórico que se utilizou de pesquisa bibliográfica para articular proposições em perspectiva compreensiva, interpretativa e dialética. Para tanto utilizou pesquisas em livros, periódicos e bancos de dados bibliográficos, com estabelecimento de plano organizacional que tornasse fácil identificar os principais trabalhos sobre o tema, já que existem muitas possibilidades entre as produções científicas já publicadas. Conclui-se pelo não esgotamento do tema já que a inclusão é um debate sempre existente na sociedade capitalista.

Palavras-chave: Vigotski; Marx; Práxis; Inclusão; Capitalismo.

ABSTRACT: This work makes an analytical dialogue between the authors Marx and Vigotski from the perspective of praxis. From these analyses it seeks to bridge the inclusion and psychology of praxis, pointing out possible paths for the construction of new propositions, as bridges for the transformation of ideas and consequently of history, without neglecting the achievements achieved so far. The work aims to raise questions about the policies of inclusion in capitalist society. This is a theoretical study that used bibliographic research to articulate propositions in a comprehensive, interpretative and dialectical perspective. For this purpose, he used research in books, periodicals and bibliographic databases, with the establishment of an organizational plan that would make it easy to identify the main works on the subject, since there are many possibilities among the scientific productions already published. It is concluded by the non-exhaustion of the theme since inclusion is a debate always existing in capitalist society.

Keywords: Vigotski; Marx; Praxis; Inclusion; Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo realiza uma reflexão teórica sobre os olhares da “práxis” em seu berço, cuja origem crítica se dá em Marx; e

1 Adaptação do artigo apresentado na II Conferência de Teoria Histórico-Cultural: ciência, tecnologia e sociedade – UTFPR nos dias 11 a 13 de novembro de 2020, Curitiba/PR, Brasil.

como ela se expressa na teoria de Vigotski em termos práticos e teóricos, reforçando as condições mais profundas de análise de caráter revolucionário. Não se trata de uma pesquisa fatalista ou objetivista, mas qualitativa na medida em que trabalha numa perspectiva da compreensão, interpretação e dialética do campo teórico, não sendo somente uma leitura minimalista ou superficial (MINAYO, 2009/2012, NETTO, 2011).

Ao mesmo tempo, este trabalho defende que existem aproximações importantes entre Marx e Vigotski e que estas se manifestam como práxis na ação pedagógica de Vigotski, no acolhimento de crianças com deficiência, à época; marginalizadas. Acredita-se que seus estudos possibilitaram uma construção epistemológica consistente que colocou a Psicologia no caminho da Inclusão, sendo sua contribuição muito rica para o campo pedagógico; já que Vigotski era um educador atuante no confronto das problemáticas instrucionais do sistema educacional soviético (IVIC, 2010).

Inclusão é um termo bem peculiar porque traz nele várias implicações de ordem cultural, política e social. Pode-se pensar que inclusão pode ser reversa de exclusão, numa dicotomia existente, que tenta homogeneizar as diversidades separando-as em unidade "padronização" e diferença "segregação". Politicamente, incluir pode significar excluir, já que a sociedade capitalista inclui os indivíduos para então excluí-los, pois separa os indivíduos em classes sociais, dando para a inclusão uma natureza fantasiosa que mascara a exclusão, já que esta ocorre em condições injustas num gerenciamento que reproduz o sistema monetário capitalista. Isso aumenta as distâncias existentes entre o acesso ao direito cidadão, a garantia da alteridade e a condição financeira necessária para subsistência social (SAWAIA, 2020; GIMENO SACRISTAN, 2001).

Antes mesmo dos movimentos mais atuais voltados à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e na rede regular de ensino, Vigotski pode ser considerado um precursor do pensamento inclusivo, já que propunha um trabalho que tivesse por base o potencial volitivo existente nas crianças com deficiência. É importante refletir que ele inaugura um movimento importante que objetivava transformar a forma como a deficiência era compreendida nas bases sociais de sua época, início do século XX. Era sua intenção libertar o indivíduo das visões limitantes que davam supremacia ao biológico em detrimento aos aspectos interacionais próprios do ser humano na construção das funções superiores. A organicidade da deficiência não era desconsiderada por ele, porém a sua ênfase era argumentativa em relação a uma questão maior que envolvia a forma como as bases culturais de seu contexto histórico lidavam com a deficiência. Para Vigotski, a aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual estava diretamente relacionada aos estímulos oferecido pelo meio social, no qual ela interagia (VALDÉS, 2002; VAN DER VEER ; VALSINER, 1996; VIGOTSKI, 1983/2011).

É importante pensar em Vigotski como aquele que preconiza movimentos de base social. Embora estivesse imerso em contextos políticos repressores, este autor construiu um rico material sobre a importância das interações sociais para o desenvolvimento humano. Observa-se que a sua base aproxima-se dos pensamentos marxistas, já que possui

uma ênfase dada à coletividade. Assemelha-se a materialidade das relações iniciais que se dão primeiramente pela necessidade em Marx. Esta necessidade, propriamente humana, surge não da materialidade por si só, ou pela ideia construída a partir destas bases, mas de situações conflitivas que de alguma forma despertam o desejo volitivo produtivo para perpetuação das espécies e da coletividade que ocorrem através dos estímulos ambientais. Por produção, não se elenca apenas o trabalho, sendo este uma rica ferramenta humana, mas também a produção cultural, social/coletiva e afetiva/emoções das interações humanas (DUARTE, 2000; VIGOTSKI, 1983/2011; VIGOTSKI, 1997).

Vigotski se propõe a estudar a formação dos processos da construção do psiquismo humano, não fazendo distinção entre pares apostando na capacidade de aprendizagem que se dá pelas interações coletivas, considerando a cultura social. E é justamente esta forma de pensar de Vigotski que é potencializada em sua práxis, aliando ação comunicativa e produção criativa. O autor realiza visitas a Marx quando retoma a práxis marxista que coloca em primeiro plano o potencial da atividade humana para a transformação da natureza e da sociedade. Sendo esta relação, práxis e teoria, ação prática e teórica, pois é prática quando toma a teoria por diretividade que modela a atividade humana capaz de revolucionar as bases da sociedade e teórica quando ocorre de forma consciente (BOTTOMORE, 1997; KONDER, 1992; LIMA, ARAÚJO, MORAES, 2010; NETTO, 2011; SILVA, 2017; VÁZQUEZ, 2011; VIGOTSKI, 1983/2011; VIGOTSKI, 1997).

Vigodskaia e Lifanova, a respeito da autobiografia de Vigotski, afirmam que este teve pouca atuação nas questões políticas de sua realidade histórica, embora tenha sido eleito deputado por duas vezes, não podendo concluir o segundo mandato por ocasião de sua morte precoce. Denota-se que ele se ocupou mais da construção de sua epistemologia, 124 títulos, no entanto; se pode inferir de seu discurso e de sua práxis as manifestações visíveis de sua consciência sobre as condições injustas e preconceituosas existentes a sua época, no tocante a luta de classes, já que o mesmo propõe uma ação prática que tem como condutor a sua própria teoria (IVIC, 2010; PEDROSA, 2013; PRESTES, 2014 apud ROLDÃO, CAMARGO, DIAS, 2019). Vigotski não fica apenas no campo teórico, mas se lança no trabalho prático coletivo para transformar e revolucionar as bases sociais de sua época assumindo uma nova postura diante da deficiência “Ele não estava alheio ao processo político revolucionário da Rússia; acompanhava atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos políticos e percebia os reflexos deles em seu país [...].” (PRESTES; TUNES, 2017 apud ROLDÃO; CAMARGO, DIAS, 2019, p. 28).

O trabalho retoma a perspectiva de uma gênese sócio-histórica que apresenta Vigotski como alguém que estava submetido a condições e transformações históricas. Um exemplo a ser citado é a sua participação no II Congresso Nacional de Psiconeurologia em 1924 quando expõe uma comunicação que versava sobre métodos, investigação, reflexologia e psicologia. Este estudo marca sua entrada no espaço da metodologia e aponta para a introspecção subjetiva em oposição ao positivismo, já que ele se posicionava a favor de uma psicologia da revolução que deveria utilizar-se desta ferramenta para reconstruir uma

sociedade, fazendo uso da luta revolucionária e contra revolucionária. Portanto, Vigotski propõe uma nova ciência que incorpora nuances políticas e ideológicas e se abre para a práxis saindo dos laboratórios experimentais (IVIC, 2010; TOASSA, 2006 apud PEDROSA, 2013; DIAS, 2019).

A saber, nesta época os constructos sobre a deficiência estavam sob a égide da limitação orgânica, de estudos mantenedores de viés religioso e fatalista, embora já estivessem no início de saltos evolutivos de caráter histórico iniciado na Europa pós-iluminismo, Sec. XIX, das primeiras iniciativas que propunham ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência. No entanto, diversas eram as expressões ideológicas liberais utilizadas para referir-se ao tratamento dessas pessoas: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa” (MAZZOTTA, 2001, p.17), inclusive os termos usados por Vigotski como defectologia ou defeito, vinham implicitamente acompanhados do viés preconceituoso (VIGOTSKI, 1997).

Vigotski, no entanto; estudou a Defectologia não sob os moldes dos ideários vigentes, mas à contramão dos mesmos. Seus escritos foram contra as concepções enviesadas sejam pelas questões mitológicas, sejam pelas questões biológicas. Seus estudos romperam com ideias normalizantes e excludentes que viam o “defeito” como uma condição ou um adjetivo de inferiorização. Ele contrasta com os diagnósticos da época, realizados por especialistas de diversas áreas que classificavam as pessoas em desemburráveis, ou seja; que não poderiam ser educadas e deficientes. Em Vigotski a defectologia é definida como um espaço de saberes teóricos e de atividade da ciência prática junto aos indivíduos que por conta da deficiência tem tido seu desenvolvimento comprometido e dificultado (SILVA, MENEZES, OLIVEIRA, 2013; VIGOTSKI, 1987; VIGOTSKI, 1983/2011; VIGOTSKI, 1997).

2. METODOLOGIA

Este estudo teórico parte do pressuposto da práxis em Marx que compreende a ação fundante de toda a dinâmica estrutural da sociedade, cuja movimentação ocorre pelo conhecimento concatenado à prática que dão as bases para as principais ideologias de uma sociedade. Para escrevê-lo foi necessário um aprofundamento teórico buscado em livros, artigos, periódicos, teses e dissertações impressas e disponibilizadas em bancos de dados eletrônicos, portanto trata-se de um estudo bibliográfico (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009).

Entendendo que a pesquisa bibliográfica é uma ferramenta que se complica pela abundância de artigos científicos disponibilizados, optou-se por um plano organizacional que possibilitasse garimpo dos textos mais condizentes com a temática utilizada. O estudo ao mesmo tempo em que é qualitativo pela abordagem em perspectiva da compreensão, interpretação e dialética do campo teórico, é; também quantitativo, pois buscou organizar

as bibliografias optando pela eliminação do que não cabia dentro da temática principal e pela escolha de bibliografias mais oportunas para a construção do argumento teórico que fundamentou a pesquisa (MINAYO, 2009/2012; TREINTA, FARIAS FILHO, SANT'ANNA, RABELO, 2014).

Para tanto, foi estabelecido palavras-chaves de pesquisa, lógica booleana, dentro da temática do estudo, Marx e/ou Vigotski e/ou práxis e/ou capitalismo e/ou inclusão e/ou história da inclusão. Utilizaram-se motores de busca em plataformas digitais mais usuais da área psicológica: Scielo, Pepsic, Web of Science, Scopus, PsycInfo, etc. Além destas ferramentas digitais foram utilizados livros e cadernos impressos sobre o assunto abordado, objetivando a formação do banco de dados inicial, catalogados em planilha Excel por título, assunto, objetivos e conteúdo principal. A partir desta primeira amostra foram eliminados artigos duplicados e feita refiltragem ou revisão de literatura de acordo com os objetivos da pesquisa para, então; definir o portfólio de literaturas finais. Como resultado final da seleção, foram utilizados, ao todo, 40 títulos para a construção do corpo teórico deste artigo (TREINTA, FARIAS FILHO, SANT'ANNA, RABELO, 2014).

3. A PRÁXIS COMO CRITÉRIO FUNDANTE DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A práxis pode ser considerada um critério que participa literalmente da fundação de uma nova sociedade. Quando se minimiza toda a radicalidade que envolve este conceito marxista a uma simplista atuação ativista ou espontânea com vistas a uma transformação social e política, tem-se equivocado todo o propósito de interpretação filosófica envolvidos na essência da práxis, já que Marx propõe algo mais profundo e radical do que o simples desencantamento da interpretação do mundo. Ele propõe que o mundo só pode ser transformado a partir de uma interpretação certeira e objetiva da realidade e que esta interpretação já é em si mesma uma transformação que possui um sentido amplo, porém preciso, sendo ato político e não somente teórico (GRÜNER, 1997).

Vigotski é revolucionário à medida que atua no campo da práxis e teoria, trazendo inovações no espaço da defectologia com contribuições muito importantes para a Educação Especial atual. O autor entendia que o conhecimento neurobiológico transforma-se qualitativamente pela e na própria cultura e, portanto; não pode ser considerado como uma incapacidade evolutiva, contudo devem ser consideradas como formas diferenciadas de armazenamento do psiquismo (PADILHA, 2001).

Torna-se importante saber que a práxis não pode ser compreendida como uma simples unidade, que em determinado momento apropriou-se de dois objetos distintos, teoria e prática, e as juntou com uma finalidade. Esta forma de pensar práxis é simplista, já que para Marx a práxis sempre existe e não dicotomiza conhecimento puro e prática pura, mas entende que a mesma é o movimento da própria realidade que flui na medida em que é um

mesmo movimento. Práxis, portanto; em Marx possui a ação como condição para o conhecimento, ao mesmo tempo em que possui o conhecimento para a ação (GRÜNER, 1997).

A partir desta premissa marxista podem-se analisar as ações de Vigotski e o movimento existente em sua práxis, já que ele era consciente de seus espaços político, histórico-cultural e social, posicionando-se de forma radical contra os constructos teórico ideológicos de sua época, apontando novos horizontes e propondo novas formas de ver a deficiência numa ação que foi condição para seus constructos teóricos, bem como para que esse conhecimento fosse condição para ações práticas, tanto psicológicas como educacionais, sendo por si só transformação objetiva e certeira da realidade, ato político e não somente teórico (GRÜNER, 1997; IVIC, 2010; PRESTES, TUNES, 2017 apud ROLDÃO, CAMARGO, DIAS, 2019).

Marx em seus constructos teóricos aborda a questão dos espaços e como o indivíduo se apropria dos mesmos. Em sua obra expõe como o homem se desenvolve dentro de seu meio social que é assinado por construções de produção histórica, tendo como impulso o trabalho nos processos societários, grupais. Os resultados da atividade de produção humana, trabalho, é a capacidade de atribuir a “coisa”, objeto material ou inanimado, um sentido; dando vida e transformando o subjetivo em materialização na exterioridade. As marcas objetivas no mundo são deixadas pelas gerações que antecedem a atual, ou seja; elas deixam como legado os seus produtos, resultados do seu trabalho. Por sua vez a atual geração se apropria deste legado fazendo uso de suas aptidões para pô-los em prática, realizando o desenvolvimento dos potenciais humanos. Portanto, existe um sentido social nesta apropriação, o da dominação (GRAUMANN, 1976 apud PINHEIRO, SILVA, 2018; MARX, 1844/2009).

Pode-se afirmar que em Marx a apropriação individual decorre da coletividade, do que antes dele, historicamente, foi produzido, apropriado e transferido como herança cultural. Sendo, portanto a consciência humana um produto de vários processos histórico-sociais. Os indivíduos exploram o produto material, capital; de força produtiva, herdado de seus antecessores para perpetuar a forma de organizar e atuar em sociedade, no entanto isto ocorre em momento histórico diferenciado, pois o tempo decorrido ao longo da história altera as atividades humanas (MARX, ENGELS, 1845-46/2001 apud PINHEIRO, SILVA, 2018).

Observa-se que as aproximações entre Vigotski e Marx se evidenciam quando ele enfatiza em seus primeiros constructos a educação social de produção coletiva, de base marxista, que não é somente coletiva, mas individual também e a possibilidade do potencial desenvolvimental aprioristicamente de estímulo ambiental gerador de uma necessidade. Logo, não fazia a distinção entre normal e anormal, mas acreditava que a deficiência, por sua condição social/coletiva, implicava primeiramente nas interações sociais do indivíduo com o meio ambiente e não necessariamente em sua reação direta com o mesmo. O defeito biológico, segundo o autor, levava os mediadores sociais a tratarem-no de forma diferenciada, tanto positivamente, como negativamente. Neste caso, o lugar do indivíduo era

determinado não por ele, mas pelo entorno social de dada coletividade ou sociedade (VAN DER VEER, VALSINER, 1996; VIGOTSKI, 1983/2011; VIGOTSKI, 1997).

Marx denuncia em seus estudos através da existência da práxis a diferenciação feita pela classe dominante dos momentos que para ele são lógicos e não de sequencia natural ou de análise das coisas, do ser ou da realidade. Para o autor, os momentos lógicos possuem características próprias e certa autonomia dentro do movimento, assim chamado práxis. Desta maneira Marx escancara a existência de um pensamento hegemônico de ideologia dominante que se apossa desta unidade ocultada ao fazer a manutenção da separação dos momentos pela divisão social do trabalho, ou seja; há uma dicotomização entre a produção intelectual e produção braçal. A lógica do dominador é mantida nas mãos do senhor e do dominado nas mãos do escravo, dessa forma garante-se a produção intelectual a favor do dominador, pois a classe dominante sabe que a prática por si só ou a produção intelectual não são geradoras de transformação radical, mas apenas mantenedoras de falsos ideais nunca atingíveis às bases de sua condição hegemônica (GRÜNER, 1997).

4. A INCLUSÃO ATUAL NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS

Sabe-se que não se pode negar a gênese sócio-histórica e cultural quando se está estudando temas relevantes para a sociedade, já que para compreender como as ideias se perpetuaram por gerações é necessário analisar como estes valores foram construídos e como eles foram implantados de forma extrínseca e intrínseca no pensamento e nas atitudes das pessoas. Logo, quando se pretende trabalhar com a história é necessário ter o pressuposto de que toda história escrita possui uma filosofia de história, ou seja; existe uma ideologia que pauta a mesma ou uma forma de pensar história (CARVALHO, 2014).

Não se pode excluir a história porque “A História é um nexo significativo entre passado. presente e futuro, não apenas uma perspectiva do que aconteceu, não o levantamento do que “realmente aconteceu”. (p. 1/3). Existe na história um valor educativo que é a formação da competência narrativa e que se subdivide em: 1) ter competência de vivência para olhar o passado e constatar os resultados anteriores tanto no agora como em projeções futuras. Isso é possível quando se tem desenvolvida a consciência do tempo, ou seja; essa capacidade é o cerne da questão, já que sem ela a tendência é a continuidade infinita do agora sem o conhecimento mínimo ou consciência do que é propriamente histórico e temporal. 2) ter competência interpretativa para significar o complexo abrangente e integral da realidade que existe na passagem do tempo, como habilidade de aperfeiçoar a todo tempo uma filosofia de história e 3) ter competência de localizar-se espacialmente na história a fim de fazer uso dos dados históricos para a ação pessoal e para o envolvimento atuante em projetos que envolvam a coletividade, pois de nada serve o conhecimento da história sem que haja reflexão sobre a historicidade de temáticas cruciais como desemprego estrutural, estigmatização, preconceito, drogadição, etc. (RUSEN, 1992 apud CERRI, 2004).

Historicamente, a deficiência passou por vários estágios e evoluções do pensamento. Nos primórdios a ideia era do descartável pela inutilidade ou incapacidade de sobrevivência. Até o século XVIII deu-se a deficiência um caráter mítico, demoníaco ou de iluminação, ora vistos como maldição, ora como dotados de alguma mediunidade. Estas ideias perpetuaram-se através das mídias, literatura, arte, e toda produção humana, incluso as de cultura de massa (SILVA, 1986, AMARAL, 1994/1995).

Toda esta gama de construções ideológicas, de base não científica, ocupou o pensamento humano por longas décadas e condicionou o deficiente à exclusão e apatia social por estigmas, estereótipos e preconceitos, sendo reforçada pelo capital. À época de Vigotski e a atual proposição de políticas inclusivas ainda esbarram na massificação das ideias já estabelecidas no meio social pela cultura dominante que dita a priori do pensamento (AMARAL, 1994/1995, HABERMAS, 2002, VIGOTSKI, 1983/2011; VIGOTSKI, 1997).

Por esta razão quando se fala de uma práxis atual, deve-se também falar de uma consciência histórica de mundo que envolve a base com que se constituiu toda a política de inclusão, já que estas foram construídas sob a dinâmica do capital. São várias as barreiras encontradas no meio social e que permeiam o pleno desenvolvimento e a efetivação dessa possibilidade adquirida por direito. Pode-se refletir que por ser intimamente ligada a concepção histórica e, portanto; sociocultural, a inclusão social tem enfrentado barreiras e mudanças de direção que bloqueiam a participação de todos numa inclusão efetiva (MANTOAN, 2003).

É possível subsistir sendo minoria na sociedade capitalista? “. . . apesar dos esforços de pessoas dedicadas das secretarias municipais, estaduais e federais, que buscam melhorar as condições das crianças deficientes, a tão desejada inclusão não acontece”. Esta justificativa se dá pela observação da existência de um descompasso entre a teoria e a prática, porém uma das maiores dificuldades é a abordagem instrucionista, onde todos devem saber tudo, obedecendo a um mesmo tempo, ritmo e caminhos (SCHLÜNZEN, 2005, p. 81).

Acredita-se que esta triste realidade, dicotomia inclusão/exclusão, seja consequência de características excludentes e separatistas que são marcantes em nossa sociedade. Frente a um novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que têm por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade, pois a educação em uma democracia é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade (GOFFREDO, 1999).

Atenta-se desta maneira, nesta fala de Goffredo, para o problema existente na sociedade democrática, que mascara o problema das minorias “inatas”, pois existe um problema que está intimamente ligado ao impingimento de uma cultura majoritária por meio do poder político, que obriga a aceitação de sua forma de vida às minorias e por isso nega aos ci-

dadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isto, também, no que tange o autoentendimento ético, ou seja; a identidade dos cidadãos (HABERMAS, 2002).

Ao retomar a práxis em Marx e o sentido radical implicado neste conceito, é possível afirmar que tudo o que já se propôs em termos de políticas de inclusão ainda serve aos efeitos discutidos por Sawaia da regência matricial do estado capitalista, de política neoliberal, que promove proposições de inclusão mascarados pelos ideais da classe dominante, que dá ao proletário; água lodosa, ou seja; finge dar subsistência, sem garantir alteridade e igualdade financeira para o acesso ao direito cidadão (SAWAIA, 2020; AMARAL, 1995).

A reflexão sobre os direitos humanos têm provocado inúmeros debates, teóricos por excelência. Segundo Bobbio "[...] os direitos humanos são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem." (BOBBIO, 1992 apud CARVALHO, 1999, p. 17). A questão que se levanta não é se há políticas públicas, leis que garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiência na sociedade capitalista, fruto ou não de lutas sociais; mas se estas pessoas realmente possuem todas as condições estruturais para sobreviverem na selva do capital.

O olhar de Vigotski em relação à forma como a psicologia de Marx foi construída não era generalista, mas colocava esta psicologia no status de ciência verdadeira. No entanto, não seria possível construir uma psicologia verdadeiramente científica fazendo junções de pedaços de textos de Marx e informações de coleta empírica que se utilizasse de métodos contrários aos ideais marxistas. Vigotski compreendia que se fazia necessária a construção de um constructo teórico que mediasse o materialismo histórico dialético e as pesquisas que abarcam o fenômeno psíquico na materialidade, de forma que ocupasse uma amplitude máxima e universal, enquanto corrente filosófica (DUARTE, 2000).

O autor acreditava poder trabalhar paralelamente uma teoria da psicologia da mediação e o materialismo histórico dialético, porque o materialismo, para ele, tinha o papel de mediar à análise das problemáticas concretas que envolviam a história das sociedades, bem como suas construções sociais, entre eles; o capital e o capitalismo. "Por essa razão Vigotski afirmou ser necessária uma teoria que desempenhasse para a psicologia o mesmo papel que a obra O capital de Karl Marx desempenha para a análise do capitalismo" (DUARTE, 2000, p. 80).

Para pensar sobre a práxis atual é necessário retomar um pouco a história da práxis, pois este conceito até chegar à atualidade teve uma perspectiva de ordem filosófica dependente do tempo e da visão de uma sociedade. A práxis não inicia em Marx, mas tem nele um marco simbólico de uma consciência maior, a consciência da práxis que só emerge quando é possível olhar a partir de uma estrutura histórica específica, "[...] cada tempo produz um conceito de práxis que dá as condições de possibilidade da ação e consequentemente uma teoria sobre elas." (SILVA, 2017, p. 60).

A época clássica, em termos, já possuía uma consciência de práxis, porém condicionada aos modos de produção daquela sociedade, que já separava as atividades mais nobres das braçais, tanto que a intelectualidade era valorizada na polis. Na Renascença a práxis é marcada pelo surgimento da burguesia e o desejo do capital pelo acúmulo de bens, pelo valor da moeda e certo fetichismo relacionado ao dinheiro. Pode-se falar do surgimento de uma práxis burguesa que sempre entrelaçou os interesses da burguesia ou classe dominante, a depender do período histórico, e a manutenção do status quo (SILVA, 2017).

Se na antiguidade a práxis era dotada de certa positividade pela filosofia da contemplação, na renascença ela toma características de negatividade, pois a consciência de que a naturalização da práxis que separa o homem do ato produtivo, dando status ao conhecimento apenas as classes dominantes, relegando o trabalho braçal ao proletariado dotando-lhe de um estado de alienação é assim desvelado em Marx (SILVA, 2017).

Para Marx a filosofia é uma filosofia da práxis que tem um fim, um objetivo e uma utilidade. Ela está ligada conscientemente a uma práxis revolucionária que deseja transformar a sociedade em suas bases, para uma nova sociedade, a socialista, sendo uma filosofia radical, que sabe que pra transpor a ideologia existente precisa utilizar-se da crítica (VÁZQUEZ, 2011).

Investigar a consciência na perspectiva da transformação radical da sociedade ou práxis, só possui um sentido na medida em que estará contribuindo para que os indivíduos reflitam sobre os processos de exploração e da ideologia que os envolve, já que a consciência se ampara à existência concreta na atividade. À medida que ocorre o estranhamento nas relações de trabalho, ocorre também um estranhamento que se reflete na consciência (CARVALHO, 2014).

Vázquez (2011) faz diferenciações importantes quando expõe as relações humanas envolvidas na práxis. Para o autor há uma distinção entre práxis espontânea e práxis reflexiva, porém ele não bate o martelo separando as práxis em duas linhas associativas: 1) práxis espontânea e reiterativa e/ou 2) práxis reflexiva e criadora. Ao contrário, ele se posiciona contra esta linearidade classificatória, pois acredita que mesmo dentro de uma atividade mecânica pode existir práxis reflexiva, porém é taxativo em relação à práxis espontânea, porque acredita que esta não pode ser transformadora sendo inverso a práxis reflexiva que possui em si potencial transformador.

Costa (2015) em seus estudos, à luz teórica de Martiza Montero pensando uma psicologia da comunidade, expõe que:

> [...] tanto o trabalho comunitário quanto a práxis psicopolítica [...] têm buscado responder criticamente às condições estruturais de injustiça social a partir da construção de uma nova práxis. Fazendo a crítica ao poder, ao mesmo tempo em que ressalta o potencial transformador das comunidades, Martiza Montero indica um caminho para a construção de uma práxis libertadora, de “fazer para transformar” (COSTA, 2015, p. 281).

Portanto, fazer para transformar ou práxis acontece a partir da existência concreta na atividade, na qual o indivíduo está atuante mais a relação teórica onde a prática gera o conhecimento e o conhecimento a prática. Logo, a práxis possui um caráter ético e político devendo tornar o indivíduo atuante nas ações que ocorrem nos espaços públicos, mediante o exercício pleno da sua cidadania (MONTERO, 2006 apud COSTA, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência ao longo do tempo sempre veio carregada de bagagem cultural depreciativa que colocou a diferença na marginalidade da história. Nos primórdios estava relacionada à impossibilidade de sobrevivência, mais tarde foi ganhando características místicas sendo relacionado a castigo e maldição. Estereótipos, estigmas e preconceitos foram se ampliando na consciência social, principalmente na ocidental tendo sido reforçado pelo capitalismo e seus modos de exclusão.

Vigotski sob a consistência teórica marxista, que já havia desvelado a consciência da práxis e todo o controle da consciência humana pela alienação dos homens, inicia seus estudos recriando os espaços teóricos, propondo uma nova forma de compreensão de desenvolvimento humano, contrariando todo o pensamento cultural e científico positivista de sua época. Percebe-se que este homem não era alienado as condições políticas de sua época e que mesmo não tendo participado do partido comunista, envolveu-se na política como deputado e atuou como educador sempre em confronto as práticas educativas de sua realidade histórico-social.

Abarcaram-se as concepções da práxis e verificou-se que esta não é uma simples unidade que separa ou une dois conceitos distintos, prática e teoria. Observou-se, também; que a práxis existe e sempre esteve presente na sociedade de alguma forma, desde a era clássica até o renascimento e o surgimento da burguesia capitalista. Para além das explicações simplistas e condicionantes da práxis, verificou-se em Marx um desvelamento da consciência da práxis que é levar o homem a pensar sua atividade a partir de sua materialidade, num movimento crítico e transformador, cujo caráter é político e revolucionário.

Refletiu-se sobre a sociedade capitalista e seu modo de produção, que inclui os indivíduos para ao mesmo tempo os excluir, já que não lhes dá a subsistência necessária para o acesso aos seus direitos. Questionou-se se seria possível existir na sociedade capitalista sendo minoria e destoando das políticas neoliberais que existem para a competitividade e a falsa promessa de ofertas igualitárias.

Verificou-se, tanto em Marx quanto em Vigotski que a existência de uma nova sociedade só é possível através do desmantelamento das políticas do capital que caminham à contramão de uma sociedade ideal, a socialista, e que toda tentativa de incluir já é por si só o reflexo da hegemonia classista. Durante as reflexões perceberam-se as incongruências

presentes na sociedade, que surgem como barreiras e empecilhos para a inclusão, através do discurso democrático que determina a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, mas não lhes garante as condições materiais para recebê-las. Uma democracia que encobre o impingir de uma vontade superior que não respeita o indivíduo social e nem o seu autoentendimento ético.

Observou-se, também, que muitas das conquistas em relação ao sistema têm advindo das lutas sociais pelos direitos das minorias. Percebeu-se que o próprio Vigotski inicia esta luta quando constrói seu trabalho pedagógico com pessoas deficientes a partir de uma nova proposição não biologizante e estigmatizadora. Atentou-se para o fato de que ele acreditava numa teoria que fosse relevante à psicologia da mesma forma que a teoria de Marx era para as análises do capital. Não se adentrou especificamente na teoria de Vigotski sobre o potencial de aprendizagem e os esquemas de assimilação, mas debruçou-se sobre a importância de seus constructos para uma psicologia da inclusão e de como esta fundou a psicologia histórico-cultural.

Finalmente, analisou-se a existência de muitas práxis, uma que serve a política dominante e uma reflexiva que possui em si o potencial de transformação. Conclui-se que o tema é abrangente e não pode ser esgotado em uma simples análise, pois enquanto existir a sociedade capitalista, sempre existirá a necessidade de debater as políticas de inclusão, não ignorando os processos já vividos ao longo da história, tendo uma consciência ativa de uma filosofia da história, com potenciais para a transformação social à medida que este saber confronta a realidade, dinamiza o engajamento político de luta de classes, não somente dos que produzem conhecimento, mas também dos que operam na produção braçal no chão das fábricas.

As reflexões devem levar a luta, porque se não desencadeiam revolução, não transformam e nem cumprem o seu papel libertador. O caminho da inclusão ainda é longo, mas é necessário. É preciso que todos estejam num mesmo compasso, trabalhando para o mesmo objetivo. Assim aproveitam-se os talentos individuais dos profissionais, seus conhecimentos teóricos, seus conhecimentos prévios e suas capacidades em potencial de produção cultural. Compreende-se; então, que sem educação não há transmissão de cultura e sem indivíduos aprendizes não há produção de novas culturas e que a maioria dentro do sistema é um aprendiz em potencial. O processo educativo evolui à medida que consegue formar indivíduos capazes de produzir cultura que melhore a qualidade de vida humana. Qualidade que precisa predominar no meio comunitário não somente escolar, mas social e político, objetivando eliminar a dicotomia social existente que separa as pessoas em classes sociais, incluído e excluído, dominador e dominado.

A saber, compreendeu-se um princípio básico, o qual se abstém de ilusões de que exista uma democracia ou uma convivência pacífica de várias culturas que caminhem para o que se poderia chamar respeitoso, pois neste projeto do capital não há espaços para a pluralidade ou diferenças autênticas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a Deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Corde, 1994.

BOTTOMORE, T. (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARVALHO, B. P. **A Escola de São Paulo de Psicologia Social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético.** Orientadora: Maria do Carmo Guedes. 2014. 273 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, R. E. O direito de ter direitos. *In:* Ministério da Educação e do Desporto (Org.). **Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências Atuais.** Brasília: SEED, 1999, p. 17-26.

CERRI, L. F. A função da História de orientação temporal e o ensino escolar da História. *In:* 2o Encontro de Diretrizes Curriculares Estaduais - História**,** n. 2, 2004, Faxinal do Céu. **Anais eletrônicos...** Paraná: SEED, 2004. Disponível em www.oocities.org/br/lfcronos/texfunchistoria.htm. Acesso: 25 fev. 2021.

COSTA, J. F. A. "Fazer para Transformar": a Psicologia Política das Comunidades de Maritza Montero. **Psicologia Política.** v. 15, n. 33, p. 269-283, 2015. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo= 7436708. Acesso: 02 mar. 2021.

DIAS, M. S. de L. (Org.). **Introdução às leituras de Lev Vygotski: debates e atualidades na pesquisa.** Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação ; Sociedade.** Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes, v. 21, n. 71, p. 79-115, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J. Políticas de la diversidad para una educación democrática igualizadora. *In*: SIPÁN COMPAÑE, A. (Coord.). **Educar para la diversidad en el siglo XXI.** Zaragoza: Mira Editores, 2001.

GOFFREDO, V. L. F. S. A escola como espaço inclusivo. *In:* Ministério da Educação e do Desporto (Org.). **Salto para o Futuro: Educação Especial: Tendências Atuais.** Brasília: SEED, 1999, p. 45-50.

GRÜNER, E. Leituras culpadas. Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. (pp. 103-151). *In:* BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.** Coleção Campus Virtual. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/ 20100715074720/cap4.pdf. Acesso em 25 fev. 2021.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política.** São Paulo: Loyola, 2002.

IVIC, I. **Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1934).** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis: O Pensamento de Marx no século XXI.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LIMA, N. A. C.; ARAÚJO, A. C. B.; MORAES, B. Problemas fundamentais da Defectologia: aproximações preliminares à luz do legado de Vigotski. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 2, Número Especial. p. 48-60, 2010. Disponível em http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/artigo _3_ especial.pdf. Acesso 25 fev. 2021.

MANTOAN, M. T. E. Uma Escola de Todos para Todos e com Todos: o mote da inclusão. **Educação,** n. 49, p. 127-135, 2003. Disponível em http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_de_todos.htm. Acesso 25 fev. 2021.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial. (Original publicado em 1844), 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciênc. saúde coletiva [online],** v. 17 n. 3, p. 621-626, 2012.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental.** Campinas: Autores Associados, 2001.

PEDROSA, C. H. O Conceito de consciência em Vigotski: uma aproximação pela comparação de duas leituras. **Psicologia Escolar e Educacional***,* v. 17, n. 2, p. 233-238, 2013.

PINHEIRO, R. L.; SILVA, A. P. S. da. Apropriação do espaço e psicologia histórico-cultural: reflexões e apontamentos para possíveis aproximações. **Arquivos Brasileiros de Psicologia,** v. 70, n. 3, p. 259-273, 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext;pid=S180952672018 000300018;lng=pt;tlng=pt. Acesso 25 fev. 2021.

PLETSCH, M. D.; BRAUN, P. A inclusão de pessoas com deficiência mental: um processo em construção. **Democratizar,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2008. Disponível em http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/ uploads/2014/09/INCLUS%C3%83º-DE-DM-PROCESSO-DEFORMA%C3%87 %C3%8 3O.pdf. Acesso 25 fev. 2021.

ROLDÃO, F. D.; CAMARGO, D. DE; DIAS, M. S. de L. A vida e a obra entrelaçadas: discussões sobre o contexto histórico de Vygotski. *In:* DIAS, M. S. DE L. (Org.). (2019). **Introdução às leituras de Lev Vygotski: debates e atualidades na pesquisa.** Porto Alegre: Editora Fi, p. 17-48, 2019.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 14 ed. São Paulo: Vozes, 2020.

SILVA, F. G.; MENEZES, H. C. S.; OLIVEIRA, D. A. Um Estudo sobre a Defectologia na Perspectiva Vigotskiana: a aprendizagem do deficiente intelectual em reflexão*. In:* XI Congresso Nacional de Educação: Educere, n. 11, 2013, Curitiba. **Anais Eletrônico...** Paraná: PUC, 2013. Disponível em https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9698_6556.pdf. Acesso: 25 fev. 2021.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, R. A. da. **O Conceito de Práxis em Marx**. Orientadora: Maria Cristina Longo Cardoso Dias, 2017. 103f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017. Disponível em https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/24571. Acesso: 25 fev. 2021.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A Pesquisa Científica. *In*: GERHARDT, T. E. ; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 31-42, 2009.

SCHLÜNZEN, E. T. M. Escola inclusiva e as novas tecnologias*. In:* Ministério da Educação (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação.** Brasília: SEED, p. 80-85, 2005.

TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production,** v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.

VÁLDES, M. T. M. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. *In:* MAGALHÃES, R. C. B. P.; LAGE, A. M. V. (Orgs*.).* **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VAN DER VEER, R. ; VALSINER, J. **Vygotsky: uma síntese.** São Paulo: Loyola, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores.** La Habana: Científico-Técnica, 1987.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *In:* Problemi Defektologuii [Problemas de defectologia]. (Sales, D. R.; Oliveira, M. K.; Marques, P. N., Trads.). **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011. (Trabalho Original Publicado em 1983).

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. *In:* **Obras completas.** Tomo V. (Fernandez, M. C. P., Trad.). Havana: Editorial Pueblo y Educación, p. 74-87, 1997.

CAPÍTULO 15

A INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL EM PELOTAS

BRUNO DE SOUZA CORRÊA

GERSON MACHADO ROSA
Instituto de Ciências Humanas (ICH)
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

RESUMO: O presente trabalho foi primeiramente apresentado como monografia final da disciplina de Patrimônio Cultural, componente do 4° semestre do curso de graduação em Antropologia, em que foi problematizado o conceito de cultura e de patrimônio, bem como os aparelhos e as narrativas oficiais que o seguem, como estatuto do tombamento e temporalidade, que serviram como base para uma abordagem crítica ao caráter elitista e excludente do patrimônio oficial, ainda muito pautada na dicotomia material x imaterial. Dessa forma, este artigo tem como objetivo, ressaltar a importância da indústria de conserva e sugerir a patrimonialização dos prédios industriais de Pelotas, evidenciando sua participação fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade, assim como foram as charqueadas, único período valorizado nas narrativas hegemônicas. Por meio desta temática, o artigo visa criticar o aspecto elitizado da patrimonialização no que diz respeito à desvalorização dos prédios industriais, já que ambos contribuíram para a formação da cidade em diferentes momentos da história. Através das narrativas de trabalhadores(as) da época, discutiremos tópicos como direitos trabalhistas, condições de trabalho e divisão sexual do trabalho a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo antropológica e arqueológica. Com isso, procuraremos contribuir para o debate sobre a importância dos prédios das antigas fábricas assim como as narrativas do cotidiano laboral na constituição do patrimônio histórico e cultural da cidade, que persiste em omitir esses aspectos comuns às fábricas e que eram experenciados pela classe trabalhadora. Serão apresentados também, brevemente, perspectivas teóricas acerca da relação entre o maquinário e o operariado, a partir da ideia de Tim Ingold de *coisas* e *pessoas.*

PALAVRA-CHAVE: Patrimônio Cultural, indústria de conserva, proletariado, condições de trabalho

ABSTRACT: This work was firstly presented as the final monograph in the subject of Cultural Heritage, component of the 4° semester in the undergraduate degree course of Anthropology, in which the concept of culture and heritage was problematized, as well as the official narratives that follows them, such as the nationally listed buildings and temporality, which served as the basis for a critic approach on the elitism and exclusivism of the official heritage politics, still strongly based on the material x immaterial dichotomy. Therefore, this article aims to reinforce the importance of the compote industry e suggest their registry on the heritage list, taking evidence of their crucial and fundamental role in the city`s economical, social and cultural development, as the *charqueadas* – also known as *saladeros*, places where dry bovine meat were produced -, only period re-

garded by the hegemonical heritage politics, were before it. By discussing this thematic, we seek to criticize the elitist aspect of heritage concerning the devaluation of these industrial buildings, since both have contributed to the city's formation in different moments of history. Through the former workers' narratives, we will discuss topics such as labour rights, work conditions and sexual division of labour, from an anthropological and archaeological perspective. Thus, we will seek to support the debate about the importance of both the industrial buildings and the narrative around the daily factory work in the historical and cultural heritage's constitution, which persists to neglect these aspects of the factories and the worker's class. Will be also present, briefly, theorical perspectives around the relationship between machinery and the workers, based on Tim Ingold's idea of *things* and *persons*.

KEYWORDS: Cultural Heritage, fruit compote industry, proletariat, work conditions

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Pelotas, fundada em 1815, se desenvolveu através da produção de charque e enriqueceu por meio do trabalho escravo, ainda no século XIX. Ao final do século XIX, após o período de escravidão, a cidade segue seu processo de formação com a produção rural de frutos e a industrialização dos mesmos, já com mão-de-obra imigrante (GUTIERREZ, 2001).

Este artigo tem como objetivo, ressaltar a importância da indústria de conserva e sugerir a patrimonialização dos prédios industriais de Pelotas, evidenciando sua participação fundamental para o desenvolvimento da cidade. Assim como, foram as charqueadas, único período valorizado nas narrativas hegemônicas. Por meio desta temática, o artigo visa criticar o aspecto elitizado da patrimonialização das charqueadas em detrimento da desvalorização dos prédios industriais, já que ambos contribuíram para a formação da cidade em diferentes momentos da história.

2. METODOLOGIA

Além dos textos propostos nos programas das disciplinas durante o curso, somados às aulas expositivas e o referencial bibliográfico sobre o tema, a pesquisa para a elaboração do presente trabalho consistiu em:

- Primeiramente, uma pesquisa na seção de periódicos da Bibliotheca Pública Pelotense, com jornais do Diário Popular, datados da década de 1970;
- Em seguida, entrevistas formais com 3 ex-funcionários(as) de antigas fábricas de produção de alimentos, atualmente vinculados(as) a movimentos sindicais relativos à indústria de alimentos.

As entrevistas foram feitas na sede do Sindicato das Indústrias e Cooperativas de Alimentação, com uma abordagem etnográfica, procurando obter informações sobre o espaço e as condições de trabalho nessas fábricas. Por meio desses relatos sobre trajetórias de vida, foram suscitadas questões sociais e, nesse caso, laborais da época da ascendência das grandes fábricas de alimentação em conserva na região.

3. TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA INDÚSTRIA DE CONSERVA E VINDA DAS GRANDES EMPRESAS

A industrialização de conservas surge quase que simultaneamente ao início das primeiras culturas pelas famílias imigrantes na região. O cultivo de frutos como o pêssego e o aspargo é atribuído as famílias coloniais de origem, principalmente, francesa (Capdebosq, Charnaud, Crochemore, Jouglard e Ribes) e outras de descendência alemã. O método rudimentar empregado nos primeiros empreendimentos – ainda como testes experimentais -, requeria um grande contingente, mas não resultava em alta produtividade. O processo produtivo consistia no uso de facas, para descascar as frutas e cangalhas, para carregar água. As primeiras encravadeiras só apareceriam em 1927 (BACH, 2009).

As grandes empresas, que tinham a pretensão de substituir esse modelo tradicional de produção tiveram seu apogeu na região com a instalação das filiais da CICA e VEGA, durante a década de 1970. Essas companhias, com matrizes no Sudeste, investiam exaustivamente na implantação de um maquinário de alta tecnologia, para a época, em busca de altos rendimentos. Declarando apostar em solo e climas locais, essas empresas, amparadas pela mídia da época, representavam um marco para o progresso econômico e, em certa medida, social. Além disso, aparentavam ter a intenção de respeitar a constituição trabalhista, e, portanto, ser uma alternativa ao tratamento ríspido examinado em algumas das empresas menores, de natureza familiar. A promessa de carteira assinada, melhores condições de trabalho e mais ofertas de emprego atraíram setores da sociedade as quais esses direitos não eram devidamente assegurados.

As narrativas, em especial de trabalhadores apresentadas sobre as indústrias da cidade de Pelotas, porém, discorrem para um aspecto de exploração dos trabalhadores, que produziam riquezas aos patrões e, com dificuldade, sustentavam suas famílias. Os fluxos desses trabalhadores transformaram a cidade, conforma afirma MACIEL (2017)

> A instalação destas e de outras fábricas na região, como visto, vai de encontro com as políticas contra construção de cortiços em áreas mais centrais, os empurrando para regiões onde estavam instaladas fábricas. Assim como isso otimizava o tempo de deslocamento do trabalhador de sua residência até o local de trabalho, contribuía para uma proletarização e consequente marginalização da região oeste e a oeste do centro urbano e diminuía o rol de espaços de circulação desses grupos na cidade (MACIEL, 2017, p. 41).

Nesse sentido, os diversos relatos orais convergem quanto a irregularidade dos espaços, situações de alta temperatura, umidade e ruído, cujo valores excedem ao que é considerado, inclusive legalmente, salubre ou suportável por longos períodos de exposição. Além de ventilação precária e insuficiente, a utilização de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), embora fossem uma medida necessária e obrigatória, se tornava um problema para os trabalhadores. As luvas, botas e outras peças de vestuário causavam desconforto e eram, alegadamente, prejudiciais à saúde dos usuários. Nesse sentido, agravavam a sensação de calor e certamente favoreciam à fadiga e indisposição, como observado no relato de Lair de Matos, diretor do Sindicato das Indústrias e Cooperativas de Alimentação de Pelotas, que trabalhou na CICASUL - filial da fábrica CICA na região sul – no final da década de 1970:

> Não chegava a ser um problema, pois na safra no período do pêssego cai bem no verão, então não atrapalhava muito, mas o fato por ser um ambiente de muita água no chão, as mulheres e os homens trabalhavam de botas que eram de plástico, sem dúvida era ela um problema de saúde e de conforto também. Por mais calor que tivesse, tinha que trabalhar assim, com aquele equipamento de proteção, que noutros setores também causavam extremo desconforto. Quem trabalhava do lado da recravadeira, que é a máquina que tampa a lata de comporta e ali tampava, empurrava a lata para mais adiante e a lata tinha que ser recolhida a mão, então a mulher ficava ali pegando, então a lata quente, lugar de muito vapor, até chegar na máquina, ela vinha aberta, com cauda quente, com muito vapor, muita umidade, às vezes chovia, por que o vapor condensava no teto e caía, encima das pessoas que estavam em baixo. Tinha que se trabalhar com óculos de proteção, o vapor sua os óculos. Muito quente o local. Tinha que trabalhar de avental, de luva e de bota e óculos de proteção. Era um 'inferno', muito quente. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Pensando a questão patrimonial, os prédios que acomodavam as antigas indústrias não captam o mesmo status de glamour que as edificações da elite do período escravocrata. Além disso, a sua não patrimonialização contribui para o apagamento da história do proletariado e de todos imbróglios trabalhistas que se desenrolaram à época. Essa desvalorização, resulta no sucateamento desses prédios, que narram um período extremamente relevante para o desenvolvimento da cidade.

No anúncio de inauguração da CICASUL (Figura 1), pode-se notar a euforia, por parte da rede CICA, na instalação de sua filial em Pelotas. Além das mensagens de iminente prosperidade que se queria trazer, nota-se a utilização de elementos da cultura – segundo as narrativas oficiais – e da economia pelotense, incluindo a já consagradas safras de pêssegos, como forma de publicidade e como uma confirmação, entusiasmada, de bons negócios e sucesso na região. O anúncio destaca as imagens de prédios e monumentos tombados na cidade. A edificação onde foi a CICASUL, hoje abriga o Centro de Eventos, propriedade da CDL (Centro de Dirigentes Lojistas), onde é realizada anualmente a Fenadoce (Festa Nacional do Doce). Porém, as narrativas sobre o espaço e as condições de trabalho na fábrica, embora de extrema relevância para a história da industrialização na região, foram esquecidas, visto que nem a estrutura original do prédio foi mantida e a história do doce de frutas é invisibilizada.

Além disso, a consolidação da fábrica, juntamente com a VEGA, outro grande nome do sudeste que abriu sede em solo gaúcho, acarretou na insustentabilidade, especialmente financeira, das fábricas menores de origem familiar na região. Sobre isso, conta José Mário Schiavon, atualmente secretário de formação do Sindicato das Indústrias e Cooperativas de Alimentação de Pelotas:

> Mas ao mesmo tempo que elas [as grandes fábricas] geravam um grande número de empregos aqui na cidade, elas acabaram com as pequenas indústrias, que começaram a fechar aos poucos, porque eram duas grandes empresas [VEGA e CICASUL], que tinham muito dinheiro, que inclusive tinham pomares plantados, tinham seus pomares, eles ganharam os produtores indo lá, oferecendo um pouquinho mais que as pequenas empresas ofereciam. Então, o que que acontecia: as pequenas empresas acabaram fechando. De cinquenta e poucas que tinha em todo munícipio, inclusive na zona rural, acabaram em doze ou treze que tem hoje. E, essas doze ou treze fazem a mesma quantia de lata de pessêgo, de compota, do que se fazia lá naquela época com cinquenta empresas. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Dessa forma, o modo tradicional de produção de compotas de frutas foi intensamente atingido, perdendo muito de seu espaço na produção comercial de larga escala, em favor das novas tecnologias de maquinário industrial, além da imagem de certa esperança que traziam essas grandes fábricas no que diz respeito a regularização do registro trabalhista e da segurança do trabalho.

Figura 1: Anúncio de inauguração da CICASUL, filial da rede paulista CICA no Rio Grande do Sul.

Fonte: Diário Popular – 10/12/1971

A seleção de Bens Patrimoniais de Pelotas se deu por meio dessas narrativas eurocêntricas, que visam dar luz apenas a aspectos de requinte e nobreza da cidade repetindo, ao longo do tempo, o apagamento de fatores que não se encaixam nesta proposta. Isso explica a ausência da valorização dos prédios industriais, que contam a história do proletariado, grupo marginalizado, que mesmo sendo o principal ator dessas histórias, não é reconhecido pelos grupos que construíram as narrativas oficiais.

> Trata-se de uma história marcada pela presença de grandes homens e a riqueza do Charque, que valoriza como temporalidades a época das charqueadas que se atualiza no presente, por intermédio do tombamento dos casarões do centro histórico da cidade, que privilegia uma determinada história, classe social, gênero e etnia. (ALFONSO; RIETH; 2016).

E no cerne das fábricas é onde se encontram as ocorrências que geram as narrativas sobre exploração e carência de segurança, que são chave para se compreender a relevância da experiência do operariado nesses processos industriais.

4. INTERIOR DAS FÁBRICAS, TRABALHO FEMININO E RELAÇÃO *PESSOA* X *COISA*

Quanto ao o cotidiano de uma fábrica de produção de pêssegos em conserva, na década de 1970, uma delas, cujo nome não é explicitado no artigo do jornal pesquisado (Diário Popular, 1972), é ilustrada. Além da complexa divisão de funções na seleção e lavagem das frutas, o artigo apresenta aspectos comuns de fábricas da época, como o número aparentemente absurdo de pessoas que se amontoam de forma visualmente apertada em um dos pontos da fotografia (Figura 2). Destaca-se também a predominância de uma mão-de-obra composta por mulheres. Como relata Enerstina dos Santos Pereira, que atualmente preside o Sindicato das Domésticas de Pelotas e tem relações com o Sindicato de Indústrias e Cooperativas de Alimentação, muitas dessas mulheres eram, na temporada inversa a safra de pêssego, empregadas domésticas que se dirigiam às fábricas para regularizar sua condição profissional, pois muitas não sabiam que o direito a carteira assinada para domésticas já fosse garantido na época.

> Quando vim pra cidade, fui trabalhar como empregada doméstica, então trabalhei assim...95, 96, 97, 98 em fábricas, mas as fábricas eram assim. Eu mesmo não tinha conhecimento de que era lei obrigatória, desde 1972, que era obrigatório empregada doméstica ter carteira assinada. Então eu ia pras fábricas pra assinar a carteira, quando meus patrões viajavam, pra descontar a carteira da previdência social. Minha mãe também fazia este tipo de trabalho de empregada doméstica, porque os patrões não assinavam a carteira, e a gente não sabia que era obrigatório. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Conforme relatado por ex-funcionários (as), hoje, em sua maioria, ligados (as) ao movimento sindical, havia uma maior vigilância sobre o trabalho feminino do que o masculino. Às mulheres, destinadas exclusivamente a operação nas esteiras, era permitido uma mobilidade e trânsito demasiadamente restrito quando comparado com os homens, geralmente encarregados, na área de conservas, ao encaixotamento e transporte das matérias-primas. Lair de Matos, atual diretor do Sindicato da Indústria e Cooperativa de Alimentação, operário entre os anos de 1978 e 1980 na fábrica CICASUL, narra em quais aspectos se tornava explícito essa divisão, além dos acidentes, que ocorriam com certa frequência:

> O serviço às vezes era pesado e outras vezes não. Para os homens no caso, porque era bem dividido os trabalhos dentro da linha de produção, as mulheres ficavam nas linhas processando as frutas, no pêssego tinha as máquinas, que descaroçavam. Elas tinham 15 metros de comprimento, dos lados dela ficavam 15 pessoas de cada lado, as mulheres que tinham o trabalho de pegar a fruta numa caixa ficavam do seu lado e colocar numa lâmina e que depois fazia o trabalho de descaroçar o pêssego, pois ela não fazia isto sozinha. Duas palhetas se aproximavam, apertavam o pêssego e uma outra lâmina penetrava no pêssego que girava e soltava o caroço. Elas [mulheres] não tinham o controle daquela máquina, ela [máquina] tinha um controle central para todas as mulheres ao mesmo tempo. A máquina fazia um movimento único, por isso acontecia não raros acidentes: a mão tá próxima, a máquina vinha para apertar o pêssego e apertava a mão junto, girava a lâmina e cortava a mão, os dedos. Não eram acidentes graves, mas era coisa comum, enquanto as mulheres ficavam na linha processando as frutas, o trabalho dos homens era de fazer o

> abastecimento das maquinas, descarregando as caixas de 20 kg. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Sobre a mobilidade limitada das mulheres, o ex-funcionário continua:

> Mas as mulheres não tinham [mobilidade], ficavam no mesmo lugar toda a jornada, elas saíam para ir no banheiro, ou nos horários de intervalo que falei, 1 hora meio dia, e meia hora a tarde. Nas 12 horas elas saíam uma vez no turno da manhã e uma vez no turno da tarde, não podia sair muito, não podia ir toda hora no banheiro, elas passavam então assim, tirando os intervalos, 10:30 min de pé. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Figura 2: Fotografia exposta em artigo de jornal ilustrando o interior de uma típica fábrica de produção de doces de fruta em conserva da época.

Fonte: Diário Popular, 8/01/1972

Além da nítida divisão sexual do trabalho, a fala de Lair ilustra um aspecto importante da discussão filosófica, que reverbera enormemente nas ciências sociais, em especial na arqueologia: a relação *coisas* x *pessoas*. Esses dois conceitos – que colocamos em itálico para separar do uso comum na fala cotidiana ao mesmo que aproximamos dessa realidade – tem sido corrente na teoria arqueológica desde o movimento teórico chamado de pós-processualismo, iniciado nos anos 80, cujo maior expoente é o arqueólogo inglês Ian Hodder. Nesse modelo de pensamento, inspirado principalmente pela antropologia estruturalista e pela fenomenologia, o *objeto*, considerado antes mero reflexo da cultura e/ou do ambiente passa a tomar um lugar como *sujeito*, no sentido em que sua *agência* é mediadora de relações sociais. Dessa forma, os materiais arqueológicos não possuem um significado

inerente, mas que lhe são atribuídos pelo contexto, nesse caso da pesquisa arqueológica (LIMA, 2011).

Embora esse paradigma tenha posteriormente sofridos diversas críticas, seus antecedentes teóricos, principalmente da filosofia, serviram para a discussão sobre as coisas e sua relação com as pessoas. Na definição de Tim Ingold (2011), a coisa, diferentemente de objeto, é formada pelo que chama de processos vitais, isto é, pelas várias interações que significação que a garante uma "vida":

> A coisa, por sua vez, é um "acontecer", ou melhor, um lugar onde vários aconteceres se entrelaçam. Observar uma coisa não é ser trancado do lado de fora, mas ser convidado para a reunião. [...] Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (INGOLD, 2011, p.29).

Trazendo o conceito para o caso das indústrias de conserva, o maquinário estabelece relações tais com o operariado que lhe dão uma participação literalmente vital nas relações de trabalho diárias. Quando Lair de Matos diz que as mulheres que trabalhavam na fábrica não tinham controle sobre as máquinas, mas as estas tinham controle sobre as operárias, ele aponta para uma agência importante do maquinário enquanto coisa, enquanto formadora e formada pelos processos vitais – e, nesse caso, também sociais. A ideia da máquina como "controladora" do trabalho dessas mulheres só é possível nessa interação cotidiana entre elas e esse não-humano coisificado que, nesse sentido cria uma conexão com os humanos e uma memória coletiva, como afirma Bezerra sobre uma arqueologia pautada no estudo dessas relações:

> Entendo que, assim, podemos expandir este fenômeno chamado "arqueologia" para a compreensão de outras relações construídas pelas pessoas no presente com as coisas do passado. Podemos pensar em uma arqueologia da memória e do afeto das pessoas vivas na Amazônia, estabelecendo a configuração de um espaço de diálogo entre todos os envolvidos nos processos de explicar o mundo e permitindo que nossas histórias transbordem umas sobre as outras, em algum ponto além da arqueologia (BEZERRA, 2017:14, apud HARTEMANN; MORAES, 2018).

Desse modo, uma arqueologia mais baseada na relação *pessoa* x *coisa*, e menos na noção de objeto em termos meramente utilitaristas é o que entendemos como mais apropriada para entender esses processos industriais.

5. ATUAÇÃO DO SINDICATO

A defesa das leis trabalhistas era, como colocam esses trabalhadores, era precária e insuficiente, especialmente durante a década de 1970. A união sindical, porém, no final

dessa década e durante os anos 80, começou a dar forma gradualmente. Diante dos extremos observados nas fábricas, alguns operários (as) procuraram aliar-se enquanto coletivo sindical para formar o que hoje é o Sindicato de Indústrias e Cooperativas de Alimentação em Pelotas.

Um desses foi José Mário Schiavon, que embora fosse inicialmente padeiro, e portanto não estritamente conectado com a realidade industrial, construiu conjuntamente com outros (as) trabalhadores (as) as primeiras medidas para fiscalizar a execução dos direitos trabalhistas nas fábricas de grande porte, que ao mesmo tempo que possuíam condições notadamente melhores de trabalho, ainda assim apresentavam problemas, especialmente na questão das jornadas de trabalho e preservação da saúde das pessoas empregadas.

De acordo com seu relato, mesmo com o estabelecimento de uma união sindical, o acesso e a comunicação desses com os trabalhadores nas fábricas ainda era complicado, vista que era dado poucas oportunidades para que os trabalhadores se reunissem afim de debater suas questões. O dirigente sindical, que era encarregado tanto da fiscalização quanto da transmissão de eventuais denúncias e reinvindicações do operariado para o sindicato tinha dificuldade de cumprir seu ofício, como relata José Mário Schiavon:

> O grande problema que o sindicato tinha na época era esse, do não contato com o trabalhador. E essas grandes fábricas, elas eram muito “fechadas”. O dirigente sindical que tinha lá dentro, ele era reprimido, ele era “apertado”, não deixavam ele se movimentar. Ele tinha a hora que ele tinha que conversar com um trabalhador só nos horários de intervalo, né, porque ele tinha que chegar lá na hora de “bater o cartão” e é obrigação. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Outra medida tomada foi a criação de um jornal que explicitava os direitos e que era destinado exclusivamente aos trabalhadores. No entanto, isso também se mostrou ineficiente no início devido a entrega desses jornais serem esporádicos, como descreve o atual secretário de formação enquanto fala sobre a situação em que inicialmente encontrou as fábricas:

> Na relação “condições de trabalho”, elas eram péssimas. Os trabalhadores não tinham a mínima condição de trabalhar [...] um trabalho digno. Baixos salários, quando a gente chegou no sindicato, praticamente os trabalhadores só recebiam o salário mínimo. A gente passou a avançar quando um grupo de trabalhadores começou a fazer parte da direção do sindicato e começou a ver que aquilo não era possível continuar daquele jeito [...] a gente implementou o jornal, né, no sindicato, que era uma maneira de contato direto com o trabalhador, aonde se passava todos os direitos que existiam dentro das fábricas. [...] O sindicato não tinha um jornal. [Até] tinha um jornal, mas que não saía, né, que era feito a entrega de jornal duas, três vezes num ano. Nós agora temos um jornal, mensalmente o jornal é entregue aos trabalhadores. (Trecho retirado da entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018, caderno de campo)

Desse modo, a presença de um sindicato, embora aparentemente reconfortante para a classe industrial da época, era extremamente limitada quanto ao acesso no interior das fábricas e da comunicação com os trabalhadores para resolução de causas trabalhistas e

asseguramento de direitos. A fala de José Mário Schiavon indica, portanto, a conduta calculadamente restritiva imposta pelos gerentes e diretores das fábricas, que não surpreendentemente, procuravam que essas pessoas não tivessem um contato muito profundo com as leis e os direitos a elas garantidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo os apontamentos aqui citados, podemos concluir que há uma necessidade de mudança no que se refere à seleção patrimonial de Pelotas. É indispensável mudar o conceito de cultura instaurado na cidade, para só então, ser possível dar valor, reconhecimento e visibilidade a diferentes atores que construíram Pelotas, em especial as pessoas escravizadas e o proletário, não apenas o escravizador e o empresário da indústria. Todas essas narrativas precisam ser visibilizadas, de forma que não perpetue o apagamento histórico da participação de grupos marginalizados na construção da cidade.

A patrimonialização dos prédios industriais seria fundamental para o reconhecimento da importância deste período da construção da cidade. Ademais, a valorização dos mesmos poderia configurar um meio pelo qual se retribui a essa população, grupo de trabalhadores, o devido reconhecimento na história da cidade. A proposta trata-se da constituição de políticas afirmativas que visem a reformulação da ideia coletiva de patrimônio cultural que se desenvolveu na cidade.

Com a evidência da participação de grupos marginalizados no importante processo de industrialização nacional, podemos obter um entendimento muito mais aprofundado da história, bem como promover o reconhecimento da relevância desses agentes na construção de patrimônios mais diversos e equânimes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, L. P.; Rieth, F. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. In: SCHIAVON, C. B., PELEGRINI, S. C. (Org.). **Patrimônios Plurais: iniciativas e desafios**. 1ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016, v., p. 131-147.

BACH, Alcir Nei. **O patrimônio industrial rural: As fábricas de compotas de pêssego em pelotas – 1950 a 1970** (Pelotas, RS). 2009. 202 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, Charqueadas & Olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária - UFPel, 2001.

HARTEMANN, G; MORAES, I. P. de. 2018. Contar Histórias e Caminhar com Ancestrais: perspectivas afrocentradas e decoloniais na arqueologia. **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Minas Gerais, v.12, n. 2, p. 7-34, novembro, 2018.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, junho, 2012.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

MACIEL, Letícia Nörnberg. "**Tem lamentos desses negros que foram enforcados aqui**": **Estudo arqueológico da Praça Cipriano Barcelos** (Pelotas, RS). 2017. 134 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia – área de concentração em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FONTES PRIMÁRIAS

DIÁRIO POPULAR – 10/12/1971

DIÁRIO POPULAR – 8/01/1972

Entrevistas realizadas em 30 de janeiro de 2018, caderno de campo

CAPÍTULO 16

OS ANTIGOS SE PRESERVAM: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS NA ANTIGUIDADE

EDUARDO MANGOLIM BRANDANI DA SILVA
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História.
Maringá – Paraná.

CHRISTIAN FAUSTO MORAES DOS SANTOS
Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História.
Maringá – Paraná.

RESUMO: Em todos os períodos históricos tivemos a presença de técnicas de preservação cadavérica. Esse capítulo visa descrever e analisar alguns grupos que adotaram tal prática na antiguidade antes de 650 D.C. O foco se deu nos procedimentos técnicos e recursos de que tais grupos dispunham para realizarem o embalsamamento. Essas técnicas envolvem questões religiosas. Portanto, o objetivo é analisarmos a preservação cadavérica relacionada à continuidade pós-morte. Inicialmente, discutimos os ciclos do embalsamento, frisando o porquê dos ideais de cada período transcenderem as barreiras temporais que lhes foram impostas. Em seguida, buscamos analisar as civilizações com seus métodos de embalsamar e a relação de tais métodos com o imaginário religioso do respectivo grupo. Na conclusão, propomos uma série de comparações e reflexões entre as formas de embalsamar expostas e as múmias que eram produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Embalsamamento; Múmias; Pós-morte; Rituais Fúnebres; Antiguidade.

ABSTRACT: In all historical periods, we had the presence of cadaveric preservation techniques. This chapter aims to describe and analyze some groups that have adopted this practice in Antiquity before 650 C.E. The focus was on the technical procedures and resources that such groups had to carry out embalming. These technics are linked to religious purposes. Therefore, the objective is to analyze the cadaveric preservation techniques related to the postmortem continuity. At first we discussed the embalming cycles, stressing why the ideals of each period transcend temporal barriers imposed on them. In a second moment, civilizations are exposed with their embalming methods and the relationship of such methods with the religious imagery of the respective group. In conclusion, we propose a series of comparisons and reflections between the ways of embalming exposed and the mummies that were produced.

KEYWORDS: Afterdeath; Funeral Rituals; Embalming; Mummies; Antiquity.

1. INTRODUÇÃO

A morte é um processo que acomete todos os seres vivos que existem. Em todas as temporalidades que atravessaram a espécie humana, a maioria das sociedades acabam temendo esse processo, devido ao desconhecido que ela encerra. A vida huma-

na ganha significação quando os indivíduos podem estar em contato entre si. Portanto, a morte acaba representando uma ruptura desse processo (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Invariavelmente, se deparar com um cadáver sem preparação, aterroriza, pois as etapas da morte como o *Livor Mortis*, o *Rigor Mortis* e a decomposição trazem contato ao desespero (COLMAN, pp.42, 1997).

A maneira com a qual os grupos lidam com a morte não é um processo natural, mas sim, historicamente construído. Tal relação depende de complexos determinantes culturais, relação essa que designa, por sua vez, os ritos. As sociedades pré-literatas, por exemplo, fugiam da morte. No entanto, aos poucos, esses grupos foram reconstruindo sua relação com o fim da vida. Passaram a buscar significação para este fenômeno, condição essa que designou ritos ao cadáver (MOORE e WILLIAMSON, pp.3-4, 2003). O lidar com o corpo, seja para reutilizar suas partes ou para embalsamá-lo, acaba gerando um confronto com a morte, atitude essa que constrói a significação do grupo e que estabelece uma dinâmica com a visão de mundo no imaginário dessas culturas. O embalsamamento tem uma longevidade ampla e por meio da comparação entre diferentes culturas antigas, é possível compreender os motivos desses primeiros intentos ao lado das diferentes técnicas (COLMAN, pp.45-48, 1997).

O embalsamamento, seja natural ou artificial, possui como produto restos humanos que preservam partes orgânicas, mantendo assim a forma e parte da aparência. No caso das múmias naturais, são os corpos que foram deixados num local de clima árido, podendo ser frio ou quente, mas que não tinham a intenção de serem mumificados pelo grupo. O artifício natural, muitas vezes, foi utilizado por grupos humanos. No entanto, essa metodologia acaba sendo considerada como uma questão que envolve fatores externos naturais e artificiais. O processo de mumificação impõe a dimensão de que a célula mantém sua estrutura intracelular, apesar da perda da funcionalidade (LYNNERUP, pp.162-164, 2007).

As intenções para com a realização do procedimento de preservação do corpo mudam no decorrer do tempo. Os autores Erich Brenner e Robert G. Mayer estipulam que existam três períodos distintos na história dessas técnicas, que se definem por meio das diferentes intenções para a conservação do cadáver. O primeiro período é chamado período das culturas antigas, se iniciando nas primeiras evidências até o ano de 650 D.C; o segundo período é conhecido como período dos anatomistas (650 D.C. – 1861 D.C.) e o terceiro e último período é conhecido como período funerário (1861 D.C. – tempo presente) (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

O período das culturas antigas congrega uma multiplicidade de civilizações que possuíam uma visão de mundo própria. Seus métodos de preservação foram construídos dentro de aspectos religiosos e mágicos bem individuais, o mesmo valendo para técnicas e recursos (JOHNSON et al, pp.983, 2012) (THOMAS, pp.236, 1989). Na maioria desses grupos a intenção era de preservar o cadáver para que seu espírito, ou identidade, pudesse transitar ao seu respectivo paraíso, ou pudesse continuar existindo no espaço terreno (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003) (THOMAS, pp.236, 1989). Um processo como esse

tinha uma função central ou de grande importância, pois o lidar com a morte, independente de como seja, é um fator que mantém coesão social assim como reorganiza o grupo no processo (ARRIAZA et al, pp.196, 1998).

O marco temporal de 650 D.C. serve de divisa para dois períodos do embalsamamento. O período anterior a esse ano é dito como o período das culturas antigas, servindo como identificação de modelos de embalsamamento com enfoque religioso. A divisão ocorre porque, por volta do ano 650 D.C., surgiu o embalsamamento com sentido de preservação da imagem do defunto. No entanto, mesmo após o ano 650 D.C., novas culturas foram surgindo e produzindo o modelo de embalsamamento com enfoque religioso. Tal apontamento expõe a ideia de que os marcos temporais servem como começo de novas intenções para embalsamar e não o fim das anteriores (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

Nesse capítulo o enfoque será nos modelos de embalsamamento com intenção religiosa que datam de antes de 650 D.C. A divisão aqui escolhida se centra numa questão temporal, tendo objetivado as culturas antigas. As civilizações quem vieram depois de 650 D.C. serão reunidas e debatidas em outra pesquisa.

2. As primeiras Múmias: Métodos de embalsamamento Chinchorro e suas peculiaridades.

Os achados mais antigos de corpos mumificados artificialmente são os cadáveres da cultura Chinchorro, civilização essa que viveu entre 7000 e 1500 A.C. na região costeira do pacifico, percorrendo os territórios que hoje são o norte do Chile e o sul do Peru (ARRIAZA, pp.131, 1996) (BRENNER, pp.317, 2014). Os Chinchorro, enquanto grupo pré-cerâmico que viveu na região do Atacama, tinham um diferencial que era sua forma sedentária de organização, modelo dependente da pesca e coleta marítima. Essa cultura tinha um baixo grau de hierarquia social e desigualdade assim como não possuía um poder central. Porém, provavelmente, havia indivíduos com certos cargos de função espiritual e cultural que se traduziam no embalsamar (ARRIAZA et al, pp.190-191, 1998) (SEPÚLVEDA et al, pp.11-12, 2014). Esse grupo não tinha conhecimento do algodão, tecidos, metalurgia nem cerâmica, assim como não tinham domesticação animal e agricultura. No entanto, apesar de todas essas condições, a prática mortuária do embalsamamento desse grupo tinha grande sofisticação (ARRIAZA, pp.131, 1996).

O contexto de ampla aridez e calor, aliado ao crescimento populacional, fez com que muitos corpos fossem abandonados distantes do grupo. Como o clima é muito árido e quente, múmias naturais foram geradas, processo que deve ter instigado o imaginário desse grupo em busca de produzir modelos similares (BRENNER, pp.317, 2014). Essa cultura em torno do embalsamamento existiu entre 6000 e 1500 A.C. Portanto, teve quase cinco

mil anos de duração (ARRIAZA, pp.131, 1996). A múmia mais antiga desse grupo tem entre 7800 e 8000 anos de idade (AUFDERHEID et al, pp.199, 1993).

Mesmo em uma sociedade sem ampla hierarquização é provável que havia indivíduos que realizavam tais procedimentos, isso porque em meio às diferentes múmias produzidas se percebe um alto grau de conhecimento anatômico e tanatológico (ARRIAZA, pp.61, 2015). O conhecimento técnico e dos materiais utilizados também eram amplos, pois os resultados buscados dependiam de uma seleção e bom uso desses. Todo tipo de pessoa era mumificada sendo adultos, crianças, recém-nascidos e até fetos abortados (SEPÚLVEDA et al, pp.1-12, 2014).

Antes de comentar sobre o significado desse procedimento, é interessante pensar nas diferentes múmias que eles produziam. Eram cinco tipos de mumificação, sendo eles as mumificações negras, vermelhas, enfaixadas, de lama e, por fim, as naturais feitas pelos humanos (ARRIAZA, pp.132, 1996). O método completo pode ser pensado em evisceração, preenchimento e acabamento externo, de forma que a múmia de lama e a natural-intencional passavam por outra dinâmica (SEPÚLVEDA et al, pp.1, 2014).

As múmias negras eram as mais complexas, tendo sido produzidas entre 4980 A.C. e 2800 A.C (ARRIAZA, pp.132, 1996; ARRIAZA, pp.61, 2015). Nesse modelo ocorria a desarticulação, a retirada de ossos e a retirada de órgãos, sendo os ossos colocados de volta depois do processo, em seguida uma pasta branca feita de cinzas era utilizada para rechear o corpo assim como para modelagens externas (AUFDERHEID et al, pp.191, 1993). É provável que as múmias desse tipo passavam algum tempo sendo veneradas em meio à sociedade para depois serem enterradas. Essa possibilidade é levantada porque, em análises arqueológicas, foram encontradas duas camadas de tintura, uma mais velha e outra mais recente (ARRIAZA, pp.132, 1996) (SEPÚLVEDA et al, pp.8-9, 2014).

A múmia vermelha fora a de maior grau de preservação, tendo elas sido produzidas entre 2570 A.C. e 2090 A.C. Nesse caso, o corpo era decapitado de maneira que o crânio e o corpo tinham suas partes internas retiradas e, em seguida, ambas as partes eram preenchidas com cinzas, solo, grama, lã e penas. O corpo era desidratado com carvão fervente, a face era decorada com algum tipo de argila e o corpo era todo pintado em vermelho (ARRIAZA, pp.132-133, 1996; ARRIAZA, pp.61, 2015).

A ampla maioria das múmias de bandagens são de crianças, sendo estas preparadas de maneira similar ao modelo das múmias vermelhas. A pele desse modelo era retirada e depois realocada em tiras, além de que esse corpo recebia uma série de faixas feitas de pele de animais. O grande número de fetos e crianças embalsamadas vem da explicação que as fontes de água na região possuem concentração de arsênico muito acima da recomendada, portanto desde o ventre esses indivíduos em formação sofreram com intoxicação arsênica (ARRIAZA, pp.133, 1996; ARRIAZA, pp.61, 2015).

A metodologia da múmia de lama é mais simples tendo ela sido produzida por volta de 1720 A.C. O corpo era desidratado utilizando fumaça, carvão e cinzas, além de que os

embalsamadores preparavam uma pasta feita de terras, água e restos orgânicos animais, disposta sobre todo o exterior do corpo de maneira a formar uma espécie de cimento sobre o cadáver. Esses corpos eram preparados no próprio local de inumação das múmias (ARRIAZA, pp.133-134, 1996).

No caso das múmias artificiais de secagem natural, o corpo era deixado no ambiente árido e seco, sendo depois inserido numa mortalha animal para o sepultamento. Foram produzidas muitas destas múmias por volta de 7000 A.C. e 1500 A.C., sendo que elas não serviam para ritos de exumação como no caso das cerimoniais vermelhas e negras, além de que eram enterradas com materiais como anzóis e linhas de pesca (ARRIAZA, pp.134, 1996).

Apesar do baixo grau de desigualdade, fica evidente que métodos diferentes foram utilizados em tempos comuns. Portanto, a seleção de um método dependia da posição do indivíduo, posição essa que era mais cultural do que social, num sentido material. Tal questão fica aparente devido à dificuldade de achar certos pigmentos, como a cor vermelha, que seria de óxido de ferro, para as múmias vermelhas. O principal fator que garantia a preservação eram as pastas, lamas e argilas utilizadas, pois sendo ricas em ferro elas permitiram um baixo grau de decomposição desses corpos (SEPÚLVEDA et al, pp.12, 2014). Por volta de 1330 a.C. os Chinchorro deixaram o embalsamamento de lado, transitando para um modelo de sepultamento dos corpos. Obviamente isso não denota que tal grupo desapareceu. Provavelmente substituíram o embalsamamento pela inumação para dar mais atenção à questões de subsistência (ARRIAZA, pp.134, 1996; ARRIAZA, pp.63, 2015).

O embalsamamento para esse grupo vinha de uma questão religiosa. Isso permitia que o morto fosse integrado ao mundo dos espíritos, assim como o grupo poderia se manter organizado por meio de coesão social, pois a múmia também era uma via de contato com os antepassados (SEPÚLVEDA et al, pp.12, 2014). A dimensão do pós-vida advém do controle da decomposição, que seria sinal de contornar a morte em detrimento da eternidade da alma. A continuidade da existência da carne seria aquilo que permitia a existência do indivíduo (ARRIAZA, pp.135, 1996; ARRIAZA, pp.63, 2015)

O motivo por trás de boa parte destes ritos pode ser devido à alta mortalidade da região, proveniente de um grande número de maremotos, terremotos, além das mortes por envenenamento de arsênico. Portanto, essa situação deve ter dado espaço ao questionamento do significado do viver. Por se tratar de uma sociedade antiga, o local habitado tinha uma conotação de sagrado enraizada. Portanto, as múmias naturais não intencionais devem ter servido como aspecto de continuidade, o que trouxe o desejo pela reprodução desse modelo. Esses corpos, antes de serem inumados, acabavam servindo como um santuário para o grupo, sendo depois separados, questão que denota centralidade da morte, que era organizadora nessa sociedade (ARRIAZA, pp.135-138, 1996; ARRIAZA, pp.61, 2015).

Os Chinchorro entram na dimensão proposta no início do texto de um modelo de embalsamamento que se centra numa causa religiosa (JOHNSON et al, pp.983, 2012). Esse

grupo contraria a ideia de que sociedades antigas mais igualitárias tinham um baixo grau cultural, pois mesmo com algumas habilidades limitadas, esse povo produziu um elevado procedimento para embalsamar (ARRIAZA et al, pp.195, 1998).

3. O paraíso agrário: Embalsamamento, medicina e tanatopráxia no Egito Antigo.

A civilização Egípcia produziu os exemplares mais famosos de múmias no imaginário popular ocidental. Isso aconteceu devido à qualidade da preservação obtida (THOMAS, pp.222, 1989). Essa civilização do norte da África começou a ter forma por volta de 5000 A.C., tendo ela se desenvolvido ao redor do rio Nilo, o que lhe deu muitas configurações técnicas, assim como ao universo religioso. A maneira como essa sociedade se organizou, levou a mesma a depender das cheias do Nilo, assim como seus produtos gerados (MONTGOMERY e KUMAR, pp.14-15, 2016).

Desde o quarto milênio A.C. cadáveres eram deixados em meio às areias do deserto, condição essa propiciou situações de mumificação natural devido à baixa umidade e alta temperatura (STEVENS, pp.104, 2015). Frente à observação da desidratação natural, as tentativas humanas de mumificação passaram a ocorrer entre 4000 e 3500 A.C. (JONES et al, pp.191, 2018). Os procedimentos de embalsamamento no Egito também passaram por um longo processo de aperfeiçoamento. Portanto, é relevante expor cada um deles para compreender as motivações por trás dos mesmos. A periodização para o caso Egípcio é: Pré-dinástico (antes de 3000 A.C.); Dinástico antigo (3000-2686 A.C.); Reinado antigo (2686-2160 A.C.); Reinado médio (2055-1650 A.C); Reinado novo (1550-1069 A.C.); Terceiro período intermediário (1069-945 A.C); Período greco-romano (332 A.C.) (COCKITT, pp.109-111, 2015).

As múmias antes do ano 3000 A.C. foram elaboradas com uma metodologia baseada na observação das naturais encontradas no deserto (JOHNSON et al, pp.985, 2012). O processo fúnebre se dava por meio da disposição dos corpos em buracos na areia, em locais com alta incidência de sol, condição propiciadora de desidratação. No período dinástico antigo (3000-2686 A.C.) surge maior esmero e cuidados com o corpo, havendo estruturas palacianas para o corpo do faraó, assim como câmara e itens para ele no pós-vida (PECK, pp.17-18, 1998). Nesse período, o embalsamamento se dava por meio de enfaixar o corpo em bandagens encharcadas em resina, de maneira que a intenção era manter a aparência externa (COCKITT, pp.109, 2015).

Durante o antigo reinado (2686-2160 A.C.), o acúmulo de conhecimentos detidos por essa civilização dava sinais claros. O que ficou aparente nos processos de embalsamamento, assim como no pensamento médico deste período (MONTGOMERY e KUMAR, pp.32, 2016). No antigo reinado, surgiu uma instituição que estava filiada à templos e que era responsável pela formação médica, tratava-se da Casa da Vida. Para além de haver

esta corporação, responsável por salvaguardar e transmitir os saberes acumulados sobre processos de mumificação, esta profissão, ligada à área da saúde, tinha uma conotação de hereditariedade (THOMAS, pp.224, 1989). Nesse período, tais profissionais dominavam saberes que, hoje, associamos à anatomia, tanatologia, cirurgia, química, antissepsia e mineralogia. Como a saúde envolvia o físico e o transcendental, o profissional médico tinha um ensino empírico religioso que se estruturava por meio de um contínuo processo de leitura de memorização (MONTGOMERY e KUMAR, pp.32-39, 2016) (REEVES, pp.22-23, 2001).

O corpo, no olhar médico, seria uma rede de canais que teria como centro o coração, interpretação essa pensada a partir do próprio rio Nilo (MONTGOMERY e KUMAR, pp.40, 2016). Para o embalsamamento, além dos sacerdotes e ajudantes, que também possuíam algum conhecimento anatômico, havia dois grupos médicos, sendo o primeiro encarregado pela evisceração e o segundo pelo preenchimento interno das cavidades. O sacerdote guiava o procedimento enquanto proferia citações religiosas (THOMAS, pp.224, 1989).

A grande inovação metodológica do período do reinado antigo é a evisceração, além dos jarros canópicos, que surgem para depositar os órgãos (STEVENS, pp.106, 2015). Os órgãos recebiam aplicação de resina e eram dispostos nos jarros, os ossos eram esfumaçados e dispostos novamente no corpo e este era enfaixado com linho embebido em resina (MONTGOMERY e KUMAR, pp.32, 2016) (COCKITT, pp.109, 2015). Esse tipo de metodologia provavelmente se desenvolveu por meio da caça, pois enquanto recurso alimentício, se eviscerada e salinizada ela poderia durar mais tempo. No entanto, enquanto a evisceração aparece no antigo reinado, o uso de sal se deu apenas no médio reinado (JOHNSON et al, pp.985, 2012).

No período do reinado médio (2055-1650 A.C) a intenção se centra em retirar ao máximo a umidade do cadáver. Entra em cena, então, o sal natrão. Para além destas inovações tecnológicas, há certa popularização do embalsamamento, pois este passa a ser feito, também, em outras pessoas da realeza além do faraó (COCKITT, pp.109, 2015). A máscara mortuária transita do gesso para um modelo de cartolina. A metodologia se inicia com a retirada do cérebro com ganchos através da narina, seguindo para um processo de abertura abdominal pelo lado esquerdo com uma faca de obsidiana, onde todos os órgãos eram retirados, sendo deixados apenas o coração e rins. Os órgãos e cavidade recebiam uma ampla limpeza com vinho de palma (PECK, pp.25-27, 1998). Os órgãos eram empacotados com natrão e colocados nos jarros canópicos. O corpo era preenchido com natrão, assim como esse sal era disposto externamente, isso para a desidratação que levava 40 dias (MONTGOMERY e KUMAR, pp.33-34, 2016).

O crânio recebia tecidos cheios de resina. O corpo, antes de ser selado, recebia bolsas de natrão, serragem, terra e ocasionalmente cebolas (PECK, pp.27, 1998). O nariz, a boca e as orelhas eram selados com linho ou ceras, enquanto que a pele era massageada e amaciada com mel, leite e óleos aromáticos (MONTGOMERY e KUMAR, pp.34, 2016). O corpo todo recebia uma camada de resina para evitar contato com a umidade e era depois

enfaixado em linho (COCKITT, pp.109, 2015) (STEVENS, pp.106, 2015). O corpo era então maquiado e recebia uma série de amuletos, sendo que esse processo levava cerca de 70 dias. O natrão, por conter bicarbonato de sódio e cloreto de sódio, tinha propriedades dessecantes e antissépticas por seu teor alcalino. A terebintina, que passaria a ser utilizada no novo reinado enquanto resina protetiva, também tinha propriedades antissépticas (MONTGOMERY e KUMAR, pp.32-34, 2016).

No período do reinado novo (1550-1069 A.C.) há uma diversificação dos métodos de embalsamamento, o que se reflete nos diferentes custos dos mesmos. Estes, catalogados por preço. Consequentemente, o embalsamamento durante o reino novo é o mais caro. Isso se dava porque no modelo de nível superior, além do método empregado ser mais aprimorado, a diversidade de insumos, conservantes e fórmulas era maior, pois o corpo era preenchido com todos os recursos dos períodos anteriores (com o adendo de especiarias) (COCKITT, pp.110-111, 2015). O embalsamamento de nível médio não tinha abertura cirúrgica do cadáver, sendo assim um azeite cirúrgico era introduzido por via retal, depois era retirado e o anus selado. O de menor valor não tinha nada internamente afetado, havendo apenas lavagem externa (THOMAS, pp.225-226, 1989). O que garantia a preservação nos modelos de embalsamamento menos sofisticado era a camada ampla de natrão utilizada, pois levava-se cerca de 40 dias aplicando este mineral, enquanto que o modelo mais sofisticado incluía todo um processo de embelezamento (JOHNSON et al, pp.992, 2012). Isso é resultado de um interesse (e mesmo preocupação) cada vez maior dos indivíduos transitarem ao outro plano. Portanto, podemos apreender o embalsamamento no mundo egípcio tanto como um processo religioso, quanto uma questão econômica (MONTGOMERY e KUMAR, pp.34, 2016).

Até esse período o que se nota é uma dimensão religiosa por trás do embalsamamento. A ideia seria a transição ao Aaru, o paraíso agrário formado por campos de juncos. Portanto, manter o corpo seria manter a alma (PECK, pp.27, 1998). No terceiro período intermediário, as múmias chegam ao ápice de preservação e teor de vivacidade (1069-945 A.C). No entanto, tal aprimoramento teve motivações econômicas. Nesta época, a exportação de múmias se tornara um negócio lucrativo para os egípcios (COCKITT, pp.109, 2015). Como a dimensão se centra na economia de exportação, os jarros canópicos são deixados de lado assim como os órgãos são eviscerados e depois dispostos ao interior das cavidades (STEVENS, pp.107, 2015).

No período greco-romano (332 A.C.- 392 D.C.) múmias continuaram sendo produzidas como no modelo do terceiro período intermediário. Porém, com menor qualidade, sendo um procedimento que não tinha finalidade religiosa, mas sim aspectos motivados por morais em relação ao defunto (COCKITT, pp.109, 2015). As máscaras de cartolina foram substituídas por retratos (STEVENS, pp.107, 2015). No período do cristianismo romano a mumificação foi proibida pelo imperador Teodósio em 392 D.C., por ser considerada um processo pagão. Porém, múmias foram preparadas nesse período. No entanto, elas não

sofreram um embalsamento profundo. Apenas receberam ampla camada de sal em um rito religioso (COCKITT, pp.109-112, 2015).

A atitude perante a morte na sociedade egípcia se centrou na ideia de ter um pós-vida para manter a estrutura do grupo (GORE, pp.198, 2005). A ideia de dissolução do ser aparece como algo natural. Portanto, a sociedade Egípcia não apenas garantiu um local pós-morte como deu espaço social à mesma em sua sociedade. Ou seja, mesmo depois de morrer, o Egípcio continuava em contato com os vivos (THOMAS, pp.193, 1989). O fato pelo qual o morto é colocado numa tumba como se fosse um lar com utensílios, assim como um espaço para contínuas oferendas, demonstra que o morto ainda existe e que a sociedade se mantinha atrelada à ele por meio de seus vínculos construídos em vida (DONADONI, pp.222-225, 1994).

4. A múmia Guanche: A preservação cadavérica nas Ilhas Canárias.

As ilhas Canárias foram habitadas desde o século V A.C. por uma civilização conhecida como Guanche. Esses indivíduos foram levados ali por marinheiros Fenícios, que buscavam formar uma colônia de pesca de atum (ASCENZI et al, pp.283, 1998). Eles descendiam de grupos berberes do norte da África (MARTÍN, pp.183, 1996). Essa cultura tinha como base produtiva o pastoreio caprino, uma agricultura rústica, consumiam laticínios como queijo e leite e tinham um consumo limitado de recursos marítimos. Esse grupo não tinha a prática da navegação e quando os espanhóis chegaram ali, no fim do século XV, esse grupo deixou de existir como era no século XVI (ASCENZI et al, pp.283, 1998) (MAFFIOTE, pp.64-69, 1995).

A múmia mais antiga desse grupo, chamada de *Xaxos*, data do século III D.C. Apesar disso, a maioria das múmias datam entre os anos 400 e 1400 D.C. (MARTÍN, pp.183, 1996). Profissionais especificamente designados realizavam a mumificação Guanche. Haviam, entretanto, alguns tabus como preparar apenas os corpos do seu sexo biológico (JOHNSON et al, pp.998-999, 2012). Esses indivíduos viviam à margem da sociedade porque eram considerados de toque ruim (impuros). Condição essa proveniente, provavelmente, pelo asco em lidarem com a morte (ASCENZI et al, pp.283, 1998) (THOMAS, pp.7-10, 1989). Esse cargo funcionava dentro de um crivo hereditário, similar, neste aspecto, à cultura egípcia (JOHNSON et al, pp.999, 2012).

Pelo que fica aparente, apenas os indivíduos de alta hierarquia, na sociedade Guanche, passavam pelo processo de mumificação (ASCENZI et al, pp.284, 1998). O corpo a ser mumificado recebia duas lavagens, a primeira ao dia com água fria e a segunda à noite com água fervida com ervas infundidas. A evisceração aparece em relatos, mas possui poucas evidências arqueológicas, podendo contar com incisões laterais (MAFFIOTE, pp.43, 1995). De fato, as evidências levam a crer que era algo restrito apenas aos indivíduos da realeza

(ASCENZI et al, pp.284, 1998). Aparentemente ocorria uma incisão lateral por meio de uma faca de obsidiana, a Tabona, assim as partes eram retiradas, tratadas e depois realocadas no corpo (JOHNSON et al, pp.999, 2012).

A fórmula preservativa tinha como base uma manteiga de banha caprina misturada com ingredientes vegetais e minerais em pó (MAFFIOTE, pp.44, 1995). Os recursos minerais eram: Lápis vermelho, pedras-pomes e terra. Os recursos vegetais eram: Espinhos de *Pinus canariensis*, sementes de *Visnea mocanera*, seiva de árvore dragão, gramíneas e carvão vegetal. Alguns dos corpos foram encontrados recheados com areia, ao lado dos outros compostos (ASCENZI et al, pp.284, 1998). Esses recursos utilizados tinham propriedades adstringentes. O cadáver era todo untado nessa mistura, enquanto que o uso interno ainda é discutido, podendo ter sido aplicado por via oral ou pela evisceração (MAFFIOTE, pp.44, 1995).

O corpo para dessecar era exposto ao sol continuamente e durante a noite acontecia a esfumação (ASCENZI et al, pp.284, 1998). O sol nem sempre era favorável na ilha, sendo assim relatos do século XV afirmam o emprego de areia quente e a utilização de uma fornalha como alternativas (JOHNSON et al, pp.999, 2012). O processo de dessecação levava cerca de 15 dias (MAFFIOTE, pp.44-45, 1995). O corpo era envolto em peles de cabra, de forma que quanto mais peles maior a importância do indivíduo (MARTÍN, pp.186, 1996), No caso de reis além da pele, eles eram colocados em caixões feitos de tronco de sabina-negral (*Juniperus phoenicea*) (JOHNSON et al, pp.999, 2012). Os corpos eram colocados em cavernas de difícil acesso, sendo essas seladas por pedras soltas. Além disso, o cadáver não tinha contato com o solo, por ficarem em mesas funerárias (ASCENZI et al, pp.285, 1998).

As cavernas da ilha emanam, em seu interior, vapores com alto teor de natrão, o mesmo sal utilizado pelos egípcios. Portanto, as múmias ficavam num ambiente alcalino, logo antisséptico e bactericida, o que dificultava a putrefação (ROSA et al, pp.143-144, 2017). Pouco se sabe sobre as crenças desse grupo. No entanto, pelo fato de destinarem a mumificação aos reis, aparentemente havia a intenção de transição para alguns indivíduos. Outra questão que remete isso são itens como braceletes, cerâmicas, Tabonas e ossos de animais que foram deixados com esses corpos nas cavernas (MARTÍN, pp.185, 1996).

Existe a citação de um segundo método mais simples, que ficara apenas nos relatos. Neste, um líquido corrosivo, extrato da *Euphorbia canariensis*, era inserido via oral ou retal, sendo ambos orifícios selados. O processo de untar o corpo e o dessecamento também estavam presentes, de forma que o corpo seria também disposto nas cavernas (JOHNSON et al, pp.999, 2012).

5. As múmias de Mawangdui:

A Ásia com sua ampla vastidão territorial, e com uma diversidade considerável de civilizações, produziu uma série de procedimentos de embalsamamento. Pensando na ampla vastidão, nos atemos aqui ao modelo mais antigo produzido na China. No caso Chinês, existem múmias de diferentes períodos, tendo elas surgido por via natural, artificial intencional e artificial não intencional. A China desde o século II A.C. se encontra unificada como um poderoso império. A medicina dessa civilização sempre fora bem desenvolvida, questão essa que incidia em como eles lidavam com seus defuntos (MONTGOMERY e KUMAR, pp.169-191, 2016).

Múmias foram encontradas no sítio arqueológico de Mawangtui, construído durante a dinastia Han (206 A.C. – 9 D.C.). Esse conjunto arqueológico possui uma série de tumbas, o que permite verificar os corpos ali encontrados, incluindo se foram embalsamados. O cadáver de um senhor feudal chinês recebia banhos com águas perfumadas e vinho de sacrifício. Além disso, ele era todo enrolado em muitos tecidos para depois ser inumado. Esses processos retardavam a putrefação, mas não eram agentes embalsamadores. No entanto, pelo fato de o corpo ser inumado em caixões, provavelmente a mumificação se dava de maneira natural-artificial. Essas múmias seriam artificiais não intencionais, sendo as mesmas resultantes da falta de oxigênio e pela decomposição dos tecidos de seda, o que tornou o PH interno ácido. Esse ambiente interno não permitia a ação bacteriana (SAKURAI et al, pp.329-334, 1998).

Esse processo de mumificação aparenta não ter intencionalidade, porém diferente das múmias naturais, ele se enquadrada num modelo artificial. Essa condição advém devido à maneira que o corpo era sepultado. A naturalidade proposta vem do fato que não foram empregados recursos pensados à preservação de longo prazo. A artificialidade ocorre porque esse cadáver não estava exposto à um espaço aberto natural, tal qual os modelos naturais dos Chinchorro e Egípcios, mas sim sepultado em um caixão. Portanto a mumificação não foi planejada, acontecendo por meio de sorte, dependente da decomposição da seda e da falta de oxigênio (WANG, pp.59, 1996).

6. Reflexões e comparações entre as metodologias de embalsamamento.

Esse material se centrou em expor alguns modelos de embalsamamento no período antigo. Nota-se que esses procedimentos tinham intenções religiosas, pois as primeiras intenções que diferiam disso vieram apenas com a Idade Média (BRENNER, pp.316, 2014). Pensando que foram discutidas quatro civilizações nesse material importa trazer algumas reflexões e comparações entre elas.

Em relação aos métodos desenvolvidos em si, eles revelam uma série de questões de amplo interesse. O desenrolar do texto reforça que os grupos humanos, ao se depararem com a morte de fato, se aterrorizam com a desfiguração que ela gera (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Frente a tais processos, os grupos, com suas crenças, buscam dar continuidade ao indivíduo por meio da preservação orgânica de suas partes (COLMAN, pp.45, 1997). No entanto, apesar do desconforto que a morte gera, nem todos nestas sociedades tinham acesso ao seleto grupo dos indivíduos embalsamados (THOMAS, pp.236, 1989).

Em alguns grupos apenas líderes, guerreiros e membros da corte poderiam ser embalsamados, enquanto em outros era algo mais coletivo. No primeiro caso podemos incluir os Guanches e os Chineses. Os Chinchorro se encontram no segundo caso. No caso dos Egípcios, a questão é mais complexa pelo fato de que, num primeiro momento, era limitado ao faraó e membros da corte, tornando- se posteriormente algo comerciável (PECK, pp.18, 1998). (COCKITT, pp.110-111, 2015). O fator comerciável significa liberdade em sentido de todos poderem ser mumificados. No entanto, isso não é sinônimo de acessibilidade a todos.

Nos grupos onde o acesso era limitado à certos membros de uma elite, nota-se que o fator determinante era a posição do indivíduo nessa sociedade. Isso envolve a questão de gênero pois, em alguns casos, apenas homens ocupavam tal posição, havendo somente o embalsamamento destes. Em relação aos Chineses e Guanches os indivíduos que ocupavam o poder também eram homens. Ou seja, o embalsamamento era uma prática destinada a eles. No entanto, nesses casos, membros da corte também podiam passar por processos tanatopráticos. Isso significa dizer que esposas e mulheres com funções na corte, puderam ser embalsamadas.

Nas sociedades que possuíam premissas mais coletivas em relação ao embalsamar, isso acontecia devido ao baixo grau de hierarquia social que esses grupos possuíam. Isso fica aparente com os Chinchorros (SEPÚLVEDA et al, pp.11-12, 2014).

Nos casos aqui apresentados as intenções, em relação ao ato de embalsamar, estiveram atreladas à uma busca pela continuidade dos indivíduos (BRENNER, pp.316, 2014). É interessante notar que tal continuidade poderia ser um paraíso em outro plano, um paraíso terreno ou uma permanência terrena que fosse utilitária ao grupo. Isso se dava de acordo com as construções teológicas e ideológicas dessas sociedades. Tais traços dependiam do espaço geográfico em que o grupo vivia, assim como a própria organização social dessa civilização (MOORE e WILLIAMSON, pp.3 - 4, 2003).

Pensando nisso, é interessante situar cada grupo num determinado modelo. Dentro do modelo de um paraíso em outro plano situam-se os Egípcios, os Guanches e os Chineses. Os Chinchorro passam por uma questão mais complexa, pelo fato de não haver registros sobre a cosmovisão desse grupo. Portanto, presume-se que este grupo via no embalsamamento um processo de continuidade, mas não se sabe de qual tipo (SEPÚLVEDA et al, pp.12, 2014).

A última questão a ser colocada remete às diferentes maneiras que foram propostas para embalsamar. É interessante reforçar que os primeiros grupos humanos, por longo tempo, fugiram da morte, geralmente abandonando seus cadáveres pelo terror que ela causava (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003). Tal situação mudou com os Chinchorro que produziram múmias naturais, primeiro tipo de mumificação intencional de que se tem registro (ARRIAZA, pp.134, 1996). Esse primeiro caso pode aparentar um processo de mumificação espontâneo. No entanto, é um processo artificial que utiliza a natureza de maneira intencional (LYNNERUP, pp.162, 2007).

É por meio da observação do ambiente natural, e de outras técnicas, que as civilizações puderam pensar em realizar dinâmicas de embalsamamento (COLMAN, pp. 48, 1997). Cada grupo teve a inspiração de acordo com as condições ambientais que lhes cercava. No entanto, é partindo das primeiras tentativas de conservação de corpos, fosse na observação ou realização de mumificação natural, que esses grupos passaram a realizar embalsamamentos (LYNNERUP, pp.162, 2007). Em certos locais pode se pensar que foram os dois fatores, geografia e costumes internos, como a defumação da caça, que propiciaram tal prática. Em outros foi apenas um deles, pois as condições ambientais poderiam não ser propicias para ser natural, ou o grupo não realizava defumação nem salgavam a carne, estando dependentes de um dos dois fatores (COLMAN, pp. 48, 1997).

Entendendo as origens da mumificação, vale situar cada técnica de acordo com os grupos. Em relação à técnica de mumificação natural-artificial situam-se os Chinchorro e os Egípcios. A técnica de evisceração ao lado de dessecamento se deu entre os Chinchorro, Egípcios e Guanches. Os Egípcios utilizaram outro meio de mumificação que era a defumação cadavérica. O caso Chinês entra na discussão se fora intencional ou não. Independente desse ponto pensa-se num modelo artificial, mas que ocorria ser intervenção direta em sua concretização.

É importante ressaltar que o esquema acima apenas resume o que era feito nas metodologias. Posto isso, mesmo que a lógica entre alguns casos fosse a mesma, isso não significava que os recursos e o primor utilizados fossem semelhantes. De fato, múmias de diferentes qualidades e resultados foram obtidas (COLMAN, pp. 48, 1997).

Esse tipo de comparação não quer dizer que um modelo é melhor ou mais importante que o outro, mas sim que um é mais sofisticado que o outro. A efetividade de um ou de outro depende, também, das condições naturais em que essas múmias eram preservadas. Apesar disso, todos os métodos foram capazes de gerar múmias com partes orgânicas ainda presentes. A comparação de efetividade só poderia acontecer se elas fossem produzidas em ambientes similares. Mas uma referência pode ser estabelecida a partir de dados como os procedimentos de mumificação adotados e com quais recursos estes foram utilizados (COLMAN, pp. 48, 1997).

O último aspecto a ser citado se dá em relação à intenção de cada período de embalsamamento. Foi colocado que o segundo período começou na Europa, a partir de 650

D.C. (JOHNSON et al, pp.983, 2012). No entanto, dois casos expostos parecem cumprir as mesmas conotações, só que num ano anterior a esse. O primeiro deles é o caso do período de dominação greco-romana do Egito (332 A.C.- 392 D.C.). Nesse período, múmias continuaram sendo produzidas. Entretanto, com menor qualidade e não mais com a intenção religiosa. Essas múmias ainda eram, em alguns casos, associadas à crenças. No entanto, mais do que a ideia de preservar a imagem do indivíduo, isso se dava por determinações morais relacionadas ao defunto (COCKITT, pp.109, 2015).

O segundo caso é mais complexo, pois a intenção em si pode ser religiosa ou em relação à imagem do indivíduo. Alguns exemplares das múmias de Mawangtui da dinastia Han (206 A.C. – 9 D.C.) ainda trazem dúvidas se foram embalsamados intencionalmente ou não. A maioria delas é artificial, só que não intencional. Propondo isso, as poucas que podem ter sido intencionais, poderiam ter sido embalsamadas pelo fator de crença ou de imagem (SAKURAI et al, pp.329, 1998). Caso seja de imagem esse modelo seria outro anterior ao período de 650 D.C.

Tais constatações não comprometem a ideia de que o segundo período se iniciou com os Europeus em 650 D.C. Pensa-se isso devido ao fato de que, no caso europeu, foi um modelo que, em sua gênese, não teve nenhum compromisso religioso. Desde o início, tal modelo começou com a intenção de preservar a imagem do dignitário, depois se diversificando em questões para a anatomia e de saúde pública. Portanto, situa-se ainda o Período dos anatomistas como um paradigma que surge na Europa por volta 650 D.C. (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

REFERÊNCIAS

ARRIAZA, B. **Preparation of the dead in coastal Andean preceramic populations.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.131-140

ARRIAZA, T.B., ARROYO, F.C., KLEISS, E. e VERANO, J.W. **South American Mummies: Cultures and disease.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.190-234

ARRIAZA, B. **Chinchorro Mummies.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.60-64.

ASCENZI, A., BIANCO, P., FORNACIARI, G. e MARTÍN, R. **Mummies from Italy, North Africa and the Canary Islands.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.263-288.

AUFDERHEID, A.C., MUÑOZ, I. e ARRIAZA, B. **Seven Chinchorro Mummies and the Prehistory of Northern Chile.** AMERICAN JOURNAL OF PHYSICAL ANTHROPOLOGY, V.91, pp.189-201, 1993.

BRENNER, E. **Human body preservation – Old and new techniques.** Journal of Anatomy, V.224, pp.316-244, 2014.

COCKITT, J. **Egyptian mummification methods.** In: Mummies around the world – An encyclopedia

OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.108-112.

COLMAN, P. **Corpses, coffins and Crypts, A history of burial.** 1 ed. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1997.

DONADONI, S. **Capítulo 9: O morto.** In: O homem egípcio. 1 ed. Lisboa: Presença, 1994, pp.215-236

GORE, P.S. **EMBALMING AND THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE CORPSE IN CONTEMPORARY ENGLAND.** Tese, Department of sociology, Brunel University, 2005

JONES, J., HIGHAM, T.F.G., CHIVALL, D., BIANUCCI, R., KAY, G.L., PALLEN, M.J., OLDFIELD, R., UGLIANO, F., BUCKLEY, S.A. **A prehistoric Egyptian mummy: Evidence for an 'embalming recipe' and the evolution of early formative funerary treatments.** Journal of archaeological science, V.100, pp.191-200, 2018.

JOHNSON, E.C., JOHNSON, G.R. e JOHNSON, M. **The origin and history of embalming.** In: Embalming history, Theory and practice. 5 ed. New York: Mcgraw hill, 2012, pp.981-1078

LYNNERUP, N. **Mummies.** American Journal of Physical anthropology, V.134, N.s45, pp.162-190, 2007.

MAFFIOTE, C.R. **Las momias Guanche de Tenerife, proyecto Cronos.** 1 ed. Tenerife: Edición popular, 1995.

MARTÍN, C.R. **Guanche mummies ofTenerife (Canary Islands): conservation and scientific studies in the CRONOS Project.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.183-193

MONTGOMERY, S.L. e KUMAR, A. **A History of Science in World Cultures.** 1 ed. Londres: Routledge, 2016.

MOORE, C.C., WILLIAMSON, J.B. **THE UNIVERSAL FEAR OF DEATH AND THE CULTURAL RESPONSE.** In: Handbook of death and dying, VOL.2. 1 ed. Londres: Sage publications, 2003, pp.3-13.

PECK, W.H., **Mummies of ancient Egypt.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.15-37.

REEVES, C. **Egyptian medicine.** 2 ed. Londres: Shire Publications, 2001.

ROSA, M.A., REIMERS, E.G., HERNÁNDEZ, S.P., SALAS, E.M. e AVILA, C.G. **Prehispanic (Guanches) mummies and natrium salts in burial caves of Las Cañadas del Teide (Tenerife).** Anthropologischer Anzeiger, V.74, N.2, pp.143-153, 2017.

SAKURAI, K., OGATA, T., MORIMOTO, I., LONG-XIANG, P. e ZONG-BI, W. **Mummies from Japan and China.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed., Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.308-335.

SEPÚLVEDA, M., ROUSSELIERE, H., ELSLANDE, E.V., ARRIAZA, B., STANDEN, V., SANTORO, C.M. e WALTER, P. **Study of color pigments associated to archaic chinchorro mummies and grave goods in Northern Chile (7000–3500 B.P.).** Heritage Science, V.2, N.7, pp.1-12, 2014.

STEVENS, M.A. **Egyptian mummies.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.104-108

THOMAS, L.V. **El cadaver.** 1 ed., Cidade do México: Colección popular**,** 1989.

WANG, B.H. **Excavation and preliminary studies of the ancient mummies of Xinjiang in China.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp. 59-69.

CAPÍTULO 17

DO COLONIALISMO À DECOLONIALIDADE: UMA ANÁLISE DA COMPREENSÃO DOS DIREITOS DO POVO INDÍGENA KICHWA DE SARAYAKU PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

JULIA DAMBRÓS MARÇAL[1]

ALOMA NATALIA DA SILVA[2]

RESUMO: Não é de hoje que os povos nativos enfrentam violências patrimoniais, culturais e identitárias, situação essa que desencadeia a necessidade contínua de rememorar suas lutas pelo espaço que vai muito além do território. Para esses povos, a relação com a terra transcende a função de cultivo e subsistência e está intimamente ligada ao ser, tem relação de afeto, de fé, de cura. O presente artigo tem por objetivo analisar o conflito existente entre o avanço do extrativismo e os direitos dos povos indígenas. Para tanto, a pesquisa estará pautada na problemática ocorrida no ano de 2002 em que uma empresa petrolífera instituiu seus trabalhos de exploração no território do povo indígena Kichwa de Sarayaku localizado no Equador. Buscar-se-á estudar esse caso à luz do ordenamento jurídico internacional, ou seja, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Povo indígena Kichwa de Sarayaku vs. Equador e nos processos de violências empreendidas contra os povos indígenas desde o colonialismo à colonialidade. Esse caso, embora ocorrido no século XXI, remete lembranças do período colonial, onde ocorreu a segregação entre brancos e os nativos, pautada pelas características físicas dos indivíduos, ou seja, o branco-europeu definido como um indivíduo superior que não respeita o poder de decisão dos nativos, em prol de interesses econômicos e financeiros a serem conquistados a partir da exploração do território. Os nativos, ao terem suas vozes caladas, voltam a serem classificados como colonizados, ou seja, indivíduos inferiores que devem se submeter as imposições de seus colonizadores. O procedimento metodológico é o bibliográfico, investigativo e estudo de caso, a partir de aportes teóricos, sobretudo de pensadores latino-americanos.

Palavras-chave: América Latina. Corte Interamericana. Povo indígena Kichwa de Sarayaku.

ABSTRACT: It is not today that native peoples face patrimonial violence, cultural and identity, a situation that triggers the continu-

1 Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) Campus de Chapecó-SC (2014). Pós graduada em Direito Internacional aplicado pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Graduada em Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus de Xanxerê-SC (2012). Atualmente é Professora Universitária das seguintes disciplinas: Direito Constitucional, Direito Internacional e Direito Ambiental. Dentre as linhas de pesquisa estão: Direitos Humanos, Direito Internacional Público, Desenvolvimento Humano e América Latina. E-mail: juliadmarcal@gmail.com

2 Advogada. Pós graduada em Direito Empresarial Previdenciário pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Graduada em Direito pelo Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). Pós Graduada em Educação Ambiental pela Universidade de São Paulo (UNICID). Graduada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). E-mail: alomansilva@gmail.com

ous need for remember their struggles for space that goes far beyond the territory. For these peoples, the relationship with the land transcends the function of cultivation and subsistence and is intimately linked to being, it has a relationship of affection, faith, healing. The purpose of this article is to to analyze the conflict between the advance of extractivism and the rights of peoples indigenous peoples. For this purpose, the research will be based on the problem that occurred in the year of 2002 when an oil company instituted its exploration work in the territory of the Kichwa indigenous people of Sarayaku located in Ecuador. We will seek to study this case in the light of the international legal order, that is, in Convention 169 of the International Labor Organization (ILO), in the judgment handed down by the Court Inter-American Convention on Human Rights, in the case of the Kichwa indigenous people of Sarayaku vs. Ecuador and in the processes of violence carried out against indigenous peoples since the colonialism to coloniality. This case, although it occurred in the 21st century, memories of the colonial period, where segregation between whites and natives occurred, guided by the physical characteristics of the individuals, that is, the white European defined as a superior individual who does not respect the decision power of the natives, in favor of economic and financial interests to be conquered from the exploration of the territory. The natives, when their voices are silent, are again classified as colonized, that is, inferior individuals who must submit to the impositions of its colonizers. The methodological procedure is bibliographic, investigative and case study, based on theoretical contributions, mainly from Latin American thinkers.

Keywords: Latin America. Inter-American Court. Kichwa indigenous people of Sarayaku.

1. INTRODUÇÃO

A construção sócio-histórica-cultural da América Latina pautou-se em uma conjuntura de genocídios, etnocídios e epistemicídios. Tais violências perpetradas sobretudo em face de grupos indígenas persistem até os dias hodiernos devido ao colonialismo do ser e do saber.

A preocupação com o extermínio dos povos indígenas dentro da sociedade internacional é deveras recente e se deu a partir da positivação de direitos em convenções internacionais, mormente na Convenção 169 da OIT.

Ressalte-se, no entanto, que embora a positivação de direitos dos povos indígenas seja importante, faz-se necessário que os Estados incorporem a legislação internacional no seu ordenamento jurídico interno e cumpra as obrigações ali previstas, a fim de dar eficácia aos direitos humanos, agora também considerados como direitos fundamentais dos povos nativos.

Esta investigação, portanto, está voltada na análise do descumprimento estatal das obrigações internacionais assumidas, bem como nas consequências que podem sobrevir aos Estados diante de uma ação ou omissão violadora de direitos.

O estudo será dividido em três partes: na primeira, discorrer-se-á acerca do processo de colonização da América Latina, perpassando por conceitos acerca da descolonização, pós colonialismo, colonialismo interno e decolonialidade. Na segunda parte far-se-á um es-

tudo sobre a gênese do termo raça, bem como a relação que existe entre o meio ambiente e o processo extrativista na América Latina. No terceiro e último tópico, o estudo voltar-se-á para a origem e funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a fim de trazer bases teóricas para compreensão do caso "Pueblo indígena Kichwa de Sarayaku vs Ecuador" julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2012.

2. AMÉRICA LATINA: DO COLONIALISMO À DECOLONIALIDADE

Não é possível estudar a história da América Latina e ignorar as dezenas de etnias e costumes existentes na região onde vivem mais de 800 povos, com uma população próxima a 45 milhões de pessoas. Para conseguir entender a conjuntura de omissão dos Estados na concretização de direitos humanos fundamentais das comunidades indígenas (WENCZENOVICZ, 2018, p. 17) faz-se necessário regressar ao período histórico que remonta a chegada dos europeus à América.

Os países da América Latina como um todo construíram suas histórias pautadas em uma dualidade interessante: de um lado, todos possuem colonizações espanholas ou portuguesas, o que lhes dá certa identidade; e de outro, seus processos históricos de inserção autônoma no cenário internacional e regional foram o maior motivo para o acirramento de grandes diferenças (COSTA, 2010).

A data de 12 de outubro de 1492 marca o contato entre dois mundos e chegou a alcançar proporções jamais imaginadas: o início da globalização com a constituição da América e a ideia de raça.

Esse cenário pode ser exemplificado na reação de Colombo ao pisar em terras americanas, pois ora considerou os indígenas como "iguais", mas somente no plano divino (enquanto filhos de Deus); e ora os considerou como seres inferiores, no momento em que impôs sua vontade por meio da violência e da autoridade quando os nativos se opunham em dar suas riquezas para os colonizadores. (FILHO, 2012)

Com as sucessivas negativas dos indígenas, os seus "descobridores" passaram a escravizá-los e a utilizar o sistema de *encomiendas*, caracterizado pelo envio de um grupo de índios para trabalhar gratuitamente para os colonos. Segundo José Carlos Moreira da Silva Filho (2012, p. 347-348) Cristóvão Colombo "pretendeu-se impor ao índio um 'outro ser', ou simplesmente desconsiderá-lo. A propagação da fé e a escravidão: duas faces da mesma moeda".

Franz Fanon (2005, p. 30-39) afirma que nesse momento o mundo passou a ser habitado por duas espécies de indivíduos: colono e colonizado. O colono pode ser representado materialmente pela estátua do general que efetuou a "conquista" da América, visto como um exibicionista, opressor, demasiadamente preocupado com a segurança e que jus-

tifica suas ações na necessidade de estabelecer ao colonizado (nativo) um arquétipo de um ser inferior, vindo a atingir o nativo em seu aspecto ontológico do "ser", porquanto o colono buscou modificar a essência a partir da imposição de uma nova linguagem, comportamento e desconsiderou as diversidades existentes dos povos da América.

Além dos termos "colono" e "colonizado" usados por Fanon, também é possível verificar as nomenclaturas de "conquistadores" e "conquistados" ou "colonizadores" e "colonizados" justificadas pela ideia de raça. Tais definições se basearam na estrutura biológica dos indivíduos, tornando essa característica o elemento principal para a classificação dos povos enquanto superiores e inferiores, a codificação do novo padrão de poder. (QUIJANO, 2005)

Os colonos denominaram os colonizados como "selvagens" e "não-humanos", afinal, a história eurocentrada conta que a humanidade foi atribuída ao homem branco e europeu.

A partir dessa narrativa, é possível identificar que a colonização foi um fenômeno violento, pois buscou a substituição de uma "espécie" por outra (FANON, 2005, p. 26) e não pode ser caracterizado como um processo inocente, visto que utilizou da força para ferir uma civilização.

Foi um episódio genocida e bárbaro, diante da negação da existência do outro, com a desumanização do nativo, pois o colono o vê e o trata como animal. A relação entre o colono e colonizado esteve tipificada na imposição daquele para este ao trabalho forçado (escravidão e servidão), intimidação, pressão, desprezo à cultura, desconfiança e arrogância. Mister salientar que não se trata de filantropia, propagação de Deus ou estender o Direito a outra civilização, como argumento outrora utilizado. A colonização é, por conseguinte, a coisificação. (CESAIRE, 2005, p. 26)

A fim de facilitar a visualização do genocídio empreendido, a autora Thais Janaina Wenczenovicz (2018, p.19) afirma que ocorreu quase a extinção do povo indígena latino-americano:

> [...] la población indígena, predominante en la región en los tiempos de colonización, hoy representa cerca del 10% de la población latino-americana. Se encuentra concentrada principalmente en cinco países: Bolivia, Ecuador, Guatemala, México y Perú. En el segundo caso, los indios latino-americanos pasaron por un proceso de aculturación tan significativo que difícilmente podemos hablar hoy de etnias y culturas indígenas auténticas. Mucho se perdió de su identidad con la eliminación de tribus enteras y con la asimilación de la cultura del colonizador.

A partir dessas premissas, é possível de pronto afirmar que o contexto latino-americano, se examinado sob o viés da colonização, é marcado pela dominação interna e submissão externa de seus indivíduos (WOLKMER; FAGUNDES, 2013a).

Essa situação queda-se evidente desde a superioridade espanhola sobre as culturas astecas, maias e incas, até a utilização dos europeus da "conquista" da América Latina como trampolim para obter uma "vantagem comparativa" (DUSSEL, 2003). O fato é que a

América Latina é a região das veias abertas, pois desde seu "descobrimento" tudo foi transformado em capital europeu, acumulando-se hoje nos centros de poder (GALEANO, 2002).

Se a América Latina todavia possui problemas relacionados à pobreza, fome, desemprego, déficits educacionais, carências sanitárias, temor, entre tantos outros desafios, é também devido o resultado do saque colonialista que ocorre desde explorações econômicas até a violação das soberanias institucionais (NEUMAN, 1995).

Ficando claro que a colonização foi um processo violento, a descolonização, por sua vez, também não é um processo amigável, pois é compreendida como a independência política e econômica das sociedades exploradas. (FANON, 2005, p. 26.)

Ainda, nas palavras de Vera Maria Candau (2016, p.198):

> Descolonizar a história e o poder significa desconstruir a "cultura do silêncio" e da impunidade presentes na maioria de nossos países sul-americanos e caribenhos, formando para a mudança, a participação, a transformação e a construção de sociedades verdadeiramente democráticas, humanas, justas e solidárias.

Essa conjuntura pode ser caracterizada como o momento pós-colonial (CESAIRE, 1978, p. 14), ou seja, um período que marca o fechamento de uma época histórica. O "pós" significa passado, algo concluído e fechado. Embora existam diversas críticas levantadas por Stuart Hall (2003, p. 102) quanto ao termo "pós-colonial" por fundir histórias e temporalidades distintas, esta pesquisa utilizará a terminologia para fins de demarcação temporal.

Nesse sentido, a independência fez com que os Estados passassem a se reorganizar dentro de uma perspectiva eurocentrada, ocorrendo uma violência epistêmica, dado que as produções legislativas e educacionais refletiram e ainda refletem o pensamento do sujeito colonial europeu. Deu-se o nome desse fenômeno de colonialismo interno. (SPIVAK, 2010, p. 54)

O colonialismo, portanto, instaura-se no século XV e estabelece a Europa como centro geográfico e os demais países como periferia do mundo, de modo a determinar um modelo civilizatório único onde todos os povos deveriam seguir uma mesma linha evolucionista social, isto é, todos os povos deveriam passar por etapas para chegar aquilo que a Europa é ou foi. Trata-se da ideia de marcha do progresso inexorável dos povos denominados "primitivos", a qual se avançaria para os povos modernos e "civilizados". Há um espelho eurocêntrico na lógica do colonialismo. O que se estabelece, portanto, é uma nova geopolítica com a gênese do sistema-mundo, também denominado de globalização, oriundo do processo de colonização.

O colonialismo e a colonialidade se reproduzem pelos saberes, linguagens, memórias e imaginários, os quais estão separados de uma visão ontológica de corpos passíveis de serem eliminados com a desassociação epistemológica.

Ademais, as expressões “descolonização” e “decolonial” não podem ser utilizadas como sinônimos. O primeiro termo indica o processo de independência política e econômica dos países, ao passo que o segundo assinala uma superação do colonialismo (WENCZENOVICZ, 2019, p. 29).

A enfermidade eurocêntrica é aquela que leva a pensar que sua particularidade demonstra o universal, por onde deverão passar, de um modo ou de outro, todos os povos da terra. Logo, faz-se necessário ampliar os horizontes e não temer tratar sobre os problemas próprios da América Latina (DUSSEL, 2007).

O esforço de autores(as) pós-coloniais é no sentido de chamar a atenção de como falar sobre algo: há a crítica ao eurocentrismo, uma possibilidade de recontar, de outro modo, a história, ao trazer elementos dos coletivos que foram subalternizados com práticas e epistemes potentes

Wolkmer e Melo (2013b, 2013c, p. 10) sustentam: “há que se priorizar construções teóricas e opções metodológicas que reflitam os anseios de nossas próprias experiências histórico-jurídicas, e que sejam aptas para revelar a originalidade e a identidade do “ser” latino-americano”. Por conseguinte, o atual desafio para a América Latina está em buscar pontos hermenêuticos de complementaridade com o “sistema-mundo”, sem, entretanto, perder sua identidade.

Com base nisso é que se faz necessário realizar um giro descolonizador, insistindo-se na necessidade de partir de novas bases de reflexão que não sejam meramente imitativas ao eixo norte. (DUSSEL, 2007).

Tais reflexões demonstram que não compreender ou esquecer a história da América, caracterizada pelo sofrimento e exploração, acarreta na perpetuação da perda de identidade e manutenção do domínio do eurocentrismo.

3. A TRÍADE DA PROBLEMÁTICA: RAÇA, MEIO AMBIENTE E EXTRATIVISMO

Inicialmente, convém destacar que a dimensão da ideia de “raça” foi concebida também a partir do processo de colonização, devido às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, pois antes da chegada dos europeus à América não havia essa distinção. Os colonizadores codificaram os traços fenotípicos dos colonizados e criaram a categoria racial que passou a servir como um critério para dividir a população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

A percepção de inferioridade permeia até os dias hodiernos não somente no imaginário da população, mas também em suas ações, ao diminuir e aniquilar os conhecimentos culturais ancestrais e com a produção de identidades sociais novas: índios, negros e mestiços. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Devido a colonização e a colonialidade, os povos indígenas da América Latina continuam marcados por diversas formas de injustiças e violências, não apenas físicas, mas também institucionalizadas, com negação de sua cultura, trajetória histórica, limitação ao exercício de direitos e cidadania. (WENCZENOVICZ, 2018, p. 18)

O racismo, dentro de suas diversas vertentes, acaba por causar a percepção cultural de que há uma superioridade do colonizador frente ao colonizado e o racismo perpetrado na América Latina é extremamente sofisticado, tanto é que até hoje mantém povos indígenas e negros na condição de subordinação, como classes exploradas.

Permanece, portanto, em plena vigência, o colonialismo interno nos Estados latino-americanos, pois a sociedade possui características próprias de um confronto cultural, isto é, as palavras não designam, mas encobrem o outro. (RIVERA, 2010, p. 19)

A luta dos povos indígenas a fim de buscar o reconhecimento de seus direitos segue persistindo atualmente. Nesse sentido, destaca-se que a Convenção 107 da OIT, aprovada em 1957, foi um dos primeiros documentos internacionais criados visando à proteção e à integração das populações indígenas e de outras populações tribais. (ROULAND, 2004, p. 21 apud WENCNOVICS, 2019, p. 33).

Essa normativa internacional determinava aos Estados a necessidade de buscar meios para integrar os povos nativos à comunidade nacional, porém, afastava a necessidade da preservação da memória, cultura e essência dos povos indígenas. Novamente se identifica, agora na legislação internacional, a imposição do colonizador. Ademais, trazia a ideia de abolir desigualdades, bem como, promover o avanço das culturas indígenas. Entretanto, acabou por novamente lesar o direito à identidade dos povos.

Nas palavras de Thais Wenczenovicz (2019, p. 33) a Convenção 107 é “um texto escrito em estilo altamente paternalista e assimilacionista que prevaleceu até 1989”, tendo sido substituída pela Convenção 169 da OIT, a fim de eliminar orientações da norma anterior, buscando atender a evolução social e do Direito Internacional que ocorria desde 1957 e também com a finalidade de salvaguardar pessoas, culturas, costumes, possibilitando a manutenção dos direitos.

O panorama narrado permite declarar algo visível: a profunda integração da sociedade mundial revela que problemas relacionados a direitos humanos tornaram-se insuscetíveis de serem tratados somente por uma ordem jurídica, seja ela de natureza estatal ou internacional.

A positivação de direitos na esfera internacional e incorporação da normativa no âmbito interno é extremamente importante, porém, temáticas relacionadas aos direitos humanos fundamentais são sempre sensíveis de serem abordadas, pois teoria e prática percorrem caminhos com velocidades diversas e, por vezes, desiguais. (BOBBIO, 1992)

Um dos direitos previstos na Convenção 169 da OIT diz respeito ao território indígena, destaca-se que o vocábulo “terra” é citado 23 vezes ao longo do texto normativo, demonstrando ser uma dimensão importantíssima a ser discutida.

Referida Convenção explicita que o termo “terras” inclui o conceito de território, o qual, de acordo com o artigo 13: “abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma forma”. (OIT, 1989)

Destacam-se a seguir alguns exemplos de obrigações que os Estados têm para com os povos nativos no tocante ao território: a) respeito aos povos interessados e às suas terras ou territórios (artigo 13), b) reconhecimento dos direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente são ocupadas pelos povos nativos (artigo 14.1); c) instituição de procedimentos no sistema jurídico nacional para solucionar reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados (art. 14.3); d) caso o Estado seja titular dos minérios ou recursos do subsolo existentes nas terras, é necessária a realização de procedimento, a fim de consultar os povos prejudicados, antes de realizar qualquer empreendimento de exploração dos recursos ali existentes (art. 15.2).

Novamente, repise-se, embora tais obrigações tenham sido assumidas por diversos Estados, o fato é que, na prática, os povos nativos ainda vivenciam diariamente inúmeras violações, sejam advindas de particulares ou, até mesmo, do próprio Estado.

A obrigação contida no item “d” quiçá seja uma das mais problemáticas, pois de um lado tem-se a necessidade de proteção ao território dos povos indígenas e, de outro, o desenvolvimento econômico como um dos objetivos que o Estado busca atingir.

Ressalta-se que o tema “território” está intimamente relacionado com o “meio ambiente”, sendo que ambos, dentro do aspecto jurídico, são considerados direitos humanos fundamentais, visto serem reconhecidos e positivados na esfera internacional (tratados e convenções) e na esfera constitucional do direito positivo de diversos Estados, incluindo-se o Brasil com as previsões na Constituição Federal de 1988.

É consabido que desde a colonização a América Latina teve seus recursos naturais explorados para finalidades econômicas, porém, é necessário destacar que a partir dos anos 1990 reverberou nos países latino-americanos um discurso crítico ao neoliberalismo. Da crítica, teve como resultado a ampliação da democracia participativa e implementação das políticas públicas, com o escopo de melhorar condições de vida e dignidade de pessoas de setores mais vulneráveis. Por outro lado, algumas políticas adotadas pelos Estados instalaram um modelo neocolonial, sobretudo baseado na destruição de recursos naturais e de povos nativos. Assim, novamente a América Latina passa a ser um exportador de Natureza com o aval dos Estados, os quais, muitas vezes, sequer avaliam os desastres ambientais e humanos decorrentes dessa nova política (SVAMPA, s/a, p. 141)

A exploração do meio ambiente, sobretudo com o chamado extrativismo, que envolve principalmente a mineração e exploração petrolífera, possui papel fundamental nas

economias, entretanto, não se pode fechar os olhos para os impactos econômicos, sociais e ambientais de tais práticas. (GUDYNAS, 2012, p. 303).

Sobre o extrativismo, Maristella Svampa (s/a, p. 42) afirma:

> A opção extrativista que se busca implementar na região latino-americana, do México à Argentina, responde a uma nova divisão territorial e global do trabalho, baseada na apropriação irresponsável dos recursos naturais não renováveis, o que deu lugar a novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul geopolíticos. Nesse sentido, o extrativismo resultante não é um destino, é uma opção política e também civilizatória assumida pelos diferentes governos, que vai reconfigurando negativamente nossos territórios e economias e gera uma nova dependência: cada vez exportamos mais matérias-primas, o que aparece refletido na concentração econômica, na especialização produtiva, assim como na consolidação de enclaves de exportação, traços que historicamente foram criticados tanto pelo desenvolvimentismo como pelo marxismo.

O avanço da exploração extrativista é configurado pelo seguinte panorama conflituoso: de um lado, a chegada do Estado em áreas remotas para a implementação do novo investimento, a fim de explorar os recursos ali existentes e, por outro lado, a existência de povos nativos nesse local, onde os recursos são meios de sobrevivência e de manutenção de sua cultura.

O cerne da discussão envolve uma problemática já alertada por Marisol de la Cadena (2018, p.99): uma palavra (neste caso, território/terra) possui significados diferentes, dependendo do mundo no qual é proferida. Para o Estado, o "território" é compreendido como uma porção de terra, sob sua jurisdição e, para os povos nativos, o "território" é uma entidade, cuja relação é unificada, ou seja, pessoas e território estão juntos, não existindo possibilidade de exclusão. (DE LA CADENA, 2018, p. 98)

Dessa visão distinta de conceitos homônimos surge o chamado "equívoco", ou seja, "um mal-entendido em uma relação entre iguais que são (ou seja, em termos ontológicos) mutuamente outros. O mal-entendido é uma relação ontológica, ele também é uma condição inevitável que não pode ser alterada." (DE LA CADENA, 2018, p. 99)

Dentro do aspecto jurídico a resolução de conflitos reais se dá, em um primeiro momento, dentro da esfera interna do Estado, por meio da judicialização do caso, porém, se for infrutífero o conflito, surge a possibilidade de judicialização no âmbito internacional, caso o Estado faça parte de um dos sistemas regionais de proteção a direitos humanos.

Essa regra é justificada pelo fato de que o Direito Internacional Público é subsidiário ao direito interno dos Estados, por isso é conferido aos países a oportunidade de reparar a violação de determinado direito causada à(s) vítima(s), antes de tornar-se parte passiva nas cortes internacionais. O objetivo dessa diretriz é fortalecer o direito interno como um instrumento de proteção e garantia a direitos.

4. SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: E O CASO "PUEBLO INDÍGENA KICHWA DE SARAYAKU VS ECUADOR"

Os Estados Americanos, em exercício de sua soberania e no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), adotaram uma série de instrumentos internacionais que se converteram na base de um sistema regional de promoção e proteção dos direitos humanos, conhecido como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). Esse sistema reconhece e define tais direitos e estabelece obrigações tendentes a sua promoção e proteção, criando órgãos destinados a velar por sua observância (CORTE IDH, s.d.a).

O SIDH possui dois órgãos internacionais de supervisão dos Estados: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com sede em Washington, D.C., e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), com sede em San José, Costa Rica, os quais serão vistos separadamente a seguir.

A CIDH é constituída por sete membros de alta autoridade moral e reconhecido saber em direitos humanos; possui como fim precípuo promoção, observância e proteção dos direitos da pessoa humana no continente americano. (GUERRA, 2011)

Para atingir o fim a que foi criada, cabe à CIDH fazer recomendações aos Estados--partes; prever adoção de medidas à proteção dos direitos humanos; preparar estudos e relatórios; solicitar informações aos governos acerca da efetiva aplicação da Convenção e ainda submeter um relatório anual à Assembleia Geral da OEA (PIOVESAN, 2011). No entanto, uma de suas principais competências é receber e examinar as petições com relatos de violações a direitos humanos previstos na Convenção Americana, nos termos do artigo 44.3 (MAZZUOLI, 2011)

A CIDH deverá, de maneira amistosa, buscar uma solução para o caso e se lograr êxito, redigirá um relatório que será encaminhado ao peticionário e ao Estado para depois ser transmitido para publicação. O relatório deve conter a exposição dos fatos de forma concisa e da solução que fora alcançada (GUERRA, 2011). Se o Estado não solucionar o caso de maneira amistosa, compete à CIDH dirigir uma petição (denúncia) para a Corte de San José para que o caso seja processado e julgado.

A Corte IDH, por sua vez, é uma instituição judicial autônoma da OEA, cujo objetivo é a interpretação e aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e de outros tratados concernentes ao mesmo assunto. É um dos três tribunais regionais de proteção dos direitos humanos juntamente com a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos (CORTE IDH, s.d.a). É composta por sete juízes nacionais de Estados membros da OEA eleitos pelos Estados partes da Convenção e possui essencialmente duas funções: consultiva e contenciosa. A função consultiva retrata que qualquer membro da OEA, seja parte ou não da Convenção, pode solicitar o parecer da Corte a situações de interpretação da Convenção ou de outro tratado com tema concer-

nente à proteção dos direitos humanos que seja aplicável aos Estados americanos (PIOVESAN, 2011).

A função contenciosa trata do mecanismo pelo qual a Corte IDH determina se um Estado incorreu em responsabilidade internacional por ter violado algum dos direitos consagrados na Convenção Americana (CORTE IDH, s.d.a). Na hipótese de a Corte IDH reconhecer a ocorrência da violação, determinará quais medidas serão tomadas para a restauração do(s) direito(s) violado(s) e ainda poderá condenar o Estado a uma justa compensação à(s) vítima(s) (PIOVESAN, 2011).

As decisões são definitivas, inapeláveis e obrigatórias para os Estados que reconheceram a competência contenciosa da Corte IDH por se tratar de um tribunal internacional supranacional (MAZZUOLI, 2011).

Feitas essas breves considerações sobre o Sistema IDH, abordar-se-á, neste momento, uma problemática comum na América Latina, qual seja: o avanço do extrativismo rumo a territórios indígenas. Para tanto, será narrado um conflito ocorrido entre o Equador e o Povo Indígena Kichwa de Sarayaku que chegou à Corte IDH.

O território do povo Sarayaku está localizado em uma região de difícil acesso na Amazônia do Equador, na província de Paspaza, onde habitam aproximadamente 1.200 indígenas, os quais praticam a agricultura familiar, caça, pesca e mantém as tradições e costumes de seus ancestrais. Em 1996 foi entabulado um contrato para a exploração de petróleo entre a “empresa estatal de Petróleos del Ecuador” (PETROECUADOR) e a “Compañía General de Combustibles S.A” (CGC) (CORTE IDH, 2012, p. 02-03)

Porém, antes da formalização do contrato, a empresa CGC tentou conseguir o consentimento do Povo Sarayaku para a exploração petroleira, inclusive com a oferta de 60 mil dólares para obras de desenvolvimento e 500 empregos para os homens da comunidade. A oferta foi recusada em 25 de junho de 2000 pela Assembleia Geral do povo indígena, porém, a empresa CGC, em total descumprimento da decisão do Povo Sarayaku, nos anos de 2002 e 2003 avançou cerca de 29% do território indígena, inclusive com a colocação de 1.433 kg de explosivos. Ademais, a empresa abriu tochas sísmicas, habilitou sete heliportos, destruiu covas, fontes de água, rios subterrâneos necessários para o consumo e subsistência da comunidade, causou desmatamento de plantas de grande valor ambiental, cultural e de subsistência alimentar. Tais ações afetaram inclusive períodos de cerimônias ancestrais e culturais do Povo Sarayaku. (CORTE IDH, 2012, p. 04)

Ameaças e hostilizações aos líderes e ao advogado do Povo indígena foram constantes entre os anos de 2003 e 2004; 120 membros da tribo foram agredidos por outros nativos de tribo diversa, na presença de policiais, quando se dirigiam a uma marcha pela paz e à vida. (CORTE IDH, 2012, p. 04)

Na sentença, a Corte IDH reconheceu que os povos indígenas possuem estreita relação com suas terras e os recursos naturais dos territórios ancestrais, de modo que o

direito à propriedade é necessário para garantir sua identidade física, cultural, estrutura social, sistema econômico, costumes, crenças e tradições, as quais devem e merecem ser respeitadas e garantidas pelo Estado. Ademais, considerou o profundo laço cultural, imaterial e espiritual que o povo mantém com seu território, particularmente, as características específicas de sua "selva viviente" (*Kawsak Sacha*) e a íntima relação entre essa e seus membros, a qual não se limita a assegurar apenas a subsistência, mas sim integra a cosmovisão e identidade cultural/espiritual. (CORTE IDH, 2012, p. 05)

A consulta prévia, livre e informada é um direito das comunidades e povos indígenas, previsto na Convenção n. 169 da OIT, com o objetivo de respeitar o direito à cultura (identidade cultural) de uma sociedade pluralista, multicultural e democrática.

Destaca-se que o Equador incorporou em 1998 referida Convenção no seu ordenamento jurídico interno, sendo, portanto, uma obrigação do Estado cumprir o mandamento internacional. Porém, no caso analisado, o Estado não realizou consulta com o Povo Sarayaku em nenhuma das fases de execução dos atos de exploração petroleira. As consultas devem ser realizadas a fim de concretizar a participação e diálogo entre as partes, baseado em princípios, tais como: confiança e respeito mútuo, com o objetivo de lograr um consenso. A boa fé exige que o Estado, agentes ou terceiros se abstenham de qualquer tipo de coerção. (CORTE IDH, 2012, p. 05-06)

Destaca-se que quem buscou fazer uma consulta com o Povo Indígena, fora a companhia CGC e não o Estado do Equador, de modo que a omissão estatal favoreceu o clima de conflito e enfrentamento entre as comunidades indígenas.

Por fim, o Estado equatoriano foi condenado a cumprir as seguintes obrigações: 1) desativar e retirar os explosivos enterrados no território do Povo Sarayaku; 2) consultar o povo indígena de forma prévia e adequada, de acordo com as normas internacionais, caso haja nova pretensão de realizar atividade de extração de recursos naturais do seu território; 3) adotar medidas legislativas, administrativas ou de outras áreas que sejam necessárias para garantir em um prazo razoável o direito à consulta prévia dos povos; 4) implementar, em um prazo razoável, programas ou cursos obrigatórios que contemplem módulos sobre as normativas nacionais e internacionais em direitos humanos dos povos e comunidades indígenas dirigidos a funcionários militares, policiais, judiciário e outros que tenham relações com os povos indígenas; 5) realizar ato público de reconhecimento da responsabilidade internacional pelos fatos; 6) realizar publicação da sentença; e 7) pagar as indenizações a título de danos materiais e imateriais. (CORTE IDH, 2012, p. 10)

Após um Estado ser condenado pela Corte IDH, inicia-se a abertura de prazo para que as obrigações determinadas na sentença internacional sejam cumpridas, de modo que o Estado, bem como as vítimas (ou seus representantes) deverão informar o Tribunal acerca da satisfação dos deveres.

Em 22 de junho de 2016, a Corte IDH emitiu a supervisão do cumprimento da sentença, avaliando quais obrigações foram cumpridas na totalidade pelo Estado equatoriano,

quais sejam: 5, 6, 7 e 8. A obrigação 4, por sua vez, a Corte IDH solicitou que o Estado continue implementando cursos obrigatórios que contemplem módulos sobre os âmbitos nacionais e internacionais dos direitos dos povos e comunidades indígenas, dirigidos a funcionários públicos. (CORTE IDH, 2016, p. 15)

Por fim, as obrigações 1, 2 e 3 não puderam ser cumpridas, pois baseiam-se em fatos futuros.

A obrigação 1 refere-se a desativar os explosivos, sua realização poderá trazer riscos humanos e ambientais, sendo necessário realizar um estudo prévio das consequências. A obrigação 2 e 3 dizem respeito a necessidade de se fazer consulta prévia ao povo indígena, bem como criar legislação para fins de exploração, entretanto, somente poderão ser cumpridas quando e se houver nova tentativa de exploração do território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada dos europeus à América datada em 12 de outubro de 1492 marca o processo de colonização do “novo mundo” e cria uma dualidade mundial: a Europa passou a ser o centro geográfico, ao passo que os demais países se tornaram periferia do mundo. Trata-se de uma nova geopolítica e reconfiguração, pois foi estabelecido um modelo civilizatório baseado na noção do evolucionismo social, onde todos povos deveriam seguir uma mesma linha de desenvolvimento a fim de chegar aquilo que a Europa é ou foi.

A América, embora superpovoada com diversos povos indígenas, foi considerada pelos europeus como territórios vazios, pois não consideraram os nativos como humanos e, como resultado, genocídios e epistemicídios foram perpetrados em uma dimensão jamais imaginada.

Após a descolonização com o processo de independência política e econômica dos países, não ocorreu a ruptura da dependência da América para com a Europa, pois os saberes, linguagens, memórias e imaginário ainda estão permeados com a noção de inferioridade, incluindo-se dos povos nativos, como corpos passíveis de serem eliminados, pois a humanidade foi atribuída ao homem branco e europeu.

A pesquisa demonstrou que embora os processos de colonização e descolonização tenham ocorrido há tempos, os reflexos de toda violência praticada ainda são sentidos no século XXI. Essa situação pode ser verificada com a narrativa do conflito sucedido no Equador em 2002 entre o Povo Indígena Kichwa de Sarayaku e a empresa CGC.

Constatou-se que a empresa tinha o objetivo de realizar exploração petroleira no território do povo indígena, demonstrando o interesse não somente do setor privado, mas também do Estado do Equador, quando ambos entabularam contrato em 1996 para que o extrativismo ocorresse.

Embora a empresa tenha buscado dialogar com o povo indígena para conseguir sua autorização para que a exploração passasse a ser realizada, o fato é que os nativos negaram a possibilidade de utilização de suas terras. Ocorre que, mesmo diante da negativa, a empresa invadiu cerca de 29% do território dos indígenas.

Essa narrativa demonstra que a violência hoje sofrida pelos povos nativos ainda remonta a inferiorização que outrora ocorrera no século XV. A empresa CGC e o Estado do Equador podem ser comparados com a figura do colonizador, pois **não** consideraram os indivíduos do povo indígena como sujeitos de direitos no momento em que não respeitaram o seu poder decisório. Por sua vez, o Povo Indígena Kichwa de Sarayaku representa os colonizados, visto que tiveram sua cultura e direitos negados, em detrimento de um desenvolvimento econômico de interesse privado e estatal.

Prevaleceu, portanto, o interesse econômico e financeiro em prejuízo dos direitos dos povos nativos. Essa situação demonstra que os povos indígenas ainda são tratados como “coisas”, com suas vozes sendo silenciadas, do mesmo modo como no período da colonização.

Em que pese a história se repita apenas com a mudança dos atores, o fato é que nos últimos anos a sociedade conta com avanços legislativos no plano internacional com a positivação de direitos dos povos indígenas. Obviamente que apenas o reconhecimento formal de direitos, de *per si*, não é suficiente para efetivar os direitos previstos e, por esse motivo, é que o surgimento de cortes internacionais é extremamente relevante para compelir os Estados que fizeram o reconhecimento formal de sua competência contenciosa, a efetivar os direitos violados.

Na decisão internacional proferida pela Corte IDH foi possível verificar que os juízes reconheceram a identidade, cultura, costumes, crenças e tradições do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku, inclusive o laço espiritual existente entre os índios e o meio ambiente, afastando a ideia de que a necessidade de demarcação de terras é apenas um meio de subsistência, mas também uma forma de fazer a integração à sua cosmovisão e identidade. A decisão da Corte IDH, por conseguinte, marca o processo de decolonização, no momento em que desconstrói a cultura do silenciamento e da impunidade estatal.

6. REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação outra?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CESAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CORTE IDH - CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Ecuador. Resumen oficial emitido por la Corte Interamericana de la sentença de 27 de junio de 2012 (fondo y reparaciones)**. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_245_esp.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

CORTE IDH - CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Supervisión del cumplimiento de sentencia del caso Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Ecuador**. 22 jun. 2016. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/sarayaku_22_06_16.pdf. Acesso em: 16. abr. 2021.

CORTE IDH - CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Denuncias y consultas.** s.d.a. Disponível em: http://www.corteidh.or.cr/index.php/es/al-dia/denunciasconsultas . Acesso em: 14 abr. 2021.

CORTE IDH -CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **O que é o HDI Court?** s.d.b. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/que_es_la_corte.cfm. Acesso em: 14 abr. 2021.

COSTA, Rogério Santos da. Instituições em processos de integração: êxitos, dilemas e perspectivas do Mercosul. In SILVA, Karine de Souza. **Mercosul e União Europeia**: o Estado da arte dos processos de integração regional. Florianópolis: Editora Modelo, 2010.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Eduardo (Compilador). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Editorial de Ciencias Sociales, 2003.

DUSSEL, Enrique. **Política de la liberación**: historia mundial y crítica. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FILHO, José Carlos Moreira da Silva. Da "invasão" da América aos sistemas penais de hoje: o discurso da "inferioridade" latino-americana. In WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.) **Fundamentos da história do direito.** 7 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 43 ed. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões In: **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Marseille: IRD Éditions, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Tratados internacionais de direitos humanos e direito interno.** São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

NEUMAN, Elías. **Victimología supranacional**: el acoso a la soberanía. Buenos Aires: Editorial Universidad S.R.L, 1995.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **Ciências sociais**: saberes coloniais e eurocêntricos. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LANDER, Edgardo (coord.). **La colonialidad del saber:** eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

RIVERA, Silva Cusicanqui. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SARLET, Ingo Wofgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Lang; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs). **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Fundação Rosa Luxemburgo: Elefante Editora, s/a.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **Pueblos indígenas**: reflexiones decoloniais. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **À escuta da aldeia**: marcadores sociais e a memória nas comunidades indígenas no Brasil meridional. Joaçaba: Editora Unoesc, 2019.

WOLKMER, Antonio Carlos; FAGUNDES, Lucas Machado. Para um novo paradigma de estado plurinacional na América Latina. **Revista NEJ - Eletrônica**, Itajaí, v. 18, n. 2, p. 329- 342, mai/ago, 2013a.

WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters. **Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas**. Curitiba: Juruá, 2013b.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo crítico e perspectivas para um novo constitucionalismo na América Latina. In: _____; MELO Milena Petters. **Constitucionalismo latino-americano**: tendências contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013c.

CAPÍTULO 18

O PAPEL DO ESTADO E SEUS DELINEAMENTOS NO CAMPO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA[1]

DANIELA GLICEA OLIVEIRA DA SILVA
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC)

SIRNETO VICENTE DA SILVA
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC)

MARIA DAS DORES MENDES SEGUNDO
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE) e Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC)

JOSEFA JACKLINE RABELO
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC)

JOSÉ EUDES BAIMA BEZERRA
Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/UECE)

RESUMO: A implementação de doutrinas neoliberais na educação reverbera em uma formação humana assentada no desenvolvimento de habilidades e competências sob o argumento da garantia de uma educação pautada na qualidade e equidade para todos. Nesse quadro, o presente estudo objetiva discutir acerca do neoliberalismo e do papel que o Estado assume nesse projeto, desvelando os rebatimentos desse movimento no campo educacional. Para tanto, compreendendo o trabalho como elemento fundante do ser social, apoia-se na análise onto-crítica da realidade, fundamentando-se em estudiosos que pautam suas pesquisas na crítica marxista ao sistema do capital, como Mészáros (2011) e seus intérpretes Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), e nas reflexões sobre o neoliberalismo a exemplo de Anderson (1995); Harvey (2008); Bianchetti (1997) e outros. Dentre as conclusões deste estudo, destaca-se que a reforma da Educação Básica para os países de economia periférica vem sendo ditada pelos organismos internacionais, visando adequar o setor educacional ao mercado de trabalho; as diretrizes que orientam as políticas educacionais promovem um esvaziamento do conhecimento destinado às classes desfavorecidas, através de um ensino embasado em currículo mínimo voltado para a formação de habilidades e competências tidas como necessárias para a adequação desse campo à crise estrutural do capital; e o modelo educacional, ora em curso, inviabiliza a emancipação da classe trabalhadora, uma vez que visa apenas interesses que buscam assegurar a acumulação do capital.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital. Estado. Políticas Educacionais.

1 Este artigo foi apresentado no evento II Seminário de História da Educação no Brasil, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Morada Nova e publicado nos Anais do Evento com o ISBN: 978-65-5941-215-0.

ABSTRACT: The implementation of neoliberal doctrines in education reverberates in a human formation based on the development of skills and competences under the argument of guaranteeing an education based on quality and equity for all. In this context, this study aims to discuss about neoliberalism and the role that the State assumes in this project, unveiling the rebates of this movement in the educational field. To this end, understanding work as a founding element of social being, it relies on the onto-critical analysis of reality, based on scholars who guide their research in Marxist criticism of the capital system, such as Mészáros (2011) and his interpreters Rabelo, Jimenez and Mendes Segundo (2015), and in the reflections on neoliberalism, such as Anderson (1995); Harvey (2008); Bianchetti (1997) and other. Among the conclusions of this study, it is emphasized that the reform of Basic Education for the countries of peripheral economy has been dictated by international organizations, aiming to adapt the educational sector to the labor market; the guidelines that conduct educational policies promote an emptying of knowledge aimed at disadvantaged classes, through an education based on a minimum curriculum aimed at training skills and competences considered necessary for the adequacy of this field to the structural crisis of capital; and the educational model, now in progress, makes the emancipation of the working class impossible, since it aims only at interests that seek to ensure the accumulation of capital.

Keywords: Capital Structural Crisis. State. Educational Policies.

1 INTRODUÇÃO

A receita das políticas neoliberais foi introduzida no Estado brasileiro a partir dos anos de 1980. No campo educacional, o pacote de reformas foi aprofundado uma década depois, a partir das orientações realizadas como encaminhamentos da Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia (1990). Nesse contexto, a exigência era de que os países, mormente os periféricos, adotassem o princípio da governança[2] como elemento indispensável para o desenvolvimento social e econômico. Nesse quadro, os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), defendiam a tese de que era necessário que os governantes de Estado aplicassem, a todo custo, medidas econômicas sob o pretexto de impulsionarem o crescimento do país.

Em consequência, o Estado liberal-burguês que tinha como funções regular a economia, prescrevendo regras que orientassem o desenvolvimento do mercado e, em tese, garantir a oferta de políticas sociais visando o bem-estar da população, com a Reforma Estatal desobriga-se de suas funções mais precípuas e passa a operacionalizar a desestabilização, transferindo suas obrigações para a sociedade civil, passando ao papel de regulador.

2 Conforme Bezerra (2010, p. 67), o conceito de governança é "[...] prenhe de ideologia que pretende fazer crer num governo não-político, ou, como mínimo, na existência de setores do Estado que podem ser geridos na base dos critérios de eficiência, equidade e avaliação, puramente técnicos e, portanto, capazes de congregar todos os interessados na boa administração dos bens públicos".

Desse modo, buscamos refletir criticamente sobre o papel que o Estado assume no contexto de crise estrutural do capital, desvelando os rebatimentos desse movimento no campo educacional. Destarte, no primeiro tópico situamos o leitor quanto ao surgimento da doutrina político-econômica neoliberal; em seguida, tratamos do modo como o Estado se apresenta ao assumir uma postura neoliberal; por fim, apresentamos um quadro analítico dos delineamentos do pacote neoliberal nas políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990.

Para aclarar o objeto em foco, realizamos uma análise onto-crítica, partindo da premissa da centralidade do trabalho na fundação do ser social. Na realização de tais análises, nos valemos dos estudos dos autores Mészáros (2011) e seus intérpretes Rabelo, Jimenez e Mendes Segundo (2015), dentre outros que contribuem para a crítica marxista ao sistema do capital. Nas discussões sobre o neoliberalismo tomamos como base, principalmente, os teóricos Anderson (1995); Harvey (2008); e Bianchetti (1997). Para analisar as imbricações da doutrina neoliberal no campo educacional nos debruçamos sobre os estudos dos teóricos Altmann (2002); Oliveira (2000) e Scheibe (2004).

2 INICIANDO O DEBATE

A doutrina político-econômica neoliberal surge nos anos 1970 como uma saída para a crise de acumulação capitalista que se acentuava cada vez mais em todo o mundo, principalmente nos países centrais, os quais se viram obrigados a reestruturar o Estado com o objetivo de superar a crise que, como aponta Mészáros (2011), é uma crise estrutural do capital. Remonta ao final dos anos 1930, como doutrina político-econômica "[...] radicalmente oposta ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além dos dispositivos de garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade de empreendedores [...]" (HARVEY, 2004, p. 130), intrinsecamente associada ao liberalismo clássico de Adam Smith, que defendia a não regulamentação do mercado pelo Estado ou corporações de oficio[3], a liberdade individual, a igualdade perante a lei, o direito de propriedade e pregava o *laissez-faire*, que conseguiria criar uma ordem espontânea, isto é, mesmo não havendo um órgão que coordenasse os interesses coletivos dos indivíduos, a interação entre os mesmos seria regulada por uma "mão invisível", pois ao buscarem o melhor para si, os indivíduos estariam, naturalmente auxiliando uns aos outros e buscando soluções para a sociedade.

Com vistas à liberdade de propriedade privada, de acordo com Moraes (2001), Adam Smith[4] (1723-1790) defende que ao governo sejam atribuídas as funções de manter a segurança, garantir a propriedade e seus contratos e a responder pelos serviços essenciais de utilidade pública, pois desse modo o mundo seria mais justo, racional, eficiente e produtivo,

3 As corporações de ofício remontam o final da Idade Média.

4 Essa argumentação é descrita por Smith em sua obra A riqueza das nações (1776).

regido por uma “mão invisível”, responsável pela ordem naturalmente instalada entre os indivíduos no mercado capitalista. Na concepção de Moraes (2001) David Ricardo (1772-1823), por sua vez, amplia a proposta de Smith, expandindo-a ao conjunto da sociedade concebida em nível internacional. Nesse contexto, como explicita Moraes (2001), Smith reafirma que o mercado forja eficiência, justiça e riqueza:

> Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento de volume de produtos, difunde-se o benefício. Os resultados da liberdade econômica são a paz e a harmonia internacional (MORAES, 2001, p. 6).

Para o teórico da economia liberal, o modo de regulamentação da concorrência econômica tido como arcaico deveria ser substituído por um modo de disciplina anônima e invisível. Nesse contexto, os regulamentos estatais e as corporações eram considerados como inimigos do progresso, em razão de, na realidade, dificultarem o processo de acumulação de riquezas por parte da burguesia.

O século XIX foi marcado por “[...] severas crises de superprodução, pânicos financeiros e pela disputa de grandes potências na corrida para dominar impérios neocoloniais” (MORAES, 2001, p. 14). Incluem-se nesse mesmo contexto muitos conflitos socioeconômicos e a grande crise mundial de 1929, marcada pela diminuição das exportações para a Europa, aumento dos estoques de produtos e a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Como saída para essa “Grande Depressão”, surge, portanto, o keynesianismo[5], uma doutrina econômica que buscou regular o emprego e o investimento, refreando as crises econômicas e sociais, tornando possível que o capitalismo e o setor público, resguardados seus direitos, pudessem conviver aparentemente tranquilos, sob a regulação do Estado. Essa doutrina, implementada pelos governos dos Estados Unidos e da Europa, “[...] o New Deal americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc.” (MORAES, 2001, p. 14).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) resultou em uma total desestabilização econômica por um lado, e na luta pelos direitos sociais, por outro. Após um longo processo de reconstrução dos países atingidos pela guerra, como saída no campo das reformas institucionais/estatais, o “[...] único caminho que restara era chegar a uma correta combinação de Estado, mercado e instituições democráticas para garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade” (HARVEY, 2008, p. 20). Assegurada em cooperações internacionais, surge uma nova ordem, comandada pelos acordos de Bretton Woods[6] e instituições como a Or-

5 O Keynesianismo foi desenvolvido por John Maynard Keynes (1883-1946). A Teoria Geral de Keynes foi publicada em 1936. Para um maior aprofundamento, consultar: HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão. In: HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do Pensamento Econômico. Tradução: Jaime Larry Benchimol. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 163-177.

6 Esses acordos são assim denominados por terem sido o resultado de uma reunião ocorrida em Bretton Woods, New Hampshire, em 1944. Participaram 44 países que elaboraram as novas regras que deveriam reger o funcionamento da economia mundial e as instituições responsáveis de garantir sua vigência. Segundo Borón (2003, p. 92), “[...] boa parte das deliberações esteve dedicada a identificar mecanismos que

ganização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Compensações. Pelos acordos de Bretton Woods, o dólar passaria a ser a moeda mundial[7], com valor fixo o qual poderia ser trocada como moeda equivalente às demais moedas do mundo todo; isso porque os Estados Unidos tornaram-se o imperialismo dominante no Pós-Guerra. Com vistas à reestruturação econômica e à garantia de um nível de emprego admissível, a doutrina de Keynes ganhou espaço, sobretudo, nos países participantes da guerra, pois o

> [...] que todas essas várias formas de Estado tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2008, p. 20).

O desenvolvimento de uma maior participação na economia por parte dos Estados de cada nação e o aumento da integração política dos sindicatos no apoio à negociação coletiva, caracteriza o liberalismo embutido[8], o qual contribuiu para o aumento das taxas do crescimento econômico nos países capitalistas mais avançados nos anos de 1950 e 1960. Segundo Harvey (2008, p. 21), "[...] isso dependeu em parte da generosidade dos Estados Unidos em aceitar déficits com o resto do mundo e absorver todo o produto adicional dentro de suas fronteiras". No entanto, esse modelo de liberalismo aprofundou as desigualdades sociais e a miséria para grande parte do mundo, a exemplo da América do Sul, alguns países do Sudeste asiático e a África.

3 O AJUSTAMENTO DO ESTADO ÀS POLÍTICAS CAPITALISTAS NA ORDEM NEOLIBERAL

A consolidação da ordem neoliberal como doutrina político-econômica ganha característica ortodoxa pelos governos que ascendem ao poder no final da década de 1970. Para ilustrar citaremos os exemplos da Europa e América do Norte, respectivamente os países da Inglaterra e Estados Unidos. Ressalta-se ainda que, embora Margareth Thatcher (1925-2013) tenha sido a pioneira na aplicação das políticas neoliberais na Europa, essas

assegurassem [...] a promoção do livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais". Para assegurar a vigência das deliberações surge, em 1945 o Banco Mundial e em 1996 o Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme Atilio Borón, em A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003, p. 63-118.

7 Com os acordos de Bretton Woods tornou-se necessária a criação de uma moeda de reserva global, a qual fosse convertida a um preço fixo, propiciando o livre comércio. De acordo com Harvey (2008, p. 20), "Somente a União Soviética e a Guerra Fria impuseram limites ao seu alcance global".

8 Harvey denomina de liberalismo embutido a política keynesiana adota pelos países de centro entre 1950 e 1960.

medidas já haviam sido implementadas na América do Sul, no Chile, em 1973, com Augusto Pinochet (ano nascimento).

Na Grã-Bretanha, em 1979, é eleita Margareth Thatcher com o objetivo de reestruturar a economia. Para tamanho empreendimento, teve que romper com o keynesianismo e passou a ver as soluções para a estagflação na corrente econômica "[...] do lado da oferta[9]". Essa decisão requeria ajustes em políticas fiscais e sociais, bem como eliminar as instituições e práticas políticas da social democracia no Estado que vinham sendo fortalecidas, no país, desde 1945. Para tal, seria necessário

> [...] enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), desmantelar ou rever os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão) (HARVEY, 2008, p. 32).

A propagação dessa ideologia aprofunda o individualismo liberal-burguês em detrimento de quaisquer possibilidades de formas coletivas e de solidariedade social. E apresenta-se como característica estruturante do capitalismo, que "naturalmente" impõe a desigualdade e a competitividade como elementos inerentes a lógica de acúmulo do capital ampliado. Por isso, o neoliberalismo ataca as organizações sindicais e movimentos sociais, contrapõe-se às políticas de bem-estar social, reduz impostos de grandes quantias, fomenta o empreendedorismo, dentre outras, com o fim de abrir espaço para o desenvolvimento da economia, que será restrita a uma ínfima parcela da população, a qual comporta a classe burguesa.

Thatcher[10] não mediu esforços. Lançou um pacote de medidas considerado como o mais sistemático e ambicioso já colocado em prática pelos governos neoliberais em países de capitalismo avançado. Consoante Anderson (1995), os governos de Margareth Thatcher

> [...] contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.12).

O programa de privatizações aconteceu tardiamente. Começou pelas habitações públicas, aparentando ser uma atitude positiva, principalmente para a população das classes pobres, que agora poderiam adquirir uma moradia por um preço relativamente baixo, ou

9 Surgiu na década de 1970 e tinha como foco de sua análise "[...] o efeito de diminuição da carga fiscal em variáveis macroeconômicas fundamentais como a produtividade, o nível de emprego, a inflação, a produção e o rendimento". Acessível em: https://www.infopedia.pt/$economia-do-lado-da-oferta. Acesso em: 22.05.2017.

10 Como exemplo da repressão ao movimento dos trabalhadores no governo de Margareth Thatcher, implantou-se uma reforma trabalhista em 1979, que de modo severo reprimiu grandiosa greve dos mineiros de 1983-1984. Esse ato consolida o neoliberalismo na Inglaterra.

seja, dentro de suas posses. No entanto, o surgimento de especulação imobiliária, principalmente nos locais centrais e mais valorizados, ocasionou a ação ilícita de tráfico de influências, a enganação e a expulsão de populações de baixa renda para as periferias de cidades como Londres. Logo, antigos conjuntos habitacionais que eram destinados à classe trabalhadora, transformaram-se em imóveis ocupados pelas classes médias, contribuindo para o surgimento de pessoas sem-teto e da anomia social em grande parte dos ambientes urbanos. A sequência de privatizações, deu-se, portanto, pelas indústrias básicas: aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

Em 1980, Ronald Reagan (1911-2004) é eleito nos Estados Unidos e coloca em prática a ideologia neoliberal. Para tanto, sua "[...] prioridade era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via derrubar o regime comunista da Rússia" (ANDERSON, 2003, p. 12). Para tanto, Ronald Reagan apoiou-se nas argumentações de Paul Volcker que, enquanto presidente do Federal Reserve Bank, em 1979, no governo Jimmy Carter (1924-), foi responsável por uma significativa mudança na política monetária do país ao abandonar os princípios do New Deal, relegando as políticas fiscais e monetárias e o pleno emprego, conseguindo encontrar saída para a crise de estagflação que vinha assolando o Estado por toda a década de 1970. Reagan, visando materializar a ideologia neoliberal em seu governo "[...] ofereceu o apoio político necessário por meio de mais desregulação, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional" (HARVEY, 2008, p. 34), conseguindo derrubar o sindicato dos controladores de voo, um sindicato com caráter de associação de profissionais especializados, composto por trabalhadores graduados, considerado o ícone da classe média. Os baixos salários e as indicações do governo para posições de poder nas áreas ambiental, de segurança e saúde tornou o governo ainda menos aceito pela população; empresas aéreas e de telecomunicações foram abertas à liberdade de mercado a interesses corporativos; reduziu impostos favorecendo os ricos, aumentou a taxa de juros e desmontou o único movimento sério que caracterizou greve. Contudo, Reagan não respeitou as regras orçamentárias, criando o maior déficit público norte-americano, ao lançar o país numa corrida armamentista sem precedentes. Por seu peso na economia mundial, os Estados Unidos poderiam contrair tal déficit.

Embora o reconhecimento da implementação dos princípios do neoliberalismo recaia visivelmente sobre a Grã-Bretanha de Thatcher e, depois, sobre os Estados Unidos de Reagan, foi Pinochet, no Chile, no início da década de 1970, sob um regime cruel de ditadura militar Pós-Guerra com vistas à supressão da democracia, quem primeiro instaurou as políticas neoliberais. De acordo com Anderson (2003, p. 19), "[...] o continente americano foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. [...] começou com seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos [...]", além de terceirizar serviços, abandonar funções intrínsecas do Estado e repassar responsabilidades para os entes federados hierarquicamente inferiores.

Outros países da América Latina, também implementaram o neoliberalismo como projeto de governo, a partir de reformas realizadas sob as orientações dos organismos multilaterais, para saírem da crise fiscal em que se encontravam. Em 1989, Argentina e em 1990, o Peru, em resposta à crise, realizaram uma reforma priorizando o ajuste estrutural do aparelho do Estado, apoiando-se na política de *downsizing*[11], reduzindo drasticamente o quantitativo de pessoal. Também no final da década de 1980, em 1988, o México buscou implementar reformas, tendo como objetivo instalar um serviço público de carreira, por iniciativas de natureza fiscal, uma saída para a crise econômica de 1982. No entanto, a força sindical, a regulamentação da função pública e a autonomia conquistada pela sociedade civil era um grande empecilho. Na década de 1990, levantando a bandeira de uma maior efetividade, eficiência e garantia no fornecimento dos serviços sociais, lealdade no tocante aos objetivos de formulação de políticas públicas, consolidação da autonomia administrativa e ampliação da produtividade da administração pública, o Estado começou discussões acerca das reformas. Logo, com base em um diagnóstico de 1995, parte do Programa de Modernização da Administração Pública Federal, o governo do México concluiu que a Administração Pública do Estado apresentava uma infraestrutura centralizada e ineficiente ao atendimento dos cidadãos. Pautado nesse diagnóstico, o Estado mexicano propôs uma reforma tendo como base as seguintes medidas:

> [...] (a) adoção de processo de seleção aberto (concurso público direcionado para o aproveitamento de pessoal oriundo de entidades públicas e do mercado de trabalho em geral); (b) incremento da profissionalização no provimento dos cargos de 'livre designação' (para postos de secretários, subsecretários e equipe básica de apoio), sendo a metade dos diretores gerais nomeados pelos secretários e subsecretários, e a outra metade ocupada por funcionário de carreira; (c) sistema de remuneração baseado em salário, estímulos e benefícios, com base em um sistema da avaliação do desempenho; (d) capacitação sistemática e educação de todos os servidores de acordo com as necessidades de cada cargo; (e) estabelecimento da possibilidade de demissão com base em mau desempenho ou em necessidade de corte de pessoal (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 75).

A análise das propostas apresentadas nas reformas dos Estados evidencia a abertura que os governos implementam para o capital, enquanto minimizam os serviços sociais e usurpam os direitos dos trabalhadores, a partir de uma legislação que lhes prendem de modo que só lhes resta aderir ao sistema opressor, vendendo o seu trabalho e sua dignidade para sobreviver, gerando o mais-valor para os capitalistas.

Essas experiências somadas a outras desenvolvidas por outros governos no mundo todo desde os anos 1970, sob o ideário do movimento neoliberal, qual seja, "[...] a privatização e a liberalização do mercado" (HARVEY, 2004, p. 130), demonstram o forte poder dessa doutrina sobre o acúmulo de capital, reverberando na população mais pobre suas pesadas consequências, como ratifica Anderson; Therborn; Borón (2003, p. 145): "Em termos de balanço, podemos dizer que o neoliberalismo produziu um retrocesso social muito

11 Essa é uma política que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980, a qual se baseia na máxima diminuição do tamanho da empresa visando flexibilização e minimização da burocracia. Disponível em: http://www.falandodegestao.com.br/dicionario-de-gestao/. Acesso em: 10.05.2017.

pronunciado, com o agravamento das desigualdades em todos os lugares em que ele foi implementado".

4 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA ORDEM NEOLIBERAL

No contexto brasileiro da década de 1990, refletindo o cenário macro de reordenamento educacional diante dos ideais neoliberais, a organização da educação é enfatizada por Oliveira (2000) como uma descentralização centralizadora, em que são descentralizados os aspectos da gestão e do financiamento, expressão da desobrigação do Estado neoliberal com as políticas sociais, e centralizam-se a normatização e a avaliação, demonstrando a concentração no controle dos processos educacionais.

No âmbito do monitoramento do ensino público, que se efetiva por meio do contingente de documentos legislativos, normatizações, decretos, pareceres, diretrizes e parâmetros, a educação das massas é indubitavelmente controlada pelo Estado classista, que percebe esse campo um potencial no ajustamento das subjetividades dos sujeitos para efetiva legitimação dos interesses da classe burguesa, mediante um processo de aligeiramento e empobrecimento dos conteúdos e métodos de ensino.

O Programa de Educação para Todos (EPT), é promovido pelos organismos internacionais, envolvendo todos os países membros da Unesco no cumprimento das metas e diretrizes da educação em âmbito mundial. Nesse contexto, recomenda-se para os países pobres um conjunto de políticas e reformas educacionais que legitima, portanto, esse processo de esvaziamento, mercantilização e negação do conhecimento acumulado historicamente à classe trabalhadora. Assim sendo, as políticas educacionais no Brasil são constantemente reeditadas sob um viés mercadológico, para atender as novas demandas formativas impostas pelo capital.

Destarte, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia (1990), de 05 a 09 de março, onde os representantes de 155 nações e de 120 organizações não governamentais (ONGs) se reuniram para pensar as estratégias que o setor educacional deveria proporcionar para o enfrentamento das contradições sociais oriundas da crise econômica global, demarca a subordinação moderna da educação, enquanto complexo parcial, ao setor de mercado e é considerada um marco para a Política de EPT, incitada na ocasião. Nesta Conferência foram elaboradas as diretrizes e metas que deveriam nortear as reformas educacionais nos países membros da Unesco, onde estes deveriam realizar os ajustes necessários a alcançá-las nos dez anos seguintes. Essas metas foram encaradas como urgentes diante do processo de reestruturação das economias, descritas como baseadas em conhecimento e informação. Todos os países que não quisessem ficar de fora da nova ordem mundial globalizada deveriam promover tais ajustes

no setor educacional, com vistas a garantir a paz e a sustentabilidade social (RABELO; JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2015, p. 14).

Após a Conferência de Jomtien, um conjunto de outras conferências e fóruns mundiais de educação foram realizados dando prosseguimento à agenda da EPT, como a Conferência de Nova Delhi (1993), o Fórum Mundial de Dakar (2000), e as Conferências de Cochabamba (2001), Tirija (2003) e Brasília (2004)[12]. O intuito desses eventos foi a avaliação do cumprimento das metas pelos países e em alguns casos o estabelecimento de novas.

Nessa conjuntura, a política encetada em 1990 pelo Banco Mundial no campo educacional coloca em cena a importância da educação para a resolução dos problemas econômicos e sociais da contemporaneidade. Conforme Mendes Segundo (2005), aos olhos dos mais desavisados essa política parece buscar revolucionar a educação, oferecendo oportunidade educacional às classes mais desfavorecidas da sociedade, melhorando os índices de pobreza e proporcionando a qualidade na educação. Contudo, alinha-se às estratégias do Banco Mundial para reprodução das condições de exploração e retomada do processo de acumulação comprometido pela crise.

O programa de EPT coloca para os sujeitos, como explicitam Rabelo *et al.* (2013, p. 141), "as exigências cognoscitivas", que se referem "[...] à necessidade do desenvolvimento de valores e habilidades que o indivíduo precisa desenvolver para estar inserido no mundo produtivo." Há, portanto, uma completa cooptação das subjetividades dos sujeitos com vistas às suas adequações às engrenagens que dão sustento ao movimento de acumulação do capital.

No bojo de tais determinações, o reordenamento dos setores socioeconômico, político e ideológico, a partir da década de 1990, com a adoção do pacote de reformas neoliberais, promove rebatimentos no campo educacional, em que a retórica aponta para a melhoria da qualidade da educação, a partir da implementação de uma lógica mercadológica, com o estabelecimento de metas, padrões de desempenho e monitoramento dos resultados. Por outro lado, o Estado capitalista-neoliberal impõe reformas nesse setor, no intuito de baratear os custos com os sistemas de ensinos, abrindo espaços em escala crescente para a atuação dos setores privados, passando a gestão da educação pública ao caráter estratégico do mercado, necessário à adequação do sistema do capital no contexto de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). Ou, como esclarece Scheibe (2004, p. 181) "[...] a reformulação política e econômica exigida traz também a necessidade de ajuste das políticas sociais, destacando-se aí a reforma da Educação Básica como forma de implementar a ordem desejada, por meio do perfil de um novo trabalhador.".

12 As Conferências Ibero-Americanas de Educação realizadas em Cochabamba (2001), Tirija (2003) e Brasília (2004) são organizadas dentre outros, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), que é um organismo internacional com caráter intergovernamental e visa à cooperação entre seus países-membros. Estas conferências (Ibero-Americanas) são realizadas anualmente desde 1989, tendo a representação dos Ministros de Educação da América Latina e Caribe.

No processo de reordenamento da política educacional brasileira para atender à doutrina neoliberal, desenvolve-se a reformulação dos sistemas de ensino, sob a égide da descentralização, desburocratização, flexibilização e, em consequência, precarização e privatização do campo educacional. Os organismos internacionais, mormente o Banco Mundial, além da ONU e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), recomendam ao conjunto dos países pobres a adequação do setor educacional aos interesses do mercado.

A respeito desse modelo de flexibilização da educação concordamos com Freres, Gomes e Barbosa (2015, p. 80) quando apontam que:

> As competências e habilidades exigidas pelo novo modelo produtivo – flexível, polifuncional etc. – postou-se como o centro do reformismo educacional, atendendo, assim, às necessidades expansionistas do capital em sua busca por soluções à crise que atingira sua estrutura (FRERES; GOMES; BARBOSA, 2015, p. 80).

Tais determinações do Banco Mundial, frente aos processos de endividamento e, em consequência, de submissão dos países pobres às suas diretrizes educacionais, são elencadas por Altmann (2002), por meio de uma análise das medidas adotadas pelo Ministério da Educação do Brasil no Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Para a autora, o pacote de reformas implantado no contexto brasileiro foi direcionado para: priorização da educação básica; melhoria da qualidade educacional; foco nas esferas financeira e administrativa, promovendo a descentralização; autonomia das instituições escolares; participação dos pais e comunidade nos assuntos escolares; impulsionamento do setor privado e das organizações do terceiro setor na área educacional; alocação eficaz dos recursos na área de educação; definição das políticas educacionais com base em análises econômicas; e monitoramento do desempenho escolar.

A partir do exposto, é nítida a lógica economicista que se projeta no campo educacional. O incentivo à competitividade, a inserção da lógica privada e gerencialista, o caráter produtivista e a privatização, mormente nos países latino-americanos, têm ocorrido por meio da orientação da implantação do modelo de vales[13], através dos quais se demonstra uma estratégia de adequação da educação ao que preconiza o setor do mercado.

13 O sistema de vales, ou de “cupons”, no que tange ao financiamento educacional, como proposto por Milton Friedman (1980, *apud* Bianchetti, 1997, p. 98) - famigerado teórico do neoliberalismo – dispõe que os recursos investidos pelos governos no setor educacional se deem por meio do repasse às famílias de um valor por aluno, relativamente menor do que o gasto atualmente por eles, para o custeio das mensalidades escolares, que devem ser buscadas no mercado como qualquer outra mercadoria, pela lei da oferta e da demanda. Como o valor pago às famílias por aluno seria menor que o montante gasto atualmente e a responsabilidade pela oferta do serviço seria das escolas-empresas, os governos tirariam o time de campo, sobremaneira, das suas responsabilidades com a educação. De outro, as famílias, que receberiam os recursos para o custeio educacional, teriam que complementar o valor das mensalidades, às suas expensas, caso os valores repassados fossem inferiores ao cobrado pelo serviço educacional. Essa proposta tem sua máxima no contexto neoliberal, onde os Estados buscam se eximirem de suas responsabilidades com os gastos sociais por meio das privatizações e da descentralização da máquina estatal. Em tom de discurso, a justificativa para essa proposta é a de que os serviços públicos educacionais são ineficientes, pois, os Estados estão gastando mais do que arrecadando e a burocracia é prejudicial e a solução seria privatizá-los, melhorando assim a competitividade entre as escolas-empresas que buscarão a excelência nos seus serviços para atrair a clientela. Há de se refletir, contudo, que essa proposta, além de consolidar o plano neoliberal de repassar

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política educacional brasileira, portanto, a exemplo daquela que se consubstanciou a partir dos anos finais do século XX, não pode ser analisada fora do reordenamento em todos os setores sociais em nível macro e do papel desempenhado pelos organismos internacionais, principalmente, o Banco Mundial, a ONU e a UNESCO. Desse modo, entendemos que o projeto educacional brasileiro delineado na atualidade se coaduna com a doutrina neoliberal conservadora, em que a educação proporcionada à classe trabalhadora comparece como uma formação restrita, precarizada e aligeirada, assumindo um profundo viés mercadológico.

Asseveramos que as políticas e reformas educacionais no Brasil subordinam-se à proposta dos organismos internacionais e assumem um viés mercadológico, consoante aos ditames do capitalismo em crise estrutural.

De outro, a política delineada pelos organismos internacionais e que orienta as diretrizes educacionais no Brasil, promove um esvaziamento do conhecimento destinado à classe trabalhadora. Portanto, para legitimar o sistema social vigente, faz-se necessária um projeto educativo que supostamente capacite as forças de trabalho conforme um conjunto de habilidades e competências exigidas pelo mercado em constante transformação e que promova a adequação das subjetividades à dinâmica desumanizadora do sistema capitalista.

Em suma, a política educacional no Brasil, balizada pelos organismos internacionais na década de 1990, é uma resposta à crise estrutural do capital, que promove o deslocamento das suas contradições inerentes. Disso decorre a mercantilização desse setor, proporcionando a negação do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade à classe trabalhadora. Por fim, concluímos que esse modelo educacional atende aos interesses expansionistas de acumulação do capital, em detrimento das reais necessidades do devir do gênero humano.

ao empresariado a responsabilidade pela educação, não está isenta da dualidade histórica que perpassa a educação, pois a classe trabalhadora custeará uma escola que as mensalidades sejam equivalentes ao valor repassado pelo governo. Já as elites continuarão pagando escolas consideradas de melhor qualidade, pois dispõem das condições monetárias para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 28, n. 1, p.77-89, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11656.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós--neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry; THERBORN, Göran; BORÓN, Atilio. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In:_____. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 139-180.

BEZERRA, José Eudes Baima. **Princípios da subsidiariedade, corporativismo e educação:** para a crítica da gestão participativa. 2010. 384f.Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo liberal e políticas educacionais.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In:____. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 63-118.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34, Brasília: ENAP, 1998.

FRERES, Helena; GOMES, Valdemarin Coelho; BARBOSA, Fabiano Geraldo. Teoria do capital humano e o reformismo pedagógico pós-1990: fundamentos da educação para o mercado globalizado. In: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. (Orgs.). **O Movimento de Educação para Todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Cap. 5. p. 69-86.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004, p. 115-148.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução de Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUNT, E. K.; SHERMAN, HOWARD J. A Teoria Econômica Keynesiana e a Grande Depressão. In: HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 163-177.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil:** o Fundef no centro do debate. 2005. 230 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Mundo do trabalho.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo:** de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001. Disponível em: <https://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_ neoliberalismo.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2017.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Orgs.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 77-94.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **O Marco de ação de Dakar educação para todos:** atendendo nossos compromissos coletivos. Dakar: Cúpula Mundial de Educação, 2000. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012 /001275/127509porb.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2017.

RABELO, J. et al. A educação dos povos Ibero-americanos no contexto de crise estrutural. In: SATOS, D. et al. (Orgs.). **Educação pública, formação profissional e crise do capitalismo contemporâneo.** Fortaleza: EdUECE, 2013. p. 135-155.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. As diretrizes da política de Educação para Todos (EPT): rastreando princípios e concepções. In: RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. (Orgs.). **O Movimento de Educação para Todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. Cap. 1. p. 13-30.

SCHEIBE, Leda. O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 24, p.177-193, jan. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a09.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2019.

CAPÍTULO 19

CORPO E AFETIVIDADE DA MULHER NEGRA: PROCESSO DE COISIFICAÇÃO DO SER POLÍTICO

PAULA FERNANDA SAVITRAS DOS SANTOS[1]

MA. DENISE DE FÁTIMA KURPEL[2]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo repensar a vivência da mulher negra a partir da afetividade, ressaltando seus corpos enquanto políticos, com o objetivo de salientar os efeitos do colonialismo, da escravidão e do racismo estrutural que se configurou a partir de tal momento histórico. Faz um recorte histórico, trazendo a luz do pensamento aspectos importantes do Brasil Colônia, ainda presentes na sociedade atual que atuam na caracterização do preconceito e os impactos na subjetividade da mulher negra. Ao realizar tais apontamentos fica explícito o preterimento do corpo negro, sobretudo da mulher – o que corrobora na sua solidão, não apenas em relações amorosas, mas desde as socializações mais primárias.

Palavras-chave: Afetividade; Corpo político; Mulher negra; Resistência.

INTRODUÇÃO

No arcabouço das vivências humanas, no que tange o corpo, a afetividade e o ser político, é necessário falar da afetividade da mulher negra e as problemáticas que se inserem, sobretudo, na realidade brasileira. Dentre as minorias, tal grupo é alvo do preconceito até mesmo quando se trata da afetividade uma vez que o ser negro foi construído, em contextos colonialistas, como figura negativa e associado a tudo que há de ruim. Sobre o corpo da mulher negra ainda impera o brasão de “força braçal” e “objeto sexual”, “como sinônimos de passividade que configuram um ideal negro a ser seguido, imposto e reafirmado pela branquitude” (SANTO VIANA, 2010, p. 56).

Para embasar tal problemática traz-se a luz do pensamento o corpo como mais que um amontoado de células, um conjunto físico-químico de reações que (r) existe como potência em ato, passível de afetar e ser afetado. No entanto, para além do que a natureza concebe, há um constructo de imagem associado ao corpo, desenvolvido social e culturalmente, onde se insere no meio como um retrato apresentável do ser no convívio social. Há na cientificidade contemporânea linhas de pensamento que entendem o corpo como um ente ontologicamente a

1 Acadêmica do curso de psicologia do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP. Email:paulasavitras@gmail.com

2 Docente do curso de psicologia do Centro Universitário de Pato Branco – UNIDEP. Email: denise.kurpel@unidep.edu.br

parte do sujeito, apenas como objeto - no entanto, com as estruturas políticas que a sociedade ocidental se organiza se faz necessário a superação desse pensamento dicotômico, para dar espaço à noção de existência a partir do corpo, uma vez que esse com todos os seus recursos é a ponte entre o ser e o mundo (Merleau-Ponty, 2006, p. 203). Contudo, o corpo negro além de ser a forma do sujeito ser e estar no mundo, enquanto ser político, também é objetificado não só pelas relações como também pela cultura. E nesse recorte, o corpo negro lido como feminino, preterido e estigmatizado, tem sua existência, sua subjetividade e sua individualidade apagados, impactando diretamente nos afetos e culminando na solidão da mulher negra.

Existência, corpo e negritude

Todo corpo é político. As vivências que ali se inserem se configuram como território político, carregando em si – desde o aspecto estético até mesmo econômico ou biológico - características antropológicas passíveis de utilização pela política - sendo esta regida por um grupo seleto e detentores do poder vigente, o estado. Assim, corpo é campo fértil para a simbologia de (r) existência num cenário social conflituoso que exclui aquilo que vai de encontro ao considerado “normal”. O corpo negro tido como feminino é lido socialmente ainda com as sombras do colonialismo, sendo associado ou ao trabalho ou a hiper sexualização - em ambas as formas e suas derivações, é objetificado pela cultura que tem o racismo como aspecto estrutural. Esse corpo coisificado, na sociedade brasileira escravocrata (até pouco mais de 100 anos atrás), era representado a partir da sua função social de trabalho, passível de exploração, não apenas como mulher (enquanto gênero) mas também como negra e escravizada - contrário a situação das mulheres brancas que reivindicavam, além de outras coisas, poder trabalhar fora de casa, já que eram consideradas “maternais” e do “lar” (DAVIS, 2016).

O padrão preestabelecido no período escravocrata perdura até hoje: corpos negros femininos carregam em si o brasão laboral (dos subempregos e até mesmo, ainda, condições análogas ao trabalho escravo) bem como a imposição da imagem de libertinagem e promiscuidade – que mesmo nos dias atuais pairam longe do conceito de beleza, uma vez que o ideal de beleza construído socialmente tem o fenótipo europeu como base principal. Para Miranda (2004), quando se fala em “estética negra”, refere-se ao “conjunto de atributos físicos e culturais próprios da população negra, principalmente àqueles relacionados aos cuidados e formas de apresentação dos cabelos e o corpo” (MIRANDA, 2004, p.21), no entanto, sabe-se que a estética negra apenas tem ganhado espaço recentemente, sendo respeitada e genuinamente admirada, ainda em pouquíssimos espaços. Nesse aspecto é possível visualizar que o capitalismo tem seu papel no apoderamento de lutas sociais, desfigurando-as para nichos de consumo: exemplo muito comum disso é a inserção de tons de pele retintos à paleta de cores de maquiagens em algumas marcas - não ocorre por conta

da valorização da diversidade, mas (talvez aliada a ela) ocorre a modificação e inserção para englobar uma parcela da população marginalizada que não consome; tal aspecto corrobora apenas para a banalização das lutas reivindicadas.

Todo o enredo apresentado até agora são os cenários, os planos de fundo para se falar a respeito da solidão da mulher negra. Sua existência, tal qual já pontuada anteriormente, se dá a partir do seu corpo, que também é político e carrega em si os estigmas sociais derivados do racismo. Como não impactaria seus afetos uma vez que impacta suas identidades? A teórica feminista, ativista e professora Bell Hooks(1995) conceitua que:

> [...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas 'só corpo, sem mente'. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as 'mulheres desregradas' deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469)

Entende-se que na sociedade contemporânea ainda é alimentado um "mercado do afeto" onde o corpo negro é rejeitado em detrimentos de corpos brancos. E embora ao pensar na "solidão da mulher negra" remonte automaticamente ao casamento, namoro, união estável ou qualquer outra estrutura de relação amorosa – os campos solitários do afeto compreendem desde as primeiras socializações: da família aos amigos. Historicamente, o afeto anda lado a lado às dores causadas pela exploração do corpo e da psiquê: a configuração das famílias negras era constantemente fragilizada à medida que os filhos eram tirados logo cedo do convívio da mãe para trabalhar (principalmente se esta era ama de leite) e do pai e, também, com a violação sexual dos corpos tidos como femininos, entre outras inúmeras atrocidades. É importante lembrar que as dores vivenciadas não anulavam o afeto, apenas o caracterizavam de modo a facilitar a sobrevivência. Ser negro era e ainda é sinônimo de luta e resistência, o que "rouba", por vezes, a permissão da existência daquilo que é subjetivo quando este é associado à fragilidade, assim as emoções também tem caráter político (COSTA, 2018, p.5-6). Quando se reconfiguram as estruturas sociais do trabalho, no enredo capitalista, as mulheres negras tem a manutenção do seu trabalho de forma que as demandas são outras, mas a exploração, a falta de tempo para si e a selvageria do cotidiano tem por característica a tentativa de anulação do sentir: não há tempo e também não é seguro. Se relacionar não somente no âmbito amoroso, torna-se uma atividade desgastante, permeada de desencontros, de preconceitos e exclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora muito tenha se passado desde o Brasil colônia a manutenção do poder se dá de forma que as estruturas continuem as mesmas. Uma pesquisa realizada pelo IBGE,

em Dados do Censo de 2010 revelou que as mulheres negras, cerca de 7% da população são as que menos casam e a porcentagem de casamento entre parceiros de mesma cor ou raça é radicalmente maior entre brancos, pardos e povos originários o que denuncia o preterimento, principalmente, da mulher negra de pele retinta (EBC, 2019), já que no Brasil, de acordo com a estrutura que se estabelece o racismo, quanto mais escura é o tom da pele muito mais acentuado é o preconceito. Tal dado levantado pelo IBGE é apenas mais um dado reforçador da hipótese aqui levantada: é importante ressaltar que antes de qualquer teoria, antes de qualquer estatística apresentada – quando sobre a pessoa negra, não é apenas um dado científico, é a teoria de encontro com a vivência e a subjetividade de todo um povo que tem sua individualidade constantemente atacada em tentativas lascivas de apagamento.

Hooks (2010) muito bem define a importância do afeto:

> Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura. (Hooks, 2010, p.12)

Hoje, mais do que nunca se faz necessário pensar no afeto e desmistificá-lo, como ponto fundamental, essencial para se viver em potência de si. Repensar a vivência da mulher negra restituindo àquilo que por vezes lhe foi e é tirado é romper com a desumanização do indivíduo negro, fortalecendo afetos positivos e relações saudáveis, para potencializar o ser no mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Clara Gomes. **Emoções sociais: o corpo negro feminino como "condicionante emocional".** In: **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**, 2018, Uberlândia. Resumos. Uberlândia: X Copene, 2018, p. 81-97.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE FILHO, João. **Correntes da felicidade: emoções, gênero e poder**. Matrizes. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 61-81, jan./abr. 2017.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, 1995.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIRANDA, Maria Aparecida. **A beleza negra na subjetividade das meninas "um caminho para as mariazinhas": considerações psicanalíticas**. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTO VIANA, Elizabeth do Espírito. **Lélia Gonzalez e outras mulheres: pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 1, n. 1, p. 52-63, 2010.

CAPÍTULO 20

APONTAMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A DIMENSÃO DISCURSIVA DA SEXUALIZAÇÃO DOS CORPOS

ISADORA LUIZA FRANCISCA ALVES FLORES
UNIOESTE

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
UFSM

RESUMO: O presente trabalho propõe arguir sobre o caráter também discursivo da construção dos corpos por meio de uma revisão bibliográfica que problematiza a diferença sexual como um simples dado da materialidade humana. Nesse sentido, objetivamos dispor de um esforço de teórico em prol da análise do funcionamento da hegemonia heterossexual (BUTLER, 1995) na construção dos corpos sexuados, e como tal, visualizar o papel dessa hegemonia na circunscrição sucessiva e violenta pela qual a inteligibilidade cultural dos sujeitos é também discursivamente forjada. Para consecução de tais objetivos, empreendeu-se um levantamento teórico-conceitual de pressupostos oriundos dos estudos de gênero da filósofa norte-americana Judith Butler (1995, 2003), de algumas teorizações sobre o discurso do filósofo francês Michel Foucault (1996, 2000, 2008, 2013), de alguns dos seus leitores, como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e também da produção do historiador cultural dos corpos, Thomas Laqueur (2001). Pautados por tais autores, visualizamos o advento discursivo do corpo moderno, privado, estável e, logo, irredutivelmente macho ou fêmea, sobre o qual baseiam-se às modernas concepções de diferença sexual, como um produto de momentos históricos, políticos e culturais, específicos. Não somente, tal como nos aporta Butler (1995), o processo de assunção dos sexos oriundos desse modelo moderno de dismorfismo sexual humano estaria diretamente ligado tanto à formação dos sujeitos culturalmente inteligíveis, bem como, a abjeção e exclusão dos corpos daqueles tidos como mal formados, abjetos e desviantes. Resultante de tal discussão, reforçamos, portanto, a possibilidade da desconstrução dos sexos como categorias naturais e binárias como uma perspectiva analítica pertinente para localizar e caracterizar histórica, cultural e socialmente, tanto interpretações biomédicas das carnes humanas, assim como os processos de legitimação e exclusão de determinados modos de ser.

PALAVRA-CHAVE: Discurso; Corpos; Sexos; Gênero.

ABSTRACT: The following paper aims a critical discourse analysis, textually oriented, about the human sexual dimorphism through a bibliographical review of works that deny sexual difference as simply a function of material differences of the human bodies. By doing so, we aspire to reflect on the discursive demarcations of the functioning of heterosexual hegemony (BUTLER, 1995) in the creation of sexual and political matters and also to understand its role in the repeated and violent circumscription by which cultural intelligibility is forged. To achieve such goal, we will resort to some works of the American

philosopher Judith Butler (1995, 2003), of the French philosopher Michel Foucault (1996, 2000, 2008, 2013) and also of some of their readers, such as Durval Muniz de Albuquerque Júnior and Thomas Laqueur (2001). Resulting from this discussion, we aim to reenforce how from the start heterosexual hegemony operates to constrain sex by delimiting what counts as a viable sex or not. According with Butler (1995), the materiality of the body is not thinkable apart from the materialization of the regulatory norm of sex, and so, the process of sex assumption is directly linked to the formation of culturally intelligible subjects as well to the abjection of those who, on the other hand, serve as a threatening spectrum. Theorical perspective that we believe greatly contributes to the studies of the biomedical interpretations of human flesh, as well as their cultural and social conditionings. In other words, if "sex" is an ideal construct which is forcibly materialized through time, it's is necessary to historicize the previous medical canons that supported it.

KEYWORDS: Discourse; Bodies, Sex; Gender.

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio propõe evidenciar o caráter também discursivo dos processos de sexualização dos corpos. Trata-se de um breve empreendimento teórico, no qual ambicionamos apontar uma possibilidade de leitura da formação dos sujeitos modernos costurada por postulados dos filósofos Michel Foucault, Judith Butler, de alguns dos seus leitores, como Durval Muniz de Albuquerque Júnior, e também da produção de Thomas Laqueur a respeito dos modelos de conhecimento dos corpos humanos ao longo da história.

O discorrido aqui disposto, se relaciona diretamente à pesquisa de doutoramento "Desnudando as Carnes – Representações do Corpo nas Páginas d' *O Rio Nu* (1889-1916)"[1]. No citado projeto, propõe-se o estudo historiográfico das representações dos organismos humanos veiculadas nas páginas do maior expoente carioca da imprensa de gênero alegre: *O Rio Nu.* Estudo esse, a partir do qual pretende-se também a análise da relação entre as produções de subjetividades identitárias e os processos pelos quais formas legítimas e ilegítimas de exercício da sexualidade foram discursivamente operacionalizadas na alvorada do século XX. Operações essas, que tal qual já nos aporta uma profícua historiografia voltada a esse recorte, estiveram então também pautadas por teorias biomédicas que concebiam os destinos psicológicos-morais dos indivíduos também condicionados pelas especificidades da composição de seus tidos sexos biológicos (CHALHOUB, 2004, ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989; MARTINS, 2004).

1 Pesquisa desenvolvida por Ms. Isadora Luiza Francisca Alves Flores, sob orientação da prof. Dra. Yonissa Marmitt Wadi na linha de pesquisa Cultura e Identidades do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

2. UMA REFLEXÃO DO CARÁTER DISCURSIVO DA CONSTRUÇÃO DOS CORPOS

Pontuemos, nesse sentido, algumas das provocações de Foucault a respeito discurso, para apenas então, desafiarmos os naturalizados enunciados pelos quais muito provavelmente nós mesmos, concebemos a nossa própria constituição corpórea, mais especificamente os nossos sexos. Afinal o que pode haver de mais verdadeiro do que aquilo que é tomado como biológico, natural? Nada obstante, tal qual nos aporta o filósofo francês "A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (FOUCAULT, 2013, p.54). Observemos, que tal como bem como coloca Judith Revel (2005), para Foucault,

> O discurso, designaria de maneira geral, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinada (por exemplo, a grande separação entre razão/ desrazão) (REVEL, 2005, p.38).

Deste modo, as práticas discursivas "tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantêm" (FOUCAULT, 2000, p.241). Nesse sentido, é que a "ordem do discurso" própria de um período particular teria uma função "[...] normativa e reguladora, colocando e funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas" (REVEL, 2005, p.38). O discurso emerge, portanto, como uma prática social. Nas palavras de Foucault (2012), em sua aula inaugural no Collège de France em 2 de dezembro de 1970,

> Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Na ocasião da conferência, Foucault (2012) postula que para além de um mero encadeamento lógico de signos que pura e simplesmente representam linguisticamente o real e verdadeiro, o discurso é produzido a partir de procedimentos "externos" e "internos" de controle, seleção, organização. A crítica foucaultiana à ordem do discurso refere-se, portanto, justamente aos procedimentos que visam o controle de quais discursos são produzidos, por quem são produzidos, e de como se distribuem. Desmobiliza-se, portanto, a noção de irrevocável simetria entre o que o discurso clama representar e os possíveis objetos que efetivamente possam existir.

Desmobilização essa, muito cara a presente problematização da concepção da diferença sexual enraizada na natureza, e como tal, no campo do inquestionável. No presente ensaio, buscamos evidenciar os efeitos dos discursos na sexualização, e como tal, a formação dos sujeitos. Assim sendo, tal como Foucault, pretendemos

> [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2008, p.55).

Dentre aquilo que os discursos fazem para além de designar as coisas, podemos localizar seus efeitos tanto nos corpos dos sujeitos modernos, assim como no que tange a formação das identidades. Nesse sentido, os corpos enquanto instâncias privilegiadas de ação de micropoderes disciplinares, demonstram-se elementos capitais para se pensar o processo a sujeição do homem moderno. Nada obstante, a correção e disciplinamento infligidos as carnes humanas para torná-las produtivas e dóceis, demanda também investimentos em sua identificação (ALBUQUERQUE, 2009, p.98).

Em a *História de Sexualidade: A vontade de saber*, Foucault postula a sexualidade como instância de regulação de corpos, dos modos de ser e de produção de subjetividades. Para tanto, localiza os discursos, e as práticas não-discursivas que os condicionam e por eles são condicionadas, engendrados em dispositivos. Em uma entrevista para à *International Psychoanalytical Association* (IPA) o autor explicita o conceito do dispositivo como:

> [...] Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2013, p. 364).

Observemos, nesse sentido, como o dispositivo também

> [...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2013, p. 367).

O dispositivo da sexualidade, trata-se, portanto, de uma rede heterogênea de saberes e poderes, que se apropriam dos corpos, demarcam sua materialidade e, assim, os investem de significação (DUARTE; CÉSAR, 2017, p.243). Segundo André Duarte e Maria Rita de Assis César (2017, p.243-244), com a reelaboração do conceito de sexualidade como um dispositivo disciplinar e biopolítico, Foucault demonstrou o caráter histórico da produção do sexo, tal como o seu funcionamento crucial na composição de um sistema instituído sobre a premissa de uma correlação verdadeira e indissolúvel entre sexo-corpo-desejo:

> Numa palavra, uma vez constituído o dispositivo histórico da sexualidade, o sexo (com seus misteriosos desejos, com sua fisiologia complexa, com suas aberrações assustadoras) se tornou uma instância privilegiada de determinação da verdade mais íntima dos sujeitos e de sua classificação enquanto pertencentes à classe das anomalias ou da normalidade, separando-se os indivíduos e as populações entre

> os que constituem perigos a serem socialmente disciplinados, vigiados, castigados e os que fornecem o parâmetro para as boas sociabilizações (DUARTE; CESAR, 2017, p.244).

Em um artigo recente, Durval Muniz de Albuquerque Junior, referindo-se as apropriações da materialidade humana por processos de significação e disciplinamento, estipulou que as carnes humanas por si só não constituírem um corpo, sendo

> Um corpo feito de carnes, mas também feito de adestramentos, de disciplinas, da encarnação de gestos rotineiros, da encarnação de reações e ações, da encarnação de ritmos, de velocidades, de deslocamentos, de habilidades (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p.265).

Referindo-se ao processo de significação dessas carnes, de sua "incorporação" à ordem social, Albuquerque Junior também refere as categorizações que são utilizadas para distinguir aquelas que trazem em si pênis e as que trazem vagina (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2019, p.262). Contrariando as concepções que tomam o sexo enquanto uma característica biológica manifesta pela genitália e um conjunto de atributos físicos oriundos de determinada combinação cromossômica, Albuquerque Júnior (2019) assume o sexo enquanto uma categorização também sociocultural. Para o autor, não nasceríamos dotados de sexos, mas sim de órgãos que servem para nossa sexualização. Assim sendo, as "[...] categorias sexuais, as categorias que sexualizam, que dotam os corpos de um sexo, são categorias da cultura" (ALBUQUERQUE JÚNIOR 2019, p.262).

O enquadramento dos sexos enquanto demarcadores dicotômicos dos corpos, pode ser localizado em relação a uma rede de saberes que historicamente estabeleceu, também discursivamente, os órgãos reprodutivos como pontos paradigmáticos do fundamento de uma diferença incomensurável entre homens e mulheres. Nesse sentido, tal como nos aporta, Thomas Laqueur em *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud:*

> O sexo, como o ser humano, é contextual. As tentativas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas a erro como a busca do philosophe por uma criança verdadeiramente selvagem ou os esforços do antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial. E acrescentaria ainda que o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais. Ele também, como os sexos opostos: entra e sai de foco (LAQUEUR, 2001, p.27).

Segundo Laqueur (2001), contrapondo o antigo modelo de conhecimento sobre o corpo humano baseado da homologia sexual, a concepção de dois sexos biológicos com diferenças físicas irredutíveis, emergiu em finais do século XVIII (LAQUEUR, 2001, p.149-245). Até então, as carnes de homens e mulheres não eram consideradas radical e invariavelmente divergentes:

> Há inúmeros relatos de homens que amamentavam, e imagens do menino Jesus com seios. As meninas podiam tornar-se meninos, e os homens que se associavam intensamente com mulheres podiam perder a rigidez e definição de seus corpos

> perfeitos, e regredir para a efeminação. Em suma, a cultura difundiu-se e mudou o corpo que para a sensibilidade moderna parece tão fechado e autárquico e fora do reinado do significado (LAQUEUR, 2001, p.19).

Tal qual nos aporta Laqueur (2001, p.16) Galeno, no século II d.C, desenvolveu um dos mais influentes e detalhados modelos da estrutura dos órgãos reprodutivos do homem e da mulher, a partir do qual postulou que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais falta de calor vital – de perfeição – o que, por sua vez, resultaria na retenção interna das partes no homem são visíveis na parte externa. Séculos depois, Nemesius, bispo de Emesa, faria semelhante afirmação sobre a genitália, sendo que “a delas fica dentro do corpo e não fora” (LAQUEUR, 2001, p.16).

Referindo-se ao período no qual o modelo do sexo único foi proeminente, o autor postula que então, os corpos não eram considerados invariavelmente distintos. Ser homem ou mulher estava relacionado à um status social, a assunção de um papel cultural e não uma pertença orgânica à um sexo:

> [...] Eu gostaria de propor, em vez disso, que nesses textos pré-Iluminismo, e mesmo em alguns textos posteriores, o sexo, ou o corpo, deve ser compreendido como o epifenômeno enquanto que o gênero, que nós consideraríamos - uma categoria cultural - era primária ou “real”. O gênero - homem e mulher - era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional - embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. Pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um “modelo de sexo único” explicitamente ligados em um círculo de significados; escapar daí para um suposto substrato biológico - a estratégia do Iluminismo - era impossível. Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada no conceito do gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou o outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica (LAQUEUR, 1990, p.8).

Teria sido a partir do século XVIII, que:

> Os órgãos que tinham nomes associados - ovários e testículos - passaram a ser distinguidos em termos linguísticos. Os que não tinham nome específico - como a vagina - passaram a ter. As estruturas que eram consideradas comuns ao homem e à mulher -o esqueleto e o sistema nervoso - foram diferenciadas de modo que correspondessem ao homem e à mulher culturais (LAQUEUR, 1990, p.189).

Observemos que Thomas Laqueur (1990, p.21) não propõe a análise do percurso de transformações dos modelos de conhecimento dos corpos visando contrapor-se as especificidades que a histologia contemporânea verificou na composição dos tecidos desses órgãos. Nada obstante, o autor tem como objetivo, apontar como, ao longo da história, a diferença e a igualdade mais ou menos recônditas entre os organismos de homens e mulheres estiveram por toda parte; mas quais delas importam e com que finalidade, foi determinado muitas vezes fora dos limites da investigação empírica. Laqueur demonstra, portanto, como historicamente, os discursos dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si reivindicações sobre o gênero. Nesse sentido,

> Quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro do discurso social, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. O corpo reprodutivo da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível, na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgãos reprodutivos, passou a ter um novo significado de grande importância. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (LAQUEUR, 2021, p.189-190).

Embasada pelas percepções de Laqueur (2001), Ana Paula Vosne Martins (2004) em seu livro *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*, sustenta que a partir do século XVIII, ao teorizarem a singularidade dos corpos demarcados por sua pertença ao tido sexo frágil, cientistas teriam contribuído para a legitimação e justificação de desigualdades na vida pública e privada (MARTINS, 2004, p.31). Nas palavras da autora:

> Para onde olhavam, os homens da ciência do século XVIII só viam um avolumar-se de diferenças, fosse entre os minerais, fosse entre as plantas e os animais, fosse entre os seres humanos. Entre estes, a nova ciência biológica do sexo mostrava como homens e mulheres eram diferentes e como as diferenças físicas e até mesmo químicas eram determinantes na vida social de ambos. Fortalecia-se a convicção de que à forma correspondia a função, só que este princípio anatomofisiológico, ao ser ressignificado socialmente, estabelecia uma relação indelével entre o corpo e os papéis sociais. No entanto, as diferenças humanas não se restringiam ao sexo. Na mesma época, os naturalistas davam os primeiros passos para explicar as diferenças raciais, constituía-se um outro conjunto de discursos científicos voltados para a questão da variação humana (MARTINS, 2004, p.32).

Nesse contexto, médicos e cientistas teriam mantido "suas buscas a respeito das diferenças sexuais, especialmente a respeito das diferenças do corpo feminino" (MARTINS, 2004, p.36). E não somente,

> Sexo e raça passaram a ser categorias biológicas cada vez mais inter-relacionadas no discurso científico do final do século XVIII em diante, numa nítida resposta da comunidade científica às pressões sociopolíticas colocadas pela questão das desigualdades de gênero e pelo colonialismo. Conforme Pierucci (1999), o final do século XVIII foi pródigo na produção das diferenças, especialmente por parte do discurso de intelectuais conservadores. Procede-se, portanto, inventariando as diferenças para, posteriormente, nos embates políticos, rejeitá-las no interior de formulações discursivas sexistas e racistas (MARTINS, 2004, p.33).

Estes saberes, uma vez acumulados e constantemente renovados ao longo de todo o século XIX, não ficariam restritos aos bancos das faculdades de medicina, ou mesmo às páginas de publicações especializadas. Segundo Martins (2004, p.34), nesse período, a escrita a respeito da diferença feminina foi um exemplo notável da apropriação de conceitos biomédicos por produções voltadas ao público leigo. Assim sendo, entre cientistas sociais, filósofos e também dramaturgos e literatos ao longo do século XIX e avançando no XX (ENGEL, 2006, p.333; MARTINS, 2004, p.41), percebe-se uma reconfiguração dos discursos ambíguos sobre a natureza feminina, e agora por um viés biologizante. Natureza, por vezes redimida pela sua função reprodutora, e como tal, uma suposta atávica aptidão a maternidade, mas em outras ocasiões, condenada como um fator de risco para a ordem do social, devido a uma também natural maior susceptibilidade a transgredir "a tênue fronteira entre

a normalidade e a patologia, como tão incansavelmente os médicos vão alertar ao abordar temas como masturbação e, prostituição" (MARTINS, 2004, p.41).

Observemos como as discussões a respeito da natureza feminina, ou mesmo masculina, denotam desdobramentos daquilo que Judith Butler referia como a implantação do sexo, em sua obra *Problemas de Gênero*. Na citada obra, Butler (2003) opõe-se mesmo as teorizações da chamada segunda onda do feminismo que pautaram suas interpretações por binarismos sexo/gênero e, por conseguinte, natureza/cultura. Para a Butler (2003) a hipótese de um sistema binário de gêneros construído socialmente sobre sexos biológicos e naturais, sugeriria implicitamente a "crença numa relação mimética entre o gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito" (BUTLER,2003, p.24). À vista disso, a filósofa norte-americana assume o gênero como uma performance reiterada dinamicamente, uma regulação não natural, embora naturalizada. De maneira que:

> O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica): tem que designar também o aparato de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para cultura como o sexo para natureza; ele também é o meio discursivo cultural pela qual a "natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p.25)

Para Butler (2003, p.25-26) alocar as diferenças sexuais num domínio pré-discursivo e biológico seria uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Por sua vez, tal estrutura sustentaria a produção de corpos a partir de uma série de dispositivos de regulação da matriz heterossexual compulsória (BUTLER, 2003, p.26). Afinal, a presunção de uma oposição binária e biológica dos sexos acaba por implicar na complementariedade natural entre homens e mulheres. Perspectiva que a filósofa norte-americana também sustentaria em sua obra subsequente, *Corpos que Importam: Sobre os limites materiais e discursivos do "sexo".*

No livro, Butler (1995) dá continuidade no seu empreendimento em romper com as conceitualizações do gênero como uma construção social e cultural sobre um sexo preexistente, material e irrefutável. Ambicionando vincular a questão da materialização do corpo à performatividade do gênero, Butler (1995, p.15) estipula o sexo como um constructo ideal forçosamente materializado ao longo do tempo, que se impõe e realiza por meio de práticas altamente reguladas. Isto posto, observemos que a autora propõe a performatividade não como um singular «um ato deliberado», mas como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia (BUTLER, 1995 p.29).

Segundo tal perspectiva, o sujeito, "o corpo que importa" é produzido, nos termos da autora "materializado", em virtude justamente da "assunção" de um sexo heteronormativo. Em outras palavras, há uma relação direta e estreita entre o processo de assunção de um sexo, a questão a identificação, e os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual permite algumas identificações e excluí outras, tornando-as abjetas, não-sujeitos de direito e inteligibilidade sociocultural. Segundo a filósofa norte-americana, "A formação de

um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do sexo" (BUTLER, 1995, p.17) ocorre, portanto, mediante repúdio do domínio de abjeção, das zonas "inabitáveis" da vida social, cuja existências são necessárias, justamente por circunscrever e delimitar as fronteiras do domínio do sujeito.

Assim sendo, a matriz excludente pela qual os indivíduos são formados acarreta, necessariamente, na produção simultânea de um domínio de "abjetos", daqueles que ainda não são "sujeitos", mas que servem como "espectros ameaçadores" (BUTLER, 1995, p.19). O caráter regulatório do sexo evidencia-se, de tal modo, por seu poder produtivo, no sentido de produzir - demarcar, circular, diferenciar - os corpos. Não obstante, segundo também nos aporta Butler (1995, p.19), a mobilização das categorias de sexo no discurso político é assombrada por instabilidades próprias daquilo que produzem e excluem. Isto é, uma vez que o processo de materialização do sexo implica, fundamentalmente, em operações excludentes, nos termos da autora em forclusões (rechaços e exclusões), tais dinâmicas também acarretam a mobilização de grupos em função justamente de suas desidentificações (BUTLER, 1995, p.19-20).

Desidentificações coletivas cuja organização política podem desencadear possibilidades de "reconceitualização" de quais corpos importam, e quais corpos ainda estão por emergir como matéria crítica de interesse (BUTLER, 1995, p.19). Referindo-se aos regimes operativos na produção dos contornos e limites corporais de inteligibilidade, Butler (1995, p.42) postula ainda que tais regimes não podem ser resumidos apenas à heterossexualidade normativa. A filósofa rejeita ainda os modelos de poder que reduzem as diferenças raciais como efeitos derivados da diferença sexual. Segundo Butler (1995) é crucial resistir a perspectivas que estabelecem o racismo, a homofobia e a misoginia como relações paralelas ou análogas:

> A afirmação da equivalência abstrata e estrutural ignora as histórias específicas de sua construção e elaboração, além de atrasar o importante trabalho de pensar as maneiras em que esses vetores de poder se exigem e se implantam reciprocamente para alcançar sua própria articulação (BUTLER, 1995, p.43).

Nesse sentido, em *Corpos Que Importam*, Butler (1995) não somente postula a materialização dos contornos e movimentos corporais como um processo que deve ser repensado como efeitos do poder, mas reafirma a importância em contextualizar as maneiras pelas quais diferentes vetores desse poder, tais como o racismo, a homofobia e a misoginia, se exigem e se implantam reciprocamente e discursivamente em articulações próprias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta breve revisão bibliográfica, buscamos antes de tudo, indicar uma possibilidade de apreensão das dimensões discursivas dos sexos. Brevíssimo percurso,

no qual recorremos, primeiramente, à Foucault. A partir dos postulados do filósofo francês, percebemos os discursos como práticas sociais condicionadas e mantidas por um conjunto de técnicas, pedagogias, instituições e também por tipos de transmissão e de difusão. Pudemos, neste sentido, propor os efeitos de verdade convencionados aos discursos que referem os sexos como características naturais e biológicas, como desdobramentos de processos históricos pelos quais micropoderes disciplinares se inscreveram nos corpos e investiram em suas identificações.

Voltando-se às especificidades desses processos históricos no Ocidente, Thomas Laqueur, indicou como o advento discursivo do corpo moderno, privado, estável e sobre o qual baseia-se às modernas concepções de diferença sexual, foi produto de momentos específicos, históricos e culturais. Em face dessa construção argumentativa, também recorremos a obras de Butler em seus empreendimentos teóricos pela ruptura da noção dos sexos enquanto características preexistentes e irrefutáveis. Subsidiados pela autora, percebemos como os processos de assunção dos sexos estão diretamente ligados à formação de sujeitos culturalmente inteligíveis, e também à formação daqueles que, em contrapartida, servem de espectro ameaçador.

A problematização dos sexos enquanto características naturais e irrefutáveis dos corpos, demonstra-se, portanto, uma instrumentalização analítica profícua para que possamos caracterizar historicamente, tanto interpretações biomédicas das carnes, assim como os processos de legitimação e exclusão de determinados modos de ser. De forma que, a desarticulação do modelo dos dois sexos de um continuum linear e progressivo cujas etapas correspondem sempre à avanços científicos que culminaram no desvelamento total da materialidade humana, corrobora-nos os esforços pela historicização dos condicionamentos econômicos, políticos e socioculturais que formaram os cânones das intepretações dos corpos humanos. Interpretações essas, a partir das quais em cada conjuntura também foram estipulados os corpos anormais, mal formados, abjetos e desviantes

4. REFERENCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Bela ou a Fera: os corpos entre a identidade da anomalia e a anomalia da identidade. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, R. **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 95-134.

_____. (Mais)culinos: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. In: **Outros Tempos,** v. 17, n. 29, 2020, p. 260-281. In: file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/776-2762-1-PB.pdf. Acessado em 01 de janeiro de 2021.

DUARTE, A.; CÉSAR, M. R. de A. Crítica e coalizão: repensar a resistência com Foucault e Butler. In: **Revista de Filosofia Aurora**, [S.l.], v. 31, n. 52, maio 2019. ISSN 1980-5934. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/24770>. Acesso em: 06 fev. 2021. doi: http://dx.doi.org/10.7213/1980.5934.31.052.DS02.

BUTLER, J. **Corpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do "sexo**". N-1 Edições. p. 15-53. Disponível em: https://www.academia.edu/42900612/Corpos_Que_Importam_Bodies_That_Matter_Judith_Butler_em_portugu%C3%AAs_pdf_at%C3%A9. Acessado em 01 de janeiro de 2021.

_____. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ENGEL, M. G. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, M. de A. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A arqueologia do saber**. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. 26ed. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **A Ordem do Discurso.** 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LAQUEUR, T. **Inventando O Sexo: Corpo E Gênero Dos Gregos A Freud**. Rio de Janeiro: Relume Te Dumará, 2001.

MARTINS, A. V. **Visões do feminino**: **a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

REVEL, J. **Foucault: Conceitos Essenciais.** São Carlos: Claraluz, 2005.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

CAPÍTULO 21

ARTES E ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE ENSINO: O ENSINO DE CIÊNCIAS E AS NOVAS PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS

ANA MARIA HADDAD BERNARDINO DE AMORIM
Universidade Federal de Viçosa

VALTER MACHADO DA FONSECA
Universidade Federal de Viçosa

INÁCIO ALVES DE AMORIM JÚNIOR
Escola Aristeu Aguiar, Alegre, ES

RESUMO: Este trabalho baseou-se num processo de participação e construção coletiva a partir de dois minicursos de extensão elaborados e ministrados pelo Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca e pela profa. Ms. Carmen Lucia Ferreira da Silva. Destes encontros culminou não só na elaboração deste trabalho, mas de um grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços (NUPEADE), ligado ao departamento de Educação da UFV. A presente proposta deu-se a partir do desenvolvimento de atividades teóricas e práticas configurando numa "*práxis*" pedagógica de cunho artística marcada pela proposição pedagógica elaborada com base na técnica de animação "Stop Motion" (quadro a quadro) com a modelagem e animação baseadas em temáticas referentes ao conhecimento científico apreendido em centros de ciências e museus da UFV. Esta proposta priorizou ambientes não formais de ensino como locais privilegiados de significação e práxis pedagógica. Centros de ciências e museus são, por excelência, ambientes privilegiados de (re) construção e significação de saberes, já que se trata de verdadeiros laboratórios "vivos", aonde o educando é envolvido numa esfera de diversos saberes e novas proposições em seu caráter epistemológico. Além disso, buscou-se aliar o conhecimento científico produzido no âmbito da UFV ao longo de toda trajetória acadêmica dos participantes envolvidos neste projeto problematizando tais saberes em espaços não formais de aprendizagem. A EMEF Pedro Gomide Filho, em Viçosa (MG), através do seu corpo docente e discente, foi parceira e participante ativa no referido projeto. Destacamos como objetivos deste trabalho a construção de novas metodologias educativas a partir do alinhamento dos conteúdos formais às práticas educativas propostas (oficinas). Enfatizamos ainda a objetivação deste trabalho a partir das artes como forma de potencialização do conhecimento científico no tocante à propiciar o aporte cognitivo de quem participa de tal dinâmica educativa. Nesse sentido, o aporte artístico utilizado foi elaborado com material de modelagem cuidadosamente preparado para o desenvolvimento de uma animação que, por sua vez, resultou numa proposição metodológica para a *práxis* educativa.

Palavras-chave: Espaço não formal. Museus. Ensino de Ciências. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: This work was based on a process of participation and collective construction from two extension mini-courses elaborated and taught by Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca and by prof. Ms. Carmen Lucia

Ferreira da Silva. These meetings culminated not only in the elaboration of this work, but of a research group entitled Education and Arts in Different Spaces Research Nucleus (NUPEADE), linked to the Department of Education at UFV. The present proposal was based on the development of theoretical and practical activities configuring an artistic pedagogical "*praxis*" marked by the pedagogical proposition based on the "Stop Motion" animation technique (frame by frame) with modeling and animation based on themes related to scientific knowledge learned in science centers and museums of the UFV. This proposal prioritized non-formal teaching environments as privileged places of meaning and pedagogical praxis. Science centers and museums are, par excellence, privileged environments for (re)construction and meaning of knowledge, since they are true "living" laboratories, where the student is involved in a sphere of diverse knowledge and new propositions in its epistemological character . In addition, we sought to combine the scientific knowledge produced within the UFV throughout the entire academic trajectory of the participants involved in this project, questioning such knowledge in non-formal learning spaces. EMEF Pedro Gomide Filho, in Viçosa (MG), through its faculty and students, was an active partner and participant in the aforementioned project. We highlight as objectives of this work the construction of new educational methodologies from the alignment of formal content to proposed educational practices (workshops). We also emphasize the objectification of this work from the arts as a way of enhancing scientific knowledge in terms of providing the cognitive input of those who participate in such educational dynamics. In this sense, the artistic contribution used was elaborated with modeling material carefully prepared for the development of an animation that, in turn, resulted in a methodological proposition for educational *praxis*.

Keywords: Non-formal space. Museums. Science teaching. Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa surgiu da criação do grupo de pesquisa NUPEADE (Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços) durante dois minicursos elaborados e desenvolvidos pelo Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca e pela profa. Ms. Carmen Lucia Ferreira da Silva. O início do grupo, a partir de um trabalho de extensão, percebeu-se a necessidade de fomentar pesquisas educacionais que propiciasse novas práticas pedagógicas com intencionalidade e real significação. O componente artístico foi um aporte importante para fomentar tais práticas, bem como a compreensão teórica e prática dos espaços não formais de aprendizagem como ambientes de verdadeira criação de sentido e problematização para o processo educacional.

Durante os minicursos éramos constantemente motivados a fazermos conexões com nossa formação inicial e os ambientes não formais de aprendizagens utilizados durante o curso. A partir da evocação dos saberes iniciais dos participantes, das discussões acerca do conhecimento científico organizado em diversas temáticas, da visitação às escolas públicas, das proposições em espaços não formais de aprendizagem (centros de ciência e museus da UFV), evidenciou-se a necessidade de estender tais problematizações construídas durantes esses encontros em um trabalho artístico e pedagógico de cunho metodológico a ser desenvolvido no âmbito da escola pública na cidade de Viçosa, MG.

Com isso, apropriamo-nos de conhecimentos sobre a produção de cinema de animação para alavancarmos essa proposta didático-pedagógica com significado para o real aprendizado do educando. Algumas oficinas temáticas foram então desenvolvidas objetivando a apropriação das técnicas de animação em vídeo utilizando material de modelagem com temáticas científicas. Selecionamos dentre as escolas públicas pertencentes à rede municipal e estadual de ensino, a EMEF Pedro Gomide Filho, localizada no bairro Santa Clara, em Viçosa, MG.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O contexto educacional brasileiro, no que tange à educação básica, é carregado de disparidades regionais e locais. Principalmente na educação pública, evidencia-se uma triste realidade de baixo aprendizado com defasagens estruturais, pedagógicas e sociocognitivas. Ainda assim, espera-se muito do setor educacional, principalmente por parte dos profissionais da educação que, não só através dos métodos de ensino, mas também por intermédio das pesquisas desenvolvidas nas diferentes áreas que compõem toda estrutura educacional e que possam, de alguma maneira, contribuir para a educação como um todo.

O ensino de ciências, por sua vez, constitui uma importante e primordial tendência educacional uma vez que privilegia os sujeitos envolvidos no âmbito educacional. Compreendemos que o ensino de ciências aborda muito mais o processo do que o produto educacional; expõe a importância de se estudar a história das ciências e do conhecimento científico; desmistifica a ideia do “gênio” como ser humano dotado geneticamente de estrutura cognitiva superior. Com isso, o ensino de ciências promove uma popularização do conhecimento científico, no sentido de proporcionar a todos a oportunidade de fazer ciência e, consequentemente, tornar-se um cientista no sentido mais amplo do termo.

No artigo “Divulgação científica e cultura científica: conceito e aplicabilidade”, Lordêlo (2012) aborda o conceito de cultura e cultura científica discutindo sua relevância e contribuição social no Brasil e no mundo. A autora defende o papel parcial da ciência enquanto produção humana no processo de civilização social. Para a construção social, a educação e promoção de cultura científica são muito importantes não apenas dentro das escolas, mas na interação “extramuros” com a divulgação científica.

Como elementos chave da divulgação científica mais abrangente e democrática, a autora destaca a linguagem clara e acessível da ciência, comunicação ponderada, bem como a instituição da confiança entre os agentes envolvidos nesse processo dialógico de aprendizagem.

Reforçamos a necessidade de problematizar a ampliação e propagação da práxis científica com base nas ideias de Cachapuz (2011). Este nos traz a importância da ambientação científica para possibilitar o surgimento de novos problemas. Os problemas devem,

de preferencia ser colocados pelos alunos, ou por eles assumidos. Precisamos estimular nos alunos um clima de verdadeiro desafio intelectual, um ambiente de aprendizagem de que as nossas aulas de ciências são hoje tão carentes". (CACHAPUZ, 2011).

Percebemos com isso a necessidade e ampliação de debate para a promoção de uma cultura científica tanto nos centros de ensino, como nos espaços de aprendizado escolar, bem como em espaços não formais de educação.

Para investigar as relações entre o pensamento e sua verbalização, analisamos a obra de Vygotsky, *Pensamento e Linguagem***,** onde o autor estabeleceu alguns métodos de análise nas relações entre ambos. Nesta obra, Vygotsky percebeu que o estímulo para o desenvolvimento do pensamento era proveniente do nível de interação que o sujeito (enquanto criança) fazia com o meio externo. Mas, para que essa interação tivesse uma significação na vida da criança, seria preciso uma intencionalidade por parte de quem mediava essa ação, no caso o adulto. Ações de interatividade de cunho científico, para Vygotsky, além de intencionais, surtiam um efeito muito positivo, uma vez que estimulavam a verbalização do pensamento (linguagem) com uma significação eficiente para o desenvolvimento dessa criança.

As ideias interacionistas de Vygotsky na compreensão de que a mediação entre os seres humanos, e destes com o meio que os cerca, varia durante a trajetória de vida vão ao encontro desta proposta de pesquisa. A linguagem verbal, e neste caso a linguagem científica é uma construção das relações estabelecidas pelos seres humanos em sua mediação com o mundo que o cerca. Tal mediação específica é a resultante de uma reflexão provocada, direcionada e incentivada por outros seres humanos. O estímulo mediante a problematização de temáticas que envolvam o ambiente natural ou já humanizado é composto de significações anteriormente estabelecidas por outros seres humanos.

A ressignificação enquanto aporte científico constitui um método valioso de proposição pedagógica enquanto instrumento de intervenção na realidade já posta e estabelecida para nós. O questionamento a partir da ciência (em seu sentido mais amplo do termo) geraria um novo ciclo de ideias, ponderações e diálogos proporcionando assim uma ciência numa nova configuração bem mais democrática e dialógica.

Segundo tal pensamento, o ensino de ciências surge como uma possibilidade de minimizar esse impacto social através da popularização do conhecimento e da investigação científica. Não somente o trato com temas de relevância científica gerariam esse efeito, mas, sobretudo, a revelação de que o fruto da investigação científica provém (sem exceção) do resultado de uma construção processual carregada de erros e acertos.

Portanto, temos no ensino de ciências uma possibilidade de elevarmos a cultura científica a um patamar democrático e popular, permitindo assim qualquer ser humano dotado de suas faculdades mentais em participar de modo coletivo e democrático na construção do conhecimento científico.

O conhecimento científico ao colaborar para o desenvolvimento humano, dando um sentido próprio às palavras, aguça a ligação entre pensamento e a fala quando a primeira é levada, por um nível de generalização de conceitos, a dar sentido à segunda. A ciência com seus sentidos e significados próprios, frutos de uma construção histórica e social, tem um papel fundamental na construção da consciência humana e na ressignificação da palavra e da leitura do mundo.

Nesse sentido, expomos como problema para reflexão científica modelos e proposições limitadas para o pensamento científico como parte apenas de algumas áreas do conhecimento. Percebemos com isso a necessidade e ampliação de debate para a promoção de uma cultura científica tanto nos centros de ensino, como nos espaços de aprendizado escolar, bem como em espaços não formais de educação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto não foi construído apenas de práticas e atividades lúdicas, mas consistiu numa proposição teórica que, por sua vez, fundamentou a prática aplicada junto aos alunos e participantes do projeto. A pesquisa bibliográfica e as diversas reuniões marcaram a fase inicial do projeto. Houve leitura de textos e artigos, além de um planejamento para organizar as atividades propostas que iríamos oferecer.

Os grupos de discussões e debates enriqueceram as leituras feitas durante o projeto já que ambientava a formação de modo teórico a todos os participantes, além da formalização do balanço de atividades e a confecção de relatórios mensais para organizar tais proposições práticas. As atividades seguiram então uma programação formativa com o intuito de oferecer aos participantes uma preparação enriquecendo o processo formativo como um todo.

A partir de agosto de 2017, com a formalização do NUPEADE (Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços), os encontros do recém-criado grupo se deram no departamento de Educação (DPE) da UFV com o objetivo de fortalecimento teórico do grupo, principalmente, quanto às potencialidades dos espaços não formais de aprendizagem. A leitura de textos e discussões relacionados ao tema foram de grande importância e aprendizado, assim como de crescimento intelectual enquanto grupo. O viés determinante na orientação dos estudos do grupo foi o olhar das práticas educacionais pelas artes. Na busca pela construção de metodologias significativas de ensino, acreditamos que as artes são de grande potencial enquanto instrumentos eficazes de aprendizagem. O currículo tradicional (de origem positivista) é marcado pela dureza e compartimentação rígida em diferentes áreas do saber, daí a importância em construir proposições metodológicas que possam promover um ensino um pouco mais integrado e com intencionalidades que visem a construção do conhecimento com sentido e real significação tanto para o educando quanto para o educador.

No início do mês de maio de 2018 o NUPEADE realizou então uma oficina inicial que marcou a preparação para o desenvolvimento dos procedimentos práticas que iriam se realizar na EMEF Pedro Gomide Filho, parceira do projeto. Essa oficina piloto teve um destaque muito importante, pois visava ofertar aos cursistas envolvidos uma orientação e formação das atividades que iriam se realizar na referida escola. O alinhamento da teoria junto à prática educativa caracterizou a essência da proposta pedagógica do projeto, resultando numa verdadeira *práxis* do trabalho coletivo.

O momento seguinte seguiu-se para o trabalho efetivo junto à escola. No final do mês de agosto de 2018, foi realizada a primeira intervenção pedagógica no "chão da sala de aula" na Escola Municipal Pedro Gomide Filho. Tal intervenção objetivava fundamentar a parte prática do projeto "Escolas e museus em movimento". Foi, portanto, uma atividade de preparação para a visita ao museu de Botânica e Zoologia da UFV. Nela os participantes do projeto tiveram a oportunidade de reconhecer a escola parceira do projeto bem como seu corpo docente e discente. Nessa etapa, os alunos assistiram uma animação sobre museus e, a partir daí, puderam se interar sobre o projeto e foram estimulados a falar qual a idéia que tinham de um museu. As mais variadas ideias e concepções surgiram dos educandos e com tal provocação a concepção quanto a um espaço não formal de aprendizado foi ganhando um pouco mais de clareza. Posteriormente, os monitores puderam intervir sobre o significado de um museu e sua importância para a construção do saber.

Já no mês seguinte (dias 11, 12 e 13 de setembro) os alunos da turma de 5º ano da referida escola (EMEF Pedro Gomide Filho) foram conduzidos ao primeiro espaço não formal de aprendizagem, o museu de Botânica e Zoologia da UFV João Moojen. Na mesma oportunidade os alunos seguiram para o Parque Interativo de Botância, ambos localizados na Vila Gianneti da UFV.

Figura 1: Representação de estrutura celular: Parque interativo de botânica da UFV

Fonte: Arquivo dos autores (2018)

Por se tratar de ambientes que naturalmente provocavam a reflexão científica, era salutar iniciar a problematização com os alunos a partir da reflexão nesses espaços não convencionais de aprendizagem. A visitação era monitorada e havia todo cuidado em não deixar os grupos soltos para que a proposta não se esvaziasse em um simples passeio. Apesar disso, a liberdade em ver os ambientes ali destacados e fazer questionamentos era uma constante durante as visitações. A todo momento os alunos eram provocados a refletir sobre a representação de cada ambiente, bem como sobre os processos formativos concernentes ao meio natural. Tratava-se, portanto, de um exercício mental bem desafiador pois envolve uma investigação sobre ambientes e elementos constituintes desses ambientes naturais que existiram antes mesmo da constatação do elemento humano em nosso planeta.

No final do mês de setembro de 2018 os participantes do projeto ligados ao NUPEADE realizaram a terceira etapa de intervenção na EMEF Pedro Gomide Filho. Essa etapa foi de grande significado para o grupo, uma vez que fortaleceu o laço com os professores da referida escola, bem como permitiu retomar os assuntos tratados nos encontros e atividades anteriores. Nesta etapa os alunos foram divididos em grupos e eram orientados pelos membros no NUPEADE a relembrar os conhecimentos trabalhados nos museus, bem como relacioná-los ao conhecimento prévio dos educandos. A partir daí os pequenos grupos realizaram uma representação artística na elaboração de cenários como forma de preparação para a animação (stop motion).

Desenhos e bonecos feitos de massa moldável sempre com referência aos componentes da nossa fauna e flora (observados e trabalhados no museu e parque interativo da UFV) marcaram a temática das oficinas de preparação à animação. Evidenciou-se, portanto, um claro componente processual do projeto, visto que os educandos perceberam os conhecimentos antes vivenciados (e não somente jogados a eles) nos espaços não formais de aprendizagem e puderam visualizar a significação e intencionalidade manifestadas no produto final elaborados por eles mesmos. Assim, o protagonismo foi de fato vivenciado e a proposição metodológico das artes ligada ao processo educativo a partir de espaços de significação pedagógica constituiu o que compreendemos como práxis pedagógica.

A técnica de animação foi tão bem recebida pelos profissionais de ensino da EMEF Pedro Gomide Filho que os integrantes do NUPEADE foram convocados para um novo retorno à escola e desenvolveram apenas com os professores uma oficina da técnica de animação “Stop Motion” (quadro a quadro). Nessa etapa foram contemplados inicialmente os precurssores da técnica de animação e o histórico do cinema no mundo. A partir daí, os primeiros materiais utilizados para confecção e elaboração da técnica de animação “quadro a quadro” foram apresentados. Seguiu-se então à apresentação da técnica de animação “Stop Motion” e suas diferentes formas de elaboração. No caso específico desta oficina, a técnica desenvolvida foi com a utilização de massa que era permitido a modelagem. Feita a montagem dos personagens e do cenário, segue-se para uma sucessão de fotos sendo depois trabalhadas em programa específico de computador para a “movimentação” dessas

imagens configurando numa real e intencional animação pelas imagens elaboradas. Ao final, os professores foram contemplados com certificados emitidos pelo NUPEADE/DPE/UFV confirmando a participação e formação continuada desses profissionais.

Figura 2: Montagem do cenário pela turma do 3º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Arquivo dos autores (2018)

Finalmente, na conclusão de todo processo, os grupos participantes buscaram socializar os resultados do projeto desenvolvido nas escolas. Como evento que pudesse expor a singularidade e significação de todo projeto, organizamos um festival de animações com os diversos grupos que elaboraram a técnica de cinema “quadro a quadro”. O evento que marcou a culminância do projeto teve em sua abertura a participação espacial de uma contadora de histórias com bonecos, mestre em linguística e membro do NUPEADE, Tânia Generoso que, com sua técnica envolvente gerou grande comoção no público participante.

Em seguida, ocorreram as apresentações de todas as animações (Stop Motion) dos alunos e professores da EMEF Pedro Gomide Filho e dos membros do NUPEADE. Como comemoração final, ocorreu uma entrega de medalhas a todos os envolvidos no projeto. Com isso, buscamos não só premiar os melhores animadores, mas agradecer a participação de todos, principalmente do professor Dr. Valter Machado Fonseca, criador do grupo de pesquisa e estimulador incansável das ações e proposições de todos os membros e parceiros do grupo de pesquisa.

Novamente, evidenciamos não só a proposição metodológica das artes a partir dos espaços não formais de aprendizagem, mas a significação dada pelo aporte processual. Este é, para o ensino de ciências trabalhado em espaços não formais de aprendizagem, muito mais significativo e carregado de sentido do que o resultado propriamente dito manifestado num produto final.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao desenvolvermos esta proposta de trabalho que perpassa tanto pelo conhecimento acadêmico quanto o contexto escolar, esperávamos a união de ambos numa real práxis pedagógica. A ideia principal era apresentar uma proposição metodológica de caráter eminentemente prática voltada para a necessidade de provocar o pensamento, a significação e a necessária problematização do conhecimento científico tendo as artes aliada aos espaços não formais de aprendizagem um aporte metodológico para o contexto educacional. Com o desenrolar das discussões nos encontros formativos, bem como das práticas de elaboração e feitura das animações, o envolvimento dos participantes (educadores) que estiveram juntos nas formações, discussões e proposições do projeto se deu de forma bem espontânea. Eram muito mais colaboradores do que simplesmente alunos ouvintes e passivos.

Em relação à prática de elaboração de ambientes para feitura das animações sempre relacionados ao conhecimento científico (Stop Motion), os alunos participantes deram "vida" aos elementos inanimados. Após essa fase, foi elaborado um festival de cinema com as animações a partir das massinhas trabalhadas. A reação do público que também foi o editor, cinegrafista, diretor e protagonista foi bem interessante. Saber que a obra é sua e você assistir o resultado de todo o seu trabalho (que não foi solitário, mas em conjunto) deu um significado que ressaltamos inicialmente: a importância e valoração no processo de construção do conhecimento científico a partir de uma metodologia previamente preparada e discutida, muito mais valiosa que o próprio produto final.

(IN) CONCLUSÕES

A educação em diferentes contextos do país, e na região trabalhada em nosso projeto (município de Viçosa, localizado na zona da mata mineira) não é diferente quanto à escassez de recursos e proposições didático-pedagógicas. É evidente que a causa desse grande problema em não se investir no próprio ser humano em seu processo formativo é cultural que perpassa a sociedade contaminando as instituições públicas e privadas. A universidade é um espaço formativo com sua proposta institucional dividia na tríade de ensino, pesquisa e extensão. Tal proposição contempla o elemento humano como parte integrante do conhecimento e produto científico desenvolvido na academia científica.

Convém, portanto, aguçar a problematização, o estímulo ao questionamento, o pensamento investigativo, valorizando muito mais a significação processual que evidenciar o produto resultante de uma prática pedagógica. Com isso, destacamos a importância da *práxis* pedagógica como elemento aglutinador da teoria já construída da formação inicial dos participantes, assim como no aporte prático resultante do desdobramento teórico a

partir da reflexão, problematização e (re) significação de todos envolvidos nesta proposição pedagógica e metodológica de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CACHAPUZ, António; GIL-PÉREZ, Daniel; CARVALHO, Ana Maria Pessoa de; PRAIA, João; VILCHES, Amparo (orgs.). **A necessária Renovação do Ensino de Ciências**, -3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011

LORDÊLO, Fernanda; Silva; PORTO, Cristiane de Magalhães. Divulgação científica e cultura científica: conceito e aplicabilidade. **Rev. Ciênc. Ext**., v. 8, n. 1, p. 18, 2012.

Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços - NUPEADE/UFV/CNPQ: **Registros diversos,** Minas Gerais: Viçosa, 2020

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, Martins Fontes Editora, 1991.

CAPÍTULO 22

O INÍCIO DA (RE)OCUPAÇÃO DO OESTE DO PARANÁ APÓS A REVOLUÇÃO TENENTÍSTA

ALFEO SEIBERT FILHO[1]

RESUMO: Este trabalho visa uma investigação do processo histórico da (re)ocupação humana e da colonização moderna que ocorreu no Oeste do Paraná a partir de uma expedição na região dos rios Ivaí, Piquiri e Paraná realizada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack. O objetivo é inserir a expedição no contexto histórico da moderna colonização do Oeste do Paraná e avaliar as possibilidades de interpretação histórica que envolvem os projetos políticos colonizadores e imigratórios na década de 1930.

Palavras-chave: Oeste do Paraná; Colonização; Imigração.

Desde os tempos do Império brasileiro e da Província do Paraná durante o século XIX, existiram projetos de desenvolvimento para o interior paranaense. Além da preocupação em povoar a região para garantir o território, mas, principalmente, o de explorar as riquezas e as potencialidades existentes do interior do Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, apesar de muitos prováveis esforços feitos pelas autoridades governantes, a missão de povoar e colonizar o sertão paranaense, era uma questão desafiadora para ser consolidada; afinal, haviam muitas dificuldades para explorar o solo no interior do Estado, de extrair e transportar as riquezas existentes para os centros comerciais, isso, se considerarmos o modelo econômico do padrão europeu de entender e de se praticar políticas ligadas à economia.

Segundo Seibert Filho (2020) durante a década de 1930 houve um esforço das autoridades paranaenses e brasileiras para tentar explorar a região ocidental do Paraná, isso após o fim do sistema das *obrages,* em um ciclo que ocorreu principalmente a exploração de madeira e erva-mate.

Em 1933 as autoridades brasileiras concederam a Sociedade de Pesquisas Alemã *Notgemeinschaft der Deutschen Wissenschaft* que investissem em uma expedição para averiguar as possibilidades de exploração do sertão paranaense (MAACK, 1936, p. 44). Durante a expedição, o geógrafo alemão Reinhard Maack elaborou estudos sobre as condições de clima e salubridade da região para a ocupação humana, além de averiguar uma investigação sobre

1 Mestre em História, Cultura e Política pela Universidade Estadual de Maringá, e-mail: asfilho@uem.br

as potencialidades das riquezas naturais e para que tivessem todas as informações possíveis. (MAACK, 1937).

A nossa investigação é sobre o início do processo histórico da (re)ocupação humana e da colonização moderna da região que geograficamente conhecemos como a região oeste paranaense, além de analisar os motivos que retardaram temporariamente essa ocupação/colonização da região Oeste em relação à região Norte do Estado do Paraná, analisando os motivos dessa temporalidade diferenciada, assim como os eventos que se sucederam no extremo oeste paranaense nas primeiras décadas do século XX.

A partir da análise e do diálogo com a historiografia e de alguns registros em documentos históricos que tratam do tema no período, analisaremos o processo que marcou o fim do sistema de *obrages* no Oeste do Paraná.

No processo histórico da ocupação humana do terceiro planalto paranaense, no início do século XX, em se tratando, principalmente das primeiras três décadas. Além da presença indígena e das explorações de erva-mate e madeira por empresas estrangeiras ou de capital misto, segundo (BERNARDES, 1953), antes do início do considerado moderno sistema de colonização realizado por empresas loteadoras que fora implantado no Norte do Paraná na década de 1920, já havia uma ocupação humana em várias localidades no interior do Estado.

O problema apresentado por Bernardes (1953) é que o modelo agrário nessa ocupação anterior não era um “modelo desejável” de colonização, pelo menos para os planos do governo para a região, afinal praticou-se uma exploração de modo primitivo, sem grandes retornos ou resultados que fossem considerados positivos, pelo menos no ponto de vista dos administradores públicos.

Desde o início do século XX, houve por parte dos paulistas o propósito de estender os negócios ligados à agricultura, principalmente para o cultivo do café no Paraná segundo (PRIORI, 2012). O plano de desenvolver uma colonização agrária no território das selvas atlânticas paranaenses era apenas uma questão de tempo e de políticas favoráveis para que essa exploração se concretizasse. Afinal as terras roxas do Paraná já eram conhecidas por sua alta rentabilidade na produção cafeeira.

Para Wachovicz (1982), a revolução tenentista de 1924 foi fundamental para que as autoridades brasileiras olhassem para o Oeste do Paraná com preocupação e com atitudes nacionalistas. A região não poderia mais continuar a ser usurpada por estrangeiros do modo como vinha acontecendo até então.

Desde cedo estiveram presentes no Oeste do Paraná muitos olhares e muitos exploradores, mas para o governo brasileiro, a partir da década de 1930 não havia mais razões para deixar a região à mercê. Entre as “visitas” dos olheiros que aconteceram no oeste do Paraná, destacamos a expedição realizada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack (MAACK,

1936), elaborada nos anos de 1933-34 no Rio Ivaí, expedição que se realizou até aos extremos da costa oeste paranaense, atingindo também à região dos rios Paraná e Piquiri.

Ao analisarmos a situação do Oeste do Paraná, ainda mesmo no período anterior à Era Vargas, não há dúvidas de que o movimento tenentista de 1924 e 1925 no território paranaense teve papel fundamental, porém, é preciso observar que existiu uma diferença entre a ocupação exploratória extrativista anterior da revolução de 1924, com relação à colonização agrária considerada moderna, conforme os moldes da colonização desenvolvida na região norte paranaense iniciada naquele período. Para descrever sobre essa diferença, precisamos averiguar a situação das chamadas *obrages* e o cenário político vivenciado nos anos de 1924 e 1925 no oeste do Paraná.

O comercio de madeira e de erva-mate foi de fato intenso e bem desenvolvido (para a época) no oeste do Paraná antes da revolução tenentista. O Rio Paraná servia como meio de transporte fluvial para conduzir a produção até a Argentina. Para descrever esse processo de extração da erva-mate, recorremos a uma citação de (PFLUCK, 2016) para detalhar o processo e descrever as principais *obrages.*

> Entre as Quedas de Guahira ou Sete Quedas até 60km abaixo (Porto Mendes), havia duas possibilidades de ultrapassar, em vindo do Paraguai (PY) e do Mato Grosso do Sul (MS) a erva mate era transportada até as margens do Rio Paraná a montante das Quedas e atravessada pelo Rio Paraná até Guaíra; outra, a erva mate colhida no Oeste do Paraná era trazida por mensus e por carretas puxadas por juntas de bois ou cavalos até os portos da margem esquerda do Rio Paraná. As obrages de exploração de erva mate, no oeste do Estado, situavam-se entre o Rio Paraná e as cercanias de Campo Mourão e Guarapuava. As principais obrages cronologicamente foram: Companhia Mate Laranjeira; Domingos Barthe; Nuñez y Gibaja; Compañia de Maderas Del Alto Paraná (Julio Tomás Alica); Petry, Meyer e Azambuja; Concessão Waldemar Matte; Concessão Miguel Matte; São Paulo – Rio Grande. (PFLUCK, 2016, p.187).

Sobre a condição dos caminhos utilizados pelo sistema das *obrages* como meios de transporte no oeste do Paraná, semelhante ao que Pfluck (2016) demonstra, entre as principais rotas de transporte estava a conhecida como “picada do Alica,” uma rota administrada pelo obragero Júlio Tomás Alica, conforme uma citação de (YOKOO, 2011).

> Essa picada, de acordo com mapas de meados do século XX, foi denominada de Picada Alica, e iniciava-se na foz do rio São Francisco, no rio Paraná que o ligava com o curso médio do rio Piquiri. Pela execução desse trabalho, o obragero recebeu o direito inusitado para a época de cobrar pedágio fixado em dois mil réis por animal carregado ou de carroças, ou de mil réis por animal livre que transitasse pela referida picada. Portanto, nesta picada foi necessário instalar inúmeros postos de controle e de depósitos, e, entre esses postos, relacionamos os de Central Santa Cruz, que hoje é distrito judiciário com o mesmo nome, fazendo parte do atual município de Cafelândia. (YOKOO 2011, p.10-11).

No início da década de 1930, com o fim do ciclo econômico da erva-mate e do sistema das *obrages,* restou a preocupação das autoridades governamentais paranaenses e brasileiras para reocupar a região e protege-la do sistema de contrabandos, e também para manter a integridade do território nacional.

De acordo com o relato de Cabanas (2012), o movimento tenentista contribuiu decisivamente para Vargas estabelecer novas políticas de “nacionalização” para a região e determinar o fim das *obrages* e incentivar a “Marcha para o Oeste” como uma nova política de ocupação do território, que para a região do Oeste do Paraná significou, entre outras possibilidades, principalmente a migração dos colonos vindo do sul do Brasil, os chamados de “Eurobrasileiros” por (GREGORY, 2002). Porém os “eurobrasileiros” foram mais tardiamente o para oeste paranaense, ou seja; depois da II Guerra Mundial.

A demora do processo de colonização no Oeste do Paraná em relação a região Norte esteve diretamente ligada ao problema da presença de empresas estrangeiras. Foi necessário garantir a segurança das fronteiras. Podemos observar que nas providências tomadas pela política nacional na campanha “Marcha para o Oeste”, dentre os procedimentos adotados, o principal objetivo do Governo Vargas foi garantir a segurança do território nacional, segundo (BERGOLD, 2016).

Durante a década de 1930 houveram acordos diplomáticos de cooperação entre o Governo Vargas com o Governo da Alemanha e com Sociedade Científica Alemã, conforme mencionado anteriormente, dentre esses acordos de cooperação estava relacionada a expedição científica do Rio Ivaí em 1933-34, uma expedição que foi realizada e comandada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack, (SEIBERT FILHO, 2020,

p. 12), essa expedição teve várias finalidades, entre elas, um possível projeto para a continuidade da imigração alemã que estava ocorrendo no Leste e no Norte no Paraná, mas essa expedição poderia ter servido também para outros projetos e propósitos.

O próprio Maack descreveu em *Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná.* – As novas áreas de assentamentos recentemente desenvolvidas no Estado do Paraná – uma publicação de 1937 na Alemanha (período em que ele esteve na Alemanha para concluir seus estudos), além de Maack prestar um relatório sobre a colonização alemã que estava acontecendo no início de década de 1930, ele faz uma descrição inédita sobre a realidade da região oeste paranaense que contemplou pessoalmente em 1934.

> A área do oeste do Paraná, entre Guaira e Foz do Iguaçú já estava com estradas bem desenvolvidas antes de 1924, e com base no bom negócio do mate a região era amplamente habitada por pessoas. Após a revolução, as ruas e pontes do oeste do Paraná entraram em colapso e com a queda na exportação de mate, as pessoas foram mudando gradualmente da região. (MAACK, 1937, p. 209, tradução nossa).

Conforme a publicação citada acima, talvez, o que de fato existe de mais impressionante nos relatos feitos por Maack sobre o Oeste do Paraná em 1934 é o estado de abandono que ele contempla, inclusive com o retorno de antigos moradores, mas em conformidade com o relato, foram poucos os que retornaram.

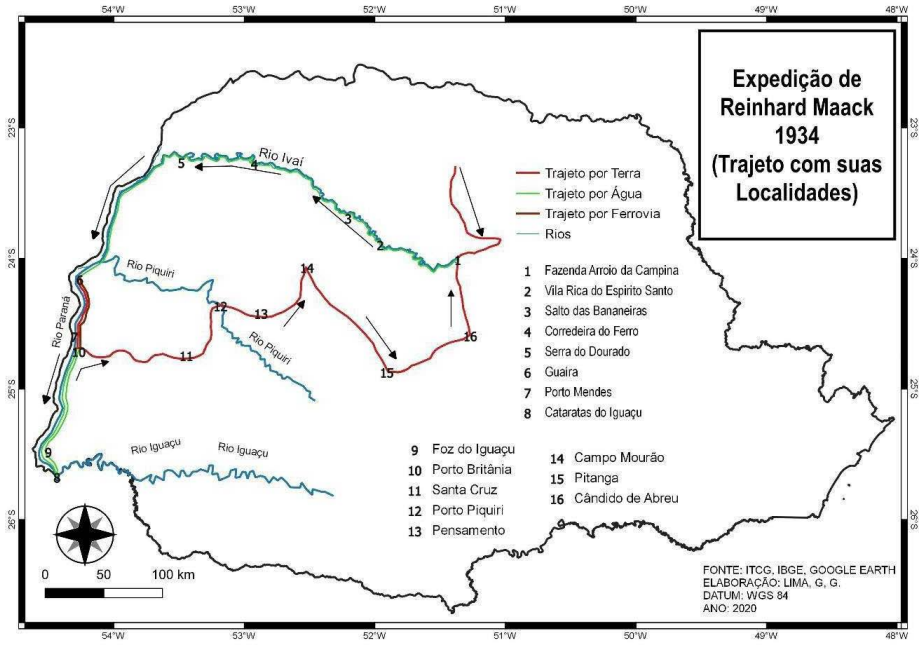
> Quando viajei por essa área para rio Piquirí em 1934, durante a expedição do Ivaí, só encontrei três famílias brasileiras em Mareccas, uma em Toledo e outra em Santa

> Cruz, na rota de 190 km. Por outro lado, índios guarany e paraguaios, cerca de 25 famílias, haviam recuperado a terra abandonada. Ninguém morava entre Santa Cruz e Porto Piquiry, e em 1936 recebi a notícia do último morador de Santa Cruz, o Sr. Thomas Soubrinho, de que ele também havia desistido de viver e trabalhar com sua família por causa da dificuldade econômica. Faltavam rotas de tráfego, com isolamento e falta de possibilidade de venda de mercadorias. (MAACK, 1937, p. 210, tradução nossa).

De acordo com Seibert Filho (2020), Reinhard Maack contemplou, acompanhou e foi testemunha contemporâneo do processo de imigração alemã no Estado do Paraná, principalmente nas regiões Norte, Sul e Leste do Estado, inclusive com relatos em outras publicações dele sobre todo o processo histórico da imigração alemã no sul do Brasil.

> A expedição de Reinhard Maack realizada no interior do Paraná na primeira metade da década de 1930, além de ser um marco histórico para os projetos de colonização, imigração e exploração extrativista, sendo que as informações resultantes da expedição foram extremamente relevantes no aspecto científico sobre conhecimento do solo, do clima e da vegetação das imensas florestas paranaenses existentes na época. (SEIBERT FILHO, 2020 p. 138).

Figura 1 - Expedição de Reinhard Maack em 1934



Fonte: (SEIBERT FILHO, 2020 p. 107).

A expedição científica do Rio Ivaí realizada em 1933-34 por Maack, provavelmente esteve interligada (além de outros propósitos) à continuidade do processo da ocupação territorial do interior do Paraná de modo semelhante ao que estava acontecendo na região Norte do Estado naquele período, segundo (SEIBERT FILHO, 2020).

Ainda em relação à região Oeste do Paraná, o processo que visou a ocupação definitiva do território por medida do governo brasileiro e paranaense no sentido da implantação de uma colonização agrária ao modo da colonização que se iniciou no Norte do Paraná na

década de 1930, porém isso só ocorreu no oeste paranaense a partir do final da década de 1940, segundo (FREITAG, 2007), portanto, após o fim da II Guerra Mundial.

> Seguindo as diretrizes do sistema nacional de colonização, no ano de 1947 criou-se a Fundação Paranaense de Migração e Colonização. A destacada fundação, objetivando o gerenciamento do fluxo migratório interno do Estado, propunha-se a promoção do aproveitamento das riquezas naturais do estado paranaense, bem como a sonhada expansão econômica do Estado, por meio da colonização de terras devolutas ou não. Como extensão desse empreendimento, funda-se naquele mesmo ano o Departamento Administrativo do Oeste. Dentre os desígnios do referido Departamento, destacam-se trabalhos de execução e elaboração de planos visando o desenvolvimento regional. Para tanto, cabia aos Municípios compreendidos na jurisdição do referido Departamento, exporem planos e metas relativas a realizações das administrações municipais. (FREITAG, 2007, p. 92).

Apesar dessa política da moderna colonização agrária só se iniciar no Oeste do Paraná a partir da do final da década de 1940, havia sinais da presença de imigrantes na região oeste, mesmo antes da chegada da Coluna Prestes em 1924, segundo (FIGUEIREDO, 1937, p. 106), a Companhia de Colonização *Esperia,* uma empresa capitalizada pelo Banco Francês Italiano da América do Sul, já antes da revolta de 1924 essa Companhia já havia localizado 200 famílias de colonos alemães e italianos.

Segundo Wachowicz (2016, p. 288), apesar da ocupação integral e da nacionalização do território ser o objetivo principal do governo federal e paranaense, a nomeação de Manuel Ribas como Interventor do Paraná na década de 1930, mais precisamente em 1932, esteve diretamente ligada ao problema que envolvia o projeto de colonização do Oeste do Paraná.

Para Wachowicz (2016, p. 287) não foi apenas à evidência da falta de controle da região oeste paranaense que incentivou posteriormente a criação do Território do Iguaçu, como de fato ocorreu a criação deste Território Estadual na década de 1940 – o referido Território durou de 1943 a 1946 – no período da II Guerra Mundial, mas anteriormente, desde meados da década de 1930 havia um interesse do governo Vargas em favorecer projetos de empresas colonizadoras que provinham do Rio Grande do Sul.

No final da década de 1930 a situação diplomática do governo federal em relação aos imigrantes em geral (em especial dos alemães) que estavam no Brasil se complicou, principalmente com o estabelecimento do Estado Novo de Vargas e a implementação das políticas de nacionalização que aconteceram, isso trouxe complicadores em relação aos projetos de imigração que aconteciam no Brasil.

A partir de 1937, uma série de decretos-lei de caráter nacionalista passou a vigorar, entre eles o Decreto-Lei N. 383 de 18 de abril de 1938, que vedava a estrangeiros atividades políticas e o Decreto-Lei N. 406 de 4 de maio de 1938 que restringia a entrada de estrangeiros no território nacional (FGV-CPDOC, CAPANEMA, GC g 1934.11.30, rolo 27 fot. 1 a 205, não paginado).

A relação do Brasil de Vargas para com a Alemanha nazista de Hitler inicialmente foi intensa, significativa e proveitosa para ambos, – incluindo a expedição do Rio Ivaí feita por Maack – inclusive com importantes parcerias comerciais e científicas firmadas, isso pelo menos até 1938 segundo (SEIBERT FILHO, 2020, p. 52).

Porém, a inclinação do Brasil para o lado estadunidense no cenário internacional causou, além do "esfriamento" das relações diplomáticas para com a Alemanha, causou também uma ruptura na continuidade do projeto da imigração e colonização alemã que acontecia naquele momento.

Segundo consta em sua autobiografia (MAACK, 1967), Reinhard Maack nos anos de 1936 e 1937 estava concluindo seus estudos na Alemanha, justamente naquela época ele publicou sobre a expedição no Rio Ivaí (MAACK, 1936) e sobre o andamento da colonização alemã que estava acontecendo no interior do Paraná na década de 1930. Parte do relatório e dos resultados de seus trabalhos sobre a expedição do Rio Ivaí e das prováveis intenções estão descritas no artigo *Die neuerschlossenen Siedlungsgebieteund Siedlungen im Staate Paraná,* publicado em 1937.

> Com o desenvolvimento de novas áreas de assentamento no terceiro planalto, com seus férteis solos de terra roxa. Além do europeu, outro elemento colonizador aparece surpreendentemente; estes são os colonos japoneses. Assim como os vastos espaços do mundo australiano desprivilegiado, as áreas superlotadas do leste asiático parecem um vácuo, afetando as populações da China e do Japão, como as áreas desertas da América do Sul e, sobretudo, as de São Paulo e Paraná. Encerrar a imigração europeia por meio da agravante legislação brasileira de imigração e, ao mesmo tempo, dificultar a emigração da Europa Central e do sul através de condições políticas e cambiais tornou uma questão delicada. Se as áreas de assentamentos livres ainda disponíveis na América do Sul mais uma vez se fornecerão às pessoas da Europa super povoada que descobriram e desenvolveram a América do Sul, ou aos povos asiáticos e seus descendentes, um novo espaço vital. (MAACK, 1937, p. 214, tradução nossa).

Reinhard Maack, em sua publicação de 1937 citada acima, testemunhou o processo de imigração que ele próprio acompanhou, inclusive demonstrando sua preocupação com as políticas imigratórias decretadas pelo Estado Novo de Vargas. Em relação ao processo de imigração que estava acontecendo no Paraná, Maack descreve também sobre a imigração japonesa, e essa concorrendo com a imigração alemã pelo mesmo espaço no Brasil.

As críticas e preocupações de Maack em relação as políticas nacionalistas do Estado Novo de Vargas com relação as dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães também estão presentes em um artigo publicado por Maack em 1939 nos Estados Unidos com o título de *The Germans of South Brazil* – Os alemães no sul do Brasil – texto em que Maack escreve a versão dos alemães sobre o processo da imigração alemã que aconteceu no Brasil e os "desconfortos" sofridos pelos imigrantes alemães no final da década de 1930. (MAACK, 1939).

Provavelmente a criação do Território do Iguaçu na década de 1940 esteve relacionada com desaceleração no andamento do considerado moderno processo de colonização

agrária no interior do Paraná, considerando que esse modelo de ocupação, colonização e produção esteve diretamente ligado com o processo de imigração, o que em parte pode explicar a demora desse tipo de colonização acontecer no Oeste do Paraná em relação ao curto período que essa colonização aconteceu que região Norte do Estado. É possível que tenha existido uma relação entre a expedição feita por Maack em 1933-34 com um propósito na elaboração de um projeto de ocupação, ou de exploração dos solos do Oeste do Paraná por alemães, ou pelo governo brasileiro, ou qualquer outro tipo de projeto de colonização/exploração privada das riquezas do Oeste do Paraná.

Porém, pelos dados das circunstâncias históricas e políticas daquele momento, tudo indica que o clima de tensão política que antecedeu a II Guerra Mundial, e o contínuo esfriamento diplomático das relações entre o Brasil e a Alemanha nazista a partir de 1938, que não existiram condições favoráveis naquele momento para tal projeto ser executado. Portanto, concluímos que apesar dos resultados da expedição de Maack em

1933-34 conterem muitas informações técnicas e científicas e dados sobre a região pesquisada, naquele momento, no final da década de 1930, provavelmente essas informações ficaram "guardadas" sem uma ação administrativa de qualquer tipo de natureza para alguma decisão ou execução que fosse autorizada pelo governo de Vargas. Ironicamente, talvez a primeira ação administrativa do governo Vargas feita posteriormente, que poderia estar relacionada com expedição do Rio Ivaí, foi a que causou a prisão de Maack no tempo da guerra, Maack foi feito prisioneiro no final de janeiro de 1942, porém, em 1943 ele recebeu sua liberdade por influência do Interventor do Estado

do Paraná Manuel Ribas. (MAACK, 1967, p. 47).

A eclosão da II Guerra Mundial e o ambiente político no fim da década de 1930 não foi favorável, inclusive retardou os projetos que existiram e envolviam os imigrantes e as imigrações (principalmente de alemães, italianos e japoneses) incluindo as migrações internas dos descendentes de imigrantes entre os estados brasileiros.

> A expedição de Reinhard Maack no interior do Paraná em 1933-34 é muito rica em detalhes descritivos sobre o interior do Estado, os registros de Maack são de proveito para várias áreas dos saberes humanos, porém o envolvimento de recursos financeiros procedentes da Alemanha e a análise de prováveis planos de imigração alemã para o Paraná acabaram gerando procedimentos políticos em direção oposta ao projeto que estava em construção, principalmente por parte do governo de Vargas a partir do final de década de 1930. (SEIBERT FILHO, 2020 p. 139).

No processo histórico da (re)ocupação humana no Estado do Paraná, apesar das terras localizadas no terceiro planalto paranaense não estarem antes do projeto de colonização moderna na condição de um "vazio demográfico" como já fora demonstrado por Mota (2012), apesar disso, o modelo de extrativismo e da agricultura primária foi substituído pelas políticas das grandes concessões de terra e dos loteamentos que aconteceram em processos altamente lucrativos, segundo (CANCIAN, 1981).

O processo da assim considerada moderna colonização agrária no interior do Estado do Paraná, que iniciou primeiro na região Norte nas décadas de 1920 e 1930 conforme (PRIORI, 2012), e posteriormente processos similares a esses ocorreram no Sudoeste e Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1960, conforme demonstrados por (FREITAG, 2007) e (GREGORY, 2002).

Devemos ter ciência de que as populações indígenas, caboclas e as consideradas estrangeiras, como argentinas e paraguaias, estiveram presentes no território paranaense, sendo suprimidas por outro projeto de ocupação que se consolidou posteriormente com a campanha nacional da "Marcha para o Oeste".

Posteriormente, as configurações sociais passaram a ser outras; outras demandas, outros problemas, outras questões e outras abordagens históricas para elucidar. Nossa abordagem tratou de particularidades de uma problemática sobre início da (re)ocupação do Oeste do Paraná no contexto que antecedeu a II Guerra Mundial, como objeto de nosso estudo.

REFERÊNCIAS

BERGOLD, Raul Cezar. **O CONTEXTO, A IDEOLOGIA E A PRÁTICA DA MARCHA PARA O OESTE NO PARANÁ** in: MAMED, Danielle; CALEIRO,

Manuel; BERGOLD, Raul. Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná:(Re) Existência em Tekoha Guasu Guavira. Curitiba: Arte e Letra, 2016.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura Paranaense-1900/1970**. Curitiba: GRAFITAR, 1981.

CAPANEMA, Gustavo. **Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura.** GC g 1934.11.30,30/, rolo 27 fot. 1 a 205, 11/1934 a 17/10/1945. FGV-CPDOC. Pesquisado em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/documentos-sobre-nacionalizacao-do-ensino-primario-e-secundario-consta-plano-geral-de-nacionalizacao- legislacao-trabalhos-do-instituto-nacional-de Acesso em 19 jan. 2021.

DUARTE, Silvestre. **Campo Mourão**: da Saga dos Pereira ao Eldorado Paraná (1897- 1963). Curitiba: Imprensa Oficial, 2017.

FIGUEIREDO, José de Lima. **Oeste paranaense**. Brasiliana, 1937.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo-oeste paranaense:** história territorial, região, identidade e (re) ocupação. Tese de Doutorado – História – Faculdade de História, Franca: UNESP, 2007.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Cascavel: Edunioeste, 2002.

MAACK, Reinhard. **"Deutsche Ivahy-Expedition 1934"** Zeitschrift d. Ges. f. Erdkunde zu Berlin, 1936, S. 44-46.

MAACK, Reinhard. **Die neuerschlossenen Siedlungsgebiete und Siedlungen im Staate Paraná**.

Ibero-Amerikanisches Archiv, p. 208-242, 1937.

MAACK, Reinhard. “**Es begann in Herford. Der Weg durch ein bewegtes Leben**”, Herforder Jahrbuch, Bd. 8, Herford, Bonn, pp. 7-79, 1967.

MAACK, R. **The Germans of South Brazil**: a German view. The Quartely Journal of Inter-American Relations, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 5-23, 1939.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná:** relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira. Eduem, 2012.

PFLUCK, Lia Dorotéa. **Os Caminhos pelo Oeste do Paraná, entre os Séculos XIX e XX, a Busca pelo Ensino de Geografia**. Perspectiva Geográfica, v. 11, n. 15, p. 184- 197. 2016.

PRIORI, Angelo. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Editora da Universidade Estadual de Maringá-EDUEM, 2012.

SEIBERT FILHO, Alfeo. **A EXPEDIÇÃO DE REINHARD MAACK EM 1933-1934**

NO INTERIOR DO PARANÁ: contexto sociopolítico e econômico. Maringá: Dissertação de Mestrado – UEM, 2020. Disponível em: http://www.pph.uem.br/dissertacoes-e-teses/dissertacoes/alfeo-seibert-filho.pdf/view com acesso em 19 jan. 2021.

WACHOVICZ, Rui C. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2016.

WACHOVICZ, Rui C. **Obrageros, mensus e colonos**: história do oeste-paraneense: Curitiba; Ed. Vicentina, 1982.

YOKOO, E. N. **Gênese do processo da apropriação das terras, o caso das companhias ferroviárias e dos ervateiros no Oeste paranaense.** VI EPCT, 24 a 28/10/2011. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/12-YOKOO.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

CAPÍTULO 23

O TUBARÃO QUE QUERIA SER GOLFINHO: QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ANIMAÇÃO “O ESPANTA TUBARÕES”

JORGE LUCAS FRANCO DOS SANTOS[1]
Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Desde o surgimento do cinema, inúmeras produções se destacaram neste segmento artístico, o que se desdobrou em diversos estudos e pesquisas. As animações, que em grande parte é destinada ao público infantil, também se tornaram alvos de estudos, a partir do momento em que, pesquisadores/as perceberam seu potencial educativo. O presente capítulo, desse modo, objetiva identificar, analisar e problematizar as questões de gênero e sexualidade que são ensinadas as crianças por meio da animação O Espanta Tubarões (2004). As análises, elaboradas a partir dos Estudos da Cultura Visual e os Estudos das Masculinidades, baseadas em autores/as como Guedes (1995), Andrade (2015), Louro (2016), Adichie (2015; 2017), Baliscei (2019), Baliscei e Cunha (2021) entre outros, apontam para a manutenção da masculinidade de Lenny, um tubarão diferente dos demais, pois é considerado delicado, gentil e emotivo. Para isso, foram escolhidas três cenas da animação a fim de serem problematizadas. A primeira mostra a relação de Lenny e seu irmão, Frankie, um tubarão agressivo e violento, tido como um exemplo a ser seguido. Em seguida, expõe-se a maneira com que o pai dos dois tubarões, Don Lino, compara seus filhos, numa tentativa de oprimir e manter a masculinidade de Lenny. A última cena apresenta a nova identidade de Lenny, um golfinho chamado Sebastian que finalmente pode se expressar como quiser. Desta forma, percebeu-se que, desde a infância, as crianças reafirmam estereótipos de gênero e sexualidade passados a elas. Concluiu-se com o estudo que, embora Lenny seja forçado a assumir identidades de gênero que não lhe agradam, o personagem opta por assumir sua verdadeira identidade, o que pode servir como uma mensagem potencial as crianças, visto que elas são capazes de interpretar e compreender os estímulos que as cercam.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Sexualidade. Educação. O Espanta Tubarões.

ABSTRACT: Since the emergence of cinema, numerous productions have stood out in this artistic segment, which has unfolded in various studies and research. The animations, which is largely aimed at children, have also become the target of studies, from the moment when researchers realized their educational potential. The present chapter, in this way, aims to identify, analyze and problematize the issues of gender and sexuality that children are taught through the animation Shark Tale (2004). The analyses, elaborated from the Studies of Visual Culture and the Studies of Masculinities, based on authors as Guedes (1995), Andrade (2015), Louro (2016), Adichie (2015; 2017), Baliscei (2019), Baliscei and Cunha (2021) among others, point to the maintenance of the masculinity of Lenny, a shark different from the

1 Artista, pesquisador e graduando em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Maringá. Presta serviços ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR/UEM. E-mail: jorgelucasfranco@hotmail.com.

others, because it is considered delicate, gentle and emotional. For this, three scenes of the animation were chosen in order to be problematized. The first shows the relationship between Lenny and his brother, Frankie, an aggressive and violent shark. The next scene exposes the way in which the father of the two sharks, Don Lino, compares his children in an attempt to oppress and maintain Lenny's manhood. The last scene features the new identity of Lenny, a dolphin named Sebastian who can finally express himself as he pleases. In this way, it was realized that, since childhood, children reaffirm gender and sexuality stereotypes passed on to them. It was concluded with the study that, although Lenny is forced to assume gender identities that do not please him, the character chooses to assume his true identity, which can serve as a potential message to children, since they are able to interpret and understand the stimuli that surround them.

KEYWORDS: Gender. Sexuality. Education. Shark Tale.

1. INTRODUÇÃO

Desde o seu surgimento, o cinema demonstrou a vasta versatilidade de comunicação com seu público. As produções cinematográficas possuem o poder de propagar ideologias, transmitir uma mensagem educativa, ou então simplesmente são um entretenimento banal. Independente do conteúdo que carrega, cinema é arte. Concomitante a este fato, é importante entender que o avanço da tecnologia possibilitou uma maior democratização das imagens, alcançando com muito mais facilidade todos os públicos, dentre eles, as crianças.

Neste sentido, é necessário compreender as potencialidades com que as diferentes mídias em nossa cultura se apresentam e suas contribuições na formação de identidades de meninas e meninos. Para tal, o presente texto utiliza o campo de investigação conhecido como Estudos Culturais, em uma tentativa de problematizar questões de gênero e sexualidade.

De acordo com a pesquisadora Andrade (2015), os Estudos Culturais foram instituídos, em 1964, pelo *Birmingham Center for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), na Inglaterra, e teve Richard Hoggart (1918-2014), Raymond Williams (1921-1988) e Edward Palmer Thompson (1924-1993) como pioneiros desta corrente teórica. No entanto, foi Stuart Hall (1932-2014), na década de 1968, quem se tornou referência no campo dos Estudos Culturais, ao fomentar o estudo das mídias de massas presente nas diferentes culturas. Dessa forma, a cultura é entendida de maneira ampla, incluindo diversos aspectos de uma sociedade e, são os Estudos Culturais que assumem que a cultura é uma fonte importante a ser pesquisada.

Vale lembrar que, segundo Baliscei, Azevedo e Calsa (2020), quando os Estudos Culturais foram instituídos,

> [...] as discussões foram realizadas a partir do contexto social de jovens da periferia e de grupos operários, enfatizando temáticas como racismo e hegemonia cultural. Pela característica que os Estudos Culturais têm de acolher os infames, logo passaram a contemplar outros sujeitos socialmente marginalizados. Assim, outras

> identidades culturais - tais como as de gênero de sexualidade - passaram a também fazer parte da gama de assuntos contemplados por esse campo de investigação (BALISCEI, AZEVEDO E CALSA, 2020, p. 4).

Em resumo, ao utilizar dos Estudos Culturais como base teórica, percebe-se a cultura como uma enorme extensão de tudo o que está relacionado à vida social, além disso os Estudos Culturais enfatizam às relações entre a cultura, o poder e o conhecimento. Um exemplo dessa relação é o papel da cultura da mídia com seu poder de persuasão das massas. Conforme Teruya (2009) explica, as telenovelas, por exemplo, apresentam identidades que podem ser associadas e identificadas por grande parte da população, além de divulgar as mercadorias dos seus patrocinadores. Frente ao exposto, "estudar a linguagem de imagens e de textos é o caminho para compreender como funcionam as estruturas das desigualdades e opressões postas na escola e na sociedade" (GIROUX, 2013, apud ANDRADE, 2015, p. 24-25).

As mídias, dentre elas a animação infantil, foco deste estudo, veiculam um discurso que contribui para a produção de estereótipos e identidades que podem interferir no desenvolvimento psicológico, social e educacional de meninas e meninos. Sobre isso, Fossatti (2010) ressalta que,

> Claudemir Edson Viana [Doutor em Ciências da Comunicação] compreende a criança como um ser que produz cultura, reelaborando e interpretando os estímulos que a cercam. Descreve a criança como um sujeito ativo, que responde aos conteúdos apresentados conforme sua história, seu contexto familiar e social (FOSSATTI, 2010, p.13-14).

Parte daí o interesse de se analisar e problematizar as animações infantis. Segundo Lucena Júnior (2011) o termo "animação" se origina da palavra latina *animare,* cujo significado é "dar vida". Já Nogueira (2011, apud DIAS, 2015) esclarece que a técnica de animação, embora difícil de se definir, inicialmente consistia numa sequência de imagens que, devido a velocidade com que apareciam, davam a impressão de movimento. É essa impressão de movimento que "dá vida" as animações.

O primeiro desenho animado a ser projetado para um público, pelo que se sabe, foi o *Fantasmagorie,* feito pelo francês Émile Cohl, em 1908, o qual alcançou o mercado internacional (FOSSATTI, 2010). Desde então, inúmeras animações, como *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), *Shrek* (2001) e *O Menino e o Mundo* (2014), marcam gerações e contam os mais diversos tipos de histórias, sendo divertidas, emocionantes, encantadoras ou até mesmo tristes, cativando não apenas o público infantil, mas também o público adolescente e adulto. A respeito disso, Fossatti (2010) afirma que um filme de animação possibilita, para os mais jovens, um entretenimento seguro e distraído, enquanto que para os adultos, permite uma regressão a sua infância e juventude. Ademais, Dias (2015) explica que:

> Na animação tudo pode ganhar vida e personalidade: objectos, marionetes, fantoches ou desenhos, por exemplo, revelam-se capazes de exprimir sentimentos, de manifestar vontades, de agir e de reagir. O inorgânico torna-se orgânico, o material torna-se espiritual (NOGUEIRA, 2010, p. 60, apud DIAS, 2015, p. 54).

É neste universo fictício que se passa a história de *O Espanta Tubarões* (2004), conhecido em sua versão original como *Shark Tale*, dirigido por Bibo Bergeron, Vicky Jenson e Rob Letterman. O longa-metragem, na época em que foi lançado, alcançou um grande público, faturando mais de 374 milhões de dólares, ficando em terceiro lugar entre as animações mais vistas naquele ano (IMDB, 2004). Vale lembrar que, embora seja de 2004, o filme ainda reprisa em canais de TV aberta, além de estar catalogado em serviços de streaming, como a Netflix e abordar assuntos pertinentes na atualidade.

A animação, ambientada em um Recife no fundo do mar, inspirada na cidade de *New York City,* conta sobre a vida de Oscar, um peixe ambicioso que almejava a fama e morar no topo do Recife. O filme também apresenta, secundariamente, a história de Lenny, um tubarão diferente dos demais, já que é delicado, gentil e vegetariano. Durante todo o longa-metragem, Lenny é confrontado diversas vezes, por seu pai que desaprova seu jeito de ser e agir, e por demais personagens do filme. Posteriormente, o tubarão, para não ser mais reconhecido, se transveste de golfinho, o qual passa se chamar Sebastian (IMDB; O ESPANTA TUBARÕES, 2004).

Nesse estudo, o personagem coadjuvante, Lenny/Sebastian, torna-se protagonista, conjuntamente com questões de gênero e sexualidade, e a maneira com que são apresentadas e ensinadas para as crianças: público alvo desta animação. Será utilizado, como referencial teórico, os Estudos da Cultura Visual, concomitantemente aos Estudos das Masculinidades, “campo de investigação marcado pelas conquistas e reivindicações dos movimentos feminista e gay” (BALISCEI, AZEVEDO E CALSA, 2020, p. 7).

Deste modo, pensou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais significados acerca de gêneros e sexualidades são apresentadas e ensinadas na animação *O Espanta Tubarões?* Diante desse problema, o presente artigo objetiva analisar a animação a fim de identificar visualidades que dialoguem com questões de gênero e sexualidade. Para isso, foram selecionadas 3 cenas extraídas da animação *O Espanta Tubarões (2004)*: 1) A cena inicial do filme, da qual apresenta os irmãos Lenny e Frankie e as distinções entre ambos, 2) os conflitos entre Lenny e seu pai, Don Lino, o qual possuía altas expectativas para o filho e 3) a nova identidade de Lenny, que passa a ser reconhecido como Sebastian, um golfinho que lava baleias.

2. LENNY: UM TUBARÃO DIFERENTE DOS DEMAIS

Segundo Freire (2020), é preciso o que um indivíduo se introduza de maneira crítica na situação histórica na qual vive e problematize a educação que recebe, uma vez que as imagens têm o poder de convencer as pessoas e torná-los submissos. Cabe, portanto, aos Estudos da Cultura Visual, a problematização das imagens que permeiam uma cultura. Para Baliscei (2019), além de estar vinculado aos Estudos Culturais, os Estudos da Cultura Visual

> investigam as maneiras como os sujeitos veem e são vistos pelos artefatos visuais. Consideram, pois, que as relações entre imagens e sujeitos são menos caracterizadas pela suposta "transmissão" de conteúdos por parte das primeiras, e mais pela criação de significados por parte dos segundos. Logo, nessa linha de raciocínio, ao invés de "lerem" significados previamente estabelecidos nas imagens, os sujeitos desempenhariam papéis de Construtores ou Intérpretes Visuais [...]. Os substantivos "construtores" e "intérpretes" indicam que as aproximações estabelecidas com os artefatos visuais não são meramente passivas, mas, sim, interativas, transitórias, mútuas e dinâmicas (HERNÁNDEZ, 2007, apud BALISCEI, 2019, p.286).

É importante ressaltar que, embora as propagandas, filmes, cinema e entre outros, não sejam valorizados durante as etapas do ensino de arte, esses artefatos da Cultura Visual ainda estão presentes na escola, "materializados nos cadernos e mochilas, bem como no comportamento dos/as alunos/as e em discussões entre estes/as quando comentam a respeito de determinado filme, novela ou campanha de *marketing*" (BALISCEI E STEIN, 2015, p. 255).

Partindo desse pressuposto, pode-se compreender a potencialidade das animações infantis, em especial *O Espanta Tubarões* (2004), e sua capacidade de contribuir para a formação de identidades de quem as consomem. Logo nos minutos iniciais do filme, apresenta-se dois tubarões, os irmãos Lenny e Frankie (figura 1). É interessante observar os contrastes entre ambos. Frankie é maior, mais agressivo, tem dentes afiados e possui diversas cicatrizes espelhadas pelo seu corpo, indicando que ele já participou de lutas com outros animais. Por outro lado, Lenny é bondoso e delicado, seus dentes são mais arredondados e seu corpo não possui cicatrizes, ou seja, Lenny não costuma brigar com demais criaturas marinhas. Durante toda a animação, os irmãos são comparados, onde Frankie é visto como aquele que toma as atitudes corretas e Lenny, as erradas.

Figura 1 – Lenny e Frankie

Fonte: O Espanta Tubarões (2004).

Ainda nesta primeira cena, Lenny aparece salvando uma minhoca que estava presa em um anzol, de repente, Frankie surge. Para disfarçar, Lenny diz que estava colhendo flores e, como repreensão, Frankie bate em suas nadadeiras, derrubando as flores.

Questiona-se, desse modo, sobre questões de gênero. Guedes (1995), ao dialogar sobre o conceito de gênero, critica o significado do que se entende por ser Homem e Mulher. Segundo a autora, muitos acreditam que o homem é o ser humano dotado de qualidades viris como coragem, força, vigor sexual, etc. As mulheres, porém, são associadas a feminilidade, delicadeza e emotividade. Desse modo, embora diferente em cada cultura, entende-se o Gênero como "[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos... o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1995, p.86, apud GUEDES, 1995, p. 10).

Para Vianna e Ridenti (1998) as atribuições sobre o gênero são pautadas em princípios culturais. Inicialmente, o gênero começou a ser usado como uma maneira de se referir à organização social entre os sexos e distinções corporais entre ambos. Com o tempo, foram atribuídos significados culturais ao gênero, pautados na masculinidade e feminilidade.

É importante esclarecer que, embora os tubarões não possuam identidade de gênero, na animação em questão, ambos assumem identidades masculinas, porém a partir do momento em que Lenny apresenta traços associados a feminilidade, é desaprovado. Ao refletir sobre o ambiente escolar, esse quadro discriminatório que existe quanto ao gênero, é facilmente aplicado na contemporaneidade, uma vez que as crianças, ao chegarem à escola, refletem e exercitam os modelos de conduta apreendidos com os artefatos da Cultura Visual. Isso pode ocorrer, por exemplo, em suas brincadeiras livres e espontâneas. Paralelo a esse pensamento, Accorsi e Teruya (2014) destacam que

> […] a propaganda é uma forma de educação, enquanto ela exibe valores e emoção também transmite concepções de mundo, estilos de vida e olhares sobre a realidade. Por isso, não há como afirmar que as instituições de ensino tradicionais como a escola e a universidade são os únicos espaços de aprendizagem. Longe disso, pois o contato com a mídia, mesmo sem qualquer mediação docente, é capaz de propiciar o saber, o que pode ser um fator positivo ou negativo para a formação das identidades ou subjetividades humanas (ACCORSI E TERUYA, 2014, p. 1).

O longa-metragem expõe durante seu percurso que Frankie, um tubarão com traços agressivos e viris, caracterizados como masculinos, é um exemplo a se seguir, enquanto Lenny, gentil e emotivo, traços aceitos como femininos, é um exemplo a se reprimir. Louro (2016) explica que muito antes da criança nascer, a sociedade já assume um projeto de masculinização ou feminilização em função do sexo do bebê. Seja pela escolha do nome, das cores escolhidas para decoração do quarto, até nas expectativas acadêmicas e profissionais lançadas para um sujeito que nem chegou a nascer ainda (BALISCEI, AZEVEDO E CALSA, 2020).

Essas projeções não escapam de Lenny, uma vez que ele não atende as expectativas de seu pai, Don Lino. Fica claro em uma cena, onde Don Lino está em um restaurante

com os filhos, como mostra a figura 2, seu tom de desaprovação ao modo do Lenny de ser e agir.

Figura 2 – (Da esquerda para direita) Don Lino e seus filhos, Frankie e Lenny

Fonte: O Espanta Tubarões (2004).

Na cena em específico, Don Lino diz:

> Don Lino: Já falamos disso mil vezes, eu não quero ter que repetir. Presta atenção! Quando você vê uma coisa, você mata, come e ponto final. É o que os tubarões fazem, é uma bela tradição. Qual é o problema com você? O seu irmão Frankie aqui, é um matador, ele é lindo, ele faz o que deve ser feito. Mas você... Eu ouvi boatos... Você tem que entender, quando você dá uma de fraco, eu pareço fraco, e isso eu não aceito. Filho, você vai aprender a ser um tubarão, seja por bem ou por mal! (O ESPANTA TUBARÕES, 2004).

É fácil relacionar a cena com o conceito do Projeto de Masculinização dos Meninos, elaborado por Baliscei e Cunha (2021), o qual pertence à trama teórico-metodológica dos Estudos da Cultura Visual e dos Estudos das Masculinidades. De acordo com o autor e autora, trata-se de

> um conjunto de ações, pedagogias culturais e enunciados endereçados aos garotos, desde o nascimento, na expectativa de que eles, ao longo da vida, assumam habilidades, comportamentos, gostos, profissões, espaços e a (heteros)sexualidade que a sociedade valoriza como “apropriados” aos sujeitos masculinos (BALISCEI E CUNHA, 2021, p.368).

Na cena, Don Lino espera que Lenny assuma a chefia do Recife algum dia, no entanto, com os traços que ele apresenta durante o filme, o pai não considera que o filho seja capaz de tamanha responsabilidade. Sendo assim, o filme exibe a maneira com que os homens precisam provar sua masculinidade, por meio da violência e agressividade. O mesmo se confirma na pesquisa de Baliscei e Cunha (2021, p.370-371), já que, é através

do uso da violência que as figuras paternas ensinam para seus filhos que um homem “não leva desaforo pra casa”, que “sempre há que revidar a agressão”, ou então de que “não deve fugir de uma briga sem revidar”.

Como Baliscei e Cunha (2021, p.378) apontam, os pesquisadores/as dos Estudos das Masculinidades procuram identificar e problematizar os artefatos culturais que conferem, de algum modo, “características restritas e estereotipadas às múltiplas formas e identidades que as masculinidades podem adquirir”. Embora a animação seja de 2004, contudo, basta uma breve busca pela *internet* para encontrar enunciados culturais passíveis de problematização na contemporaneidade, no que diz respeito a conservação de certas masculinidades. É o que indicam duas notícias recentes extraídas do G1 (2018;2021).

De acordo com o portal de notícias G1 (2018), em agosto de 2018 um concurso da Polícia Militar do Paraná inseriu a “masculinidade” como um critério na avaliação psicológica. No edital a PM se referiu ao critério de “masculinidade” como a capacidade que um indivíduo possui de suportar cenas violentas e “não se emocionar facilmente”, além de não “demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”. Ainda mais recente (G1, 2021), o governo chinês alegou que seus homens e adolescentes haviam se tornado muito “femininos” e, para reverter esta situação, sugeriu uma reformulação nas aulas de educação física, com um maior foco nos esportes a fim de “cultivar a masculinidade dos alunos”.

Numa tentativa de escapar de sua realidade hostil e preconceituosa, Lenny foge em busca da aceitação e da liberdade, fato muito recorrente na vida de milhares de jovens LGBTQIA+. Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) relata processos opressores muito semelhantes durante a vida de jovens “bixas” pretas, dos quais é possível dialogar com a história de Lenny. Conforme a autora, as distinções entre indivíduos como, gênero, sexualidade, raça, classe social, entre outros, podem vir acompanhadas de situações violentas, resultante da intolerância e preconceito, punindo aqueles/as que desviam do que é concebido como o padrão.

Na busca por refúgio, Lenny encontra Oscar, protagonista da animação e que, embora carregado de preconceitos, aceita em abrigar o tubarão. Durante todo o filme, essa é a primeira vez que Lenny tem a oportunidade de dizer os seus segredos, dentre eles, o de ser vegetariano. Lenny então desabafa para Oscar:

> Lenny: Eu estou tão cansado de guardar esse segredo! Meu pai não me deixa esquecer e nunca vai me aceitar como eu sou. Qual o problema comigo?
>
> Oscar: Não! Não tem problema nenhum com você! (O ESPANTA TUBARÕES, 2004).

O acolhimento de Oscar abre novas possibilidades na vida de Lenny, uma delas é que o tubarão passa a se reconhecer como golfinho, que atente pelo nome de Sebastian.

Figura 3 – “Sebastian, o golfinho que lava baleias”

Fonte: O Espanta Tubarões (2004).

Lenny experimenta, pela primeira vez, a liberdade de ser o que quiser sem se preocupar com as expectativas de gênero que caia sobre ele. Concomitante a esse pensamento, Adichie (2015, p. 36-37) descreve que “o problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos. Seriamos bem mais felizes, mais livres para ser quem realmente somos, se não tivéssemos o peso das expectativas de gênero”.

A importância dessa cena se dá pelo fato de que, como um artefato da Cultura Visual, a animação pode exercer uma grande influência positiva direcionada para as crianças, ao passo que, desde o nascimento, todos estão sujeitos as influências do meio social, influências essas que interferem na concepção de cada ser (MORENO, 1999).

A pesquisa realizada por Franco (2021), por exemplo, mostrou que desde pequenos, as crianças já reforçam as características e estereótipos associados ao gênero masculino e feminino. O autor entrevistou crianças, entre meninos e meninas, de 7 a 10 anos e, de acordo com a pesquisa, 80% dos/as entrevistados/as relacionavam as meninas a atividades ligadas a estética como pintar as unhas e usar maquiagem. Para os meninos, porém, prevaleceram respostas voltadas para atividades físicas e jogos de videogame. O estudo problematiza o modo como as crianças já reafirmam estereótipos de gênero e sexualidade impostos socialmente, ao passo que, estes “[...] são tão profundamente incutidos em nós que é comum o seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (ADICHIE, 2017, p. 28).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os Estudos Culturais, pode-se adentrar nos campos dos Estudos da Cultura Visual e dos Estudos das Masculinidades que possibilitaram a identificação e problematização do gênero e sexualidade ensinados pela animação infantil O Espanta Tubarões (2004). Para Baliscei (2019), embora não sejam tão valorizados durante as etapas do ensino básico, os artefatos da Cultura Visual, tais como filmes, animações, propagandas e entre outros, os mesmos estão presentes dentro e fora do contexto escolar, sejam nos cadernos e mochilas, bem como nas brincadeiras e discussões entre os/as alunos/as (BALISCEI E STEIN, 2015). Já os Estudos das Masculinidades permitiram a apropriação desses artefatos culturais, sendo o ponto central deste estudo a animação O Espanta Tubarões (2004), para a análise da maneira que é apresentada as questões de gênero e sexualidade.

A escolha da animação como objeto de análise se dá, a partir do momento que o longa-metragem é um artefato cultural e, portanto, possui um potencial educativo, transformando um mundo de fantasia em uma ferramenta de ensino. Além disso, Fossatti (2011) afirma que as animações podem ser incorporadas ao contexto escolar, deixando as aulas mais dinâmicas e prazerosas, chamando a atenção das crianças com mais facilidade para aquilo que está sendo projetado.

Especificamente nesse estudo, questionou-se: Quais significados acerca de gêneros e sexualidades são apresentadas e ensinadas na animação *O Espanta Tubarões?* Como resposta, este estudo concluiu que Lenny, posteriormente conhecido como Sebastian, é uma figura importante para a quebra de estereótipos que são endereçados aos meninos. Lenny/Sebastian é delicado, gentil e emotivo, características que são consideradas “desviantes” as masculinidades e, se comparado ao seu irmão Frankie, símbolo de violência e agressividade, esses traços ficam ainda mais evidentes. A relação de Lenny com seu pai, por sua vez, revela discursos problemáticos e preconceituosos direcionados a Lenny, em uma tentativa da manutenção de sua masculinidade. Sendo um tubarão, Lenny é obrigado a demonstrar agressividade e força em troca da aceitação de sua família.

Por fim, Lenny se sente totalmente livre apenas quando se transveste de Sebastian, um golfinho que lava baleias. É como Sebastian, e longe daqueles que o oprimiam, que o personagem consegue se desprender da masculinidade tóxica e expectativas de gênero e sexualidade que o cercava. Além disso, compreendeu-se com o estudo que, desde a infância, as crianças já afirmam e reafirmam os estereótipos de gênero, uma vez que, os diversos artefatos culturais transitam para além dos contextos escolares.

4. REFERÊNCIAS

ACCORSI, F. A; TERUYA, T. K. Olhares sobre a publicidade como pedagogia cultural. In: SEMANA DE PEDAGOGIA, 2014, Maringá. **Anais da Semana de Pedagogia**. Maringá: UEM, 2014. v. 3, n. 1. Disponível em:<http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2014/minicursos.html >. Acesso em 20 de mar. 2021.

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução: Christina Baum. 1ed. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ADICHIE, C. N. **Para educar crianças feministas:** um manifesto. Tradução: Denise Bottmann. 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

ANDRADE, G. R. S. **A gorda não me representa! Educação e pedagogia cultural na novela carrossel.** 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Profª. Dra. Teresa Kazuko Teruya. Maringá, 2015.

BALISCEI, J. P. PROVOQUE - Problematizando Visualidades e Questionando Estereótipos: leitura de imagens fundamentada nos Estudos da Cultura Visual. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 77, p. 283-298, set./out. 2019. Disponível em: < https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index > Acesso em 20 de abr. 2021.

BALISCEI, J. P; AZEVEDO, L. M; CALSA, G. C. “Macho como um touro”: pedagogias culturais de masculinidades em duas versões da história de Ferdinando, o touro. **Revista Educação (UFSM),** Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-29, 2020. Disponível em: < https://periodicos.ufsm.br/reveducacao > Acesso em 02 de abr. 2021.

BALISCEI, J. P; CUNHA, S. R. V. “Faça como homem”: cultura visual e o projeto de masculinização dos meninos. **Revista Textura** – Revista de Educação e Letras, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 54, p. 367-391, 2021. Disponível em: < http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/index >. Acesso em 09 de mai. 2021.

BALISCEI, J. P; STEIN V. Como olhamos e somos olhados pelas imagens? Estudos críticos dos artefatos da cultura visual. **Revista Reflexão e Ação**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 1, p. 251-275, 2015. Disponível em: < http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index >. Acesso em 09 de mai. 2021.

DIAS, L. A. X. **Gênero discursivo filme de animação infantil**: práticas discursivas e ação docente para o multiletramento. 2015. 227 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2015.

FOSSATTI, C. L. **Categorias de narratividade no cinema de animação:**

atualização dos valores éticos de Aristóteles segundo Edgar Morin. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUC/RS, 2010. 409 p.

FOSSATTI, C. L. **Cinema de animação:** um diálogo ético no mundo no mundo encantado das histórias infantis. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, J. L. Meninos femininos e meninas masculinas: problematizações sobre a canção nosso gênero vem de deus, 2021, Maringá. **Anais do VII Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá: UEM, 2021. Disponível em: < https://viisies2021.wixsite.com/sies/trabalhos > Acesso em 14 de abr. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

G1. **Governo chinês investe em programa educacional para tornar meninos mais viris**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/02/17/governo-chines-investe-em-programa-educacional-para-tornar-meninos-mais-viris.ghtml >. Acesso em 20 de fev. 2021.

G1. **Concurso da PM do Paraná tem 'masculinidade' como critério em avaliação psicológica.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2018/08/13/concurso-da-pm-do-parana-tem-masculinidade-como-criterio-em-avaliacao-psicologica.ghtml >. Acesso em 15 de jun. 2021.

GUEDES, Maria. E. F. Gênero o que é isso? **Revista Psicologia:** Ciência e Profissão. Brasília: Câmara de Comunicação Social/ CFP, p. 4-11, 1995. Disponível em < https://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf >. Acesso em 15 de mar. 2021.

IMDB. **Box Office Mojo**. Disponível em: <https://www.boxofficemojo.com/year/world/2004/ >. Acesso em 12 de jun. 2021.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LUCENA JÚNIOR, A. **A arte da animação**: Técnica e estética através da história. São Paulo: Senac, 2011.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. Da Unicamp, 1999.

O Espanta Tubarões. Direção: Bibo Bergeron, Vicky Jenson e Rob Letterman. Produção: DreamWorks Animation. 2004. 1 DVD (90min) son., color. Dublado. Port.

OLIVEIRA, M. R. G. **O Diabo em forma de Gente:** (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

TERUYA, T. K. Sobre mídia, educação e estudos culturais. In: MACIEL, L. S. B.; MORI, N. N. R. (Org.). **Pesquisa em Educação:** múltiplos olhares. Maringá: Eduem, 2009. p. 151-165.

VIANNA, C; RIDENTI, S. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceito na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998, p.93-105.

CAPÍTULO 24

A EVOLUÇÃO DO TRABALHO: DA PRÉ-HISTÓRIA ATÉ AO TELETRABALHO

CLARISSA PERES FONTANA[1]

Resumo: O artigo trata da trajetória histórica do trabalho desde o período da idade média até teletrabalho, na contemporaneidade, com a introdução das tecnologias modernas. A abordagem teve por objetivo mostrar as dinâmicas societárias envolvidas no processo de surgimento do teletrabalho, ainda como forma de trabalho presencial, tanto como atividade humana relacionada à produção, como à sua manifestação como atividade profissional, no ensino a distância (EAD) na pandemia. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica.

Palavras-Chave: Trabalho, Teletrabalho, Tecnologia.

Abstract: The article deals with the historical trajectory of work from the middle age to telework, in contemporary times, with the introduction of modern technologies both as a human activity related to production, as well as its manifestation as a professional activity, in distance learning (EAD) in the pandemic. The methodology used was bibliographic research.

KEYWORDS: Work, Telework, Technology.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças no trabalho desde o fim da Idade Média até à modernidade foram inúmeras. Tais mudanças não só alteraram a forma como se compreende e se executa o trabalho, bem como por meio do próprio trabalho, a sociedade sofreu um processo de ressignificação de paradigmas sociais.

O contexto contemporâneo é para as empresas marcado pela alta competitividade, busca de novos mercados, processos e modelos de negócios. O avanço tecnológico das últimas eras, o incremento da ciência computacional, a mecatrônica e a robótica trouxeram ao ambiente corporativo novas ferramentas na busca de otimizar os processos internos, da gestão à produção. O mesmo se compreende à outras atividades que puderam ser virtualizadas, como o teletrabalho.

O trabalho pode ser considerado uma ação humana na transformação de objetos e processos, instrumentalizando-os no sentido de uma finalidade. Esta ação humana de transformação sofreu ao longo do tempo uma série de modificações e evoluções cul-

1 Licenciatura plena em Pedagogia e Pós-graduação em Educação Especial.

minando, na contemporaneidade, na digitalização e virtualização de inúmeros processos. Entretanto, é relevante rever estas alterações históricas sempre na perspectiva de considerar o trabalho e os processos a ele relacionados como dinâmicos e em contínua transformação e ressignificação.

Segundo Martins (2000, p. 168) a palavra trabalho vem "do latim "*tripalium*" que era uma espécie de instrumento de tortura ou uma canga que pesava sobre os animais. " Veschi (2019), e Bastos, Pinho e Costa (1995) fazem a mesma consideração acerca da origem da palavra trabalho, como sendo um objeto de tortura e castigo. Já para Lara (2019) e em um artigo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2021) o *tripalium* era um instrumento utilizado na lavoura. Independentemente da origem exata da palavra trabalho, o que se pode perceber é que o mesmo se relaciona com o conceito de uma ação humana.

Os autores que apresentam a origem da palavra trabalho como sendo relacionada à castigo e tortura, podem querer justificar a percepção contemporânea de alguns segmentos sociais do trabalho como algo penoso. Também costuma-se relacionar o texto bíblico do livro de Gêneses capítulo 3, versículo 17, que aponta o trabalho como um possível castigo à desobediência humana, "em fadigas obterás dela o teu sustento durante os dias de tua vida" (BÍBLIA, 1969).

Não é o objetivo deste artigo definir se *tripalium* era um instrumento de castigo ou ferramenta de trabalho, tampouco considerar se o trabalho é compreendido como algo penoso ou não, o que, de certa forma, não se sustenta na contemporaneidade pela variação dos modelos de trabalho e a presença da tecnologia, outrossim, cabe considerar que o trabalho pode ter surgido em um contexto pré-histórico.

2. O TRABALHO: DA PRÉ-HISTÓRIA A IDADE MÉDIA

Na pré-História, o Paleolítico foi um período histórico de longa duração considerado de 2,6 milhões de anos atrás até o ano 10 mil a.C. Foi neste período que se registraram as artes rupestres, esculturas e pequenas ferramentas obtidas pela quebra de pedras. Por isso o período é conhecido como o da "pedra lascada", ou seja, as lascas obtidas pela quebra de certas pedras destinavam-se a artefatos, armas e ferramentas. Nisto, se pode considerar que as primeiras ações humanas relacionadas a transformação da realidade, também são os primeiros trabalhos (CAIUSCA, 2019; ROSA; ZINGANO, 2013).

Para aprofundar tal percepção, é oportuno considerar então a concepção moderna da palavra trabalho. Conforme o entendimento de Neves *et al*. (2017) e Pereira (2021) o trabalho é considerado uma atuação do homem na modificação sobre os diferentes objetos ou processos relacionados a vida.

O interessante da concepção Neves *et al.* (2018) na compreensão moderna do trabalho é a percepção dele como uma atividade profissional (requer uma habilidade) remunerada ou não. Considerando o entendimento dos autores como correto, não haveria problemas de assumir a atividade pré-histórica como uma primeira forma de trabalho, visto que necessitava de uma determinada habilidade na criação de utensílios, armas e ferramentas, bem como a remuneração era relacionada a satisfação de necessidades fisiológicas ou psicológicas.

Já no período de 10 mil anos a.C., até 4 mil anos a.C., há uma transformação dos processos humanos de modificação da realidade, ou, como será chamada doravante, dos trabalhos realizados pelos seres humanos. O período histórico é conhecido como Neolítico ou como o período da “pedra polida” ou “nova pedra”. O trabalho humano de modificação da realidade se altera e se especializa, não se contentando mais com os subprodutos das lascas de pedras, mas polindo-as ou (refinando, afiando) no sentido de obter objetos mais precisos. Há uma especialização deste trabalho humano voltado à subsistência, com um aprimoramento do processo ou a origem das primeiras tecnologias. Foi neste período que ocorreu a Revolução Agrícola, pois a humanidade passou de uma configuração nômade para sedentária, fixando-se em áreas com um melhor suporte à vida (água e terra). Nisto, a agricultura foi desenvolvida como fator determinante para a fixação humana. Há uma nova modalidade de trabalho, o agrícola, que redesenhou a sociedade humana.

Ainda no entendimento de Mota (2020) o novo modelo social agrícola que redefiniu o papel de cada pessoa nele, expandiu a concepção do trabalho como algo individual ou familiar para algo coletivo, conferindo-lhe um processo (plantio e colheita), obrigação (papel social) e remuneração (subsistência pessoal ou coletiva). Esta compreensão já permite delinear a evolução histórica do trabalho como algo intrínseco à natureza humana (interagir e transformar a realidade). Talvez, esta concepção primeira do trabalho na era pré-histórica seja diferente de uma concepção já citada do trabalho como um castigo, alheio à vida humana e imposto por terceiros. Entretanto, cabe avançar na evolução histórica para ampliar o entendimento das diferentes percepções acerca do trabalho e as transformações tecnológicas e no processo produtivo que culminaram no atual teletrabalho.

O período histórico conhecido como Idade Antiga, vai de 4 mil anos a.C., até o começo da Idade Média, século V d.C. Neste período já está desenvolvida a agricultura e a pecuária, o domínio do fogo para a transformação dos metais e a escrita. Já existe um perfil tecnológico que se relaciona ao trabalho. Veschi (2019) irá sustentar que o trabalho já apresentava forte divisão social, destacando-se os artesões, os militares, a produção de alimentos e o trabalho escravo. A utilização de mão de obra escravizada para diversos trabalhos pode ter contribuído para a percepção do trabalho como algo penoso, de escravos, de pobres, ou como uma atividade reservada apenas para determinado segmento social.

Importantes considerações podem ser feitas neste período, segundo Veschi (2019), Martins (2000) e Ornellas e Monteiro (2006). O trabalho permeia toda a sociedade humana de forma hierarquizada, desigual, com diferentes remunerações. Se o trabalho escravo

era imposto a determinados grupos sociais, o relativo ao artesanato não seguia a mesma lógica. Geralmente relacionado com um núcleo familiar, era desenvolvido como forma de sobrevivência que não possuía a mesma obrigatoriedade do trabalho escravo ou militar. É conveniente detalhar que o trabalho dos artesãos era aplicado em diferentes contextos até, com o tempo, atingir as especializações como carpinteiro, serralheiro, pintor, escultor, padeiro, confeiteiro, ceramista e as diferentes ações manuais que significam o domínio de determinada técnica.

Ainda para os efeitos de compreender a evolução histórica do trabalho, é importante entender que ele se naturaliza socialmente como algo integrante à ação humana (como de fato o é ao analisar a pré-história). O trabalho foi aceito com o algo obrigatório no sentido do uso de mão de obra escravizada ou na busca de sobrevivência, ou como algo do qual a organização social não pode prescindir (militares, agricultores). Já no período histórico conhecido como Idade Média, dos séculos V a.C., até XV a.C., o trabalho vai ampliar as significações dos períodos anteriores, porém com significativos avanços no que se refere a tecnologia aplicada ao mesmo.

Na Idade Média persiste a figura do trabalho escravo, obrigatório e evidentemente assumido como um castigo e penoso. Há o trabalho agrícola e militar, entendido como fonte de subsistência ou lucro pessoal ou para o senhor feudal, ou obrigação coletiva (necessário ao bem da comunidade). No contexto medieval há uma série de transformações no trabalho que permitem a expansão dos feudos até o surgimento das novas cidades, bem como a criação do sistema bancário que sustentará o mercantilismo e o futuro capitalismo. Será neste período histórico que as bases da estrutura acerca da sociedade e do trabalho moderno irão ganhar contornos mais próximos ao entendimento contemporâneo.

Para compreender as mudanças no trabalho que culminaram em um novo modelo de sociedade, vale ressaltar as inovações tecnológicas do período também entendidas como a interação da humanidade com ferramentas que irão acelerar os processos produtivos, o que mais tarde será assumido na digitalização de atividades e nas ações remotas mediadas pela técnica.

3-INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO

As inovações tecnológicas do período medieval que aceleraram os processos produtivos são um novo sistema de atrelamento dos cavalos, a charrua e o moinho hidráulico. O novo processo de atrelamento dos cavalos, saindo do pescoço (que os sufocava) e indo para o ombro, garantiu maior tempo de utilização do animal bem como velocidade de trabalho. O mesmo se deu com a criação da charrua utilizando uma estrutura de madeira com uma ponta metálica na aragem do solo que, ao aumentar a velocidade, permitiu o trabalho em uma extensão maior da terra. Também o moinho hidráulico e o de vento caracterizam-

-se como protótipos dos sistemas de automação modernos, onde o movimento dos elementos naturais era mecanicamente convertido para o funcionamento da moagem que já não dependia mais da ação humana direta no processo (MARTON, 2020).

Marton (2020) aponta ainda para outras inovações tecnológicas que impactaram nos processos produtivos medievais como o relógio mecânico, protótipos de catapultas e metralhadoras, o estribo, e os autômatos, considerados robôs medievais. Segundo Toniolo (2021) estas inovações medievais permitiram o surgimento e o desenvolvimento de princípios mecânicos que eclodiram na Revolução Industrial.

A invenção da máquina a vapor em 1968 por Thomas Newcomen representou uma nova era para o trabalho humano, bem como a aplicação de novos instrumentos tecnológicos que aceleraram ainda mais os processos produtivos. Relacionando a Revolução Industrial com os períodos históricos anteriores já analisados, é notável como o trabalho surgido na necessidade de sobrevivência e subsistência na pré-história assume um contorno totalmente social nas eras posteriores. O trabalho tornou-se parte do fazer humano, coletivizado, assumindo características distintas para as diferentes classes sociais.

A tecnologia foi se alterando a cada momento histórico, ora como uma técnica no fazer, ora como a construção de ferramentas mecânicas quase autônomas para um avanço considerável no século XVIII. Oliveira (2001) considera a Revolução Industrial um período de grandes transformações sociais, o trabalho se modifica em escala industrial, provocando o êxodo rural, adensamento urbano e condições de trabalho precárias, com várias consequências sociais. Também irão dividir a Revolução Industrial em várias revoluções, com uma variação da matriz energética. Assim, a primeira Revolução ocorreu na Inglaterra, no século XVIII, usando o vapor de água para acionar engrenagens mecânicas aplicadas à produção/transformação de produtos. A segunda Revolução Industrial ocorreu no século XIX e o vapor de água foi substituído pela queima de combustíveis fósseis, no caso o petróleo e também o uso da energia nuclear (século XX).

Para compreender os elementos que interconectam as duas primeiras revoluções industriais basta compreender que uma fonte de energia movia um aparato mecânico para que produzisse/transformasse um determinado produto. Se até o fim da Idade Média a força humana e animal era utilizada na produção de bens, logo ela foi substituída pela eólica e hidráulica (natureza) para o mesmo tipo de produção.

Já no século XX ocorreu a terceira Revolução Industrial propiciada pela tecnologia computacional e avanços na genética, culminando na quarta Revolução Industrial chamada de Indústria 4.0, onde o uso de redes, sensores e processos automatizados aceleraram os processos produtivos tornando-os mundiais e novamente transformando as relações de trabalho. Basicamente, o mesmo princípio que norteava o uso da máquina a vapor continua presente hoje nas termelétricas.

O uso da energia elétrica logo substitui em grande parte o uso de combustíveis ou a força humana ou da natureza nas máquinas relacionadas aos processos industriais. Logo,

no século XX, com o surgimento dos computadores e redes, bem com o aprimoramento de *softwares*, ocorreu um processo de especialização das ferramentas produtivas intitulado automação, que, ao menos em princípio, ocorria parcialmente com o uso das diferentes máquinas industriais do passado. Entretanto, a automação do século XX e XXI assume um contorno distinto, onde há cada vez menos a participação humana no processo, que é modificada apenas para um papel de planejar, fiscalizar ou manter um pátio tecnológico em total funcionamento presencial ou remotamente.

A Revolução Digital ou Tecnológica é também compreendida como a 4ª Revolução Industrial, relativa aos aprimoramentos nos processos produtivos gerados pelas diferentes alterações de matrizes energéticas e métodos de produção associados à computação e aos avanços em *hardware* e *software*, em uma sociedade em rede e altamente digital. Neste sentido, a tecnologia industrial contemporânea distancia-se em muito dos modelos anteriores, em velocidade, acesso aos dados, modelos de prognósticos e sistemas automatizados.

Zanardi e Okada (2019) ressaltam as várias características acerca desta quarta revolução que basicamente, por meio da tecnologia, é impulsionada na fabricação de elementos físicos e virtuais, de forma veloz e praticamente ajustada à demanda dos consumidores que estão em todos os lugares do planeta. Há uma produção inteligente e ubíqua.

Outras características apontadas por Zanardi e Okada (2019) e Silva (2018) são as seguintes: a Inteligência Artificial; a Internet das Coisas; a robótica; a realidade aumentada e a realidade virtual; a gestão e interpretação de dados; a impressão em 3D e 4D. Aplicadas à indústria, tais características representam de fato uma revolução nos processos industriais no que tange à automatização de processos. Tanto a Inteligência Artificial quanto a Internet das coisas aplicada à robótica permitem processos de automatização na produção onde, basicamente, uma indústria operará utilizando computadores e máquinas supervisionados ou gerenciados pela ação humana. Já é o que se percebe na contemporaneidade em grandes plantas industriais.

Elementos relacionados à lógica de programação associados ao poder computacional (processamento de dados), tornam os processos já automatizados em inteligentes, adaptáveis e em sincronia com diferentes partes ao redor do mundo, onde o processo de fabricação pode ser simultâneo e preciso, no sentido de fabricar um produto com distintas partes e materiais não localizados geograficamente no mesmo lugar.

Conforme apontam Silva e Cardoso (2021) além dos impactos diretos na produção, a tecnologia contribui para que a gestão empresarial se torne mais eficaz, pois “o sensoriamento e a análise de dados para a tomada de decisão em tempo real, vem se tornando essenciais para tomada de decisão e acompanhamento da linha de produção [...] seu crescimento vem ampliando e tornando-se mais sólido ao longo do tempo”.

Levando em consideração a evolução do trabalho e os avanços tecnológicos a ele associados, bem como o incremento do poder computacional e das redes de comunicação,

o contexto contemporâneo apresenta uma nova modalidade laboral que é o teletrabalho. Lima Filho e Brasil (2019) argumentam que o teletrabalho já era debatido e implementado fora do Brasil nos últimos anos por apresentar flexibilidade e comodidade para empregadores e funcionários. Determinadas atividades essencialmente técnicas, artísticas, analíticas, de gestão ou correlatas podem prescindir da presença do funcionário na empresa justamente por se realizarem de forma tecnológica, mediadas pela computação e redes de dados. Tais atividades que se realizam pelo computador podem ser remotas pela ampliação das redes e sua capacidade de transmissão.

A Lei número 13.467 (BRASIL, 2017) em seu artigo 75º B preconiza que o teletrabalho é "a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo". Na compreensão da lei, vale ressaltar que o teletrabalho é uma forma ou modalidade de trabalho feita remotamente (fora da empresa) mediada por instrumentos tecnológicos (computadores – redes de comunicação).

Tal modalidade de trabalho apresenta-se como uma evolução que se incrementou ao longo das eras, desde o telégrafo, fax, televisão e recentemente a Internet e dispositivos como computadores, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*. É oportuno levar em consideração a diversificação do trabalho no contexto contemporâneo e sua contínua especialização. Neste sentido, quanto mais o trabalho se torna automatizado, maior é o uso de tecnologias na sua execução, gestão e análise.

De certa forma, muitas das atividades laborais têm uma relação estreita com a tecnologia, mesmo quando tal relação não é explícita. Quando o trabalhador que, por exemplo, realiza atividades manuais deve registrar a entrada e saída de alguma forma, mesmo manual, possivelmente acabará transformada em dados digitais. Quando não, a gerência do seu tempo de trabalho, pagamento, férias, impostos, ocorrências e sinistros acabam tendo uma mediação tecnológica (planilhas, transferências de fundos, envio de dados ao governo).

4. TELETRABALHO E A PANDEMIA

É justamente na relação com a tecnologia que o teletrabalho surge, já não mais operando implicitamente na atividade laboral, e sim explicitamente, pois é a tecnologia que permite que o trabalho seja realizado. A tecnologia se apresenta como elemento fundamental para a realização do trabalho, fazendo parte de sua essência.

O teletrabalho é diferente do trabalho em domicílio. Este último ocorre sem a supervisão do empregador ou uma mediação tecnológica com a empresa para que ocorra. Como exemplo de trabalho em domicílio pode-se citar as costureiras que trabalham em casa para o posterior envio do material para o empregador ou venda do mesmo para um comprador

ou contratante do serviço. No caso do teletrabalho ele ocorre intermediado pela tecnologia em uma tarefa relacionada, ou conectada, à empresa. Por exemplo, um gestor que analisa planilhas de gestão, performance ou rendimentos usa o computador e a rede para acessar a rede da empresa e seu servidor ou banco de dados para analisar as informações.

Ou, em outro caso, por meio de um fluxo de dados por e-mail ele pode consultar ou oferecer informações, bem como receber e analisar dados que podem ser enviados por meio de planilhas ou outros formatos digitais. O mesmo se estende para um engenheiro ao compilar uma planta, um artista para a criação e a elaboração de projetos ou até mesmo um analista que deve apresentar as suas considerações em relação a determinados assuntos. O teletrabalho mantém um vínculo síncrono ou assíncrono de dados com o empregador, sempre mediado por um instrumento tecnológico executado por meio de uma rede de dados (Internet).

Com a atual pandemia do novo Coronavírus Sars-Cov-2 (COVID19) e a paralisação de muitas atividades, foi necessário repensar os modelos e formatos de trabalho. Neste contexto, o teletrabalho ganha relevância pela urgência de continuar prestando serviços em meio ao distanciamento social.

A pandemia provocou a busca por alternativas diversas para dar continuidade à vários serviços laborais que já praticavam um hibridismo no formato presencial-remoto. Um exemplo disso foi a educação que já possuía uma série de plataformas para o ensino à distância (EAD). Tais plataformas trabalhavam de forma síncrona ou assíncrona como os alunos. Entretanto, durante a pandemia, os profissionais que trabalhavam de forma presencial tiveram que buscar alternativas para oportunizar uma educação não presencial. Muitos se valeram das redes sociais ou aplicativos de mensagens, vídeos ou videoconferências. Outros usaram as plataformas pedagógicas já existentes.

Também pequenos e médios empresários foram provocados a usar as redes sociais para comunicar-se com seus consumidores e oferecer serviços de *delivery*. O próprio governo aprimorou plataformas e aplicativos para oferecer serviços e se comunicar com a população. Neste sentido é permitido compreender que as atividades remotas mediadas pela tecnologia, entre elas o teletrabalho, foram forçosamente incrementadas pela pandemia do novo Coronavírus.

Lima (2020) apresenta algumas vantagens e desvantagens do teletrabalho. Como vantagens pode haver uma flexibilidade maior na jornada de trabalho, economia de tempo, pois não há necessidade de deslocamento até a empresa sobrando tempo para outras atividades e diminuindo o fluxo de trânsito. O empregador economiza por não necessitar de uma estrutura física para a execução do trabalho, apenas o investimento em tecnologias que permitam aos trabalhadores executarem as tarefas remotamente. Já como pontos negativos, a excessiva jornada de trabalho em frente a um computador pode gerar doenças relacionadas aos músculos e a visão, a falta de socialização, a ausência do espaço privado

(sua casa-computador torna-se “parte da empresa”) e a dificuldade de mobilização dos trabalhadores para demandas em comum.

Entretanto cabe ressaltar, assim como o trabalho evolui desde a pré-história até os dias atuais, pode-se com sinceridade assumir que o teletrabalho atual ainda está em fase de adaptação e normatização e também passará por transformações em seu formato, à medida em que avançam os instrumentos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Antônio Virgílio; PINHO, Ana Paula Moreno; COSTA, Clériston Alves. **Significado do Trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais**. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 20-29, nov/dez., 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZrvqCwgjTx9SKSsGhzwPH8R/?lang=pt Acesso: 20 de julho de 2021.

BÍBLIA. João Ferreira de Almeida. **Gêneses**. SBB: Brasília, 1969.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso: 20 de julho de 2021.

CAIUSCA, Alana. **Paleolítico**. Portal Guia de Estudo, Artigo, 2018. Disponível em: https://www.guiaestudo.com.br/paleolitico/amp Acesso: 20 de julho de 2021.

LIMA, Hugo Ferreira de. **O teletrabalho e a pandemia do Covid-19.** 25 f. 2020. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Artigo. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1346/2/O%20TELETRABALHO%20E%20A%20PANDEMIA%20DO%20COVID-19.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

LIMA FILHO, José Sarto Fulgêncio de; BRASIL, Ana Larissa da Silva. **O conceito legal de teletrabalho e sias repercussões nos direitos do empregado.** Revista Juris UniToledo, Araçatuba, Artigo, v. 4, n. 1, p. 111-126, jan./mar, 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Rev-Juris-UNITOLEDO_v.4_n.1.08.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

LARA, Bruno. **Trabalho: dor e felicidade**. Universidade de Brasília (UNB), Notícias, 2019. Disponível em: https://noticias.unb.br/artigos-main/3151-trabalho-dor-e-felicidade Acesso: 20 de julho de 2021.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Breve histórico a respeito do direito do trabalho**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 95, p. 167-176, 2000.

MARTON, Fábio. **Grandes invenções da Idade Média**. Portal Abril Editora, Revista Super Interessante, Artigo, 2020. Disponível em: https://super.abril.com.br/historia/grandes-invencoes-da-idade-media/ Acesso: 20 de julho de 2021.

MOTA, P. H. **Neolítico – o que foi e quais mudanças provocou na sociedade**. Portal Conhecimento Científico, R7, Artigo, 2020. Disponível em: https://conhecimentocientifico.r7.com/neolitico-2/ Acesso: 20 de julho de 2021.

NEVES, Diana Rebello; NASCIMENTO, Rejane Prevot; FÉLIX JÚNIOR, Mauro Sérgio; SILVA, Fabiano Arruda da; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Eletronic**

Library. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr./jun., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/?lang=pt Acesso: 20 de julho de 2021.

OLIVEIRA, Ana Cristina Salibe Baptistella de. **A evolução do processo produtivo e as novas competências do trabalhador**. 283 f. 2001. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Tese (Doutorado). Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253413/1/Oliveira_AnaCristinaBaptistellade_D.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. **Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, n. 4, p. 552-555, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/HqyzDDq4GTJRvYmjJkMwqcq/abstract/?lang=pt Acesso: 20 de julho de 2021.

PEREIRA, Andréa Renê. **Evolução do Trabalho e o trabalho em tempos globalizados**. Portal Estudos do Trabalho, Artigo, 2021? Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/andrearenepereira.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

ROSA, Augusto Pereira da; ZINGANO, Ester Miriane. **Pré-História: educação para a sobrevivência**. UNIASSELVI, Revista Maiêutica, a. 1, n. 1, 2013. Disponível em: https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/ART_EaD/article/download/314/58 Acesso: 20 de julho de 2021.

SILVA, Nelson. **Transformação Digital, a 4ª Revolução Industrial**. Fundação Getúlio Vargas, FGV Energia, Caderno Opinião, Artigo, 2018. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/coluna_opiniao_-_transformacao_digital.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

SILVA, Solimar Teixeira da; CARDOSO, Simere Mendes. **A Influência da tecnologia na produção e competitividade das empresas**. Portal Senais, Artigo, 2021? Disponível em: https://senaies.com.br/news/artigo-a-influencia-da-tecnologia-na-producao-e-competitividade-das-empresas/ Acesso: 20 de julho de 2021.

TONIOLO, Ênio José. **O progresso técnico da Idade Média.** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Divisão de Astrofísica, Artigo, 2021? Disponível em: http://www.das.inpe.br/~alex/Ensino/cursos/historia_da_ciencia/artigos/tecnica_na_idade_media_42.pdf Acesso: 20 de julho de 2021.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **A Etimologia do Trabalho**. Portal da UFRGS, 2021? Disponível em: https://etimologia.com.br/trabalho/ Acesso: 20 de julho de 2021.

VESCHI, Benjamin. **Etimologia de Trabalho**. Portal Etimologia, 2019. Disponível em: https://etimologia.com.br/trabalho/ Acesso: 20 de julho de 2021.

ZANARDI, André Luiz; OKADA, Roberto Hirochi. **Transformação Digital na Indústria: 4ª revolução industrial**. Faculdade de Tecnologia de Garça (FATECGARCA), Artigo 2021? Disponível em: https://fatecgarca.edu.br/ojs/index.php/efatec/article/download/171/153/ Acesso: 20 de julho de 2021.

CAPÍTULO 25

A PRÁTICA DA “MEDICINA ILEGAL” NA REGIÃO DE MALLET-PR: O CASO DAS “IRMÃS DO COLÉGIO” (1939-1940)

HENRIQUE ALEXANDRO SENDERSKI[1]
UNICENTRO – Campus de Irati-PR

RESUMO: A pesquisa desenvolve uma investigação sobre os saberes e as práticas que constroem o cotidiano da região de Mallet-PR em 1939 e 1940. A utilização do processo-crime como fonte desse estudo permite a proximidade com as novas possibilidades para o desenvolvimento historiográfico. A condição de apresentar a realidade por meio do arquivo criminal torna-se uma atitude que inova a maneira de pesquisar e de compreender esse contexto. No processo-crime estudado as irmãs do colégio de Vera Guarani (Paulo Frontin) são identificadas como praticantes da “medicina ilegal”. A influência das irmãs do colégio, nessa época, é marcada pelo exercício da prática de cura. Essa análise permite a verificação dos discursos que favorecem a criminalização tanto dessa prática quanto dos seus sujeitos. A busca de um referencial teórico em Michel Foucault inspira a compreensão dos discursos presentes e justificados pelas relações de poder nessa sociedade. Essas relações destacam os conflitos, interesses e controles que podem ser identificados e dignos de serem observados para a compreensão dessa realidade. Esses discursos e resistências permitem o entendimento das estratégias que fundamentam o próprio conceito de crime nesse período. Dessa forma, há uma busca pela compreensão das características de uma sociedade que pode disciplinar e também produzir os seus sujeitos como criminosos. A perspectiva histórica, nesses parâmetros, assume o compromisso de dar visibilidade aos elementos que possam promover um desempenho historiográfico através das práticas que são identificadas nesse cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas de cura; Medicina ilegal; Processos-crime; Cotidiano.

ABSTRACT: The research develops an investigation into the knowledge and practices that build the daily life of the Mallet-PR region in 1939 and 1940. The use of the criminal process as a source of this study allows for proximity to new possibilities for historiographical development. The condition of presenting reality through the criminal file becomes an attitude that innovates the way of researching and understanding this context. In the criminal process studied, the sisters from the school of Vera Guarani (Paulo Frontin) are identified as practitioners of “illegal medicine”. The influence of the college sisters at that time is marked by the practice of healing. This analysis allows the verification of discourses that favor the criminalization of both this practice and its subjects. The search for a theoretical framework in Michel Foucault inspires an understanding of the discourses present and justified by power relations in this society. These relationships highlight the conflicts, interests and controls that can be identified and worthy of being

1 Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO – Campus de Irati-PR, henriquesenderski@gmail.com.

observed in order to understand this reality. These discourses and resistances allow us to understand the strategies that underlie the very concept of crime in this period. Thus, there is a search for understanding the characteristics of a society that can discipline and also produce its subjects as criminals. The historical perspective, in these parameters, assumes the commitment to give visibility to the elements that can promote a historiographical performance through the practices that are identified in this daily life.

KEYWORDS: Healing practices; Illegal medicine; Criminal proceedings; Daily.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolve uma investigação sobre os saberes e as práticas que constroem o cotidiano da região de Mallet-PR nos anos de 1939 e 1940. Esse estudo pode ser direcionado ao distrito de Paulo Frontin, pois, pela utilização do processo-crime como fonte, foi efetuado o encontro com esse espaço que se tornou digno de análise aos âmbitos da história. As características destacáveis, nesse espaço e tempo, são identificadas como “práticas de cura” e que se enquadram, pelo estabelecimento do processo, como práticas da “medicina ilegal”. Como essas práticas de cura são referências para a nossa reflexão, nos unimos ao pensamento de Antônio Carlos Duarte de Carvalho quando ele afirma que com o estudo do processo criminal “destacamos também, as propostas de reeducação da população e de repressão às práticas populares de medicina, elaboradas por médicos, autoridades públicas e intelectuais do período”(CARVALHO, 1999, p. 15).

A fonte histórica do processo-crime provoca o desejo da verificação sobre o contexto dessa realidade. Os questionamentos que surgem voltam-se à proposta de entender a existência das representações adequadas para a construção desse processo. Assim como afirma Sidney Chalhoub, no trabalho com o processo-crime, essa fonte representa “uma encruzilhada de muitas lutas” (CHALHOUB, 1986, p.23). Essas lutas podem ser destacadas como sendo os conflitos, interesses e controles que possam ser identificados para a compreensão da realidade. “Lutas” que se manifestam como o reflexo de uma sociedade que pauta os seus comportamentos ou julgamentos éticos na edificação de representações e símbolos, e nesse caso, através do processo-crime.

O CASO DAS “IRMÃS DO COLÉGIO” NA REGIÃO DE MALLET-PR

A utilização do processo-crime, encontrado no CEDOC[2] - Centro de Documentação – do Campus de Irati-PR, como fonte desse estudo, permite a proximidade com as novas

2 Centro de Documentação e Memória do *Campus* de Irati, CEDOC/I, é um órgão colegiado vinculado à Direção do *Campus* de Irati, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, voltado ao tratamento arquivístico de documentos de caráter permanente, reconhecidos pelo seu valor histórico, científico e cultural, produzidos e recebidos pela instituição e preferencialmente, documentos relacionados com a região

possibilidades para o desenvolvimento historiográfico. A condição de apresentar a realidade por meio do arquivo criminal torna-se uma atitude que inova a maneira de pesquisar e de compreender esse contexto. Como personagens principais desse processo encontramos as irmãs do colégio de Vera Guarani (Paulo Frontin) identificadas como praticantes da "medicina ilegal". A influência delas nessa região é marcada pelo exercício da prática de cura. É notável que os discursos propõem a criminalização tanto dessas práticas quanto dessas personalidades que são envolvidas.

Pensar nesse contexto torna-se uma tarefa complexa. Essa complexidade ocorre pela intensidade dos acontecimentos que envolvem esse período e também pelos variados setores que são atingidos pelos interesses dessa sociedade. Podemos observar essa ideia já no início do processo-crime pela documentação dirigida ao senhor Subdelegado de polícia de Paulo Frontin que "tendo o Ex.° Sr. Dr. Juiz Municipal, deste Termo, determinado que seja aberto inquérito sobre o fato de que as Irmãs do Colégio de Vera Guarani – que talvez exerçam a medicina ou farmácia Ilegalmente conforme parecer do Sr. Dr. Promotor Público"[3]. Ainda nesse sentido, por meio dessa abertura no processo com pedidos e documentações oficiais partimos agora para a verificação do "auto de busca e apreensão que ocorreu em 14 de dezembro de 1939". Nessa ação "foram encontrados no armário (do colégio) uma quantidade de drogas e produtos químicos e farmacêuticos"[4].

Depois que ocorre a apreensão desses produtos, na mesma data de 14 de dezembro de 1939, o delegado pede ao escrivão para intimar a irmã superiora do colégio. A intenção é que a irmã possa prestar declarações. Dessa forma, aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 1939, na subdelegacia de Polícia, na Vila de Paulo Frontin, onde se achava o subdelegado de Polícia em exercício, Décio de Oliveira Vianna, se apresenta a irmã Josefa. Ela era a irmã superiora do Colégio de Santa Luiza de Vera Guarani, sabendo ler e escrever e sendo interrogada sobre o fato constante do ofício disse que:

> Praticavam o ramo da medicina porque ignoravam que fosse proibido por lei e mesmo que nunca foram notificadas por nenhuma autoridade para não mais praticar o dito ramo; praticava nas mesmas irmãs do colégio quando necessitavam, nos alunos e alguns particulares quando tratava de doenças de pouca importância e desses particulares os que podiam pagar eram cobrados. E os que não podiam pagar era grátis o tratamento, e que nunca fez operação cirúrgica em quem quer que fosse; que não tinha licença de saúde pública para praticar o ramo, porque nunca ninguém exigiu; é formada como farmacêutica na Europa, mas que seu diploma deixou em poder na diretoria de um convento na Europa; tem pleno conhecimento do ramo de farmácia"; nunca havia receita médica em sua farmácia; a farmácia existente no colégio era de toda a responsabilidade da declarante; nunca receitou para ninguém, não aplicavam remédios e nem injeções em particulares quando chamavam, e uma parte dos remédios que existia na farmácia a declarante já encontrou na mesma quando chegou ao colégio; que não é formada em odontologia, mas algumas vezes trabalhava no mesmo ramo; tem pleno conhecimento do ramo de odontologia.[5]

---

de abrangência da UNICENTRO, produzidos no âmbito púbico ou privado.

3 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 02.

4 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 04.

5 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 06.

A declaração das irmãs do colégio, ou da irmã superiora Josefa representando as demais, demonstra a prática de cura como atuante aos âmbitos das suas ações no colégio e na comunidade. Dessa forma se confirma, por elas, a realização dessas práticas. No entanto, por meio da declaração, surgem algumas observações referentes à falta de orientação das irmãs sobre a leis existentes, assim como elas mesmas afirmam. Pois a falta das orientações e de conhecimentos, relatados pelas irmãs, se apresentam como situações contraditórias quando comparadas à formação, diplomas e instruções que elas revelavam possuir. Essa situação favorece a continuidade e intensidade de todo o processo, principalmente com as declarações das testemunhas.

A primeira testemunha a se apresentar foi José, 40 anos, casado, lavrador, residente em Vera Guarani deste distrito. Disse:

> Que há 3 anos, mais ou menos, o depoente cortou o pé com uma foice e foi em seguida à casa das irmãs em Vera Guarani, afim de buscar remédio para fazer a cura do seu pé, e depois de feito o curativo pela irmã Josefa, esta ainda lhe forneceu um vidro contendo líquido, cujo nome o depoente ignora. O depoente pagou pelo remédio e o curativo a importância de 5.000 (cinco mil réis), apesar de ter a mesma freira exigido 10.000 (dez mil réis), o que não foi pago em vista de ter o declarante achado caro; José nunca mais usou remédios das mesmas, porque nunca mais as procurou, mas sabe que as mesmas irmãs têm tratado de outras pessoas, conforme o depoente viu uma irmã no quarto do Senhor Miguel que se achava doente, não afirmando o depoente se é a mesma irmã Josefa, porque ele não entrou no quarto e por isso não a reconheceu, mas sabe que essa irmã foi tratar o doente. Ele nunca ouviu dizer de alguém que a irmã tivesse feito alguma operação cirúrgica em alguma pessoa, e que não sabe se a mesma irmã trabalhava em odontologia.[6]

Como segunda testemunha se apresentou Ladislau, 54 anos, casado, lavrador, residente neste Distrito. Ao referente processo disse:

> Que há três anos mais ou menos o depoente estando com sua senhora doente em estado grave, chamou a irmã Josefa para vir fazer uma visita à mesma, receitar algum remédio, a dita irmã chegando em casa do depoente em seguida examinou a senhora do mesmo e achou que o estado da mesma era grave e não achou-se habilitada para fazer o tratamento, e em seguida a mesma mandou o depoente que procurasse um médico para tratar do caso; que o depoente perguntou à mesma irmã quanto custava a visita que esta havia feito à sua senhora, esta respondeu que desse o que quisesse, o depoente deu alguns cereais em pagamento; que o depoente nunca viu falar que a mesma irmã praticasse alguma operação cirúrgica em alguém, e nem tampouco trabalhasse em odontologia.[7]

Miguel, 66 anos de idade, casado, lavrador, residente em Vera Guarani, deste Distrito é a terceira testemunha que foi apresentada. Sobre os fatos disse:

> Há mais de dois anos o depoente estando com sua senhora doente, foi a Rio Claro para trazer a irmã Josefa com o fim de vir fazer o tratamento de sua senhora, e veio a dita irmã em companhia do depoente e chegando à casa do mesmo examinou a enferma e voltou à Rio Claro, e no dia seguinte mandou o remédio preciso para a casa, que no terceiro dia a referida irmã voltou em casa do depoente trazendo consigo mais alguns remédios e assim que chegou em casa do mesmo, aplicou

6 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*.08.

7 *Idem*.

> algumas lavagens na enferma, e alguns emplastos, e assim chegou mais algumas vezes com o fim de fazer visitas; que o depoente nada pagou pelo tratamento de sua senhora, porque a mesma irmã lhe devia algumas obrigações, e mesmo que muitos remédios o depoente havia feito presente à mesma; que o depoente nunca viu falar que a irmã Josefa procedesse alguma operação cirúrgica em alguém, e nem tão pouco que a mesma trabalhasse em odontologia; que sabe que muitos quando se machucam ou têm qualquer ferida no corpo vão buscar remédio na casa da irmã, porque esta, quase não cobra nada e muitas vezes levam remédios em troca de mantimentos.[8]

A quarta testemunha foi Jacob, com 47 anos de idade, casado, alfaiate, residente em Vera Guarani, deste Distrito. Disse:

> Que um ano a mais estando o depoente com sua senhora e mais um filho doentes, chamou a irmã doutora do Colégio Santa Luiza para fazer o tratamento dos mesmos doentes; esta chegou em casa do depoente trazendo consigo alguns remédios, e aplicou nos mesmos algumas ventosas, e dias depois a mesma irmã veio em casa do depoente afim de visitar os doentes e trouxe um vidro de remédio fortificante para o filho do mesmo; e que na primeira visita que a irmã fez uma injeção em seu filho; que passado mais alguns dias a mesma irmã mandou um vidro de fortificante para a sua senhora, cujo remédio o depoente ignora o nome, porque o mesmo vidro não tinha rótulo; que o depoente pagou pelos primeiros remédios 30.000 (trinta mil reis) em dias depois foi cobrado pela mesma irmã mais 12.000 (doze mil reis) da senhora do depoente na ocasião que foi buscar um vidro com remédio em casa da irmã, apesar de ter esta apresentado a conta de 30.000, que não foi pago em vista de ter a senhora do depoente achado caro; e que sabe que, por diversas pessoas, a mesma irmã era chamada para fazer tratamentos; que não sabe se a mesma irmã é dentista e que nunca ouviu falar que a mesma irmã tivesse procedido em alguém alguma operação cirúrgica.[9]

As práticas realizadas pelas irmãs tornam-se evidentes com os depoimentos das testemunhas. Um fator que chama a atenção é a referência dada à irmã Josefa, como sendo a responsável pela prática de curar. Antes ocorria uma generalização às irmãs do colégio e agora surge a identificação dessa irmã como sendo "a doutora do colégio".[10]

Passando para a fase quase conclusiva do processo, o subdelegado manifesta um parecer, afirmando que "do presente inquérito, ficou patentemente provado que a irmã Josefa, diretora do colégio Santa Luiza em Vila Guarani, já há muitos anos vem usando ilegalmente o ramo de medicina, como ficou constatado pelos depoimentos das quatro testemunhas".[11]

Após essa manifestação do subdelegado de polícia os registros desse processo demonstram que em 12 de janeiro de 1940 o Promotor Público Adjunto manifesta-se ao Dr. Juiz Municipal do Termo. As palavras proferidas constam de um requerimento. Dessa maneira o Promotor diz:

> Requeiro à V. Ex. ª a volta dos autos à subdelegacia de polícia de Paulo Frontin, para que a respectiva autoridade, intime a irmã Josefa, superiora do colégio de

8 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*.08.

9 Idem.

10 Idem.

11 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 10.

> Vera Guarani, afim da mesma dizer o seu nome por extenso e quais as irmãs que exerciam consigo a medicina, especificando todos os nomes". [12]

Em seguida observamos no processo a manifestação do subdelegado de polícia, Décio de Oliveira, com o registro de um parecer em 20 de janeiro de 1940. Nesse parecer o subdelegado revela:

> É absolutamente impossível cumprir o requerido pela Promotoria nos presentes autos, e deferido por V. Ex. ª, porquanto as Irmãs do Colégio de Vera Guarani, deste Distrito, ausentaram-se para lugar incerto e não sabido, sendo ignorados os seus verdadeiros nomes. Não há neste Distrito pessoas que possam informar qualquer coisa a respeito, que possa esclarecer à justiça [...][13]

O pronunciamento dessas palavras causou inquietação nas autoridades judiciais que acompanhavam o desenrolar desse auto. E a nossa observação a esses fatos nos permitiu a interpretação de que as práticas das irmãs eram aceitas pelo povo dessa região, pois a recusa de informar o paradeiro delas favorece essa conclusão. Esse fenômeno, do desaparecimento dos praticantes da arte da cura, não é algo novo, e, portanto, não é inédito nessa região. Assim constatamos a transparência nessa ação, de uma necessidade de permanência da atuação desses agentes da arte de curar em toda a região.

Em 30 de janeiro de 1940 o promotor registra a sua indignação antes do arquivamento desse processo, manifestando que:

> Dada a falta de zelo da autoridade policial que dirigiu este inquérito, não pode em absoluto esta Promotoria Pública requerer a devida punição. A ação da Justiça torna-se nula, diante do aspecto deste processo. "Falta dos nomes dos infratores". Requeiro, pois, que seja arquivado o presente inquérito.[14]

No teor dessa manifestação indignada do promotor é que, na sequência, nos deparamos com o registro do arquivamento desse processo datado em 02 de fevereiro de 1940.

UMA "HISTÓRIA CULTURAL DO CRIME"

Integramos ao desenvolvimento das investigações culturais, dessa sociedade e através desse processo-crime, o que pode ser identificado como a perspectiva da "História Cultural do Crime". Nesse aspecto é que buscamos entender as relações sociais que fundamentam a construção dessa nossa fonte. Esse documento que nos guia para a região visitada permite compreender a "história de um imaginário social". Quando Dominique Kalifa nos conduz o conceito dos "bas-fonds" logo os identificamos, pois, "os *bas-fonds* são assim lugares, estados e, por fim, indivíduos. O povo dos *bas-fonds* se declina em uma intermi-

12 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 12.

13 Idem.

14 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 13.

nável lista: toda a legião dos 'malfeitores', todos aqueles [...] que nasceram da fecundação imunda do vício, do crime e da miséria" (KALIFA, 2017, p.13-14). As relações construídas nesse imaginário social permitem identificar as mais complexas categorias que são formadas. As pessoas que são acusadas, no processo, como praticantes da "medicina ilegal", são denunciadas pelos "investigadores e observadores sociais", ou seja, aqueles que assumem um "poder" na tentativa de criminalização das "artes de curar" (WEBER, 1999).

Pensar o viés do crime, ou da prática da criminalidade, acaba assumindo uma noção investigativa no processo de compreensão da realidade. Como afirma Boris Fausto quando pesquisa o crime e o cotidiano, "se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais" (FAUSTO, 2014, p.27). Essa relação ou conflito com os padrões dos comportamentos é o que direciona a compreensão dos valores, ideias e sentidos sociais. Já Marcos Luiz Bretas observa que "as pesquisas recentes na área da história social inverteram esse eixo e deslocaram o crime para o centro da vida social, destacando a proximidade entre o cotidiano e o comportamento considerado criminoso" (BRETAS, 1991, p.49). A inversão do eixo observada por Bretas se refere à compreensão de que antes o crime era considerado como sinal de desordem ou assumia um sentido "patológico" da sociedade. Cabe perceber que o desenvolvimento historiográfico passa a apresentar o aspecto da criminalidade como compreensão da sociedade. Destacando ainda mais essa importância, Bretas observa que "a 'descoberta da voz' dos grupos dominados a partir dos arquivos da Justiça Criminal levanta uma série de questões novas para o historiador" (BRETAS, 1991, p.49). A condição de apresentar a realidade por meio dos arquivos criminais torna-se uma prática de pesquisa que inova a maneira de compreender a realidade.

A TENTATIVA DE CRIMINALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS

Entender o que consideramos como a tentativa de criminalização das práticas é um dos principais fatores dessa pesquisa. O desenvolvimento investigativo desse processo-crime possibilita a percepção de uma produção da criminalidade. Essa construção da imagem de quem comete o "crime" torna-se nítida quando são averiguados os discursos dentro desse processo.

No início o discurso que é enfatizado já se manifesta na atitude da busca e apreensão dos produtos ilegais, "material comumente ao ramo farmacêutico"[15], encontrados no colégio. Essa ação pode implicar na interpretação de que a justiça está inibindo as intervenções criminosas realizadas pelas irmãs. Nesse sentido, as pessoas que representavam a lei nessa sociedade se apresentavam como mantenedoras da ordem e, por isso, justificavam essa atitude de imposição ou coerção.

15 Processo-Crime, Mallet, 1939, CEDOC/I. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10. *fls*. 04.

Esse processo analisado, correspondente ao período de 1939-1940 na região de Mallet-PR, permite a verificação e contextualização de que a prática de cura estava sendo enquadrada à ilegalidade e à criminalidade. Cabe ressaltar que nesse momento o que estava em vigor era a orientação do Código Penal de 1890, mesmo que já se construíam os parâmetros do novo Código Penal de 1940.

Na compreensão do contexto e da abordagem dos elementos constituintes dessa realidade penal cabe ressaltar os princípios do código que ainda estava em vigor. É dessa maneira que José Henrique Pierangelli nos apresenta o que se refere à prática da medicina ilegal no Código Penal de 1890:

> Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, arte dentária ou a Pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou o magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: Paragrapho único. Pelos abusos comettidos no exercício illegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa. Art. 158. Ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo, assim, o oficio do denominado curandeiro. (PIERANGELLI, 1980, p.286)

Para a estrutura desse código já se desenvolvia uma preocupação sobre as práticas populares da medicina. Dessa forma, se percebe a constante ou até intensa procura pela punição, criminalização e perseguição às práticas populares da cura.

Por essa análise, entendemos que o contexto é marcado pelos efeitos políticos e econômicos de uma organização nova da sociedade brasileira. Essa novidade se refletia pelos fatores aos quais a administração brasileira assumia como modelo de governo - a República.

Da proposta nova para a sociedade brasileira, em princípios republicanos, percebem-se fatores que serão valorizados como mecanismos de adequação desse sistema. Podem ser apontados os elementos que buscavam “qualificar” a sociedade aos moldes europeus. Essa qualificação se caracteriza pela implantação de ações e de comportamentos que transformavam a realidade do Brasil em uma sociedade padronizada, ou seja, que refletia no cotidiano o modelo social, político e econômico.

Ao pensar a realidade social, nessa época, participamos de um processo dinâmico que relaciona as propostas de mudanças que construíam a sociedade junto com os significados que edificavam esses princípios e práticas. Essa dinâmica assume também uma relação conflitante entre essas práticas por meio da promoção da saúde.

Nesse processo criminal tornam-se presentes os poderes que trazem o reflexo de uma produção da medicina popular como crime. Assumiam essa mesma proporção as demais ações contrárias às práticas ditas como oficiais. É nesse aspecto que as práticas realizadas pelas irmãs do colégio se enquadravam também ao critério da ilegalidade. Portanto,

os discursos que exaltam as autoridades médicas e judiciais também buscam demonstrar a produção de uma verdade sobre os fatos. Assim pode ser notado que:

> O objetivo da criminalização às práticas de medicina popular e do enquadramento dos curandeiros (benzedores, massagistas, ervateiros, feiticeiros, macumbeiros, etc.) era coibir o exercício deste tipo de medicina na sociedade, principalmente no seio das famílias, onde ocorria a reprodução das práticas de medicina. (CARVALHO, 1999, p.71).

Com a personalidade da irmã Josefa, ou das irmãs do colégio, as práticas de cura realizadas assumem a conotação de crime, ou passam pelo processo de criminalização por meio dos discursos presentes nesse auto.

A busca de um referencial teórico em Michel Foucault também nos inspira na compreensão das relações de poder nessa sociedade. Os conflitos, interesses e domínios que podem ser identificados nos discursos e resistências permitem o entendimento das estratégias que fundamentam o conceito de crime nesse período. Dessa forma, ocorre a compreensão de uma sociedade que pode disciplinar os seus indivíduos e também produzir os sujeitos como criminosos.

Partindo dessa reflexão é que se nota como o poder está intrinsecamente condicionado aos elementos que favorecem a compreensão da realidade. Dessa maneira, o poder se manifesta em linguagem que constrói o que Foucault identifica como os “enunciados” que são estabelecidos em “discursos” na sociedade. Por isso, o “poder, para Foucault, é apenas a forma, variável e instável, do jogo de forças que definem as relações sociais em cada momento histórico concreto, e que se define através de práticas e discursos específicos” (PASSOS, 2013, p. 11).

Em “Arqueologia do Saber”, Foucault sugere que os sujeitos são formados ou constituídos pelos discursos que lhes são estabelecidos, ou seja, o discurso produz sujeitos pois “situa os lugares do sujeito na espessura de um murmúrio anônimo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.19). Torna-se pertinente, nesse sentido, a percepção de que ocorre uma complexidade de elementos constitutivos de discursos que favorecem a formação de sujeitos, inclusive a organização das instituições que necessitam, por meio de suas linguagens, da elaboração de discursos para a efetivação dos seus sujeitos. Sendo assim, as instituições precisam dos enunciados para também exercerem poder sobre seus indivíduos. Pode-se ainda presumir que, para a formação de seus sujeitos, ocorre a utilização dos discursos e do poder nessa dinâmica cultural e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os elementos que constituem as mentalidades das ações dos indivíduos em cada contexto histórico é o que permite o estabelecimento de uma historiografia para a interpretação da realidade.

Antes mesmo de estabelecer a análise às práticas de cura e suas manifestações torna-se necessário o apontamento dos elementos estruturais das suas legitimações. Quando pensamos em uma sociedade e o contexto que a constitui, podemos pensar também no que se refere à construção do seu cotidiano.

A região de Mallet-PR se apresenta como uma realidade digna de estudo pela fonte do processo-crime que nos direciona às práticas das irmãs do colégio de Vera Guarani (Paulo Frontin) em 1939 e 1940. As práticas de cura que são desempenhadas por elas, nesse contexto, são caracterizadas como “medicina ilegal” ou ainda como “exercício ilegal da profissão”[16]. Com essas expressões é despertado o interesse pela compreensão e entendimento dos fenômenos históricos que constroem essas representações nesse cotidiano. Torna-se importante, para essa investigação, a verificação dos elementos que podem estar associados na formação do contexto desse período. Nesse sentido, podem ser destacadas as relações de conflitos, interesses e controles que podem ser identificados e dignos de serem observados para a compreensão dessa realidade.

Os discursos e resistências que podem ser visíveis pelo processo-crime permitem o entendimento das estratégias que fundamentam o próprio conceito de crime nesse período. Dessa forma, há uma busca pela compreensão das características de uma sociedade que pode disciplinar os indivíduos e também produzir os seus sujeitos como criminosos.

A perspectiva histórica, nesses parâmetros, assume o compromisso de dar visibilidade aos elementos que possam promover um desempenho historiográfico através das práticas que são identificadas nesse cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Marcos Luiz. **O crime na Historiografia Brasileira**: uma revisão na pesquisa recente. In: BIB, Rio de Janeiro, n. 32, 2° semestre de 1991, p. 49-61.

CARVALHO, Antônio Carlos Duarte de. **Curandeirismo e Medicina**: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. Londrina: Ed. UEL, 1999.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim – **O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

16 Expressões que identificam os assuntos dos processos-crime referentes ao período e aos espaços pesquisados.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds**: História de um imaginário. São Paulo: EDUSP, 2017.

PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil**: Evolução Histórica. Bauru – SP: Javoli, 1980.

WEBER, Beatriz Teixeira. **Artes de Curar**: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFMS; Bauru: EDUSC – Editora do Sagrado Coração, 1999.

FONTE:

CEDOC/I. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO), Campus de Irati-PR. Fundo Judiciário da Comarca de Mallet. BR. PRUNICENTRO. PB003.1/127.10.

CAPÍTULO 26

ESPAÇO E REGIÃO: UMA DISCUSSÃO INICIAL PARA O ESTUDO DOS RELATOS DOS VIAJANTES E EXPLORADORES DO SÉC. XIX-XX

TAIANE MULLER DA SILVA

OSÉIAS DE OLIVEIRA
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO

RESUMO: A proposta desta reflexão integra parte das discussões que têm sido efetuadas na pesquisa desenvolvida no Programa de Iniciação Científica (PROIC) da UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), com o título "O sertão nos relatos dos viajantes e exploradores do séc. XIX-XX", cujo objetivo principal é compreender a construção de regiões a partir dos discursos presentes nos relatos de viajantes e exploradores. Como principal abordagem utiliza-se da interdisciplinaridade entre as áreas de História e Geografia e seus principais conceitos de espaço, território e região os quais passaram a ser importantes para a historiografia junto a ideia de tempo. Destaca-se a importância do estudo da História Regional visando conhecimentos mais ricos e detalhados sobre os fatos ocorridos no decorrer dos tempos. Aborda-se também o papel do historiador nessa ciência antes entendida apenas como estudo do passado humano, seguido de estudo do homem no tempo e enfim definido como estudo do homem no tempo e no espaço, trazendo ao profissional da historiografia não apenas a atenção com a temporalidade mas também o espaço onde as ações sociais dos indivíduos ocorrem. Como fator especial da pesquisa, insere-se também a definição de sertão em suas características geográficas e culturais, fazendo-se assim parte deveras importante para a histografia brasileira ao se tratar da história regional, trazendo consigo importantes relatos dos que por ele passaram e descontruíram a visão negativa do período colonial brasileiro em que sertão era designado como um lugar de natureza bruta com habitantes sem cultura e civilização. Por fim, ressalta a importância da historiagrafia no ramo das pesquisas estendendo-se não somente ao conceito de tempo como ao da espacialidade, sejam as ações do tempo e do homem ocorridas no sentido do espaço geográfico, político, imaginário ou até mesmo na atualidade que nos faz presente, virtual.

PALAVRA-CHAVE: Interdisciplinaridade, historiografia, temporalidade, espaço.

ABSTRACT: The proposal of this reflection is part of the discussions that have been carried out in the research developed in the Scientific Initiation Program (PROIC) of UNICENTRO (Universidade Estadual do Centro-Oeste), with the title "The hare in the reports of travelers and explorers of the century. XIX-XX", whose main objective is to understand the construction of regions from the discourses present in the reports of travelers and explorers. As the main approach, we use the interdisciplinarity between the areas of History and Geography and its main concepts of space, territory and region that have become important for historigraphy along with the idea of time. We highlight the importance of the study of Regional History aiming richer and more detailed knowledge

about the facts that occurred over time. It also addresses the role of the historian in this science previously understood only as a study of the human past, followed by a study of man in time and finally defined as a study of man in time and space, bringing to the professional of historiography not only the attention with temporality but also the space where the social actions of individuals occur. As a special factor of the research, the definition of backcountry in its geographical and cultural characteristics is also included, thus making it a very important part for Brazilian histography when it comes to the local history of the country, bringing with it important accounts of those who passed through it and discontrited the negative view of the Brazilian colonial period in which sertão was designated as a place of gross nature and inhabitants without culture and civilization. Finally, it emphasizes the importance of history in the field of research extending not only to the concept of time but also to the concept of spatiality, whether the actions of time and man occurred in the sense of geographic, political, imaginary or even today that makes us present, virtual.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, historiography, temporality, space.

A reflexão a respeito do espaço, na História, exige uma digressão até às suas primeiras definições, no século XIX, quando privilegiava, ainda muito mais o escopo do tempo, como sua principal característica e como caráter distintivo das demais ciências (BARROS, 2013).

A História, no século XIX, era, de forma sintética, entendida como o estudo do passado humano; definição essa que repercutiu por muitos anos sobre o ensino de História enquanto a Geografia se compreendia como a ciência dos homens no espaço. Mas, foi por meados do século XX, com a aproximação da Geografia, que a História passou a ser redefinida em seus objetivos, abordagens e métodos, e começou a rever sua definição estudo do homem no tempo, abrangendo assim não apenas o passado das ações e transformações humanas (BARROS, 2006). Uma outra definição ainda foi a agregada à História, como: estudo do homem no tempo e no espaço, visto que as ações e transformações humanas sempre ocorrem em um espaço, seja ele material ou imaginário (BARROS, 2013). Compreendendo-se assim pelos historiadores que o espaço é tão importante para as definições do ensino de História como o tempo. O historiador José d'Assunção Barros afirma em um de seus textos essa ponte entre tempo e espaço na História uma vez que as ações sociais se constroem e se produzem no decorrer do tempo em determinados espaços, sendo eles geográficos ou políticos, produzindo-se assim o espaço social.[1]

A IMPORTANTE RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.

A interdisciplinaridade entre História e Geografia se intensifica devido a reinvindicação dos conceitos de espaço e tempo. O acréscimo do escopo do espaço, como um elemento de especificidade e de identidade da História, propiciou com que ela observasse,

1 BARROS, José D'Assunção. **Espaço, Território, Região – Pressupostos Metodológicos**. 2013.

muito melhor, e de forma mais complexa, alguns de seus objetos, já tão conhecidos; porque o espaço pode ser tanto geográfico, político, quanto social ou imaginário. É um lugar que se estabelece na materialidade física como campo que é gerado através das relações sociais, como, por exemplo, o espaço de uma festa que se dá pela relação das pessoas que estão presentes naquele mesmo lugar (GOMES, 1995).

O interesse pelo espaço imaginário levou a História a explorar alguns campos que estavam sob o domínio de ciências vizinhas: o espaço literário, aquele presente nos livros que lemos e imaginamos dentro de nossa mente; o espaço virtual, no qual são criados eventos e formas de comunicação entre pessoas mesmo dentro de ambientes virtuais, através da tecnologia (BARROS, 2013). Em tempos atuais, como o de pandemia, por exemplo, as relações sociais estão cada vez mais presentes nos espaços virtuais, esse espaço está proporcionando encontros e reuniões que não seriam possíveis em um espaço material, como salas de bate papo que estabelecem comunicação mesmo sem a presença física dos indivíduos. Neste espaço virtual é que estão sendo efetuadas as ações e transformações do homem no tempo e por isso ele deve também ser cada vez mais considerado pelos historiadores. As definições de espaço citadas além de trazerem interdiscplinaridade com áreas como a Geografia, Arte, Literatura, Antropologia e Sociologia também trazem relações com outras áreas como a Psicanálise e o espaço imaginário.

A aproximação da História com a Geografia, não mudou somente a sua forma de pensar o espaço, mas também lhe conferiu o interesse por outros conceitos que eram trabalhados na ciência vizinha. Território e região acabaram se tornando conceitos fundamentais não somente para Geografia, mas igualmente para a História; promovendo uma relação interdisciplinar entre essas duas ciências. Podemos considerar que o território surge do espaço (GOMES, 1995). O território surge quando se toma posse de um espaço. Demarcar um território é demarcar um espaço de poder, seja ele no reino animal ou humano. Estados e nações, ao fazerem fronteiras, estão demarcando os limites de onde se inicia e onde termina o seu próprio território. Sendo assim o conceito de espaço está ligado a concepção de poder, quando algo ou alguém passa a ter controle daquele espaço.

Já a região, outro conceito que a História incorporou das discussões na Geografia, é uma porção de espaço organizada de acordo com um sistema; uma unidade definível no espaço (BARROS, 2013), consequentemente as características de uma região que a definem e dão identidade a mesma. Um espaço indeterminado passa a ser determinado após ser feita a divisão em regiões. Para essa definição são considerados os aspectos políticos, econômicos e culturais, como a variação linguística; citando-se o exemplo das regiões do Brasil, como a região Norte e Sul que apresentam além de diferenças de linguagem também características culturais e geológicas incluindo as condições climáticas, dando assim singularidade a cada uma (BARROS, 2006).

Ambos os conceitos, região ou território, acontecem dentro de espaços, a região se tratando de uma singularidade de características que diferem uma a outra, enquanto o território alusivo a tomar-se propriedade do espaço.

O ENTENDIMENTO DA GEO-HISTÓRIA E O SURGIMENTO DA HISTÓRIA LOCAL.

Durante o século XIX a História passou a ser considerada uma ciência, enquanto o Historiador era o especialista dessa área, antes de assim ser definido, fazia parte do grupo de filósofos iluministas (BARROS 2013). Com o passar do tempo o estudo da História passou a ser considerado o estudo do homem no tempo deixando a definição apenas do estudo do passado para trás, a História abrangendo os acontecimentos ocorridos no decorrer dos tempos, não apenas ligados ao passado, mas os processos de transformações humanas que podem trazer consequências para dias atuais ou futuros.

A correlação entre tempo e espaço traz consigo a interdisciplinaridade entre as áreas da História e Geografia, encaminhando os conceitos já definidos anteriormente de território e região. A chamada Geo-História surgiu como nova modalidade da Historiografia (BARROS, 2013). Essa modalidade estuda a vida humana dentro dos espaços geográficos e sua relação com o próprio ambiente natural desses espaços, esse termo se enfatizou com o historiador francês Fernand Braudel[2] membro da Escola dos Annales destacando as fontes geográficas como parte importante do estudo histórico. Seguindo por esse caminho, os historiadores das seguintes gerações fizeram surgir uma nova abordagem dessa vez de uma parte pequena do espaço, a chamada História Local. A historiografia pretendia com isso abranger não só os grandes espaços, mas a possibilidade de um estudo mais regional, podendo assim permitir observar melhor as características sendo elas sociais, culturais ou econômicas de cada espaço local.

Se, no século XIX, a História nacional, em seu interesse pelas ações e políticas do Estado era a preponderenate, considera-se, hoje, que a História regional também se fazia presente, com estudos de aspectos políticos em uma esfera mais reduzida de uma comunidade, integrada à nação. Na historiografia, desde o século XIX, a palavra vinda do latim *regere* remete a relações de poder como rei, regência e regra. Foi Carl Ritter, geógrafo naturalista, quem apresentou uma visão antropocêntrica e regional do homem como papel de destaque de cada área territorial. Além dele, o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache também chamou a atenção para o homem como um dos elementos fundamentais da configuração das regiões (FERNANDES, 2009). O homem era quem transformava as regiões. Foram essas transformações regionais que fizeram surgir a Geografia regional, na qual o geógrafo por meio da descrição das características de cada população e atividades de uma determinada região encontrava sua particularidade, o que a diferenciava de outras regiões. A Geografia regional passou a ser incorporada pelos historiadores. José Mattoso destaca que para definir uma história regional/local começa-se pela caracterização do espaço escolhido, em seguida enfatiza a caracterização do povo, que nesse espaço vive ou já viveu, e a partir daí seguem-se as análises das relações de poder político, econômico e social e as manifestações culturais da região (FERNANDES, 2009).

2 Um dos mais importantes membros da Escola dos Annales, escritor do clássico livro O Mediterrâneo, desencadeia a abordagem do espaço como próprio sujeito da História.

A discussão sobre o espaço regional, também esteve presente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, como uma forma de colocar o país no caminho da civilização. Karl Friederich aconselhava que os estudiosos reconhecessem a diversidade do território brasileiro, nas condições físicas, climáticas, de hábitos e costumes, buscava-se entender por meio do estudo da regionalidade, a identidade brasileira; a qual possuía como fundadora de sua nacionalidade três raças diferentes: brancos, indígenas e negros (FERNANDES, 2009).

AS CARACTERÍSTICAS E VALORES DO SERTÃO.

O sertão era a região base da nacionalidade brasileira, localizado no interior do país. O sertão passou a ser visto como uma terra sem civilização, rude e doente pelos brasileiros vindos do litoral, os quais se diziam sentir estrangeiros naquela região. Foi Euclides Cunha em sua obra chamada Os Sertões, quem alterou essa imagem pejorativa sofrida pelo povo sertanejo. Euclides retratou a população do sertão como pessoas fortes, diferentes dos povos pertencentes ao litoral; assim o sertão tornava-se símbolo brasileiro. Em Capítulos de História Colonial, Capistrano de Abreu destacou o sertão como fundamental na nacionalidade brasileira, dando destaque a sua criação de gado e sua diferenciação com os habitantes do litoral, os quais tinham muita ligação com a metrópole, o que os fazia agir tal como eles, enquanto os habitantes do sertão distanciaram-se rompendo um laço e criando sua própria autonomia, foi, portanto, do sertão que o Brasil se formou (AMADO, 1990).

Sertão é o termo usado para designar regiões principalmente a do nordeste, mais do que características geográficas essa designação também se refere a própria cultura nordestina, em outros estados do Brasil o sertão pode ter significado como o de interiores de ou área de demarcação de fronteiras. O sertão se faz presente na historiografia brasileira desde o século XVI o que o torna também parte importante da literatura brasileira, escritores como Graciliano Ramos e Jorge Amado responsáveis por trazer esse tema tão regionalista para a literatura, na obra Vidas Secas (1938) de Graciliano Ramos, observa-se:

> "Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra". (RAMOS, 1938).

Desde o século XIV os portugueses já usavam a palavra sertão se referindo a áreas de Portugal de vastos espaços, originária do latim *sertanum* (traçado), *desertum* (desertor) e *desertanum* (lugar para onde vai o desertor), (TELES 1991). No Brasil colonial, o sertão passou a carregar uma imagem pejorativa, Janaina Amado em um de seus artigos[3] menciona uma das definições escritas pelo naturalista Saint-Hilaire descrevendo-o como: "As

3 Artigo "Região, Sertão, Nação". Autora: Janaína Amado, publicado em junho de 1995).

áreas despovoadas do inte-rior do Brasil. Quando digo 'despovoada', refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso"[4].

Deste modo, o sertão era visto pelos colonizadores como uma terra de grande espaço mas habitada por homens sem nenhuma noção de cultura e civilização e de natureza bruta, enquanto seu oposto, o litoral, era habitado por índios e negros civilizados e que possuíam cultura pois estavam sob o domínio de homens brancos (FREYRE 1977). O sertão passou a abrigar índios e escravos fugitivos, entre outras pessoas que buscavam liberdade em um lugar afastado, Janaina Amado (1995, p.8) faz a comparação do sertão como uma inversão de Inferno e Paraíso, a descrição dependeria do lugar de quem a falasse estaria.

INTRODUÇÃO BREVE AOS RELATOS DOS VIAJANTES.

Muitos indígenas resistiram a ocupação europeia de seus territórios, como foi o caso dos Kaingang, localizados no Paraná, que segundo pesquisa não aceitaram essa condição de forma pacífica[5]. Após a tomada de suas terras, os Kaingang que sobreviviam de caça e coleta passaram a viver em terras escolhidas pelo Estado que pelo tamanho menor impedia suas atividades de subsistência os transformando assim em trabalhadores totalmente dependentes de uma renda do Estado, como forma de sobrevivência, atualmente lutam pelo aumento do tamanho das terras que lhe foram tiradas e que não mais comportam sua população crescente. Para os Kaingang a terra tem um significado maior do que apenas gerar o alimento, o mito e a cosmologia dessa etnia faz com que acreditem que nela habitam os espíritos de seus ancestrais, essa relação político-mitológica é o que dá identidade ao território dos Kaingang. Nos dias atuais, os Kaingang têm representantes políticos eleitos por eles mesmos, os chamados caciques, que os representam no meio público, trazendo suas lutas por terras e educação, saúde, entre outras demandas.[6]

José Francisco Thomaz do Nascimento fez uma viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, província do Paraná e deixou escritos seus relatos das experiências com os indígenas coroados[7] que lá habitavam. Publicado na Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brazil, no ano de 1886, o arquivo foi digitalizado e disponibilizado online para fins de pesquisas e estudos. Seguem alguns trechos dos relatos de José Francisco:

4 SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1937.Viagem às nascentes do rio São Francisco e pelaprovíncia de Goiás.

5 "Os Kaingang não assistiriam passivamente à ocupação de seus territórios: refugiaram-se em campos e matas distantes das vilas, de onde partiam para o ataque e, mesmo aldeados, continuavam suas incursões com os brancos". MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**, (1994).

6 Informações do artigo de autoria de Kimiye Tommasino: **Os Kaingang no Paraná: aspectos históricos e culturais.**

7 Como antes eram chamados os indígenas da tribo Kaingang.

> “Reunidos aquelles seis chefes, convidei-os para se mudarem daquelles lugares, tão longe de recursos, e que fôssem morar nas margens do rio Ivahy, perto da freguezia Theresina, que se lhes daria terras bôas para planta, ferramentas, engenho para moagem de canna, e tudo o mais que lhes fôsse preciso; ficaram calados; alguns minutos depois de terem consultado entre si, Janguiô falou por todos, dizendo-me que eles não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemiterios (mostrando por esta fórma elles serem mais religiosos que nós), além do que, dizem elles aquellas terras são melhores que as do Ivahy; pedem que lhes dêm engenho e o mais preciso para o trato da canna, ferramentas e alguns Portuguezes, pois é assim que elles nos denominam, e que entre estes vão ferreiros, carpinteiros e mais artistas (...) Sou da mesma opinião daquelles indios, porque o que se faz mais necessario é povoar aquelles sertões, não só com os indios catechisados como com gente nossa, pois ha muitos que para lá desejam ir morar, se o Governo Imperial lhes conceder terras, não só de cultura como de pastagens, que, segundo Janguió me informou, existem extensos campos, os quaes elles me fizeram presente, dizendo-me que botasse Portuguezes com gado e cavallos e que corresse com os Guaranys, com quem elles têm tido muitas brigas e de que têm medo, pois que são muito valentes e dextros nas armas”. (Nascimento, José Francisco Thomaz do. Rio de Janeiro, 1886).[8]

Observa-se neste trecho e no decorrer da leitura do documento, que os índios coroados muito admiravam os viajantes que chegavam àquela região, mas isso não era o suficiente para que quisessem ir embora de suas terras, porém estavam dispostos e até mesmo desejavam trazer portugueses para ali viverem. A rivalidade com os índios Guaranys era levada muito a sério, e os coroados pretendiam com a ajuda de mais pessoas guerrear contra os mesmos.

Por fim, de acordo com a reflexão acerca das leituras e pesquisas realizadas, conclui-se que a História não é apenas o estudo do passado humano, ela abrange toda a temporalidade e é isso que a torna diferente das demais disciplinas, o tempo é elemento fundamental da História e isso rompe com a ideia de que esse estudo mantém foco apenas no passado. Mas além do tempo, o espaço também está sempre presente na definição da História, e foi essa inserção de espaço, junto com as novas concepções de tempo, que abriu um leque de várias opções para o estudo de História. Ao se construir a história de um local, o ponto de partida dessa análise está no espaço geográfico, aquele que é gerado através das relações sociais, relações essas que ocorrem em determinados períodos de tempo.

Uma das tarefas do historiador é, desta forma, perceber as ações do tempo em uma determinada espacialidade. A interdisciplinaridade com a Geografia trouxe para a História a definição atual de estudo do homem no tempo e no espaço, os conceitos vindos dessa junção das duas disciplinas trouxeram consigo novos avanços para os profissionais da Historiografia, como o surgimento da História Local/Regional, estabelecendo que fatos que antes pudessem ser passados despercebidos, fossem estudados de uma forma mais detalhada devido à dedicação do Historiador para aquele determinado local, fazendo com que

8 Viagem feita por José Francisco Thomaz doNascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Provincia do Paraná, e relaçõesque teve com os indios coroados mais bravios daquelles lugares.Revista Trimensal doInstituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil, tomo XLIX, 267-281. Rio deJaneiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.

despontassem particularidades de cada região, surgindo assim, sua identidade e originando conhecimento das interações sociais que ali já ocorreram.

Mediante o exposto, ao se iniciar uma pesquisa seja ela na área da Historiografia ou em outra, faz-se necessário um ponto de partida que lhe faça compreender primeiramente com o que irá trabalhar para depois dedicar-se ao tema em si. Nesta pesquisa, antes de partir para os documentos que relatam a vinda dos viajantes para a região sul do Brasil, foi de fundamental importância compreender os temas de tempo, espaço, território e região para que se pudesse chegar ao tema principal com um conhecimento maior sobre o assunto. A História como ciência que estuda o homem no tempo e no espaço utiliza os termos citados tanto quanto a Geografia; compreender seus significados é de extrema importância para o historiador, pois o mesmo ao trabalhar com os fatos sociais que ocorreram no percurso do tempo, estará compreendendo acontecimentos que ocorreram dentro de um espaço geográfico, podendo ser inclusive o virtual, o conhecimento acerca das delimitações deste espaço, suas características que dão identidade a suas regiões ou o poder de territorialidade trarão uma descoberta e compreensão maior para o pesquisador.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: Silva, Marcos Antônio da (Coord.). **República em migalhas: história regional e local.** São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 6-15.

BARROS, José de Assunção. **Espaço, território, região – pressupostos metodológicos**, UESB, Vitória da Conquista, 2013.

BARROS, José de Assunção. **História, espaço e tempo – interações necessárias**, Belo Horizonte, 2006.

FERNANDES, Rui Ancieto Nascimento, **Historiografia e a Identidade fluminense. A escrita de história e os usos do passado no estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950.** Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

FREYRE, Gilberto. 1977. **Sobrados e mocambos.** 5ª ed. Rio de Janeiro/Brasília, JoséOlympio/MEC.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**, Record, 74ª edição, 1998.

GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. 1886. **Viagem feita por José Francisco Thomaz do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná, e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares.** Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil, tomo XLIX, 267-281. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. 1937.**Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás.** São Paulo, Cia. Editora Nacional. t. 2.

TELES, Gilberto Mendonça. 1991. **“O lugar do sertão na poesia brasileira”**, em Silvia Menezes--Leroy.Sertão: realité, mythe, fiction. Rennes, Colloque International, mimeo.

TOMMASINO, Kimiye. **Os Kaingang no Paraná: aspectos históricos e culturais.** Educação Escolar Indígena.

CAPÍTULO 27

JUVENTUDES NEGRAS NO BRASIL E O MERCADO DE TRABALHO: UM OLHAR GEOGRÁFICO

DIOMARIO DA SILVA JUNIOR
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

VINÍCIUS DE LUNA CHAGAS COSTA
Universidade Federal Fluminense

MARCUS VINÍCIUS CASTRO FARIA
Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Numa conjuntura nacional que precariza as relações entre educação e trabalho, percebemos a necessidade e demandas de qualificação profissional e de melhoria de condições econômicas. Partimos em busca de informações que nos ajudassem a orientar os jovens-alunos para conciliarem suas atividades educacionais e inserção no mercado de trabalho. A pesquisa se concentra em programas que atendessem as demandas e fossem capazes de criar pontes, caminhos para uma vida adulta de melhor condição humana, social e econômica para os alunos da rede pública do município do Rio de Janeiro. Buscamos dialogar com as correntes teóricas que estudam juventude, de maneira a definir problematizar as visões sobre a juventude brasileira a partir das produções existentes, que desconsideram as diferenças – no caso, referentes à questão racial. A análise dessas teorias nos indicou que sejam teóricos estrangeiros ou brasileiros ficam a dever no entendimento da juventude negra e periférica. O entendimento passa sempre pela violência e cultura com pouca ou quase nenhuma discussão sobre a relação da centralidade do trabalho para esse grupo social. Apesar da discussão de MARGULIS e URRESTI (1996) sobre a juventude e a sua moratória vital, representada pela condição de energia física e a moratória social, condição de preparação para uma vida adulta, onde o tempo para a formação escolar é relevante na sua inserção no mundo do trabalho. O processo de seleção, assim como as origens da legislação até chegar à Lei de Aprendizagem, que jovens são selecionados para participar do Programa e em quais atividades são preparados para a futura entrada como profissionais no mercado de trabalho são cerne desse texto. Vale ressaltar que a pesquisa aponta para a existência da diferenciação racial em relação a efetivação dos jovens no programa, indicando a necessidade da discussão e cartografia de uma política específica para as juventudes negras e o trabalho.

PALAVRA-CHAVE: Juventudes; Política Pública; Educação e Trabalho.

ABSTRACT: In a national situation that makes the relationship between education and work precarious, we perceive the need and demands for professional qualification and improvement of economic conditions. We set out in search of information that would help us guide young students to reconcile their educational activities and inclusion in the labor market. The research focuses on programs that meet the demands and are capable of creating bridges, paths to an adult life with a better human, social and economic condition for public school students in the city of Rio de Janeiro. We seek to dialogue

with the theoretical currents that study youth, in order to define problematizing the views on Brazilian youth based on existing productions, which disregard differences – in this case, referring to the racial issue. The analysis of these theories indicated that whether foreign or Brazilian theorists are indebted to the understanding of black and peripheral youth. Understanding always involves violence and culture with little or no discussion about the centrality of work for this social group. Despite the discussion by MARGULIS and URRESTI (1996) about youth and their vital moratorium, represented by the condition of physical energy and the social moratorium, a condition of preparation for an adult life, where the time for school education is relevant to their insertion in the world of work. The selection process, as well as the origins of the legislation up to the Apprenticeship Law, which young people are selected to participate in the Program and in which activities they are prepared for future entry as professionals in the labor market are at the heart of this text. It is noteworthy that the research points to the existence of racial differentiation in relation to the effectiveness of young people in the program, indicating the need for discussion and mapping of a specific policy for black youth and work.

KEYWORDS: Youths; Public policy; Education and Work.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo central o objetivo investigar se de fato os programas de qualificação profissional em vigor contemplam a diversidade e as relações étnico-raciais num contexto educacional e econômico, em consonância com a as demandas e fossem capazes de criar pontes, caminhos para uma vida adulta de melhor condição humana e, social para as juventudes, pois a luta antirracista traz uma nova temática política.

Sabemos que a grande parcela da juventude negra não é possuidora da condição de aproveitar a moratória social, pois trabalha na sua grande maioria desde cedo para reduzir a vulnerabilidade econômica, o que acaba interferindo na sua formação escolar, contribuindo para a sua entrada de forma precária no mundo do trabalho. Entendemos que este campo deve ser mais explorado no mundo acadêmico e social.

Ao analisarmos também o programa Jovem Aprendiz – PJA sob a perspectiva das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho, buscamos entender como a questão racial é abordada na discussão da integração do jovem na sociedade do capital, um campo de disputa também social. Para esta análise, tomamos por base o conjunto de leis gerais que regulam o Programa Aprendiz regulamentado pela Lei Nº 10.097[1], de 19 de dezembro de 2000, que tem como premissa a "formação técnico-profissional" (art. 428 §4º) de jovens com faixa etária a partir de 14 até 24 anos. A base neste contexto trata-se de não

1 A Lei 10.097/2000 afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar de até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática. Os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

só de um marco legal, mas de uma política de Estado que integra o corpo das reformas trabalhistas em um contexto neoliberal.

O interesse em estudarmos esse programa vinculado a juventudes é pelo fato de se constituir na mais ampla e disseminada política pública, de âmbito nacional no século XX, cuja missão se propõe articular empresas, e instituições de educacionais, de forma a propiciar o acesso de jovens ao mercado de trabalho com toda uma rede de benefícios sociais e oportunidade de qualificação. Dado essa envergadura, o PJA se apresentou como uma porta de entrada ao mercado de trabalho formal, com bom nível de inclusão.

A ideia de se discutir o conceito de juventude(s) não é nova. Para isto é necessária uma cuidadosa atenção para orientar programas voltados para as juventudes no Brasil. E que, para o que interessa à qualidade efetivamente inclusiva do PJA, é necessário aprofundarmos o que significa ser jovem no Brasil, considerando diferenças regionais, de classe, de raça e gênero.

A partir dos dados publicados em 17 de novembro de 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos seus estudos sobre o perfil da realidade demográfica mundial, foi produzido um relatório da situação da população na escala global, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Este estudo apontou que a população de jovens no mundo é de aproximadamente 1,8 bilhões de pessoas, dentro de universo geral de 7,5 bilhões de habitantes no planeta. Os dados demográficos brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram a existência de uma população de aproximadamente 207 milhões de pessoas, sendo 51 milhões de jovens.

Ao apresentar esses dados quantitativos queremos salientar a importância dos estudos de políticas públicas que atendam a juventude, pelo seu expressivo número populacional, que nos move a entender as condições de vida desse segmento demográfico responsável pela futura, e em alguns casos, presente condução de ações na sociedade.

Ao mesmo tempo, dialogamos com outros teóricos de maior amplitude[2], sobre o tema em questão, destacando a dificuldade de cartografar, no Brasil, com plenitude, a complexidade necessária para entender a categoria juventudes.

A partir do abordado, entendemos ser importante estudar com as políticas públicas são pensadas para essas juventudes, sendo uma realidade apontar que a constituição federal afirma ser de responsabilidade do Estado e seus entes federativos a garantia de escolaridade básica para todos os brasileiros, esta obrigatoriedade constitucional atende a chamada educação formal. Na esfera do trabalho surge a lei da Aprendizagem – 10.097/2000, que relaciona a juventude ao processo de profissionalização.

2 Para ilustrar citamos: Sposito (2000) e Dayrell (2007)

2. As Juventude(s) no Brasil e no mundo: considerações sobre a questão racial

Na condição de construção do conceito juventude, como abordamos neste artigo, juventudes, a análise do contexto social/racial é relevante para entender os comportamentos dos jovens, essa diversidade do ser jovem em consonância das variedades de ser jovem, pois é perceptível as condições de um indivíduo participar de várias "tribos". Participe dessas tribos temos jovens brancos e negros, mas que nem sempre garantem um único olhar em função disserem jovens e estarem dentro do mesmo grupo.

Marília Pontes Sposito e Felipe de Souza Tarábola (2017), apontam as preocupações em relação às pesquisas sobre a juventude:

> Os constrangimentos sociais e as iniciativas ou *agency* de jovens - moradores nas cidades ou no campo - que afetam os percursos escolares, as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, a vida familiar e afetiva, as relações de gênero, orientações sexuais, a experiência da discriminação racial, vida coletiva, consumo, lazer e tempo livre compõem um caleidoscópio que se movimenta e produz arranjos diferentes nesses momentos do percurso de vida. (SPOSITO E TARÁBOLA,2017, P.8)

As ponderações demonstradas representam as dificuldades em se pensar na representatividade das juventudes, as variáveis de entendimento desse conceito importante em qualquer análise da estruturação das sociedades contemporâneas, em função da sua capacidade produtiva, tanto na questão cultural, como também no pensar na realidade econômica de um país.

Ao fazer um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o tema juventude, fica evidente como alguns teóricos europeus[3] já há mais tempo exploram questões dentro de um universo específico. A ideia de juventude para eles tem a ver com preocupação na continuação da tradição familiar e como a ação política dessa juventude problematiza questões específicas, mas servem como ponto de partida para regiões aonde a preocupação a propósito vem ganhando maior interesse.

Queremos destacar José Machado Pais (1990), que problematiza o conceito de juventude a partir da seguinte reflexão:

> Por isso, temos de nos treinar numa nova óptica que nos, a riqueza deixe ver através dos nomes das coisas, a riqueza semântica que aparece associada a esses "nomes" (ideias, conceitos). Era esse treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente *unidade* (quando referida a uma fase de vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). (PAIS, 1990, P.149)

A abordagem de Pais (1990) contribui para o pensamento da pluralidade quando a juventude apresenta centralidade no desenvolvimento de pesquisas. Permite pensar nas

3 Podemos destacar teóricos como Pais (2003), Bourdieu (1999) e Feixa (2004).

mais diferentes categorizações de jovens em função das especificidades existente entre o que fazem parte da classe média na comparação com os que constituem a classe operária, sabendo que dentro das concepções classistas também há diferenciações. Não basta conceituar juventude com simplesmente uma fase da vida.

A questão da corrente classista é perceptível no cotidiano brasileiro onde indivíduos de uma mesma categoria social, partícipe de uma mesma fase da vida são tratados de maneira diversa, principalmente ao pensar a questão trabalho, no desenvolvimento de atividade econômica sem que ocorra uma exigência complexa para sua execução existe uma prioridade para os não negros, realidade referenciada nas redes de restaurantes e em lojas de departamento.

Ao ser abordado sobre o conceito, Pierre Bourdieu (1983) responde o seguinte, na entrevista concedida a Anne Marie Métailié, quando questionado sobre o que entendia por juventude, adultos e velhos que estão na produção:

> Quando digo jovens/velhos, tomo a relação em sua forma mais vazia. Somos sempre o jovem ou o velho de alguém. É por isto que os cortes, seja em classes de idade ou em gerações, variam inteiramente e são objetos de manipulações. (...) O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (BOURDIEU, 1983, P.2)

A argumentação apresentada construiu um título como a entrevista ficou conhecida, *A juventude é apenas uma palavra*! Bourdieu argumenta como as interpretações sobre juventude, são caracterizadas por uma representação criada pelos que trabalham com a teoria social na busca do entendimento de uma condição do ser humano, sendo o ser jovem presente em vários momentos da vida.

A partir do argumentado por Bourdieu, sua realidade europeia trabalha pela visão de classe social, onde os possuidores de melhores condições econômicas vivem melhor os seus momentos de felicidade, por estarem distante das mesmas condições de luta da classe trabalhadora, podendo aproveitar da condição a qualquer momento. A população pobre não terá as mesmas condições.

Apesar de levar em conta as ideias de pensadores que há muito têm se debruçado em categorizar a juventude, nesse artigo, a questão passa por pesquisar e problematizar diferenças na juventude, que faz parte do Programa Jovem Aprendiz envolvendo classe social e a questão racial. Para tal buscamos o entendimento através da categoria juventudes, no plural porque a percebemos uma categoria multifacetada. Estas juventudes são definidas, no contexto das políticas públicas desenvolvidas pelo governo brasileiro, por uma faixa etária entre 14 a 24 anos que a unifica mais não a caracteriza. Pois neste intervalo matemático fechado temos vários jovens com cultura e propriedades diferentes. O objetivo é entender essa categoria polissêmica através de teorias sociológicas que buscam descortinar e compreender essa condição de juventudes.

Neste caminho, utilizamos as argumentações do teórico de José Machado Pais, que pensa a juventude a partir da diferença e não da homogeneização:

> Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». (PAIS: 1990, p.140)

No texto, *Corrente teóricas da sociologia da juventude*, o autor esquadrinha as principais correntes da sociologia que abordam juventude, tendo como perspectiva a noção de corrente geracional. Pais permite entender com a teoria em questão pensa juventude, onde o conceito de juventude é referenciado pela fase da vida, condição que nos permite entender o aspecto unitário do conceito em questão. A condição de juventude é fortalecida pelo sentido de pertencimento a um grupo, cuja faixa etária conduz a igualdade de comportamento, perspectivas e do entendimento sobre o mundo que o circunda. Existe também uma unicidade em relação aos problemas presentes nesta geração. Condição que coloca as análises desta corrente em um intervalo de tempo fechado. O autor nos leva a entender como são diferentes as juventudes e como elas trilham diferentes lugares.

3. Juventude negra no Brasil e políticas públicas: O que dizem as pesquisas?

É fundamental seguir o histórico e as ações das políticas públicas de juventude desenvolvidas no Brasil sabendo da importância do atendimento das demandas deste seguimento social, porém, as políticas públicas apresentadas devem estar associadas às ações afirmativas, para assim incorporar explicitamente a questão racial. A juventude negra representa o maior quantitativo demográfico do Brasil, para pensarmos no futuro deste país, a juventude negra deve ser tratada com o potencial que representa.

Pensar o futuro do Brasil passa por tratar sempre a juventude, a juventude pobre e em particular a juventude negra, pois a juventude de classe média/rica já apresenta o seu caminho definido, o país precisa da chamada moratória vital encontrada nestas juventudes.

Os Estudos Culturais representam na perspectiva atuante da juventude no mundo do tempo presente o enfrentamento a visão tradicional que demonstra ser incapaz de dar conta do entendimento real das interferências sociais da atuação do segmento jovem. Afinal não basta apontá-los como transição a vida adulta, nem os relacionar ao termo juventude-perigo para simplesmente definir suas múltiplas faces. Para entender a juventude como sujeito, devemos diagnosticar os limites nas análises sobre as juventudes, para assim entender as especificidades das condições histórico-sociais, econômicas, gênero, étnico-raciais do tema juventudes.

Diante das referidas noções, podemos refletir sobre a condição da juventude brasileira residente na periferia: considerando os dados veiculados a respeito da violência policial, de homicídios e humilhações recorrentes em qualquer espaço social; bem como as demandas de acesso regular e facilitado à educação, saúde, e as demandas de qualificação profissional e outras. Este grupo tem uma identidade marcante por ser em sua maioria negra ou descendente de negros com sua ancestralidade marcada por uma escravização. Como pensar que tenham condições de usufruir da chamada moratória social, com tempo de questionar, transgredir e agir como inconsequente ação a ser aceitas como "normal".

Afirmamos que a realidade de "normalidade" no Brasil, só pode ser vivida por apenas uma restrita parcela de privilegiados da juventude da classe média/rica, antes de ingressar na vida adulta.

A condição de exclusão social caracteriza a dificuldade de pensarmos o conjunto da juventude negra como possuidora do tempo de moratória social, apesar da existência, assim como fato comum as jovens, ser detentora da moratória vital. Portanto, fica marcada na trajetória da maioria da juventude negra a falta da referência internalizada ao processo de maturidade social, onde o indivíduo realiza transgressões, dentro de um reconhecimento das mesmas pela sociedade, assim como, evoluir no processo de formação educacional, cada vez mais prolongado por conta da complexidade atual da entrada no mundo do trabalho, resultando em maior permanência na residência dos pais, A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Atlas da Violência 2017 (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino. Além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inesgotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país. (Índice de Vulnerabilidade Juvenil a Violência: 2017 p.15).

Sendo assim, mesmo na possibilidade de equidade das juventudes, tendo como referência a moratória vital, ela é diferenciada por ser capaz de atingir as estruturas sociais e culturais do território usado, implicando em resultados diferenciados no espaço.

É relevante apontar que teóricos importantes que pensaram juventude, como Pais (2003), Bourdieu (1983), Margullis e Urresti (1996) negligenciaram o recorte étnico-racial ao descortinar a vida da juventude, deixando um abismo teórico em suas definições de juventudes. Temos que estar atentos às condições de produção dos pesquisadores, considerando os objetivos apresentados na elaboração dos seus trabalhos, pois ao lê-los podemos ampliar ou repensar fatores capazes de refletir e compreender melhor a interferência da questão racial nas maneiras e dimensões diferenciadas, como são distribuídas as oportunidades.

Sabendo que os estudos sobre juventude, ainda precisam de uma maior investigação por parte dos pesquisadores brasileiros, essa realidade necessita de um esforço e investi-

mentos em maior escala, a fim de problematizar e aflorar as suas questões. E quando no Brasil a juventude negra e suas especificidades torna-se pauta para as políticas públicas?

As pesquisas que focam as juventudes, em especial a de identidade étnico-racial negra, geralmente partem da questão da delinquência, ou das violências sofridas por esse grupo. Podemos citar como exemplo o Atlas da Violência 2017, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) com o apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esta pesquisa reproduz os dados que os noticiários apontam como a única vertente para se estudar a juventude, onde as suas agruras marcadas pelo fator violência, assim como entendê-la a partir da questão da produção cultural.

4. O que é ser jovem aprendiz?

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população jovem brasileira no ano de 2000 era de aproximadamente 37.658.227 milhões de habitantes[4], na faixa entre 14 a 24 anos, esses dados demonstram a necessidade de políticas públicas voltadas para jovens. Desta forma, agindo em consonância com as propostas dos organismos mundiais, onde políticas voltadas para atender as demandas da juventude tornaram-se pautas relevantes, o governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sanciona a Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Esta lei que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, vai ter várias denominações: *Lei do Aprendiz*, *Lei do Menor Aprendiz*, *Lei do Jovem Aprendiz* ou *Lei do Aprendiz Legal*. A responsabilidade de execução e fiscalização desse regime jurídico fica ao encargo do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em relação as várias denominações da lei de aprendizagem exposta anteriormente, utilizo neste trabalho a denominação Jovem Aprendiz, muito por conta do que se entende como Menor Aprendiz. A carga negativa da categoria “menor” tem como perspectiva a definição dada no decreto Lei 17.943[5], em seu artigo primeiro:

> O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente as medidas de assistência e proteção contidas neste código.

O menor era a parcela da população que deveria ser vigiada e controlada, na atualidade o conceito continua apontar em algumas situações a forma discriminatória do passado. É comum olhar para esse segmento por conta da construção dos imaginários sociais, onde menor é assim chamado, jovem residente nas periferias urbanas das cidades brasileiras, e suas ações são passíveis de questionamentos e desqualificações, sem que haja

4 O montante total de brasileiros segundo o IBGE em 2000 era de 169 799 170 milhões (https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm, acesso em 12/05/2019)

5 Código de Menores de 1927.

reflexões das condições sociais, econômicas, educacionais e territoriais as quais estão submetidos, tratado como problema, merecendo um controle por parte do Estado, não se leva em consideração as suas reais necessidades.

Portanto, no desenvolvimento desse estudo sobre o Programa Jovem Aprendiz, adoto o conceito de juventudes por assim entender ser a melhor definição para a população na faixa etária dos 14 aos 24 anos, pois as diversidades existentes neste intervalo fechado pela idade são grandes. Sendo difícil analisar esse todo só a partir da quantidade de aniversários, a condição de classe, racial, gênero são de relevância para um entendimento sobre essas juventudes brasileira.

Como já abordado, a estruturação das legislações desenvolvidas apresenta em suas configurações a questão juventude, trabalho e educação. A Constituição de 1988, assim como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069 de 1999, já apresentam marcos legais para a inserção do jovem no mercado de trabalho. A decisão governamental com a publicação da lei de aprendizagem no ano 2000 é decorrente do processo que estava em andamento.

Estudos desenvolvidos apontavam o crescimento em percentual da população de jovens no Brasil, merece destaque Oliveira (1999), em seu trabalho População Jovem no Brasil: a dimensão demográfica, onde o autor demonstra que na década de 90, no seu início a população entre 15 a 24 anos era de aproximadamente de 28 milhões, já na segunda metade da década atinge um valor de 31 milhões de habitantes.

Essa juventude representava a época quantitativo populacional significativo, sendo embalada por produções musicais questionadoras, onde se destacava as letras do Cazuza nas músicas Brasil e Ideologia, ambas do disco Ideologia de 1988. Em seu trabalho, descreve as condições sociais do Brasil, apontando a corrupção, desigualdade social e os preconceitos. Realiza uma radiografia da sociedade brasileira sob o olhar do seu filho da classe média.

> Meus heróis morreram de overdose
> Eh, meus inimigos estão no poder
> Ideologia
> Eu quero uma pra viver
> Ideologia
> Eu quero uma pra viver
> (Ideologia,1987)

O jovem autor retrata em parte uma visão dos que estão sem um rumo, perderam a esperança das transformações esperadas pelos movimentos que atuaram na luta pela redemocratização brasileira ao longo da década de oitenta, no término do regime militar.

Em São Paulo, neste mesmo período do álbum Ideologia, surgem os Racionais Mc´s com uma reflexão social a partir da visão dos paulistanos da periferia da cidade de São Paulo, movimentando a juventude para o pensar sobre as suas condições, em que des-

tacam o problema do preconceito e da discriminação racial, assim como, fortalecer seu pertencimento a periferia e a busca por conquista sociais, colocando-se como sujeitos de direitos.

A movimentação das juventudes solicitando políticas públicas surte efeito. A faixa etária que o programa abrange demonstrava a necessidade de ação governamental, como também o envolvimento por parte dos seus organismos de planejamento no desenvolvimento de políticas capaz de atender as demandas reivindicadas pela população de jovens brasileiros, dentre elas a inserção no mundo do trabalho, assim como a busca pelo seu processo de escolarização, neste sentido entendo a criação da lei 10.097/2000.

Essa nova lei sancionada, vai de encontro com Constituição federal de 1988, como fica explicitado na Emenda Constitucional nº 20, de 1998:

> **Art. 7º** São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
>
> **XXXIII** - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Ao seguir as prerrogativas constitucional, a Lei 5.452/1943 da Consolidação das Leis do Trabalho, sofre alteração na sua normativa, tendo ela do ponto de vista histórico a função regulamentadora das condições de aprendizagem no país, onde proibia a contratação para o trabalho de jovens menores de 18 anos, exceto os que desenvolvem atividades de trabalho em oficinas de familiares, onde seus responsáveis são quem os orienta na atividade profissional, ou seja, encontra-se na condição de aprendiz, mas a atividade é coordenada pelo pai ou mãe, o que denominamos auxiliar/aprendiz, herdando a profissão da família.

A nova lei, limita a entrada no mercado de trabalho para jovens a partir dos 14 anos e só na condição de aprendiz, onde eles poderão estar submetidos ao treinamento técnico/profissional na condição de jovem trabalhador.

Ao relacionar a indicação da OIT com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, deveria ser iniciada a participação da juventude brasileira no mercado de trabalho a partir dos 18 anos, mesmo na condição de aprendiz. A convenção aponta ser importante a conclusão da formação básica para a entrada no mundo do trabalho, a legislação educacional brasileira demonstra ser a educação básica e obrigatória concluída até aos 17 anos, cabe ressaltar que o estado continua a ter obrigações quando pensamos nessa etapa de escolarização, Educação Básica, que é composta pelo Ensino Fundamental I, Fundamental II e o Ensino Médio, a todos os seus cidadãos independente da sua idade.

A partir das informações do IBGE, em sua publicação - Demografia das Empresas: Estudo e Pesquisa (2017), os dados estatísticos levantados pelo Cadastro Central de Empresas – CEMPRE apontam a existência até o ano de 2017, de 5.029.109 milhões de empresas formais em condições de ter no seu quadro de trabalhadores jovens na condição de

aprendiz no Brasil, totalizando 51.939.251 trabalhadores registrados com carteira assinada. A referida publicação não realiza o refino em relação a jovens na condição de aprendiz na sua base de dados. E confirmei isso em minha visita à representação do IBGE no centro da cidade do Rio de Janeiro, e conversando com os técnicos do instituto: todos afirmam a inexistência de dados em suas pesquisas domiciliares e nas amostras em relação ao programa Jovem Aprendiz.

Importante ressaltar que em algumas empresas de médio e grande porte, não realizam a contratação de jovens na condição de aprendiz.

Apesar de entender que a faixa etária proposta pelo governo na condição de aprendiz, atinge um segmento populacional em que a entrada no mundo do trabalho é precoce, por conta das condições socioeconômica é relevante questionar qual é a cor da maioria dos candidatos e daqueles que entram no PJA? E o porquê não há referência explícita e legal à evidência de que a maioria é pobre e negra?

Na busca de compreender e analisar o impacto do preconceito, da discriminação e das desigualdades raciais, tão arraigados no senso comum da vida social em nosso país, sobre o PJA, é importante discutir algumas correntes da Teoria Social. Porque é comum no Brasil se esforçarem em analisar os processos históricos, políticos, econômicos e culturais, desconsiderando quase totalmente a questão racial, deixando lacunas sobre os vantagens e desvantagens conforme as gradações de cor e outras características físicas. Entendemos Teoria Social de acordo com o olhar de PEREIRA (2013):

> Concebo a Teoria Social como o corpo de postulados, o substrato e o fio condutor dos esforços analíticos no âmbito das Ciências Sociais; a ambiência reflexiva, o que opera por dentro do pensamento social, como seu elemento articulador: a recorrência aos clássicos para rejeitar ou afirmar teorizações e metodologias, reforçando ou reconstituindo paradigmas, postulando pertinência ao campo científico e à necessidade de produzir conhecimento e elucidação é um de seus procedimentos básicos. (PEREIRA, (2013, p.152)

A Teoria Social, segundo o autor, não é fechada, mas capaz em suas reflexões de descortinar as relações sociais identificando contradições, ou simplesmente sem criticar, reproduzir o estabelecido pela sociedade ao longo do tempo. Nesta linha reflexiva está o trabalho de Octávio Ianni (1972), intitulado *Raças e Classes Sociais no Brasil*, um dos trabalhos que assume dentro do debate da Teoria Social que o conceito de raça é fundamental para se analisar as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

É inevitável pensar, que na nova configuração do mundo do trabalho, foi decisivo o desejo e o projeto de embranquecimento da sociedade brasileira. Essa foi uma razão do incremento da imigração europeia, apoiado na tese da superioridade branca. A miscigenação era vista como uma etapa do branqueamento que levaria ao desenvolvimento econômico, social e cultural do país. A liberdade não resultará na ascensão social do negro, muito menos na igualdade no tratamento quando pensamos na inserção no mundo do trabalho.

Quem detinha o poder reproduziu a relação social colonial e imperial, e agora com mais quantidade, a perspectiva da hegemonia branca.

Afirmar que na estrutura piramidal da sociedade brasileira a população negra encontra-se localizada em sua base, quando trabalhamos com as varáveis - renda, empregabilidade e escolarização - é simplesmente acabar de pintar um quadro já esboçado e perpetuado pelo processo discriminatório e desigual hegemônico, ao tratar do negro e a sua inserção controlada no mundo social brasileiro.

Vivemos a perpetuação das condições históricas, onde a igualdade de direito, não significa a igualdade oportunidades para exercer esses plenos direitos, pois na prática a redução das diferenças é lenta e controlada. Em alguns momentos políticos, ocorre uma retração nas condições que contribuem no avançar dos indicadores socioeconômicos capazes de reduzir as desigualdades raciais e melhorar a condição do negro.

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho, tivemos o objetivo de discutir algumas interpretações a respeito da multiplicidade do conceito de juventude, que em alguns locais apresenta uma efervescência política e em outros se apresentam através de padrões culturais inovadores - condição apresentada no movimento hippie (EUA), no tropicalismo e no Teatro Experimental do Negro (Brasil) – é fundamental demonstra ser a cultura o fundamento para entender o confronto do binômio da elitização. Sendo assim, diante do que foi problematizado, percebemos que falta uma maior investigação e preocupação da conceituação das juventudes no Brasil, ao se desconsiderar a recorrência de preconceitos e discriminação racial e de outros tipos de violência e a precariedade de condições vivenciadas pela grande maioria da juventude negra e por jovens socialmente brancos (que se vêm e são vistos como tal). Mais ainda, como avaliar os diversos de prejuízos indenitários, à autoestima, devido à invisibilidade dessas culturas juvenis que hoje se configuram como foco tanto de resistência e de exemplo criativo de suas próprias formas de luta social.

O não alinhamento do Ministério de Trabalho e Emprego com o Ministério da Educação enfraqueceu o desenvolvimento do Programa Jovem Aprendiz, porque onde há aprendizagem, é preciso valorizar o processo educacional. Não basta a essa juventude, ainda mais aos mais desfavorecidos, a formação na educação dita profissionalizante, mas a educação para viver, entender e intervir neste mundo.

Tecemos algumas considerações em relação ao Programa Jovem Aprendiz e as juventudes brasileiras. Hoje entendemos a política pública construída a partir da promulgação da Lei de Aprendizagem, e a sua importância para o maior segmento social do país, onde sua aplicação pode apontar caminhos que orientam a chegada ao mercado de trabalho de parte da juventude brasileira, apesar de ser uma política limitadora no sentido a quem

efetivamente se destina, pois reproduz condição da empregabilidade para jovens pobres, a educação técnico/profissional.

A juventude pobre fica controlada, por representar o programa a possibilidade de trabalho e renda, pautas levantadas em todos os movimentos de juventudes, porém a possibilidade de emancipação via educação fica comprometida. Entendo que jovens devem ter o tempo de escolarização para transcorrer sem atropelos e mudanças de foco, o PJA coloca a juventude na condição de uma dupla jornada, onde conciliar trabalho/escola é uma realidade complexa para a sua formação mais ampla, pensando no futuro profissional. A força da sociedade do capital absorve as atenções dos que buscam formação técnico/profissional, mas não fortalece a busca por uma formação escolar formal, em função do cansaço alegado pela atividade profissional desenvolvida, os jovens tendem a negligenciar com a sua escolarização.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. Disponível em http://search.4shared.com/postDownload/j6DjyDdw/A_Juventude_Apenas_Uma_Palavra.html, acesso 30/07/2019.

DAYRELL, J. Juventude, grupos culturais e sociabilidade. 24ª Reunião da ABA, junho de 2004. Disponível em: http://www.cmjbh.com.br/arq_Artigos/ABA2004.pdf , acesso:

DAYRELL, J. (org.) Por Um Pedagogia das Juventudes: Experiências Educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Mazza Edições, Belo Horizonte, 2016.

GROPPO, L. A. Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude. Revista Desidades nº 14, ano 5, mar 2017. Disponível em http://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/Desidades1PT-1.pdf, Acesso:02/08/2019.

HASENBALG, C. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Belo Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005.

MARGULLIS, M. y URRESTI, M. La juventud es más que uma palabra. In: ARIOVICH, L. [at al.]. La juventud es más que uma palabra. Buenos Aires: Biblos, 1996, pág. 13-30.

PAIS, J. M. Correntes teóricas da sociologia da Juventude. In: PAIS, José Machado. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2ª Ed., 2003 pág. 47-79.

PEREIRA, A. M. Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma Cultura de Consciência Negra na sociedade brasileira, Casa Aberta Editora, Itajaí, 2013, 462 págs.

SPOSITO, M. P. e TARÁBOLA, F. S. Entre Luzes e Sombras: O passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. Ver. Bras. Educ., vol. 22, n. 71, rio de Janeiro, 2017.

CAPÍTULO 28

PORNOGRAFIA: INFLUÊNCIAS E CONSEQUÊNCIAS NA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

HELOÍSA LEAL CARVALHO MULLER
Bacharel em Direito; Acadêmica do Curso de Psicologia Faculdade Dom Bosco
Bolsista do Grupo de Pesquisas em Educação e Sexualidade
PET GEPES FDB

LISANDRA MARQUES DE OLIVEIRA
Acadêmica do Curso de Psicologia Faculdade Dom Bosco
Bolsista do Grupo de Pesquisas em Educação e Sexualidade
PET GEPES FDB

CLÁUDIA RAMOS DE SOUZA BONFIM
Doutora em Educação (UNICAMP)
Professora Titular da Faculdade Dom Bosco
Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Educação e Sexualidade
Tutora PET GEPES FDB

Agência Financiadora: PET MEC FNDE

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo discutir sobre os estereótipos e violências contra a mulher cis, naturalizadas frente ao consumo da pornografia. A pesquisa é de abordagem qualitativa e de caráter bibliográfico-explicativo. Identifica-se como o consumo de pornografia tem moldado comportamentos sexuais individuais e coletivos. Fundamenta-se Santana, Suzin e Skinner, entre outros. A questão norteadora consiste em esclarecer: a manipulação feita pela indústria pornográfica incita uma vivência sexual estereotipada, genitalista e machista? Considera-se que, o consumo de pornografia condiciona comportamentos agressivos e degradantes, objetificando o corpo feminino e acentuando ainda mais a submissão e a inferioridade, não favorecendo a vivência qualitativa da sexualidade.

Palavras-chave: Pornografia; Sexualidade; Machismo.

ABSTRACT: This study aims to discuss the stereotypes and violence against cis women, naturalized in view of the consumption of pornography. The research has a qualitative approach and a bibliographic-explanatory character. It identifies how the consumption of pornography has shaped individual and collective sexual behavior. Santana, Suzin and Skinner, among others, are based. The guiding question is to clarify: does the manipulation carried out by the pornographic industry incite a stereotyped, genital and sexist sexual experience? It is considered that the consumption of pornography conditions aggressive and degrading behavior, objectifying the female body and further accentuating submission and inferiority, not favoring the qualitative experience of sexuality.

Keywords: Pornography; Sexuality; Chauvinism.

1 INTRODUÇÃO

Parte-se do pressuposto que, os filmes pornográficos historicamente trouxeram um imaginário notadamente machista,

os atores reforçam estereótipos de beleza femininos e masculinos, assim como, a submissão feminina e uma idealização de vivência da sexualidade notadamente pornográfica e muito diferente daquela vivenciada no cotidiano. No entanto, esse reforço idealizado do ato sexual pode gerar frustações, atrapalhar o relacionamento e ainda consolidar padrões de beleza e um imaginário de violência ligada ao prazer, enlaçada pela cultura ocidental como uma norma a ser seguida.

Destarte, observa-se a relevância dessa pesquisa, a necessidade de investigar mais sobre os comportamentos pornográficos, seus estímulos e consequências de suas respostas, principalmente no que se refere a atos de violência e idealização sexual, que atinge grande parte da população, uma vez que, segundo Barbosa (2015) o sexo como produto de consumo, beneficia uma indústria que lucra produzindo e vendendo esses conteúdos, reforçando seus clientes a terem relações virtuais (o próprio sexo virtual), o que favorece o surgimento de alguns transtornos psicológicos.

2 PORNOGRAFIA, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL

Conforme o dicionário Michaelis (2020), pornografia é tudo que diz respeito ao sexo obsceno e vulgar, atos de imoralidade, devassidão. A origem dessa palavra vem do latim "*pornographos*", que se traduz por "escritos sobre prostitutas", reportando à violência e subordinação sexual, sendo explícita e ligada ao comércio, a objetificação do corpo. Diferente de erotismo, vindo da palavra grega *Eros* (Deus do amor), que remete à sensualidade, o desejo sexual, voltado ao imaginário, ao amor. (BARBOSA, 2015)

A sexualidade se relaciona com o erotismo, já que sua definição, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2001), remete à uma energia integradora da forma de sentir do ser humano, voltada ao amor, à intimidade, que ao mesmo tempo, que é sensual, é sexual, interferindo nos pensamentos, nas ações e no relacionar-se e por isso, infere também na saúde física e psicológica. Bonfim (2010), acrescenta, afirmando que a sexualidade constitui todo indivíduo e dela advém a identidade pessoal, tratando-se de um processo contínuo e histórico, influenciada pela cultura e sociedade vigente.

O consumo de pornografia no Brasil e no mundo é um comportamento adquirido e perpetuado pela sociedade, disseminado através da mídia, sendo facilmente encontrada em fotos, revistas, músicas, vídeos, na televisão e principalmente na internet, devido à massificação dela, através de sites pornográficos.

O mercado pornô ascende e com isso, a indústria pornográfica vem faturando cada vez mais por conta da tecnologia, visando agradar principalmente o público masculino e perpetuando papeis sociais de gênero como a submissão e inferiorização feminina, legitimando a domesticação de corpos. (LEITE JUNIOR, 2006)

Sobre as concepções de gênero Louro (2003, p.23) afirma que:

> [...] diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que as constituem. (LOURO, 2003, p. 23).

Nesse sentido, o gênero nesse trabalho é vislumbrado sob uma ótica processual, uma construção social e não apenas biológica.

> Não apenas a ciência vai criar categorias e conceitos para discursar e debater sobre os sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais, mas também a nascente cultura de massas. Desta forma, o termo pornografia não se desenvolve como uma categoria científica – portadora de um rigor conceitual e de uma definição clara –, mas se consolida como uma ideia imprecisa, difundida no senso comum e alimentada pela indústria do entretenimento (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 103)

Leite Júnior (2012) apresenta reflexões que apontam que a mídia se apropria dos papeis sociais impostos para também criar produtos que consolidam e reforçam alguns comportamentos.

Como bem apontou Beauvoir (1970) “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Os papeis de gênero servem como referência normativa para o indivíduo, interferindo nas suas respostas. Nessa perspectiva, há que se dizer que a visão tida pelas pessoas no decorrer de suas vidas, sobre si e sobre o mundo, suas interações e relações, favorece na formação de um sistema de crenças, que se altera de acordo com o tempo, o ambiente a que se insere. Esse sistema influência nos padrões comportamentais individuais e grupais e pode ser atribuído a eles uma valência negativa ou positiva.

3 A PORNOGRAFIA COMO COMPORTAMENTO

De acordo com a abordagem behaviorista a ação pornográfica trata-se de um comportamento aprendido. Comportamento é uma relação entre ambiente, seus estímulos e a reação do organismo. Como aponta Skinner (2021, On-line) “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez são modificados pelas conseqüências (*sic*) de sua ação”. Assim, se uma pessoa que consume pornografias que geraram nela sentimentos agressivos e idealizadores em relação à sua parceira (o) sexual, pode-se entender que esse comportamento foi aprendido.

Sendo os sentimentos, respostas a estímulos e o relato deles como um fruto de contingências verbais especiais determinadas por uma comunidade, observa-se que ela gera a forma de pensamento de uma pessoa, uma vez que organiza as condições em que ela vive e descreve conforme foi direcionada a ter tal conhecimento. (SKINNER, 2006)

Assim, nessa visão percebe-se que a pornografia é disseminada na sociedade principalmente através da indústria pornográfica que lucra com esses comportamentos, de assistir a filmes, ver fotos e estimula seus consumidores a reproduzirem o que foi visto nos relacionamentos que estabelecem, incitando e perpetuando o pensamento machista e tendo, por vezes, diversas consequências desastrosas, como a violência, misoginia, feminicídio, entre outras. De acordo com Baumel (2019, p. 132) “Ser homem ou mulher em nossa sociedade significa estar sujeito a diferentes tipos de estímulos, constrangimentos, limitações e oportunidades. Dessa forma, homens e mulheres percebem o mundo de forma diferente [...]”.

Embora não se possa afirmar que a pornografia vicia, a compulsão por ela traz impactos nocivos na vida das pessoas. Em relação aos homens, na dimensão amorosa traz como consequência a dificuldade de se estabelecer laços afetuosos. Fundamentado na desigualdade de gênero, na dimensão escola/trabalho há isolamento social e uma produtividade reduzida e no âmbito social prevalece uma dificuldade nos vínculos afetivos familiares, isolamento e relações de gênero voltadas ao poder. (SUZIN, 2016)

De acordo com Voss *et. all*, (2015), no que diz respeito ao vício, alguns estudos americanos em neurociência apontam que vícios comportamentais ativam partes cerebrais da mesma forma que os dependentes em drogas apresentam. Nesse mesmo sentido, Voon *et. all* (2014) neurocientista, em suas pesquisas, comprovou que as atividades neurológicas do cérebro de um viciado em pornografia são idênticas à de toxicodependentes. Ela comparou o cérebro de uma pessoa saudável a de uma com Distúrbio Compulsivo Hipersexualizado e na comparação percebeu que, a ativação das regiões cerebrais ligadas ao sistema límbico e de recompensa foram ativadas duas vezes mais, especificamente, a amigdala, o giro do cíngulo e o estriado ventral.

A necessidade e a busca pelo prazer passam a ser cada vez mais intensas e o comportamento passa a ser, no sentido de obter tal satisfação, tratando de ações compulsórias. Mesmo que haja algumas consequências negativas, há um reforço maior, uma vez que, há uma intermitência, quando a pessoa tenta se controlar, evitar o comportamento sexual, o que pode causar alteração no humor, irritabilidade e ansiedade. O que segundo Rossini (2008), ocorre porque o viciado tem compulsão maior em repetir o ato que se dá pela dificuldade de inibir esse impulso.

Entretanto, conforme aponta Skinner(2003), o ser humano pode se controlar e determinar sua ação, ele é capaz de fazer alguma coisa frente às variáveis que o afetam, ter o autocontrole de seus comportamentos, buscando as que estão fora de si, no ambiente. E continua afirmando, ser possível controlar os próprios comportamentos da mesma forma que se controla os das demais pessoas, ao manipular as variáveis das quais o comportamento é função.

> Não podemos medir sensações e percepções enquanto tais, mas podemos medir a capacidade que uma pessoa tem de discriminar estímulos; assim, pode-se reduzir

> o conceito de sensação ou percepção à operação de discriminação. (SKINNER, 2006, p.17)

Portanto, da mesma forma que o comportamento pornográfico é apreendido e pode ficar condicionado, sendo ativado por gatilhos, como por exemplo, uma pessoa buscar por pornografia quando está sozinha em casa, ela é capaz de com a ajuda de um terapeuta comportamental desenvolver, treinar habilidades sociais, reaprender ou aprender novas fontes de prazer, bem como, estabelecer metas e técnicas referentes ao autocontrole. “Com frequência o indivíduo vem a controlar parte de seu próprio comportamento quando uma resposta tem consequências que provocam conflitos - quando leva tanto a reforço positivo quanto a negativo. (SKINNER, 2003, p.252.).

O autocontrole é um comportar-se relacionado a uma escolha de respostas concorrentes. Descobrindo, pois, uma variável independente, encontra-se uma forma de controlar o comportamento, este é função dela. (SKINNER, 2003).

4 A INFLUÊNCIA DO CONSUMO DA PORNOGRAFIA NA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE

Entender o fenômeno da pornografia é mergulhar na profundidade, no mar de comportamentos, sensações, sentimentos, emoções, conceitos e pré-conceitos do ser humano, sobretudo, no mundo moderno, no qual o real e a ideia de fantasia são separados por uma linha tênue.

Hoje pela web, os vídeos pornôs são facilmente acessados e o mercado nesse segmento têm se especializado como, por exemplo, o aparecimento e manutenção do *altporn* (pornografias alternativas), solidificado e expandido, o que trouxe uma preocupação crescente no Brasil e no mundo, no que se refere ao controle desses conteúdos pornográficos suscitando questões como a sexualização precoce, pedofilia e a pirataria.

Esse contato com tais materiais sejam cada vez mais precoces, influenciará na própria identidade dos sujeitos e à forma como poderão vivenciar e idealizar suas sexualidades.

Zimbardo, *et.all* (2016) aponta ser mais fácil encontrar uma agulha no feno do que um adolescente que não visualizou materiais pornográficos na *web.* E continua afirmando que, pesquisas nesse âmbito indicam que um garoto comum tem contato de aproximadamente duas horas por semana de pornô on-line. Esse recurso pode se tornar uma realidade a ser vivenciada intensamente, seja na masturbação ou no sexo. Para a pessoa que o visualiza desde cedo, na infância ou adolescência e permanece consumindo o produto, isso pode gerar, dentre outros problemas, já citados nesse trabalho, um impasse nas suas relações como dificuldades para ter ereção e/ou diminuição da libido.

Além do que, a pornografia pode suscitar comportamentos agressivos. Aproximadamente “90%” das imagens mais assistidas em sites pornôs apresenta ao menos um abuso verbal ou físico ao gênero feminino. (BRIDGES *et. al*.,2010)

Bourdieu (p. 31, 2012) diz que:

> Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo — o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Parreiras (2016), demonstra que pornografia e internet juntas permitem a criação de relações que vão além do erótico e do *On-line*, uma vez, que se trata de categorização de pessoas, convenções de gênero, uso de avatares em espaços e lugares e corpos movimentando-se de forma contínua, estimulando a vivência mecanizada e desumanizada. É importante frisar que, o sexo traz em si o prazer como uma virtude de uma relação, uma conexão, um estar com outro e no outro. Quando a busca pela satisfação é individualista, perde-se a essência da relação.

Nesse sentido, segundo Adorno (1999, p. 8) “[...] a indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente.” No sentido de não desenvolverem uma consciência crítica, pois, “a indústria cultural, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, não apenas adapta seus produtos ao consumo de massas, mas, em larga medida, determina o próprio consumo” (ADORNO, 1999, p.8)

Socialmente, o papel atribuído ao gênero feminino ainda é fortemente o de passividade e submissão no qual, por vezes, a mulher é tida como objeto sexual, sendo este papel, muitas vezes, reforçado através dos meios de comunicação. A inferiorização feminina é evidente na pornografia, produto de uma sociedade machista, sexista e misógina. (SUZIN, 2016).

Segundo Bonfim (2018, p;15):

> O sexismo refere–se às discriminações sofridas por determinado gênero ou orientação sexual, onde um deles é privilegiado e o outro discriminado. Mas as mulheres são mais atingidas por esta prática advinda de uma cultura falocrática, patriarcal e machista onde as mulheres são desqualificadas e inferiorizadas.

Os conteúdos pornográficos degradam e agridem a mulher, com abusos faciais, prolapsos anais, choros intensos e essas atitudes, junto às indicações escritas pelos fornecedores, incutem na mente masculina que isso é o que um verdadeiro homem quer: uma mulher com o padrão de corpo imposto sendo subjugada.

> O discurso que afirma a naturalidade da discriminação está de tal forma internalizado, que é difícil à própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela introjetada. Ela aceita como natural sua condição de subordinada. Vê-se assim, através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 56).

Assim, o corpo das atrizes dos filmes pornográficos passa a ser o padrão estético buscado incansavelmente por muitas mulheres, que se submetem a diversos procedimentos estéticos, para a todo custo tentar atingir o corpo idealizado, mas quase sempre não para a própria autoestima e sim, para agradar às expectativas e/ou exigências de seu parceiro, colocando em risco, muitas vezes, a própria vida em cirurgias desnecessárias para alcançar a beleza ideal de mulher imposta em dada sociedade.

> O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2010, p. 18-20).

Os homens acessando esses produtos pressionam suas parceiras a terem um corpo ideal e, muitos deles, buscam alcançar o padrão corporal masculino presente nos filmes pornográficos e tendem a diminuir sua empatia, o que pode resultar em ansiedade, depressão, bem como, satisfação sexual baixa, disfunções sexuais, para homens e mulheres, além de comportamentos sexuais de risco, como a não utilização de camisinha (característica marcante nos pornôs).

> [...] podemos perceber uma série de convenções de personagens e performances sexuais. De forma geral, existe uma ênfase em corpos jovens e bem torneados, com aparência saudável. Os corpos masculinos são frequentemente musculosos, fortes e, o mais importante, com órgãos sexuais volumosos, especialmente no caso dos homens negros. Os corpos femininos podem ser musculosos ou não, mas são sempre curvilíneos: seios fartos e quadris largos são atributos bem valorizados. Dentre as convenções, há também fantasias recorrentes, como as da colegial ou da Lolita, materializadas em garotas vestindo saias pregueadas e com penteados de lacinhos. Dentre os corpos femininos, apesar da grande presença de negras, as louras ainda são mais frequentes na tela. (SANTANA, 2014, On-line)

Consumidores masculinos assíduos de pornografia desenvolvem expectativas irreais sobre as mulheres o que dificulta sua própria satisfação. Situações estas que podem desembocar em alopatias, disfunção erétil entre outras agravantes sexuais.

Uma pesquisa feita por Zillman e Bryant (1982) indicou, que a pornografia reduz a satisfação dos sujeitos no que se refere ao relacionamento atual, ao aspecto físico do companheiro, ao afeto e o comportamento sexual do parceiro e na estimação da confiança. E, ainda, observou um acréscimo na crença do sexo sem envolvimento emocional. Além disso, o consumo de pornografia, segundo Suzin (2016), pode desembocar numa compulsão, no vício, tendo, pois, impactos nocivos na sexualidade e afetividade.

Segundo Santana (2014, On-line) sociólogos e psicólogos alertam sobre o choque da disseminação da pornografia, arguindo que ela é um bloqueio aos relacionamentos e a própria sexualidade.

É notório, que a indústria pornográfica com seu extenso alcance de público e retorno financeiro ascendente, permite abranger inúmeras formas de demonstrar a pornografia. Pode-se dizer que a pornografia, também "constituiu-se uma aparelhagem para reproduzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia." (FOUCAULT, 2003, p. 26)

Embora haja demasiados usuários de pornografia e busca por variedades de conteúdo, novos nichos têm surgido, que algumas vezes, unem o sexo explícito à política radical, como a pornografia feminista, um novo modelo de pornografia que procura agradar o público feminino em geral, porém, não causa o mesmo grau de excitação no público masculino, conforme explica Paul (2006), que de maneira geral, mostra a discrepância de gostos entre os gêneros, que se dá no direcionamento claro, do pornô feito para o homem e o feito para mulheres, o que aponta a diferença do imaginário masculino e feminino histórica e culturalmente construídos.

Diante do exposto no estudo, entendendo que as pessoas se constroem e são construídas historicamente a partir dos determinantes culturais e que os papeis sociais derivados de uma sociedade machista influenciam na sexualidade e na qualidade das relações estabelecidas vê-se a importância da educação sexual, especialmente das próximas gerações para que possam vivenciar uma sexualidade gratificante, humanizada e responsável corporal e afetivamente.

A pornografia não deve ser a única educação sexual a que as pessoas têm acesso no decorrer de suas vidas. Nesse sentido, Bonfim (2018, p.13) afirma que:

> [...] a educação numa perspectiva crítica e emancipatória é condição *sine qua non* para a transformação social. Acreditamos que, enquanto a educação de meninos e meninas for dual, não pautada na unidade humana, independente de sexo e gênero, a condição humana de homens e mulheres será desigual. (BONFIM, 2018, p. 13)

Para que haja uma educação emancipatória da sexualidade, é necessário que haja uma humanização, uma corporeidade e subjetividade, uma consciência real, que liberta. (BONA JUNIOR, 2014)

Bonfim (2012, p.29), elucida que "a educação pode não nos levar diretamente ao topo, mas ela inicia a caminhada, abre janelas, indica porta, mostra o horizonte, dá asas, e aí cabe a cada um de nós dar o primeiro passo para atravessar a porta". Assim, a educação é uma ferramenta motivadora, provocativa e contribui para que haja mudanças de atitudes, valores e hábitos, possibilitando as pessoas a viverem a sexualidade plena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo faz uma revisão da literatura sobre o tema, possibilitando uma análise sobre questões referentes a sexualidade, ao sexo e idealização sexual, muito latentes no mundo de hoje. Vislumbrou-se como a indústria pornográfica e a sociedade capitalista mercantilizou o sexo, e o corpo, especialmente o feminino, transformado em produto a ser consumido, visando agradar uma geração moldada por uma cultura machista e por padrões de beleza, perpetuando uma desigualdade entre os gêneros, na medida em que seus conteúdos, em grande maioria possuem características de violência, submissão e degradação da mulher, ao mesmo tempo que idealiza performances, corpos e estereotipa as pessoas.

Como resultado da ampla difusão da pornografia na internet, disseminada pela indústria pornográfica e pela mídia, que facilitou o acesso a esses materiais e o consumo desenfreado, observa-se um estímulo à violência sexual.

Considerando ser a sexualidade fundamental ao desenvolvimento humano é relevante que se tenha uma boa educação sexual desde a tenra idade, para que futuramente se tenha uma sociedade mais humana, com relacionamentos mais saudáveis. A pornografia afeta de forma negativa no que se refere à autoestima dos homens e das mulheres,

Essa pesquisa visa também contribuir para uma possível reflexão da sociedade em geral, à medida que se averiguou a existência de poucos estudos no Brasil acerca da pornografia e suas consequências, há, pois, uma necessidade de se intensificar pesquisas e discussões sobre esse assunto, buscando auxiliar quem sofre com os danos trazidos pela pornografia, bem como, buscar um controle nos acessos por parte de adolescentes e crianças, de forma a não transmitir uma imagem sexual objetificada e idealizada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Textos Escolhidos**. Os Pensadores. São Paulo: Nova cultural, 1999.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

BARBOSA, A. **Erotismo X Pornografia**. Psicologias do Brasil. 2015. Disponível em: www.psicologiasdobrasil.com.br/erotismo-x-pornografia/ Acesso em: 20 jun. 2020.

BRIDGEs, A. et. all. Agression and Sexual Behavior in Best-Selling Pornography Videos: A Content Analist Update. **Violence Against Women**, 16, no 10, 2010: 1065-1085.

BONFIM, C. **Desnudando a Educação Sexual**. Campinas-SP: Papirus, 2012.

BONFIM, C. **Educação Sexual e Formação de Professores: da educação sexual que temos à educação que queremos**. João Pessoa, PB: Universitária Da UFPB, 2010.

BONFIM, C. **A condição histórica da mulher:** contribuição da perspectiva histórico-crítica na pro-

moção da educação sexual emancipatória – Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BONA JUNIOR, A. B. Corpo e trabalho na educação emancipatória da sexualidade**. Revista espaço acadêmico** – n° 154, v 13, p.31-42, mar. 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

LEITE JÚNIOR, J. **Das maravilhas e prodígios sexuais:** a pornografia" bizarra" como entretenimento. Saõ Paulo, FAPESP: Annablume, p. 12-292, 2006.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MICHAELIS (2020). **Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos**. Disponível em: michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pornografia Acesso em: 20 jun. 2020.

PARREIRAS, C. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 197-222, 14 abr. 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n38/n38a07.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020

PAUL, P. P. **Pornificados:** como a pornografia está transformando a nossa vida, os Nossos Relacionamentos e as nossas famílias. Ipiranga, SP: Cultrix, 2006, p. 120.

ROSSINI, D. Neuropsicologia dos transtornos do controle dos impulsos. In: ABREU, C. N. de; TAVERES, Hermano; CORDÁS, Táki Athanássios, e organizadores. **Manual clínico dos transtornos do controle dos impulsos**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p.41.

SANTANA, L. **Têm pornô para mulher?** Uma abordagem crítica da pornografia feminista. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2014.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo.** Tradução de Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cultrix. 2006, p. 16-32.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento Humano**. Tradução de J. C. Todorov e R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 227.

SKINNER, B. F. **O comportamento verbal.** São Paulo: Cultrix, Universidade de São Paulo. Disponível em: file:///C:/Users/heloi/Downloads/16_SKINNER_B_F_O_comportamento_verbal_pd%20(1).pdf Acesso em: 15 mar. 2021.

SUZIN, M. **Igual a maioria dos viciados, eu disse que ia parar, mas não parei. A pornografia no cotidiano de homens heterossexuais:** Uma compulsão? Palhoça, SC: 2016. Disponível em: www.riuni.unisul.br/handle/12345/8948 Acesso em: 20 jun. 2020.

VOON, V. *et al*. Neural Correlates of Sexual Cue Reactivity in Individuals with and without Compulsive Sexual Behaviours. **Your brain on porn**. Inglaterra, 2014. Disponível em: https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0102419. Acesso em: 30 jun. 2018.

VOSS A, *et al*. Case Report: Internet Gaming Disorder Associated With Pornography Use. **The Yale Journal of Biology and Medicine**. 2015;88(3):319-324.

ZILLMANN, D.; BRYANT, J. Pornography, sexual callousness, and the trivialization of rape. **Journal of Communication**, 32(4), 10-21, 1982.

ZIMBARDO, P. *et al*. Como o pornô está mexendo com sua masculinidade**. Skeptic**,Altadena, CA, vol.21 n.3, 2016, p. 22. Disponível em: . Acesso em: 1 jul. 2020.

CAPÍTULO 29

AUSÊNCIA QUE REVELA: ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO[1]

PATRICIA LADEIRA PENNA MACÊDO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

RAFAELLA DE SOUZA SERAFIM
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

KALILA DE OLIVEIRA BASSANETTI
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise voltada para a presença dos arquivos pessoais de mulheres dentro das instituições arquivísticas de caráter público da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, analisamos o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), instituições essas que em muitos momentos são incentivadoras e reguladoras de políticas arquivísticas. As informações disponíveis para a consulta em seus respectivos bancos de dados permitiram identificar 38 acervos de produtoras mulheres que trabalharam como professoras, cineastas, advogadas, assistentes sociais, jornalistas, atrizes, entre outras. Como sugerem os dados, seus arquivos foram recolhidos por seu reconhecimento social e também em virtude de seu envolvimento político, inclusive na ditadura e na luta pelo movimento feminista. Busca-se também com este trabalho destacar a baixa representatividade dos acervos atualmente custodiados nestas instituições arquivísticas, questão essa cada vez mais necessária, pois a falta de diversidade faz com que a sociedade não seja representada de maneira abrangente e satisfatória nos arquivos, e isso pode gerar lacunas deixando de lado trajetórias de grupos plurais que atuaram e colaboraram ativamente com a estruturação do país. Para os arquivos pessoais de mulheres isso se torna ainda mais evidente e urgente, em virtude do reduzido número de acervos até hoje recolhidos e preservados. Por fim, pretendemos que esse trabalho possa trazer pistas para promover uma arquivologia mais inclusiva e dar voz a mulheres que tiveram suas histórias silenciadas de tantas outras formas.

PALAVRAS-CHAVE: arquivos pessoais; acervos pessoais de mulheres; instituições arquivísticas públicas.

ABSTRACT: This paper proposes an analysis focused on the presence of women's personal archives within public archival institutions in the city of Rio de Janeiro. Therefore, we analyzed the National Archives (AN), the Public Archives of the State of Rio de Janeiro (APERJ) and the General Archives of the City of Rio de Janeiro (AGCRJ), which are institutions that often encourage and regulate archival policies. The information available for consultation in their respective databases allowed the identification of 38 collections of women producers who worked as teach-

1 Trabalho apresentado originalmente em forma de pôster durante o Simpósio Internacional de Arquivos, organizado pela Associação dos Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP) em dezembro de 2020.

ers, filmmakers, lawyers, social workers, journalists, actresses, among others. As the data suggest, their files were collected for their social recognition and also because of their political involvement, including during the dictatorship period and in the fight for the feminist movement. The aim of this work is also to highlight the low representation of the collections currently held in these archival institutions, an issue that is increasingly necessary, as the lack of diversity means that society is not represented in a comprehensive and satisfactory way in the archives, and this may generate gaps leaving aside the trajectories of plural groups that acted and collaborated actively with the structuring of the country. For women's personal archives, this becomes even more evident and urgent, due to the reduced number of collections collected and preserved to date. Finally, we intend that this work can provide clues to promote more inclusive archives and give a voice to women who have had their stories silenced in so many ways.

KEYWORDS: personal archives, women's papers; public archival institutions.

1. INTRODUÇÃO

Arquivos pessoais são constituídos por documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Sua produção reflete elementos da identidade, do tempo e do espaço ao qual o sujeito esteve inserido durante sua trajetória. Dentre as diversas possibilidades de pesquisa oferecidas por esses documentos, o presente trabalho propõe uma análise voltada para a presença dos arquivos pessoais de mulheres dentro das instituições arquivísticas de caráter público da cidade do Rio de Janeiro.

Cabe destacar ainda que esta pesquisa se insere em um trabalho maior, realizado por nós no âmbito do projeto de pesquisa intitulado: "Arquivo pessoal e patrimônio documental: a representatividade como problema", iniciado em 2017 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Reconhecidos como parte do patrimônio documental, os arquivos pessoais enquanto testemunhos da história contribuem para a difusão do conhecimento de diversas trajetórias e épocas, representando a cultura, a identidade, a história e a memória de nossa sociedade. Esse reconhecimento da importância dos arquivos pessoais evidenciou-se principalmente nas últimas três décadas do século XX, quando foi trazido ao público um grande número de instituições responsáveis pela guarda desses documentos, despertando o interesse para futuras pesquisas.

No entanto, mesmo constatando os avanços no que se refere às pesquisas no campo dos arquivos pessoais, nossa inquietação de pesquisa pautou-se na constatação de que existe uma invisibilidade quando nos referimos à presença de acervos femininos dentro das instituições arquivísticas. Nesse sentido, para tratar do tema, partimos de uma opção de recorte metodológico, que investiga a presença de arquivos pessoais de mulheres em três instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro, a saber o Arquivo Nacional

(AN), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

2. AS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS PÚBLICAS E OS ARQUIVOS PRIVADOS

O Arquivo como lugar de custódia de documentos tem origem antiga. Theodore Schellenberg (2006, p. 25) menciona que “os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega”, arquivos estes que segundo Margareth Silva (2015, p. 92) referiam-se a uma ideia de autenticação e publicidade dos documentos, vinculada ao exercício da cidadania. Para a autora seria somente na Roma Antiga que se desenvolveu a concepção jurídica de arquivo como lugar.

Por mais antigo que seja o surgimento do Arquivo como lugar de custódia, nem sempre ele foi necessariamente público. Ao longo da história dos arquivos, percebemos que durante muitos anos eles tiveram um caráter privado, sem que a população tivesse acesso aos mesmos. Nesse contexto, teria sido a Revolução Francesa considerada um marco, como aponta Schellenberg, pois pela primeira vez esta realidade começa a ser questionada.

> O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa. Este reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:
> 1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
> 2. Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos
> 3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado (SCHELLENBERG, 2006, p. 27).

Vale ressaltar que o acesso do público a documentos de arquivos, apesar de colocado como questão a partir da Revolução Francesa, não foi de imediato assegurado. Outros fatores contribuíram para que isso acontecesse ao longo do tempo, sendo a instituição arquivística tal como a conhecemos hoje só consolidada “a partir de fatores como a urbanização das sociedades, a formação dos Estados nacionais e o consequente aumento das instituições públicas” (MARIZ, 2012, p. 30).

Nesse sentido, Schellenberg (2006, p. 31), ao analisar o surgimento dos arquivos públicos, enumera os motivos para a formação dos arquivos na França, Inglaterra e Estados Unidos. Um destes motivos é de ordem cultural, visto que “os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros tipos como livros, manuscritos e tesouros de museus”.

De fato, ainda hoje a própria definição de instituição arquivística pública é complexa. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística apresenta quatro definições para arquivo, sendo a segunda “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o pro-

cessamento técnico, a conservação e o acesso a documentos" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). O termo arquivo público, por sua vez, recebe duas definições: "1 Arquivo (1) de entidade coletiva pública, independentemente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país. 2 Arquivo (2) integrante da administração pública" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35).

Segundo José Maria Jardim:

> consideram-se instituições arquivísticas públicas, aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental (ex.: o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e os arquivos municipais" (JARDIM, 1999, p. 22).

A referência às instituições arquivísticas públicas brasileiras se faz presente na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Ela é regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 e possui cinco capítulos[2].

Em seu capítulo IV, no Art. 17, consta que "A administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais" (BRASIL, 1991). A Lei também estabelece o que são Arquivos Estaduais (no caso, os arquivos do Poder Executivo e os arquivos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário) e Arquivos Municipais (o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo).

Apesar da definição de instituição arquivística pública estar atrelada à gestão de documentos de uma determinada esfera governamental, a Lei nº 8.159 determina, em seu Capítulo III, Art 12, que "os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional" (BRASIL, 1991).

A custódia de arquivos privados é uma preocupação não apenas do Brasil, mas também de outros países. Lucia Velloso de Oliveira (2012) faz uma análise da questão dos arquivos pessoais na França, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá. Segundo a autora, todos esses países tiveram preocupações em termos de recolhimento deste tipo de acervo, entendendo sua importância para a história. Na França, por exemplo, há a Lei de 3 de janeiro de 1979 que "afirma a capacidade dos arquivos públicos de recolherem os arquivos privados de interesse histórico" (OLIVEIRA, 2012, p. 27).

No Brasil, percebe-se que apesar de haver a possibilidade da existência de arquivos privados em instituições de caráter público, esta não é uma norma estabelecida. No entanto, isso não impede que alguns Arquivos tomem medidas em prol da custódia dos arquivos

2 O quinto, que versa sobre o acesso e o sigilo dos documentos públicos, foi revogado pela Lei 12.527 de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI) e os demais capítulos abrangem as disposições gerais, os arquivos públicos, os arquivos privados e organização e administração de instituições arquivísticas públicas, além das disposições finais.

privados. A diretora do AGCRJ, Beatriz Kushnir, fala sobre a importância das coleções particulares nas instituições públicas ao explicar o projeto “Testemunhos do Isolamento”, onde a população é encorajada a enviar depoimentos durante a pandemia de Covid-19.

> Um arquivo público [...] tem como missão acolher a documentação, no nosso caso, do poder executivo municipal da cidade do Rio de Janeiro. [...] Mas em alguns momentos é interessante para os arquivos poderem, para além da documentação oficial, ter também uma documentação mais pessoal. Então muitas vezes nós recolhemos coleções particulares, de prefeitos, secretários, ou mesmo de fotógrafos da cidade que não tenham necessariamente trabalhado na prefeitura [...]. E a gente achou que seria interessante, nesse momento, ter essa coleta da fala da população por dois motivos: primeiro é um contraponto entre a documentação oficial e como o cidadão de uma maneira geral está vivenciando a pandemia. [...] Por outro momento, também, nós achamos interessante, no Arquivo, que quando o cidadão escreve a sua história e deposita no arquivo público, a gente está tentando mostrar para ele que, pela cidadania, a gente faz a inclusão dele na história da cidade. Então que quando ele passe por aquele prédio da Amoroso Lima nº 15 [...] ele não ache que aquilo é um prédio onde está depositado “papel velho”. Que ele possa perceber que aqueles papéis que estão ali dentro têm a ver com a história da vida dele, na cidade onde ele vive (KUSHNIR, 2020, s. p.).

Da mesma forma, o professor Vitor Fonseca, da Universidade Federal Fluminense, em evento realizado no Arquivo Nacional sobre arquivos privados, argumenta que “os arquivos públicos, quando eles incorporam arquivos privados, eles dão possibilidade a outros setores sociais, a outros segmentos estarem, terem a sua memória, a sua visão, a sua produção documental recuperados” (2017, s. p.). Fonseca inclusive afirma que muitas vezes os arquivos privados “complementam aquilo que do público não vem” (2017, s. p.).

De fato, os documentos que compõem os arquivos pessoais são capazes de preencher as lacunas, identificar aspectos não mencionados em documentos pessoais ou em alguns casos apresentar outra narrativa para os fatos diferentes dos considerados documentos oficiais.

3. MEMÓRIA E ARQUIVOS PESSOAIS

Arquivos e memória são termos relacionados com muita frequência, e é inegável que os documentos arquivísticos são parte importante do patrimônio cultural de nossa sociedade. Entretanto, é preciso notar que essa relação é, em muitos casos, banalizada, servindo apenas como recurso retórico que, sem a devida fundamentação, pode produzir efeito inverso ao que dela se espera, induzindo ao descrédito em relação ao trabalho desempenhado pelos arquivistas quanto à eficiência das instituições de custódia do patrimônio documental em conservar, preservar, dar acesso e principalmente formar seus acervos.

De acordo com Menne-Haritz (2001), a memória não está em um suporte de informação, em livros, documentos ou em meios digitais, mas está no conteúdo do documento. E neste sentido o arquivo não funciona como uma “fábrica de memória”, visto que a história

é uma construção coletiva, e só existe memória a partir desta história vivida e contada. Mas os arquivos “criam memória”, pois funcionam como uma prevenção para a amnésia.

Nesse contexto, torna-se de grande relevância analisar os acervos custodiados por instituições, uma vez que o patrimônio de uma sociedade representa sua história, memória e identidade. Principalmente por ser os Arquivos construções sociais, e em diversos momentos, instrumentos de poder, que servem tanto para a manutenção do mesmo quanto para controlar o esquecimento e as lembranças do passado. Rousseau e Couture (1998, p.32) reforçam esse entendimento de que “ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para sua utilização futura”.

Como nos apontam Terry Cook e Joan Schwartz (2004), é preciso ter em mente que arquivos e arquivistas interferem na construção da memória coletiva e da identidade nacional, e na forma como apreendemos indivíduos, grupos e sociedades. Nesse sentido, não podemos negligenciar o poder dos arquivistas em interferir sobre a memória, refutando qualquer naturalização dos documentos arquivísticos como fontes neutras, depósitos de toda informação necessária e passível de comprovação.

No que tange aos arquivos pessoais, estes que funcionam como memória dos produtores de documentos e da sociedade, de forma geral preservam o modo de viver de determinada época e de determinado grupo social. São nos documentos pessoais e em sua diversidade tipológica – produzidos e recebidos como decorrência dos lugares públicos que ocupam os titulares dos acervos e seus interlocutores – que encontramos não só a intimidade, as coisas do cotidiano, mas também informações e indícios que refletem diretamente em questões públicas e da sociedade.

No entanto, esses arquivos precisam sair do cenário privado e íntimo para que possam ser conhecidos. Os conjuntos documentais que são incorporados a uma instituição para fins de sua preservação e para que a sociedade possa ter acesso constituem-se “pontes no tempo e espaço”, permitindo a ligação entre o passado e o presente. Porém, percebe-se certa resistência e inclusive falta de investimentos institucionais em ampliar o recolhimento destes acervos, tornando necessário avançar nessa discussão que está intimamente relacionada à formulação de políticas específicas para a aquisição de tais acervos.

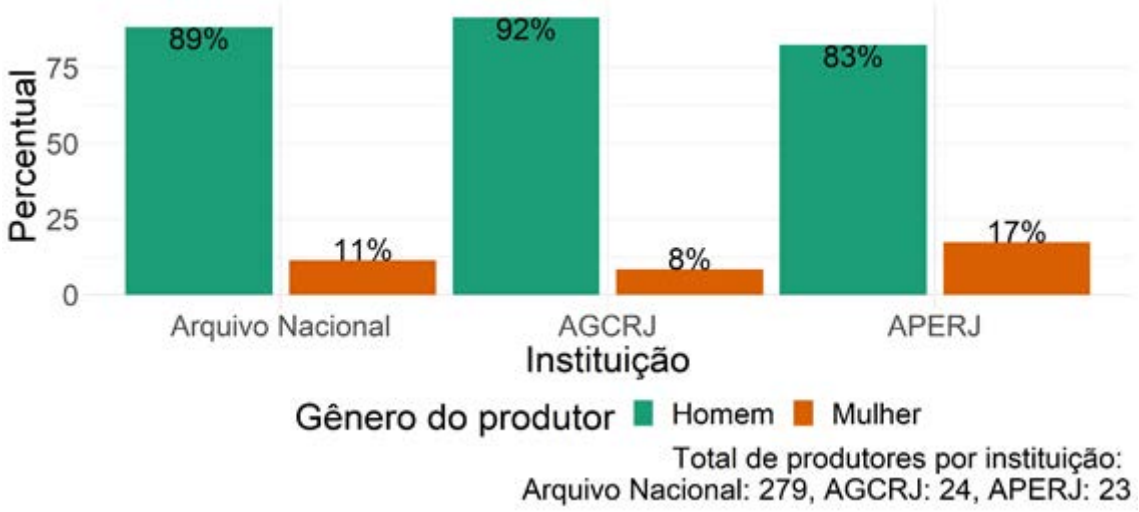
5. MULHERES E ARQUIVOS PESSOAIS

Ao investigar a ausência dos acervos de mulheres nas instituições a historiadora Michelle Perrot (2005) associa a invisibilidade feminina nesses espaços a uma perspectiva histórica dominante na qual certos aspectos da vida social são vistos como mais importantes enquanto registros a serem guardados para a posteridade, exemplos deles: a política, a guerra e a religião, que tem como personagens principal o homem e a narrativa masculina.

De fato, é relevante perceber que por muito tempo, as mulheres foram retratadas em arquivos pessoais, em sua maioria, de forma secundária e complementar a história de seus maridos, filhos e pais – o que é uma das muitas consequências do sistema patriarcal no qual a sociedade ainda se encontra inserida.

Considerar a participação feminina na história como algo insignificante, ou retratar as mulheres enquanto parceiras dos homens na construção da história permite inclusive que as mulheres desconsiderem guardar e preservar seus acervos. Segundo Vassallo (2018, p. 91 - tradução nossa) a falta de arquivos e coleções documentais produzidos por mulheres se agrava em virtude do próprio desinteresse dos arquivos públicos que não são receptivos na aceitação de doação deste tipo de fundos. Nesse sentido, estes são na maioria dos casos "total ou parcialmente destruídos, por suas próprias autoras ou por terceiros" ou "mantidos na esfera privada aleatoriamente guardados por parentes ou indivíduos interessados".

Gráfico 1



Fonte: elaborado pelas autoras

Conforme pode ser observado no Gráfico 1, de um universo de 326 arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo Nacional[3], Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro[4] e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro[5], apenas 38 são de mulheres[6].

O que se percebe é que em todas as instituições o percentual de produtores homens está acima de 80%, dado este que revela a fragilidade que circunda a presença feminina

3 De acordo com o SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) a instituição conta com 305 fundos/coleções privados, tendo sido identificados 279 produtores de arquivos pessoais.

4 De acordo com a "lista" de arquivos pessoais custodiados pela instituição mais pesquisa realizada na base de dados da instituição identificamos 21 fundos e coleções relacionados a pessoas ou família, totalizando 23 produtores.

5 Identificamos 22 coleções de documentos pessoais em pesquisa ao site da instituição, totalizando 24 produtores.

6 Esses dados são referentes às pesquisas realizadas durante o ano de 2019 e primeiro semestre de 2020.

nos acervos pessoais. Felizmente ou infelizmente, apesar desse número inexpressivo de fundos pessoais, as mulheres sempre estiveram nos acervos, nesse sentido, não se trata, em absoluto, de falta de fontes, conforme salienta Joana Maria Pedro (2011), uma vez que segundo a autora quem trabalha com memória e relatos orais, por exemplo, sabe que em geral são as mulheres as principais depoentes.

Ao longo dos anos, de forma indireta a presença feminina este nos acervos relegada a dois cenários, uma que diz respeito ao seu papel enquanto responsável pelos "guardados", ou seja, eram consideradas as guardiãs da memória, as secretárias, assessoras, uma condição subalterna de gênero que as esconde e as colocam em segundo plano dentro dos arquivos. E outra no que se refere a ser mulher, esposa, mãe ou filha, sendo comum suas biografias estarem associadas às de homens, em geral seus companheiros, novamente reafirmando seu um lugar periférico e restrito à esfera privada.

Em nossas pesquisas percebemos que a maioria dos acervos femininos atualmente custodiados nas instituições de pesquisa, pertencem a mulheres que nasceram nos séculos XIX e XX, e possuíam formações e ocupações como professoras, jornalistas, advogadas, atrizes etc. Demonstrando como as mulheres não estão condicionadas à reclusão e às tarefas do lar, a papéis de secretárias e assistentes, estas transitam em espaços públicos se capacitando e se formando em cursos como de História, Letras, Direito e Ciências Sociais, conforme identificado em nossa pesquisa.

Dado esse que contribui para desmistificar o lugar atribuído a elas no processo histórico, uma vez que recebem outros qualificativos e papéis dissociados para além dos afazeres domésticos e da maternidade. A falta de diversidade faz com que a sociedade não esteja representada de maneira mais abrangente nos arquivos, e isso pode gerar lacunas no nosso entendimento da história deixando de lado trajetórias de grupos plurais que colaboraram com a estruturação do país.

Diante deste cenário, torna-se ainda mais necessário resistir e lutar pela busca de políticas de aquisição de forma que possa haver um incentivo a novos padrões de aquisição de arquivos pessoais. Políticas de aquisição dizem respeito a forma como a instituição escolhe cumprir sua missão, seus os critérios dizem respeito às prioridades, às preocupações e engajamentos políticos e sociais da instituição. Preocupações com a representatividade de segmentos sociais tais como gênero, sexualidade, etnia e classes sociais são alguns dos fatores que podem ser propositalmente considerados ou relevados dentro da construção de uma política de aquisição de acervos.

Trazer discussões sobre as questões de gênero para dentro dos arquivos e para a área da Arquivologia é a possibilidade de colocar, recolher e organizar os arquivos pessoais de mulheres e salvaguardar o patrimônio cultural. De fato, conforme salientou Eva Moseley (1980, p. 184), uma vez que o arquivista aceita a história das mulheres como um campo de estudo legítimo, este profissional deve não só enxergar as novas necessidades

de pesquisa, como também precisa se esforçar para encontrar e adquirir os registros que documentam essas narrativas.

O que nas palavras de Vassallo (2018, p. 92) seria a possibilidade de “salvar, ordenar, reunir e institucionalizar, o que ninguém vê, o que poucos valorizam, o que as instituições rejeitam e o que é esquecido”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns autores definem instituições arquivísticas públicas a partir de sua atividade fim, ou seja, as cujo objetivo final seria a gestão, recolhimento, preservação e acesso de documentos produzidos por uma dada esfera governamental. Nesse sentido, na cidade do Rio de Janeiro, podemos localizar três instituições com essas características: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, cujas informações disponíveis para a consulta em seus respectivos bancos de dados permitiram identificar 32 acervos de mulheres no Arquivo Nacional, 4 no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e 2 no Arquivo Geral da Cidade do Rio Janeiro.

Após a fase inicial da pesquisa, que envolveu o levantamento dos acervos no banco de dados das instituições, e uma pesquisa mais elaborada da biografia das mulheres, foi possível apresentar algumas observações importantes. Sendo elas: a forma de entrada dos acervos nas instituições, a maioria através de doação; o contexto em que nasceram e atuaram, com uma maioria de mulheres nascidas no século XIX e XX; e suas formações e ocupações, que sublinha uma notoriedade que diverge do papel doméstico atribuído a elas nesse contexto.

São mulheres que trabalharam como professoras, cineastas, advogadas, assistentes sociais, jornalistas e atrizes. Destacam-se também, aquelas que tiveram formação na área do Direito, História, Letras, Economia e Ciências Sociais. Ao relacionar esses dados de formação com a época em que essas mulheres nasceram e atuaram (século XIX e XX), encontramos uma nova chave de leitura para o papel feminino desse período, essencialmente vistas como donas de casa. Como sugerem os dados, seus arquivos foram recolhidos por seu reconhecimento social e envolvimento político, inclusive na ditadura e na luta pelo movimento feminista.

Por fim, este trabalho também revela a falta de representatividade nas instituições arquivísticas, e essa é uma questão que vem preocupando especialistas que almejam preservar uma memória que reflita a pluralidade existente em nossa sociedade. Analisar as instituições e as características dos arquivos pessoais custodiados por elas é importante para incentivar novos padrões, principalmente se considerarmos que elas são reguladoras de outras instituições. Para os arquivos pessoais de mulheres isso se torna ainda mais evi-

dente e urgente, já que pode trazer pistas para promover uma arquivologia mais inclusiva e dar voz a mulheres que tiveram suas histórias silenciadas de tantas outras formas.

7. REFERÊNCIAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. 2020. [SITE]. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal. Acesso em: 20 jun. 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Sistema de Informação do Arquivo Nacional** – SIAN. 2020. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em: 10 out. 2020.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2020. [SITE]. Disponível em: http://www.rj.gov.br/aperj.aspx. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília, 8 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 30 jun. 2020.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Archival Science**, v.2, n.1-2, p.1-19, 2002. Disponível em português em: http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registro_3.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2014.

FONSECA, Vitor. *In*: Mesa-redonda: **Arquivos privados - pensando uma política de acervo para o Arquivo Nacional** (parte 1). 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NDwuzT4Kln8. Acesso em: 27 jun. 2020.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. *In*: **Live Memória da Eletricidade**. Facebook. 24 jun. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/1420194731604589/videos/1623759721119655. Acesso em: 24 jun. 2020.

MARIZ, Anna Carla. **Internet e Arquivologia**: instituições arquivísticas, usuários e lei de acesso à informação. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n.2, p. 28-47, jul./dez. 2012.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – there formulation of na archival paradigm. **Archival Science**, vol.1, p.57-82, 2001.

MOSELEY, Eva. Sources for the “New Women’s History”. **The American Archivist**, vol. 43, no. 2, p. 180–190, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi** (Rio de Janeiro) [online]. 2011, v. 12, n. 22. pp. 270-283. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022015>. Acesso em: 13 jul. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios na história**. Bauru: Edusc, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar**: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos. Tese - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** [online]. 2018, n. 71.pp. 80-94. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i71p80-94>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ANEXO 1

Arquivos Pessoais de Mulheres - AN/APERJ/AGCRJ		
Anamaria Machado Guimarães	Arquivo Nacional	Nasceu no Rio de Janeiro em 1941. Foi escritora, professora, jornalista, radialista e sócia da Livraria Malasartes, voltada à literatura infantil. Em 2003, ingressou na Academia Brasileira de Letras.
Barão e Baronesa de Itamarandiba [Alexina Fontoura de Andrade]	Arquivo Nacional	Baronesa de Itamarandiba, nasceu em 01/06/1839, em Santa Catarina. Esposa de Joaquim Vidal Leite Ribeiro, o Barão de Itamarandiba, com quem teve 8 filhos. Faleceu no Rio de Janeiro, em 19/9/1916.
Bárbara Villa Verde Revelles Pereira	Arquivo Nacional	Possui graduação em Cinema e audiovisual pela Universidade Federal Fluminense (2008).
Comba Marques Porto	Arquivo Nacional	Nasceu em 16/10/1945, no Rio de Janeiro e formou-se em Letras e em Ciências Jurídicas. Exerceu a advocacia como profissional liberal e em sociedade e foi advogada da Faculdade de Direito Cândido Mendes (FUCAM) (1977-1979).
Elizabeth Garson Passi de Moraes	Arquivo Nacional	Nasceu no Brasil, filha de Leon Passi e de Sol Garson, estes filhos de imigrantes judeus oriundos de Salônica, Grécia.
Elizabeth Versiani Formaggini	Arquivo Nacional	Formada em história pela Universidade Federal Fluminense, desde logo passou à produção de filmes, apresentando-se profissionalmente como documentarista.
Eulalia Maria Lahmeyer Lobo	Arquivo Nacional	Nasceu em 17/07/1924, no Rio de Janeiro. Doutorou-se em História da América pela Universidade do Brasil (1953). Foi professora titular de História das Américas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora visitante em inúmeras universidades estrangeiras. Presa por uma semana em 1969, retornou à UFRJ após a anistia. Lecionou na graduação e pós-graduação das universidades Federal Fluminense e Federal do Rio de Janeiro.
Família Doyle Silva [Serafina Doyle Silva]	Arquivo Nacional	Serafina Augusta Gonzaga, após o casamento com Leopoldo Doyle Silva, passou a se chamar Serafina Doyle Silva. Atuou em diversas escolas como professora e diretora de diversas instituições, como: a 2a. Escola Pública de Meninos das Freguesias de Nossa Senhora da Glória (1881), 2a. Escola Pública de Meninas da Freguesia de Inhaúma (1889), a 3a. Escola da Freguesia do Engenho Velho (1892) e a 9a. Escola do Sexo Feminino (1896).
Família Ferrez [Claire Louise Poncy Ferrez e Mary Jessop Dodd Ferrez]	Arquivo Nacional	Claire Louise Poncy Ferrez nasceu na Suíça em 1888 e faleceu em 1980. Mary Jessop Dodd Ferrez nasceu em São Paulo em 1906 e faleceu em 1982.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino [Berta Maria Júlia Lutz]	Arquivo Nacional	Berta Lutz (1884-1976) teve uma atuação relevante no cenário científico e político nacional. Zoóloga, segunda mulher a ingressar no serviço público federal por concurso (Museu Nacional), ainda jovem morou e estudou na Europa, durante o período em que as mulheres europeias lutavam por seus direitos na sociedade. Ao regressar ao Brasil, sua formação, combinada com o ambiente profissional, levou-a a atuar, com grande habilidade, em diferentes frentes simultaneamente, e que contribuíram para o campo da história das ciências, da museologia, da política nacional agrícola e formação técnica e, no caso, da Federação, para o processo feminino de conquista de direitos civis.
Felisbela Pinto Correia	Arquivo Nacional	Nascida em Portugal, em 29/05/1915, veio para o Brasil com aproximadamente 15 anos. Trabalhou na biblioteca do Laboratório Silva Araújo-Russel. Foi revisora da Revista do Conselho Nacional de Economia. Escreveu artigos para O Jornal e Jornal dos Sports, sob o pseudônimo de Belisla Muniz e colunas denominadas “Fora do esporte”, “Como eles moram” e “O autor e o livro”.
Hildete Pereira de Melo	Arquivo Nacional	Professora universitária, coordenadora do Núcleo Transdisciplinar de Estudo de Gênero da Universidade Federal Fluminense, editora da Revista Gênero da UFF, fez parte do movimento feminista carioca desde 1975, fundou o PMDB Mulher em 1982, atuou na Secretaria Estadual de Mulheres do PT, foi membro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do Ministério da Justiça - Brasília.
Irmã Zélia	Arquivo Nacional	Zélia Pedreira de Castro Abreu Magalhães, nasceu em 05/04/1857, em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro. Faleceu em 08/09/1919, no Rio de Janeiro (RJ). Recebeu educação literária, artística e científica, revelando talento para o estudo de idiomas, dos quais falava correntemente francês, inglês, espanhol e italiano, além de conhecer alemão, latim e grego. Em 1918, ingressou no convento das Servas do Santíssimo Sacramento, no Largo do Machado (RJ).
Isabella Cerqueira Campos	Arquivo Nacional	Nasceu em 27/07/1931 no Rio de Janeiro. Sua carreira como atriz começou pelo Tablado (escola de teatro) e pelo Conservatório Nacional de Teatro. Estreou no cinema na última das chanchadas de Atlântida: Os Apavorados (1962). Em seguida, fez o filme de episódios Cinco Vezes Favela (1962), uma das primeiras produções do Cinema Novo, sendo inclusive, considerada uma das musas do Cinema Novo.
Leonor Nunes de Paiva	Arquivo Nacional	Nasceu em 02/12/1950 no Rio de Janeiro. Advogada, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974). Foi Procuradora do estado do Rio de Janeiro desde 1985 e conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil (1987-1991). Na Assembléia Nacional Constituinte de 1986 integrou o grupo Lobby de Batom. Participou de entidades tais como Grupo Mulher e Trabalho, Casa da Mulher, Mulheres Profissionais em Direito e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Editou durante anos o jornal Sexo Finalmente Explícito.

Lúcia Velloso Maurício	Arquivo Nacional	Nasceu em 01/09/1951, no Rio de Janeiro (RJ). Nos anos 1960 e 1970, foi militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Esteve presa por motivos políticos entre agosto de 1971 e setembro de 1974. É graduada em Letras pela Universidade Santa Úrsula (1982), doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e pós-doutora em Educação pela Universidade Complutense de Madrid (2011). Foi diretora de capacitação do magistério durante a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep) (1992 - 1994); consultora da Fundação Darcy Ribeiro (1998 - 2006) e professora adjunta da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Maria Beatriz Nascimento	Arquivo Nacional	Nasceu em 1942 e faleceu em 1995. Foi professora, historiadora, militante do movimento negro, com vários artigos publicados sobre o assunto. Foi também uma das fundadoras do grupo de trabalho André Rebouças e roteirista e narradora do filme ORI, de Raquel Gerber.
Maria da Conceição da Costa Neves	Arquivo Nacional	Nasceu em Juiz de Fora, e iniciou a carreira profissional em 1930, como atriz teatral sob o nome artístico de Regina Maura, estreando no Teatro Trianon, pela Companhia Procópio Ferreira, na peça Dinheiro anda por aí. Viveu com Procópio Ferreira, ainda na década de 1930, casando-se depois com o médico Matheus Galdi Santamaría (1938-1955). Foi diretora da Cruz Vermelha do Brasil, filial São Paulo (1943-1945), fundadora do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (1945), fundadora da Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra (1946), com intensa atuação neste campo. Eleita deputada à Constituinte Paulista, pelo PTB (1947), integrou como membro efetivo as comissões permanentes de Saúde Pública e Higiene e Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de São Paulo (1947-1951). Foi uma das fundadoras do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (1965-1966). Cassada pelo Ato Institucional n. 5, teve os direitos políticos suspensos por dez anos. Participou de movimentos pela anistia ao longo da década de 1970. Faleceu em 1989. Autora de Na esquina do Mundo (1970), Na praça da Vida (1984) e Rua sem Fim (1984), este último autobiográfico.
Maria da Glória Lisboa de Nin Ferreira	Arquivo Nacional	Nasceu em 08/05/1916, em Petrópolis. Faleceu em 2008. Em fins da década de 1930, ingressou no Instituto de Educação e Formação de Assistentes Sociais. Mais tarde, o Instituto seria incorporado à PUC-Rio como Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro. Atuou em prol da organização da Escola de Serviço Social e na valorização da profissão de assistente social a partir de então. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, inscreveu-se como voluntária para trabalhar pelo Exército americano na Europa, sendo destacada para a Alemanha. Ao retornar ao Brasil, passou a dar aulas na Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro (PUC.Rio) e na UFRJ. Em meados da década de 1950, passou a fazer alguns trabalhos com Dom Hélder Câmara. Integrou a Comissão Brasileira de Imigração, pensada originalmente para assistir a movimentos migratórios do Nordeste para a região Sul e Sudeste e que acabou atuando, em paralelo, na realocação de imigrantes vindos de diferentes países.

Maria José de Sant'Anna Alvarez	Arquivo Nacional	Formada em Letras Clássicas, pela Faculdade Nacional de Filosofia, especializou-se no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Fez pós-graduação em Planejamento Educacional, além de atuar como protagonista do Programa de Rádio-Teatro, na Rádio MEC. Maria José foi também Diretora do Serviço de Cinema Educativo e Cultural do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do antigo Estado da Guanabara. Durante sua gestão, criou vários cursos para operadores amadores de cinema e instalou a sala de projeção Humberto Mauro.
Maria Lúcia Toledo de Martino	Arquivo Nacional	Maria Lúcia Toledo de Marino, também conhecida por Malu de Martino, nasceu em 1960. É diretora de cinema.
Maria Luíza Aboim	Arquivo Nacional	É autora, produtora e diretora de documentários de natureza antropológica.
Moema Toscano	Arquivo Nacional	Nasceu em Garibaldi (RS), em 30/01/1927. Fez curso normal na cidade de Monte Negro (RS), formando-se em 1994 e indo lecionar em cidades do interior gaúcho. Fez Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Lecionou sociologia na Faculdade de Filosofia até a promulgação do ato institucional nº 5, quando foi afastada. A partir de 1975 engajou-se como militante do movimento de mulheres e junto com outras militantes como Comba Marques Porto fundou o Centro da Mulher Brasileira.
Moysés Weltman [Wanda Lattman Weltman]	Arquivo Nacional	[Sem informações], pois apesar de Wanda Lattman Weltman constar como produtora, os instrumentos de pesquisa não apresentam seus dados biográficos.
Nélie Sá Pereira	Arquivo Nacional	É a produtora de um vídeo de seis minutos com cenas do casal Jessie Jane e Colombo Vieira de Sousa, com a filha recém-nascida, Leta, na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1977. Nélie relata que para entrar com a câmera, enganou os policiais, informando que se tratava de uma máquina fotográfica para registrar imagens do bebê. Nessa época, Nélie Sá Pereira fazia curso de cinema na França, e, retornando à Europa, levou o vídeo para a avó materna da criança, que estava exilada na Suécia.
Nicole Algranti	Arquivo Nacional	Nicole Algranti é sobrinha de Clarice Lispector.
Niomar Moniz Sodré Bittencourt	Arquivo Nacional	Nasceu em Salvador, fez seus estudos nos colégios Sacré Coeur e Sion no Rio de Janeiro. Aos 14 anos começou a escrever novelas, contos e crônicas, colaborando mais tarde em vários jornais e revistas, como: A Noite, Vamos Ler, Carioca e, especialmente, no Correio da Manhã. Foi fundadora do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, juntamente com o marido Paulo Bittencourt, diretor do Correio da Manhã. A partir de 1963, com o falecimento de Paulo, tornou-se proprietária e diretora do Correio da Manhã. Logo após a subida dos militares ao poder, o Correio da Manhã passou a fazer oposição ao novo regime. Em janeiro de 1969, Niomar Muniz Sodré teve seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), sendo ainda presa.
Regina Helena Machado	Arquivo Nacional	[Sem informações]. Faz parte de um recolhimento por comodato realizado entre o Arquivo Nacional e o Museu de Arte Moderna, por isso na base consta apenas que são produções sobre o cotidiano de trabalho e o prazer de mulheres de diferentes faixas sociais.

Rute Gusmão Pereira de Azevedo	Arquivo Nacional	Nasceu em Porto Alegre, em 29/10/1943. Como assistente social, atuou na Legião Brasileira de Assistência entre os anos de 1966 e 1995. Como artista plástica, participou de mostras coletivas em diversos países, exibindo também no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MOMA).
Taís Morais	Arquivo Nacional	Jornalista, é autora, junto com Eumano Silva, de livro referente à Operação Araguaia.
Terezinha Lindgren Carneiro	Arquivo Nacional	É bibliotecária formada em 1959 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
Alice Chermont de Miranda	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Nasceu em Porto Alegre (RS), em 01/06/1877. Casou-se com o advogado e jornalista Victorino Monteiro Chermont de Miranda e mudou-se para Belém, onde seu esposo fundou o jornal vespertino A Notícia (1908-1909). Viveram por sete anos na cidade e lá tiveram seus primeiros filhos. Após esse período, seguiram para o Rio de Janeiro e se fixaram em Botafogo. Victorino fundou as revistas Vida Sportiva e Polichinelo (1917-1920). O casal Alice e Victorino tiveram ativa presença na vida social carioca nas décadas de dez e vinte do século passado. Faleceu em 12 de março de 1968.
Ângela Borba	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Nasceu no Rio de Janeiro em 04/04/1953. Graduou-se em História em 1976. Participou do movimento feminista e ingressou na Ação Popular Marxista-Leninista em 1976, criando dentro da organização um coletivo feminino. Participou da formação do Partido dos Trabalhadores e organizou a Secretaria Nacional de Mulheres desse partido.
Família Bustamante [Estella dos Santos Bustamante]	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Estella e Hélio casaram-se em 09/02/1909. Dona Pequenina, como era chamada pelos amigos e parentes, estudou no Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca e ocupou-se em cuidar da família. Entre suas atividades estavam o cuidado com plantas, em especial, as orquídeas. Faleceu em 27 de fevereiro de 1972.
Vera Silvia Magalhães Albuquerque Maranhão	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro	Nasceu em 05/02/1948 no Rio de Janeiro, foi economista, socióloga e militante no período militar. Participou da formação da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), atuando também na Frente do Trabalho Armado. Usando o codinome Dadá, foi presa em 1970, permanecendo por três meses, período no qual sofreu forte tortura. Banida do Brasil, continuou sua vida de militância pelos países em que passou, com destaque para Cuba. Voltou ao país em 1979, com Lei de Anistia e em 2002 ganhou na justiça o direito de receber pensão da União em reparação às torturas sofridas enquanto esteve presa, sendo a primeira pessoa a receber tal benefício.
Zulmira Feital	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	Nascida em 23/02/1882, ingressou na Escola Normal do Distrito Federal aos 15 anos. Atuou no campo da educação, em especial na criação do Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro.
Terezinha Saraiva	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro	Considerada uma das grandes pioneiras no âmbito da educação no Brasil, atuou como professora e pedagoga, secretária Estadual de Educação e Cultura do antigo Estado da Guanabara e secretária Municipal de Educação e Cultural do Rio de Janeiro.

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados extraídos das bases de dados das instituições

CAPÍTULO 30

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA CIÊNCIA POLÍTICA: UM BREVE HISTÓRICO

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

IDIANE MÂNICA RADAELLI
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC

ZENICLÉIA ANGELITA DEGGERONE
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

RESUMO: A Ciência Política como campo de estudos é uma área das Ciências Sociais, que só recentemente vem ganhando autonomia, comparativamente à ociologia e a Antropologia. Este crescimento está diretamente associado a expansão da aréa na Pós-graduação, no caso brasileiro. Em que pese a centralidade dos conceitos de Ciencia Política na formação juvenil, os mesmos ainda são pouco tratados da educação básica, cabendo destacar que as Orientações Curriculares Nacionais-Sociologia não se preocuparam, de forma explícita e consistente, com questões da Ciência Política, priorizando a Sociologia e a Antropologia. Esse artigo de revisão bibliográfica, objetiva sistematizar a constituição do campo, sinalizando a importância desses conhecimentos em toda a trajetória escolar.

PALAVRAS CHAVE: Ciência Política; História Ciência Política; Ciências Sociais

ABSTRACT: Political Science as a field of study is an area of Social Sciences, which has only recently gained autonomy compared to Ociology and Anthropology. This growth is directly associated with the expansion of the postgraduate area, in the Brazilian case. Despite the centrality of the concepts of Political Science in youth education, they are still little dealt with in basic education, it should be noted that the National Curriculum Guidelines-Sociology did not explicitly and consistently concern themselves with issues of Political Science, prioritizing Sociology and Anthropology. This bibliographical review article aims to systematize the constitution of the field, signaling the importance of this knowledge throughout the school trajectory.

KEYWORDS: Political Science; History Political Science; Social Sciences

A Ciência Política (CP) é uma área da denominada Ciências Sociais, sendo está composta também pela Antropologia e pela Sociologia. A CP tem como objeto de estudo o fenômeno do poder ocupando-se das noções de Estado, governo e organização política, podendo investigar outras instituições da sociedade que interferem direta ou indiretamente na organização política, como ONGs, Movimentos Sociais, Igrejas, empresas etc.

Acerca da constituição do campo de conhecimento devemos destacar que desde a antiguidade encontramos, em diferentes escritos(legislações, textos de filósofos, etc.) manifestações que denotam a preocupação humana com o poder e a organização da forma de conviver em sociedade e de conceber o meio político.

Na transição da Idade Média para a Modernidade devemos referir a importância da contribuição do filósofo e teórico político Nicolau Maquiavel, que sistematiza estudos sobre o a arte de governar, constante no livro *O Príncipe*, obra de suma importância para a CP.

Ainda na modernidade os estudos do jurista e teórico político francês Jean Bodin, subsidiam a constituição dos Estados Absolutistas, elaborando uma importante discussão acerca do poder.

No século XVII temos dois importantes autores que contribuem para os estudos de CP. Primeiramente citamos as teorias do filósofo e teórico político Thomas Hobbes, subsidiando o Estado Absolutista. Referimos também o filósofo inglês John Locke cujos estudos que defendem um liberalismo político que viabilizaria o crescimento econômico da sociedade, apontando a articulação entre uma nova ordem econômica e política.

No século XVIII os filósofos franceses Montesquieu e Voltaire, propuseram renovações nas teorias políticas, apontando a ampliação do conceito de participação política. Sendo desse momento histórico a bandeira das liberdades individuais e a noção de tripartição do poder político dentro de um Estado democrático (ideia criada por Montesquieu), que subsidiaram ideologicamente a Revolução Francesa.

Mesmo diante das contribuições apontadas anteriormente a ciência política como campo autônomo e organizado ocorreu somente na segunda metade do século XIX, quando foram criadas as Ciências Sociais, em especial da sociologia e da antropologia, visto que os debates políticos de até então dialogavam muito mais com a filosofia.

Devemos ao filósofo francês Auguste Comte o esforço de constituição de uma ciência humana com o propósito de estudar com rigor a sociedade compreendendo a sua complexidade.

Após a constituição da sociologia estávamos diante de algumas especificidades, sendo a primeira delas a antropologia, que surge, com os estudos de teóricos de Edward Burnet Tylor e Herbert Spencer, e na sequência a Ciência Política, termo criado pelo historiador estadunidense Herbert Baxter Adams, em 1880, quando a ciência política organiza-se como área autônoma de estudo, tendo iniciado nos Estados Unidos e se desenvolvido bastante na França e na Alemanha. No Brasil, a Ciência Política somente passou a ser estudada e praticada autonomamente, a partir da segunda metade do século XX.

Tradicionalmente a CP teve seu objeto restrito ao fenômeno estatal orientada por uma tradição weberiana, sendo que, mais recentemente, a partir dos estudos de Foucault ocorreu a ampliação de seu objeto de investigação que passou a contemplar o fenômeno

do poder em suas diferentes manifestações, com especial destaque a escala micro do fenômeno do poder.

A Ciência Política é o segmento das Ciências Sociais dedicada ao entendimento das formações políticas estruturais que as sociedades organizam para o convívio coletivo, sendo responsável pela configuração da mesma, quer na sua dimensão política, jurídica, social ou econômica, estabelecendo como ocorre a distribuição do poder na vida social.

Para Leo Maar,

> [...] a política surge junto com a própria história, como resultado da [...] atividade dos próprios homens vivendo em sociedade, sendo que os homens têm todas as condições de interferir e de desafiar a história, pois [...] entre o voto e a força das armas está uma gama variada de formas de ação desenvolvidas historicamente visando resolver conflitos de interesses, configurando assim a atividade política em sua questão fundamental: sua relação com o poder. (LEO MAAR, 2004, p. 9)

Hoje a esfera de atuação da CP está relacionada a dois grandes espaços de expressão:

O poder político institucional associado à esfera da política institucional;

A idéia de política relacionada à ação de diversos grupos e organizações e às diversas formas de manifestação do conflito na sociedade.

Destacamos ainda a Ciência Política como uma disciplina que se dedica ao estudo da formação e da divisão do poder (DAHL, 1970), podendo ser definida, como aquele campo disciplinar encarregado do estudo científico do fenômeno do poder.

A CP se ocupa de qualquer manifestação que expresse o exercício do poder, analisando a relação entre indivíduos ou grupos onde alguns têm a capacidade de influenciar outros (ainda que contra a sua vontade).

Na sequência, e com base nos apontamentos de Norberto Bobbio, passamos a definir poder da forma que segue:

Vejamos, então, como podem ser conceituadas as três formas de poder (BOBBIO, 1987, p. 82–84):

Poder econômico: vale-se da posse de certos bens necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção, reside enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. Em qualquer sociedade em que existam proprietários e não-proprietários, o poder deriva da possibilidade que a disposição exclusiva de um bem lhe dá de obter que o não-proprietário (ou proprietário apenas de sua força de trabalho) trabalhe para ele e apenas nas condições por ele estabelecidas.

Poder ideológico: vale-se da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer influência no comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não uma ação. Desse tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados "intelectuais", nas sociedades secularizadas, porque mediante os conhecimentos por eles difundidos ou os valores por eles firmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto.

Poder político: o caminho mais usual para diferenciar o poder político das outras formas de poder é quanto ao uso da força física. Em outras palavras, o detentor do poder político é aquele que tem exclusividade do direito de uso da força física sobre um determinado território. Quem tem o direito exclusivo de usar a força sobre um determinado território é o soberano. O sociólogo alemão Max Weber (1992) foi quem definiu essa especificidade do poder político. Weber define o Estado como detentor do monopólio da coação física legítima.

Ainda no que tange a definição do poder achamos pertinente referir a compreensão do sociólogo inglês Anthony Giddens que afirma que o poder consiste na "[...] habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante das resistências de outras pessoas". (2005, p. 342).

Como referimos no inicio do texto, o conceito de poder passa por uma importante mudança a partir das contribuições do filósofo francês Michel Foucault, que destacam a multidimensionalidade desse fenômeno, de tal sorte que qualquer relação social pode ser vista como uma relação de poder, o que faz com que as relações de poder ocorram também em uma micro escala.

As questões referentes à consolidação acadêmica e institucionazação das Ciências Sociais no Brasil, têm seus primórdios em meados da década de 1930, momento em que são criados os primeiros cursos chamados de Ciências Sociais, ainda que seja importante destacar que o que chamamos de Ciências Sociais hoje, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, é relativamente recente (KANTOR, MACIEL, & SIMÕES, 2009)

Compreende-se, pois, que, a partir da trajetória de institucionalização da ciência política e dos dados empíricos levantados, é possível perceber os seus esforços nos processos de autonomização frente a outras áreas.

É possível identificarmos um movimento de reconhecimento e busca de autonomia da Ciência Política em relação a outras áreas, que na perspectiva de Leite e Codato (2008), tanto de aspectos institucionais (com a criação de cursos de pós-graduação específicos na área, periódicos especializados e consolidação de órgãos representativos de classe), quanto de aspectos teórico-metodológicos (desenvolvimento e consolidação de teorias, métodos e abordagens próprios).

A história da Ciência Política no Brasil, ainda que relacionada com a história das Ciências Sociais, tem singularidades particularidades que viabilizam afirmar que foi em meados dos anos de 1960 que podemos afirmar que estávamos diante da consolidação da mesma como disciplina acadêmica.

A institucionalização tardia da área não é um fenômeno estritamente brasileiro (FORJAZ, 1997), estando relacionada ao desenvolvimento das pós-graduações. De outra sorte, afastando-se da hegemonia da escola sociológica paulista, a configuração da Ciência Política é orientada pela atuação de um grupo originário de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente influenciado pela tradição norte-americana.

Destacamos como marco da Ciência Política como disciplina científica dos anos 1960 em diante, a publicação da obra organizada por Bolívar Lamounieur (1982) ainda que o autor aponte a existência de uma tradição de pensamento político anterior aos surtos de crescimento econômico e urbanização e do estabelecimento das universidades, utilizando apontamentos de Wanderley Guilherme dos Santos (1967) que refere os primeiros intérpretes do Brasil, até os anos 1930, com especial destaque a Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que se ocupavam da formação do Estado e da Nação, discutidas em grandes narrativas históricas e de pensamento “autoritário”.

Em um segundo estágio, pós 1930, temas como o aumento da participação e cidadania (entre eles eleição e partidos políticos), desenvolvimento econômico, etc., que perdurariam até 1964 ocupariam os intelectuais, tais como Vitor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e outros.

A constituição da Ciência Política no Brasil guarda uma estreita relação com o pensamento norte-americano, influenciando os estudiosos de Minas e do Rio que acabam se afastando de uma tradição das escolas francesa e alemã que são hegemônicas em São Paulo.

Destaca-se também os investimentos que ocorreram a partir dos anos 1960, com especial destaque a Fundação Ford, que priorizam a pesquisa em Ciência Política, investindo em bolsas de estudo e intercâmbio de docentes e discentes de pós graduação, de tal sorte a fazer da mesma uma área estratégica para a formulação de políticas públicas e orientadora da agenda nacional (KEINERT E SILVA,2010), de tal sorte que, “[...] formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina” (FORJAZ, 1997, p. 5).

Foi nesse contexto que em 1969 o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criou o primeiro mestrado em Ciência Política no Brasil, em 1969, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IPUPERJ) e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo receberam importantes recursos para o desenvolvimento da Ciência Política. (FORJAZ, 1997)

Diferentemente do que ocorre com a sociologia e a antropologia que possuem maior efetividade na sua constituição pela oferta graduação, o primeiro curso de bacharelado em Ciência Política foi ofertado no ano de 1989[1], pela Universidade de Brasília (UnB), momento em que a pós graduação já estava plenamente consolidada.

Feitas essas considerações mais genéricas passaremos a descrever alguns apontamentos sobre o ensino de Ciência Política preconizado na educação básica.

O modelo educacional brasileiro vigente tem suas origens em profícuos debates, realizados no contexto da redemocratização em meados dos anos de 1980, após mais de vinte anos de Ditadura Civil-Militar. Esses debates se materializaram na Constituição Federal de 1988 que propaga a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, potencializadora do pleno desenvolvimento do ser humano, assim como o efetivo exercício da cidadania.

De outra sorte devemos referir a importância para a educação brasileira da Lei nº 9.394/1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que disciplinou as determinações da Constituição Federal para o sistema educacional, também tendo como referência, a construção da cidadania.

Destaca-se que somente com a Lei nº 11.684/2008 a disciplina de Ciências Sociais, denominada de Sociologia foi ofertada no Ensino Médio, sendo novamente tornada opcional no ano de 2017.

A intermitência da presença da Sociologia nos currículos de educação básica, ao longo da história da educação no Brasil, resultando na escassez de material didático, na dificuldade de formação de professores e na dificuldade de definição de uma base curricular mínima para a disciplina, torna esse debate ainda mais imprescindível (BODART E LOPES, 2017).

Cumpre mencionar que, embora normalmente relegada a um segundo plano, se comparada com disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, as Ciências Sociais cumprem um papel primordial na formação dos educandos(as), contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico (junto de outras disciplinas, como História, Geografia e Filosofia), ao contribuir para que os(as) mesmos(as) compreendam a realidade que o(a) cerca como algo social e historicamente construído.

Atualmente a Ciência Política é apresentada de forma facultativa aos alunos do Ensino Médio Brasileiro dentro do conteúdo programado para a disciplina de Sociologia, que também é responsável por abarcar conceitos e temas da Antropologia e compõe as disciplinas das *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

A importância dos debates acerca da política na formação escolar dos(as) educandos(as) pela legislação educacional brasileira, remontam ao Ensino Médio, ainda que saiba-

1 Dados disponibilizados pelo sistema e-Mec informam que existem atualmente 37 cursos de bacharelado em Ciência Política no Brasil.

mos a fragilidade dessa formação, havendo um conjunto de dispositivos na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, estabelecendo a necessidade da formação política na escola.

A titulo de ilustração trazemos os apontamentos que seguem:

Segundo a BNCC, a política "é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na polis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania" (BNCC, 2021, p.567), já "a construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos" (BNCC, 2021, p.578), considerando:

> As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BNCC, 2021, p.567).

Ainda conforme a BNCC, o estudo das categorias Política e Trabalho no Ensino Médio, deve "permitir aos estudantes compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades" (BNCC, 2021, p.568).

Embora haja no Brasil um conjunto expressivo de cursos superiores de Ciência Política, não existem Diretrizes Curriculares para Ciência Política, sendo que à carga horária mínima e ao prazo de integralização, o curso segue as do curso de Ciências Sociais (Resolução CNE/CES nº 17 de 2002). Os conhecimentos da Ciência Política têm uma tradição consolidada em vários cursos com especial destaque a filosofia, gestão publica, administração, direito, relações internacionais, etc., não tendo sido encontrada oferta da disciplina em cursos de licenciatura da UFSM, UFRGS, UFFS, UFPEL e UNIPAMPA salvo em Ciências Sociais. Cabe destacar a crescente importância da área na Pós Graduação.

Dados constantes na Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES, apontam que a área de Ciência Política conheceu um período de grande expansão nos últimos 20 anos, sinalizando sua tendência interdisciplinar, uso que imaginamos mais apropriado no material proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse artigo imaginamos ter apresentado a(o) leitor(a), de forma introdutória, a caracterização da Ciência Política como área de conhecimento específica, disponibilizando elementos para a compreensão de seus principais aportes, bem como da trajetória

histórica até a constituição do campo. Apresentamos ainda a organização do campo de conhecimento no Brasil tanto no que diz respeito a disciplina de forma autônoma em cursos superiores e pós graduação, quanto a sua presença no currículos de educação básica em decorrência da Lei nº 11.684/2008 e sua condição de facultativa pós 2017, com a Reforma do Ensino Médio.

Cabe destacar ainda que, em 1986, foi criada a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Não existe ainda a regulamentação da profissão de cientista político, sendo que a mesma está subentendida a profissão de sociólogo, que abarca os bacharéis em Sociologia e Política, bem como em Ciências Sociais, conforme previsto na Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

No material da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) encontramos referência a questão da 'alfabetização política' entendida como a compreensão, desde a infância, dos principais conceitos da CP, como uma estratégia importante para transformar a sociedade, com a efetivação do exercício da cidadania.

Nesse sentido é fundamental compreendermos a CP como uma linguagem, um conjunto teórico conceitual, cuja compreensão e apropriação permitirão uma intervenção mais efetiva na sociedade. A leitura do material apresentado evidencia a importância da CP na vida de cada cidadão(ã) uma vez que é esse conhecimento que potencializará a efetiva transformação, participação e democracia.

REFERÊNCIAS

ABCP. **Associação Brasileira de Ciência Política.** 2021. Acessado em 26 de agosto de 2021. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/web/

BOBBIO. **Estado, governo e sociedade:** para uma teoria geral da política. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. In: **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**. Vol.1, nº.1 Jan./Jun. 2017. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/36> Acesso em: abril.2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2021

DAHL, Robert. **A moderna análise política.** São Paulo: Lidador, 1970.

FORJAZ, M. C. S. (1997). A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, *12*(35), 1-22.

GIDDENS, A.**O estado-nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2005.

KANTOR, I., Maciel,D. A., & Simões, J. A. (Orgs.). (2009). *A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953: depoimentos*. São Paulo: **Sociologia e Política**

KEINERT, F. C., & Silva, D. P. (2010, junho). A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**,*22*(1), 79-98.

LEITE, F., & Codato, A. (2013). Autonomização e institucionalização da ciência política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. ***Revista de Discentes de Ciência Política*** *da UFSCAR*, *1*(1), 1-21.

LEO MAAR, Wolfgang**. O que é política**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WEBER, MAX. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo, Cultrix, 1985.

CAPÍTULO 31

O ENSINO DE HISTÓRIA E GÊNERO EM SALA DE AULA

ANNA CAROLINA TOREZANI RONDA GIANLUPPI
PROFHISTÓRIA-UFSM

AIRTON VOLNEI PROCHNOW
PROFHISTÓRIA-UFSM

ANDRÉ HAISKE
PROFHISTÓRIA-UFSM

ARIOLI DOMINGOS DOS REIS HELFER
PROFHISTÓRIA-UFSM

CLEBER AUGUSTO A'COSTA DE LIMA
PROFHISTÓRIA-UFSM

LAIONEL MATTOS DA SILVA
PROFHISTÓRIA-UFSM

LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD
Professora e Coordenadora do PROFHISTÓRIA da UFSM

RESUMO: O presente artigo é uma breve revisão sobre o Ensino de História e também o estudo de Gênero nas escolas brasileiras. Ao longo do tempo, o foco principal do componente curricular, foi se modificando e se adequando às necessidades da sociedade a qual estava inserida. Entretanto, não podemos esquecer que ela sempre foi utilizada para legitimar poderes e, principalmente, utilizada para silenciar determinados grupos sociais (mulheres, crianças, negros, indígenas, pessoas das camadas populares). E que cabe a nós, professores e professoras, romper com esses silenciamentos, sobretudo, das mulheres e dos homens que não se enquadravam à chamada *masculinidade dominante.*

PALAVRAS CHAVE: Ensino de História; Gênero; Masculinidade; Feminilidade;

ABSTRACT: This article is a brief review of the Teaching of History and also the study of Gender in Brazilian schools. Over time, the main focus of the curricular component was changing and adapting to the needs of the society in which it was inserted. However, we cannot forget that it has always been used to legitimize powers and, mainly, used to silence certain social groups (women, children, black people, indigenous people, people from the popular classes). And that it is up to us, teachers and teachers, to break with these silences, above all, of women and men who did not fit into the so-called dominant masculinity.

KEYWORDS: TeachingHistory; Genre; Masculinity; Femininity;

O ENSINO DE HISTÓRIA

Por muito tempo, a História (dita oficial), esqueceu de incluir em seus textos inúmeras pessoas que realmente fizeram parte

dos fatos narrados. Essas pessoas foram “esquecidas”, porque, naquele momento, elas não tinham grande representatividade e também não eram tidas como importantes para a História.Essas pessoas eram mulheres, crianças e até mesmo homens (gays, negros, pobres, indígenas, de outras fés etc.) que foram propositadamente esquecidas por aqueles - geralmente homens brancos cristãos e heterossexuais - que redigiram a “História oficial” de seus reinos/países/cidades. Durante muito tempo foram os “excluídos(as) da História” (PERROT, 1988).

Durante muito tempo, o que foi priorizado na academia e também nas escolas, foi uma História “fria”, sem a participação do povo, de pessoas comuns que fizeram e construíram a sociedade. As narrativas eram centradas apenas na participação dos grandes heróis (excluindo, até mesmo, as heroínas). Esse modelo de História - em parte ainda praticado - acaba sendo maçante e não tendo relevância para a maioria dos(as) alunos e alunas. Mas afinal, por que e para que existe o componente curricular de História?

Para Albuquerque Júnior (2017), o ensino da História e a escola surgiram para legitimar uma determinada classe social, a burguesia, que estava em ascensão após a Revolução Francesa. Assim, era necessário criar uma instituição no formato do Estado, para legitimar e valorizar a classe que estava ascendendo naquele momento. Era necessário, portanto, criar uma instituição na qual valorizasse os feitos da burguesia revolucionária, mas, ao mesmo tempo, era indispensável, controlar os mais pobres (classe proletária), para que não tivessem o mesmo anseio na tomada do poder.

Ainda na visão de escola como função normatizadora e legitimadora de poder, o sociólogo Pierre Bourdieu, define que a escola detém um capital simbólico, pois transforma interesses pontuais de pequenos grupos (a burguesia) como válidos para toda sociedade. Legitimando, assim, as diferenças e as desigualdades sociais.

> Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. (BOURDIEU, 1998, p. 53)

Para Bourdieu, a escola além de não reconhecer a desigualdade social, ainda legitima a cultura dominante. Para ele, a escola, como instituição, apropria-se do que ele denomina de *capital cultural*:

> A ordem preexistente, isto é, separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não possuem. Sendo as diferenças de aptidão inseparáveis das diferenças sociais conforme o capital herdado, ele tende a manter as diferenças sociais preexistentes. (Ibid., p. 37)

Desse modo, as classes mais abastadas impõem sua cultura e poder frente às classes populares, legitimando-se. Negando, deste modo, a cultura dos menos privilegiados ou das minorias (hoje se pode citar: as crianças *trans,* homossexuais ou bissexuais*,* ou mesmo, a cultura feminina, dentro do currículo escolar).

Bourdieu salienta que o ponto de partida para o capital cultural é o saber formal, o saber escolar. Mas não se pode esquecer do conhecimento prévio do aluno e da aluna, sua herança cultural, sua bagagem teórica, o conhecimento informal que vai variar de acordo com cada indivíduo.

No Brasil, inicialmente, o modelo escolar escolhido seguia a ideia de que a educação não era para todos(as), sobretudo para mulheres e para as classes mais pobres. Era uma escola voltada para uma elite branca e masculina. Durante o governo de Getúlio Vargas, o ensino de História nas escolas teve como principal finalidade a construção de uma identidade nacional,

> como a *genealogia da nação,* esta se iniciava com a História da formação de Portugal e os grandes descobrimentos, que incluíam o Brasil no processo civilizatório. Nas *Instruções Metodológicas*, que acompanhavam os Programas e orientavam os professores para o exercício de sua prática pedagógica, destacava-se a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. (ABUD, 1998).

Assim, a finalidade do ensino de História na escola era normatizar o comportamento da sociedade, legitimar um modelo de nação e levar a ideia de progresso a todo território brasileiro. A partir de meados do século XX, a escola que formava a elite precisou ser reinventada, pois necessitava atingir um novo público, logo, tendo uma nova finalidade.

Essa mudança se deve, em parte, à necessidade de mão de obra especializada, sendo necessário um ensino voltado para o mundo do trabalho e, principalmente, que fosse de curta duração. Seu papel era o de formar profissionais para atender as demandas das indústrias brasileiras e não um sujeito consciente de suas reais potencialidades. Ou seja, alguém que não questionasse as ações promovidas pelo governo. Essa pedagogia ficou conhecida como Tecnicista e, para Dermeval Saviani,

> A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 1995, p. 23).

Após o período da ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985), o país entrou no período de redemocratização, possibilitando, assim, novas propostas curriculares e novas ações pedagógicas. Estas propiciaram a formação de um indivíduo mais crítico, um sujeito que faz e pertence à sua História (MONTEIRO, 2007, p.18).

Durante muito tempo, a História ensinada na sala de aula não contemplou *gênero ou mulher,* ou mesmo, a categoria *mulheres*. Tais estudos são, teoricamente, recentes e que ainda custam a serem incluídos no ensino da disciplina. Especialmente, no ambiente escolar. Para as historiadoras Joana Maria Pedro e Rachel Soihet,

> Acreditava-se que, ao falar dos Homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade. Mas, também, não eram todos os homens que estavam representados neste termo: via de regra, era o homem branco ocidental. Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284)

Assim sendo, não foram apenas as mulheres silenciadas da história, mas também os homens que fugiam do estereótipo do herói, aquele responsável pelos grandes feitos relatados na História enquanto disciplina escolar. Apenas a partir dos estudos de gênero é que se inicia, mais profundamente, o estudo sobre as masculinidades como um dado histórico e não como um fato biológico (CONNELL, 1995, p. 189).

Ou seja, para fazer parte da História ensinada na sala de aula era necessário possuir alguns atributos*: ser homem, branco, pertencer a elite, heterossexual e, se possível, cristão*. Se para os homens fora desses limites serem incluídos na História não foi fácil; as mulheres tiveram que lutar, ainda mais, contra esse silenciamento. Para a historiadora Joana Pedro,

> Entrar para a "história" tem sido um valor disputado. A antiga forma de escrever a história, costumeiramente chamada de "positivista", ou às vezes "empirista", dava destaque a personagens, em geral masculinos, que tinham de alguma forma participado dos governos e/ou guerras. Para muitas pessoas, esta era uma forma de "imortalidade". [...] as mulheres só eram incluídas quando ocupavam, eventualmente, o trono (em caso de ausência de filho varão) ou então quando se tornavam a "face oculta" que governava o trono, ou a república, por trás das cortinas, dos panos, do trono. (PEDRO, 2005, p. 83-84)

A História do Brasil foi marcada pela periodização dos fatos históricos e pela necessidade da criação de heróis nacionais por influência do modelo positivista de educação. E, claro, pelo esquecimento das heroínas. Pouco se fala de mulheres como Maria Quitéria ou Ana Néri. E até aquelas no topo da pirâmide elitista, como a Imperatriz Dona Leopoldina, têm seus feitos esquecidos, mesmo que ela tenha sido uma das articuladoras de nosso processo de independência. A citada Maria Quitéria somente foi incluída no livro dos Heróis e Heroínas do Brasil, em 2018.

A partir da década de 1990, e o estudo de novas temáticas ao ensino de História se tornaram possíveis. Essas mudanças só ocorreram, por meio da influência historiográfica da 3ª Geração da Escola de Annales e da História Social Inglesa.

Nesta concepção, ainda bastante comum, a escola é vista como um local de reprodução do conhecimento externo (universidades) e cabe ao professor e professora ser o

intermediário(a) desse processo de reprodução. Sendo, então, necessário romper com as amarras dentro do ensino.É preciso lembrar que a escola é um lugar de diálogo, um local em que devem ser promovidos debates e, principalmente, ser um local de tolerância e respeito para com as diversidades.

TRABALHAR A TEMÁTICA GÊNERO NA ESCOLA

O modelo educacional brasileiro vem sofrendo alterações, ao longo de décadas, com a finalidade de buscar qual a função social da escola pública no século XXI. Para que estamos formando nossas alunas e alunos? Para qual modelo de sociedade?

O modelo escolar brasileiro já passou por inúmeras alterações ao longo do tempo, já foi exclusivamente da elite, masculino e não obrigatório. Depois passou a receber o público feminino, mas com algumas ressalvas, de salas de aula específicas para meninas, com professoras e currículo voltado para a esfera do mundo privado (as “prendas do lar”).

Já teve duas finalidades distintas: formar a elite (burguesa) e formar a classe trabalhadora (operário/trabalhador). Já foi tecnicista, uma formação rápida, para qualificar a mão de obra que o país necessitava.

Mas e hoje? Atualmente a educação é norteada e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 e pelos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, esses documentos visam apontar os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. A partir dessa nova base na educação foi possível trabalhar, por meio de temas transversais, conteúdos que estavam à margem, dando maior visibilidade, em especial, às relações de gênero presentes na sociedade, ao longo do tempo.

Em 1997, o tema *Gênero* apareceu como tema transversal no PCN. De acordo com este, os estudos de gênero seriam “o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (BRASIL, 1997, p.35). Em 2014, no Plano Nacional de Educação – PNE, por pressão de alguns representantes da sociedade civil e de deputados, o termo **gênero** foi retirado do texto final, de acordo com eles, o texto anterior dava margem para promover o que eles chamam de “ideologia de gênero”[1].

1 ***Ideologia de Gênero*** é um termo que nasceu na Antropologia, em 1950, e se refere às características culturais e sociais que formam a personalidade subjetiva de homens e mulheres. Para mais informações sobre o assunto, acessar o *site* https://novaescola.org.br/conteudo/1473/combater-a-discriminacao-para-promover-a-liberdade. Acesso em 25 de setembro de 2020.
VÁZQUEZ, GeorgianeGarabelyHeil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. (Artigo) In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/. Acesso: 18 de novembro de 2020.

O termo *gênero* não é sinônimo de sexo biológico. Defender a igualdade de gênero dentro da escola é garantir que alunos e alunas entendam que as representações do ser feminino e do ser masculino foram criadas e institucionalizadas ao longo do tempo.

No final de 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo que define os conteúdos e objetivos a serem trabalhados, em todo território nacional, para a aprendizagem de todos os alunos e alunas da educação básica brasileira. A BNCC, passou por três versões de textos, e na versão final, assim como no PNE, a temática gênero, de forma explícita, foi suprimida pelo Ministério da Educação – MEC, com a justificativa, que o termo provocaria muitas indagações e controvérsia na sociedade. Apesar de não estar explícito na BNCC, *Gênero* e *Diversidade*, continuam presentes nas habilidades e competências, que professores e professoras poderão desenvolver com seus alunos e alunas:

> **Competência 7:** argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que **respeitem e promovam os direitos humanos,** a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com **posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros** e do planeta.
> **Competência 8:** conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, **compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros**, com autocrítica e capacidade de lidar com elas.
> **Competência 9:** exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e cooperação, fazendo-se respeitar e **promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos**, com acolhimento e **valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais,** seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, **sem preconceitos** de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 10 e 11; grifo nosso)

Ainda que *gênero* apareça de forma camuflada na BNCC, e que parte da sociedade se negue a estudar e compreender mais sobre o assunto, no Brasil existe a lei maior: **Constituição Federal de 1988**, na qual determina no capítulo I, **dos direitos e deveres individuais e coletivos**, no artigo 5 que:

> **Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza**, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> I - **Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;**
> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
> VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
> IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (BRASIL, 1988; grifo nosso)

Um dos documentos que serviu de base para a BNCC, é o Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental[2] de 9 anos, em que os temas transversais devam trabalhar a fim de eliminar as **discriminações, racismos e preconceitos.** Vale ainda res-

2 Para mais informações sobre **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**, disponível no *site*: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb-011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 de setembro de 2019.

saltar que mesmo querendo silenciar *gênero* e *diversidade sexual*, o Brasil é signatário de vários tratados internacionais de direitos humanos como: a Convenção Relativa à Luta contra a discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial (1968), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979). E também por leis brasileiras com as citadas acima, Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) e a Lei Maria da Penha (2006)[3].

Dessa forma, limitar o conteúdo a ser ensinado em sala de aula está violando inconstitucionalmente as leis e os tratados acima referidos. Está na Constituição Federal, ainda no artigo 5 que: "§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte" (BRASIL, 1988).

Portanto, o estudo de *gênero* vem para "dar vozes" a todas e todos que foram suprimidos, durante anos, porém, tiveram grande importância para os rumos da História. Para a historiadora Joan Scott, a categoria *gênero* é relacional, ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas cotidianamente no interior das relações sociais, culturais e são historicamente localizadas. Ainda segundo a autora, as relações de gênero estão imersas em relações de poder que se manifestam por meio da representação social e são politicamente construídas sob códigos normativos e institucionais (SCOTT,1990, p. 5-22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa breve reflexão apontamos a importância do Ensino de História nas escolas brasileiras, ela deve dar vozes a todos e todas as pessoas que foram silenciados(as) por ela ao longo do tempo. Os alunos e alunas precisam compreender que a História é formada também por pessoas comuns que de alguma forma marcaram o tempo em que viveram. Precisamos romper com as amarras da História "dita oficial", que era composta somente por heróis. Suprimindo, assim, mulheres que romperam com a "ordem dita natural" da passividade e da reclusão ao ambiente privado (suas casas).Portanto, o Ensino de História deve contemplar a temática gênero dentro dos conteúdos ministrados, é importante que os alunos e, principalmente, as alunas se reconheçam no que tema que está sendo estudado.

3 Para mais informações sobre os **Tratados Internacionais Que Asseguram Os Direitos Humanos Das Mulheres**, ler: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Katia Maria. **Formação da Alma e do Caráter Nacional:** Ensino de História na Era Vargas. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 103-114, 1998.

_____; SILVA, André C. M.; ALVES, Ronaldo Cardoso. Ensino de História. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Uma escola sem sentido: porque a profissão de historiador não é regulamentada? In: **História Unisinos**, v. 21, n. 2, mai/ago, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 25 de setembro de 2019.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Parecer nº 11/10, de 07 de julho de 2010, homologado pelo despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2010. disponível no *site*: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20 de setembro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil(1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível no *site*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 25 de setembro de 2019.

_____. **Câmara dos Deputados: Legislação.**Legislação Informatizada –**Decreto de Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível no *site*:** https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 25 de setembro de 2019.

_____. Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais - terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

CONNELL, Raewyn. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre. Vol. 20, 1995.

PERROT, Michelle. **Os excluídos das histórias**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: Entre História e Memória. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. (Org.). **História e Educação: territórios em convergência.** Vitória: GM: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- Graduação em História, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 30ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez., 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das mulheres e das relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, n.1, p. 77-98, 2005.

CAPÍTULO 32

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: HUMANIZAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

VIVIEN MARIANE MASSANEIRO KANIAK
Universidade Estácio de Sá

RESUMO: A Psicologia Organizacional atua sobre os aspectos subjetivos das pessoas frente ao trabalho e envolve processos que vão desde o recrutamento, a seleção, o acolhimento e a satisfação no trabalho. Nesse sentido, é a área da psicologia que está diretamente envolvida com a humanização no trabalho e nas organizações. Este artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema a fim de apresentar os principais papéis que a psicologia organizacional desenvolve na gestão de pessoas e processos empresariais desde o seu surgimento até os dias atuais. Serão apresentadas as modificações de nomenclaturas que a área sofreu ao longo dos anos bem como discutidas questões a cerca da humanização no ambiente de trabalho.

PALAVRA-CHAVE: Psicologia Organizacional. Psicologia do Trabalho. Gestão de Pessoas. Humanização no ambiente de trabalho.

ABSTRACT: Organizational Psychology acts on the subjective aspects of people at work and involves processes ranging from recruitment, selection, reception, and job satisfaction. In this sense, it is the field of psychology that is directly involved with humanization at work and in organizations. This article was developed from bibliographical research on the subject in order to present the main roles that organizational psychology plays in the management of people and business processes since its emergence to the present day. Nomenclature changes that the area has undergone over the years will be presented, as well as questions about humanization in the work environment will be discussed.

KEYWORDS: Organizational Psychology. Work Psychology. People Management. Humanization in the work environment.

1. INTRODUÇÃO

A aplicação da Psicologia no contexto das organizações e do trabalho surgiu no final do séc. XIX ao mesmo tempo em que apareceram as primeiras fábricas como consequência do processo de revolução industrial. Nessa época, marcada por grandes transformações sociais e no trabalho e da crescente necessidade de mão-de-obra para as indústrias, é que começa a surgir o interesse dos industriais em utilizar procedimentos voltados a extrair o máximo do desempenho dos trabalhadores em função das demandas do trabalho. E foi assim que

a Psicologia começa a ser aplicada, principalmente no contexto das fábricas, com o nome de Psicologia Industrial.

Na verdade, historicamente, o advento da Psicologia Industrial se tornou possível nas organizações devido às ideias surgidas no iluminismo, que foi um movimento intelectual e filosófico durante o séc. XVIII, que valorizava a razão, a objetividade e as evidências científicas. Esse movimento criou o contexto que favoreceu o aumento da profissionalização do trabalho e das empresas, surgindo uma sustentação científica para a organização do trabalho, ou seja, a administração científica, como ficou conhecida. O maior representante dessa forma de pensar as organizações foi Taylor (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2014).

Desde então a psicologia aplicada ao trabalho foi se ampliando e ganhando espaço, até chegar nos modelos de gestão estratégica de pessoas como é conhecida atualmente. Assim, esse artigo objetiva apresentar ao leitor um histórico do desenvolvimento da psicologia organizacional bem como fornecer conceitos e articulações com as ideias de humanização na gestão de pessoas e processos nas empresas.

2. O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA DO TRABALHO

O norte-americano e engenheiro Frederick Taylor (1856 - 1915), acreditava em aumentar ao máximo a eficiência operacional das fábricas, e para isso adotou o método dos “tempos e movimentos”. O objetivo era o de eliminar movimentos desnecessários e converter os lentos e ineficientes por outros mais rápidos. Sua influência ficou conhecida como *taylorismo* nas empresas. Foi ele que propôs a seleção científica de funcionários, a fim de escolher os mais capacitados para a atividade, além de introduzir o treinamento sistemático, para que os trabalhadores fossem sempre melhorando suas habilidades. É importante destacar que nessa época predominava a visão de *homo economicus*, isto é, a de que os indivíduos tomavam decisões puramente racionais (SPECTOR, 2006).

Paralelamente surgia também na América do Norte o *American system of manufactures* (sistema americano de manufaturas), que teve grande expressão no final do séc. XIX e acabou se tornando um modelo para o mundo. Nesse ínterim surge Henry Ford (1863-1947), que, atuando na área automobilística, avançou na padronização e na montagem em série como forma de produzir mais em menos tempo e a um menor custo. Essa forma de produzir ficou conhecida como *fordismo* (FLEURY, 2002).

De acordo com Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014), foi nessa época que surgiu nos administradores a necessidade de tentar responder perguntas do tipo: como escolher as pessoas para exercer os cargos/funções conforme planejados?; como adaptar os indivíduos às tarefas parceladas e padronizadas?; como disciplinar cada operário para garantir a execução coletiva do trabalho?; que sistema de recompensas é adequado? A fim de atuar

sobre essas necessidades, dois psicólogos foram considerados os precursores do campo: Hugo Munsterberg e Walter Dill Scott.

Hugo Munsterberg (1863 – 1916) tinha seu trabalho focado na análise e adaptação do trabalho ao trabalhador, de modo que se interessou pela seleção de funcionários e no uso de testes psicológicos. Já Walter Dill Scott (1869 - 1955) além de se dedicar aos processos seletivos industriais, foi pioneiro na Primeira Guerra Mundial ao implementar práticas de seleção para eleger oficiais cientificamente. Além disso, ele se destacou na área da psicologia aplicada à publicidade, levando em consideração os aspectos psicológicos, como as crenças e aspirações do público que iria consumir os produtos fabricados, algo que foi inovador naquele período (HOTHERSALL, 2019).

Também tiveram importante influência para o desenvolvimento da área o casal Frank (1868 – 1924) e Lillian Gilbreth (1878 – 1972), ele, engenheiro e ela psicóloga. Eles combinaram as duas áreas de conhecimento e contribuíram no estudo do tempo e movimento, que visava a sincronização de ações para desenvolver uma forma mais eficiente de trabalhar. O trabalho deles forneceu os fundamentos para aquilo que mais tarde se tornaria o campo de estudos do fator humano no trabalho, que investiga como projetar melhor a tecnologia para as pessoas, trazendo, assim um foco mais humano para o trabalho (SPECTOR, 2006).

3. DOS RECURSOS HUMANOS À HUMANIZAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Dessa forma, à medida que as organizações foram aumentando de porte, elas foram contratando psicólogos para lidar com seus problemas funcionais crescentes. Nessa época, os psicólogos costumavam integrar o chamado departamento de pessoal ou departamento de recursos humanos. Como o próprio nome diz, as pessoas na organização eram vistas como um recurso da empresa como qualquer outro seja uma máquina ou um espaço industrial. O departamento de recursos humanos cuidava do cálculo da remuneração dos funcionários, da regulação de férias e descansos e da aplicação das normas e das leis trabalhistas.

As universidades seguiram formando psicólogos nas áreas industriais e realizando pesquisas. Em 1927 uma experiência tornou-se amplamente conhecida como a “experiência de Hawthorne”. Coordenada pelo Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos (*National Research Council*) em uma fábrica de Chicago. Inicialmente o objetivo era o de compreender a relação entre a intensidade da iluminação e a eficiência dos operários na produção. Na época o professor da Harvard e responsável pela pesquisa George Elton Mayo (1880–1949) acreditava que aumentando a luminosidade também aumentaria a produtividade. Entretanto, terminou por descobrir que aspectos da vida social organizacional como possuir ambiente amistoso e o estilo de liderança é que afetavam o comportamento e

o desempenho dos profissionais, muito mais do que aspectos físicos como a luminosidade (HOTHERSALL, 2019).

Os resultados da experiência foram cruciais para que os psicólogos organizacionais defendessem a ideia de que os funcionários no trabalho não reagem isoladamente como indivíduos, mas sim como grupos. E assim, a administração não deveria aplicar sobre os empregados a ideia de um comportamento do tipo “máquina”, como havia sido pressuposto pela Teoria Clássica mas sim como pessoas que são membros de grupos e estão sujeitos às influências sociais desses grupos. Essa ideia ficou conhecida como Teoria das Relações Humanas.

A Teoria das Relações Humanas trouxe novas perspectivas para a administração de empresas pois os gestores passaram a considerar seus funcionários de forma mais humana e mais complexa. Ao invés do *homo economicus* da Teoria Clássica, o foco passou a ser o *homo social*, cujas características eram a não-mecanização, a importância do sistema social e as necessidades humanas de afeto e aprovação social (SCHULTZ; SCHULTZ, 2020).

Esse novo paradigma, que levava em consideração a humanidade dos trabalhadores, influenciou sobremaneira o surgimento de novas dimensões de estudos na área como: motivação para o trabalho, liderança, aprendizagem, saúde e segurança ocupacional, cultura e clima organizacional. Essa evolução levou o psicólogo, agora denominado organizacional, a trabalhar não só com o indivíduo no contexto de trabalho mas também com a organização em si, levando em consideração que os indivíduos interagem na organização, que por sua vez, interage com o indivíduo. Surge, assim a chamada gestão de pessoas, que pouco a pouco foi ampliando e até substituindo as atividades dos antigos departamentos de recursos humanos (FLEURY, 2002).

É nesse ponto que a Psicologia do Trabalho se afasta da Psicologia Industrial, pois ela se caracteriza por um novo conjunto de práticas que envolvem as dimensões humanas no trabalho, abrangendo a qualidade de vida do trabalhador, o desenvolvimento de lideranças, a gestão de talentos e a busca pelo desenvolvimento do pleno potencial humano, entre outras.

4. A GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Mas é especialmente a partir do séc. XXI que a Psicologia do Trabalho rompe com o paradigma homem-máquina e assume seu papel estratégico nas organizações. Isso porque as particularidades que as empresas devem enfrentar no novo século incluem a globalização, a competitividade acirrada e a necessidade de aprendizado e mudanças rápidas. Tudo isso trouxe a necessidade de que a área de gestão de pessoas das organizações evoluísse para assumir um papel mais estratégico, ficando conhecida por gestão estratégica de pessoas (DUTRA, 2016; ROBBINS; JUDGE, 2014).

Assim, atualmente, o papel do psicólogo organizacional ou do trabalho abarca tanto a dimensão estratégica da empresa quanto a dimensão individual do trabalhador. Na dimensão estratégica podemos citar: como gerir talentos para o futuro, aumentar o potencial de desempenho, criatividade e inovação organizacionais. Já no que tange a dimensão individual, o trabalhado pós-contemporâneo enfrenta dilemas como limitação entre o espaço pessoal e do trabalho, a necessidade de constante atualização, o desemprego e até o desequilíbrio psíquico caracterizado por transtornos mentais como ansiedade e depressão, doenças tão típicas dos tempos atuais.

Dados do Anuário Estatístico da Previdência Social do Brasil (BRASIL, 2021) revelam que os transtorno mentais já figuram entre as principais causas de afastamento do trabalho no país. Essas doenças são comumente associadas a exposição crônica e continuada a situações laborais desfavoráveis. Portanto, é papel do Psicólogo Organizacional o desenvolvimento de estratégias para amenizar e mitigar os efeitos nocivos que os aspectos relacionados ao trabalho possam trazer à saúde humana.

A busca por um ambiente de trabalho mais saudável vem sendo feitas pelas empresas e seus profissionais. Hoje está se tornando cada vez mais comum a criação de espaços propícios nas empresas para o incentivo de esportes e atividades físicas, salas de redução de estresse ou chamadas de “salas de descompressão”, com oferecimento de atividades de relaxamento, acompanhamento por profissionais da saúde além, é claro, da constante avaliação dos fatores psicossociais de risco no trabalho (KANIAK, 2021).

O acompanhamento dos riscos psicossociais no trabalho está intimamente ligado aos processos das organizações como conteúdo e organização do trabalho, possibilidade de participação do trabalhador no melhoramento da organização, aspectos e ritmos de trabalho, igualdade e transparência na organização além do estabelecimento de relações mais justas de trabalho (ROBBINS; JUDGE, 2014). Merecem destaque também os esforços no sentido de harmonizar as esferas da vida pessoal, familiar e profissional, que, ainda que se trate de esferas íntimas da vida do trabalhador, podem ser beneficiadas por políticas internas e estratégias da empresa como oferecimento de creches para profissionais que retornam da licença maternidade, a própria extensão do período de licença maternidade ou paternidade além do estabelecido por lei, programas de mentoria em finanças pessoais, oferecimentos de espaços de laser e interação social e familiar, entre outros.

Desse modo, é esperado que não só a área de gestão estratégica de pessoas quanto toda a organização continuem a se desenvolver e progredir, como vem acontecendo desde o seu surgimento em meados da revolução industrial. Atualmente podemos contar com práticas e processos que contribuem para a formação de um mundo melhor, que visa o bem-estar das pessoas, a responsabilidade profissional, social e a integridade de todos, além, é claro, de respeitar também a necessidade de gerar lucros, característica das empresas. Por meio de uma visão holística e igualitária, a Psicologia Organizacional tem muito a contribuir para o avanço das organizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Houve um tempo no estudo da administração das empresas que se preocupar apenas com as estruturas e os processos das organizações era suficiente para garantir a prosperidade. Atualmente, com o advento da globalização e competitividade massiva entre as empresas, focar apenas nesses aspectos não é mais suficiente. É necessário focar nas pessoas e nos talentos que são responsáveis por criar o diferencial para a organização.

Assim, a Psicologia Organizacional atua sobre os aspectos subjetivos das pessoas frente ao trabalho e envolve processos que vão desde o recrutamento, a seleção, o acolhimento e a satisfação no trabalho. Nesse sentido, é a área da psicologia que está diretamente envolvida com a humanização no trabalho e nos processos das organizações.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Secretaria de Previdência**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/saude-e-seguranca-do-trabalhador/dados-de-acidentes-do-trabalho>. Acesso em: 11 maio. 2021.

DUTRA, J. S. **Gestão De Pessoas - Modelo, Processos, Tendências E Perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2016.

FLEURY, M. T. L. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

HOTHERSALL, D. **História da Psicologia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2019.

KANIAK, V. M. M. **Psicologia do Trabalho em foco: Gestão dos Riscos Psicossociais nas organizações**. Monee: Amazon, 2021.

ROBBINS, S.; JUDGE, T. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2a. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CAPÍTULO 33

TRABALHO REMOTO E QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES

VIVIEN MARIANE MASSANEIRO KANIAK
Universidade Estácio de Sá

PALAVRA-CHAVE: Trabalho Remoto. Qualidade de Vida. Qualidade de Vida no Trabalho.

RESUMO: Estudos demostram que a modalidade de trabalho a distância conhecida como trabalho remoto vem ganhando espaço nas empresas no Brasil e no mundo. Este artigo objetiva apresentar uma visão geral e atual sobre o tema destacando as vantagens e desvantagens dessa modalidade na qualidade de vida dos trabalhadores por meio de uma análise bibliográfica. Os dados demonstram que o trabalho remoto apresenta mais vantagens em relação à qualidade de vida no trabalho do que desvantagens, desde que, respeitadas as condições de adaptação das tarefas, sistemas de remuneração e infraestrutura adequadas à execução das atividades. Dentre essas vantagens as que mais possuem impactos positivos sobre a qualidade de vida do trabalhador são maior autonomia do trabalhador para realizar tarefas, possibilidade do controle do tempo, maior remuneração por desempenho ou por oportunidades de atuação em mais de uma empresa, além de melhor aproveitamento do tempo para dedicar-se à vida pessoal e familiar. Este estudo se destaca dos anteriores por correlacionar dois temas de grande importância na atualidade: a qualidade de vida do trabalhador e o trabalho remoto. Ademais, pretende-se contribuir de forma prática para a tomada de decisão dos gestores a respeito de se adotar ou não essa modalidade de trabalho.

ABSTRACT: Studies demonstrate that the modality known as remote work has been gaining space in companies in Brazil and around the world. This article aims to present a current overview on the subject, highlighting the advantages and disadvantages of this modality in the quality of life of workers through a bibliographical analysis. The data analyzed show that remote work has more advantages in terms of quality of life at work than disadvantages, as long as the conditions for adapting tasks, remuneration systems and adequate infrastructure to carry out the activities are respected. Among these advantages, the ones that have the most positive impacts on the worker's quality of life are: greater worker autonomy to perform tasks, possibility of controlling their own time, higher remuneration for performance and opportunities to work in more than one company, in addition to better use of time to devote themselves to personal and family life. This study stands out from the previous ones for correlating two themes of great importance today: the worker's quality of life and remote work. Furthermore, it is intended to contribute in a practical way to the decision-making of managers regarding whether or not to adopt this type of work.

KEYWORDS: .

1. INTRODUÇÃO

O trabalho no séc. XXI ficou marcado pela globalização, consequência dos processos de abertura de mercados, o acirramento da competição entre as empresas e a inovação constante da tecnologia da informação (TI), o que possibilitou outras formas de se trabalhar (AMARAL et al., 2016; HAUBRICH; FROEHLICH, 2020; OLIVEIRA, 2020). Assim, surgiram novos métodos de trabalho como o trabalho remoto ou teletrabalho que possibilita ao trabalhador desempenhar suas funções em locais geograficamente diversos da empresa como sua casa, por exemplo. Essa modalidade de trabalho também recebe o nome de *home office* (GATTI et al., 2018; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019).

Silva (2009) conceitua o *home office* como uma modalidade de teletrabalho em que o colaborador utiliza de tecnologias como internet, celular ou notebook para executar seu trabalho com flexibilidade de tempo e espaço já que executa suas funções desvinculado do espaço do escritório tradicional da empresa. Oliveira (2020) considera que muitas são as vantagens dessa modalidade de trabalho que acaba trazendo para a empresa a mobilidade, criatividade, produtividade e bem-estar para o trabalhador. Entretanto outros autores levantam críticas em relação ao home office ao afirmar que essa modalidade de trabalho pode levar ao esgotamento físico e mental do profissional bem como perda da qualidade de vida, já que o trabalhador acaba por perder a divisão entre trabalho e seu lar (ARAÚJO et al., 2021; HAYES et al., 2020; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019).

Até o momento não há consenso entre os autores sobre as terminologias e termos como *home office*, trabalho à distância, trabalho remoto e teletrabalho são utilizados (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020). Neste artigo foi adotado o termo trabalho remoto a fim uniformizar os conceitos e facilitar a redação do texto.

Como, de acordo com Taschetto e Froehlich (2019), o trabalho remoto ainda é um conceito em construção e carece de novos estudos sobre o tema principalmente devido a sua relevância para as organizações que podem ganhar em produtividade, para os trabalhadores, que podem ganhar em maior qualidade de vida no trabalho e para a sociedade que pode melhorar a mobilidade urbana e reduzir a poluição ambiental. Desse modo, além de contribuir para ampliar a compreensão do tema espera-se contribuir fornecendo argumentos para a tomada de decisão dos gestores a respeito de se adotar ou não essa modalidade de trabalho.

O objetivo geral foi o de apresentar as vantagens e desvantagens do trabalho remoto em relação à qualidade de vida do trabalhador. Os objetivos secundários incluíram mapear os conceitos e os pontos de vista de diferentes autores sobre os temas, categorizar os aspectos do trabalho remoto em positivos e negativos e correlacioná-los com os principais aspectos da qualidade de vida no trabalho.

Para atingir os objetivos foi realizada uma pesquisa bibliográfica com as palavras-chave “trabalho remoto” e “qualidade de vida no trabalho” principalmente em periódicos, livros e anais de congressos na área da administração no repositório de busca da Anpad e do *Google Acadêmico.* A pesquisa aconteceu em setembro e outubro de 2021. O tempo de publicação considerado foi dos últimos 5 anos, entretanto alguns livros e estudos seminais mais antigos também foram incluídos a fim de fundamentar a pesquisa. O levantamento visou responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as vantagens e desvantagens do trabalho remoto na qualidade de vida dos trabalhadores?

A partir da pesquisa bibliográfica realizada a autora do presente estudo fez uma análise sobre os impactos que o trabalho remoto pode trazer na qualidade de vida do trabalhador. Tais impactos foram analisados e categorizados como vantajosos e desvantajosos conforme sua natureza e serão discutidos no artigo.

O artigo está estruturado em quatro partes. A primeira parte consiste nessa introdução. A segunda parte envolve o referencial teórico. A terceira parte apresenta a discussão do tema frente as ideias dos autores citados e por fim, na quarta parte serão apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Trabalho Remoto

O trabalho remoto consiste em uma forma de trabalho flexível que foi se tornando cada vez mais comum a partir das evoluções tecnológicas ao longo dos anos e principalmente no século XXI devido ao surgimento da internet (OLIVEIRA, 2020; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019). Autores internacionais se referem a ele usando o termo *telecommuting* como a prática de trabalhar fora do local de trabalho tradicional sendo geralmente em ambiente de escritório doméstico ou escritório virtual (AMIGONI, MICHAEL; GURVIS, 2009).

Entretanto o trabalho remoto não é uma exclusividade da atualidade, uma vez que registros históricos já indicavam sua existência no século XIX nos EUA quando gestores utilizavam o telégrafo para gerenciar os trabalhadores das estradas de ferro (NOGUEIRA; PATINI, 2012).

Também conhecido como teletrabalho em nossa legislação (MANCEBO, 2020; OLIVEIRA, 2020) e mais recentemente devido à necessidade de isolamento da pandemia de COVID 19 como *home office*, essa modalidade de trabalho à distância vem se tornando muito comum entre as organizações. Gatti et al. (2018) destacam que a proposta é oferecer a flexibilização da jornada e do local de trabalho uma vez que o trabalhador pode estar fisicamente em qualquer lugar e organizar melhor seu horário de trabalho a fim de obter mais agilidade.

O objetivo do trabalho remoto ou home office é levar o trabalho até os colaboradores, ao invés de o colaborador ter que ir até o trabalho. Assim são características dessa modalidade: o colaborador trabalhar de casa ou de local oferecido pela empresa para vários colaboradores que moram próximos e até mesmo o escritório satélite que são locais para tratar de negócios distantes da sede da empresa (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020).

2.1.1 Trabalho Remoto no Brasil

No Brasil, a legislação trata o trabalho remoto pelo termo “teletrabalho”, que foi incluído na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017). Para Amaral et al. (2016) o trabalho remoto por suas características termina por estabelecer, muitas vezes tacitamente, regras e condições novas de trabalho. Dessa forma, vem acompanhado de novos modelos de gestão empresarial que não necessariamente estão descritos nas leis trabalhistas, e acabem deixando lacunas para que sejam definidas novas regras de relação trabalhista entre empregados e empregadores.

De toda forma, os indicadores mostram o rápido crescimento da modalidade em terras brasileiras. Nogueira e Patini (2012) apontam para uma pesquisa do PNAD/IBGE que estima que em 2001 havia 500 mil trabalhadores operando em trabalho remoto, já em 2008 o número saltou para 10 milhões.

Ademais, com a pandemia de COVID 19, momento em que o Brasil registrou o primeiro caso da doença em fevereiro de 2020 levando a necessidade de isolamento, o ano de 2021 registrou que 8,2 milhões ou seja, 11% dos trabalhadores ativos do Brasil estavam em trabalho remoto (SILVEIRA, 2021).

2.1.2 Desafios e Desvantagens do Trabalho Remoto para o Trabalhador e para a Empresa

O trabalho remoto carrega inúmeros desafios tanto para a empresa quanto para o trabalhador. No que tange a empresa é necessário que ela tem há uma cultura que valorize a autonomia do colaborador e capacitação das lideranças para que possam ter um desempenho efetivo. Além disso, a demanda por sistemas informatizados e equipamentos aumenta (ALVES; CORREIA; SILVA, 2019; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019).

Em relação ao trabalhador, é importante citar a necessidade de investimentos com aquisição de materiais de expediente além de mobiliário adequado para as condições ergonômicas para o trabalho. Além disso o gasto com energia, equipamentos, internet, alimentação e infraestrutura devem ser levados em conta pelo trabalhador durante a negociação do contrato de trabalho (ADERALDO; ADERALDO; LIMA, 2017).

Alves e Guimarães (2020) chamam atenção também para questões de fundo social e psicológico, uma vez que o trabalho remoto pode levar ao isolamento social, a redução de contato e relacionamento com colegas e até mesmo a dificuldade de limitação entre espaço para o trabalho e para o lar. Dessa forma, problemas na vida familiar e na saúde psicológica do colaborador podem ser gerados ou agravados por essa modalidade de trabalho.

Por essa razão Goulart (2009) *apud* Alves e Guimarães (2020) chamam a atenção para algumas competências que são essenciais de serem desenvolvidas por colaboradores que irão atuar em trabalho remoto. Elas são: a) automotivação, adaptabilidade, autodisciplina, flexibilidade e independência. O desenvolvimento de tais atributos podem auxiliar os trabalhadores a evitar as desvantagens já citadas em relação ao trabalho remoto. Já as empresas devem incentivar e possibilitar que seus colaboradores possam se autodesenvolver seja por meio de cursos, mentorias, treinamentos entre outros (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020).

2.1.3 Vantagens do Trabalho Remoto

As vantagens da modalidade de trabalho remoto são inúmeras. Da parte das empresas podemos citar a melhoria na produtividade, melhoria da capacidade de planejamento, disponibilidade de mais tempo para realizar relatórios e planos de ações (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020). A diminuição no número de licenças de saúde, faltas e atrasos e aumento da satisfação no trabalho também são citadas por alguns autores (SANTOS; SILVA; BELMONTE, 2021; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019).

No que tange os trabalhadores as vantagens citadas são em relação a adquirir controle de seu tempo, não precisar se deslocar evitando o trânsito e o estresse do deslocamento, não têm que lidar com códigos de vestimenta (NOGUEIRA; PATINI, 2012), menos despesas com deslocamentos e mais contato com familiares (SILVA, 2009). Taschetto e Froehlich (2019) citam ainda a possibilidade de o trabalhador oferecer seus serviços a outras empresas ampliando assim as oportunidades de trabalho e ganhos.

A sociedade também ganha com o trabalho remoto. Silva (2009) ressalta que questões como poluição, trânsito intenso, violência e outras consequências da superpopulação nas grandes cidades podem ser amenizadas e até mesmo resolvidas com a implantação do trabalho remoto. Isso porque o trabalho remoto tende a diminuir o uso de transportes públicos, do volume de trânsito, trazendo outros benefícios associados como menor poluição ambiental, sonora e até a revitalização de bairros mais afastados dos grandes centros. Tudo isso termina por afetar positivamente a qualidade de vida do trabalhador e da população em geral.

2.2 A Qualidade de Vida no Trabalho

Os conceitos de qualidade de vida no trabalho, ou QVT, são variados pois muitos autores se dedicaram a estudar o tema, sob diferentes pontos de vista. Dentre os primeiros estudiosos a estudar a QVT encontra-se Richard Walton, que em 1973, ressaltou que a qualidade de vida no trabalho inclui um grau de responsabilidade e de autonomia no nível do cargo e recebimento de retornos sobre o desempenho (CARNEIRO, 2018; DAL FORNO; FINGER, 2015). Além disso as tarefas atribuídas ao trabalhador deveriam ser adequadas e variadas por meio do enriquecimento do trabalho e do desenvolvimento pessoal do trabalhador. Walton foi um pioneiro na proposta de um modelo para a qualidade de vida no trabalho. Ele considerou oito categorias de avaliação da QVT nas empresas composto dos itens: compensação adequada e justa, condições de segurança e de saúde no trabalho, oportunidade imediata para utilização e desenvolvimento da capacidade humana, oportunidade futura para crescimento contínuo e segurança, integração social na organização de trabalho, constitucionalismo na organização de trabalho, trabalho e espaço total de vida e relevância social da vida no trabalho.

Em 1978, Lippitt afirmou que as práticas de QVT dependiam do amadurecimento das organizações e do desenvolvimento de um novo conceito de indivíduo que envolvesse seus aspectos biopsicossociais. Além disso as empresas precisavam desenvolver novos valores organizacionais com ideais mais humanísticos e democráticos (VELOSO; SCHIRRMEISTER; LIMONGI-FRANÇA, 2007). Dentro desse contexto, organizações passaram a considerar que o desempenho de seus funcionários estava diretamente ligado à qualidade do ambiente de trabalho e sua satisfação com a empresa. Foi assim que a QVT passou a ser vista como um instrumento que visa tornar os cargos mais produtivos, satisfatórios além de aumentar os níveis de motivação e bem-estar dos trabalhadores (LIMONGI-FRANÇA, 2004).

Outros autores sugerem ainda a importância de as organizações se preocuparem com a qualidade do meio ambiente e da preservação dos recursos naturais desenvolvendo **ações sustentáveis** (RODRIGUES, 2015; TREVIZAN, 2000). Outros ideias humanitários como igualdade e ausência de preconceitos também fazem parte dos programas de QVT das empresas (FREITAS; DE SOUZA, 2009).

2.2.1 Qualidade de Vida no Trabalho – Surgimento

Desde a década de 1950, quando surgiu o termo qualidade de vida no trabalho (QVT) na Inglaterra, a ideia de melhorar aspectos de bem-estar no trabalho começou a despertar a atenção das empresas. Mas foi somente mais tarde, mais ou menos na década de 1970, que as empresas começaram a buscar melhorias nessa área e perceberam que isso acabou trazendo benefícios à organização. Naquela época, os norte-americanos estavam buscando melhorar seus modelos gerenciais devido à necessidade de competição com os produtos japoneses e nesse interim expandiram os conceitos de qualidade total à

qualidade de vida dos trabalhadores (DAL FORNO; FINGER, 2015; FARSEN et al., 2018). Ainda que as primeiras concepções de qualidade de vida no trabalho estivessem mais ligadas ao indivíduo do que à organização, ela já era um conceito global e era vista como forma de melhorar a qualidade e a produtividade das empresas. Mas foi por volta de 1990 que a QVT alcançou ainda mais empresas quando foi associada com a ideia de humanização no trabalho, que envolvia o bem-estar e a participação dos colaboradores nos processos decisórios. A partir dos anos 2000, além da humanização foram acrescentadas à busca de responsabilidade social das empresas (CARNEIRO, 2018; LIMONGI-FRANÇA, 2004).

2.1.2 Aspectos Organizacionais e Humanos em Qualidade de Vida no Trabalho

Quando se trata de qualidade de vida no trabalho (QVT) aspectos organizacionais e humanos se interconectam pois a QVT está associada às necessidades humanas e aos comportamentos no ambiente de trabalho (LIMONGI-FRANÇA, 2004). Além disso, é por meio do trabalho que o ser humano alcança suas formas mais profundas de expressão na busca por reconhecimento, espaço e autoestima. Por sua vez, o trabalho é considerado como mais prazeroso à medida que atende às dimensões biológicas, psicológicas e sociais das pessoas (GRAMMS; LOTZ, 2017).

Assim podemos dizer que a QVT é uma construção da organização que passa a criar e manter melhores ambientes de trabalho em uma relação de benefícios mútuos. Na criação de ambientes mais saudáveis as organizações devem levar em conta desde o ambiente físico em que o trabalhador estará na maior parte do tempo realizando suas funções, passando pelo ambiente psicossocial que envolve o conteúdo da tarefa, as condições de trabalho e a saúde física e mental do colaborador e englobando até mesmo o cuidado com o meio ambiente e a comunidade na qual a organização está inserida (TREVIZAN, 2000). Por essas razões, Gramms e Lotz (2017) acreditam que a QVT tem que fazer parte das bases da organização, desde sua arquitetura, passando pela sua cultura, missão e essência. Quando isso acontece, instaura-se na empresa um clima de trabalho harmonioso e relações saudáveis entre liderança e liderados o que por sua vez diminui problemas como assédios, alta rotatividade, baixa produtividade e doenças relacionadas ao trabalho (PEREIRA; TREVELIN, 2020).

3. DISCUSSÃO – OS IMPACTOS DO TRABALHO REMOTO NA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR

A partir do mapeamento dos impactos que o trabalho remoto pode apresentar para a qualidade de vida do trabalhador, bem como do levantamento dos principais aspectos para que haja qualidade de vida no trabalho, a autora do presente artigo correlacionou as

vantagens e desvantagens dessa modalidade de trabalho em relação à QVT. O quadro 1 demonstra um resumo dessa correlação:

Quadro 1- Vantagens e desvantagens do trabalho remoto na qualidade de vida do trabalhador

Aspectos de QVT	**Vantagens do Trabalho Remoto**	**Desvantagens do Trabalho Remoto**
Grau de responsabilidade e de autonomia no nível do cargo	• Controle do tempo • Autonomia para realização de • tarefas	• Se não tiver autodisciplina o trabalhador pode apresentar menor produtividade
Recebimento de retornos sobre o desempenho	• Possibilita remuneração por desempenho	• A fim de alcançar as metas de desempenho o trabalhador pode ser levado a uma extensão muito grande nas horas de trabalho
Tarefas devem ser adequadas e variadas	• Trabalhador pode variar tarefas e alterná-las	• Se a natureza da tarefa for repetitiva o trabalhador pode ser levado ao estresse ou exaustão
Propiciar o desenvolvimento pessoal e profissional do trabalhador	• Aproveitamento do tempo e da estrutura para realizar cursos e treinamentos online	x
Condições de segurança e de saúde no trabalho adequadas	• Home office oferece mais segurança • Não há necessidade de de deslocamento, evitando trânsito e transporte público	• Se a infraestrutura não for adequada pode trazer danos à saúde do trabalhador
Oportunidade futura para crescimento contínuo	• Possibilidade de oferecer serviço a outras empresas ampliando oportunidades	• O isolamento físico pode diminuir as possibilidade de networking com o mercado
Integração social na organização de	x	• Isolamento e diminuição de relacionamento com colegas
Trabalho e espaço total de vida	• Horário flexível permite atender a compromissos pessoais • Possibilita mais contato com familiares	• Limitação entre espaço para o trabalho e para o lar

Fonte: A autora baseado no levantamento bibliográfico (2021)

Todos os elementos contidos no quadro foram obtidos a partir da revisão da bibliografia sobre o tema. À direita do quadro encontram-se os aspectos mais importantes que as empresas devem atentar para criar e manter a qualidade de vida no trabalho. No centro do quadro são apresentadas as vantagens que o trabalho remoto pode oferecer em relação à cada um desses aspectos. Do mesmo modo, no lado esquerdo do quadro encontram-se as desvantagens em relação aos aspectos de QVT.

Em relação ao grau de responsabilidade e de autonomia no nível do cargo, um importante aspecto de QVT mencionado por vários autores (CARNEIRO, 2018; DAL FORNO; FINGER, 2015; LIMONGI-FRANÇA, 2004) observa-se que as vantagens que o trabalho remoto possibilita são um maior controle do tempo e autonomia para realização de tarefas por parte do trabalhador (TASCHETTO; FROEHLICH, 2019). Assim, o trabalho remoto

pode auxiliar ao exercício de maior autonomia gerando maior satisfação ao colaborador, desde que a empresa tenha um desenho de cargos e lideranças adequadas para dar o suporte necessário. Por outro lado, para que esse aspecto seja atingido é necessário que competências relacionadas à autodisciplina sejam desenvolvidas e apresentadas pelo colaborador (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020). Caso isso não aconteça, o descontrole em relação a organização do tempo *versus* tarefas pode levar o trabalhador a apresentar menos produtividade e maior estresse.

No que tange o recebimento de retornos sobre o desempenho o trabalho remoto pode até se apresentar como um diferencial para os ganhos do trabalhador. Mas para que isso aconteça é preciso que a empresa esteja preparada para apresentar metas claras e objetivas para serem atingidas, além, de possuir sistema de remuneração por metas. Dessa forma o trabalhador se sentirá motivado a alcançá-las pois sabe que isso representa uma melhor remuneração. Entretanto, o mesmo sistema de recompensas pode se tornar uma armadilha em termos de aumento de horas trabalhadas, o que se não for bem gerenciado, pode levar o trabalhador a exaustão, afetando, portanto sua qualidade de vida (ALVES; GUIMARÃES, 2020).

Outro aspecto importante em relação à qualidade de vida no trabalho está ligado à natureza das tarefas, que devem ser adequadas e variadas para não produzir fadiga nos colaboradores (GRAMMS; LOTZ, 2017). Nesse caso, como o trabalho remoto permite uma possibilidade maior de autonomia do trabalhador na gestão de suas tarefas, acredita-se que possa representar uma vantagem. Entretanto é importante ressaltar que a gestão de tarefas está diretamente relacionada à capacidade do trabalhador de definir prioridades e ser capaz de se autogerenciar (NOGUEIRA; PATINI, 2012). De todo modo, a empresa também deve colaborar oferecendo uma gama de atividades mais ampla e flexível possível, o que acarretará em maior qualidade de vida no trabalho (LIMONGI-FRANÇA, 2004). Em termos de desvantagem está o oposto, isto é, tarefas muito repetitivas podem levar o trabalhador ao estresse ou exaustão, o que não chega a ser uma característica do trabalho remoto em si, mas pode ocorrer em qualquer modalidade.

O outro aspecto analisado foi o desenvolvimento pessoal e profissional do colaborador. Silva (2009) sugere que como o trabalho remoto reduz o tempo de deslocamento esse tempo pode ser mais bem aproveitado para o autoestudo. Procurando explorar essa vantagem, muitas empresas tem oferecido uma gama de cursos online e possibilidade de formação à distância aos seus colaboradores (TASCHETTO; FROEHLICH, 2019). Além disso, a utilização da infraestrutura já montada na casa ou escritório do funcionário pode ser otimizada e utilizada para o treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse aspecto, não foram encontrados na literatura desvantagem que o trabalho remoto possa apresentar em relação aos aspectos de desenvolvimento.

No quesito condições de segurança e de saúde no trabalho adequadas o trabalho remoto apresenta mais vantagens do que desvantagens. Isso porque o home office tende a ser mais seguro para o trabalhador uma vez que esse não estará circulando na área de

produção, que em algumas indústrias costuma ser bastante perigoso em termos de acidentes de trabalho e exposição à riscos. Ademais, como não há necessidade de deslocamento, a tendência é a redução nos índices de possíveis acidentes de trajeto (HAUBRICH; FROEHLICH, 2020). Por outro lado, a desvantagem apresentada é em relação à infraestrutura que o colaborador tem disponível para seu home office. Se essa estrutura não contar com mobiliário ergonômico, por exemplo, como costumam contar os locais de trabalho na modalidade física, esse pode ser um aspecto desfavorável (ALVES; GUIMARÃES, 2020). Para que o trabalhador possa gozar de boa saúde física é essencial que a infraestrutura para o trabalho seja adequada.

Dentro os aspectos importantes para a QVT está a chance de oportunidades futuras para crescimento contínuo. Nesse sentido foi considerada uma vantagem que o funcionário em trabalho remoto tem maiores possibilidades de oferecer seus serviços a outras empresas, já que ele mesmo gerencia o seu tempo e suas tarefas além de ter flexibilidade geográfica para atender a empresas de outras países e regiões (TASCHETTO; FROEHLICH, 2019). Dessa forma, acredita-se que o trabalhador remoto possui maiores condições de aproveitar oportunidades de trabalho do que seus colegas que operam com a modalidade de trabalho tradicional. Campos e Freitas (2021) citam ainda como vantagem a tendência de aumento das oportunidades de trabalho para profissionais com experiência em home office em um futuro próximo. O aspecto desvantajoso pode ser encontrado em função do isolamento físico e da diminuição das relações pessoais com outros profissionais, o que pode acarretar declínio do networking e consequente diminuição de oportunidades. Entretanto, esse quadro pode ser facilmente revertido se o trabalhador mantiver seu networking ativo mesmo que via internet.

Já no que tange o aspecto integração social na organização, não foram encontradas vantagens uma vez que o trabalho remoto tem por natureza o isolamento físico e a diminuição da integração social entre os colaboradores se comparado ao trabalho tradicional. Nesse sentido o trabalho remoto oferece menos opções de interação e troca de experiências entre colegas (ALVES; GUIMARÃES, 2020; TASCHETTO; FROEHLICH, 2019), o que pode acarretar em possível diminuição da qualidade de vida no trabalho.

E por fim apresenta-se o aspecto mais polêmico em relação às características do trabalho remoto que foi denominada como trabalho e espaço total de vida. Para Dornelas de Oliveira e Tosta (2020) esse espaço se refere ao tempo que o trabalhador tem disponível para lazer da família e estabilidade de horários. Nesse aspecto, a literatura apresenta que o trabalho remoto contém em si duas faces. Por um lado os horários flexíveis permitem ao colaborador atender melhor aos seus compromissos pessoais e o home office possibilita um maior tempo de contato com familiares, o que são fatores extremamente positivos para a QVT (GRAMMS; LOTZ, 2017). Mas por outro lado, a limitação entre espaço para o trabalho e para o lar pode gerar aumento do estresse e dos conflitos entre trabalho e cuidar da família (TASCHETTO; FROEHLICH, 2019). Desse modo, é imprescindível que tanto

empresa quanto o trabalhador criem estratégias para estabelecer limites para o espaço da vida laboral e da vida pessoal quando se trata de trabalho remoto.

De modo geral, o levantamento realizado nessa pesquisa aponta para mais vantagens do trabalho remoto em relação à qualidade de vida no trabalho do que desvantagens. Entretanto, para que tais vantagens possam ser efetivas para uma melhor qualidade de vida no trabalho é necessário que tanto empresas quanto trabalhadores possam se adaptar à nova modalidade, desenvolvendo novas competências e sistemas de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas e modalidade de trabalho são dinâmicas e cada tempo teve que lidar com diferentes desafios a fim de adaptar o modelo de trabalho a realidade e tecnologia disponível em sua época. Atualmente observa-se as transformações causadas pelo surgimento da modalidade de trabalho remoto, que vem trazendo impactos para a qualidade de vida dos trabalhadores em todo o mundo.

O presente artigo teve a intenção de analisar os aspectos vantajosos e desvantajosos do trabalho remoto na qualidade de vida dos colaboradores de empresas sob o ponto de vista dos principais autores do tema. Após análise da literatura foi possível correlacionar os aspectos favoráveis e desfavoráveis dessa modalidade de trabalho na qualidade de vida dos trabalhadores.

Os resultados demonstram que o trabalho remoto apresenta mais vantagens em relação à qualidade de vida no trabalho do que desvantagens, desde que, respeitadas as condições de adaptação das tarefas, sistemas de remuneração e infraestrutura adequadas à execução das atividades. Dentre as vantagens encontram-se maior autonomia do trabalhador para realizar tarefas, possibilidade do controle do tempo e das tarefas, maior remuneração por desempenho ou por oportunidade de atuação em mais de uma empresa além de melhor aproveitamento do tempo para dedicar-se à vida pessoal e familiar.

Dentre as desvantagens encontradas pode-se citar a extrapolação das horas de trabalho, a falta de estrutura necessária para montar um home office e possíveis danos psicossociais causados pelo isolamento. Dentre todas as desvantagens destaca-se a dificuldade de delimitação entre trabalho e espaço total de vida do trabalhador que deve ser respeitada a fim de manter a saúde física e mental dos colaboradores.

Como o trabalho remoto deve se tornar cada vez mais comum nos próximos anos considera-se que para que ele possa contribuir como um instrumento de desenvolvimento organizacional e psicossocial é necessário que as discussões sobre o tema se ampliem. Além disso esse estudo visou contribuir ao correlacionar dois temas de grande importância na vida cotidiana dos trabalhadores e ao fornecer argumentos para auxiliar a tomada de

decisão de gestores em relação à adoção dessa nova modalidade de trabalho. Esse estudo possui limitações relacionadas à quantidade de repositórios consultados que foram apenas dois. Como pesquisas futuras sugere-se a condução de pesquisas longitudinais que possam acompanhar os efeitos dessa modalidade de trabalho ao logo do tem analisando-as em relação aos índices de qualidade de vida do trabalhador.

5. REFERÊNCIAS

ADERALDO, I. L.; ADERALDO, C. V. L.; LIMA, A. C. Aspectos críticos do teletrabalho em uma companhia multinacional. **Cadernos EBAPE.BR**,v. 15, n. spe, p. 511–533, 2017.

ALVES, C. R. A.; CORREIA, A. M. M.; SILVA, A. M. Da. Qualidade de vida no trabalho (QVT): um estudo em uma instituição federal de ensino superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 12, n. 1, p. 205–227, 2019.

ALVES, R. P.; GUIMARÃES, M. da G. V. Teletrabalho versus qualidade de vida: uma abordagem sobre as experiências vividas por servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **UFAM Business Review - UFAMBR**, v. 2, n. 3, p. 58–78, 2020.

AMARAL, E.; COSTA, L.; COSTA, K.; FROES, G.; DORIGATTE, E. Flexibilização das relações de trabalho: A flexibilização e a inovação da implementação do trabalho remoto no Brasil. **Revista Eletrônica FACP**, n. 9, p. 1–13, 2016.

AMIGONI, MICHAEL; GURVIS, S. **Managing the Telecommuting Employee: Set Goals, Monitor Progress, and Maximize Profit and Productivity**. Massachusetts: Adams Business, 2009.

ARAÚJO, M. da P. N.; BARROSO, R. da R. F.; MACHADO, M. L.; CUNHA, C. de M.; QUEIROZ, V. A. de O.; MARTINS, P. C.; SANTANA, M. L. P. De. Residência é residência, trabalho é trabalho: estudo quali-quantitativo sobre o trabalho remoto de professores universitários durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1–16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18068> Acesso em 23 de set. 2021

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991.

CAMPOS, L. H.; FREITAS, M. Home office e trabalho remoto. In: 5º SEMINÁRIO DE TECNOLOGIA GESTÃO E EDUCAÇÃO 2021, Porto Alegre. **Anais**... Porto Alegre Disponível em: <https://www.megajuridico.com/diferenca-de-teletrabalho-trabalho-remoto-e-home-office/> Acesso em 23 de set. 2021

CARNEIRO, L. L. **Qualidade De Vida No Trabalho**. Salvador: UFBA, PRODEP, 2018.

DAL FORNO, C.; FINGER, I. D. R. Qualidade de vida no trabalho: conceito, histórico e relevância para a gestão de pessoas. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 7, n. 2, p. 103–112, 2015.

DORNELAS DE OLIVEIRA, T.; VILETE TOSTA, L. O “novo normal” e a qualidade de vida do trabalhador: uma análise das mudanças em decorrência da COVID-19. **Revista GETS**, v. 3, p. 3–19, 2020.

FARSEN, T. C.; BOEHS, S. D. T. M.; DAROSCI SILVA RIBEIRO, A.; BIAVATI, V. D. P.; SILVA, N. Qualidade de vida, bem-estar e Felicidade no Trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? **Interação em Psicologia**, v. 22, n. 1, p. 31–41, 2018.

FREITAS, A.; DE SOUZA, R. Um modelo para avaliação da Qualidade de Vida no Trabalho em universidades públicas. **Sistemas & Gestão**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 136–154, 2009.

GATTI, D. P.; TERRA, G. de S.; PORTUGAL, N. dos S.; SOUZA, W. G. De; JUNIOR, P. dos S. P.; SILVA, S. W. Home Office: vantagens, desvantagens e desafios para empresas e funcionários. **Revista de Administração do Unifatea**, v. 16, n. 16, p. 187–200, 2018.

GRAMMS, L. C.; LOTZ, G. E. **Gestão da Qualidade de Vida no trabalho**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

HAUBRICH, D. B.; FROEHLICH, C. Benefícios e desafios do home office em empresas de tecnologia da informação. **Revista Gestão & Conexões**, v. 9, n. 1, p. 167–184, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/27901> Acesso em 02 de out. 2021

HAYES, S.; PRIESTLEY, J.; ISHMAKHAMETOV, N.; RAY, H. "I'm not Working from Home, I'm Living at Work": Perceived Stress and Work-Related Burnout before and during COVID-19. **PsyArXiv**, p. 2–29, 2020.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO QVT: Conceitos e Práticas nas Empresas da Sociedade Pós-Industrial**, Atlas, 2004.

MANCEBO, D. Trabalho remoto na Educação Superior brasileira: efeitos e possibilidades no contexto da pandemia. **Revista USP**, n. 127, p. 105–116, 2020.

NOGUEIRA, A. M.; PATINI, A. C. Trabalho remoto e desafios dos gestores. **Revista de Administração e Inovação- RAI**, v. 9, n. 4, p. 121–152, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5773/rai.v9i4.800> Acesso em 02 de out. 2021

OLIVEIRA, J, A. **Teletrabalho E As Novas Tecnologias Na Relação Laboral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

PEREIRA, M. N.; TREVELIN, A. T. C. Qualidade De Vida No Trabalho. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 219–231, 2020.

RODRIGUES, R. R. J. Qualidade de vida no trabalho e ações socioambientais sustentáveis. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 7, n. 2, p. 177–185, 2015.

SANTOS, G. M. R.; SILVA, M. E.; BELMONTE, B. R. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, v. 21, p. 245–251, 2021.

SILVA, R. R. da. HOME-OFFICER: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 85–94, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/4267> Acesso em 02 de out. 2021.

SILVEIRA, D. **Home office atinge 11% dos trabalhadores no Brasil diante da pandemia em 2020, aponta Ipea**. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/15/home-office-atinge-11percent-dos-trabalhadores-no-brasil-diante-da-pandemia-aponta-ipea.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2021.

TASCHETTO, M.; FROEHLICH, C. Teletrabalho sob a perspectiva dos profissionais de recursos humanos do Vale do Sinos e Paranhana no Rio Grande do Sul. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe) | ISSN-e: 2237-1427**, v. 9, n. 3, p. 349–375, 2019.

TREVIZAN, S. dal P. Ciência, meio ambiente e qualidade de vida: uma proposta de pesquisa para uma universidade comprometida com sua comunidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 179–186, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csc/a/ZLnWM6SPMm779ZwGWwC384H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2021.

VELOSO, E. F.; SCHIRRMEISTER, R.; LIMONGI-FRANÇA, A. C. A Influência Da Qualidade De Vida No Trabalho Em Situações De Transição Profissional: Um Estudo De Caso Sobre Desligamento Voluntário. **Revista Administração e Diálogo**, v. 9, n. 1, p. 35–58, 2007.

UNIEDUSUL
EDITORA